



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

CARLA FERNANDA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA “ERA VARGAS”: UM ESTUDO SOBRE OS
ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA PROPAGANDA POLÍTICA DE
MASSA DO ESTADO NOVO**

CAMPINAS
2022



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

CARLA FERNANDA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA “ERA VARGAS”: UM ESTUDO SOBRE OS
ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA PROPAGANDA POLÍTICA
DE MASSA DO ESTADO NOVO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica.

Orientadora: Professora Doutora Milena Fernandes de Oliveira

**ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA CARLA FERNANDA DA
SILVA E ORIENTADA PELA PROF^a.
DRA. MILENA FERNANDES DE
OLIVEIRA.**

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Si38c Silva, Carla Fernanda da, 1980-
A construção da "Era Vargas" : um estudo sobre os aspectos da industrialização na propaganda política de massa do Estado Novo / Carla Fernanda da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Milena Fernandes de Oliveira.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Brasil. Departamento de Imprensa e Propaganda. 2. Propaganda política. 3. Memória coletiva. 4. Brasil - Política e governo - 1930-1945. I. Oliveira, Milena Fernandes de, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The construction of the "Vargas Era" : a study on the aspects of industrialization in the mass propaganda of the Estado Novo

Palavras-chave em inglês:

Brazil. Departamento de Imprensa e Propaganda

Political propaganda

Collective memory

Brazil - Politics and government - 1930-1945

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Milena Fernandes de Oliveira [Orientador]

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Nelson Mendes Cantarino

Denis Maracci Gimenez

Luiz Mário Ferreira Costa

Data de defesa: 18-11-2022

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4721-1510>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3249137824742767>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

CARLA FERNANDA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA “ERA VARGAS”: UM ESTUDO SOBRE OS
ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA PROPAGANDA POLÍTICA
DE MASSA DO ESTADO NOVO**

Orientadora: Professora Doutora Milena Fernandes de Oliveira

Defendida em 18/11/2022

COMISSÃO JULGADORA

Prof^a. Dra. Milena Fernandes de Oliveira – PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Mário Ferreira Costa
Universidade de São Paulo (USP)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Ofereço esta tese, com todo meu amor, a
minha mãe e ao meu pai, incansáveis
vivos que descansam, enfim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, trabalhadores que vivem no limite suas existências materiais e oferecem a mim tanto e tanto no campo do intangível;

Agradeço às velhas e novas amigas pelo conforto, carinho e risadas de sempre;

Agradeço à minha orientadora e a todas as professoras e professores do Instituto de Economia e da Unicamp com as quais pude sentir a dor e a delícia da aprendizagem e do desenvolvimento do conhecimento;

Agradeço à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e ao Estado do Rio Grande do Sul por financiarem meu afastamento para a realização desta empreitada;

Agradeço aos astros por ter juntado tanta gente bacana no IE em 2015 e nos anos seguintes. Turma massa pra caramba!

Agradeço ao teatro e ao circo por me mostrarem como ser inteira presença. Às mestras e mestres de palco e picadeiro, ofereço minha gratidão e admiração. Vida longa à arte!

(...)

Convive com teus poemas, antes de
escrevê-los.

Tem paciência, se obscuros. Calma, se te
provocam.

Espera que cada um se realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.

Não forces o poema a desprender-se do
limbo.

Não colhas no chão o poema que se
perdeu.

Não adules o poema. Aceita-o
como ele aceitará sua forma definitiva e
concentrada no espaço.

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

(...)

(Carlos Drummond de Andrade, Procura da Poesia, in: A Rosa do Povo, 1945)

RESUMO

A proposta desta tese é analisar o papel da propaganda política produzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na promoção da autoimagem do regime do Estado Novo, notadamente no que diz respeito à imagem do período da história do Brasil que ficou para a memória nacional como de grande avanço da industrialização. Primeiramente, analisamos a ação do poder do Estado autoritário sobre a construção da memória coletiva, realizada pelo intelectual-burocrata. Na sequência, o *Cine Jornal Brasileiro* e a revista *Cultura Política*, as principais fontes dessa pesquisa, são analisadas a partir dos seus processos de produção, com o exame dos seus conteúdos, distribuição, engendrada no interior de um aparato burocrático, e consumo, na transformação da multidão em massa. A análise nos possibilitou afirmar que a propaganda política produzida, distribuída e consumida sob os auspícios do DIP durante o Estado Novo, fundamentalmente a que lançou mão do recurso imagético, foi um elemento ativo na criação do ambiente propício às ações do governo. Nesse contexto, destacaram-se ações que se referem à industrialização, à legitimação dos planos econômicos e políticos, através da composição de amplas bases de apoio, e à construção e enquadramento da memória nacional coletiva, construindo, assim, uma era, a Era Vargas.

Palavras-chave: Brasil. Departamento de Imprensa e Propaganda; Propaganda política; Memória coletiva; Brasil - política e governo - 1930-1945.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the role of the propaganda produced by the Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) in promoting the self-image of the Estado Novo regime, notably with regard to the image of the period of Brazilian history that remained in national memory as a major advance of industrialization. At first, we analyze the action of authoritarian State power on the construction of collective memory, carried out by the intellectual-bureaucrat. Subsequently, the *Cine Jornal Brasileiro* and the *Cultura Política* magazine, the main sources of this research, are analyzed about their processes of production, by the examination of the contents, distribution, engendered within a bureaucratic apparatus, and consumption, in which occur the transformation from the crowd to the mass. The analysis allowed us to affirm that the propaganda produced, distributed and consumed under the DIP's auspices during the Estado Novo, fundamentally the one that used the imagery appeal, was an active element in the creation of a conducive environment to government actions. In this context, we highlight the actions that refer to industrialization, the legitimation of economic and political plans, through the composition of broad basis of support, and the construction and framing of the collective national memory, thus building an era, the Vargas Era.

Key words: Brazil. Departamento de Imprensa e Propaganda; Political propaganda; Collective memory; Brazil - Politics and government - 1930-1945.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Palácio da Fazenda, sede do Ministério da Fazenda, Capital Federal.....	39
Imagem 2 - Prédio do Ministério da Educação, ainda em construção, na Capital Federal.....	40
Imagem 3 - O Presidente Getúlio Vargas em visita a São Paulo.....	139
Imagem 4 - O lançamento da pedra fundamental do Hospital para Tuberculosos....	139
Imagem 5 - Primeiro poço de petróleo no Brasil, 1939. Lobato, Salvador (BA).....	154
Imagem 6 - Oswaldo Aranha visita o poço de petróleo de Lobato, 1939, Bahia.....	155
Imagem 7 - 1942: Estudantes fantasiados de Hitler, Hiroito e Mussolini em manifestação contra o Eixo na Capital Federal.....	212
Imagem 8 - Cartaz representando o V da Vitória sobre o totalitarismo.....	213
Imagem 9 - 1943: Multidão recebe Getúlio Vargas no estádio do Vasco da Gama..	219
Imagem 10 - Foliões festejam o Carnaval no Rio de Janeiro em 1945.....	224
Imagem 11 - Folião no Carnaval do Rio de Janeiro em 1945.....	225
Imagem 12 - Manifestação bem-humorada durante a crise de combustível de 1942.....	226
Imagem 13 - 1942: Multidão aglomerada no aniversário de Vargas.....	229
Imagem 14 - Cartaz “Salve Getúlio Vargas”, da Juventude Brasileira.....	230
Imagem 15 - Cartaz “Saibam todos que a juventude está com Getúlio Vargas”.....	230
Imagem 16 - 1940: Getúlio Vargas discursa em Dia do Marítimo.....	232
Imagem 17 - 1940: Multidão se aglomera para ouvir o presidente na Comemoração do Dia do Marítimo.....	233
Imagem 18 - Getúlio Vargas lança a construção da Ponte das Bandeiras martelando a primeira estaca.....	234
Imagem 19 - Multidão assiste ao lançamento da Ponte das Bandeiras.....	235
Imagem 20 - Vargas acompanhado de autoridades no Grande Prêmio Getúlio Vargas no Jockey Club.....	236
Imagem 21 - Mulheres assistem ao Grande Prêmio Getúloí Vargas no Jockey Club.....	236
Imagem 22 - 1941: Darcy Vargas distribui prendas a crianças em Festa de Natal..	238
Imagem 23 - 1941: Crianças vão ao Palácio do Catete para receber prendas em Festa de Natal.....	238

Imagem 24 - Página 26 da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	240
Imagem 25 - Página 32 da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	241
Imagem 26 - Quadrinhos da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942.....	243
Imagem 27 - Capa da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”	244
Imagem 28 - Carta do presidente na contracapa de “Getúlio Vargas para crianças”	245
Imagem 29 - Cartão Postal do DIP em homenagem à Juventude Brasileira.....	246
Imagem 30 - 1942: Enquadramento panorâmico do público da Conferência dos Chanceleres Americanos (i).....	247
Imagem 31 - Enquadramento panorâmico do público da Conferência dos Chanceleres Americanos (ii).....	248
Imagem 32 - Sobreviventes do navio Arabutã participam de desfile contra o Eixo...250	
Imagem 33 - Multidões se manifestam contra o ataque do Eixo no Rio em 1942.....	251
Imagem 34 - Feridos em consequência dos ataques alemães aos navios brasileiros.....	252
Imagem 35 - Ferido em consequência dos ataques alemães aos navios brasileiros.....	252
Imagem 36 - 1943: Militares durante discurso de Vargas em almoço oferecido ao presidente.....	254
Imagem 37 - Populares assistem ao desfile do corpo expedicionário para a guerra.....	256
Imagem 38 - Alunos da Escola Militar de Resende desfilam diante do presidente....	257
Imagem 39 - 1945: População festeja o fim da Segunda Guerra Mundial.....	258
Imagem 40 - Cartão Postal do DIP em homenagem aos militares.....	259
Imagem 41 - 1943: Escolas desfilam em comemoração ao Dia da Pátria no Rio.....	260
Imagem 42 - 1945: Multidão acompanha o carro presidencial durante Parada de Sete de Setembro.....	261
Imagem 43 - 1945: Getúlio acena à população no Estádio de São Januário durante a Semana da Pátria.....	262
Imagem 44 - 1945: Desfile de militares na Parada de Sete de Setembro.....	262
Imagem 45 - 1945: Militar de alta patente presta continência a Vargas na Parada de Sete de Setembro.....	263
Imagem 46 - 1945: Cartaz “Constituinte” no Estádio de São Januário em evento da Semana da Pátria.....	264

Imagem 47 - 1945: Cartaz “Movimento Unificador dos Trabalhadores” no Estádio de São Januário em evento da Semana da Pátria.....	264
Imagem 48 - 1940: Trabalhadores homenageiam Vargas na Esplanada do Castelo.....	274
Imagem 49 - 1941: Manifestação cívica no Dia do Trabalho no Estádio Vasco da Gama.....	277
Imagem 50 - Massa popular recebe os jangadeiros cearenses no Rio.....	278
Imagem 51 - 1941: Capanema recebe os jangadeiros cearenses.....	279
Imagem 52 - 1942: Civis carregam retrato de Vargas em Comemoração do Dia do Trabalho no estádio São Januário.....	280
Imagem 53 - 1942: Civis carregam faixa em homenagem a Vargas em Comemoração do Dia do Trabalho no estádio São Januário.....	280
Imagem 54 - 1942: Arquibancadas lotadas do Estádio São Januário no 1º de Maio.....	281
Imagem 55 - 1944: Arquibancadas do Pacaembu no Dia do Trabalho.....	283
Imagem 56 - 1944: O presidente desfila em carro aberto no Pacaembu no Dia do Trabalho.....	285
Imagem 57 - 1945: O registro da multidão nas arquibancadas no último Primeiro de Maio do Estado Novo.....	288
Imagem 58 - 1945: Getúlio Vargas acena à multidão no Primeiro de Maio.....	289

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A CONSTRUÇÃO DE UMA “ERA”: A PROPAGANDA POLÍTICA DO ESTADO NOVO E A MEMÓRIA NACIONAL.....	28
1.1 O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	32
1.2 O PAPEL E A ATUAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA: O INTELLECTUAL-BUOCRATA.....	50
1.3 O LEGADO ESTADONOVISTA: A MONUMENTALIZAÇÃO DA “ERA VARGAS”.....	74
2 A PRODUÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICA: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “BRASIL POTÊNCIA INDUSTRIAL”.....	92
2.1 O ESTADO INTERVENTOR E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ECONÔMICA A PARTIR DA PROPAGANDA POLÍTICA.....	96
2.2 A PRODUÇÃO DO <i>CINE JORNAL BRASILEIRO</i> : A IMAGEM E A “POTÊNCIA” NACIONAIS.....	114
2.3 A PRODUÇÃO DA REVISTA <i>CULTURA POLÍTICA</i> : O PROJETO ECONÔMICO NACIONAL.....	157
3 A DISTRIBUIÇÃO E O CONSUMO DA PROPAGANDA POLÍTICA DO ESTADO NOVO.....	187
3.1 A DISTRIBUIÇÃO: O PAPEL DA BUROCRATIZAÇÃO PARA A PROPAGANDA POLÍTICA.....	189
3.2 O CONSUMO: DA MULTIDÃO À CONSTRUÇÃO DA MASSA.....	217
3.3 CONSUMO: DO TRABALHADOR À MASSA TRABALHADORA.....	266
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	298
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	305
APÊNDICE A – CJB: Produção, cinejornais disponíveis e visionados.....	326
APÊNDICE B – CJB: Quadro das empresas distribuidoras.....	327
APÊNDICE C – CJB: Descrição dos filmes visionados.....	328
APÊNDICE D – <i>Cultura Política</i>: edições publicadas por mês e ano.....	369
APÊNDICE E – <i>Cultura Política</i>: números publicados e artigos destacados....	370
APÊNDICE F – Percentual da população dos estados residente nas capitais, 1920 e 1940.....	431

INTRODUÇÃO

A opinião pública recebia o novo governo entre as mais entusiastas esperanças. Si, conforme mostrava a situação geral do país, que evocamos em páginas anteriores, a Revolução não trazia nenhuma ideologia nova, concretizava, no entanto, incontestavelmente, os desejos mais ardentes de implantação de um regime de liberdade e de justiça. Mas, sobretudo, ela entregava inteiramente sua sorte à ação de um homem, que era o sr. Getúlio Vargas. Deste, pois, ia depender em grande parte o curso dos novos acontecimentos¹.

A opinião pública e o novo governo firmaram novo compromisso a partir de 1930. Aquela “entregava inteiramente sua sorte” ao governo que se personificava na imagem construída em torno da figura do Presidente Getúlio Vargas. Este, por sua vez, estava encarregado de concretizar as “entusiastas esperanças”, os “desejos mais ardentes” e os anseios por “liberdade e justiça” da “opinião pública”. Foi com essa fórmula que a propaganda política do Estado Novo ergueu a imagem do sr. Getúlio Vargas, de cuja clarividência dependia o curso da história. O trecho acima é do Catálogo da Exposição Nacional do Estado Novo, ocorrida entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939, no Distrito Federal, Rio de Janeiro. O catálogo faz referência à “Revolução de 1930” e reflete a disposição do governo que se instaurou em 1930 e se consagrou em 1937 na centralização do poder no Presidente da República e a obstinação na construção da sua imagem. Da construção das imagens e da memória do Estado Novo, no período de 1937 a 1945, e das formas de fazê-las pela propaganda política tratam esta tese.

O objetivo da pesquisa é analisar o papel da propaganda política produzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na promoção da autoimagem do Estado Novo, em especial da imagem do período da história do Brasil que ficou para a memória nacional como de grande avanço da industrialização. A propaganda política, ou propaganda ideológica como preferem chamar alguns estudiosos², ocupa-se da reiteração das normas sociais vigentes na medida em que procura fixar a

¹ Decidimos por manter a grafia original nas transcrições textuais dos documentos ao longo da tese. CATÁLOGO da Exposição do Estado Nacional: O novo Brasil, 1930-1938. CPDOC/FGV, 1938, p. 3. Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/981.082.3e96e-catalogo-da-exposicao-nacional-do-estado-novo.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

² GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990; GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política — a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola [Fonte Digital], 1999.

ideologia dominante para o conjunto da população e mobilizar as massas, enfatizando os valores tradicionais e a recriação do passado. O estudo da propaganda política deve considerar, a partir de condições históricas concretas, as relações sociais estabelecidas, os interesses inseridos em uma estrutura de poder específica, as ideias produzidas por determinados grupos e a forma de difundi-las³.

Para o regime estadonovista, a construção da autoimagem estava ligada às necessidades de legitimação, de culto ao personalismo e de busca pelo progresso e pela modernização do Estado e do país. Tais necessidades encontravam fundamentos nos paradigmas da década de 1930, quais sejam, no combate aos regionalismos, tanto do ponto de vista político e social quanto territorial, interpretados como entraves ao desenvolvimento da nacionalidade e da unidade, e, ainda, no combate ao liberalismo e ao comunismo. O desafio foi enfrentado através de um intenso e complexo processo de burocratização do Estado, com a criação de órgãos e departamentos com hierarquias bem definidas e intervenções desse aparato centralizado do governo federal nos estados e municípios. Assim, as imagens, que compreendem também uma narrativa imagética (aquela que constrói imagem através do discurso)⁴, são o produto final da propaganda política engendrada no interior desse complexo burocratizado e refletem não somente um momento do capitalismo, os anos 1930, mas também, particularmente, um momento do capitalismo no Brasil, no qual a propaganda configurou-se como um prestigioso instrumento de poder do Estado autoritário, com controle dos movimentos sociais e dos trabalhadores e combate ao comunismo e ao liberalismo, cujo resultado foi a reescrita da história e o enquadramento da memória nacional coletiva.

O caráter autoritário do Estado Novo exerceu papel fundamental na construção de sua autoimagem e de uma imagem particular do processo de industrialização, a partir da moderna propaganda política. Essa, por sua vez, operou para fomentar o distanciamento das questões básicas e contraditórias presentes na estrutura social, canalizar as energias da sociedade para um conhecimento passivo, em substituição à participação social ativa, e encorajar certos padrões sociais através

³ GARCIA, 1999.

⁴ Pensamos em narrativa imagética – a narrativa que constrói diante do leitor uma imagem – a partir de Marilena Chaui em “Janela da alma, espelho do mundo”, texto no qual a autora aborda a construção do que é visto/olhado a partir de diversas formas de captação, como a palavra falada ou escrita. CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto et al.. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

de sua dramatização e repetição, garantindo o consenso e a permanência de um certo conjunto de valores⁵. A propaganda política produzida pelo regime era focada na produção de bens culturais, mas se diferenciava do que poderia ser a produção de uma indústria cultural, na medida em que atuava no âmbito da personificação do poder e na construção de monumentos fora da lógica da mercantilização dos bens culturais típica da indústria cultural⁶. Adicionalmente, podemos falar da emergência, naquele período, de uma sociedade de massa⁷, que articulou, no campo cultural, as transformações sociais e econômicas em curso. Entendemos, contudo, a manifestação da sociedade de massa no Brasil menos como marco e mais como processo, cuja gênese pode ser identificada nos esforços do regime estadonovista em implantar uma propaganda política de grande alcance e impacto, a partir de vultosos investimentos públicos, de um controle severo dos meios de comunicação, da censura massiva e da repressão, ao que chamamos de moderna propaganda política.

Pensados como uma “era”, um período da história que se destaca dos demais por acontecimentos que são lembrados como grandiosos, transformações estruturais que são pronunciadas como rupturas, os anos da Era Vargas foram decisivos para a consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Fazer uso da ideia de “era” para designar um recorte temporal que abrange os governos de Getúlio Vargas entre os anos 1930 e 1945 implica resgatar parcialmente algumas das percepções consagradas por Eric Hobsbawm acerca dessa ideia. A partir da publicação da obra do historiador⁸, o substantivo “era” passou por uma importante transformação semântica, na qual, ao seu significado original, empregado para a fixação de uma época que se sobressai na história, somou-se o entendimento de que “era” também trazia em si conotações de visão panorâmica, de rede de integração e de lógica discursiva, dentre outras. Desse modo, a noção de construção de uma “era” infere, por um lado, que o período analisado nesta tese tem prerrogativas históricas

⁵ GOULART, 1990.

⁶ Renato Ortiz destaca a dificuldade de aplicação do conceito de indústria cultural definido por Adorno e Horkheimer ao caso brasileiro, uma vez que o conceito pressupõe a atomização dos indivíduos numa sociedade industrial. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

⁷ Ortiz considera os anos 1940 como o início de uma sociedade de massa no Brasil, com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial. Ibidem.

⁸ HOBBSAWM, Eric. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.; HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.; HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.; HOBBSAWM, Eric. *A Era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

que o destacam dos demais; por outro, salienta a necessidade de se buscar as conexões, continuidades e rupturas que marcaram esse período. Por isso, não se trata de resumir, por exemplo, fatos conhecidos da política econômica de Vargas, mas de unir esses fatos numa mesma síntese histórica, sem perder de vista o seu carácter extraordinário e sem paralelo na história nacional.

Durante os anos 1930 a 1945, a propaganda política passou a ser estratégica e essencial para o Estado, especialmente após 1937, quando ganhou estrutura e desenho próprios. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em fins de 1939, representou uma nova fase para a propaganda política do Estado. Centralizou a produção da propaganda do governo, abrangendo todos os ministérios e órgãos públicos, e passou a controlar a distribuição da informação em todo território nacional e inseriu novos e modernos instrumentos de comunicação de massa no aparato estatal. Concebido já sob os auspícios do Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda foi um órgão de propaganda estatal mais organizado, maduro e abrangente que seus antecessores⁹.

O novo departamento, encarregado de todas as atividades culturais, de comunicação e informação a atividades cívicas, era, pela primeira vez, ligado diretamente ao Presidente da República, fato que aponta a importância do órgão e a organização do Estado em direção à centralização do poder. Nesse sentido, entendemos a nova e moderna propaganda política, levada a cabo pelo governo do Estado Novo, como uma estrutura burocratizada, compreendida em uma nova organização racionalizada da administração pública, por um lado, e por uma nova política de propaganda, geradora de instrumentos regulatórios e de controle, por outro¹⁰. A burocratização da propaganda do pós-1937 teve impacto significativo na produção material da propaganda política, com contratação de pessoal e despesas

⁹ O Departamento Oficial de Publicidade foi criado em 1931; o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, em 1934; o Departamento Nacional de Propaganda, em 1938; e o Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939.

¹⁰ Draibe entende que o Estado, a partir de 1930, assumiu novos contornos dentro de uma visão de modernização administrativa para atender aos desafios do período e aos objetivos do governo. Essa modernização foi concretizada através da centralização dos comandos e descentralização funcional, cuja operacionalização se deu a partir do governo central e seus órgãos e departamentos, por um lado, e a incorporação de aparelhos regulatórios e políticas direcionadas, embora com alto grau de generalidade, por outro. DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

crescentes destinadas ao Departamento de Imprensa e Propaganda ao longo dos anos¹¹.

Nesse contexto, nossa hipótese é que a propaganda política produzida, distribuída e consumida durante o Estado Novo, fundamentalmente a que lançou mão do recurso imagético, foi um elemento ativo tanto na criação do ambiente propício às ações do governo no âmbito da industrialização, quanto na legitimação dos planos econômicos e políticos através da composição de amplas bases de apoio. Nosso entendimento é de que, em paralelo ao processo de industrialização em curso, o Estado Novo também criava imagens representativas do processo de transformação econômica pelo qual o país passava. Em outras palavras, os registros e a divulgação das ações do governo, no âmbito da industrialização, nas formas de imagem e narrativa, criaram a própria imagem de um Estado grandioso e legítimo e a associação, invocada pela memória coletiva, entre autoritarismo e crescimento econômico como algo natural, esperado e indispensável¹².

Desenvolvemos nosso argumento a partir da análise dos processos de produção, distribuição e consumo da propaganda política estadonovista, uma espécie de economia política da propaganda do governo com foco na construção de uma imagem de Estado interventor, especialmente no que se refere à industrialização de base. A partir de Marx, na sua *Contribuição à crítica da economia política*¹³, pensamos o caminho que percorre a propaganda política, numa analogia com a mercadoria, desde a produção, ponto inicial, até o consumo, ponto final, mediados pela distribuição. Reconhecemos, desde o princípio, a problemática contida em buscar analisar os processos de produção, circulação e consumo, a partir da economia política, de um produto que é resultado de uma produção, mas que não se configura

11 Conforme as despesas da União por órgão, o Departamento de Imprensa e Propaganda recebeu, em 1940, seu primeiro ano de atuação, um orçamento quase três vezes maior que seu coirmão, o Departamento de Administração do Serviço Público. Apresentou despesa crescente ao longo dos anos e, em 1944, o valor destinado ao órgão havia mais do que dobrado em relação a 1940. Em 1945, atuou até maio, mês da sua extinção, com despesa proporcional ao número de meses. BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Quadros estatísticos: Brasil, 1937 -1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=31&c=p. Acesso em: 31 jul. 2021.

12 Boris Fausto, por exemplo, destaca que o Estado Novo exerce um fascínio que pode ser creditado ao seu caráter multifacetado, que censura e reprime, por um lado, e promove a cultura, as artes, os direitos civis e o desenvolvimento econômico, por outro. FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

13 MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

em si como uma mercadoria. Nesse sentido, embora o produto da propaganda política possa ser considerado um bem cultural, assim como o produto gerado pela indústria cultural, ele não é diretamente mercantilizado, não tem um valor de troca determinado no mercado (reificação) e seu valor de uso é de difícil mensuração, ao contrário da indústria cultural, que produz bens que são mercantilizáveis e que, portanto, participam do processo de acumulação diretamente.

No caso do produto final da propaganda política, num paralelo com a mercadoria, os processos particulares de produção, distribuição e consumo podem ser sumarizados como segue: a *produção* deu-se a partir da intervenção do Estado na imprensa e na propaganda, consagrada, especialmente, na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em fins de 1939. A *distribuição* concretizou-se através de um complexo sistema estatal centralizado e organizado burocraticamente nos moldes da racionalização do Estado e do corporativismo, cujas políticas eram emitidas pelo órgão federal, o DIP, e seguidas pelos órgãos estaduais, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPS)¹⁴, bem como pelo conjunto dos meios de comunicação privados em todo território nacional, além de determinar o que poderia ser divulgado fora do país¹⁵, num poderoso complexo de censura e repressão. O *consumo* efetivou-se na transformação da multidão, dispersa e desorganizada, em massa, na qual os públicos-alvo passaram a ser identificados (os militares, as crianças, as elites, os intelectuais e, com destaque, os trabalhadores) e transformados em destinatários e consumidores dos *produtos finais* da propaganda política.

Nesse sentido, nosso enfoque analítico concentra-se em dois dos mais importantes instrumentos da propaganda política oficial, estrategicamente elaborados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda: o filme de atualidades *Cine Jornal Brasileiro* (CJB) e a revista *Cultura Política*, nossas principais fontes de pesquisa. Esses instrumentos apresentavam não apenas os principais movimentos do governo, no sentido de construir e/ou fundar uma nova identidade nacional, um “novo” Estado

¹⁴ Segundo Silvana Goulart, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPS) seguiam as diretrizes vindas do órgão central, o Departamento de Imprensa e Propaganda, sendo aqueles apenas executores da política de propaganda e de censura comandada por este. GOULART, 1990.

¹⁵ Tania de Luca destacou a presença de publicações financiadas e editadas pelo DIP em acervos norte-americanos, demonstrando o esforço do regime na divulgação internacional. LUCA, Tania Regina. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011.

brasileiro, como também fomentavam as bases teóricas das futuras interpretações daquele período, sejam elas sociológicas, históricas, culturais ou econômicas, na medida em que apresentavam o trabalho de enquadramento da memória realizado pelo DIP. Embora fossem mídias distintas com direcionamentos para públicos diferentes – o *Cine Jornal Brasileiro* voltado ao grande público, característica própria do cinema enquanto linguagem artística; e a *Cultura Política* voltada a um público mais restrito num país com alto índice de analfabetismo –, ambas se aproximam no propósito de construção da unidade e da identidade nacionais, da imagem do regime e da memória coletiva. Configuram-se, acima de tudo, como importantes instrumentos para a disseminação e consolidação de um projeto nacional que visa à unidade territorial, cultural e econômica, alterando, assim, a antiga concepção de independência e autonomia das regiões, calcada no federalismo da primeira república. Um projeto não apenas político, mas também econômico e militar, fundado no controle dos recursos naturais e no desenvolvimento de indústrias que são base para a indústria bélica, como a metalurgia, a siderurgia e a fábrica de motores.

A seleção das fontes procurou atender, assim, nosso objeto de pesquisa: a ação do governo do Estado Novo na produção, divulgação e consumo das imagens construídas pela propaganda oficial no que diz respeito, especialmente, às transformações socioeconômicas a partir do crescimento de uma economia de base urbano-industrial. Nesse contexto, embora reconhecendo o valor e amplo alcance de outros meios de comunicação de massa do período, como o jornal e o rádio, focamos nossa análise nos instrumentos cuja produção foi realizada pelo Estado, na órbita da sua nova e burocratizada organização. A imprensa escrita, com destaque aos jornais de circulação diária, estava consolidada no Brasil desde muitas décadas sob a égide de empreendimentos privados, ainda que o regime estadonovista tenha encampado muitos desses veículos. A radiodifusão, ainda que tenha chegado no Brasil no início dos anos 20, desenvolveu-se rapidamente pela lógica de mercado, configurando-se como um veículo de diversão num modelo de rádio estritamente comercial¹⁶. O *Cine Jornal Brasileiro* e a *Cultura Política*, por sua vez, tiveram origem no seio da nova estrutura burocratizada do Estado, a qual compreendia a sua organização em bases corporativistas e estendia essa forma de organização desde a produção industrial,

¹⁶ CALABRE, Lia. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960*. Tese de doutorado, História, UFF, Niterói, 2002.

passando pela relação do Estado com a sociedade, trabalhadores e empresários, até a produção de ideias, de cultura e de informação.

A motivação inicial da pesquisa de doutorado foi investigar como as imagens do *Cine Jornal Brasileiro* apresentaram a industrialização. O *Cine Jornal Brasileiro* foi considerado, assim, como ponto de partida para as mediações pretendidas entre propaganda política e economia no período do Estado Novo, visando a repensar a memória econômica do período. A partir de análises da produção acadêmica especializada, observamos que os estudos que o utilizaram como fonte de pesquisa não esgotaram a investigação dos temas da economia e da industrialização, apenas os tangenciaram, o que nos sinalizou que perspectivas ainda não exploradas por outros pesquisadores poderiam vir à tona.

Nosso interesse pela industrialização está relacionado à importância que esta adquiriu nas interpretações, discursos e memórias ao longo do século XX no Brasil. Na academia, os anos 1930 foram interpretados como um período de ruptura. A historiografia econômica brasileira fundamentou sua análise na transformação de uma economia colonial ou primário-exportadora em uma economia de bases urbanas e industriais e problematizou, de um lado, a industrialização como base para o desenvolvimento e, de outro, a constituição do capitalismo no Brasil. Ambas as correntes buscaram propor políticas de desenvolvimento que permitissem superar o estágio primário-exportador da economia brasileira, impulsionar a industrialização e assegurar o aumento do padrão de vida do conjunto da população. Na memória coletiva, ficou registrada a imagem de um país que se industrializava e de um governo que atendia as demandas sociais, fixando a ideia de relação direta entre Estado forte e autoritário e crescimento econômico.

Depositária das esperanças nacionais, contudo, a industrialização acabou resultando em aumento da concentração de renda e ampliação do endividamento externo ao longo do século XX. É inegável, todavia, que o processo de industrialização ocorrido durante os anos 1930 e 1940 instrumentalizou o mercado interno e colocou o país num novo patamar de concorrência no mercado internacional. A aparente contradição não invalida ou enfraquece aqueles estudos concentrados no esforço de explicar o papel das políticas industrializantes no contexto da economia brasileira, pelo contrário, reforça a ideia de que novos estudos na área de história econômica devem partir deles.

Ao optarmos por empregar o filme como fonte histórica, partimos dele para problematizar nosso objeto de estudo, interrogar o contexto em que essas imagens foram construídas e perquiri-las a partir do que demonstram e não do quanto comprovam, em alinhamento com a concepção de que a imagem não reflete a realidade capturada, mas uma representação dela, um quadro intencionalmente escolhido para representá-la. Compreendemos que o filme, assim como qualquer outro documento histórico, esteve e está sujeito às manobras do poder e do tempo e, por isso, não devem ser consideradas pela análise acadêmica como provas do passado, mas como rastros que podem desvelar pistas dignas de atenção. De tal modo, a análise fílmica considera os elementos que compõem o próprio filme, imagens e sons, e dialoga com a historiografia sem que seja enfraquecida, comandada ou mesmo dominada por ela, o que invalidaria o uso do filme como fonte de pesquisa¹⁷.

Os estudos que exploram a relação entre cinema e história afirmam que a análise histórica do filme deve ser feita a partir dos seus elementos, pois ele não é complemento do documento escrito¹⁸. Ao recorrer às imagens do *Cine Jornal Brasileiro*, examinamos o que a tela nos mostra: os lugares e seus objetos, as pessoas e suas ações. A pesquisa foi realizada a partir dos visionamentos, ação própria de analisar o filme, e avaliou os enquadramentos, que delimitam os quadros das imagens, as escolhas de corte e retomada de cena, a montagem – que corresponde ao processo pelo qual o montador seleciona e une as cenas filmadas na

¹⁷ Sobre o método histórico de análise fílmica, cf. MORETTIN, Eduardo Victorio. Acervos cinematográficos e pesquisa histórica: questões de método. *Esboços* (UFSC), v. 21, p. 50-67, 2014.

¹⁸ Destacamos as pesquisas de Sheila Schvarzman e Eduardo Morettin, cujas produções, além de serem atuais, são relevantes para pensar a relação entre cinema e história no contexto brasileiro. SCHVARZMAN, Sheila. *Como o cinema escreve a história: Elia Kazan e a América*. Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp, Campinas, 1994.; SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.; MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e História: uma análise do filme "Os Bandeirantes"*. Dissertação (Mestrado), ECA-USP, São Paulo, 1994.; MORETTIN, Eduardo Victorio. *Os limites de um projeto de monumentalização cinematográfica: uma análise do filme Descobrimento do Brasil (1937)*. Tese (Doutorado), ECA/USP, São Paulo, 2001.; MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 20, n.38, p. 11-42, 2003.; MORETTIN, Eduardo Victorio; KORNIS, Monica. Entrevista com Ismail Xavier. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 213-238, 2013.

O desenvolvimento da relação entre cinema e história também deve muito à Jean-Claude Bernardet, José Inacio de Melo Souza, Marcos Napolitano, Paulo Emilio Sales Gomes, Mônica Pimenta Velloso, Maria Helena Capelato, Maria Rita Galvão, além de André Bazin, Marc Ferro, Pierre Nora, Jacques Le Goff, entre outros da terceira geração dos Annales, que discutiram o advento de novas fontes para a pesquisa histórica, com destaque para o filme.

sequência desejada para exibição –, a trilha sonora e os textos proferidos pela locução, procedimentos que possibilitam o emprego do filme como fonte histórica.

A expectativa era encontrar a industrialização como um eixo central da propaganda política do Estado Novo veiculada no *Cine Jornal Brasileiro*. Percebemos, entretanto, que os temas da industrialização e da economia estavam subordinados a outros temas, os quais eram abordados de forma explícita, notadamente, as realizações do Estado e seu Chefe, o Presidente Getúlio Vargas, com foco no discurso do progresso, da segurança nacional e do “interesse coletivo”. Essa compreensão nos impulsionou a mobilizar outros documentos, como os discursos, os relatórios, os catálogos, as legislações e, especialmente, a revista *Cultura Política*, criada para ser um espaço de diálogo entre os intelectuais dentro da estrutura do Estado. Ao longo da pesquisa, a análise da *Cultura Política* comprovou sua relevância para nosso estudo por apresentar as ideias fundamentais às ações do governo nas diversas áreas, desde a organização do Estado, as estratégias militares e as políticas trabalhistas e sociais até a coordenação dos campos cultural, intelectual, artístico e político. Isso nos possibilitou uma aproximação entre as ideias e as práticas aplicadas à propaganda política do regime, coadunadas num mesmo órgão de Estado, o DIP.

A partir da pesquisa nas fontes, os visionamentos do *Cine Jornal Brasileiro* e a leitura da *Cultura Política*, realizamos uma reformulação do problema de pesquisa, o qual incorporou a análise da produção da propaganda política levada a cabo pelo DIP e do papel desse processo de produção específico na construção da memória do Estado promotor do progresso, da industrialização e da transformação econômica durante o Estado Novo. A análise da propaganda política – de seus modos de produção, distribuição e consumo – e a análise das estratégias envolvidas nesses processos, no que diz respeito às imagens do progresso econômico, da industrialização e das transformações socioeconômicas, passaram a ser os eixos centrais que estruturam os três capítulos da tese. A complementaridade das fontes utilizadas¹⁹, a qual destacamos no parágrafo anterior, nos indicou a reflexão a ser

¹⁹ O cotejamento entre as fontes deu substância às nossas análises e enriqueceu nossos argumentos. Lembramos aqui a afirmação do historiador Marc Bloch, é ilusão “imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo de documento, específico para esse uso”. BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 27.

feita sobre o caminho percorrido pela propaganda estatal a partir da sua economia política.

A propaganda política e a memória, a partir dela construída, constituem, assim, um campo factual que julgamos permitir uma análise que se destaca para pensar a relação entre duas contingências às quais o país estava submetido, o autoritarismo dos anos 1930 e 1940 e o capitalismo tardio, característico do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. A decisão de privilegiar esse campo factual tem como primeira razão o fato desse material ter permitido desenvolver uma visão para além de uma análise meramente estruturante, sendo, ao mesmo tempo, complementar às análises já consagradas que privilegiam as estatísticas acerca do período, o que possibilitou um olhar mais apurado das estruturas reinantes, para além das lógicas manipuladoras de um regime autoritário. Outra razão, mais óbvia e que causa especial interesse, é o fato de que se trata de um acervo pouco explorado pelos estudos em economia, ou seja, ele constitui um corpo documental não usual nas análises das ciências econômicas, além de ser um material de difícil acesso e que depende de uma análise complexa, tendo em vista a falta de metodologias consensuais sobre a forma de pesquisa e tratamento dos dados.

No primeiro capítulo, analisamos as questões que envolvem a construção da memória nacional coletiva durante o Estado Novo em três partes: na primeira, discutimos os aspectos teóricos dessa construção; na segunda, os agentes que a promoveram, os intelectuais-burocratas; na terceira, analisamos a ação do Estado autoritário na construção da monumentalização da Era Vargas. Entendemos a memória coletiva do Estado Novo como o elemento de coesão, de unidade e de identidade nacionais, o qual reforça o sentimento de pertencimento²⁰. Ao configurar-se como um elemento de coesão, a memória coletiva passou por um trabalho de enquadramento, o qual buscamos compreender nesta pesquisa a partir da propaganda política do regime estadonovista. O agente realizador do trabalho de enquadramento foi um tipo particular de intelectual, o intelectual-burocrata.

²⁰ Partimos dos conceitos de memória coletiva definidos por Michael Pollak, Henry Rousso e Maurice Halbwachs. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.; ROUSSO, H. Para una historia de la memoria colectiva: El post-Vichy. *Aletheia*. La Plata, v. 3, n. 5, pp. 1-14, dez. 2012. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5463/pr.5463.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

Introduzimos a expressão para designar os intelectuais responsáveis por pensar e produzir as ideias fundamentais para a promoção do Estado Nacional como um grandioso empreendimento. Ao construir a memória oficial do Estado Novo, o intelectual-burocrata guardava estreita ligação com a propaganda política do regime, através da qual executou o trabalho de enquadramento da memória e a reescrita da história para o estabelecimento de um “novo” Estado. O intelectual-burocrata tem como diferencial na sua atuação o entrelaçamento da burocracia estatal e da propaganda política do governo, exercendo um papel chave na produção, distribuição e consumo daquela propaganda burocratizada.

No segundo capítulo, iniciamos a análise da economia política da propaganda estadonovista pela análise da produção do *Cine Jornal Brasileiro* e da revista *Cultura Política*. O capítulo é, assim, dividido em três seções: na primeira, analisamos a formação do estado interventor e o papel da intervenção estatal na construção da memória econômica pela propaganda política; na segunda, analisamos a construção da imagem de um Brasil como potência industrial no *Cine Jornal Brasileiro*; na terceira, examinamos o projeto econômico nacional construído pelos intelectuais-burocratas nas páginas da revista *Cultura Política*. Nossa investigação tem como foco a construção das imagens do legado econômico, da industrialização, do progresso e da transformação socioeconômica, as quais foram elaboradas no diálogo travado pelos intelectuais na revista *Cultura Política* e dirigidas às massas pelo *Cine Jornal Brasileiro*, numa perspectiva de construção de narrativas que miravam o enquadramento da memória nacional coletiva.

No terceiro capítulo, na esteira da análise da economia política da propaganda do Estado Novo, passamos à distribuição e ao consumo, os momentos finais do caminho percorrido por essa produção, os quais são abordados em três subdivisões. Primeiramente, analisamos como se deu a distribuição da propaganda política do regime a partir do processo de burocratização do Estado, seu significado e escopo de ação. Em seguida, analisamos o consumo da propaganda política realizado através do processo de transformação das multidões em massa de consumidores dos produtos da propaganda do regime. Por fim, focamos nossa atenção no consumo da propaganda política do Estado por um público-alvo especial: a massa de trabalhadores.

Não podemos encerrar a introdução desta tese sem registrar o descaso do Estado com a Cinemateca Brasileira, cujo reflexo está nas condições de

funcionamento e nos incêndios ocorridos em seus depósitos, em fevereiro de 2016 e julho de 2021²¹. Considerada o maior patrimônio cinematográfico da América do Sul e a maior instituição de preservação audiovisual do Brasil, a Fundação Cinemateca Brasileira vem sofrendo, desde sua oficialização em 1946, com dificuldades e sucessivas crises. Desde 2013, quando ocorreu a destituição da sua diretoria somada à ausência de um modelo de gestão de pessoal, houve um sucessivo desmonte das equipes de trabalho, não permitindo a execução de um trabalho continuado. Essa conjuntura é resultado do desrespeito do Governo Federal com relação à gestão do patrimônio audiovisual brasileiro e a preservação da memória²². O incêndio de 2016 ocorreu em um dos quatro depósitos de filmes em suporte de nitrato de celulose, material altamente inflamável, cuja falta de manutenção agrava sua característica intrínseca²³.

Esses fatos nos afetam, primeiro, por nosso interesse e reconhecimento do cinema enquanto documento fundamental para a história, instrumento útil na sua disputa pela memória e seu constante refazer. A relação entre o cinema e a história e o estudo do audiovisual (historiografia do cinema) no Brasil é um campo consolidado²⁴, com pesquisadores especializados e trabalhos reconhecidos na área acadêmica. Segundo, porque dizem respeito diretamente à execução da presente pesquisa, uma vez que dos 1.003 rolos perdidos, 762 eram de cinejornais, dos quais

²¹ Com base, principalmente, no relatório elaborado para o Conselho da Cinemateca e na tese de doutorado de Rodrigo Archangelo, pesquisador da Cinemateca. ARCHANGELO, Rodrigo. *Imagens da nação: política e prosperidade nos cinejornais Notícias da Semana e Atualidades Atlântida (1956-1961)*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2015.

²² Por iniciativa do ST 86 “História, Cinema e Televisão” e do Grupo CNPq “História e Audiovisual: Circularidades e Formas de Comunicação”, no dia 22 de julho de 2021, a Associação Nacional de História aprovou em Assembleia uma moção que denunciava a situação calamitosa da Cinemateca Brasileira e o descaso do governo federal. O texto está disponível em http://historiaeaudiovisual.weebly.com/uploads/1/7/7/4/17746215/moção_sobre_a_cinemateca_brasil_eira.pdf. Acesso em 25 jul. 2021. No dia 29 de julho de 2021, ocorreu o incêndio nos depósitos da Cinemateca Brasileira na Vila Leopoldina, em São Paulo.

²³ O resultado do fatídico incêndio torna-se ainda mais devastador quando observamos a seguinte informação. Segundo relatório elaborado pela própria Cinemateca, o conjunto de materiais presente na câmara incendiada era constituído de *filmes nacionais, relativos a cinejornais (98,1%)*, curtas-metragens (1,7%), teste de atores de longa-metragem (0,1%), e um registro publicitário (0,1%), que registram diferentes aspectos da sociedade brasileira *nas décadas de 1930 a 1950*.

²⁴ Para um panorama atual da historiografia do cinema no Brasil, olhar o livro *Nova História do Cinema Brasileiro*, organizado por Sheila Schvarzman e Fernão Ramos e publicado em dois volumes em 2018. Apostando em um recorte cronológico, o livro aborda desde os primórdios do cinema no Brasil, em fins do século XIX, às produções realizadas até 2016. O recorte que divide o primeiro do segundo volume é a passagem do cinema mudo para o sonoro, em 1930. RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila. *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Edições Sesc, 2 v., 2018.

365 eram do *Cine Jornal Brasileiro*. Para muito além deste estudo, é dispensável dizer o quão nefasta é essa perda para a história e a memória.

Em 1982, no primeiro catálogo do Cine Jornal Brasileiro, resultado das primeiras pesquisas no acervo recém-chegado na Cinemateca Brasileira, Maria Rita Galvão²⁵, coordenadora do projeto, alertava sobre o fato de que “mil latas” guardadas na Fundação Cinemateca Brasileira, seria somente uma pequena parcela diante da vasta produção de cinejornais do Departamento de Imprensa e Propaganda. Muito material encontrava-se espalhado pelo Brasil, destacou a pesquisadora, e encontrá-lo e preservá-lo deveria ser uma ação imediata do Estado.

²⁵ GALVÃO, Maria Rita. (org.). *Cine Jornal Brasileiro, Departamento de Imprensa e Propaganda 1938-1946*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira/Imprensa Oficial do Estado, 1982.

1 A CONSTRUÇÃO DE UMA "ERA": A PROPAGANDA POLÍTICA DO ESTADO NOVO E A MEMÓRIA NACIONAL

Sejam quais forem os juízos finais da história sôbre a atuação política do Presidente, o que aquela não lhe poderá negar jamais é o mérito de ter sabido manter o equilíbrio social num período dos mais difíceis e agitados, superpondo os interesses gerais do país aos interesses dos grupos, e, sobretudo, o de ter sabido arrancar de tudo isso uma orientação firme e decisiva, uma nova ordem política que permitiu um contacto mais vivo e profundo das fôrças construtivas da nacionalidade com as esferas governamentais, que conduziu o Brasil à situação de excepcional prestígio internacional que êle hoje desfruta entre as Nações Unidas – e de onde só poderá surgir, para o futuro, um sistema democrático de vida social melhor, mais justo e mais humano²⁶.

Iniciar este estudo pela análise da construção da Era Vargas através da construção da memória nacional e coletiva significa reconhecer o esforço do Estado na construção da sua autoimagem. A repetição do substantivo construção é usada aqui para destacar o caráter edificante das ações dos governos Vargas entre 1930 e 1945; projetos que se constituíram como estruturas do novo Estado brasileiro. A ênfase na construção significa também entender o esforço que o Estado Novo fez no sentido de monumentalizar o legado que pretendia deixar à posteridade, bem como a maneira pela qual esse Estado reaparece nas construções memoriais de outros períodos, que o transformou em uma "era industrializante". Não por acaso, o trecho acima é o último parágrafo do texto de abertura da edição especial da revista *Cultura Política*, comemorativa ao sétimo aniversário do Estado Nacional, de novembro de 1944, escrito por Almir de Andrade, diretor da revista. Os veículos de comunicação oficiais e oficiosos, especialmente durante o Estado Novo, dedicaram todos os seus recursos à produção, divulgação e distribuição de uma imagem que pudesse dar base às obras e às ações do regime vigente, construindo uma memória nacional coletiva. Assim, neste capítulo, nossa análise tem como foco o papel e a importância atribuídos pelo regime estadonovista à construção da memória para a construção de uma era, a Era Vargas.

O que consideramos aqui Era Vargas é o período que se estendeu entre 1930 e 1945, durante os quais houve três diferentes, porém coesos, governos do

²⁶ ANDRADE, Almir de. O Presidente e o 10 de Novembro. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 4, nov. 1944, p. 10.

Presidente Getúlio Vargas: o Governo Provisório, de 1930 a 1934; o Governo Constitucional, de 1934 a 1937; e a Ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945. Nossa abordagem enfatiza as continuidades, no entendimento de que houve um direcionamento das políticas desde a tomada do poder em 1930. A defesa da continuidade não significa que essa direção não encontrou entraves, tendo, por vezes, que retroceder para acomodar os interesses em conflito. Contudo, o golpe de 1937 foi o resultado de uma construção ao longo da década de 1930, cujas bases foram sendo definidas e ajustadas, remetendo, inclusive, a pensamentos defendidos antes de 1930. Não significa dizer que a continuidade à qual nos referimos remete a algo como um desdobramento natural dos fatos, ao contrário, o que enfatizamos são as ações as quais, repetidas vezes, impuseram ao contexto um caminho que levaria a um governo autoritário, com poder centralizado no Presidente da República e com alto grau de intervenção do Estado em todas as esferas da vida nacional.

Em nossa leitura sobre os anos 1930, encontramos a coesão sequencial que define a continuidade das ações em três grandes temas: a reestruturação das Forças Armadas, o uso da legislação e o combate ao comunismo²⁷. Essas características da política brasileira durante a década de 1930 foram fundamentais para criar a conjuntura que culminou no golpe de 1937, ou seja, esses três grandes temas englobam acontecimentos que ditaram o ritmo dos preparativos para o estabelecimento do Estado Novo. Os militares reorganizavam-se de forma a recolocar as Forças Armadas no centro do poder nacional e ocupar o lugar como um dos principais atores políticos das próximas décadas. Tendo se reestruturado ao longo dos anos 1930, a presença das Forças Armadas durante o Estado Novo foi notória. Nas palavras de Dulce Pandolfi, “fiadoras do regime ditatorial, as Forças

²⁷ O argumento da via legal como caminho para a constituição do Estado Novo é desenvolvido a partir de Diniz, Leopoldi e Pinto. DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; PINTO, Sérgio Murilo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

O argumento da recolocação das Forças Armadas como um dos principais atores políticos, juntamente com Vargas, ao longo da década de 1930, é de Carvalho. CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Por fim, o argumento da segurança nacional e do combate ao comunismo está em Carneiro. CARNEIRO, Maria Luiza Tutti. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Armadas se fortaleceram, pois, além de guardiãs da ordem interna, passaram a ser um dos principais suportes do processo de industrialização²⁸. Ao mesmo tempo, o marco legal, mais do que apenas buscar soluções para os conflitos colocados, criava circunstâncias às quais a sociedade deveria adaptar-se e realocava as disputas de poder, refletidas na legislação, tendo como pontos de inflexão as constituições de 1934 e 1937. O combate ao comunismo foi oportunidade para ações do Estado que envolveram perseguições, banimentos, torturas e assassinatos. Visto como uma ameaça ao país desde os anos 1920, o comunismo foi colocado no centro dos ataques em, pelo menos, dois momentos significativos: na consolidação das emendas constitucionais de dezembro de 1935, consequência dos levantes comunistas de novembro, e na divulgação do Plano Cohen, articulado para ser o estopim do golpe de Estado de 1937.

Somado à crise política, o cenário econômico no início da década de 1930 era também de crise, por conta do contexto internacional e nacional. O *crash* da bolsa de Nova Iorque afetou, em especial, o setor agroexportador brasileiro e, internamente, a crise tomou ainda maiores proporções por conta da superprodução de café. As saídas propostas vinham de vários setores da sociedade e situavam-se desde a solução pontual para a questão do café até a superação do atraso em relação aos países capitalistas avançados²⁹. No Brasil, a década de 1930 foi um período de revisão, um momento de lançar um novo olhar ao passado para, então, projetar o futuro. As diversas obras publicadas com interpretações sobre o país, suas origens e seu povo estão no marco de um novo tempo. A desigualdade, nesse contexto, não poderia mais figurar como conflito, mas como característica natural – que poderia ser amenizada, não superada. A democracia social defendida pelo regime estadonovista, em contrapartida à democracia política, preconizava que a desigualdade era parte do arranjo natural da sociedade e que o povo não era dotado de capacidades que lhe possibilitassem fazer as melhores escolhas através do voto. Cabia, assim, à elite intelectual o papel, por ela mesma atribuído, de guardião do bem nacional, somado ao

²⁸ PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 10.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: livro 2: tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

papel, que lhe foi conferido pelo Estado, de edificador de uma memória nacional, tudo nos marcos da nova burocracia estatal.

A imprensa, as publicações de cultura, o rádio e o cinema atuavam no sentido de persuadir e empolgar as multidões, com base em mensagens positivas e direcionadas. A intenção era criar um clima favorável, de aceitação plena ao presidente, uma vez que este havia assumido o poder em 1930, mediante um golpe, apoiado por militares e uma coalisão oligárquica divergente. Em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, Vargas pôde aprimorar os mecanismos de controle cultural e social, através de instrumentos legais trazidos na nova Carta Constitucional. Dentre outras coisas, a Constituição de 1937 instituía e legalizava a censura prévia de toda informação veiculada no território nacional e determinava que a imprensa passaria a ser encarada como assunto de Estado.

Longe da liberdade de expressão e sob a tutela absoluta do regime quanto à produção, circulação e difusão do conhecimento e da informação, a sociedade brasileira se encontrava submersa num estágio de total vigilância. Nessa perspectiva, o ideal de modernização do Brasil, que tinha na industrialização seu principal motor de ação, parecia legitimar todo e qualquer tipo de intervenção do Estado, excessos da polícia e controle dos meios de comunicação. A indústria, a nova indústria, moderna e pesada, transformou as estruturas da sociedade brasileira e essa era a prova cabal de que, finalmente, o país havia entrado no seleto grupo das nações modernas.

O impacto dessa profunda transformação econômica, social e intelectual ganhou destaque na construção da memória do período, tanto aquela que foi forjada por adeptos do regime, no calor dos acontecimentos, quanto a que se constituiu tardiamente por “herdeiros” políticos da Era Vargas. Em ambos os casos, a construção da memória do Estado Novo esteve, particularmente, vinculada aos inéditos progressos industriais. A partir dos anos 1980, houve um aumento do número de estudos relacionados ao Estado Novo, impulsionados pela redemocratização do país, que gerou interesse e necessidade de entender melhor o autoritarismo brasileiro, questionando o mito do país “cordial” e “pacífico”. Entretanto, saber onde termina a memória, construída e controlada pelo próprio Estado Novo, e onde começa a narrativa dos fatos, matéria-prima da história, ainda é um dos grandes desafios para os estudiosos. É fundamental determinar a linha tênue que separa uma análise histórica, metodologicamente testada, de um registro memorialístico. Assim, a

memória deve antes ser estudada; e a memória do Estado Novo deve antes passar pela triagem analítica da pesquisa histórica.

Neste capítulo, analisamos como a memória é mobilizada para a construção da nação sob o regime do Estado Nacional (1937-1945), durante o qual a memória nacional coletiva passou por um trabalho de enquadramento realizado através da propaganda política de massa, direcionada para públicos específicos. Na primeira parte, analisamos os marcos teóricos do processo de enquadramento da memória, a utilização desse processo pelo poder autoritário do Estado Novo e a constituição de uma memória oficial. Na segunda, introduzimos a expressão intelectual-burocrata para designar aqueles que produziram a memória oficial, os responsáveis pela construção da memória do Estado Novo e sua ligação com a propaganda política do regime. Na terceira parte, partimos da ideia de que é a ação humana, através das estruturas de poder, que delibera o que e como será incorporado à memória coletiva, enquadrando-a, além de analisarmos o movimento do Estado autoritário para a monumentalização do seu legado.

1.1 O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O culto dos heróis e das glórias passadas não pode traduzir-se numa atitude de pura contemplação, de passividade estéril. Há de revestir, antes, a grandiosidade de um compromisso público, projetando diante de nós as figuras máximas da história pátria, a exigirem, pela memória dos seus feitos, que saibamos perpetuar-lhes o exemplo e manter o ritmo da prosperidade nacional³⁰

Quanto mais medito no silêncio e no recolhimento de minha paz interior, estranho a qualquer pretensão de mando, poder ou chefia, quanto mais balanço certos dados no arquivo de minha memória, mais se avoluma o sentimento de uma verdade que ressalta na trama dos acontecimentos. As causas remotas da campanha política que sofri, seus motores ocultos e os ostensivos, geram uma convicção³¹.

O objetivo desta primeira parte do capítulo é apresentar a discussão e o exame dos fundamentos teóricos que nos permitiram realizar nosso trabalho de

³⁰ Discurso de Getúlio Vargas em 7 de setembro de 1938, no Palácio Guanabara. D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série perfis parlamentares, n. 62, 2011, p. 385. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2014.

³¹ Discurso de Getúlio Vargas em 29 de novembro de 1946, em Porto Alegre. Ibidem, p. 517.

pesquisa e análise dos documentos utilizados nesta tese como fontes de pesquisa, subsidiando nossas observações e conclusões ao longo do texto e permitindo obter conclusões de forma a oferecer uma contribuição que julgamos relevante para o campo da história econômica. Justamente lembrando desse propósito – buscar nas fontes os subsídios para a construção de nossos argumentos –, é que decidimos iniciar o presente texto com os excertos acima, os quais nos trazem dois momentos em que Getúlio Vargas refere-se à memória. No primeiro, esta aparece como forma de perpetuação das heranças, proferido em 7 de setembro de 1938; já no segundo, de 29 de novembro de 1946, percebemos a evocação personalista da memória.

No encerramento das comemorações da Semana da Pátria e da Raça, em 1938, discursando enquanto Presidente da República no salão de honra do Palácio Guanabara, com transmissão pelo rádio, Vargas enfatizou a necessidade de evocar a memória dos heróis e das glórias passadas para que se obtenha o fortalecimento da raça e o aumento do nível cultural e eugênico da mocidade brasileira. Em contexto totalmente distinto do primeiro, em discurso no comício do PTB, em Porto Alegre, em fins de 1946, por ocasião da campanha para as eleições estaduais de janeiro de 1947, o ex-Presidente Vargas recorria às suas memórias para chamar por um sentimento de verdade dos acontecimentos, de uma convicção que, por conta de memória, não falha. Observemos que a mobilização da memória em ambos os casos tem efeitos pragmáticos no presente, ou seja, nos momentos em que aquelas memórias estão sendo evocadas. Isso ocorre porque, primeiro, por tratar-se Vargas de figura pública, a evocação da memória tem efeitos coletivos. Segundo, por tratar-se de figura do poder, em especial no primeiro caso em que está Presidente da República, a evocação da memória tem efeitos de enquadramento da memória nacional coletiva.

Um dos aspectos mais representados e representativos que compõem o acervo da memória oficial da Era Vargas é, certamente, a ideia de que o Estado Novo surgiu para executar a missão de libertar o Brasil das sombras do liberalismo e para honrar a gloriosa história de um povo. Segundo essa narrativa, o governo varguista preencheu uma lacuna histórica importante, reescreveu o destino de uma nação e direcionou a energia da nacionalidade para conquistar o respeito do mundo. Ao mesmo tempo, revelou o Brasil a si próprio e fomentou uma consciência e uma personalidade nacional. Desse modo, o que ficou para a posteridade, o que é invocado frequentemente, através do resgate da memória nacional, foi essa dupla empreitada honrosa – a conquista do respeito internacional e a valorização de seu

próprio povo – de um governo capaz de mobilizar esforços gigantescos para modernizar e fortalecer a nação.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a ideia de nação, desde o século XIX, passou a ser considerada a forma mais acabada de grupo, enquanto a memória nacional veio a ser a forma mais completa de uma memória coletiva. Entretanto, Michael Pollak aborda a importância de contrapor a memória oficial, ou seja, a memória nacional, às memórias marginais, subterrâneas, desnudando o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória nacional coletiva. O autor parte da tradição metodológica durkheimiana de tratar os fatos sociais como coisas e passa a analisar como eles se tornam coisas. As perguntas passam a ser *como* os fatos sociais se constituem como coisas e *quem* interfere no processo de constituição e formalização das memórias. Nas suas palavras, “como e por quem eles [os fatos] são solidificados e dotados de duração e estabilidade”, transformando-os, assim, em memória³².

Conforme demonstrou Pollak³³, o que separa a memória coletiva subterrânea de grupos minoritários da memória coletiva organizada da sociedade dominante e do Estado é o “não-dito”, o silêncio. Já os limites entre os silêncios e os não-ditos com o esquecimento são móveis e estão em constante deslocamento. É o presente que diz como o passado vem à tona, qual memória deve ser invocada; é o presente que distingue a conjuntura favorável para tirar do silêncio a memória marginalizada. Assim, no longo prazo, ambas as memórias enfrentam desafios para suas perpetuações. As memórias subterrâneas devem enfrentar o problema de suas transmissões através do tempo até encontrar a ocasião de tomar o espaço público; as memórias oficiais, por seu turno, enfrentam o problema da credibilidade, da aceitação e da organização, ou seja, elas exigem um intenso trabalho de organização para superar a simples montagem ideológica, que é precária e frágil. O processo de organizar aquilo que deve ou não ser guardado para as futuras gerações foi uma empreitada bem-sucedida do regime estadonovista, executada por todo o aparato governamental, mas, especialmente, pelo DIP, e o seu resultado é visto ainda hoje. Em resumo, o que há de convergência e de divergência entre as memórias subterrâneas e oficiais define o consenso e o conflito social em dado momento conjuntural.

³² POLLAK, 1989, p. 4.

³³ Ibidem.

Para abordar os limites e os quadros referenciais aos quais a memória de um grupo está submetida, Pollak³⁴ recorre à ideia de memória enquadrada de Henry Rousso³⁵. A memória consiste em tentativas de definir e reforçar os sentimentos de pertencimento e os limites sociais entre diferentes coletividades. Ao atender as funções de manter a coesão de uma sociedade e defender as fronteiras daquilo que ela tem em comum, incluindo o seu território, a memória passa por um trabalho de enquadramento, executado pelos agentes responsáveis por essa memória. Esses agentes são dotados de legitimidade e/ou poder, em geral, atribuído pelo Estado, para realizar tal tarefa. No Estado Novo, muitos intelectuais voltaram as energias dos seus trabalhos para produzir e difundir os ideais do regime, então entendidos como os ideais da nação brasileira³⁶.

O Estado Novo fez esforços constantes de revisão da história de forma a colocá-la a seu serviço, ou seja, de forma a justificar as escolhas do regime estadonovista como imperativos estruturais do país. Nesse sentido, a revisão da história, a eleição dos heróis e a construção dos monumentos são partes do enquadramento da memória empreendido pelo governo através do aparato propagandístico estatal. A proposta de história do Brasil construída durante o Estado Novo marcou a cultura histórica brasileira. A historiadora Ângela de Castro Gomes³⁷ afirmou que, apesar da análise da herança – e suas consequências – do Estado Novo para os períodos subsequentes ser complexa, aquele regime trouxe conceitos, práticas e uma nova forma de estado que teve papel central na construção de uma cultura política brasileira. A autora examinou o que teria sido essa “cultura histórica” do Estado Novo a partir de dois instrumentos da imprensa oficial: o jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política*, ambos publicados entre 1941 e 1945. No *A Manhã*, focou sua análise no suplemento literário “Autores e Livros” e, na *Cultura Política*, na seção “Brasil social, intelectual e artístico”.

Em “Autores e Livros” do jornal *A Manhã*, Gomes analisa *quem* era considerado historiador naquele contexto e “o *que* estava sendo entendido e postulado como saber histórico e ofício do historiador”. A escolha da autora foi não

³⁴ POLLAK, 1989.

³⁵ ROUSSO, 2012.

³⁶ Trataremos destes, os quais chamamos de intelectuais-burocratas, e da intelectualidade, em geral, mais adiante neste capítulo.

³⁷ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores – A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

trabalhar com os historiadores profissionais, ou seja, o trabalho de Gomes não é sobre os autores e os livros criticados na coluna. O objetivo foi “examinar o texto dos comentaristas que escrevem sobre essa tradição – conformando-a assim –, e que foram, por sua vez, selecionados pelo diretor do suplemento, o acadêmico Múcio Leão”. Já na revista *Cultura Política*, Gomes buscou resposta para o *que* significava o passado brasileiro no contexto do Estado Novo e *como* foi feita a recuperação desse passado. Assim, nas suas palavras, “o exame dos artigos da revista permite uma reflexão sobre que ‘lugar’ a história ocupava no discurso estado-novista e, particularmente, que história do Brasil estava sendo reescrita”³⁸. A pesquisa consistiu, em primeiro lugar, em investigar o que significou ser historiador e fazer história conforme a política cultural do Estado Novo e, em segundo, em refletir sobre quais conteúdos deveriam, sob a mesma ótica, ser abordados. Em ambas as fontes, a autora destacou as relações dos intelectuais com o Estado, os vínculos da história do Brasil com outras disciplinas e as estratégias de produção cultural que envolviam escritores, editores e instituições, acadêmicas ou não. Assim, embora os conteúdos do jornal e os da revista tenham oferecido possibilidades analíticas distintas, ambos remontaram um passado comum ao Estado Nacional, produto de uma tradição e objeto de uma ampla política de divulgação.

A revisão da história segundo os parâmetros estabelecidos pelo Estado Novo marcou a construção da memória oficial e, nesse caso, da memória coletiva, considerando o fato de que o regime autoritário instaurado em 1937 não dava espaço para outras versões, visões e críticas de qualquer ordem. A repressão e a censura tiveram papel central no esquema de ascendência da história oficial, moldando o enquadramento da memória sobre o passado e o presente. Os autores-historiadores, afirmou Gomes, foram os homens das letras que, envolvidos e comprometidos com seus pares e preocupados com os problemas pátrios, realizaram uma profunda revisão e re colocação da história do Brasil no contexto nacional. Então, a versão da história do Brasil contada pelo regime privilegiou os aspectos autoritário e centralizador e denunciou o fracasso da experiência liberal da Primeira República. Também deu ênfase à tradição de luta de uma “raça mestiça” boa, pacífica, democrática e republicana, para a qual uma igualdade “despolitizada” poderia ser alcançada através de uma democracia social, não política. Uma história na qual a

³⁸ GOMES, 1996, pp. 11-12.

glória da elite heroica culminava na unidade da pátria. Tanto o suplemento do jornal *A Manhã* quanto a revista *Cultura Política* comprovaram o empenho do Estado com a ressurreição do passado – também manifesto nos subsídios às regionais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – através de uma política de publicações garantidora da difusão do conhecimento. Para a pesquisadora, foram esses apelos materiais que fizeram com que a participação e colaboração dos intelectuais no aparelho do Estado fossem concretas e autênticas³⁹.

A análise do trabalho de enquadramento e da sua produção material são a chave para estudar como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas. Para Pollak⁴⁰, as memórias coletivas que passaram por um trabalho de enquadramento são fundamentais para a perenidade tanto do tecido social quanto das estruturas institucionais de uma sociedade, ainda que não sejam o único fator aglutinador. O autor destaca que o trabalho de enquadramento da memória, contudo, encontra seus limites nas exigências de justificação e de credibilidade. A exigência de justificação impede a falsificação do passado, pois, à medida que o trabalho de enquadramento se alimenta do material fornecido pela história, cujo conteúdo pode ser interpretado e associado a outras referências, reinterpreta constantemente o passado em função das disputas do presente, com o objetivo de não só manter, mas também modificar as fronteiras sociais. A exigência de credibilidade, que depende da coerência dos discursos sucessivos, limita o trabalho permanente de reinterpretação do passado, dá o caráter de duração à memória, enfatiza sua construção no tempo e, por isso, dá sentido à identidade individual e do grupo, ou seja, as exigências com relação aos constructos do passado impõem controles à memória, seja na “escolha” das testemunhas, seja na presença de “historiadores da casa”.

Para Le Goff⁴¹, a memória coletiva e a história estão refletidas, ambas, nos documentos e nos monumentos. O que sobrevive do passado é uma escolha deliberada pelas forças capazes de operar nos campos do poder para perpetuar a memória coletiva. Em outras palavras, é a ação humana que determina a presença ou a ausência dos documentos nos arquivos, nas bibliotecas, nas repartições públicas, nas cortes, nas paróquias, nas associações etc., e são os vestígios deixados pelo passado, em forma de monumentos, que possibilitam o fazer historiográfico. Por

³⁹ GOMES, 1996.

⁴⁰ POLLAK, 1989.

⁴¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

conta dessa ação humana deliberada, os documentos devem passar por um processo de crítica de modo a colocá-los em perspectiva com outros monumentos.

Desde que se entende que os documentos não devem ser encarados como provas históricas cabais, mas sim como monumentos do passado, houve, ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1960, uma revolução documental, amparada por uma revolução tecnológica para o tratamento e análise dos documentos. A crítica do documento não buscava mais somente verificar sua autenticidade, mas procurava investigar as suas condições de produção, de distribuição e de uso como instrumento de poder. Aliás, é justamente o uso do documento pelo poder que o transforma em monumento e é desse ponto que a crítica do documento deve partir. Quando aproximamos a memória e a história na perspectiva da memória oficial, ou seja, da imagem que o Estado Novo produziu intencionalmente de si mesmo através da propaganda, enquanto instrumento de poder, buscamos trazer à luz as construções dessa memória, isto é, a operacionalização do processo de produção dessa memória.

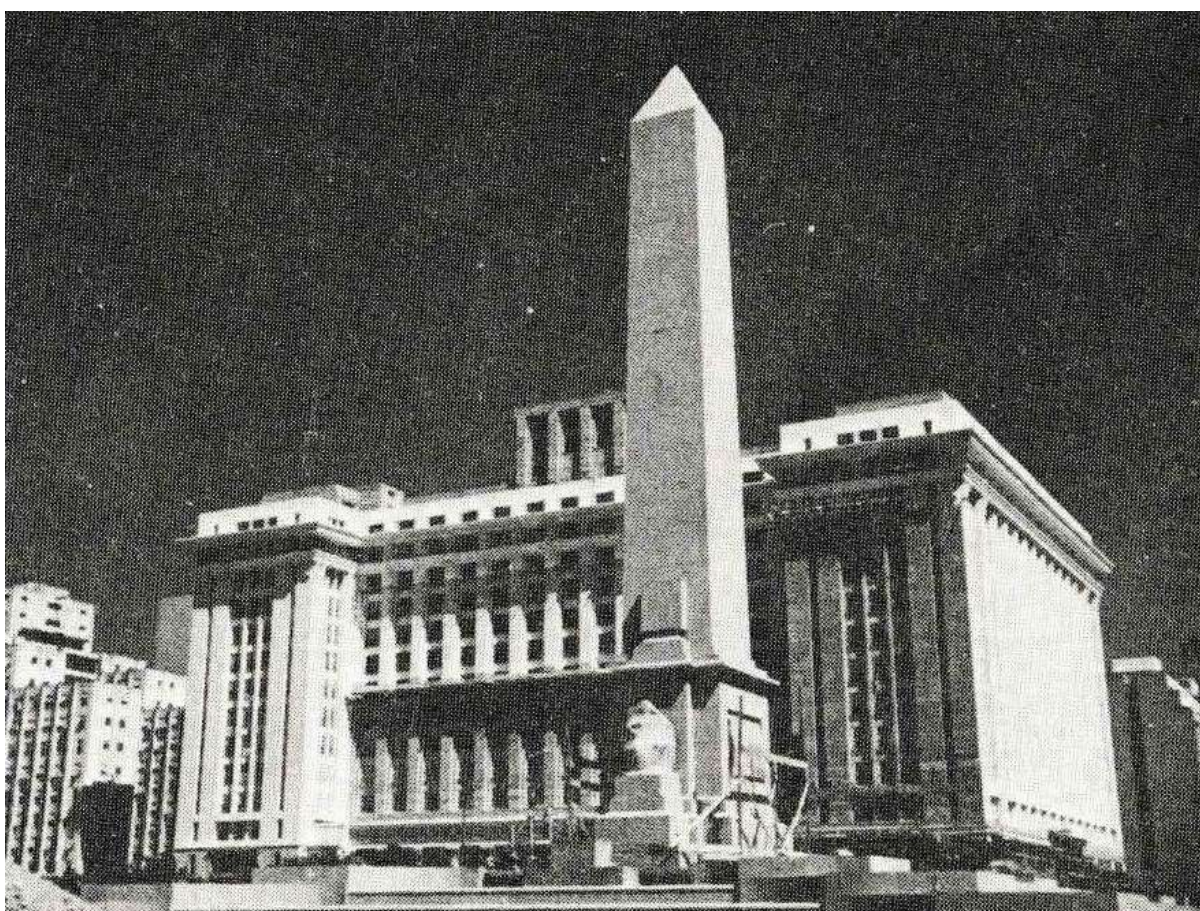
A produção material da memória durante a Era Vargas se concretizou em várias frentes. Entre os arquitetos, por exemplo, recebeu atenção especial, sobretudo no que se refere à elevação dos padrões e dos modos de vida da população mais pobre. Os arquitetos modernistas, cooptados por um movimento mais amplo, assumiram uma postura intervencionista com relação às camadas populares. Era preciso resgatar a dignidade daquela gente, perdida na sub-habitação⁴². Igualmente, entre 1937 e 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi responsável por “organizar” essa produção da memória. O SPHAN estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), de Gustavo Capanema, e teve como seu primeiro diretor Rodrigo de Melo Franco de Andrade. A finalidade do Serviço era promover uma campanha nacional de divulgação, tombamento e conservação daquilo que deveria ser instituído como patrimônio nacional⁴³.

⁴² Lauro Cavalcanti analisa a influência do arquiteto franco-suíço Le Corbusier na arquitetura modernista brasileira e os pontos em comum entre o ideário corbusiano e a intelectualidade, como a construção do homem novo, para os últimos, e do espírito novo, para o primeiro, ou o papel do trabalho, para os últimos, e da arquitetura, para o primeiro. CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁴³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Relatório das ocorrências verificadas e das atividades realizadas pelo SPHAN em 1936*. MESP/SPHAN: Rio de Janeiro, jan. 1937. Arquivo da FGV/RJ.

O CJB número 144, volume 2, de 1942, tem uma reportagem intitulada “Serviços Públicos. Rio: os novos edifícios dos Ministérios da Educação e da Fazenda e o esplendor arquitetônico do Brasil Novo”, na qual mostra imagens dos edifícios, ainda em construção, conforme demonstram as imagens 1 e 2, enquanto a narração destacava que as novas construções “apresentavam linhas arquitetônicas a um tempo sóbrias e imponentes (...) linhas de arquitetura monumental”⁴⁴.

Imagem 1 – Palácio da Fazenda, sede do Ministério da Fazenda, Capital Federal.

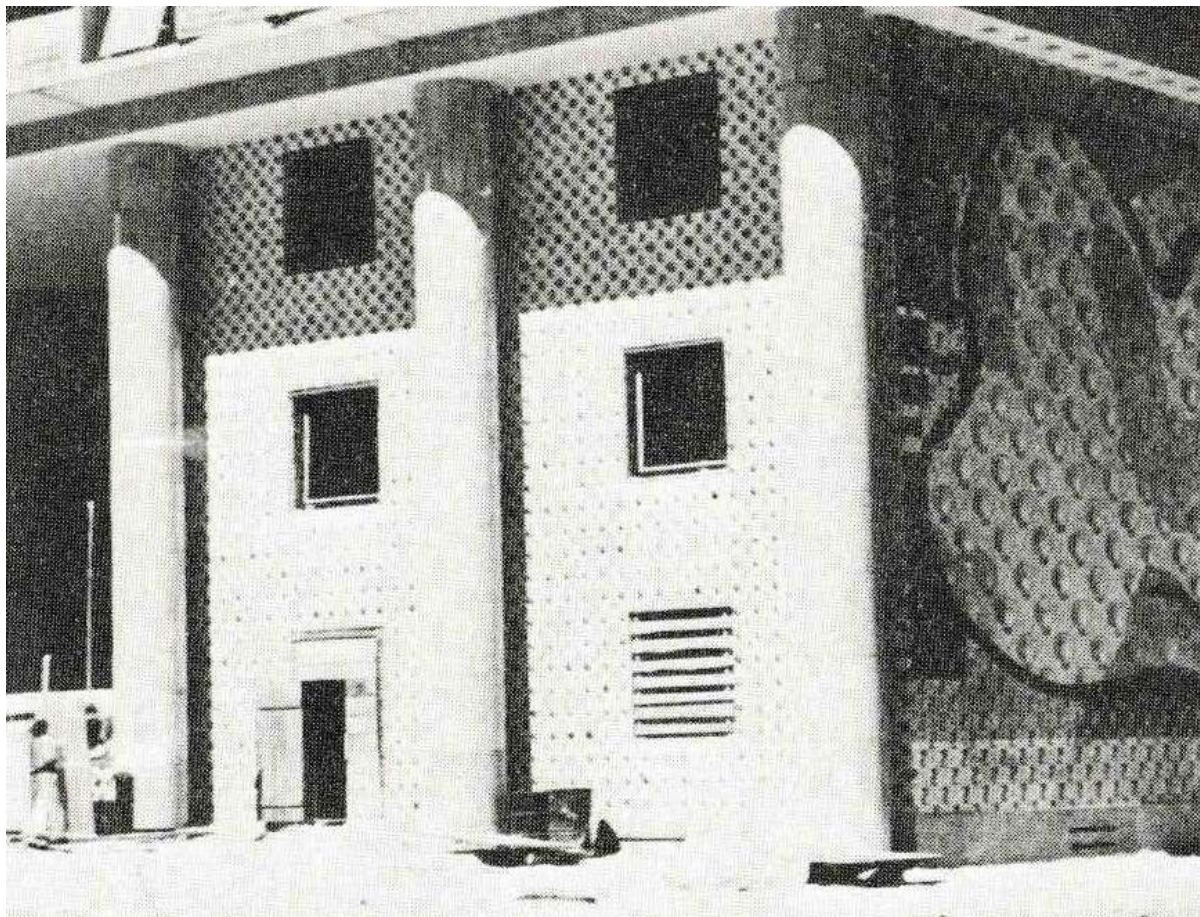


Fonte: “Serviços Públicos”, reportagem do Cine Jornal Brasileiro, n. 144, v. 2, 1942. Imagem disponível em *Cine Jornal Brasileiro*, de Galvão⁴⁵.

⁴⁴ CJB, n. 144, vol. 2, 1942.

⁴⁵ GALVÃO, 1982, p, 128.

Imagem 2 – Prédio do Ministério da Educação, ainda em construção, na Capital Federal.



Fonte: “Serviços Públicos”, reportagem do Cine Jornal Brasileiro n. 144, v. 2, 1942. Imagem disponível em *Cine Jornal Brasileiro*, de Galvão⁴⁶.

Tal produção provoca sentimentos de filiação e origem e é progressivamente incorporada num fundo cultural comum. Além disso, a memória também conta com uma base não material, a qual Pollak⁴⁷ chama de sensorial, como os barulhos, os cheiros, as cores, ou seja, são as lembranças que mais facilmente são acionadas. Nesse sentido, afirma o autor, para a formação, reorganização e, portanto, enquadramento da memória, o filme é o suporte que melhor capta essas lembranças. Para ele, o filme-testemunho e o documentário são instrumentos poderosos para os rearranjos sucessivos da memória coletiva.

A noção de “memória coletiva”, definida a partir de marcos como a Nação, o Estado, a Família, ou seja, uma definição com bases imóveis, que funcionam como

⁴⁶ GALVÃO, 1982, p. 128.

⁴⁷ POLLAK, 1989.

lugares de inteligibilidade, onde se acomodam as representações coletivas do passado, é amplamente questionada por Rousso⁴⁸. O autor entende que essa inteligibilidade também pode ser capturada através dos acontecimentos singulares e relevantes vividos como tais por contemporâneos; são, assim, pontos de referência para a representação, reapropriação e reconstrução permanente do passado realizadas pelos atores sociais. Essa perspectiva de construção da memória coletiva dá o seu caráter móvel. Desse modo, a memória coletiva oferece aos indivíduos e grupos o poder de articular as rupturas, os acontecimentos contingentes, com a continuidade das recordações individuais e das estruturas sociais. Ela é, portanto, condição indispensável para a permanência de um sistema de comportamentos, valores e crenças, ao mesmo tempo em que é mutável⁴⁹.

Quanto à sua natureza, as manifestações da memória coletiva podem ser explícitas ou implícitas. As manifestações de natureza explícita são resultado de um processo social cujo objetivo declarado, voluntário e explícito é oferecer uma imagem específica do passado e de certos acontecimentos. As comemorações, os monumentos, a “memória científica” (a historiografia, ou seja, as representações dos historiadores) e o cinema (o filme) são exemplos de manifestações desse tipo. No Estado Novo, as comemorações são abundantes, como já destacado por Ângela de Castro Gomes, tanto na expressão “tempo festivo”⁵⁰ quanto no destaque para a

⁴⁸ Para a definição de “memória coletiva”, Rousso afirma, no início dos anos 1990, que a obra de Maurice Halbwachs não havia sido superada. A obra póstuma de Halbwachs, *A Memória Coletiva*, foi publicada na França em 1950, com segunda edição em 1968; no Brasil, foi publicada em 1990. Halbwachs definiu memória coletiva como um conjunto de manifestações que revelam, fazem ver, ler e pensar a presença do passado e têm a função de estruturar, definir e distinguir a identidade do grupo ou da nação. ROUSSO, 2012.; HALBWACHS, 1990.

⁴⁹ Rousso expôs o marco conceitual do estudo publicado no livro *Le Syndrome de Vichy*, de 1987. O artigo supracitado é a tradução para o espanhol do capítulo “Los usos políticos del pasado: Historia y memoria” do livro *Histoire politique et sciences sociales*, de Denis Pescanski, Michael Pollak e Henry Rousso, publicado em 1991. A partir do livro *Le Syndrome de Vichy*, de 1987, sem edição em português, resultado de um estudo ao longo da década de 1980, o pesquisador Henry Rousso desenvolve importantes reflexões teóricas sobre o tema da memória coletiva. Sua pesquisa sobre a sobrevivência das fraturas e traumas da ocupação de Vichy na consciência nacional francesa baseia-se na análise das representações da Segunda Guerra Mundial na vida política e cultural e nos usos e formas de instrumentalização do passado. O estudo foi realizado nos marcos do *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP), criado por François Bédarida em 1978. A expressão *histoire du temps présent* começou a entrar no vocabulário dos historiadores especialmente depois da Segunda Guerra Mundial. A primeira contribuição do IHTP foi fomentar a discussão sobre a união e influência mútua entre o passado e o presente. A segunda contribuição foi a afirmação de que a história do tempo presente poderia ser pautada por bases científicas, com os desafios epistemológicos e metodológicos necessários. PECHANOSKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henry. *Histoire politique et sciences sociales: questions au XXe siècle*. Paris: Éditions Complexe, 1991.; ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

⁵⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

elaboração de um calendário específico das comemorações oficiais do regime⁵¹; os monumentos não faltam: há monumentos em homenagem à Getúlio Vargas, aos heróis de 1935 (que morreram em luta contra os comunistas), aos expedicionários; também há as reescritas da história, como destacado por Gomes⁵²; e ainda há o cinema do Estado Novo, que ganhara uma produção própria, com equipamentos e pessoal técnico próprios, além da produção privada que – em troca de incentivos e isenção de impostos de importação, benesses para a compra de filmes virgens, e facilidades com a censura – incluía, nos seus filmes, as ideias e os valores do regime, bem como elogios ao governo e ao Chefe da Nação.

Quanto às manifestações implícitas da memória, Rousso⁵³ cita o campo jurídico, que, na escrita do direito e na atividade dos tribunais, teve um papel fundamental na retomada do passado da guerra na França. Ainda que a justiça, enquanto instituição, não almeje escrever a História nem a interpretar, contribuiu, através das suas decisões, para formalizar certas noções, como a natureza do nacional-socialismo, do regime de Vichy, do crime de colaboração, que são próximas ao vocabulário da história. Uma importante contribuição do campo do direito ao campo da história e, mais especificamente, da memória, foi a atribuição de um caráter imprescritível aos crimes contra a humanidade, ou seja, o reconhecimento de que esses atos estão inscritos para sempre e de maneira imóvel na consciência coletiva.

Para o Estado Novo, o campo constitucional-legal, ao refletir as disputas de poder, foi fundamental para instaurar o ambiente necessário para a deflagração do golpe. Durante a primeira metade da década, os grupos de interesse articularam-se de forma a expor suas demandas para o governo que acabara de tomar o poder em 1930. A Carta Constitucional de 1934 refletiu esse contexto histórico. Uma das expressões dessas divergências e do tom conciliatório que lhe fora dado foi o avanço em termos de direitos sociais e trabalhistas. No campo democrático, a carta de 1934 criou a Justiça Eleitoral e instituiu o voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos de idade, estendendo o direito de voto às mulheres, embora ainda excluindo mendigos e analfabetos. No campo dos direitos trabalhistas, criou a Justiça do Trabalho e instituiu a jornada diária de oito horas, o repouso semanal e as férias remuneradas.

⁵¹ GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: Calendário de 1940. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

⁵² Idem, 1996.

⁵³ ROUSSO, 2012.

No campo dos direitos civis, instituiu o direito ao mandado de segurança e à ação popular. O próprio estado reforçou essas ideias no Catálogo da Exposição do Estado Nacional, de 1938:

Na confusão dos primeiros tempos que sucederam à revolução de 1930, quando os quadros políticos, instáveis e contraditórios, determinavam súbitas mutações e variações inesperadas, o Ministério do Trabalho, que era parte do programa do governo do sr. Getúlio Vargas, realizava uma obra positiva construindo uma legislação sem precedentes na América⁵⁴.

O governo reconhecia o ambiente conflituoso do período pós-Revolução de 1930, no qual as instabilidades eram visíveis, reflexo da própria composição que foi engendrada para viabilizar o assalto ao poder pelos aliancistas. Creditava, contudo, grande poder ao Ministério do Trabalho, criado em 26 de novembro de 1930, depositário de importante missão, a de apaziguar os ânimos e os interesses potencialmente contrários. O Governo Provisório é caracterizado por Eli Diniz⁵⁵ como o período das grandes reformas políticas, quando Vargas é visto como o líder de uma revolução vitoriosa, cuja bandeira era reformista, da justiça social, da igualdade e das liberdades políticas. A autora destaca o novo código eleitoral, com a introdução do voto secreto, a criação do Tribunal Eleitoral, o direito de voto para as mulheres e o combate à fraude eleitoral.

Algumas manifestações implícitas do passado podem estar contidas em manifestações explícitas. Como exemplo, Rousso cita a comemoração do 8 de maio (de 1945) na França, que retrata aquele país como vencedor da guerra, ao lado dos EUA, da URSS e da Grã-Bretanha, e oculta a derrota de 1940, as consequências da guerra civil e o fim do estatuto da França enquanto potência imperial. Ainda, lembrando Halbwachs, Rousso afirma que a memória é uma organização de um aspecto sempre implícito, o esquecimento.⁵⁶

Uma das dificuldades que o autor encontrou na realização do trabalho com a memória foi a representatividade do passado e sua hierarquização, pois, se as recordações do passado estão em todos os lugares, a questão é como localizar aqueles que são os principais e que toda a coletividade percebe como tais. Para

⁵⁴ CATÁLOGO, 1938, pp. 39-40.

⁵⁵ DINIZ, 1999.

⁵⁶ ROUSSO, 2012.

superar essa dificuldade, o autor deu ênfase às modalidades e conteúdos de certas comemorações, filmes, escritos históricos, ou seja, indicadores que ofereciam, de forma explícita ou implícita, representações singulares, claramente fechadas no tempo e localizadas no espaço, às quais ele dá o nome de “vetores de memória”. Para a escolha desses “vetores de memória”, o critério foi eleger aqueles que haviam tido um papel particularmente ativo na memória de Vichy, seu objeto de estudo. Por essa razão, Rousso revela ter escolhido mais obras fílmicas do que literárias⁵⁷. Para o nosso trabalho de pensar a memória a partir da propaganda política, o *Cine Jornal Brasileiro* é um dos melhores exemplos do trabalho de enquadramento da memória durante o regime estadonovista, não apenas pelo esforço de propaganda em geral, como também pelo esforço específico de construção da imagem do governo e de seu chefe.

A distinção clara e objetiva entre os emissores e os receptores foi muito importante para o desenvolvimento das análises, afirma Rousso. Os primeiros são os que executam as manifestações, ou seja, aqueles que contam a história, os que fazem os filmes, que pautam as comemorações. Os segundos são os indivíduos ou cidadãos cuja memória está inscrita em uma memória coletiva – que, destacamos, não é a soma de experiências individuais –, mas cujos motores são diferentes. Nesse ponto, Rousso insere uma nova categoria, que nomeia “memória difusa”. A memória difusa seria, em primeiro lugar, o resultado de uma história singular ou de um destino individual cujos marcos pertencem, entretanto, à sociedade circundante (numa concepção derivada de Halbwachs) e, em segundo lugar, uma memória que não almeja ser uma representação coletiva do passado. O estudo consistiu, então, em estabelecer as relações entre os “vetores de memória” e a “memória difusa”, avaliando o impacto das memórias dominantes – aquelas que se pretendem nacionais, cujos conteúdos se distanciaram da complexidade do evento lembrado.⁵⁸

A visão de que a História, mestra da vida, seria portadora da verdade desconsidera o fato de que a História em si mesma é uma representação: os historiadores são “vetores de memória”, como tantos outros, e que a história está incluída na memória coletiva. Basta lembrar, segundo Rousso, que, desde o século XIX, coexistem a escrita mística da História e a concepção científica do fazer historiográfico. Enquanto a primeira ambiciona reconstruir o passado para forjar a

⁵⁷ ROUSSO, 2012.

⁵⁸ Ibidem.

identidade nacional, tendo legitimidade e influência, inclusive, entre os historiadores profissionais, a segunda se sustenta de fontes de informação e métodos que pretendem ser cada vez mais sofisticados.⁵⁹

Ao pensar as relações entre passado e presente, a memória pode abrir novos caminhos para o estudo da história, ou seja, o debate em torno da memória pode trazer outros entendimentos com relação ao passado. A historiadora Marieta de Moraes Ferreira⁶⁰ afirma que a relação entre memória e história rompe com a visão determinista, que tira a liberdade dos homens, e os põe como atores da construção da própria identidade. Ao reequacionar as relações entre passado e presente, a memória reconhece que o passado é construído conforme as necessidades do presente, destacando, assim, os usos políticos do passado.

No Brasil, as discussões sobre memória e história do tempo presente⁶¹ surgiram pelas necessidades de investigações de ordem teórica e metodológica no campo da história oral. Essas discussões passaram a ser mais urgentes nos anos 1990, quando o interesse da academia se juntou ao interesse de instituições sindicais, organizações de bairros, movimentos sociais e de minorias pela recuperação e preservação de suas histórias recentes, o que se procurou fazer através da história oral. A recente redemocratização do Brasil foi fundamental nesse processo, já que o cenário de uma ditadura impunha o silêncio. Assim, o percurso da história do tempo presente e as discussões sobre memória no Brasil, diferentemente da sua origem na França, ocorreram através da história oral⁶².

⁵⁹ ROUSSO, 2012.

⁶⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

⁶¹ A noção de tempo presente não é consenso entre os pesquisadores. A primeira dificuldade é a definição do período histórico, que para alguns remete à última grande ruptura, para outros, à época em que vivemos, da qual temos lembranças, cujas testemunhas são vivas, ou seja, é o período estudado pelo historiador cujo estudo pode ser supervisionado e questionado. Peschanski, Pollak e Rouso definem o tempo presente como o tempo de duração da vida humana, cuja marca é a presença de testemunhas vivas. (POLLAK, 1989.; ROUSSO, op. cit.). Essas, por sua vez, ganharam *status* de personagem histórico, ao qual o historiador encara como entidade particular ao escolhê-lo, solicitá-lo, interrogá-lo (FERREIRA, M. op. cit.).

⁶² As discussões sobre a possibilidade de se fazer uma história do tempo presente surgiram na Europa no pós-Segunda Guerra, impulsionadas pela necessidade de tirar da obscuridade fatos e acontecimentos dos anos da guerra e, principalmente, para registrar e sagrar a memória das vítimas, e seus descendentes, dos horrores daqueles tempos. A memória, base, portanto, da história do tempo presente, é aglutinadora e restauradora, ou seja, ela aglutina personagens e restaura e refunda a história. Faz parte de um esforço intelectual seletivo e de uma construção coletiva, porque a memória tem um caráter coletivo, embora seja mais apropriado falar em memória enquadrada do que memória coletiva.

Em torno das discussões sobre memória no Brasil, ganha destaque a vinda de Michael Pollak, em 1987. Na ocasião, o sociólogo proferiu um conjunto de palestras sobre memória e identidades no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro. Os textos dessas conferências foram publicados na revista *Estudos Históricos*: o primeiro deles, sob o título “Memória, esquecimento e silêncio”⁶³, foi publicado em 1989, e o segundo, “Memória e identidade social”⁶⁴, em 1992. Segundo Pollak, desde as últimas décadas do século XX, as batalhas da memória estão relacionadas ao fato das preferências dos pesquisadores inclinarem-se mais para os conflitos e disputas do que para as continuidades e estabilidades, ou seja, mais para explorar os aspectos divergentes entre a memória oficial e as subterrâneas ou periféricas do que para desvendar os fatos em torno da memória coletiva. O pesquisador destaca que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”⁶⁵.

Maurice Halbwachs⁶⁶ enfatiza a força institucional da memória coletiva, na qual se encontra a duração, a continuidade e a estabilidade; uma memória estruturada que define o que é comum a um grupo e reforça os sentimentos de pertencimento. Nesse sentido, Halbwachs usa o termo “comunidade afetiva” para referir-se à memória coletiva, posto que desempenha função de reforçar a coesão social pela adesão afetiva ao grupo, e não pela coerção. Na construção da memória oficial pelo Estado Novo verificamos elementos de apelo afetivo na propaganda política do regime, que frequentemente faz referência ao caráter trabalhador do povo brasileiro, associando-o ao caráter do Chefe da Nação, o Presidente Getúlio Vargas, aquele que trabalha incansavelmente pelo bem comum. Mas também sabemos da existência dos instrumentos de coerção do regime, aqueles que censuraram e puniram toda e qualquer expressão divergente do governo, gerando resultados na construção e perpetuação da memória nacional coletiva.

No processo de estruturação da memória, ficam expostas duas problemáticas, a da seletividade e a de uma certa negociação para que a memória

⁶³ POLLAK, 1989.

⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

⁶⁵ Idem, 1989, p. 5.

⁶⁶ HALBWACHS, 1990.

coletiva seja conciliada com as memórias individuais, uma vez que as memórias são construídas sobre pontos de referência comuns, as quais incluem os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seus estilos, as paisagens, as datas, as personagens históricas constantemente reforçadas. Quando pensamos na propaganda política estadonovista, a seletividade e a negociação às quais se refere Halbwachs foram operadas por um grandioso aparelho de Estado, burocratizado, centralizado e autoritário, através do qual a seletividade funcionava por ambos os caminhos, pela adesão afetiva e pela coerção, como apontamos no parágrafo anterior, e a negociação era gestada por uma organização corporativista da sociedade.

Nas últimas décadas do século XX, revalorizaram-se as análises qualitativas e as experiências individuais, acrescentou-se força à história cultural e ao estudo do político e, ainda, incorporou-se o estudo do contemporâneo ao fazer historiográfico. A valorização das memórias e das identidades ocorrida nas últimas décadas desse século colocaram os eventos traumáticos como objetos prioritários de investigação da história⁶⁷. Ao configurarem possibilidades de repensar o passado, as investigações históricas sobre os eventos traumáticos representam embates pela memória, estimulando o estabelecimento das políticas memoriais e de dever de memória, “expressão criada para designar uma espécie de culto aos mortos, vítimas de atos de repressão e de traumas políticos, culto esse que produz desdobramentos e obrigações nos domínios históricos, jurídicos, financeiros e políticos”⁶⁸. Assim, as testemunhas, vítimas e seus descendentes, ganham *status* de agentes fundamentais para a prática do dever de memória, agora entendido também como dever de lembrança, homenagem e direito de justiça e reparações políticas e financeiras. Marieta Ferreira destaca que os “projetos testemunhais” funcionam não só como forma de preservação da memória, mas também como barreira para a recorrência dos autoritarismos e desrespeitos aos direitos humanos⁶⁹.

A sacralização ou a banalização do passado são tendências no campo das reminiscências, aponta Ferreira⁷⁰. O passado sacralizado diz respeito a um passado isolado, sem possibilidade de interlocução com o presente, cristalizado, impedindo o esquecimento e dificultando a reelaboração da memória. Já a banalização do

⁶⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

⁶⁸ Ibidem, p. 94.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

passado o traz para o presente como repetição, ou seja, o presente é entendido a todo momento a partir do prisma de um evento do passado. Para análise de um período como o Estado Novo, que faz parte da chamada Era Vargas, cujas memórias estão muito presentes ainda na sociedade brasileira, com disputas e renúncias importantes, em especial no campo político, ter em mente que tanto a sacralização, que perpetua memórias, quanto a banalização, que as coloca no esquecimento, devem ser observadas com atenção no trabalho historiográfico.

Essas perspectivas, tanto da sacralização quanto da banalização, perpetuam rótulos de herói ou de vítima, porque privilegiam um dever de memória que conduz a abusos ao invés de um trabalho sobre a memória. Ferreira defende, ao lado de Rousso, uma posição crítica da história, um distanciamento do historiador de objetivos políticos, comunitários e identitários escondidos por trás do dever de memória. Assim, o que distingue, então, a memória e o trabalho realizado a partir dela não é a oposição simplista entre memória e história, mas a expertise do historiador em lidar com a memória. Nas palavras de Ferreira, “o historiador não tem o monopólio sobre a memória, mas ele detém os instrumentos para lidar com a sua pluralidade e fragmentação”⁷¹, ou seja, o trabalho pode ser sobre a memória, mas ele está dentro do campo da história, alinhado às práticas próprias da história enquanto área do conhecimento.

Esses conceitos e categorias nos ajudam a pensar a memória construída pelo Estado Novo como uma memória oficial que passou por um trabalho articulado de enquadramento, nos moldes definidos por Pollak. Não é à toa que pesquisadoras do porte de Marieta Ferreira e Ângela de Castro Gomes, estudiosas da Era Vargas, utilizam as bases teóricas de Pollak para analisar o período estadonovista. Suas contribuições foram fundamentais para entender o papel do poder na construção da memória nacional e coletiva, ou seja, no enquadramento da memória realizado pelos intelectuais ligados ao regime, em especial aqueles cuja atuação se deu no bojo da burocratização da propaganda política pelo regime e aos quais nos ocupamos a seguir: os intelectuais-burocratas.

⁷¹ FERREIRA, M. 2018, p. 101.

1.2 O PAPEL E A ATUAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA: O INTELLECTUAL-BUROCATA

Os produtos intelectuais, em regra, são um resultado do atual, do tempo a que se destinam. Quando o conhecimento atinge, como nos dias que vivemos, proporções gigantescas, capazes de superar a altura de cada homem, ficando maior do que as possibilidades dêste, é na especialização que encontramos os recursos para o exercício da inteligência. Compreendendo essa inquestionável e quasi truística afirmação sociológica é que o Estado brasileiro se volta para os intelectuais do Brasil, convertendo a indiferença de ontem em simpatia de hoje, mostrando-lhes a função social que lhes compete nêsse movimento recriador de valores, que se impôs⁷².

A relação entre a intelectualidade brasileira e o Estado mudou a partir dos governos Vargas. O trecho acima, da revista *Cultura Política* n. 2, de abril de 1941, mostra o quanto o governo instaurado em 1937 estava interessado nos “produtos intelectuais” e pagava monetariamente bem por eles. O “programa realista e socializador” da política brasileira determinava que todas as atividades intelectuais deveriam “ser centralizadas e incidir para um vértice comum: - o progresso do país para o bem coletivo”⁷³. A “convocação” realizada pelo estadonovismo para que os intelectuais se integrassem ao novo regime, como elemento estratégico de um “programa realista e socializador”, que visava à centralização, ao progresso e ao bem coletivo da nação, foi prontamente atendida. Os intelectuais atribuíam-se a responsabilidade pela criação da inteligência nacional. Deveriam indicar o caminho do progresso socioeconômico e cultural, ao mesmo tempo em que promovessem a integração nacional e o triunfo histórico do Estado Novo.

Nesta parte do capítulo, nosso objetivo é analisar a participação dos intelectuais na construção da propaganda oficial do regime varguista. A partir da *Cultura Política*, publicação do DIP e revista oficial do regime, observamos o quanto o caráter centralizador da ditadura de Getúlio Vargas acabou por refletir-se também no campo das ideias. Numerosos foram os exemplares publicados, sob a tutela de alguns intelectuais, que refletiram o ideal de centralização política. O enfoque da nossa análise está naqueles intelectuais diretamente ligados à propaganda política e à burocracia estatal. Aqueles que participavam da estrutura de organização, seleção

⁷² A ORDEM Política e a evolução intelectual. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, pp. 259-260, abr. 1941a, p. 259.

⁷³ Ibidem.

e disseminação daquilo que deveria ser transmitido ao público. Os intelectuais-burocratas, como os denominamos, eram os responsáveis por pensar e escrever a memória e a história de um novo Estado. Eles foram os agentes responsáveis pelo trabalho de enquadramento da memória no Estado Novo e, nesse contexto, sua missão era a de idealizar o grande projeto nacional do Estado Novo e integrar todos os elementos fundadores da nacionalidade. Em contrapartida, o governo promovia a aproximação e o acolhimento dessa inteligência nacional através da ampliação dos espaços de atuação do Estado. A revista *Cultura Política*, tendo sido um desses espaços, foi o principal veículo em que o projeto nacional foi veiculado, representando, também, um primoroso espaço de interlocução entre esses intelectuais-burocratas.

Utilizamos a expressão intelectual-burocrata, em certa medida, como sinônimo de, por exemplo, intelectuais da casa⁷⁴, ideólogos do Estado⁷⁵, doutrinadores de 1937⁷⁶, ideólogos do regime⁷⁷, ideólogos do autoritarismo⁷⁸ e intelectuais/ideólogos do Estado Novo⁷⁹. Esses intelectuais participaram da configuração, legalização, instauração, legitimação e consolidação do Estado Novo. Estavam envolvidos diretamente de maneira orgânica na formulação e disseminação do projeto de 1937. O destaque, no caso dos intelectuais-burocratas, é sua relação estreita com a propaganda política do regime. A partir da burocratização da propaganda, da qual nos ocuparemos no terceiro capítulo, eles pensavam, traduziam e reproduziam a promoção do governo e seu projeto. Pensavam a formulação das ideias num fórum estruturado para que os interesses convergissem ou, no mínimo, coexistissem. Traduziam essas ideias para linguagens diversas, como a administrativa, a jurídica, a militar, a histórica, a literária, a geográfica; também a linguagem da cultura, do folclore, da música, do cinema, do teatro; qualquer que fosse a área, lá estava um intelectual-burocrata proclamando as ideias do regime. Reproduziam os princípios, valores e normas do governo e as interpretações e

⁷⁴ POLLAK, 1989.

⁷⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

⁷⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

⁷⁷ CALABRE, Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003.

⁷⁸ CAPELATO, 2007.; DINIZ, 1999.

⁷⁹ GOMES, 1996.

reinterpretações da história nos diversos meios de propaganda de massa⁸⁰: imprensa, revista, panfletos, rádio, cinema. Eram os intelectuais-burocratas que realizavam, através da propaganda burocratizada, o trabalho de organização da memória oficial, de forma que ultrapassasse a simples construção ideológica. Desse modo, quando utilizamos a expressão intelectual-burocrata, é a esse conjunto de características que estamos nos referindo.

Através da propaganda política, estruturada na burocracia do Estado, o intelectual-burocrata disseminava a imagem do progresso, da modernização, da transformação econômica que o regime entendia ser pertinente divulgar. No CJB e na *Cultura Política* eram comuns reportagens e artigos que destacavam as ações do governo na área do desenvolvimento do país, tais como os investimentos em infraestrutura, que incrementavam não apenas as condições apropriadas para o progresso das forças produtivas – rodovias, ferrovias, hidroelétricas –, como também a qualidade de vida do trabalhador – vilas operárias, hospitais. Nesse contexto, a função da especialização do intelectual-burocrata para a propaganda política implicava a abordagem dos temas de forma que demonstrasse profundidade, mas sem esquecer que se tratava de peças de propaganda, ou seja, deveriam atingir um público mais amplo do que especialistas. Essa dupla vocação do intelectual-burocrata, de apresentar conhecimento de causa e de criar, ao mesmo tempo, objetos de propaganda, despertou no governo estadonovista o interesse profundo de aproximar cada vez mais a intelectualidade do regime, dando-lhe voz e espaço de atuação em troca de condição de existência, oportunizada pela criação de espaços privilegiados de expressão das ideias e de interlocução, além de sustentação material, tanto através da remuneração do trabalho intelectual quanto do grande investimento nos veículos de comunicação e do mercado editorial.

O regime anunciava promover a proximidade entre o Estado, a elite, o povo e o mundo. No primeiro número da revista, de março de 1941, afirmava-se que “os regimes adequados a um meio social determinado, integrados na cultura de um povo devem expressar-se – e se expressam efetivamente, – como um eco de aspirações latentes, vigorosas, profundas do sub-conciente coletivo”⁸¹. O Estado Novo, sendo

⁸⁰ Discutiremos a propaganda de massa no Brasil no terceiro capítulo.

⁸¹ INFLUÊNCIA política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, pp. 227-228, mar. 1941, p. 227.

esse fator aglutinador de acolhimento, repercussão e voz da cultura brasileira, estaria no centro da criação e da reprodução da vida cultural. O artigo da revista prossegue

Todas as energias criadoras de um povo – através de sua vida social, de sua literatura, de suas artes e ciências – constituem o material humano que enche a paisagem política e que exige do governo algo mais que a tolerância indiferente ou o mero apoio material: exige a preocupação cotidiana, a colaboração íntima e profunda, o intercâmbio dos motivos de inspiração e o comércio dos instrumentos de estímulo⁸².

Nesse trecho ficam explícitos os aspectos da condição de existência à qual nos referimos logo acima. Contudo, esse primeiro número da revista *Cultura Política* já apontava o histórico afastamento entre os intelectuais e os políticos. Desde 1930, o governo teve a preocupação de buscar a colaboração dos intelectuais, mas foi com a chegada do regime do Estado Novo que se estabeleceu um planejamento e uma estrutura para a incorporação da inteligência. Foi depois de 1930, com a Revolução política (referência à Revolução de 1930) que sucedeu a Revolução intelectual (referência à Semana de 1922), que “descobrimos que podíamos atingir o universal através do nacional”⁸³. O Estado Novo entendia que a aspiração da inteligência brasileira era a associação do nacional com o universal e que o desinteresse do intelectual pela coisa pública tinha raízes na falta de receptividade política à sua função social. O desinteresse provinha de um desencanto produzido “em primeiro lugar, do desprêzo com que os governos olhavam as manifestações do espírito criador brasileiro; em segundo, da ausência de toda e qualquer ‘permissão social’ à germinação e ao nascimento das obras da inteligência”⁸⁴.

Nos anos 1920, e ainda nos 1930, o intelectual tinha o interesse de se distanciar do poder. A pesquisadora Ângela de Castro Gomes destacou, a partir de pesquisa no suplemento literário “Autores e Livros”, do jornal *A Manhã*, e na revista *Cultura Política*, ambos publicados entre 1941 e 1945, que o autor-historiador queria se dissociar da política partidária. Seu projeto político era o distanciamento entre os intelectuais e o campo do poder. A ideia era de uma associação dos produtores de bens culturais, sem exigências de engajamento. O projeto da Academia Brasileira de

⁸² INFLUÊNCIA, 1941.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ A ORDEM Política e a evolução intelectual. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, pp. 250-251, mar. 1941b, p. 250.

Letras (ABL) era distinguir o espaço de produção dos bens simbólicos do espaço do poder político, contudo os autores-historiadores que a compunham ocupavam altos cargos públicos no aparelho do Estado. Os historiadores que “faziam história” eram ministros, governadores provinciais, secretários de governo, parlamentares, profissionais do corpo diplomático e da alta burocracia civil. O autor-historiador, como descreve Gomes, era um erudito, acostumado a trabalhar com arquivos, professor e homem de ação, ocupante de múltiplos cargos públicos, homem de jornal e revistas, da ABL e do IHGB, cosmopolita com raízes no Brasil e nos seus problemas⁸⁵.

Esses homens pertenciam à aristocracia política brasileira, mais do que à econômica, muitos deles oriundos do Nordeste, alguns de São Paulo e nenhum do Sul do Brasil. O Rio de Janeiro era o seu ponto de encontro e trocas. Gomes destaca que o trabalho de historiador era como uma escolha de fim de vida, ou seja, que dependia de um acúmulo de erudição, a opção final e definitiva do homem de letras. Nesse sentido, a atividade jornalística ganhava muito valor, uma vez que, além de representar uma excelente fonte de renda, era também um importante palco de exposição, uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que possibilitava acesso privilegiado aos mundos político e social. Já para os financeiramente privilegiados, o jornal foi um empreendimento financeiro e um valorizado veículo de divulgação de ideias, pois a publicação de livros no Brasil era rara até os anos 1930. Jornais e revistas eram a base da circulação e da divulgação de ideias no início do século XX, afirma Gomes, mesma época em que se popularizou o jornalismo voltado ao estudo dos problemas brasileiros.⁸⁶

A análise da autora abrange os intelectuais, especificamente os historiadores ou o que ela chamou de autor-historiador, mas suas conclusões cabem também na nossa definição de intelectual-burocrata. Uma das principais propriedades do intelectual-burocrata era a sua ligação simultânea com o mundo intelectual e o mundo da burocracia estatal, assim como o autor-historiador. Conforme destacou Gomes, o autor-historiador possuía, em geral, um vínculo formal e estreito com o governo estadonovista⁸⁷. Lembremos as missões do intelectual-burocrata de pensar e escrever a memória e a história de um novo Estado, promover o seu triunfo, realizar o projeto nacional do Estado Novo e integrar os elementos fundadores da

⁸⁵ GOMES, 1996.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

nacionalidade. Para realizar tais tarefas, esse conjunto de intelectuais era formado por geógrafos, administradores, educadores, engenheiros, militares, artistas, literatos, antropólogos, sociólogos e, também, historiadores.

Na visão do regime, ao contrário do afastamento entre intelectuais e poder, no Estado Novo, “os intelectuais já colaboram com o govêrno, a convite dêste ou espontaneamente, incorporando, de bom grado, a obra de sua vida à vida mesma do país”⁸⁸.

Como uma iniciativa espontânea da nova política do Brasil, a inteligência está sendo chamada a participar de tôdas as iniciativas oficiais do govêrno, que a separa em grupos de especialistas capazes ou técnicos, cujo concurso tem sido dos mais fecundos ao progresso intelectual das gerações que vão surgindo. [...] Técnicos de Administração ou de Educação, de Finanças ou de Estatística, distribuem-se pelas nossas repartições, racionalizadas segundo princípios cuja verdade só agora passamos a reconhecer: isto é, que a cultura constitui luxo ou de que a ilustração representa mero décor, se não atender às necessidades do tempo, primeiro; segundo, que só a especialização fornece rendimento de que um país jovem como o nosso carece⁸⁹.

As atividades especializadas necessitavam de profissionais especializados, como informa o trecho desse artigo do número 2 da revista *Cultura Política*. O Estado Novo agiu no sentido de garantir a especialização e a reprodução da intelectualidade, ou seja, do profissional com altas qualificações, porque dele dependia o sucesso do novo modelo de administração pública. Os investimentos financeiros e políticos para criar e disseminar escolas técnicas e universidades garantiam essa reprodução. O regime também criava “lugares” onde esse intelectual e burocrata poderia interagir, fóruns nos quais congregava seus conhecimentos e alinhava suas ideias com seus pares. Era desejável que fossem arenas controladas pelo regime, para garantir suas aplicações no “progresso do país para o bem coletivo”⁹⁰. A revista *Cultura Política* foi um desses “lugares” onde o intelectual-burocrata esteve presente, constituindo um fórum importante de interlocução entre eles.

O espírito dos tempos, como a revista *Cultura Política* referia-se às mudanças ou etapas às quais o pensamento intelectual brasileiro esteve sujeito,

⁸⁸ A ORDEM, 1941b, p. 251.

⁸⁹ A ORDEM, 1941a, p. 259.

⁹⁰ Ibidem.

passou por modificações, lentas e graduais, que vinham ocorrendo desde a Independência e mostraram alguma concretude com a Primeira Guerra Mundial. Tais transformações significaram a alteração do “antigo espírito ou negativista ou de espanto que nos conferia um ar de permanentes turistas na nossa própria terra” para um espírito nacional, que afirmava que o Brasil tomava “posse de si mesmo”⁹¹.

O novo “espírito” e pensamento nacionais, no qual o Brasil tinha a “posse de si mesmo”, foram considerados, nas páginas da revista, “dizeres duplamente interessantes e particularmente significativos, pelo conceito em si e pelo fato de haverem sido julgados adequados a fins de propaganda”⁹². A referência é a um cartaz comemorativo ao aniversário do Estado Nacional, o qual trazia a frase “O Brasil toma posse de si mesmo”. Tomar posse de si mesmo, como referenciou a *Cultura Política*, dizia respeito aos estudos realizados pelos intelectuais brasileiros a partir dos anos 1920 sobre o passado, as origens, o povo e as peculiaridades do Brasil. Destacamos o fato do governo considerar essa mudança de pensamento como material para propaganda política, uma vez que essa passou a ocupar grande destaque na burocracia estatal.

A construção de uma narrativa que servisse aos propósitos da propaganda política do governo foi realizada pelos órgãos estatais, pela nova burocracia, organizada nos novos padrões modernos. Os intelectuais-burocratas formulavam, segundo os novos padrões e diretrizes, nos fóruns especializados, as linhas gerais e específicas da narrativa que deveria guiar os demais meios de comunicação de massa utilizados pelo Estado. Na esteira da construção de uma narrativa sobre a Era Vargas, ao final do Estado Novo, o ministro Gustavo Capanema dedicou-se em reunir numa publicação as realizações do governo. Em carta ao Presidente Vargas, em 8 de fevereiro de 1945, Capanema informava:

Na semana passada prossegui com afincos o trabalho de exposição sistemática da obra do governo de V. Ex.^a (1930-1945); os originais, quase todos revistos, entrarão agora em composição, já dei junto à Imprensa Nacional as necessárias providências sobre este último ponto⁹³.

⁹¹ DANTAS, Pedro. Literatura de Ideias. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 257-259, mar. 1941, p. 258.

⁹² Ibidem.

⁹³ Trecho de carta do ministro Gustavo Capanema ao presidente Getúlio Vargas, de 8 de fevereiro de 1945, analisada por Simon Schwartzman em seu estudo do arquivo de Capanema. SCHWARTZMAN, Simon. (org.). *Estado Novo, um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. (Epígrafe).

Os textos que deveriam compor a referida obra, embora não tenham sido publicados à época, fazem parte do arquivo Gustavo Capanema depositado no CPDOC/FGV e foram organizados e publicados no livro *Estado Novo, um Auto-retrato*, por Simon Schwartzman, em 1983. Segundo Schwartzman, os textos não estavam finalizados e muitos possuíam anotações do próprio Capanema, substituindo palavras e reorganizando ideias. Inferimos que a preocupação do ministro era transformar aquelas partes desconexas num todo que apresentasse continuidade, ou seja, a intenção era construir uma narrativa sobre a gestão Getúlio Vargas que demonstrasse não apenas a centralidade da figura do Presidente, mas também o alinhamento das diversas ações realizadas ao longo do governo.

A dificuldade da publicação do material estaria na própria heterogeneidade que caracterizou as ideias e ações do Estado Novo ao longo do período, refletida na obra escrita por tantas mãos e cabeças quantas haviam cabido na gigantesca burocracia do Estado. Durante os anos de 1937 a 1945, muitas mudanças ocorreram nos cenários político, social e econômico nacional e internacional, e o governo teve de calibrar seus planos, estratégias e, até mesmo, a visão que guardava de si mesmo, o que afetaria em cheio um “trabalho sistemático de exposição da obra do governo”⁹⁴, como informou Capanema. Para Schwartzman, a existência de múltiplas versões de alguns textos e a ausência, ou pouco material, de textos sobre áreas importantes do governo mostra a complexidade da tarefa de apresentar uma narrativa coesa para o governo Getúlio Vargas, desde 1930 até 1945, tal qual era a proposta do ministro.

Gustavo Capanema é lembrado por ter sido um homem da cultura no Ministério da Educação, por isso é impossível falar da intelectualidade no Estado Novo sem mencionar o papel desempenhado pelo ministro Gustavo Capanema⁹⁵ no

⁹⁴ SCHWARTZMAN, 1983.

⁹⁵ Sobre o homem, o ministro e o Ministério, destacam-se duas obras. *Tempos de Capanema*, lançado em 1984 e cuja segunda edição é de 2000. E *Constelação Capanema: intelectuais e política*, de 2001. SCHWARTZMAN, Simon. et al.. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.; BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed Universidade de São Francisco, 2001.

O primeiro livro apresenta os resultados das primeiras pesquisas realizadas no arquivo Gustavo Capanema, entregue ao CPDOC em 1978. Sua segunda edição procurou lançar um novo olhar para os temas da educação e da cultura, considerando o novo cenário nacional dos anos 1990. O segundo livro, *Constelação Capanema*, é uma coletânea que reuniu textos de oito autores sobre temas como intelectuais, cultura e educação, tendo como pano de fundo a gestão Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública. A publicação do livro foi motivada pelo seminário “Tempos de Capanema

Ministério da Educação e Saúde Pública. Enquanto ministro, entre 1934 e 1945, buscou construir um projeto cultural que valorizava os homens das letras e das artes através de um mecenato estatal⁹⁶, ao mesmo tempo em que produzia os símbolos culturais do Estado Novo, cercado pelos três Andrade: Carlos Drummond, chefe de seu gabinete, Mário, autor do projeto de criação do SPHAN, e Rodrigo Melo Franco, organizador e diretor do SPHAN por 30 anos. Segundo Afonso Arinos Filho⁹⁷, no prefácio à segunda edição do livro *Tempos de Capanema*, de 2000, a indicação de Capanema para o Ministério teria sido para "apaziguar Flores da Cunha". Cunha havia apoiado a candidatura de Capanema para a interventoria de Minas Gerais no pleito de 1933. No mesmo pleito, Oswaldo Aranha, então Ministro da Fazenda, havia apoiado Virgílio de Melo Franco. Contudo, na ocasião, Vargas nomeara Benedito Valadares, alcançando, com o mesmo ato, dividir o poder político de Minas Gerais, neutralizando a tradicional política mineira, e retirar base de apoio regional de dois fortes aspirantes gaúchos à sua sucessão, Cunha e Aranha. Ainda, a nomeação de Capanema tivera influência de Alceu Amoroso Lima, liderança da direita católica nacional.

O trecho destacado por Afonso Arinos Filho sobre a primeira impressão do Vargas em relação a Gustavo Capanema, ainda em 1930, pode indicar que sua nomeação realmente só foi possível por interferência de outros. Para Vargas, Capanema apresentava

impressão penosa. Homem frio, inexpressivo; não achei nenhuma flama, nenhuma simpatia; sem ardor, sem luz; não inspirando confiança; homem impróprio para aquele momento criador; cheio de reticências, de silêncios, de ausência; olhando para cima, não olhando para a gente; um riso difícil, riso sem alegria, sem malícia, mas com maldade⁹⁸.

Nomeado por Vargas em 1934 para Ministro da Educação, Capanema tinha um projeto para a educação brasileira. Entendia que o ensino deveria ser público, padronizado e centralizado, ou seja, controlado pela burocracia estatal.

revisitados", ocorrido em Belo Horizonte nos dias 21 e 22 de setembro de 2000, cujo título foi, segundo os autores, uma referência ao livro de 1984.

⁹⁶ MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. *Rev. Bras. Ciências Sociais*, v.2, n.4, São Paulo, jun. 1987. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/04/rbcs04_06.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

⁹⁷ ARINOS FILHO, Afonso. Prefácio. In: SCHWARTZMAN, Simon. et al.. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

⁹⁸ Fragmento de texto atribuído à Getúlio Vargas por Arinos Filho. Ibidem, p. 10.

Ainda, deveria ser guiado pelo nacionalismo, com vinculação necessária à segurança nacional, tendo por consequência sua nacionalização. Pragmaticamente, a ampla reforma da educação foi realizada com apoio da Igreja Católica e só foi possível, ainda que parcialmente, por conta do golpe de novembro de 1937, dados os requerimentos peculiares do Ministro. Ao enviar o Plano Nacional de Educação, com proposta de duração de dez anos sem alterações, ao congresso em maio de 1937, Capanema solicitara que fosse votado na íntegra. Assim, a reforma abrangia a universidade padrão, a implantação do ensino industrial e, sobretudo, a reforma do ensino secundário. Destacada, esta última foi destinada a formar nos estudantes "consciência humanística e consciência patriótica" por meio de "um ensino patriótico por excelência" para incutir "a compreensão da continuidade da história da pátria"⁹⁹.

Cabem aqui algumas linhas sobre a intelectualidade ligada à Igreja Católica nos anos 1920 e 1930. Tal qual os integralistas e os comunistas, para Lúcia Lippi Oliveira¹⁰⁰, os intelectuais católicos perfizeram uma corrente de pensamento. Segundo a autora, embora não tenham tido suas demandas sempre atendidas pelo governo, como pode ter ficado gravado pela historiografia, sua participação no campo simbólico durante os anos 1930 foi importante, como a declaração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil por Pio XI, em 1930, e a inauguração da estátua do Cristo Redentor no alto do Corcovado, em 1931. Entre os intelectuais católicos de destaque no período, temos Alceu Amoroso Lima, Lourival Fontes e Francisco Campos. Como Ministro da Educação e Saúde entre 1930 e 1932, Francisco Campos, inclusive, encaminhou para sanção presidencial, em 1931, decreto que pretendia instituir o ensino religioso facultativo. Na carta que acompanhava o decreto, direcionada ao Presidente Vargas, o ministro Campos afirmava que

neste instante de tantas dificuldades em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Exa., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao

⁹⁹ ARINOS FILHO, 2000, p. 13.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed Universidade de São Francisco, 2001.

serviço deste um movimento de opinião de carácter absolutamente nacional¹⁰¹.

Campos pleiteava o apoio da igreja católica e em troca oferecia a hegemonia dessa igreja no campo da educação. Seu alinhamento com o governo garantiu-lhe a nomeação como Ministro da Justiça alguns dias antes do golpe de 1937, cargo do qual afastou-se em 1941 por motivos de saúde. No ano seguinte, em 1942, ao tentar retomar suas atividades, o cenário político já era outro: o governo brasileiro havia decidido, em circunstância bastante conhecida, posicionar-se ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Lourival Fontes, partidário da Aliança Liberal, teria se aproximado de Vargas em 1928. Em 1930, o Presidente Vargas solicitou a Fontes um parecer sobre o departamento de propaganda que planejava criar. Em 10 de julho de 1934, em substituição ao Departamento Oficial de Propaganda, foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e Fontes foi nomeado diretor. A partir de 1939, Fontes também foi diretor do Conselho Nacional de Imprensa, cuja função era fiscalizar a atividade da imprensa em todo o território nacional¹⁰².

A trajetória de Lourival Fontes foi examinada por Lucia Lippi Oliveira em cinco diferentes momentos. O primeiro foi a aproximação de Fontes ao grupo católico, no final dos anos 1920, quando ele chegou ao Rio de Janeiro. O segundo momento foi quando fez parte da equipe do prefeito, interventor do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Batista, entre os anos de 1931 e 1932. O terceiro momento foi sua inserção no governo Vargas como diretor do DPDC. O quarto foi o episódio da sua saída da direção do DIP, em 1942. O quinto, por fim, relatou o ostracismo ao qual ele foi condenado¹⁰³. À medida que apresenta a trajetória do Lourival Fontes, Oliveira¹⁰⁴ tenta desmistificar alguns sentidos comuns sobre a memória que ficou desse intelectual, em especial a sua adesão à ideologia fascista e até que ponto esse fato teria influenciado na sua entrada, permanência e saída do governo Vargas. Sobre a análise de Oliveria, Helena Bomeny afirma que aquela foge do senso comum ao associar Fontes aos EUA, indo além da ideia de associá-lo às “fórmulas de

¹⁰¹ Carta redigida em 1931 pelo ministro Francisco Campos ao presidente Vargas. ARINOS FILHO, 2000, p. 11.

¹⁰² GOMES, 1996.

¹⁰³ OLIVERIA, 2001.

¹⁰⁴ Ibidem.

mobilização política dos meios de comunicação ao estilo das ditaduras fascistas de então”¹⁰⁵.

Abre o número 7 da revista *Cultura Política*, de setembro de 1941, a transcrição do discurso de Lourival Fontes proferido no banquete oferecido pela Imprensa ao Exército Nacional, em 25 de agosto de 1941. O Diretor do DIP inicia o discurso agradecendo “às circunstâncias que me atribuíram o papel de coordenador das simpatias de duas grandes forças do Brasil contemporâneo: - o Exército e a Imprensa”¹⁰⁶. O discurso elogiou e engrandeceu o patrono eleito do Exército, Marechal Duque de Caxias, bem como o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra. O tema central foi a unidade nacional e o papel do exército nessa missão.

Interessante perceber que Capanema não publica nenhum texto de sua autoria na revista *Cultura Política*, com exceção do número 9, de novembro de 1941, comemorativo ao aniversário do regime, que publicou, nas primeiras páginas, mensagens dos ministros sobre a festividade. Um dos pequenos textos era de Capanema. Manuscrito, referia-se à coragem de Vargas em deflagrar a revolução e instaurar o regime, atitude “dos grandes, dos autênticos homens de Estado”, e encerra com a afirmativa: “todo chefe merece a veneração do seu povo”¹⁰⁷. Outras três menções ao nome do ministro da Educação são feitas em artigos sobre a reforma da educação promovida pelo regime. Existiam divergências de visão sobre o uso dos meios de comunicação de massa entre o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Departamento de Imprensa e Propaganda, a qual abordaremos no terceiro capítulo, o que pode explicar sua ausência nas páginas da revista oficial do Estado Novo.

Vale a pena trazer os argumentos apresentados por Oliveira¹⁰⁸ quanto ao afastamento de Fontes do DIP, na medida em que a pesquisadora trabalha com uma hipótese diferente daquela que associa seu afastamento à sua proximidade com o fascismo. A autora traz o depoimento dado ao CPDOC, em 1994, por Vasco Leitão da Cunha, que foi Ministro da Justiça à época do afastamento de Francisco Campos por motivos de saúde. Segundo Leitão da Cunha, a saída de Lourival Fontes do DIP teria decorrido de uma declaração dos generais Góes Monteiro e Dutra ao Presidente

¹⁰⁵ BOMENY, 2001, pp. 8-9.

¹⁰⁶ FONTES, Lourival. A Imprensa e o Exército Nacional. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 7, v. 1, set. 1941, p. 1.

¹⁰⁷ CAPANEMA, Gustavo. A palavra do Ministro da Educação e Saúde. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 9, v. 1, nov. 1941, p. xiii.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, 2001.

Vargas de que, em tempos de guerra, o DIP deveria ser comandado pelos militares. Não teria fundamento a ideia de que Fontes havia sido afastado por suas convicções fascistas; outros que pensavam como ele não foram retirados do governo. Fontes era, inclusive, a favor dos Estados Unidos, assim como Alzira Vargas e Ernani do Amaral Peixoto, afirmou Leitão da Cunha. Após sua saída do DIP, Fontes representou o Brasil no Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho nos Estados Unidos, participou da Conferência de Alimentação e Agricultura, no Canadá, e ocupou, até 1945, o cargo de embaixador no México.

Na esteira dos depoimentos, Oliveira cita, ainda, os de Ernani do Amaral Peixoto e Emmanuel Nery, enteado de Fontes. Ambos teriam acusado Lourival Fontes de traidor. Teria ele, segundo informações de Adalgisa Néri, que foi casada com Fontes, passado horas ao telefone com Carlos Lacerda às vésperas da saída de Vargas do governo, momento em que ocupava o cargo de chefe do Gabinete Civil. Para Emmanuel Nery, a traição ficou evidenciada quando Alzira Vargas negou a Fontes o direito de segurar uma das alças do caixão de Vargas¹⁰⁹.

Como percebemos, a análise da participação de muitos intelectuais no regime do Estado Novo é complexa e exige que nos afastemos de binarismos tradicionais, sendo um dos principais a aproximação ou não com o nazifascismo. Talvez faça mais sentido pensar o posicionamento desses intelectuais a partir do antiliberalismo. Gomes¹¹⁰ destaca que, após a primeira guerra, os intelectuais passaram a apontar, além das condições adversas existentes no Brasil para o funcionamento de um regime liberal, a impossibilidade e indesejabilidade de adaptação desse modelo de Estado à realidade brasileira. Um dos motivos era a descrença fundamental na noção de igualdade liberal, a qual partia do pressuposto de que todos os indivíduos eram igualmente cidadãos portadores de opinião e com direito à voto. Muitos intelectuais, entre eles Oliveira Viana, diagnosticavam a inexistência desse cidadão liberal no Brasil e, portanto, a impossibilidade de um correto funcionamento de instituições que pressupunham essa existência, como eleições, partidos políticos e parlamentos. Havia, segundo o pensamento autoritário, uma desigualdade natural entre os seres humanos, que exigia do Estado e da

¹⁰⁹ OLIVEIRA, 2001.

¹¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS e FONSECA (orgs). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012a.

intelectualidade o esforço para o estabelecimento de uma nação moderna no Brasil, em nome dos que não saberiam fazê-lo por seus próprios meios. Nota-se que não era uma questão de impedimento formal, mas de condição natural de cada indivíduo e grupo.

O pensamento político que está na base da doutrina do Estado Novo encontra raízes nos movimentos intelectuais dos anos 1920 e 1930. Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas são encontrados nos quadros do governo. Os intelectuais mineiros, responsáveis pela publicação de *A Revista*, de 1925, foram representados por nada menos que Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade. O modernismo conservador do grupo Verde-Amarelo estava representado por Cassiano Ricardo na direção do jornal *A Manhã*¹¹¹. O grupo modernista de Cataguases, de 1927, responsáveis pela publicação da revista *Verde*, tinha Rosário Fusco como braço direito de Almir de Andrade na revista *Cultura Política*. A intelectualidade católica contava com Alceu Amorosa Lima como um importante “mentor intelectual e guardião dos valores morais do catolicismo junto ao ministro Capanema”¹¹².

O nacionalismo ganhou força numa época em que se questionou o liberalismo e o iluminismo e se consolidaram as representações mitológicas. Os intelectuais brasileiros, “apelando para os traços da história cultural de cada povo”¹¹³, estavam atentos aos desdobramentos do pós-Primeira Guerra na Europa, o que, para Lucia Lippi Oliveira, marcou o pensamento político brasileiro dos anos 1930 e a doutrina do Estado Novo por três grandes eixos temáticos: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo. A intelectualidade brasileira estava perfeitamente, segundo a autora, integrada às questões que se originavam na Europa e procurava adaptar soluções ao que entendia como realidade nacional¹¹⁴. Essa realidade era captada a partir de estudos que buscavam as origens e as verdadeiras tradições nacionais, sem o liberalismo estrangeiro da República Velha. Nesse contexto, as teorias elitistas da sociedade faziam frente à democracia liberal, afirmando a desigualdade entre os homens como natural e o domínio de uma elite intelectual como salvadora da sociedade brasileira. Esses intelectuais haviam detectado a

¹¹¹ Esse grupo era composto por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Mota Filho e Alfredo Ellis, além de Cassiano Ricardo. OLIVEIRA, 1982.

¹¹² Ibidem, p. 11.

¹¹³ Ibidem, p. 14.

¹¹⁴ Ibidem.

incapacidade da elite que esteve no poder durante a República Velha e descreditavam a democracia representativa, uma vez que o poder e o domínio político eram a própria expressão da ciência. Eram os seus saberes científico-intelectuais que lhes davam capacidade e autoridade de resolução dos problemas do país e lhes atribuíam natural poder. O conceito de democracia foi redefinido, estabelecendo-se em novas bases. Já que o povo não era capaz de decidir por ele mesmo, a circunstância clamou para que a elite ilustrada assumisse seu papel de liderança na modernização do país. A democracia representativa foi considerada inadequada ao Brasil e ao brasileiro, tendo sido substituída pelo que se chamou de democracia social.

O conservadorismo do pensamento intelectual dos anos 1930 dizia respeito à manutenção da ordem, à defesa da hierarquia e ao retorno à tradição. “Ordem e progresso” foram concepções centrais desse positivismo-conservadorismo brasileiro: a ordem conduz à mudança social e a preocupação fundamental é a busca do Brasil real, original. Nacionalismo, expresso na soberania do Estado, e autoritarismo, expresso na capacidade de ação do governo federal sobre todo o território nacional, eram complementares no processo de formação do Estado brasileiro. Assim, o projeto que uniu nacionalismo e autoritarismo foi regido por uma “razão de Estado”¹¹⁵. O texto de Lucia Lippi Oliveira explora as justificativas para o autoritarismo do Estado Novo, traçando paralelos com o contexto internacional do período e analisando as possíveis proximidades com o fascismo italiano. Para mostrar como a intelectualidade brasileira dos anos 1930 se posicionou frente ao fascismo, a autora analisa os textos de três autores: Afonso Arinos de Melo Franco, em *Introdução à Realidade Brasileira*, de 1933; Miguel Reale, em *Estado Moderno*, de 1934; e Candido Mota Filho, em *Introdução à Política Moderna*, de 1935.¹¹⁶

Afonso Arinos de Melo Franco, segundo Oliveira, posicionava-se contrariamente a qualquer tipo de Estado totalitário, de esquerda ou de direita, pois entendia que ele limitava a atividade intelectual justamente por sua premissa de abarcar o total da sociedade, ou seja, o Estado ditatorial não respeitava a liberdade, a independência e o caráter questionador naturais da classe intelectual. Contudo, a preocupação de Melo Franco com a disciplina, com a ordem e com a hierarquia aproximava-o do pensamento conservador.

¹¹⁵ OLIVEIRA, 1982, p. 16.

¹¹⁶ Ibidem.

Miguel Reale, por sua vez, colocava em perspectiva o Estado fascista e o sindicalismo. Para o intelectual, enquanto o último ocupava o lugar do indivíduo, numa nova forma de individualização, contrapondo-se ao Estado, o primeiro concebia o Estado como organismo moral, político e econômico superior aos indivíduos e aos agrupamentos. Como agente distribuidor de justiça, o Estado estaria acima do indivíduo, subordinado à lei ética e ao imperativo moral. O Estado ético distinguia a ordem política da religiosa, sem hierarquizá-las. O autor diferenciava o fascismo autoritário e o fascismo integral e defendia as vantagens do último sobre o primeiro. O Estado fascista autoritário absorvia toda a sociedade e o indivíduo, anulando as liberdades, já o Estado integral unia os valores comuns entre o Estado e as partes e respeitava os valores específicos e exclusivos, ou seja, ele agia de forma a integrar discriminando, o que significava que deveriam ser mantidas as desigualdades sociais e econômicas, posto que naturais e necessárias à ordem e ao desenvolvimento econômico. O indivíduo, assim, só ganharia significado quando integrado ao Estado. A questão do autor era com a liberdade intelectual, visto que era o intelectual livre que deveria comandar o Estado.

Ambos, Melo Franco e Reale, defendiam a liberdade intelectual e posicionavam-se contra o autoritarismo, embora se aproximassem dos marcos do pensamento conservador. Melo Franco era contra qualquer tipo de Estado autoritário justamente porque este não comportava a liberdade intelectual, já Reale entendia que o Estado integral, ao estabelecer a conexão entre Estado e indivíduo, atendia a necessidade de liberdade necessária.

O terceiro intelectual analisado por Oliveira, Cândido Mota Filho, que havia sido diretor da seção paulista do Departamento de Imprensa e Propaganda, afirmava que o fascismo surgiu para atender uma necessidade de socorrer o Estado em crise de autoridade e ameaçado pelas crescentes pretensões sociais, em decorrência da incapacidade do parlamento e das elites no poder de garantir o progresso. No seu entendimento, o fortalecimento do Estado salvaria a democracia através da autoridade concentrada e reforçada no chefe. O partido teria a missão de formar e fazer circular a elite, e não de mobilizar as massas, e seria no trabalho que se poderia encontrar o homem social, substituto do cidadão. O autor elogiava Mussolini,

Roosevelt, Lenin, Stalin e Hitler. O chefe do Estado deveria ser oportunista e maquiavélico¹¹⁷.

Para pensar as particularidades do caso brasileiro, Lucia Lippi Oliveira assinala algumas diferenças entre nacionalismo e fascismo (a partir de Giovanni Gentile no livro *A base filosófica do fascismo*, de 1928). Para o nacionalismo, a nação é um dado da natureza, ela existe independentemente da vontade e da consciência dos indivíduos e o Estado nasce a partir dela. Para o fascismo, o Estado é uma totalidade espiritual; Estado e nação são criações da mente e não pressupostos naturais e materiais. Assim, no fascismo, a nação nunca está acabada, ela está sempre em construção. No nacionalismo, o Estado está acima do indivíduo, enquanto no fascismo, Estado e indivíduo são parte de um todo orgânico. “O nacionalismo do século XX assenta-se sobre a crescente identificação entre nação e Estado”¹¹⁸.

De fato, alguns membros do governo varguista demonstravam enorme simpatia pelo nazifascismo. Destaque especial para dois dos mais importantes simpatizantes, o chefe da polícia política, responsável pela repressão aos opositores, Filinto Muller, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, Lourival Fontes, responsável por controlar os meios de comunicação, a produção e a divulgação da propaganda do regime. Contudo, duas importantes características da doutrina fascista não estão presentes na doutrina que foi produzida durante e para o processo de legitimação do Estado Novo, quais sejam, a função do partido e a militarização. Conforme Oliveira¹¹⁹, o partido exerce papel fundamental na doutrina fascista na medida em que é o agente propulsor das transformações do governo dentro do novo Estado e o instrumento que representa a vontade da nação. Já a militarização diz respeito ao movimento do governo fascista de militarizar as suas forças, a tal ponto que essas entrem em competição e conflito com as Forças Armadas. Segundo a pesquisadora, o Estado Novo não contou com essas características, pois o regime instaurado em 1937 não foi o resultado da tomada de poder por um grupo revolucionário organizado e de massa, não houve um partido que

¹¹⁷ Antes de Mota Filho, Otávio de Faria, no livro *Maquiavel e o Brasil*, de 1931, havia feito a analogia entre o tempo de Maquiavel e o Brasil do início do século XX ao afirmar que ambos representavam tempos de aniquilamento do Estado. O autor apresentou a figura de Mussolini como o herói que reergueu a Itália, homem que sintetizava e superava todas as virtudes. A figura do Príncipe de Maquiavel foi usada para enaltecer o Chefe do Estado fascista, aquele que veio para salvar a nação. Para Otávio de Faria, não era o nacionalismo que definia o fascismo, mas a personalidade e a trajetória do herói.

¹¹⁸ OLIVEIRA, 1982, p. 26.

¹¹⁹ Ibidem.

sustentasse o regime nem a organização das massas em milícias e, mesmo a Organização Nacional da Juventude, que foi uma tentativa de militarização da juventude brasileira, foi transformada em um programa de educação moral e cívica. Oliveira conclui que, “seja do ponto de vista doutrinário ou da realidade histórica, o caso brasileiro do Estado Novo se distingue do fascismo italiano”¹²⁰. A autora afirma ainda ter encontrado na maioria dos textos dos “doutrinadores de 1937” a preocupação em negar vínculos com os regimes fascistas da Europa.

O fascismo do Estado Novo esteve, assim, mais próximo do nacionalismo e articulado com elementos do pensamento conservador e, por essa razão, a preocupação com a ordem, a autoridade e a hierarquia apareceu como central no pensamento de muitos dos divulgadores do regime estadonovista. Nesse sentido, a autoridade demandava modernização a curto prazo e controle social. A sociedade deveria ser hierarquizada e não-igualitária, visto que os indivíduos eram naturalmente desiguais, mas com igualdade de oportunidades. A democracia por consenso, baseada nos valores culturais, e a democracia corporativista fundamentavam-se na atualização das propostas conservadoras frente às demandas sociais da nova sociedade industrial. A defesa do predomínio do Estado sobre a sociedade encontrava razão na consciência dos doutrinadores do regime sobre o atraso brasileiro no confronto com as nações desenvolvidas. No Brasil, o nacionalismo não surgiu como resposta ao internacionalismo burguês e operário, como na Europa, e o Estado, assim, foi considerado o único caminho para realizar a nação. Nesse contexto, o Estado foi propulsor e controlador da passagem da sociedade rural-oligárquica para a urbano-industrial.

Conforme definiu Mônica Velloso, a dimensão ideológica se constitui numa doutrina de “obrigação política” para a sociedade civil e a cidadania foi redimensionada por essa doutrina, que buscava envolver os diversos setores sociais na política do Estado. O Estado Novo teve, assim, caráter de experiência política “bem-sucedida”. Para a autora, era clara a tentativa do regime de estabelecer uma nova relação entre Estado e sociedade, entretanto, “no projeto político, a ênfase à legitimidade e à participação não exclui necessariamente a coerção e a marginalidade”¹²¹. Houve uma ampliação das funções estatais por conta das novas estratégias de poder, através das quais o Estado penetrou nos domínios da

¹²⁰ OLIVEIRA, 1982, p. 25.

¹²¹ VELLOSO, 1982, p. 71.

sociedade civil, assumindo o papel de direção e organização da sociedade. A cultura passou a ser encarada em termos de organização política, na qual o Estado criava aparatos culturais próprios destinados a produzir e difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.

As transformações no âmbito da cultura estão estritamente ligadas à estruturação da *intelligentsia* no interior da sociedade brasileira. Resgatar o histórico dessa estruturação é fundamental para entender o lugar dos intelectuais-burocratas enquanto um grupo de intelectuais que, durante o Estado Novo, estabeleceu relação muito específica com a política. Em termos gerais, o intelectual emerge enquanto ator político e sujeito coletivo em certas condições sociais, políticas e culturais e o termo *intelligentsia* remete a grupos de intelectuais que estabelecem relações específicas com a política que os diferem dos seus pares. Para Luciano Martins¹²², foi entre os anos de 1920 e 1940 que se constituiu uma *intelligentsia* entre os intelectuais brasileiros.

Para buscar a gênese de uma *intelligentsia* no Brasil, Martins¹²³ retoma o contexto de fins do século 19. A abolição da escravatura, em 1888, e a instituição da República, em 1889, foram dois eventos que engajaram os intelectuais na ação política pela primeira vez no Brasil. Os intelectuais eram um círculo reduzido de pessoas ilustradas da segunda metade do século 19, formado pelos filhos das famílias tradicionais educados na Europa, advogados, engenheiros, escritores e jornalistas, os quais reivindicavam a liderança moral da nação, motivados pelo anseio de alcançar o mundo civilizado, ao abolir a escravatura, e os ideais liberais, ao declarar a República. Na virada do século, Martins afirma, os intelectuais expõem sua perplexidade diante da miséria do povo, sem apresentar, porém, um projeto de transformação da sociedade. Nesse primeiro momento, sua busca era pelo seu estatuto e reconhecimento social. A *intelligentsia* em formação reivindicava a liderança moral da nação, mas era incapaz de pensar uma nova sociedade. Martins persegue a ideia de que os intelectuais ou a *intelligentsia* brasileira não tinham nem uma teoria nem uma utopia para a sua própria sociedade.¹²⁴

¹²² MARTINS, L. 1987.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Esse ponto será essencial para entender, no âmbito da cultura, a formação do campo cultural nos termos de Martins, ou indústria cultural, nos termos de Ortiz. Campo cultural, para Martins, refere-se ao espaço, abstrato e/ou concreto, onde se concentram as atividades culturais e as instituições a elas ligadas; o autor não usa, portanto, campo cultural no sentido definido por Bourdieu – para quem campo refere-se a um campo de forças que funciona como um sistema econômico de produção –, pois

No contexto do Estado Novo, o intelectual-burocrata constituiu-se de conservadorismo e aspirações ao moderno. O intelectual-burocrata é aquele que ocupa uma posição na burocracia estatal ao mesmo tempo em que exerce sua atividade intelectual ligada, em algum nível, à propaganda política do regime. Seu objetivo era romper com a ordem até então vigente, que condenava por ser estrangeira e, por isso, ineficiente no contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que defendia o autoritarismo, a centralização do poder e uma democracia que justificava as desigualdades. Embora o positivismo comtiano e o liberalismo tenham sido referenciais importantes para os intelectuais de fins do século XIX, o intelectual da virada do século XIX para o XX e o do Estado Novo, o intelectual-burocrata, eram críticos do liberalismo.

Por certo que nem todos os intelectuais do período do Estado Novo podem ser considerados intelectuais-burocratas, nem mesmo todos que colaboraram com o regime, mas, deve-se reconhecer, a racionalização da gestão do Estado trouxe os intelectuais para dentro da burocracia estatal. Na área da comunicação, a burocratização da propaganda política criou espaços formais a serem preenchidos, com os cargos abertos a partir da criação de novos órgãos, bem como o avanço do Estado sobre os veículos já existentes – através, por exemplo, da encampação de jornais. Os intelectuais, por sua vez, buscavam apoio para criação e manutenção das universidades, de espaços para a circulação de ideias e de remuneração que os permitissem o exercício do pensar¹²⁵.

O nacionalismo ou a defesa contundente de um projeto nacional por parte do governo Vargas manteve os intelectuais ao lado do regime. Desde fins do século XIX, a preocupação dos intelectuais era com a construção da nação. Até os anos 1920, o Rio de Janeiro era a porta de entrada de todas as novidades que chegavam da Europa e, conforme Martins¹²⁶, os intelectuais encarregavam-se de incorporá-las à cultura nacional. A partir da década de 1920, eles passaram a entender que o país carecia de valorizar a verdadeira cultura nacional, visto que ela era carregada e enquadrada nos padrões estrangeiros e não naqueles verdadeiramente nacionais. A

entende que, no período por ele analisado, o espaço cultural no Brasil estava se estruturando e poderia obedecer a outra lógica. MARTINS, L. 1987.; ORTIZ, 1991.

¹²⁵ Em entrevista à Lucia Lippi Oliveira, em 1981, Almir de Andrade afirmou que o corpo editorial e os colaboradores da revista *Cultura Política* eram bem remunerados e que recebiam, normalmente, o dobro do que pagavam as demais publicações. VELLOSO, 1982, p. 74.

¹²⁶ MARTINS, L. 1987.

proposta era acabar com a separação entre o erudito e o popular, uma espécie de “ir ao povo”, sem utopia ou teoria da sociedade, mas com humor e malícia, uma volta às raízes. O surgimento do movimento modernista marcou uma inflexão importante para a *intelligentsia* brasileira, pois, se antes ela buscava seu estatuto e reconhecimento, a partir dos anos 1920 – cujo marco foi a Semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922 –, ela passou a buscar sua identidade. A contestação e a renovação que implicou a busca da identidade da *intelligentsia*, além do domínio cultural, incluíram o domínio das ciências, com a criação da Academia Brasileira de Ciência, também em 1922.

A *intelligentsia* queria salvar o Brasil do atraso, mas se viu isolada da sociedade e encontrou na organização nacional através do Estado a saída para exercer seu papel social. Conforme Martins¹²⁷, havia um sentimento de isolamento e impotência para realizar a tarefa à qual a intelectualidade havia se incumbido: salvar o país do atraso. O isolamento de que reclamavam os intelectuais brasileiros não estava relacionado ao fato de estarem ocupando um espaço vazio, pois não havia uma classe inexistente ou em formação a qual eles almejavam substituir. Suas aspirações, segundo Martins, mostraram-se, mais tarde, no sentido de atribuir-se o papel de heróis civilizadores da nação e não de uma sociedade nova. A *intelligentsia* não falava em nome de outra classe social ou em nome da nação, ela falava à nação no papel de “herói modernizador”.

O isolamento, no caso brasileiro, está relacionado a dois importantes fatores, basicamente: a falta de público e de mercado – numa sociedade com 85% da população analfabeta (em 1900) e cada vez mais voltada aos valores capitalistas – e a predominância de um campo cultural dominado pela cultura ornamental. Foi nesse contexto que a educação pública, através de uma reforma do ensino, e a construção de um campo cultural, através da universidade, passaram a ser as preocupações da *intelligentsia* brasileira nos anos 1920 e 1930, o que a colocou em relação direta e contraditória com o Estado. O desencanto da elite intelectual pela política colocava acima dessa última o princípio abstrato da organização, numa antecipação de uma visão tecnocrática. Torna-se, assim, compreensível que a reforma da sociedade foi entendida/resumida à reforma da educação e do ensino

¹²⁷ MARTINS, L. 1987.

para a criação dos homens e dos técnicos que, a partir da formação prática, serviriam à construção da nação.

Contudo, foi no seu papel político que a *intelligentsia* procurou e encontrou sua identidade social. O ponto de tangenciamento entre a *intelligentsia* e o Estado pós-1930 estava no tema da organização nacional, através da qual se poderia executar as esperadas mudanças. Para Velloso¹²⁸, a nova concepção de cultura, que unificou as ordens política e social, configurou-se como cultura política e foi um dos fundamentos centrais do projeto ideológico estadonovista formulado no interior da revista *Cultura Política*. A dimensão política foi, assim, guarda-chuva para as demais dimensões da vida. A autora afirma que o argumento do “político enquanto força diretora do social” estava presente em todo o projeto ideológico do Estado Novo.

Na primeira metade da década de 1930, surgem os primeiros estudos de interpretação do Brasil. Esses estudos procuraram ver o país a partir de si mesmo, interpretando o conjunto da história, da economia e da sociedade brasileira e buscando fazer uma ponte entre a modernidade e a modernização do país. Estavam interessados em retomar o fio da história, não em formular uma teoria para a ação. Sem teoria nem utopia, os intelectuais partilharam uma esperança, uma vontade de participar de uma transformação social que não sabiam precisar, contudo entendiam-na como necessária. Ao contrário da *intelligentsia* russa, afirma Martins, no Brasil, apesar da inexistência de obstáculo ou constrangimento, a intelectualidade era desprovida de pensamento utópico. Havia, sim, uma esperança num futuro impreciso, no “país do futuro”, no “gigante adormecido”, tomando, muitas vezes, uma forma ufanista¹²⁹. O atraso passou a ser o grande tema da intelectualidade, no qual chocavam-se o potencial de mudança do país e os obstáculos também inerentes àquele estado de coisas. Essa ambiguidade ficou camuflada, num primeiro momento, pela redescoberta e valorização do que deveria ser o brasileiro e, num segundo momento, por um nacionalismo que serviria de instrumento de modernização da nação.

Já na segunda metade da década de 1920, reapareceram as discussões sobre as reformas na educação, as quais deveriam abranger o ensino primário, secundário e profissional, além da criação da “verdadeira universidade”, encarregada de produzir o saber que orientaria a nação, ou seja, que teria uma função política

¹²⁸ VELLOSO, 1982.

¹²⁹ MARTINS, L. 1987.

explícita. A reforma do ensino teria consequências muito abrangentes no conjunto da sociedade, como o desenvolvimento das forças produtivas, a urbanização e, principalmente, a estruturação do campo cultural. Nesse contexto, o grau de autonomia que o campo cultural pôde ter em relação ao Estado definiu as relações entre os intelectuais e a política, demonstrando que quanto menor a autonomia, mais estreita a relação. Estruturar o campo intelectual, para a *intelligentsia*, significou, assim, criar instituições modernas, abertas à renovação e à pesquisa, capazes de difundir suas ideias e de criar um mercado e um lugar de intercâmbio dessas ideias. O campo cultural seria o lugar para a fundação, reconhecimento e expansão da identidade social da *intelligentsia*.

Assim, a luta pela reforma do ensino abriu uma frente de ação para a *intelligentsia* brasileira. O movimento Escola Nova teve origem dentro da Associação Brasileira da Educação (ABE), criada em 1924, no Rio, da qual faziam parte Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Em São Paulo, em 1926, o jornal *O Estado de São Paulo* encomendou a Fernando de Azevedo uma pesquisa sobre a instrução pública naquele estado. Os resultados da pesquisa e os debates em torno dela foram publicados pelo jornal durante quatro meses. O cenário do fim dos anos 1920 foi de disputa entre diferentes setores da *intelligentsia* pela liderança das reformas. Em meados da década, a questão que se colocava era por onde começar as reformas: pela educação do povo, atacando a miséria intelectual do país, ou pela reprodução da elite intelectual, garantindo o mercado e a interlocução entre os pares. Essa é considerada por Martins¹³⁰ a primeira etapa do debate em torno das reformas que o país necessitaria.

Para a Escola Nova, não havia contradição entre uma universidade voltada para a reprodução das elites e os ideais de uma sociedade mais democrática, na defesa do ensino público, gratuito, leigo e igualitário para ambos os sexos. A direita católica, por sua vez, posicionava-se contra essas ideias e dizia fazê-lo em nome do povo. Nesse contexto, a universidade foi concebida mais como instrumento político do que espaço de produção científica. Assim também foi para o campo cultural como um todo, que, conforme análise de Martins¹³¹, sob a intervenção do Estado, foi politizado antes de criar suas próprias instituições e estruturas.

¹³⁰ MARTINS, L. 1987.

¹³¹ Ibidem.

O governo instaurado após a Revolução de 1930 agiu de forma a intervir nas discussões em torno da reforma do ensino. Com discurso pluralista, porém, com regras e normas coercitivas e de cunho centralizador, a Reforma Francisco Campos foi instituída por decreto em 1931. A ação arbitrária do Governo Provisório contou com a oposição dos reformadores da Escola Nova, do grupo que intencionava criar a Faculdade de Filosofia em São Paulo e da direita católica. O Estado, alegando agir no sentido de equilibrar e equacionar as disputas em andamento, acabou com a autonomia didática e administrativa das escolas e universidades. A Universidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foi “organizada” através de decreto, também de 1931, que regulava todas as suas atividades em 328 artigos. Ainda, todas as diretrizes e decisões relativas à educação deveriam passar pelo Conselho Nacional da Educação, o que, na prática, significava o controle e o aval do Ministro.

A falta de liberdade e autonomia desagradava os intelectuais ligados à Escola Nova e ao grupo de São Paulo. Já a direita católica voltou-se contra o ensino leigo, uma vez que a Reforma Campos desobrigava escolas públicas do ensino religioso. Nesse clima, inaugurou-se a segunda etapa do debate sobre os rumos das reformas do ensino. A Escola Nova divulgou, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, cujos pontos essenciais, conforme Martins¹³², foram a afirmação de que a educação era uma função pública, para todos, com igual qualidade e para ambos os sexos, de que a autonomia da universidade deveria ser total, abrangendo a área pedagógica, administrativa e econômica, e de que caberia ao Ministério da Educação fornecer os recursos e fiscalizar a aplicação desses princípios. Os reformadores da Escola Nova assumiam uma postura ambígua frente ao Estado, pois, ao mesmo tempo em que defendiam a autonomia das escolas e universidades, defendiam o monopólio do Estado sobre as escolas e entendiam como uma tendência da sociedade moderna algumas funções antes desempenhadas pela família passarem ao domínio do Estado. Para Martins, esses intelectuais pensavam a relação sociedade-Estado como se existisse no Brasil uma sociedade civil forte e organizada capaz de cobrar o Estado pelos seus atos.

Houve forte reação da direita católica ao manifesto, o que provocou a mobilização da igreja para ocupar a Assembleia Constituinte em 1934 com deputados que defendiam suas ideias. A Constituição de 1934 foi realizada no sentido de atenuar

¹³² MARTINS, L. 1987.

a rigidez da Reforma Campos e atender às aspirações tanto da Escola Nova quanto da igreja. Estabeleceu o ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. O Plano Nacional de Educação foi definido como prerrogativa da União. A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal foram criadas nos moldes da Escola Nova, embora tenham seguido caminhos diferentes. Segundo Martins¹³³, em São Paulo, o poderio econômico e a autonomia relativa concedida aos Estados pela Carta de 1934 em relação ao ensino, permitiu à Universidade de São Paulo, criada em 1934, estabelecer um ensino de alto nível e condições para o desenvolvimento da pesquisa científica. A presença de maioria de professores estrangeiros protegeu a universidade do autoritarismo do Estado Novo, ao mesmo tempo em que gerou o afastamento dos intelectuais brasileiros do único setor do campo cultural no qual tinham autonomia frente ao Estado. A Universidade do Distrito Federal, criada em abril de 1935, por outro lado, abriu espaço para os intelectuais brasileiros, especialmente o grupo de 1922. Contudo, em decorrência da conjuntura de repressão aos movimentos comunistas de fins de 1935, sofreu forte intervenção do governo federal, mudando totalmente sua visão inicial, até sua extinção em 1938.

A criação da Universidade do Brasil, em 1937, e da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1938, inaugurou um novo marco para o campo cultural. O ministro Gustavo Capanema seguiu as diretrizes da Reforma Campos, de 1931, aplicando um espírito centralizador e burocrático-autoritário que deveria servir de exemplo para todas as faculdades e universidades do país. Em resumo, depois de 1937, a desejada autonomia do campo cultural foi suplantada pelo autoritarismo e pelo paternalismo do Estado. Os intelectuais entenderam que sua identidade, de algum modo, dependia do reconhecimento do Estado, pois não havia mais um limite bem demarcado entre este e o campo cultural.

A *intelligentsia* no Brasil se constituiu no início dos anos 1920, pensou o “Brasil brasileiro” e ambicionou a construção de uma nação moderna, mas fracassou na tarefa de estruturar um campo cultural a partir do qual poderia estabelecer suas relações com a política de forma autônoma. Era uma intelectualidade, então, incapaz de transformar seu isolamento em autonomia, incapaz de definir sua identidade social e sua relação com a política, colocando-a, junto com o campo cultural, sob a tutela

¹³³ MARTINS, L. 1987.

do Estado e fazendo do mecenato estatal um empreendimento bem-sucedido. O intelectual brasileiro não exerceu uma função crítica, mas foi dotado de uma missão social através da qual buscou sua identidade, ainda que a condição de intelectual o alienasse da sua própria sociedade¹³⁴.

Foi a partir do trabalho daqueles intelectuais, que também eram burocratas, que se construiu um legado do Estado Novo para as décadas seguintes, o qual se constitui, ainda hoje, importante fonte de pesquisa, especialmente sobre aquela configuração específica que tomou a propaganda política do período. São os registros feitos por aqueles profissionais especializados que trazem ao presente fragmentos do passado, notadamente em formato de monumentos, abordados pela historiografia tanto no sentido de reforçá-los quanto de desmistificá-los. Nesse sentido, analisamos, no próximo tópico, a monumentalização como legado da Era Vargas.

1.3 O LEGADO ESTADONOVISTA: A MONUMENTALIZAÇÃO DA "ERA VARGAS"

Analisar esse período em todas as suas dimensões significa apreender paradoxos e afastar tentações maniqueístas. Afinal, a despeito da ausência dos direitos políticos e da precariedade das liberdades civis, o regime ditatorial consolidou a ideia do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Se a política trabalhista de Vargas permaneceu praticamente intacta até os dias de hoje, se a discussão sobre o formato do Estado e a reforma da previdência social são temas que continuam mobilizando a sociedade, não se pode negar que o Estado Novo contribuiu para reforçar a fragilidade de nossas instituições político-partidárias, para produzir um descaso pelos direitos civis e políticos e para disseminar a ideologia do anticomunismo. A crença na dicotomia entre democracia social e democracia política, na supremacia do Executivo sobre o Legislativo e da técnica sobre a política são algumas das heranças do Estado Novo que comprometem até hoje a consolidação da nossa democracia¹³⁵.

A análise do complexo contexto dos anos 1930 e 1940, quando o mundo ocidental repensava seus modelos de administração da vida pública e coletiva, questionando o liberalismo, tentando conter o avanço do comunismo e às voltas de um conflito mundial, ou seja, um ambiente repleto de contradições e disputas, requer

¹³⁴ ORTIZ, 1991.; MARTINS, L. 1987.

¹³⁵ PANDOLFI, 1999, p. 11.

do pesquisador o cuidado sintetizado nessa reflexão de Dulce Pandolfi sobre o Estado Novo¹³⁶. Nosso objetivo nesta última parte do primeiro capítulo é apresentar uma discussão sobre o legado do regime estadonovista a partir da literatura especializada, de forma a trazer elementos que nos permitam pensá-lo não apenas dentro de uma tradição autoritária, como também a partir de suas especificidades históricas. Nosso pressuposto inicial é que os monumentos construídos pelo regime estadonovista constituíram-se em legado para os períodos subsequentes e essa construção deu-se a partir da ação deliberada do poder autoritário da ditadura instaurada em 1937, no arcabouço do trabalho de enquadramento da memória coletiva. As leis, as instituições, as obras, os prédios, a forma de organização do Estado foram realizações que transformaram radicalmente as relações entre sociedade e Estado e deixaram, intencionalmente, marcas profundas para as gerações seguintes.

Submetido ao esquecimento até a década de 1970, o período do Estado Novo foi, segundo Lúcia Lippi Oliveira, por vezes apagado, por vezes encarado como um período de exceção que antecedeu a redemocratização de 1945. Oliveira escrevia no início dos anos 1980, quando o Estado Novo ainda estava envolto em uma “nuvem de relativo esquecimento”¹³⁷ e, ainda sob o comando da ditadura civil-militar, à qual o Brasil foi submetido entre os anos de 1964 e 1985. Era compreensível – num momento em que o objetivo principal era a busca por um Brasil fora da escuridão de uma ditadura e não o reforço da memória de outro período autoritário de sua história, de censura e repressão – que os historiadores dessem ênfase ao período democrático do pós-1945. Nas palavras da pesquisadora, “o espírito da redemocratização que marcou o pós-45, aparentemente, jogou uma pá de cal no período anterior, na suposição de ter sido uma época de exceção que deve ser esquecida o mais rápido possível. Nada melhor que o silêncio para garantir o esquecimento”¹³⁸.

¹³⁶ O trecho é do livro *Repensando o Estado Novo*, organizado por Dulce Pandolfi e o resultado do seminário “Estado Novo: 60 anos”, realizado pelo CPDOC/FGV, em parceria com o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os departamentos de História e de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O evento ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 6 de novembro de 1997. Ibidem.

¹³⁷ OLIVEIRA, 1982, p. 7.

¹³⁸ Ibidem.

Nos anos 1980, as pesquisas e interpretações iniciaram por traçar divergências e similitudes entre o Estado Novo e os regimes autoritários europeus. Para Oliveira, embora a natureza das transformações que ocorriam na Europa encontrasse paralelo no Brasil bem como muitas das características que dizem respeito às formas de governo, as especificidades do caso brasileiro o afastavam do fascismo europeu. O livro *Estado Novo: ideologia e poder*, de Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, traz estudos que se propuseram a analisar os pressupostos ideológicos da doutrina do Estado Novo. Apesar da doutrina do regime não ser uma unidade, ela toma a feição de um todo articulado. Parece ter havido uma divisão espontânea do trabalho intelectual entre os doutrinadores de 1937, na qual cada um ocupava-se de diferente questão, sem confronto direto com os demais, dando a aparência de uma uniformidade de pensamento.

Segundo Oliveira¹³⁹, havia não somente diferentes propostas de diferentes intelectuais, como também manifestas diferenças entre as propostas e a realidade do Estado Novo. O complexo arranjo entre "tradição" e "modernização" exerceu um forte apelo sobre a intelectualidade brasileira. Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas trabalharam lado a lado no projeto de construção do Estado nacional. Podemos pensar que foi exatamente por ter diferentes propostas que encontramos diferenças entre essas e a realidade. As propostas, embora com alguns pontos de tangenciamento, refletiam as divergências entre os homens¹⁴⁰ que compunham o governo. Assim, as soluções aos conflitos e às disputas internas eram por vezes negociadas, por vezes impostas.

Discutir a doutrina, segundo Oliveira¹⁴¹, é levantar o conjunto de ideias que formavam a ideologia do regime, ou seja, a imagem que o regime projetava da sociedade sobre ela mesma. A ideologia é um código que tem a função de integração da sociedade, pois fornece um padrão cultural para a sua organização e o faz através das origens da própria sociedade. No caso brasileiro, a ideologia política do Estado Novo resgata práticas autoritárias que fazem parte da tradição brasileira e atualiza-as a partir da incorporação de instrumentos modernos de propaganda e de educação,

¹³⁹ OLIVEIRA, 1982.

¹⁴⁰ Destacamos que a utilização da expressão "homens do governo" ao longo do texto não é mera generalização, mas uma constatação de que os lugares de poder não eram, em geral, acessados por mulheres; tampouco por pessoas pretas.

¹⁴¹ OLIVEIRA, op. cit.

capazes de monumentalizá-las, o que significa dizer que, se as ideias e os princípios do Estado Novo não foram criados em 1937, foram incorporados no discurso oficial e instrumentalizados para o poder.

Junto com a Revolução de 1930 veio à tona a necessidade e a missão de rediscutir o Brasil, seu passado e seu futuro. Nesse contexto, encontramos uma elite com ideal salvacionista, ou seja, o ideal de pegar para si a missão de fazer do Brasil um país diferente do que até ali se viu. Para Oliveira¹⁴², a compreensão de Brasil produzida nos anos 1930 e 1940, os diagnósticos, ideias e valores constituíram-se patrimônio da cultura política nacional. Além disso, o governo Vargas tinha forte preocupação com o registro e divulgação das suas ações, na construção de seu legado. No livro organizado por Simon Schwartzman, em 1983, *Estado Novo: um autorretrato*, que agrupou os textos que deveriam compor uma espécie de inventário de governo, desde 1930 a 1945, são abordados todos os temas relacionados ao governo, como ordem e segurança, finanças públicas, a produção agropecuária, a indústria extrativa e a produção industrial, além de racionalização do serviço público, a política exterior e as leis do trabalho. Embora tal obra nunca tenha sido publicada, o arquivo contém a maior parte dos manuscritos, versões preliminares e capítulos acabados que deveriam compô-la.

Na apresentação do livro, Schwartzman destaca a diferença entre os textos escritos antes e depois do alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo, ressaltando que o período de apogeu da versão mais radical e totalitária do Estado Novo é o período em que os textos são de louvor ao chefe, do culto à personalidade do líder e destaca que esse estilo caiu em desuso a partir do alinhamento com os Aliados. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi responsável pela difusão da ideia, ainda muito forte na década de 1980, segundo o autor, de que existe uma incompatibilidade entre a “racionalidade” da administração e a “irracionalidade” da política. O DASP introduziu o sistema de concursos públicos para os cargos federais e difundiu a ideia da superioridade da padronização sobre a diversidade no manejo da coisa pública. Foi também responsável pela integração administrativa entre os níveis federal, estadual e municipal, com a atuação dos “Daspinhos” nos estados.¹⁴³

¹⁴² OLIVEIRA, 1982.

¹⁴³ SCHWARTZMAN, 1983.

Sobre o tema da ordem e da segurança, os textos são originários da Imprensa Nacional e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e iniciam com uma breve história do comunismo no Brasil, que é apresentado como uma conspiração feita por agitadores estrangeiros e maus brasileiros, culminando na Lei de Segurança Nacional, em 1935. Contêm também referências à extinção dos partidos políticos e à revolta integralista de 1938, que tinha por objetivo implantar uma “odiosa ditadura fascista” e destaca as ações do governo na área da ordem e segurança, como expõe o trecho abaixo.

Ao lado do combate aos extremismos, levado a efeito com plena eficiência, embora à custa de sacrifícios enormes e da perda de alguns dedicados patriotas, cuja memória serve de lição e exemplo para a posteridade, outras importantes medidas defensivas da nossa unidade e soberania foram tomadas pelo Governo. Cumpre destacar, entre elas, a proibição aos estrangeiros de participarem, direta ou indiretamente de atividades políticas, e toda a abundante legislação sobre entrada, assimilação, expulsão, extradição e naturalização de estrangeiros; a nacionalização da propriedade imobiliária e das atividades profissionais localizadas nas zonas fronteiriças; a nacionalização do ensino; a nacionalização do comércio de cabotagem e da pesca; o novo regime legal das minas e quedas d'água etc.¹⁴⁴.

Lembremos que esses textos foram produzidos a partir de dentro do governo; um olhar do regime sobre ele mesmo. Nesse sentido, é interessante observar a existência de uma preocupação em destacar, a todo tempo, a continuidade das ações e a coerência das práticas desde 1930 até o fim do Estado Novo. Encontramos a mesma determinação nos textos da revista *Cultura Política*, analisados no segundo capítulo. Por outro lado, a monumentalização também pode ser identificada na produção acadêmica especializada produzida ao longo dos anos, nas mais diversas áreas de conhecimento, como a economia, a história, a sociologia, que, em alguns casos, perpetuaram visões alinhadas ou muito próximas da narrativa oficial do Estado Novo, de que aquele período foi marcado por grandes realizações, minimizando ou mesmo deixando no esquecimento a luta dos trabalhadores¹⁴⁵ e as chacinas e devastamento dos povos originários decorrentes da conquista do oeste do país, por exemplo.

¹⁴⁴ Texto elaborado pela Imprensa Nacional em 1943 sob o título “A Ordem”. SCHWARTZMAN, 1983, p. 107-108.

¹⁴⁵ DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos*: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Não estamos sugerindo, com isso, que os estudos realizados sobre o período da Era Vargas, em geral, e do Estado Novo, em específico, são questionáveis ou irrelevantes, muito pelo contrário, apenas é possível refletir sobre outros temas e pontos de vista a partir daqueles já trabalhados. No que tange à monumentalização e ao legado do Estado Novo, julgamos imprescindíveis os estudos que pensaram o período não como um todo, mas que buscaram analisá-lo sob certas periodizações, marcações no tempo que ganham significações específicas, formuladas por pesquisadores enquanto estratégias de análise.

Uma periodização possível para os anos 1930 a 1945 é a que propõe Capelato¹⁴⁶: uma divisão em duas fases. Os anos que vão de 1930 a 1937 são interpretados pela autora como de indefinição, durante os quais inúmeros projetos e propostas estavam em disputa. Já os anos de 1937 a 1945, correspondentes aos anos do Estado Novo, apresentam novas regras legais e políticas e podem ser subdivididos em dois subperíodos (de 1937 a 1942, quando ocorrem as reformas mais significativas e a busca por legitimação; e de 1942 a 1945, quando as contradições do regime ficam explicitadas e o governo busca mais apoio nas classes trabalhadoras). Edgard Carone, por sua vez, no livro *A Terceira República*¹⁴⁷, subdividiu o período do Estado Novo em três períodos: consolidação, de 1937 a 1941; desagregação, de 1942 a fevereiro de 1945; e período democrático, de fevereiro a outubro de 1945.

Não restam dúvidas de que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados representou um ponto de inflexão na trajetória do regime estadonovista. Para Capelato¹⁴⁸, está claro que a conjuntura externa ajuda a entender as mudanças durante o período, pois constrangeu o governo brasileiro a assumir posições que, em outras circunstâncias, talvez não o fizesse. De toda forma, em ambos os períodos definidos pela historiadora, o Estado Novo caracterizou-se pelo autoritarismo, pelo controle político, social e cultural, pelo cerceamento das liberdades, pela repressão, pela violência e pela tortura. O governo também promoveu mudanças significativas na organização do Estado, no reordenamento da economia, no direcionamento das esferas pública e privada e nas relações do Estado

¹⁴⁶ CAPELATO, 2007.

¹⁴⁷ CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1982. O autor desenvolve o argumento na Primeira Parte do livro, chamada Sistema Político, através da reunião de documentos, cartas e escritos do período.

¹⁴⁸ CAPELATO, op. cit.

com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder e do líder com as massas, mudanças sobre as quais a ação do poder produziu alguns monumentos. A locução do CJB, n. 55, v. 1, de 1939, por exemplo, ao narrar a visita do Presidente Vargas a São Paulo, refere-se às "manifestações de carinho da população" e que o "povo de São Paulo espera o Chefe da Nação para prestar-lhe homenagem"¹⁴⁹, numa demonstração do espetáculo da passagem do Presidente da República pela cidade.

As imagens que encontramos no CJB falam de um Brasil moderno, de um país que quer e busca a modernidade. As ferramentas principais para isso são um Estado forte, com poder centralizado no Presidente, e um cidadão que coopera, o qual, assim como o Estado, tem atributos físicos bem definidos: ele deve ser forte, com músculos prontos à ação em favor da pátria. A noção de modernidade no Estado estava ligada à burocratização: o Estado passou por um processo de hierarquização, com a criação de departamentos, órgãos e setores e a contratação de pessoal técnico através de concursos públicos¹⁵⁰. O discurso do governo era de que a visão técnica e sua burocracia eram mais relevantes que a visão política. Essa última adquiriu caráter negativo, evidência disso foi a criação e a importância dada aos conselhos técnicos em muitos órgãos públicos, alguns com caráter consultivo, outros deliberativo, como destacado por Eli Diniz¹⁵¹.

Quando observamos as transformações inauguradas por Vargas, de 1930 a 1945, as análises de Diniz são contundentes. A autora inicia o artigo "Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais" expondo as controvérsias que envolvem Vargas e os seus governos, em primeiro lugar, quanto ao seu papel histórico e, em segundo lugar, quanto ao significado político dos seus governos. Vargas, assim, é visto como uma personalidade conciliadora com alta capacidade de diálogo e, ao mesmo tempo, como um líder autoritário, centralizador, avesso à consulta e, sobretudo, a dividir o poder. O Vargas do Estado Novo aparece como um político dominador com forte ambição de poder; já o Vargas dos anos 1950 tem uma capacidade de comunicação direta com os agentes populares e assume o papel de líder trabalhista à frente de um movimento nacionalista e popular. Ele foi visto como um homem progressista, afinado com o

¹⁴⁹ CJB, n. 55, v. 1, 1939.

¹⁵⁰ DRAIBE, 2004.

¹⁵¹ DINIZ, 1999.

movimento de seu próprio tempo, mas também associado com forças retrógradas ligadas às forças políticas do passado.

Nesse sentido, a própria expressão “Era Vargas” e seu significado político são questionados por Diniz, uma vez que os governos de Vargas não formam um todo uniforme, homogêneo. Para a autora, o período de 1930 a 1945 é subdividido em três: o primeiro de 1930 a 1934; o segundo de 1934 a 1937; e o terceiro de 1937 a 1945.

A autora caracteriza o primeiro período, de 1930 a 1934, o governo provisório, como o período das grandes reformas políticas, introdução do voto secreto, criação do Tribunal Eleitoral, direito de voto para as mulheres, combate à fraude eleitoral, ou seja, é o momento do novo código eleitoral, quando Vargas é visto como o líder de uma revolução vitoriosa cuja bandeira era reformista, da justiça social, da igualdade e das liberdades políticas. A segunda fase, de 1934 a 1937, corresponde ao governo constitucional, ou seja, depois da Constituição de 1934. Nesse período, tem lugar um governo comprometido com o projeto liberal democrático, refletindo as tensões envolvidas na Revolução de 1930, atendendo anseios intervencionistas e princípios liberais concomitantemente. Já o período do Estado Novo, de 1937 a 1945, é visto como uma virada autoritária, em que o golpe de Estado teve auxílio das Forças Armadas e o regime instaurado a partir de então abriu grande espaço para ideólogos do autoritarismo, como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

Em suma, para Diniz, o período de 1930 a 1945 é visto como um período de transição, fazendo parte de um processo de ruptura com o período imediatamente anterior, cuja principal mudança é a passagem de um sistema de base agroexportador para uma sociedade de base urbano-industrial. A nova configuração significou um deslocamento na coalizão de poder com o ingresso de novos atores representados pelas elites industriais emergentes, ainda que as antigas elites não tenham sido desalojadas.

Para Diniz, as principais mudanças foram de natureza político-institucional, atingindo não só a estrutura do Estado, mas também as relações do Estado com a sociedade¹⁵². Podemos pensar que a burocratização do Estado, com a definição de uma estrutura hierarquizada e a criação de vários órgãos e conselhos técnicos, é representativa dessa mudança institucional. Esse excesso de burocratização pode

¹⁵² DINIZ, 1999.

ser visto como fruto da superação da política pela técnica, isto é, o argumento técnico passou a ter mais força que o político. A organização do Estado e das relações sociais aos moldes corporativistas é característica fundamental da monumentalização da Era Vargas. Nesse contexto, Azevedo Amaral, que traduziu para o português o livro de Michael Manoilescu, *O século do corporativismo*, do qual escreveu o prefácio, em 1938, logo se tornou um dos principais influenciadores da intelectualidade da Era Vargas. Amaral¹⁵³ definia o capitalismo moderno como capitalismo corporativo. Para ele, o Estado corporativo deveria encarar o planejamento como um dos seus principais meios de intervenção, atendendo as exigências do capitalismo moderno e garantindo liberdade à iniciativa privada. Em outras palavras, o Estado deveria atuar na economia de modo a corrigir erros e reajustá-la de acordo com o interesse coletivo.

Durante o Estado Novo, os conselhos técnicos substituíram o Congresso como órgão de representação. Uma das grandes novidades do regime foi a tecnocracia, na qual o intelectual-burocrata exercia atividades intelectuais e burocráticas ao mesmo tempo, atendendo as exigências de organização da nova administração pública. No período de 1930 a 1940, houve a reforma administrativa, a introdução da estabilidade para os funcionários públicos, a instituição de concurso público para ingresso na carreira do funcionalismo público em 1934; a criação do DASP em 1938; a elaboração do Estatuto dos Funcionários Públicos em 1939. Apesar disso, afirma Diniz¹⁵⁴, o clientelismo estatal continuou significativo e o Estado passou, então, por uma “evolução”, nas palavras da autora, marcada pela interpenetração de aspectos do modelo racional-legal com a dinâmica clientelista. A autora chama isso de modernização da ordem institucional, realizada pela coalizão que assumiu o poder em 1930 e cujo custo político foi o autoritarismo.

Nesse contexto, os conselhos técnicos tinham um papel fundamental. Diniz¹⁵⁵ considera-os como peças básicas da nova engenharia institucional, tendo em vista que, na ideologia autoritária, a burocracia técnica tinha destaque sobre a política, porque essa última era vista como fonte de distorções e fator de irracionalidade na condução do Estado. A estrutura política passou a ser vertical e hierarquizada e foi dessa forma que o Estado incorporou os atores emergentes – trabalhadores urbanos

¹⁵³ AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

¹⁵⁴ DINIZ, 1999.

¹⁵⁵ Ibidem.

e empresários industriais – ao sistema político; sistema esse dominado pela assimetria de poderes no núcleo decisório. Assim, os conselhos técnicos foram importantes na medida em que possibilitaram abrir o sistema decisório para os interesses econômicos privados, mantendo a primazia da elite técnica estatal.

Alguns desses conselhos técnicos tinham poderes normativos e deliberativos, outros, apenas a função consultiva. A autora destaca a criação do Conselho Nacional do Café em 1931; do Departamento Nacional do Café (que depois passou a se chamar de Conselho Federal de Comércio Exterior) em 1934; do Conselho Técnico de Economia e Finanças em 1934; do Conselho Federal de Serviços Públicos em 1936, substituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público em 1938; do Conselho Nacional de Águas e Energia em 1939; do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 1943; e da Comissão de Planejamento Econômico em 1944.

Em 1944, o *Cine Jornal Brasileiro* noticiou a instalação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial numa demonstração da crônica ordinária da qual se ocupava aquele veículo de comunicação de massa. Na reportagem “No Palácio do Trabalho – Rio: A instalação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial” destacamos o registro do discurso do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no qual afirmou que o Conselho havia sido

criado pelo governo com a finalidade geral de estudar e planejar a adaptação da economia brasileira às condições que deverão ocorrer com o término da guerra e o restabelecimento da paz. Cuidará, ainda, esse órgão, de indicar medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas e industriais do país¹⁵⁶

O fato de ser noticiada no CJB demonstra que a instalação do Conselho estava entre os acontecimentos que o regime queria destacar e seu registro indica a intenção de deixá-la como parte da memória oficial. Retomando o trabalho de Diniz, entendemos que a análise da autora sobre o Estado Novo contribui para nosso exercício de capturar a memória da Era Vargas, uma vez que a autora concentra suas atenções no legado do Estado Novo, em especial para os reflexos de suas políticas na ditadura militar de 1964 a 1985 e nas décadas de 1980 e, principalmente, 1990, com a virada neoliberal no Brasil.

¹⁵⁶ CJB, n. 54, v. 3, 1944.

O estudo de Diniz demonstra algumas possibilidades de abordagem da memória da Era Vargas, tendo em vista que a autora discute, justamente, como se perpetuou aquele legado institucional ao longo do tempo. Destaca que o regime militar, implantado em 1964, levou às últimas consequências o ultrapresidencialismo, reeditando o decreto-lei, que foi um instrumento largamente utilizado por Vargas entre 1930 e 1945. Como herança do pensamento autoritário hegemônico dos anos 1930, durante a ditadura militar, o Executivo foi idealizado como agente transformador, capaz de executar as realizações necessárias para a modernização do país. Ao mesmo tempo em que ter o executivo forte era importante, manter o legislativo fraco era fundamental, uma vez que esse representava o atraso e a defesa de interesses particulares e tradicionais. Assim, a autora afirma que a “herança de Vargas na esfera institucional revelou alta capacidade de sobrevivência”¹⁵⁷.

Mesmo após a Constituição de 1988, o presidencialismo continuou forte, o que ficou explicitado na centralidade dos planos de estabilização econômica dos anos 1980 e 1990, evidenciando o estilo tecnocrático da gestão da economia. O período também pode ser caracterizado pela ampla utilização de decretos-lei, herança do regime autoritário, e, após a Constituição de 1988, de medidas provisórias. Nesse quadro de valorização da técnica sobre a política, os economistas – segundo Diniz¹⁵⁸, aqueles “integrantes da rede transnacional de conexões” – mantêm suas posições de mentores e gestores da política governamental. Para a autora, a longa capacidade de sobrevivência do arcabouço institucional varguista revela o seu considerável grau de enraizamento social, bem como da Era Vargas como um todo.

O legado da Era Vargas também foi discutido a partir da percepção de que o processo de construção de uma memória nacional acabou retendo mais pontos positivos do que negativos. A pesquisadora Ângela de Castro Gomes¹⁵⁹ reforça, ainda, seu argumento ao destacar a forma como a memória nacional reteve a experiência da ditadura militar instaurada em 1964, cuja memória política, consolidada a partir da década de 1980, é de condenação em bloco e de separação entre sociedade civil e Estado ditatorial e militar, apagando o suporte social que o regime recebeu, especialmente nos primeiros anos. Ao mesmo tempo, afirma a autora, os êxitos econômicos, como os alcançados com o “milagre econômico”,

¹⁵⁷ DINIZ, 1999, p. 30.

¹⁵⁸ DINIZ, 1999, p. 31.

¹⁵⁹ GOMES, 2012a.

foram, de certa forma, esquecidos e foram fortalecidas as imagens de fracasso, corrupção e violência.

A partir dessas observações, percebem-se, então, processos distintos de enquadramento da memória, no sentido definido por Pollack¹⁶⁰, em relação à Era Vargas e em relação à ditadura militar, embora ambos os períodos tenham colaborado para o desenrolar do pensamento autoritário no Brasil. Gomes¹⁶¹ aponta que, indiscutivelmente, a comoção nacional gerada pelo suicídio de Vargas contribuiu para que a memória do período dos seus governos seja marcadamente positiva. Contudo, essas razões são mais complexas e estão ligadas a um esforço sistemático e sofisticado de propaganda, associado a políticas sociais e culturais construídas no marco do pensamento autoritário dos anos 1920-1940 e que encontraram condições favoráveis nos campos político e intelectual, nacional e internacional. Segundo a pesquisadora, isso foi possível graças às configurações práticas dos governos pós-1930, ou seja, a adoção de um tipo de democracia antiliberal, a democracia autoritária, que conjugava centralização do poder e um chefe de Estado carismático, e a busca de um Estado nacional moderno com intervencionismo econômico e social, burocracia impessoal e técnica e corporativismo como representação política.

Na esteira de mapear, por ocasião da data do aniversário de suicídio de Vargas, a memória por ele deixada, Marieta de Moraes Ferreira¹⁶² observou como a sua memória foi reelaborada, buscando levantar as diferenças de invocação da memória em diferentes momentos da história do Brasil. O texto é de 2006 e remonta à comemoração dos 50 anos da data em 2004, considerado pela autora o auge da memória de Vargas, quando o ex-Presidente foi invocado como o governante do crescimento econômico, do trabalho e da inclusão social, abafando o legado autoritário e a repressão do seu primeiro governo. A autora destaca que, com o golpe de Estado de 1937, Vargas fechou o Congresso Nacional e deu continuidade ao projeto de estruturação de um Estado nacionalista e intervencionista. A produção de uma cultura da memória, uma das mais importantes preocupações das sociedades contemporâneas, que se materializa também sob a forma de comemorações, para as quais o Estado Novo criou um calendário¹⁶³, expressa estratégias de controle do

¹⁶⁰ POLLAK, 1989.

¹⁶¹ GOMES, op. cit.

¹⁶² FERREIRA, 2006.

¹⁶³ Gomes analisou o calendário comemorativo de 1940, destacando esse documento como uma peça de propaganda integrada a uma diretriz nacionalizadora do Estado Novo, que reforçava o discurso

passado com o objetivo de comando do presente e marco de mudanças sociais no futuro.

Na realização do trabalho, Ferreira analisou seis ocasiões da invocação da memória de Vargas, atribuindo-lhes expressões que sintetizavam a memória do período, ou seja, não apenas do ano em questão. São elas: 1964: a queda do império getuliano; 1974: Vargas, o ditador; 1983: uma comemoração diferente; 1984: a Campanha das Diretas, as eleições presidenciais e a memória de Vargas; 1994: a Era Vargas acabou; e 2004: memória e mídia.

Em 23 de agosto de 1964, o *Jornal do Brasil* publicou um conjunto de três textos sob o título “A queda do império getuliano”. O primeiro deles era uma breve biografia de Vargas; o segundo, uma cronologia dos acontecimentos políticos que envolveram Vargas; e o último, “Memórias de agosto”, apresentava uma retrospectiva dos fatos que antecederam o suicídio e incluiu uma entrevista com o ex-vice-presidente Café Filho. A autora destaca que a ausência de avaliações do governo Vargas, de sua figura e o não estabelecimento de relações com o tempo presente expressam o distanciamento que se buscava manter da Era Vargas, uma vez que se vivia uma ditadura que era explicitamente contra aquela herança. Havia uma ambiguidade expressa, de um lado, na impossibilidade de deixar de falar de Getúlio no aniversário de sua morte e, de outro, nas restrições em expressar e valorizar sua herança política, com o risco de ser perseguido e exilado (quando não torturado e morto), como Goulart e Kubitschek, entre outros. Nas palavras de Ferreira, “1964 é especialmente interessante como ponto de partida, já que foi então que ocorreu o golpe militar que pôs fim ao sistema político inaugurado em 1946, no qual Vargas exerceu um papel central”¹⁶⁴.

No vigésimo aniversário da morte de Vargas, em 1974, Ferreira¹⁶⁵ destacou três modos de apropriação de sua memória. Uma delas foi expressa pelos políticos na Câmara de Deputados, que deram ênfase ao desenvolvimento econômico, e pelo regime, que usava os conteúdos estatistas a seu favor. Outra, a da população, cultuava a carta-testamento em homenagens que incluíam a distribuição de cópias desse documento ao pé de monumentos públicos. Por fim, a

textual e imagético da propaganda política do regime. GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: Calendário de 1940. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

¹⁶⁴ FERREIRA, M., 2006, p. 3.

¹⁶⁵ Ibidem.

da oposição, que criticava o Vargas ditador com o objetivo de atingir a própria ditadura na qual se vivia. O aspecto relevante nas comemorações dos vinte anos de morte de Vargas foi, segundo a autora, a ausência de debate aberto sobre a história e, consequentemente, sobre o regime vigente naquele momento. Era, também, um período de transição e embate nos círculos militares entre a continuidade da chamada “linha dura”, sem possibilidade de abertura política, e a tendência a uma abertura “lenta e gradual”, liderada por Geisel.

As comemorações de 1983 foram em homenagem ao centenário de nascimento de Vargas. A autora destaca que a memória de Vargas que veio à tona nessa ocasião estava associada à sua imagem do segundo governo, nos anos 1950. Apresentaram, portanto, caráter positivo, identificando-o à democracia e ao nacionalismo. Os eventos envolveram desde a exposição organizada pelo CPDOC sobre a trajetória política de Vargas, que circulou o país, até a peça de teatro intitulada Vargas, de Dias Gomes e Ferreira Gullar, dois autores de esquerda, com apoio do então secretário de Cultura do estado do Rio, Darcy Ribeiro. Leonel Brizola, então governador do Rio, considerado um dos herdeiros de Vargas, fez críticas à referida peça, no que considerou um corte na história e na memória. Sua crítica foi, especialmente, à falta de menção a João Goulart na trama que pretendia reconstituir a trajetória política de Vargas e seu legado. Ferreira relata que a polêmica gerada pelas críticas de Brizola foi noticiada na imprensa e que arrefeceu em nome da liberdade de expressão – defesa cara à época e evocada por muitos, inclusive pelos críticos de algumas versões da memória de Vargas. O centenário provocou, ainda, debates na imprensa em torno de temas caros ao momento político vivido em 1983, como o trabalhismo, o populismo, a reestruturação dos partidos ocorrida em 1946 em comparação ao processo iniciado em 1979 e o projeto econômico de Vargas. Faz-se interessante destacar que, diferentemente do pós-Estado Novo, quando o getulismo e o antigetulismo se confrontaram, nos anos 1980, o confronto foi para definir quem seria o herdeiro de Vargas, tamanha era a estima por seu legado e memória.

No ano seguinte, 1984, a comemoração dos trinta anos da morte de Vargas teve grande relevância no cenário político nacional, em especial na campanha para as eleições diretas para a Presidência da República. Quanto mais avançava a abertura política do país, mais se reafirmava a memória positiva de Vargas. O que marcou as comemorações desse ano foram os herdeiros políticos de Vargas, seus discursos e suas alianças. Um grupo de políticos, entre eles, Tancredo Neves e

Leonel Brizola, dois herdeiros declarados, organizou uma caravana a São Borja a fim de prestar suas homenagens. Havia a intenção de selar a aliança entre o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com vistas à eleição que se avizinhava. A memória de Vargas foi evocada, assim, com a ideia de construção do futuro e a Carta-testamento ganhou grande destaque. À época, o governador Brizola defendeu a ideia de estabelecer o dia 24 de agosto como o “Dia da Carta-testamento”. Nas suas palavras, publicadas no *Jornal do Brasil*, em 26 de agosto de 1984,

Mais que a morte do presidente Getúlio Vargas, a referida data assinala o lançamento daquele grande manifesto, cujo impacto e posterior influência sobre os destinos do povo brasileiro são de uma profundidade que ainda não estamos em condição de avaliar. Divulgar o pensamento conclusivo do maior estadista deste século é uma questão cívica que interessa ao conjunto da Nação, com vistas às novas gerações¹⁶⁶

No contexto da década de 1990, a memória de Vargas e a herança que era associada aos seus governos sofreram críticas. Ferreira¹⁶⁷ destaca o artigo “A terceira morte de Getúlio Vargas”, de Bolívar Lamounier, no *Jornal do Brasil*, em 21 de agosto de 1994. Segundo a interpretação de Lamounier, não existiria mais nem o getulismo nem o antigetulismo; o Brasil não vivia mais a conjuntura política da Era Vargas, contava com novas instituições, opinião pública livre, novos meios de comunicação, enfim, uma nova fase de construção democrática na qual não haveria mais a necessidade de preocupação com a tutela das forças armadas sobre o sistema político.

No mesmo ano, 1994, o *Jornal do Brasil* publicou críticas ao corporativismo como herança negativa da Era Vargas. Assim também o fez Fernando Henrique Cardoso, então presidente eleito, no seu discurso de despedida do Senado Federal, ao classificar o corporativismo como “praga”, ao lado do elitismo e do fisiologismo. Para ele, o modelo de Estado defendido durante a Era Vargas havia esgotado, ou seja, não tinha mais capacidade de gerar progresso e dar continuidade ao processo de industrialização brasileira. Nas suas palavras,

¹⁶⁶ Declaração de Leonel Brizola, publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 26 de agosto de 1984. FERREIRA, M., 2006, p. 9.

¹⁶⁷ Ibidem, 2006.

Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos 70. Atravessamos a década de 80 às cegas, sem perceber que os problemas conjunturais que nos atormentavam – a ressaca dos choques do petróleo e dos juros externos, a decadência do regime autoritário, a superinflação – mascaravam os sintomas de esgotamento estrutural do modelo varguista de desenvolvimento¹⁶⁸

Apesar de Ferreira¹⁶⁹ ter qualificado o ano de 1994 pela frase “A Era Vargas acabou”, a autora destaca as publicações, no *Jornal do Brasil*, dos artigos de Oscar Niemeyer e Darcy Ribeiro, favoráveis ao “legado de Vargas”, com aspectos positivos sobre sua memória. A autora menciona também a manifestação de Maria da Conceição Tavares favorável a algum tipo de cultivo da herança de Vargas, associando-o ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Para Tavares, Lula seria o principal herdeiro do trabalhismo, enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do candidato vencedor do pleito, Fernando Henrique Cardoso, comparava-se à antiga União Democrática Nacional (UDN). Ainda, a memória de Vargas foi, mais uma vez, acionada através da carta-testamento, que assumiu *status* de bandeira em defesa da legislação trabalhista e contra as privatizações. Conforme Ferreira¹⁷⁰, o acadêmico José Murilo de Carvalho, em artigo no *Jornal do Brasil* de 24 de agosto de 1994, chamou atenção para um fato conhecido, mas cuja significação ganhou uma interpretação original por Hélio Silva, em 1980: a carta-testamento não teria a mesma força se não houvesse a carta-despedida, pois elas somam a morte do político Vargas à do homem Vargas. As duas cartas e as duas mortes perpetraram um lugar relevante para a memória de Vargas na memória coletiva brasileira.

Uma década depois, em 2004, o cenário era outro. Naquele ano, as comemorações foram marcadas por um clima de esperança renovada. Era o segundo ano de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi considerado herdeiro do trabalhismo getulista, mesmo sem assim declarar-se. O próprio governo não foi unânime em relação à herança de Vargas. Ferreira¹⁷¹ destaca que, enquanto o

¹⁶⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995, p. 10.

¹⁶⁹ FERREIRA, M., 2006.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem.

ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendia o resgate dessa herança apenas como ponto de referência para a elaboração de um novo plano de futuro para o país, que atendesse as necessidades do novo século, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, defendia que se deveria não só rememorar, como também retomar a agenda de Vargas em muitos pontos, como o nacionalismo e as políticas econômicas – em oposição ao neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso. Assim, ainda que não unanimemente, para Ferreira, a chamada herança de Vargas teve relevância no governo Lula, a dizer pelos objetos culturais produzidos no período, como exposições, documentário e memorial. Devemos lembrar que a autora escreveu o artigo em 2006, ou seja, considerou o primeiro governo Lula. Para a autora, o grande destaque nas comemorações do aniversário de morte de Vargas em 2004 foi a atuação da mídia no resgate dessa memória.

As obras, os feitos, as instituições, os monumentos, as políticas e a organização do Estado e da sociedade ocorridas durante o Estado Novo estão enraizadas na memória e na cultura política brasileiras desde então. O legado deixado pelo regime tem estreita relação, assim, com o processo de construção, produção e enquadramento da memória do Estado Novo. Para dar suporte ao referido processo, o governo forjou uma complexa, moderna e burocratizada estrutura de propaganda política. A construção de uma era foi, assim, produção dessa vasta e grandiosa propaganda política. A era, nesse contexto, entra para a história através de uma memória coletiva que foi enquadrada por um trabalho extenso realizado no interior do Estado e da sua burocracia. Nesse contexto, há de se destacar o papel do intelectual-burocrata. Responsável por pensar, produzir e colocar no “mercado” os produtos da propaganda política do regime, seu trabalho tinha, ainda, um alcance num campo mais sutil, o das ideias, das obras subjetivas e intangíveis.

Muito se discutiu e se discute acerca do legado da “Era Vargas”, especialmente quanto ao alcance do processo de estruturação das bases industriais do país e quanto à sua perenidade e reprodução memorialística. Os anos compreendidos entre 1930 e 1945 marcam um momento inédito na história nacional e a industrialização pode ser considerada o elemento chave desse processo. O diferencial histórico dessa época estaria, por um lado, na habilidade de se legitimar os grandes empreendimentos ligados ao desenvolvimento do país e, por outro, na própria propaganda política dessa empreitada.

A era que ficou na memória tem grandes construções fabris, enormes “castelos” industriais, monumentos de concreto e aço, que atravessariam os tempos. Atraídos pelas imagens do progresso, homens e mulheres, em números cada vez maiores, passaram a buscar uma nova vida nas novas metrópoles. Ao mesmo tempo, a grande popularidade atingida por Getúlio Vargas, no auge do movimento nazifascista europeu, demonstrava que os traços característicos de seu governo, autoritário e centralizador, não seriam empecilhos; ao contrário, eram aclamados pela propaganda política como características indispensáveis e adjetivos positivos. A propaganda do regime, habilmente, conseguiu construir a imagem do grande Chefe da Nação, homem público, de “orientação firme” e legítimo condutor dos interesses nacionais. A construção da memória oficial e a revisão da história foram, então, eixos centrais na estratégia de propaganda do governo estadonovista.

Ao abordar os aspectos teóricos do enquadramento da memória nacional coletiva, o papel e a atuação dos intelectuais durante os governos Vargas – dando ênfase àqueles com ligação simultânea com a propaganda política e com a burocracia estatal – e o legado e a monumentalização da Era Vargas, acreditamos ter estabelecido as bases sobre as quais é viável a realização de uma análise consistente sobre a propaganda política do Estado Novo, bem como dos seus expedientes e resultados. Partimos, assim, nos próximos capítulos, para a análise da produção, distribuição e consumo da propaganda política do regime.

2 A PRODUÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICA: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO "BRASIL POTÊNCIA INDUSTRIAL"

Resolver o problema siderúrgico é encaminhar a solução de todos os problemas brasileiros. Nenhuma nação se emancipa economicamente sem produzir ferro e aço. Subscrevam ações da Companhia Siderúrgica Nacional¹⁷².

Se me perguntardes qual o programa do Estado Novo, eu vos direi que êsse programa é cortar o país de estradas de ferro, de estradas de rodagem, de vias aéreas; é incrementar a sua produção, amparar a sua lavoura e fomentar o crédito agrícola; é desenvolver a sua exportação; é aparelhar as suas forças armadas, para que elas estejam sempre prontas a encarar tôdas as eventualidades da Pátria; é organizar a opinião civil, para que ela seja, de corpo e alma, um só pensamento brasileiro¹⁷³.

Nos anos 1930, a propaganda política no Brasil alcançou novo patamar com a utilização dos meios de comunicação já estabelecidos¹⁷⁴ e a introdução de novas tecnologias de comunicação de massa. Os trechos acima são de dois dos mais importantes instrumentos de propaganda política do regime do Estado Novo: o *Cine Jornal Brasileiro* e a revista *Cultura Política*. O primeiro é de uma reportagem do CJB de 1941, quarto ano de produção dessa série de filmes de atualidades pelo governo Vargas. A mensagem era acompanhada de música marcial, enquanto as imagens mostravam fornalhas de siderurgia, trabalhadores em seus ofícios nos fornos de alta temperatura, o ferro jorrando líquido, grandes galpões repletos de trabalhadores e imagens do ferro fundido. Essas imagens simbolizam a grandeza do projeto da siderurgia nacional, ao mesmo tempo em que a mensagem do letrado evoca o

¹⁷² CJB, n. 15, v. 2, de 1941.

¹⁷³ VARGAS, Getúlio. Um pensamento do Presidente. *Cultura Política*, n. 39, v.4, abr. 1944b, p. 37.

¹⁷⁴ O governo incorporou várias empresas privadas de comunicação. As incorporações foram instituídas pelo Decreto-lei nº 2.073, de 8 de março de 1940, através da criação da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. A *Rádio Nacional*, criada em 1936, foi encampada pelo governo em 1940. Em março de 1940, o jornal *O Estado de São Paulo* sofreu intervenção, teve sua diretoria destituída e passou para a órbita do Governo Federal, sob a chefia de Abner Mourão. No mesmo ano, também foi incorporado o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, cuja direção esteve ocupada por tropas desde a Revolução de 1930. Entre os periódicos criados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda estão o jornal *A Manhã*, diário matutino lançado em 9 de agosto de 1941, no Rio de Janeiro, sob direção de Cassiano Ricardo, e a revista *Cultura Política*, criada em março de 1941, dirigida por Almir de Andrade. Sobre o jornal *A Manhã*, olhar o *site* da Biblioteca Nacional Digital, disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>; e sobre o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, olhar <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>. Acessos em: 26 ago. 2020. BRASIL. Decreto-lei nº 2.073 de 8 de março de 1940. Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 275, 1940e.

sentimento nacionalista, expresso nas palavras “nação” e “emancipa”. A siderurgia é apresentada como a solução de “todos os problemas brasileiros”. O segundo trecho acima transcrito é da revista *Cultura Política* número 39, de abril de 1944. Nele está exposto o programa do Estado Novo nas palavras do Presidente Getúlio Vargas, o qual destaca a concretização da ideia de “um só pensamento brasileiro”, expressa no projeto de integração nacional através das obras rodoviárias e ferroviárias, da lavoura e da exportação, do aparelhamento das forças armadas e da organização da opinião civil.

O objetivo deste capítulo é analisar a produção da propaganda política do Estado Novo a partir de dois dos seus principais instrumentos, o *Cine Jornal Brasileiro*¹⁷⁵ e a *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros¹⁷⁶, produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. O DIP, como órgão estatal específico e amadurecido das experiências dos órgãos que o antecederam, não apenas centralizava o controle e a produção de conteúdo que poderia circular no território nacional, como também tinha seus próprios meios de comunicação de massa. A produção do DIP foi vasta e variada, com folhetos, cartilhas, livros, cartazes, entre outros, lançados para ocasiões e públicos específicos, contudo, nossa opção é de analisar aqueles que tiveram suas produções continuadas durante o período do regime, a fim de captar a dinâmica de produção de conteúdo da propaganda política. Nossa análise foca nas imagens, materializadas na propaganda política, da transformação econômica, social e cultural durante o Estado Novo, compreendida a partir do processo de industrialização e modernização. A promoção da industrialização como valor que representava o progresso e a modernidade está presente nos meios de comunicação oficiais do Estado Novo.

A propaganda política era uma arma poderosa nas mãos de um governo que, fruto de um golpe de Estado, recorria às massas em busca de apoio e legitimidade. Ela cumpriu a missão programática do Estado Novo de “organizar a opinião civil” em “um só pensamento brasileiro” e o fez pelo enquadramento da memória nacional coletiva e pela reescrita da história. Nesse sentido, a propaganda apresentou-se, já no início da década de 1930, como área de interesse estratégico do Estado. Em 1931 foi criado o primeiro órgão do governo encarregado desse setor, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que foi substituído, em julho de 1934,

¹⁷⁵ Ver Apêndice A.

¹⁷⁶ Ver Apêndice D.

pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural; depois, em 1938, pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP); e, por fim, em dezembro de 1939, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), este diretamente subordinado à Presidência da República. A máquina propagandística estava montada, assim, nos moldes do Estado Novo, centralizada e autoritária, e tomou a forma de um constante enaltecimento do líder e sua relação direta com as massas. No Brasil, a máquina propagandística, alinhada às estratégias adotadas em outros países, comprometeu-se com a fundação de uma identidade nacional coletiva¹⁷⁷, a qual deveria estar empenhada no projeto do Estado Novo, como destacado no trecho acima da revista *Cultura Política*, e concretizar o controle político, econômico, social, cultural e, sobretudo, das narrativas, aquelas que construíram imagens e enquadraram memórias.

Nesse contexto, o uso da imagem teve um papel fundamental, tanto na elaboração e consolidação das políticas do governo, quanto na legitimação do regime estadonovista¹⁷⁸. O *Cine Jornal Brasileiro* foi a representação do veículo de propaganda de vanguarda, noticiou os feitos do regime na construção da modernidade brasileira e representou o apogeu da monumentalização da memória da industrialização. A imagem era instrumento de comunicação de massa e o cinema, nas palavras do Presidente Getúlio Vargas, era veículo de instrução das massas, o “livro de imagens luminosas”¹⁷⁹. Num Brasil com mais de 67% da população analfabeta¹⁸⁰, o cinema ocupou lugar de destaque na estratégia de construção de

¹⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, n. 31-32, p. 328-352, 1996.; Idem, 2007.

¹⁷⁸ Alcir Lenharo, em *A sacralização da política*, de 1986, mostrou que, nesse período, a sacralização dos símbolos emprestava força às imagens, como a associação da tríade pátria, bandeira e presidente à Santíssima Trindade. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo: Papyrus, 1986.

¹⁷⁹ Discurso do Presidente Getúlio Vargas em 25 de junho de 1934, proferido na manifestação promovida por cinematografistas. VARGAS, Getúlio. *O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país* (discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinegrafistas, em 25 de junho de 1934). Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1934, p. 188. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/04.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

¹⁸⁰ Conforme o Recenseamento Geral de 1940, a população total do Brasil era de 41.236.315 pessoas, das quais 32,24% sabiam ler e escrever, 67,26% não sabiam ler e escrever e 0,50% não declararam a instrução. CENSO Demográfico: População e Habitação. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)*. Série Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

uma propaganda política de massa e figurou entre as áreas da cultura em que o Estado mais esteve presente, regulando, incentivando a produção e produzindo¹⁸¹.

A revista *Cultura Política*, criada em março de 1941, por sua vez, significou um espaço de consagração do pensamento do regime. A construção de um discurso de autoridade uniu em torno da revista grande parte dos maiores intelectuais brasileiros e uma infinidade de burocratas e homens das elites nacionais ansiosos por colaborar com o grandioso projeto do Estado Nacional. A revista representa, assim, mais um marco no desenvolvimento da inteligência nacional. Local privilegiado de atuação e inclusão dos intelectuais, principalmente, do intelectual engajado, uma fusão entre o intelectual, o político e o técnico-burocrata, que chamamos de intelectual-burocrata. Nas suas páginas era construído um discurso que ganhava unidade e organicidade na junção entre mecenato estatal, representado por Almir de Andrade, e lugar privilegiado.

Neste capítulo, apresentamos a análise da produção de ambos os instrumentos de propaganda política do regime. Na primeira parte, analisamos a formação do estado interventor, a partir dos contextos e conjunturas que se apresentaram desde fins do século XIX, com o objetivo de avaliarmos o papel da intervenção estatal na construção da memória econômica pela propaganda política. Na segunda, analisamos a construção da imagem de um Brasil como potência industrial no *Cine Jornal Brasileiro*, concretizada na monumentalização das políticas e ações do regime, as quais estavam concentradas em produzir uma unidade nacional em termos econômicos, territoriais, culturais e sociais. Na terceira, examinamos o projeto econômico de desenvolvimento da Nação soberana, construído pelos intelectuais-burocratas e defendido nas páginas da revista *Cultura Política*. Para a análise das fontes, nas segunda e terceira seções, iniciamos pela constatação da materialidade do acervo, numa perspectiva mais ampla, buscando dar conta das condições físicas do material preservado, assim como da acessibilidade ou não para a realização da pesquisa. Do mesmo modo, realizamos a crítica das fontes e a análise dos seus conteúdos no que diz respeito ao escopo desta tese, tendo como norte a constatação do enquadramento da memória coletiva.

¹⁸¹ Calabre, cujo tema de estudo é o rádio nos 1930 e 1940, seus primórdios e suas relações com o Estado, afirma, na mesma linha de Capelato, que o cinema recebeu mais atenção do governo que o rádio durante os anos 1930 e 40. CALABRE, 2002.; Idem, 2003.; CAPELATO, 2007.

2.1 O ESTADO INTERVENTOR E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ECONÔMICA A PARTIR DA PROPAGANDA POLÍTICA

O Presidente Vargas dá aos assuntos econômicos a proeminência que lhes pertence na ordem dos fatores da nova organização brasileira. A economia nacional é hoje um sistema orgânico, planejado, perfeitamente ajustado à nossa realidade, às características do nosso ambiente econômico tão diversificado e tão típico (...) de modo a proporcionar maiores lucros à nossa balança comercial¹⁸².

A crônica especial “O Presidente Getúlio Vargas no Vale do Rio Doce” inicia com imagens do Rio Piracicaba no município de Presidente Vargas¹⁸³. Em seguida, a câmera do DIP apresenta a chegada do trem que traz Vargas e sua comitiva à estação ferroviária da cidade, onde o foco da câmera está nas dezenas de populares ali presentes à espera do Presidente. O subtítulo da reportagem, “As cidades do interior mineiro acolhem o Chefe do Governo e sua comitiva com manifestações que traduzem a estima que lhe devota o povo de todas as regiões do paiz”, traduz o ânimo da ação do DIP em apresentar o apoio da população ao Governo e, principalmente, ao seu Chefe. A multidão aparece em todas as imagens com Vargas e sua comitiva, pelas ruas, aglomeradas nos discursos, entusiasmadas com a presença de Getúlio Vargas.

No local, as primeiras imagens são das ruas em câmera aberta; na sequência, imagens da multidão que recebeu o Presidente, em número de três mil pessoas, segundo a locução. A câmera do CJB fecha no empurra-empurra característico da chegada do Chefe da Nação e logo corta para imagens que mostram Getúlio Vargas no palanque com outros políticos, entre eles, o governador de Minas Gerais, Benedito Valadares (governador/interventor de Minas Gerais de 1933 a 1945). Nesse ponto do vídeo, as imagens alternam entre a multidão – mulheres, homens e crianças com bandeirinhas do Brasil – e o palanque, onde sempre há alguém discursando. Por fim, Vargas visita uma exposição no edifício da prefeitura onde são apresentados exemplares da produção da região: café, madeira, milho, mica e minérios, atrativos dos quais, conforme expressa a locução, “demorou-se na

¹⁸² CJB X-87, conforme identificação de Maria Rita Galvão. A cópia visionada desse cinejornal, como de alguns outros, não permitiu identificar a numeração e o volume e, portanto, o ano de produção. Adotamos, assim, a classificação constante em Galvão para esse e casos análogos. GALVÃO, 1982.

¹⁸³ O município de Presidente Vargas, no Estado de Minas Gerais, foi emancipado em 1938 e foi renomeado Nova Era em 1943.

apreciação”. Em seguida, são mostradas imagens da visita de Vargas à estação de serviço de captação de água do subsolo e a uma fazenda de gado. A última cidade visitada nessa excursão presidencial foi Governador Valadares, cujas imagens encerram a reportagem.

A descrição acima do CJB que exibiu a visita do Presidente Vargas a Minas Gerais, nos apresenta o resultado, o produto final da propaganda política, o instrumento eleito pelo Estado Novo para a construção da narrativa oficial que perpetuou uma memória do período. A partir da descrição, é possível visualizar o clima festivo divulgado pelos instrumentos de propaganda do regime, com recepções ao Presidente Vargas, obras realizadas pelo Governo e ligações com políticos locais, numa demonstração de união e congregação nacionais. O destaque aos temas econômicos remete à complementaridade entre economia e política características do estado corporativista, incorporando a propaganda política como parte de um projeto de Estado interventor.

O objetivo desta primeira parte do capítulo é analisar a formação do estado interventor, a partir dos contextos e conjunturas que se apresentaram desde fins do século XIX, para que possamos pensar o emprego e a relevância da intervenção estatal na construção da memória econômica do Estado Novo, levada a cabo pela propaganda política estatal, na qual o desenvolvimento da indústria nacional foi valorizado sobremaneira. Nosso ponto de partida é o Estado interventor no âmbito de um modelo corporativista, cujas características principais são a centralização ligada à nova organização do Estado e da sua relação com a sociedade, a planificação operada junto à economia nacional e o autoritarismo como prática política. Nesse sentido, os instrumentos de comunicação de massa faziam parte do escopo da intervenção do Estado e eram acionados para projetar, no ideário coletivo, o Brasil industrial propagandeado pelo governo através de uma narrativa que mobilizava elementos para o enquadramento da memória nacional coletiva. A memória do processo de industrialização aparece, assim, como resultado da propaganda política do Estado interventor e a análise da intervenção do Estado na construção da memória econômica é fundamental para nossa abordagem da produção material da memória econômica do Estado Novo, apreendida através do exame do CJB e da *Cultura Política* nos próximos tópicos deste capítulo.

A construção da memória do estado interventor foi realizada pelos instrumentos de propaganda política, como o cinejornal acima descrito, que enfatiza

a exploração dos recursos naturais disponíveis no território nacional, caracterizado como diversificado e típico, sob o argumento de ajustar, ou mesmo salvar, as contas nacionais num ambiente economicamente frágil de guerra mundial. O argumento do desequilíbrio do balanço de pagamentos “foi o elemento mais poderoso na evolução do nosso nacionalismo econômico”, afirma Nícia Vilela Luz¹⁸⁴. Ainda, o objetivo de planificação do Estado e da atividade econômica – objetivo esse que esteve presente entre setores do governo desde os primórdios dos anos 1930, segundo indicou Draibe¹⁸⁵ em seu estudo sobre a evolução do estado no Brasil – colocou o Estado Nacional à frente da tarefa de desenvolver o país. Nas palavras da locução do cinejornal, “a questão econômica abrange muito mais que o simples fenômeno de produzir; envolve problemas complexos, cada qual mais decisivo, e todos, em sua sequência lógica, vêm sendo resolvidos pelo governo nacional”¹⁸⁶. A economia organizada sob os moldes do Estado Nacional significava conectar as características do país às suas necessidades. O Estado Nacional, na visão da propaganda do governo, intervém com a precisão de quem sabe o que, quando e como precisa ser feito.

A memória econômica do pós-1930 está fortemente conectada à ideia de recusa do liberalismo, considerado inadequado e fracassado no Brasil. Era preciso abandonar as antigas práticas, ligadas ao liberalismo e ao individualismo da Primeira República. Em 4 de maio de 1931, com poucos meses de governo, Vargas afirmou, em discurso no Palácio do Catete:

Creio azado o ensejo para o cancelamento de antigos códigos e elaboração de novos. A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe como colaboradoras da administração pública¹⁸⁷.

As palavras de Vargas expressavam a disposição de um grupo relevante no interior do governo instaurado após a Revolução de 1930 e de parte das classes dominantes de circunscrever à órbita do Estado todas as iniciativas, em uma

¹⁸⁴ LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978, p. 69.

¹⁸⁵ DRAIBE, 2004.

¹⁸⁶ CJB X-87, transcrito em GALVÃO, 1982.

¹⁸⁷ Discurso de Getúlio Vargas de 4 de maio de 1931, no Palácio do Catete. D'ARAÚJO, 2011.

coordenação perfeita. A prática governamental já nos primeiros anos demonstrava essa disposição, concretizada em ações como a intervenção operacionalizada com a compra do excedente da produção de café e a criação, em maio de 1931, do Conselho Nacional do Café, no campo econômico, e a publicação do decreto de obrigatoriedade de exibição do complemento nacional nas salas de cinema, no campo sociocultural, representando exemplos da intervenção do Estado em esferas diferentes da vida nacional.

O significado e a abrangência da intervenção estatal ficaram mais evidentes com o golpe de 1937, não apenas pelas ações ainda mais contundentes da intervenção estatal – com destaque para as operadas no campo cultural, como a encampação de diversos meios de comunicação de massa (jornais de grande circulação, por exemplo) e a criação do DIP –, como também, e principalmente, pela divulgação daquela intervenção através da propaganda política, a qual incluía a defesa da própria intervenção estatal. Um bom exemplo disso foi a edição da revista *Cultura Política* de setembro de 1941, na qual foi reproduzido, na seção “Textos e Documentos Históricos”, um pequeno trecho do livro *A organização nacional* de Alberto Torres, de 1914, no qual o autor, influente referência para diversos intelectuais e ideólogos do regime estadonovista, expõe sua discordância com o modelo liberal e sua crítica a uma visão estreita sobre o papel do Estado.

Para os fies do individualismo (...) habituados, pelo falsíssimo critério do contraste entre noções extremas, a conceber o Estado e o indivíduo como entidades opostas, esses espíritos radicais são levados a crer que, resultando da ação conjunta dos indivíduos, o Estado representa uma função particular da sociedade, destinada a realizar certas faculdades limitadas, cujos poderes e cujo exercício são natural e forçosamente demarcados¹⁸⁸.

A intervenção do Estado não era assunto propriamente novo, entretanto, a partir de 1937, a atuação estatal passou a ser alvo de forte propaganda política, criando narrativas que caracterizavam as ações estatais como profundas transformações. Tais narrativas criavam elementos que, mais tarde, construiriam a memória do estado interventor como guia supremo da nacionalidade. No campo da economia, sua ação não somente incentivava as produções existentes, como

¹⁸⁸ TORRES, Alberto. A formação brasileira e o desenvolvimento da economia nacional. *Cultura Política*, n. 7, v. 1, set. 1941, p. 243.

também orientava a produção dos bens necessários ao consumo interno e, ainda, ocupava espaço na atividade produtiva, confiante no aumento da abrangência do Estado como forma de superar os entraves ao desenvolvimento do país enquanto nação soberana.

O projeto de ação e intervenção do Estado brasileiro na economia fez parte de um projeto maior de intervenção do Estado em diversas áreas que afetaram a vida em sociedade. Foi a forma de organização do Estado, através de um modelo corporativista, assimilado como prática da ação estatal, que ditou suas formas de intervenção na sociedade e na economia e estabeleceu novas relações entre o Estado, o empresariado e os trabalhadores, não sem antes, porém, passar por uma disputa de modelos corporativistas que deveriam ser implantados no Brasil. Segundo a pesquisadora do CPDOC Vanda Costa¹⁸⁹, nessa disputa, destacaram-se três atores estratégicos: o governo central; a burocracia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, representada por Oliveira Viana, consultor jurídico da pasta de 1932 a 1940; e a elite empresarial paulista.

Cada um desses atores, afirma Costa, defendiam uma visão sobre o corporativismo que caberia à realidade brasileira. Conforme a autora, “para o governo, o corporativismo era antes de tudo um programa de integração dos atores produtivos ao Estado, sob sua coordenação e vigilância”¹⁹⁰; já para Oliveira Viana, “o corporativismo era um programa de ordem, justiça e progresso social”¹⁹¹; e para a elite empresarial paulista, “o corporativismo se realizaria como um programa de desenvolvimento econômico”¹⁹². O conflito foi resolvido com a promulgação, em 1º de maio de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho, que atendeu os dois atores estratégicos para o regime, elite empresarial e governo – ainda que tenha atendido parcialmente o projeto do governo. O projeto de Oliveira Viana, o qual resumia o projeto da burocracia técnica do Ministério do Trabalho, teria sido o menos contemplado. Houve, no modelo de corporativismo implantado no Brasil, um objetivo de controle social e outro de natureza econômica, uma vez que a organização dos trabalhadores em sindicatos atrelados ao Estado, ao mesmo tempo, organizava e

¹⁸⁹ COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Origens do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 4.

¹⁹¹ Ibidem, p. 6.

¹⁹² Ibidem, p. 8.

controlava as forças sociais e fornecia mão-de-obra disciplinada para a produção privada.

Para Costa, o corporativismo consistia no estabelecimento de fórmulas que institucionalizariam os conflitos de interesses entre classes antagônicas sob a arbitragem do Estado. Contudo, destaca a autora, no Brasil, esse arranjo produziu o distanciamento entre as classes que deveriam se aproximar, devido à criação de estruturas paralelas de representação da classe patronal e operária, sem articulação institucionalizada entre elas e sem um espaço de interlocução em conjunto. Foi a própria intervenção estatal que determinou esse distanciamento.

O contexto dessas transformações e os elementos que as caracterizaram remetem ao processo histórico que os antecedeu. A instituição do trabalho assalariado como forma principal de emprego da força de trabalho após a abolição da escravatura e o federalismo como forma de organização política instituído pela Constituição de 1891 foram imprimindo marcas importantes na economia e na sociedade brasileiras. A libertação das pessoas escravizadas em 1888 aumentou sobremaneira o contingente de mão de obra disponível, em grande parte sem possibilidades reais de absorção pelo incipiente mercado de trabalho, aumentando a pressão social nas cidades e escancarando e agravando as desigualdades socioeconômicas¹⁹³. O federalismo, por sua vez, fez acentuar as desigualdades regionais em favor dos estados exportadores, haja vista o Convênio de Taubaté. No caso de São Paulo, a expansão e diversificação do complexo cafeeiro estão vinculadas à formação industrial naquele estado, especialmente à implantação da indústria de bens de consumo¹⁹⁴.

A propósito da industrialização, sua defesa remete a tempos anteriores a década de 1930 e, até mesmo, à República. Nícia Vilela Luz publicou, em fins da década de 1970, um estudo sobre o pensamento industrialista no Brasil, que compreendeu um amplo recorte cronológico, desde 1808 até 1930. Seu foco foi

¹⁹³ A problemática da escravidão e da libertação das pessoas escravizadas no Brasil é bastante complexa. Para uma análise mais completa, ver: KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.; FUENTE, Alejandro et al. *Estudios Afro-latino-americanos* – Uma introdução. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2018.; ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da Liberdade*: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil. Niterói: Editora da UFF, 2011.; ABREU, Martha et al. *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico*. 3 volumes. Niterói: Editora da UFF, 2014.; Idem. (orgs.). *Cultura Negra*. 2 volumes. Niterói: Editora da UFF, 2017.

¹⁹⁴ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2007.

analisar a manifestação do nacionalismo econômico no país, mais especificamente, as reivindicações nacionalistas em prol da industrialização. A autora observou que havia dois tipos de nacionalismo: um em prol da indústria e outro em prol da vocação nacional (contra ao que se chamava indústria artificial, em contraponto à indústria natural). Para a autora, a face do nacionalismo com “acentos antiindustrialistas considerados”¹⁹⁵ foi tão válida, na época, quanto o nacionalismo industrialista.

O manifesto da Associação Industrial, de 1882, ocasião de sua instituição, configura-se, conforme Luz, em um dos documentos fundamentais para se conhecer as ideias que animavam os movimentos iniciais em prol da industrialização. Redigido por Antônio Felício dos Santos, o documento foi classificado como um instrumento de propaganda e atacava os doutrinários e os acadêmicos, que defendiam que o Brasil deveria ser essencialmente agrícola. A argumentação foi elaborada no sentido de que a industrialização seria a forma de garantir a independência econômica do Brasil, além de resolver inúmeros outros problemas, como atrair braços e capitais estrangeiros, ocupar a população urbana desocupada (e que poderia suscitar alguma questão social), livrar o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora e, por abastecer o mercado interno, diminuir e substituir a importação, aliviando a balança comercial. O manifesto também atacava o comerciante, que, estrangeiro, enviava lucros para o exterior, causando desequilíbrio econômico interno.

A autora distinguiu duas etapas no desenvolvimento do pensamento econômico nacionalista nas primeiras décadas republicanas. Uma etapa representada por Amaro Cavalcanti, que era industrialista, e outra por Serzedelo Correa, que defendia o desenvolvimento da produção do país, mas não apenas industrial, pois esse era fruto das crises da década de 1890. Cavalcanti entendia que o Estado deveria intervir de modo a proteger a indústria nacional através do crédito público. Já Serzedelo Correa pensava que, em defesa da produção nacional, surgia, paralelamente ao protecionismo industrial, o protecionismo agrícola, estimulado pela decadência da lavoura do café em estados como Minas e Rio.

Percebe-se que ambas as correntes defendiam a intervenção e proteção do Estado na economia, demonstrando que a ideia da intervenção estatal já era defendida antes da instalação da República. Após sua instalação, e com a adesão ao sistema federalista, a autonomia dos estados permitiu que gerissem seus mercados

¹⁹⁵ LUZ, 1978, p. 16.

de trabalho, com atração de mão de obra estrangeira, e suas finanças, com aquisição de empréstimos externos. Somado ao cenário de recuperação dos preços no mercado internacional no início da década de 1920 e aos incentivos estatais à produção, o café, que era o primeiro produto em quantidade e valor exportado e a principal fonte de divisas do país, teve produção crescente ao longo daquela década¹⁹⁶.

Wilson Cano¹⁹⁷, em *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, destaca que foi durante a década de 1920 que foram gestadas as precondições para a ruptura do padrão de acumulação de capital ocorrido entre 1929 e 1932. O autor afirma que essas mudanças durante os anos 1920 envolveram os cenários econômico, político e social do país, visto que o sistema bancário se desenvolveu, a indústria se diversificou, novas e importantes frações da classe dominante ampliaram seu alcance na estrutura de poder e o Estado passou a ser mais pressionado por outros setores além do exportador. Ademais, os movimentos sociais aumentaram sua atuação a partir da implantação de leis sociais voltadas ao trabalho. No caso da indústria, os paradoxos gerados pela dificuldade de importar durante os anos da Primeira Guerra – os quais, ao mesmo tempo em que incentivaram a produção interna de bens de consumo, restringiram a capacidade de investimentos – foram somados a outros fatores de ordem interna, retardando a implantação e expansão das indústrias mais complexas, como a química e a metalomecânica. Os fatores de ordem interna poderiam ser sumarizados na falta de conhecimento técnico e desenvolvimento tecnológico, riscos associados aos investimentos e reduzido potencial do mercado de consumo. Para Cano, a década de 1920 é essencialmente de transição.

Em uma economia de base exportadora com dominação do capital mercantil, a recuperação do preço do café no mercado internacional, no início dos anos 1920, reposicionou a questão da capacidade de importação. Tal fato incidiu sobre o setor industrial de forma a expor as contradições e os dilemas da economia brasileira, visto que, por um lado, possibilitava a importação de máquinas e equipamentos necessários ao aumento da capacidade produtiva e, por outro, possibilitava a importação de bens de consumo concorrentes com a produção nacional. Sobretudo, a característica mais importante desse sistema de coisas era o

¹⁹⁶ LUZ, 1978.

¹⁹⁷ CANO, 2007.

fato de a renda nacional ser dependente do setor exportador e, num cenário de autonomia dos estados, a riqueza acabava concentrada nos estados exportadores.

Além disso, os altos preços do café no mercado internacional no início da década de 1920 serviram de estímulo, além da forte proteção e incentivo estatal, para aumentar o número de pés plantados. Os estados da federação que não produziam café para exportação sentiram-se, mais uma vez, prejudicados pelas políticas federais de defesa daquela produção. Foram, portanto, crescentes as oposições, ligadas a diferentes setores da sociedade, às oligarquias regionais do setor agroexportador e às políticas de proteção ao setor. As divergências encontraram seu ponto alto na crise dos últimos anos da década de 1920, durante os quais, a superprodução de café, em 1927, somada à queda do preço da saca no mercado internacional, e a crise mundial gerada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, acirraram as disputas.

A especificidade do capitalismo na América Latina e, particularmente, no Brasil, foi objeto de importantes estudos ao longo do século XX. Entre os pioneiros e mais relevantes, encontramos os esforços teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os quais apontaram não apenas os pontos de diferenciação do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, como também destacaram uma distinta dinâmica de funcionamento. A inserção da periferia na dinâmica do sistema capitalista foi considerada, dentro daquele corpo teórico, fadada ao fracasso, já que as naturezas dessa inserção forçavam condições cada vez mais severas, expressas na deterioração dos termos de troca, ao ponto de sua insustentabilidade no longo prazo e a obstrução do desenvolvimento das forças capitalistas. Daí o seu caráter periférico. Como seria, então, realizar a Nação a partir da industrialização numa situação periférica, tardia e dependente? O processo de industrialização ocorrido entre os anos 1930 e 1940 sobreveio sob o jugo do capitalismo vigente no Brasil, e apesar dele¹⁹⁸. A resposta brasileira aos entraves (queda das exportações de produtos primários, dificuldades de importação, falta de oferta de bens para o mercado interno, inclusive alimentos) e “incentivos” (aumento

¹⁹⁸ Nota-se que essas características são demarcadas por João Manuel Cardoso de Mello no clássico *O Capitalismo Tardio*, no qual o autor analisa as especificidades do desenvolvimento capitalista antes de 1930 no Brasil a partir do processo histórico: a transição para o trabalho assalariado e o crescimento industrial dentro de uma economia de base exportadora com dominação do capital mercantil, não industrial. MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

da produção interna de bens de consumo, diversificação da produção agrícola) advindos do contexto da Segunda Guerra Mundial só pôde se realizar com a forte intervenção do Estado na economia e na sociedade, na cultura e nas instituições.

Ao lado da crise econômica do final dos anos 1920, instalou-se uma crise política, e o fato, marcadamente político, da Revolução de 1930 foi acompanhado de transformações no campo econômico ao longo daquela década. A indicação de Júlio Prestes de Albuquerque, candidato do Partido Republicano Paulista (PRP), para a sucessão de Washington Luís nas eleições de 1930 para o governo federal foi o ponto de convergência de interesses das oposições. Além de romper com a tradição de revezamento entre Minas e São Paulo no governo federal, a candidatura de Júlio Prestes vinha assegurar a continuidade da política econômica de Washington Luís¹⁹⁹. Filho de político, Júlio Prestes estava na política desde 1909 pelo PRP como deputado estadual e, a partir de 1924, como deputado federal. Em 1926, com Washington Luís na presidência, foi líder governista na Câmara, tendo apresentado no Congresso a Lei da Reforma Monetária, base da reforma econômica do governo.

Entre as oposições, interessa-nos, em especial, a criação e fortalecimento da Aliança Liberal. Embora as articulações já estivessem ocorrendo desde, pelo menos, o início de 1929, os meses entre junho e agosto foram decisivos para a formação da frente oposicionista. Foi nesse período que a candidatura de Getúlio Vargas foi aceita pelo Partido Republicano Mineiro e que a Paraíba aderiu ao movimento, indicando João Pessoa como candidato à vice-presidência. As candidaturas foram lançadas em uma convenção ocorrida no Rio de Janeiro em 20 de setembro daquele ano.

A Aliança Liberal era formada pelos grupos políticos de situação no Rio Grande do Sul – através da Frente Única Gaúcha (FUG), formada pelo Partido Libertador e pelo Partido Republicano Rio-grandense –, em Minas Gerais – através do Partido Republicano Mineiro – e na Paraíba, bem como pelos de oposição em todos os demais estados, com destaque para os Partidos Democráticos de São Paulo e do Distrito Federal. Contava, ainda, com o reforço do chamado movimento tenentista, ou seja, os tenentes que, desde a revolta de 1922²⁰⁰, vinham mostrando

¹⁹⁹ Um dos pilares dessa política foi a manutenção do câmbio acima do valor de mercado, o que, por um lado, desfavorecia a importação, prejudicando o setor de comércio, e, por outro, favorecia a exportação e a indústria doméstica.

²⁰⁰ Em 5 de julho de 1922, houve uma série de levantes militares em oposição ao governo federal. O estopim para os levantes foi a ordem de prisão do Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube

descontentamento com o governo federal e representavam, por estarem dentro do exército, força, influência e, mais importante, número para o caso de um enfrentamento corporal.

O programa da Aliança Liberal, redigido pelo republicano gaúcho Lindolfo Collor, trazia como ponto principal a reforma política, a qual consistia, basicamente, das reformas em relação ao processo eleitoral, de forma que o tornasse mais transparente, respeitando a vontade das urnas²⁰¹. Resumidamente, a Aliança Liberal defendia a representação popular através do voto secreto, garantia de soberania do poder do povo, com defesa, inclusive, do voto da mulher e do analfabeto, a justiça eleitoral, a independência do Judiciário, a reforma administrativa e do ensino, a liberdade de pensamento e de imprensa, a moralização do Poder Legislativo, a anistia para os revolucionários de 1922, 1924 e 1925-1927, defendida como valor fundamental de união nacional e de garantia de liberdade e igualdade entre os brasileiros, e medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da Lei de Férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher.

O programa apresentava distinção, dominante na época, entre indústrias naturais e artificiais, estas últimas dependendo de matérias primas importadas, causando prejuízo ao país. Para os aliancistas, o protecionismo estatal deveria amparar a produção nacional por meio de um sistema tributário adequado, incentivando a manufatura dos produtos extraídos da exploração dos recursos naturais. Na apresentação do programa da Aliança Liberal, em 2 de janeiro de 1930, no Rio de Janeiro, Vargas atuou como condutor de uma narrativa que produzira elementos para a construção de uma memória na qual o Estado figura como protetor do interesse nacional e promotor do desenvolvimento.

Devemos manter o critério geral, protecionista, para as indústrias que aproveitam a matéria-prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufaturam a matéria-prima importada, encarecendo o custo de vida em benefício de empresas privilegiadas.

Militar, pelo então Presidente de República Epitácio Pessoa. O marechal havia criticado a intervenção do Presidente Pessoa na sucessão estadual de Pernambuco. De forma geral, as relações entre as oligarquias dominantes e o Exército não andavam boas. Além do Presidente da República ter nomeado um civil para a pasta da Guerra, Pandiá Calógeras, o episódio das cartas com acusações ao Exército e ofensas ao Marechal Fonseca, supostamente assinadas pelo candidato oficial à sucessão presidencial, Artur Bernardes, foram acirrando as divergências e dificultando o diálogo.

²⁰¹ Getúlio Vargas apresentou o programa da Aliança Liberal em discurso no dia 2 de janeiro de 1930, no Rio de Janeiro. D'ARAÚJO, 2011, p. 280-304.

Sob o fundamento da existência de similar nacional, gravam-se vários artefatos indispensáveis ao desenvolvimento de serviços públicos e obras particulares, que ficam sobrecarregados de esdrúxulos tributos²⁰².

A indústria artificial, segundo o programa da Aliança Liberal, impunha barreiras ao desenvolvimento de serviços públicos e obras particulares a partir de dois mecanismos: o uso de matérias primas importadas e os altos tributos aplicados a alguns produtos estrangeiros em favor do similar nacional. O artificialismo na indústria deveria ser combatido pela ação do Estado, não apenas na questão tributária, como também no fortalecimento da produção agrícola e melhoramentos nos sistemas de transporte. O trecho a seguir do programa da Aliança Liberal nos esclarece ainda mais a linha de ação que deveria ser seguida pelo Estado:

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente para os seus possuidores e para a coletividade subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros como a nacionais a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes. Para o completo êxito de tal obra, contribuiriam os poderes públicos disseminando, em pontos convenientes, aprendizados agrícolas e facilitando os transportes. Essa iniciativa parece-me bem mais útil e oportuna do que suscitar o aparecimento de indústrias artificiais. O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis. Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é também a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa²⁰³.

A narrativa que posteriormente será incorporada no discurso estadonovista da necessidade de “solução do problema siderúrgico” já estava presente no programa da Aliança Liberal, instrumentalizando o desenvolvimento da indústria e a constituição dos elementos “mais rudimentares” da defesa e segurança nacionais. O governo inicia, assim, em 1930, a produção da memória da industrialização como principal eixo do estado interventor, aquele que é produto e produtor de narrativas que,

²⁰² D'ARAÚJO, 2011, p. 291.

²⁰³ Discurso de Getúlio Vargas. Ibidem, p. 293-294.

ressignificadas, tornam-se memória. A construção da memória do processo de industrialização conteve elementos de vontade política que seguiram, pode-se dizer, uma lógica interna de produção, expressos na propaganda estatal e evidenciados na sucessiva criação de departamentos de estado encarregados particularmente da propaganda política, já a partir de 1931.

Ao retomar o cenário político, devemos destacar que a Revolução de 1930 foi engendrada em um contexto no qual o liberalismo, marca do governo Washington Luís e da Primeira República em geral, estava sendo questionado no mundo do pós-Primeira Guerra, com reflexos no Brasil, como analisamos brevemente acima. Esse acontecimento, que tinha escala mais ou menos global, foi acrescido da problemática sucessória do governo federal. As forças políticas que se voltaram contra a candidatura situacionista de Júlio Prestes em 1929 tinham um ponto em perfeito acordo: não admitiam que o presidente indicasse um candidato para sua sucessão. Por trás da alegação de que esse ato seria um golpe às instituições republicanas, estava o fato de que a alternância de poder entre Minas e São Paulo garantia a possibilidade de novas acomodações de poder a cada legislatura. Nesse sentido, é importante destacar que a Revolução de 1930 não foi apenas uma reação à descontinuidade da política sucessória de poder e fruto do descontentamento das oposições regionais com as políticas federais de proteção ao café, mas também uma forma de desmobilizar as forças liberais.

O candidato da situação, Júlio Prestes, contava com o apoio da maioria dos grupos oligárquicos regionais e, ocorridas as eleições, foi vencedor com boa margem sobre o segundo colocado, Getúlio Vargas. As oposições cresceram em torno da tese de que as eleições haviam sido fraudulentas e a conjuntura agravou-se com o assassinato de João Pessoa em julho de 1930. Nesse contexto, ganhou força a ideia de tomada do poder pelas armas, mesmo com a discordância de parte dos aliancistas em relação a saída “revolucionária”. A narrativa de que os processos eleitorais eram fraudulentos e não correspondiam à vontade do eleitor foi utilizada para justificar o golpe de estado em 1930 e a propaganda do regime estadonovista, através dos seus instrumentos de divulgação, reforçava esse discurso passados mais de dez anos da Revolução, como vemos neste trecho da *Cultura Política* de junho de 1941:

Paralelamente à formação desse estado de corrupção, firmara-se na consciência coletiva do país, a ideia de indestrutibilidade do regime, como criação eterna e última de perfeição política da Constituição de 91. Por isso, os raros que possuíam a coragem de confessar o seu descontentamento do regime e a sua ideia de que se tornara necessária uma revolução para modificá-lo, eram tidos como perigosos à estabilidade das próprias instituições morais da sociedade²⁰⁴.

Em 24 de outubro de 1930, Washington Luís foi deposto pelas Forças Armadas e sucedido por uma junta provisória composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. Getúlio Vargas, líder da Aliança Liberal, assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da Primeira República e o início da Era Vargas. Na *Cultura Política* número 5, de julho de 1941, Azevedo Amaral publicou um artigo sob o título "A Revolução Brasileira", no qual abordou a importância histórica da Revolução de 1930 e sua continuidade com o estabelecimento do Estado Novo em 1937. Nas palavras de Amaral,

a revolução brasileira, que encerrou o primeiro ciclo republicano e abriu caminho ao movimento progressivo, cuja segunda etapa foi assinalada pela fundação do Estado Nacional, representa indiscutivelmente o acontecimento mais importante da nossa história²⁰⁵.

Muitos artigos na revista *Cultura Política* abordam o regime estadonovista como continuidade da Revolução de 1930. O artigo anteriormente citado, da edição de junho de 1941, sob o sugestivo título de "A revolução prossegue", escrito pelo subdiretor administrativo do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo, Leão Machado, iniciado com a citação de Getúlio Vargas: "não devemos jamais esquecer que a Revolução ainda não terminou"²⁰⁶, encontra complemento na edição de novembro de 1943, no artigo de J. A. Vasconcelos Costa, Prefeito de Uberlândia,

Tinha razão o grande presidente Getúlio Vargas quando afirmava que a revolução não havia terminado. As transformações radicais nos usos e costumes da gente brasileira, as inovações introduzidas no

²⁰⁴ MACHADO, Leão. A revolução prossegue. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 4, v. 1, jun. 1941, p. 97.

²⁰⁵ AMARAL, Azevedo. A revolução brasileira. *Cultura política*. Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, jul. 1941, p. 134.

²⁰⁶ MACHADO, op. cit.

mecanismo do Estado, a marcha acelerada dos acontecimentos que afetam profundamente a vida privada dos cidadãos e modificam a orientação dos negócios públicos, aí estão, dia a dia, para nos atestar que a revolução ainda não parou²⁰⁷.

Considerado como um desdobramento natural da Revolução de 1930, o estabelecimento do Estado Novo veio consolidar uma visão de Estado centralizador, interventor e autoritário para dar conta das tarefas da Revolução. Uma delas, das mais importantes, era a que dizia respeito ao combate à autonomia dos estados, que poderia comprometer a política do governo central. No livro-inventário preparado por Capanema no fim do Estado Novo, a ampliação da intervenção do Estado, com o aumento da autoridade do Executivo sobre o Legislativo nas questões orçamentárias, foi destacada como responsável pela passagem do Brasil de um país agrícola para um país industrializado. O texto afirma que

A Constituição de 10 de novembro de 1937, embora conservando a forma federativa de governo, como um imperativo de nossas condições geográficas e históricas, fez do Brasil uma unidade sob o ponto de vista econômico. Vedou-se de uma vez que uma excessiva autonomia regional pudesse comprometer as diretrizes traçadas pelo Governo federal e impedir a realização dos objetivos de interesse nacional.²⁰⁸

Nos capítulos sobre economia²⁰⁹, predomina a visão de um país essencialmente rural. Com base nos documentos, Schwartzman afirmou que “não cabe aos centros urbanos o papel principal na vida do país. Ao contrário, os campos representam a parte essencial”²¹⁰. Os textos encontrados no arquivo Capanema dedicados ao meio rural apresentam pesquisas científicas ligadas à melhoria das espécies e à mecanização, no mesmo estilo da reportagem do *Cine Jornal Brasileiro*, de 1940, que noticiou os avanços nas técnicas aplicadas ao meio rural, “O Instituto Biológico de São Paulo. Os estabelecimentos científicos oficiais, com a divulgação

²⁰⁷ COSTA, J. A. Vasconcelos. A Revolução de 1930 e o Presidente Vargas. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 34, v. 3, nov. 1943, p. 147.

²⁰⁸ Os textos são do arquivo Gustavo Capanema. SCHWARTZMAN, 1983, p. 158.

²⁰⁹ Schwartzman relata que encontrou dificuldades em organizar os textos que compunham os capítulos sobre a produção agropecuária, indústrias extrativas e produção industrial, pois estavam dispersos no arquivo Capanema, muito menos organizados do que os textos sobre outros assuntos, como os políticos ou relativos à segurança e ao social. *Ibidem*.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 10.

dos resultados de trabalhos constantes, auxiliam o produtor a contribuir para a riqueza do Brasil”²¹¹. Conforme a locução do CJB,

Na Mooca, o Instituto mantém um parque de animais destinados às experiências de laboratório. O trabalho dos diversos estabelecimentos científicos oficiais espalhados por todo território brasileiro é um auxiliar precioso das classes produtoras. Agricultores e criadores têm nos conselhos que emanam da experiência colhida nos laboratórios, um guia seguro para o bom êxito das colheitas e o desenvolvimento dos rebanhos (...). Quando os descobridores começaram a povoar o Brasil, seguiram o exemplo dos naturais, que viviam da produção espontânea do país, mas, depois, iniciaram as plantações usando os métodos de então, que eram os mais rudimentares. Esse sistema, mantido mesmo na época em que o país era considerado essencialmente agrícola, chegou até a antevéspera de nossos dias. O governo, porém, desde 1930, não cessou um só momento de auxiliar as classes produtoras do campo na luta pelo progresso dos meios de cultura e, como prova dos resultados obtidos, basta citar, por exemplo, que, somente em 1938, atingiu a 9.036.820 contos o valor da produção agrícola²¹².

O programa da Aliança Liberal já destacava que se deveria intensificar a policultura agrícola, de modo a diversificar a pauta de exportação. Além do café, outros produtos estariam a reclamar proteção e defesa, destacou Getúlio Vargas naquele 2 de janeiro de 1930, como o açúcar, o algodão, os cereais em geral, a erva mate, o cacau, cujos produtores deveriam ser amparados pelo governo com adiantamentos de numerários para garantir a produção e com fiscalização sanitária para garantir a qualidade para os mercados internacionais. Também está expressa no texto a preocupação de Vargas com a diferença de preço dos produtos nacionais no mercado interno e externo, relatando a ocorrência de preços internos mais elevados do que os praticados para a venda ao estrangeiro, ocasionando alta dos preços e escassez no mercado interno.

Vargas, ao mesmo tempo, destacou a importância do café e de sua defesa no contexto da crise especial em que se encontrava aquela produção no ano de 1930. Sobre isso, afirmou que

a defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil, por isso que esse produto concorre com mais de dois terços do ouro necessário ao

²¹¹ CJB, n. 148, v. 1, 1940.

²¹² CJB, n. 148, v. 1, 1940.

equilíbrio da nossa balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda²¹³.

Os interesses de cada grupo que participou ou apoiou a Revolução de 1930 apresentavam especificidades que evidenciaram suas divergências logo após a instauração do Governo Provisório. As disputas existentes durante os primeiros anos da década de 1930 culminaram em uma carta constitucional, em 1934, que procurou conciliar os diversos interesses, desde elites políticas e intelectuais – entre esses os liberais e antiliberais (movimento tenentista, católicos e integralistas) – até trabalhadores que apoiavam as medidas trabalhistas do governo e os que eram contra – os anarquistas, os socialistas e os comunistas, porque entendiam que tais medidas implicavam ausência de autonomia do movimento operário. A partir de então, por um lado, os conflitos e manifestações acirraram-se, pois nenhum dos grupos se sentiu vencedor. Por outro lado, radicalizou-se também a repressão, em especial a partir do levante comunista de 1935, quando foi decretado o estado de sítio, e o de março de 1936, com o estado de guerra, prorrogado constantemente até junho de 1937. A “ameaça” comunista, presente no Brasil desde os anos 1920, foi eleita a inimiga maior do país. O forjado Plano Cohen foi utilizado como justificativa para o Golpe de 1937, apoiado, inclusive, pelos liberais, que consideravam o combate ao comunismo prioridade.

As eleições diretas para Presidente da República estavam marcadas para o dia 3 de janeiro de 1938. Eram presidenciáveis o paulista Armando de Sales Oliveira, candidato dos liberais, o paraibano José Américo, candidato de Getúlio Vargas, e o também paulista Plínio Salgado, candidato dos integralistas. Contudo, um golpe já estava em andamento dentro do governo e, em 10 de novembro de 1937, é outorgada a Carta Constitucional que instaura um novo regime político no Brasil. O golpe foi apoiado pelos militares – com destaque para os generais Góis Monteiro, Daltro Filho e Gaspar Dutra, que havia sido ministro da Guerra em 1936 – e pelos integralistas, que desfilaram nas ruas para comemorar a chegada do “novo” governo. O Estado Novo foi consolidado com a extinção dos partidos políticos, através do Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, o fechamento do Parlamento, a nomeação de interventores nos estados, o fim do sistema federativo da Primeira

²¹³ Trecho do programa da Aliança Liberal apresentado por Getúlio Vargas em discurso no dia 2 de janeiro de 1930, no Rio de Janeiro. D'ARAÚJO, 2011, p. 300.

República, a queima das bandeiras estaduais e a censura às manifestações contrárias ao novo regime.

O grupo que ocupou o governo depois de 1930 e que se manteve no poder em 1937, embora heterogêneo, apresentava inclinações industrializantes²¹⁴, tinha um projeto de desenvolvimento fundado em novas bases e forte incentivo e participação do Estado no setor industrial, embora, há que se enfatizar, a atividade agropecuária não estivesse em oposição à atividade industrial. A ação do Estado foi capaz de fomentar um mercado interno para os produtos nacionais e unificar esse mercado tanto quanto foi possível. A integração econômica nacional foi resultado de políticas econômicas ativas, que colocaram o Estado no centro da economia nacional. Sobretudo, a atuação estatal foi resultado de um projeto maior, o qual incluía, além da integração econômica, a integração geográfica, com projetos grandiosos de ferrovias e rodovias, e a integração cultural e social, que implicava a revisão do passado e a construção do futuro através de um também grandioso programa de propaganda política estatal. A intervenção do Estado pós-1930 na economia não era novidade, mas a sua intervenção nos aparelhos culturais, com o estabelecimento de um moderno programa de propaganda política, isso sim constituiu um elemento novo e teve forte impacto na memória coletiva, em especial na memória construída entre 1937 e 1945.

A memória e a história foram, assim, mobilizadas, através da propaganda política, por meios de comunicação de massa com o objetivo de construir a imagem do Estado Nacional moderno e do Chefe do Governo realizador, comprometido com a nação e atento às necessidades do povo. Como destacamos no início desse texto, a intervenção do Estado nas diversas áreas, economia, artes, ensino, intelectualidade, foi parte de um projeto que reuniu a ressignificação e a retomada do passado, a exaltação do presente e a construção do futuro, em formato de um legado e de uma memória grandiosos. Os produtos finais da propaganda política, como o CJB e a *Cultura Política*, foram o resultado desse esforço e uma força impetuosa na construção das memórias nacionais a partir de então.

²¹⁴ Sobre a intenção industrializante do governo instaurando em 1930, ler: FONSECA, Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, n.1, v.23, 2003, p.133-48.

2.2 A PRODUÇÃO DO *CINE JORNAL BRASILEIRO*: A IMAGEM E A “POTÊNCIA” NACIONAIS

Brasil Potência Industrial: Prossegue, em ritmo acelerado, a construção da Fábrica Nacional de Motores. (...) vencendo as rotas perigosas do Atlântico, [os EUA] cumprem a sua promessa quanto ao maquinismo indispensável a mais esse empreendimento do Estado Nacional²¹⁵.

Essa é a primeira reportagem de um *Cine Jornal Brasileiro* de 1943. As imagens mostram o desembarque do material no porto do Rio. Na sequência, a câmera apresenta o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, Antônio José Coelho dos Reis, em visita à obra, enquanto a locução anuncia que aquela seria “a mais moderna das organizações industriais brasileiras”. São exibidas imagens aéreas do complexo industrial onde seria instalada a fábrica e o hotel para hospedagem dos engenheiros responsáveis pelas obras, cuja grandeza é destacada pela locução. A reportagem encerra com imagens dos trabalhadores no refeitório, sobre as quais a locução realça que havia grande preocupação com a alimentação dos trabalhadores. A informação de que o empreendimento estava sendo realizado com maquinário vindo dos EUA, apesar do contexto mundial, expõe um traço marcante da propaganda política estadonovista após a adesão do Brasil às forças Aliadas na Segunda Guerra: a aproximação com os EUA. Contudo, para além desse atributo, a referida reportagem também apresenta outros elementos fundadores da propaganda industrializante do Estado Novo: coloca o Brasil como potência industrial; destaca que aquela era uma empreitada do Estado Nacional; evoca o moderno como valor ligado à indústria – mas, principalmente, à indústria estatal –; envolve o DIP na ação – o grande articulador da propaganda do governo –; e vincula a industrialização ao trabalho e ao trabalhador.

Chama a atenção nessa peça de propaganda a imagem que é construída a partir do seu título: “Brasil Potência Industrial”. As imagens apresentam a grandiosidade do empreendimento industrial, representativo da industrialização do país realizada pelo Estado Novo. Entretanto, o Brasil ocupava um lugar periférico no sistema capitalista mundial, dependente de tecnologia importada e tardio no desenvolvimento das suas forças capitalistas, especialmente as ligadas ao setor

²¹⁵ CJB, n. 187, v. 2, 1943.

industrial, do mercado de trabalho assalariado e do mercado consumidor nacional. A construção à qual nos referimos é obra do trabalho cuidadoso de enquadramento da memória através da propaganda política executada pelo seu agente principal, o intelectual-burocrata, o qual, inserido na máquina de propaganda, organizava, selecionava e disseminava o que deveria ser transmitido ao público.

Nesta segunda parte do capítulo, nosso objetivo é analisar a narrativa da propaganda política do Estado Novo veiculada no CJB no que diz respeito à imagem desse “Brasil Potência Industrial”, através da análise minuciosa do conteúdo dos filmes. Antes, apresentamos as características principais do desenvolvimento do cinejornalismo no Brasil e analisamos o CJB como fonte histórica, bem como as particularidades do acervo e as condições de pesquisa e de acesso ao material. Ainda, criamos uma zona dialógica com os trabalhos realizados a partir desse documento com a finalidade de responder algumas questões metodológicas e de contextualizar nossa pesquisa nesse campo. Em diálogo com os trabalhos já realizados, apresentamos nossa busca por um procedimento na lida com o documento e a metodologia de pesquisa que, por fim, empregamos.

O cinema, cuja primeira reprodução no Brasil foi em 1897²¹⁶, em 1930 já havia passado por momentos de glória e declínio, mas naquele ano houve a primeira sessão do chamado cinema falado e as esperanças se renovaram. Porém, não apenas a nova tecnologia, embora grandiosa novidade, trouxe nova perspectiva à sétima arte em terras brasileiras, o Estado pós-1930 interessou-se pela empreitada. O Decreto-Lei nº 21.240, de 4 de abril de 1932, conhecido como o decreto da obrigatoriedade, porque estabeleceu a obrigatoriedade de exibição de complemento nacional em cada sessão nas salas de cinema no território nacional, foi das primeiras ações do governo Vargas para o setor cinematográfico. Afora o atendimento de antigas reivindicações dos cineastas, o governo preocupou-se, desde o início da década de 1930, em regular um setor que, além de altamente tecnológico – fato que o tornava quase proibitivo ao empreendedor nacional, dependente de tecnologia importada –, era dominado por grandes conglomerados estrangeiros²¹⁷.

²¹⁶ Há controvérsia sobre a data, que poderia ter sido 1896 ou mesmo antes. SOUZA, José Inácio de Melo. Os primórdios do cinema no Brasil. In: RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila. *Nova história do cinema brasileiro*. 2 vol. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

²¹⁷ VARGAS, 1934, p.188.

Em discurso aos cinematografistas em 25 de junho de 1934, o Presidente Getúlio Vargas afirmou que “apoiar a indústria cinematográfica nacional” seria um passo importante do governo provisório na construção da nacionalidade, visto que o cinema aproximava os diferentes núcleos humanos dispersos no vasto território brasileiro. Destacou o Presidente: “O papel do cinema, nesse particular, pode ser verdadeiramente essencial. Ele aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República”. A ideia de uma “visão incisiva dos fatos” já indicava o papel do cinema para a propaganda política do governo. Ao fazer crer que a imagem na tela era uma prova cabal dos fatos, o regime ocultava toda a organização da propaganda moderna, cujas câmeras escolhiam o ângulo que mais favorecesse o patrocinador do filme, cuja edição e montagem eram feitas conforme um enredo predefinido e cujas diretrizes, especialmente num regime autoritário, preconizavam a manipulação de imagens, a criação de cenários e a reprodução de cenas fora de contexto. Essa foi a máquina de propaganda política que construiu a imagem do Brasil Potência Industrial.

Para Vargas, o cinema muito teria a contribuir para o Estado e a nação. No mesmo discurso aos cinematografistas, o Presidente afirmou:

entre os mais úteis fatores de instrução, de que dispõe o Estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de cultura, influenciando diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, ele apura as qualidades de observação, aumenta os cabedais científicos e divulga o conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam. (...) O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola²¹⁸.

Como o Decreto de 1932 já havia definido o que seria o cinema educativo, “material de ensino”, permitindo a “assistência cultural” e as “vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabetos”, foi criado, em 13 de janeiro de 1937, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), na mesma lei que promoveu uma grande reorganização no Ministério da Educação e Saúde Pública, a Lei n. 378. O INCE foi idealizado e dirigido por Edgar Roquette-

²¹⁸ VARGAS, 1934, pp. 187-188.

Pinto, e sua produção cinematográfica destinava-se ao cinema educativo, tendo produzido, em sua grande maioria, filmes de longa-metragem. Como destacado por Simis²¹⁹, os cineastas não se interessaram pelo cinema educativo, tendo preferido investir seus esforços nos filmes de cavação²²⁰. A autora explora a hipótese de que esse fato tenha decorrido da tradição na produção desses últimos, sendo fonte de renda para as produtoras. Com a criação do DIP, em fins de 1939, a produção cinematográfica estatal adotou a produção de filmes de curta duração e de não ficção, os cinejornais, os quais, por sua vez, tinham caráter totalmente diferente dos filmes educativos: eram material de propaganda.

Os cinejornais, jornais de atualidades ou jornais cinematográficos são registros de curta-metragem, seriados, com periodicidade definida e padronização de tempo de duração, cujo formato de apresentação traz sequências iniciais e finais de créditos e, eventualmente, títulos de segmento que anunciam notícias dentro da mesma edição. O gênero surgiu na França, em 1907, com a produção do *Pathé Fait-Divers*, por iniciativa dos irmãos Pathé, com o objetivo de agrupar as notícias atuais num jornal cinematográfico periódico. No Brasil, os cinejornais são exibidos e produzidos desde a década de 1910²²¹. Antes da Primeira Guerra Mundial eram exibidas, em São Paulo, edições do *Pathé Journal* e, a partir de 1915, as produtoras norte-americanas Universal, Fox Film e Paramount disputavam o mercado exibidor brasileiro, em especial no Rio e em São Paulo. A produção nacional iniciou-se em 1910 por iniciativa de Francisco Serrador em São Paulo, que produziu o *Bijou Jornal*, inspirado no formato francês. São Paulo ainda contava, durante a década de 1910, com as empresas cinematográficas Independência-Omnia, que produzia o cinejornal *Sol e Sombra*, a Agência (ou Programa) Matarazzo, que produzia o *Atualidades Matarazzo*, e a Rossi Filmes, que produzia o *Rossi Actualidades*. Este último, tendo sido produzido entre 1921 e 1931, contou com subsídio do governo paulista até 1930, o que o caracteriza como uma produção quase oficial.

²¹⁹ SIMIS, Anita. Cinema e cineastas em tempo de Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 75-80, 1997.

²²⁰ A expressão *cavação*, usada na década de 1920 para designar a película promocional, foi resgatada por Maria Rita Galvão. GALVÃO, Maria Rita. *Crônica do cinema paulistano*. São Paulo: Editora Ática, 1975.

²²¹ As informações desse e do parágrafo seguinte foram retiradas da tese de Archangelo. O autor baseou-se em levantamento realizado a partir, principalmente, da base de dados Filmografia Brasileira mantida pela Cinemateca Brasileira. ARCHANGELO, 2015.

Nas décadas de 1930 e 1940, a produção privada de cinejornais envolvia uma grande quantidade de produtoras. A Cinédia S.A produziu o *Cinédia Atualidades* entre 1933 e 1934, o *Cinédia Jornal* entre 1936 e 1944, o *Cinédia Revista* entre 1939 e 1944, o *O Globo Esportivo na Tela* entre 1939 e 1944, o *Esporte em Marcha* entre 1944 e 1946, e o *Reportagens Cinédia* entre 1945 e 1948. A Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil estreou o seu *Atualidades Atlântida* em 1942, que passou a ser produzido pelo Grupo Severiano Ribeiro a partir de 1947 até 1986. Também o Grupo Severiano Ribeiro produziu o *Notícias da Semana* entre 1945 e 1986. A Sonofilmes S.A produziu *O Repórter na Tela* entre 1939 e 1946. A Botelho Filmes produziu o *Filme Jornal* entre 1934 e 1962, *O Esporte em Marcha* entre 1944 e 1949, o *A Marcha da Vida* entre 1945 e 1949, e o *Atualidades em Revista* entre 1948 e 1949. A Pan Filmes do Brasil Ltda. produziu o *Brasil em Foco* entre 1934 e 1938, o *Brasil Atualidades* entre 1942 e 1945, o *Imprensa Animada* entre 1942 e 1945, o *Imagens d'A Manhã* entre 1943 e 1945, e o *Reportagens de Folha Carioca* entre 1944 e 1945. A Leopoldis-Som produziu o *Atualidades Gaúchas* entre 1942 e fins da década de 1970. A Carriço Filmes produziu o *Cine Jornal Actualidades* entre os anos 1930 e 1950, tempo de atividade da produtora. A pioneira entre as produtoras, fundada nos anos 1910, A. Junqueira Filme produziu o *Cine Cruzeiro do Sul Jornal* entre 1934 e 1941. A Meridional Filmes produziu o *Folha da Manhã* entre os anos 1930 e 1940.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mercado exibidor brasileiro, especialmente nas regiões sul e sudeste, também foi marcado pelos cinejornais estrangeiros com propaganda das forças envolvidas no conflito. No sul do Brasil, a forte presença de cinejornais alemães foi alvo de preocupação e ação dos americanos, que passaram a incentivar a distribuição de cinejornais para contrapropaganda. No mesmo período, foram importantes, nos grandes centros urbanos do país, os cineacs (derivado do francês *ciné actualités*), salas dedicadas à exibição exclusiva dos complementos nacionais – cinejornais, documentários e desenhos animados, com destaque para os primeiros. Sua programação era popular por apresentar notícias sobre o conflito mundial.

No início dos anos 1930, os EUA já exerciam grande influência política, cultural e econômica na América Latina. O Brasil, pelo tamanho de seu mercado e importância estratégica na região, era almejado tanto pelos norte-americanos quanto pelos alemães. A Alemanha tinha especial interesse no Brasil, não apenas pela

importância do mercado brasileiro, mas também por conta da colônia alemã no sul do país. A confluência de interesses brasileiros e alemães fez com que, mesmo anos antes de deflagrada a guerra, a Alemanha ocupasse o segundo lugar no comércio internacional com o Brasil. Os EUA, por sua vez, além de ocupar o primeiro lugar no comércio com o Brasil, tinha grande influência cultural, a dizer, por exemplo, pelo cinema. A indústria do cinema hollywoodiano era dominante no Brasil ainda antes dos anos 1930 e difundia, basicamente, o chamado *american way of life*, exercendo uma forte influência cultural e comportamental na sociedade brasileira.

Segundo Mello e Novais, a “imitação dos padrões de consumo e dos estilos de vida reinantes nos países desenvolvidos” era sinônimo de progresso. “Já do final do século XIX em diante, e acentuadamente a partir dos anos 50, o grande fascínio, o modelo a ser copiado passa a ser cada vez mais o *American way of life*”²²². Esse fascínio começa na classe média alta, mas se espalha para as classes mais baixas pela força do cinema e da ostentação do consumo dos ricos nas grandes cidades.

Essa forma de consciência social, que identifica progresso a estilos de consumo e de vida, oculta os pressupostos econômicos, sociais e morais em que se assentam no mundo desenvolvido. Forma reificada de consciência, acrescentemos, peculiar à periferia, onde é possível consumir sem produzir, gozar dos resultados materiais do capitalismo sem liquidar o passado, sentir-se moderno mesmo vivendo numa sociedade atrasada²²³.

Não vamos além da década de 1940 por conta do recorte temporal deste trabalho, mas a produção de cinejornais no Brasil se estende até a década de 1980²²⁴, com a produção de importantes jornais de atualidades. Essa produção teve peso numérico, compondo, enquanto categoria de filme, quase um terço de toda produção brasileira no século XX. Além disso, sua trajetória está intimamente ligada à história do cinema no país, o qual, nas primeiras décadas em terras brasileiras, foi viabilizado pela cavação. Em um mercado dominado pelo cinema norte-americano, a cavação foi o espaço encontrado para o desenvolvimento do cinema nacional²²⁵.

²²² MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009, pp. 41-42.

²²³ Ibidem, p. 42.

²²⁴ Souza informa que os cinejornais foram produzidos no Brasil da década de 1920 a de 1980. SOUZA, José Inácio de Melo. Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência. *História: Questões & Debates*. Curitiba, Editora UFPR, n. 38, 2003a, p. 43-62.

²²⁵ BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.; SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.

Apesar da sua importância para a história do cinema brasileiro e do interesse crescente pelas fontes audiovisuais na pesquisa histórica desde os anos 1970, os estudos com cinejornais ainda são escassos. A respeito do desprezo dos historiadores pelo cinema de cavação, Jean-Claude Bernardet²²⁶ alertou, no livro *Cinema Brasileiro: propostas para uma história*, de 1979, que esse desinteresse era, na verdade, o reflexo do desprezo de alguns cineastas pela cavação desde sua origem no Brasil, agravado nos anos 1920, quando a disputa pelo que seria e deveria ser o cinema nacional e quais rumos deveria tomar a indústria cinematográfica brasileira teve intenso debate²²⁷. Para Bernardet, a historiografia clássica do cinema brasileiro assumiu uma postura de replicar, no Brasil, o modelo de estudos históricos do cinema elaborado nos países industrializados, onde a realidade do cinema, centrado no cinema de ficção, era, portanto, diferente da brasileira.

A crítica elaborada por Bernardet foi apontada por Souza²²⁸ como o primeiro fator contribuinte para deixar o cinejornal, enquanto documento histórico, à sombra dos estudos do cinema brasileiro. Foram, portanto, as demandas pelos filmes de ficção feitas por historiadores do cinema, como Alex Viany e Paulo Emílio Sales Gomes²²⁹, segundo Bernardet, que fizeram com que os esforços dos arquivos fossem no sentido de recuperar, preservar e divulgar essas obras em detrimento das demais produções cinematográficas.

Além desse primeiro e fundamental fator para o relativo esquecimento dos cinejornais como documentos históricos, Souza²³⁰ aponta, ainda, outros três. O segundo, diz respeito aos incêndios e enchentes que afetaram os arquivos de filmes, como os ocorridos no Rio de Janeiro no final da década de 1920 e início de 1930 e em São Paulo na década de 1950. Demonstrando sua preocupação com a preservação audiovisual brasileira, o autor destaca que foi nessa esteira de

²²⁶ Jean-Claude Bernardet parece ser o grande crítico da questão da não inclusão dos cinejornais e documentários nos estudos em História no Brasil. Impulsionado pelos trabalhos de Marc Ferro, Bernardet iniciou um grupo interdisciplinar de estudos sobre o tema por volta de 1978-1979, onde participaram, entre outros, Ismail Xavier, Zulmira Ribeiro Tavares e Ulisses Guariba. Os estudos do grupo estavam dentro da preocupação mais geral de revisão da historiografia do cinema brasileiro. O resultado foi o livro *Cinema e História do Brasil*, lançado em 1988.

²²⁷ A polêmica sobre os rumos do cinema brasileiro teve lugar na revista *Cinearte* na década de 1920 e representou uma das maiores quedas de braço do cinema brasileiro: a disputa entre os cineastas que defendiam o cinema de ficção versus os que defendiam o cinema de cavação.

²²⁸ SOUZA, 2003a.

²²⁹ Ao mesmo tempo, Bernardet admite que tanto Paulo Emílio Sales Gomes, em *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*, quanto Maria Rita Galvão, em *Crônica do Cinema Paulistano*, reconhecem que foi a cavação que sustentou o cinema brasileiro por longo período. BERNARDET, 1979.

²³⁰ SOUZA, op. cit.

acontecimentos que a Cinédia perdeu toda a sua produção de não-ficção. Já o Instituto Nacional de Cinema Educativo teve melhor sorte por conta da importância dada a Humberto Mauro. Tendo este trabalhado e produzido pelo INCE durante quase todo o período de funcionamento do Instituto, sua produção foi sendo lentamente recuperada e preservada.

O terceiro fator levantado por Souza diz respeito à fragmentação dos temas e dos assuntos veiculados nos cinejornais, considerada um obstáculo para a leitura histórica do documento fílmico. O autor levanta algumas questões: “Qual a postura a se tomar diante de um objeto tão volátil? De que forma apreender significados que se renovam a cada dois minutos?”²³¹. Em nossa pesquisa no CJB, percebemos que a sequência das reportagens não apresenta, em geral, conexão entre elas, tendo as imagens sido capturadas em diferentes espaços e tempos.

O quarto fator diz respeito à desconfiança generalizada quanto aos conteúdos veiculados, principalmente nos cinejornais oficiais ou oficiosos, como a produção gerada pelo DNP, pelo DIP e pela Agência Nacional. A partir de meados da década de 1930, destaca Souza²³², a tarefa de transmitir as mensagens de propaganda, onde se procurava “vender” uma ideia, uma verdade ou mesmo uma personagem, antes assumida pelos maiores nomes da cavação dos anos 1920 e 1930, os Botelho, Rossi, Carbonari e Manzon, passou a ter o Estado, através dos seus órgãos de propaganda, como grande produtor e maior competidor no mercado brasileiro.

O pesquisador Rodrigo Archangelo adiciona, ainda, outro fator que fragiliza o uso do cinejornal como documento. Archangelo informa que era frequente os cinejornais terem seus rolos originais recortados para retirada de imagens que fariam parte de outros cinejornais e filmes ou forneceriam materiais para a televisão e documentários. Em suas pesquisas, o autor encontrou várias edições de cinejornais com emendas coladas, na clara evidência que partes haviam sido retiradas. Para ele, a produção de cinejornais é frágil porque marcada pelo seu uso imediato, “com seguimentos de notícias voltados a interesses momentâneos de realizadores e seus clientes, conferindo marginalidade e a pecha de registro superficial”²³³.

²³¹ SOUZA, 2003a, p. 46.

²³² Ibidem.

²³³ ARCHANGELO, 2015, p. 46.

Entretanto, a importância de se falar em cavação quando se fala de cinema no Brasil está ligada, ao mesmo tempo, ao peso que esse gênero cinematográfico teve para a indústria cinematográfica nacional e ao lugar marginalizado que lhe foi imposto pela historiografia do cinema brasileiro. Os cinejornais, enquanto cavação, foram importantes não apenas pela quantidade produzida em relação à totalidade da produção cinematográfica nacional, mas também pelo seu significado financeiro. A obrigatoriedade de exibição do complemento nacional, segundo Archangelo, fez com que a produção de cinejornais gerasse recursos para a produção de filmes de longa-metragem de ficção, os chamados filmes de enredo, considerados a verdadeira expressão da arte cinematográfica, e garantisse a sobrevivência financeira de inúmeras produtoras. A legislação instituída no início dos anos 1930, que tornou obrigatória a inclusão de filmes nacionais na programação de todas as salas – sujeitando o exibidor à multa em caso de descumprimento –, garantiu, por um lado, mercado para a produção nacional e assegurou lugar de destaque para os curtas-metragens de não-ficção na indústria cinematográfica brasileira e decretou, por outro, a extinção dos cinejornais com a revogação dessa legislação nos anos 1980, já abalados com a ascensão da televisão desde meados dos anos 1960. O sucesso e a derrocada dos cinejornais estão ligados à regulamentação do que ficou conhecido como “complemento nacional”²³⁴.

A produção de cinejornais contou com realizações estatais nos níveis federal, estaduais e municipais, além de inúmeras realizações privadas, como as já citadas, desde as mais conhecidas nos grandes centros nacionais até as pequenas produções locais, que atendiam interesses econômicos e políticos dos poderes regionais. Quanto à produção ligada ao Estado, a forma de fazer propaganda política buscava, em dois movimentos, aproximar o Estado da população, através dos políticos, ao mesmo tempo em que trazia a população, de forma controlada, para dentro do Estado, participando de suas realizações e de sua rotina. Políticos e povo,

234 O Art. 13º do Decreto-Lei nº 21.240, de 4 de abril de 1932, determinou que “Anualmente, tendo em vista a capacidade do mercado cinematográfico brasileiro, e a quantidade e a qualidade dos filmes de produção nacional, o Ministério da Educação e Saúde Pública fixará a proporção da metragem de filmes nacionais a serem obrigatoriamente incluídos na programação de cada mês”. BRASIL. Decreto nº 21.240, de 4 de Abril de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a “Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 7146, abr. 1932b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

encarnam, assim, representações unívocas de si mesmos: o político enquanto benfeitor e o povo enquanto colaborador.

No Estado Novo, o cinema, através dos cinejornais, passou a fazer parte da estratégia de propaganda estatal. O *Cine Jornal Brasileiro*, produzido de 1938 a 1946, foi a primeira série de cinejornais institucionais do governo brasileiro. Os primeiros números, entre 1938 e 1939, foram produzidos pela Cinédia, companhia cinematográfica fundada em 1930 por Adhemar Gonzaga. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda²³⁵ e sua Divisão de Cinema e Teatro²³⁶, em dezembro de 1939, a completa feitura dos cinejornais do governo passou a ser exercida pelo novo órgão estatal. Os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda também mantinham suas produções cinematográficas, como o DEIP de São Paulo, que produziu o *DEIP Documentário* e o *DEIP Jornal Cinematográfico* entre os anos de 1942 e 1946, e o DEIP de Salvador, que produziu o *Vida Baiana* entre 1943 e 1944.

A relevância da experiência do Estado Nacional com o cinema enquanto propaganda política está na própria relevância do Cine Jornal Brasileiro enquanto documento histórico. A análise e a divulgação desse material por pesquisadores, cineastas e interessados em geral são fundamentais, porque o acesso é restritivo, ou seja, por não estar disponível na rede mundial de computadores, exige a presença do interessado na Cinemateca Brasileira. A pesquisa e a divulgação do CJB são importantes porque seu acervo está ameaçado, na medida em que a própria Cinemateca está ameaçada. O CJB é importante porque proporcionou a captura abundante de imagens, as quais foram utilizadas também para outros fins, outros documentários, reportagens, propaganda do governo e do país no exterior, nos 1940 e nas décadas seguintes. Ademais, sua importância está ligada ao fato de que essas imagens não dizem respeito apenas à propaganda do Estado Novo, mas ao próprio Brasil dos anos 1930 e 1940, numa construção consciente de uma Nação, de um povo e de uma história. O uso da imagem foi imprescindível para a construção do

²³⁵ Sobre os órgãos de propaganda e suas ações nos anos 1930 a 1945, ver: GARCIA, 1999.; GOULART, 1990.

²³⁶ Heloísa Paulo caracteriza brevemente as cinco divisões do DIP: Divisão de Divulgação (que atuava em termos de veiculação e controle do discurso); Divisão de Radiodifusão (que comandava o maior meio de comunicação em massa do período); Divisão de Cinema e Teatro (voltada para a vigilância de duas formas de expressão “tradicionalmente” críticas); Divisão de Turismo (sem muita expressão ou função prática); Divisão de Imprensa (responsável pelo controle de informação direta disposta em jornais, revistas ou livros). PAULO, Heloísa. O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago. 1987, p. 99-113.

mito Vargas, da unidade e da identidade nacionais. Nesse sentido, o cinema foi instrumento fundamental de propaganda na medida em que perpetuou, nas imagens registradas, o Estado Novo construído para ser rememorado.

Destacamos, ainda, a frequência e a intensidade de produção dessas imagens. A média mensal de produção variou de cinco até mais de dez filmes, fato que nos remete à intensidade de captura das imagens para compor tantos cinejornais. O DIP disponibilizava de equipes e equipamentos para essas captações e edições de imagem e, como destacado por alguns pesquisadores, reaproveitava algumas imagens em mais de um cinejornal. É notável, portanto, a intensidade de produção do CJB durante todo o período do Estado Novo. A produção de imagens com conteúdos de interesse do governo foi uma prática constante, consistente e rotineira/ordinária, comprovando sua relevância no conjunto da política de propaganda do regime.

O acervo do CJB está depositado na Cinemateca Brasileira, na cidade de São Paulo. O primeiro esforço para salvar esses documentos da ação do tempo e de prejuízos diversos foi empreendido por Paulo Emílio Sales Gomes, quando, em 1956, solicitou e recebeu em depósito na Cinemateca Brasileira toda a produção da Agência Nacional até aquele ano. O segundo esforço foi realizado por um grupo de pesquisadores, coordenado por Maria Rita Galvão, também na Cinemateca Brasileira, que, a partir de 1975, trabalhou na restauração, classificação e catalogação desse acervo, resultando na primeira recuperação em larga escala desse material. Em seguida, durante as décadas de 1980 e 1990, o pesquisador José Inácio de Melo Souza empenhou-se em organizar e catalogar o *Cine Jornal Brasileiro*; seus trabalhos estão disponíveis na Biblioteca Paulo Emílio Sales Gomes da Cinemateca.

Em 1982, foi publicado pela Cinemateca o catálogo impresso do CJB, fruto do esforço de organização e divulgação do material realizado pela equipe coordenada por Maria Rita Galvão, que registrou 429 números do CJB²³⁷. José Inácio de Melo Souza, por sua vez, catalogou 612²³⁸. Pereira atribui essa diferença ao fato de haver, de ambas as partes, distintas preocupações: enquanto à Cinemateca interessa a conservação e disponibilização do material para consulta, ao historiador, caso do

²³⁷ GALVÃO, 1982.

²³⁸ PEREIRA, Marcelo. *Cinema e Estado Novo – Trabalho e Nacionalismo em Marcha*. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2002.

autor, interessa, além do material propriamente dito, tudo o que o circunda, sejam registros sonoros ou escritos, a fim de facilitar o trabalho historiográfico.

O nosso trabalho com o CJB iniciou com o reconhecimento e a familiarização com o acervo. Nossos primeiros contatos deram-se através dos catálogos já mencionados e do catálogo do sistema de consulta local da Cinemateca, a partir do qual, estimamos que a produção do aludido cinejornal foi de 603²³⁹ números entre os anos de 1938 e 1946²⁴⁰. De acordo com esse catálogo, estão *potencialmente disponíveis*, para visionamento na Cinemateca, 323 números do CJB. Usamos a expressão *potencialmente disponíveis*, pois a orientação da Cinemateca é de que a disponibilidade deve ser verificada junto ao setor de atendimento da Biblioteca Paulo Emilio Sales Gomes, uma vez que os documentos do acervo telecinado²⁴¹ (VHS e DVD) podem encontrar-se fora de circulação por algum defeito ou dano ou para manutenção, o que inviabiliza, momentaneamente, a disponibilização para consulta.

Os visionamentos devem ser agendados, com indicação do material que se pretende fazer uso. Segundo a Cinemateca, por conta da falta de recursos, as telecinagens dos números do CJB foram feitas à medida em que solicitadas por pesquisadores. Esse procedimento fez com que o material disponibilizado para consulta e que se tem acesso para visionamento não apresente a sequência cronológica dos cinejornais produzidos nem a totalidade do acervo, além de tornar o acesso restrito, de certa forma, aos números do CJB que obedeciam aos critérios da demanda daqueles pesquisadores²⁴².

Como já mencionado, os cinejornais apresentam características gerais ao gênero, como seriação, duração, apresentação de créditos e títulos. O CJB foi produzido em 5 volumes, contendo cada um entre 39 e 200 filmes, conforme pode ser visto no Apêndice A. Exibia, na abertura, o nome da distribuidora juntamente com a palavra *apresenta*; no quadro seguinte, o letreiro era *Cine Jornal Brasileiro Vol. –*

²³⁹ O Apêndice A mostra os resultados das nossas buscas, apresentando as quantidades produzidas do CJB entre os anos de 1938 e 1946 divididas por ano e volume, as quantidades potencialmente disponíveis para visionamento por volume e as quantidades de cinejornais visionadas por ano e volume.

²⁴⁰ Souza informa que o CJB foi produzido entre outubro de 1938 e setembro de 1946. SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003b.

²⁴¹ O termo refere-se à conversão de filmes de película para suporte em VHS.

²⁴² Quando iniciamos nossa pesquisa no acervo do CJB, em 2016, a Cinemateca já passava por problemas graves de falta de pessoal técnico e não estava mais realizando a telecinagem de materiais por demanda de pesquisadores.

Nº; no próximo, *Editado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda Brasil*; e, por fim, o letreiro do título da reportagem com a marca *Cine Jornal Brasileiro* na parte superior e *DIP* no canto inferior direito. Algumas vezes, a ficha da censura foi apresentada no início do cinejornal, antes de qualquer outra imagem. O tempo de duração de um número do CJB variava de sete a dez minutos e as reportagens eram precedidas por seus respectivos títulos. Para encerrar, apresentava o letreiro *FIM*.

Essas são características gerais, mas algumas mudanças ao longo dos anos podem ser destacadas pela sua significância simbólica. Como exemplo, citamos os números 175 e 181 do CJB, ambos do volume 1, de 1940 – embora não seja possível precisar, deduzimos que o número 181 do CJB foi um dos últimos produzidos no ano de 1940. Analisando-os, observamos que, no filme 181, o nome do DIP, na abertura, vem acompanhado de “Brasil” e não mais “Rio de Janeiro”, assim como no número 175, o que indica a necessidade de identificar os órgãos do governo federal como nacionais e que, embora concentrados na capital federal, compreendiam todo o país. Talvez essa alteração não fosse tão significativa se não viesse acompanhada da mudança na imagem de fundo da abertura, a qual, no CJB 175, apresentou a tela dividida em quatro partes, cada parte com imagens das cidades, das ruas movimentadas com pessoas, das construções majestosas e dos prédios imponentes, representando a modernidade das cidades brasileiras. No CJB 181, essa imagem de fundo passou a ser a bandeira do Brasil, preenchida de imagens, inicialmente, de militares em desfiles e, na sequência, do meio rural, com trabalhadores em colheitas e tratores em movimento.

A importância da aparição da bandeira do Brasil na abertura do CJB pode ser encontrada em outros estudos sobre o documento. O pesquisador José Inácio de Melo Souza encerra a descrição do material e seus temas com a seguinte anotação:

Por fim, apareceu uma representação do Brasil muito semelhante à bandeira nacional que abria o cinejornal. Sobre cada gomo do losango era exposta uma atividade em marcha no país, com sucessivas aparições de navios de guerra em construção nos estaleiros, colheitas agrícolas abundantes, escolares em marcha, a aviação, formando um caleidoscópio da pujança do Brasil na Era Vargas²⁴³.

²⁴³ SOUZA, 2003a, p. 50.

Já Lisa Shaw²⁴⁴ afirma que os aspectos formais do CJB, como as imagens e formas da sua abertura, reforçam seus dois temas centrais: patriotismo/militarismo e modernização econômica. A autora descreve a abertura do CJB como segue:

The opening titles were set against a split screen that contained five different images. The Brazilian flag was displayed in the center of the screen, and the remaining images that surrounded it were of various military scenes, such as soldiers marching and on horseback and a close-up of a warship. These then gave way to agricultural scenes, but with the workers using modern equipment and machinery. When the title 'Cine Jornal Brasileiro' appeared on screen, a large plough in action formed the backdrop²⁴⁵.

Para a pesquisadora, o fato de a imagem da bandeira estar na abertura do CJB reforça o episódio da queima das bandeiras estaduais, ocorrido meses após a instauração do Estado Novo²⁴⁶.

Ainda, no CJB número 46, volume 4, de 1945, observamos que a abertura mudou com relação ao cinejornal anterior, onde apareciam os losangos da bandeira nacional, como no número 181, volume 1, de 1940. No CJB 46, de 1945, a abertura apresentou uma estrela no centro da tela, onde apareciam imagens do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, desfiles militares, festas cívicas com hasteamento da bandeira nacional e encerra com a bandeira nacional flamulando; ao fundo, atrás da estrela, a imagem do céu azul. Esse cinejornal trouxe também uma reportagem noticiando a confecção de uma Bandeira Nacional pela colônia portuguesa em homenagem à Força Expedicionária Brasileira.

Essas observações demonstram o valor simbólico que a bandeira nacional adquiriu para o regime estadonovista. No CJB número 133, volume 1, de 1940, cujo tema foi a Marcha para Oeste – “O Presidente Getúlio Vargas chega a Goiânia, iniciando uma excursão pelas regiões em que o Brasil guarda, ainda, sua selva primitiva” –, a câmera do DIP focou a faixa “Salve a bandeira única”, situada no palanque do Presidente Vargas, enquanto uma “demonstração de cultura física” era apresentada pelas meninas do Liceu de Goiás. Os exercícios físicos realizados em grupo pelos estudantes – a coreografia da disciplina – eram uma demonstração de

²⁴⁴ SHAW, Lisa. Vargas on Film: From the Newsreel to the chanchada. In: HENTSCHKE, Jens R. *Vargas and Brazil: New Perspectives*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

²⁴⁵ Ibidem, p. 212.

²⁴⁶ Para Shaw, “It was no coincidence that the CJB opened with an image of the Brazilian flag, all regional standards having been burned in a public display of national unity in accordance with Article 2 of the New State’s constitution”. Ibidem, p. 224.

disciplina e adestramento para a realização da cidadania nos jovens, desejada pelo Estado Nacional.

Quando nos voltamos aos estudos realizados sobre e a partir do CJB, é útil observar a escassez de trabalhos que o utilizam como fonte de pesquisa. A partir da literatura disponível, podemos observar que os estudos pioneiros tinham como objetivo conhecer o material, catalogá-lo, familiarizar-se com os temas e listá-los. Os estudos posteriores procuraram desvelar não só a forma, como também o conteúdo dos cinejornais produzidos pelo Estado, tendo objetos e temas específicos. Assim, investiram em interrogar as imagens com o fito de entender *como* o regime do Estado Novo abordou temas por ele mesmo estrategicamente escolhidos.

O pioneiro indispensável quando se trata de cinejornal, especialmente do *Cine Jornal Brasileiro*, é José Inácio de Melo Souza. Sua dissertação de mestrado, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo em 1990, sob orientação de Maria Rita Galvão, foi publicada em 2003 com o título *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*²⁴⁷, mesmo ano em que publicou o artigo “Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência”²⁴⁸, no qual relata sua experiência de pesquisa com o CJB. Souza, nesse artigo, tem por objetivo identificar os signos criados durante o período do Estado Novo, buscando outros elementos que o expliquem para além dos temas da “manipulação das massas e da construção de uma mitologia varguista”²⁴⁹. Para tanto, o autor empreende uma observação detalhada no DIP, em particular, “o orquestrador ímpar de uma política de manipulação e coerção”²⁵⁰. A escolha do Estado Novo, explica o autor, deve-se ao fato de que esse apresenta um cruzamento entre os temas da propaganda política, do controle social e do Estado autoritário, que era dotado de um aparelho específico organizado para atuar nos dois primeiros temas.

O autor utiliza o CJB como fonte de pesquisa, realizando um amplo mapeamento do seu acervo na Cinemateca e quantificando seus temas. Além do CJB, o autor também utiliza a revista *Cultura Política* e os artigos escritos pelos redatores do DEIP/SP e da Agência Nacional naquele estado, ambos a partir das

²⁴⁷ SOUZA, 2003b.

²⁴⁸ Idem, 2003a.

²⁴⁹ Idem, 2003b, p. 14.

²⁵⁰ Ibidem, p. 12.

análises de Silvana Goulart e Haruf Espíndola²⁵¹. Como resultados da sua pesquisa, o autor apresenta os temas mais frequentes nas fontes, que refletem os “vários temas propagandísticos postos em difusão pelas agências estatais”²⁵². Pela ordem de frequência, os primeiros temas destacados pelo autor são as Forças Armadas e Getúlio Vargas. Eles dizem respeito à divisão, dentro do Estado, entre o poder civil e o militar, o que representa uma contradição com o mito político da unidade que “encontra a sua expressão maior na construção pelo cinema do imaginário político estadonovista”²⁵³. Seguem esses primeiros temas, em segundo lugar, o ritualismo, ou seja, “aniversários de pessoas vivas ou mortas, instituições ou cidades, batalhas, centenários, dias civis ou militares ‘santos de guarda’, os 27 de Novembro, as Semanas da Pátria”²⁵⁴. Em terceiro, Souza agrupa artes e economia, sendo ambos temas insignificantes no CJB. Contudo, o autor destaca que, ainda que insignificante, o tema da indústria serviu para marcar a presença do Estado, equiparando-se com a das fábricas privadas no cinejornal. Por fim, aparece o tema trabalho, cuja veiculação também foi pequena, com referências pouco incisivas às benesses concedidas pelo Estado.

No artigo “Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência”, Souza tem o Cine Jornal Brasileiro como objeto de estudo. O estudo foi realizado em três etapas²⁵⁵. A primeira delas diz respeito ao recorte temporal: o autor deteve a análise do *Cine Jornal Brasileiro* ao período de vigência do Estado Novo, ou seja, do início de sua produção, em 1938, até 1945. A segunda etapa foi de indexação de todos os assuntos veiculados pelo cinejornal, sem restrição temática. A terceira etapa foi de quantificação de cada assunto indexado. Ao classificar pela frequência de aparição,

²⁵¹ GOULART, 1990.; ESPÍNDOLA, Haruf. *O centauro maquiavélico: ideologia da revista Cultura Política (1941/1945)*. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

²⁵² SOUZA, 2003b, p. 14.

²⁵³ Ibidem, p. 211.

²⁵⁴ Ibidem, p. 212.

²⁵⁵ Souza revela ter seguido metodologia semelhante à utilizada por Bernard Gasser, cujo estudo *Ciné Journal Suisse: aperçu historique - 1923-1945*, de 1979, foi realizado em três etapas, sendo a última subdividida em duas. A primeira etapa foi do recorte temporal na documentação, onde o pesquisador escolheu o ano de 1945 para estudo. Nesse ano, Gasser encontrou, no *Ciné Journal Suisse*, 104 assuntos e agrupou-os em 9 temas. Numa segunda etapa, o autor verificou quanto cada tema significava com relação a metragem total do ano numa tentativa de quantificar a importância de cada assunto em relação ao todo. Nessa etapa, verificou também o número de cinejornais com assunto único e a metragem média desses assuntos. Na terceira etapa, estabeleceu uma escala de grandeza entre os temas, com base no tempo de aparição, e analisou cada um deles, com base, sobretudo, nos textos de locução. Ainda na terceira etapa, Gasser verificou a existência de 20 números especiais com assunto único e, desses, escolheu 6 para fazer um estudo detalhado, com análises qualitativas e quantitativas. Idem, 2003a.

o estudo permitiu ao autor afirmar que havia, pelas imagens do CJB, um núcleo bicéfalo de poder, representado, em primeiro lugar, como era de se esperar, por Getúlio Vargas e, em segundo lugar, para surpresa do autor, pelas Forças Armadas.

Em contraponto a essas superfiguras, onipresentes nas imagens do CJB, estavam as classes sociais, com uma apagada participação tanto das burguesias agrária e industrial quanto do trabalhador urbano, embora este último, juntamente com os carentes de benefícios sociais, ganharam um pequeno destaque no CJB. Ademais, pareceu ao autor predominante nas imagens do CJB os chamados inimigos da pátria, categoria que colocava lado a lado comunistas e nazistas. Por fim, o autor destaca a imagem de abertura do CJB com a sua alusão à bandeira do Brasil, onde cada losango é preenchido com imagens da pujança do país, com colheitas, navios de guerra, estudantes em marcha, todos os elementos do sucesso do Estado Novo estão ali colocados. O autor também destaca que trabalhar com cinejornais constitui um grande desafio ainda carente de metodologias próprias, o que é agravado pelas más condições de preservação, tratamento e conservação desses acervos.²⁵⁶

Marcelo Pereira defendeu dissertação em 2002 no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Ítalo Tronca. Sob o título *Cinema e Estado Novo: trabalho e nacionalismo em marcha*²⁵⁷, Pereira utiliza o CJB como fonte de pesquisa. O interesse do autor é examinar como a produção de imagens de propaganda estadonovista poderia ser instrumento ativo de poder. Para tanto, escolheu os temas *trabalho* e *Marcha para o Oeste* – a partir da relevância política que esses temas teriam para o novo projeto estadonovista –, argumentando que, na construção da nova concepção de trabalho, a indiferenciação de classes (já que todos eram soldados do e pelo Brasil) forjou a ideia de união e paz, docilizando o cidadão, ao mesmo tempo que a busca do verdadeiro sentido da nacionalidade, na fusão do moderno litoral com o autêntico sertão brasileiros, forjou a ideia de um território único e indivisível. O autor conclui que as imagens produzidas pelo DIP anunciam o projeto autoritário do Estado Novo, mesmo pretendendo ocultá-lo, pois, ao ocultar a luta de classes, reforça as contradições; ao apresentar um Brasil homogêneo, ressalta suas diferenças.

²⁵⁶ SOUZA, 2003a.

²⁵⁷ PEREIRA, 2002.

Em 2004, Cássio Tomaim defendeu a dissertação *Janela da Alma: Cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário*²⁵⁸ no Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com orientação da Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara. Tomaim partiu do CJB para responder a seguinte questão: “Como as imagens sequenciais, tidas como signos mitificadores, colaboraram para forjar (montagem) no imaginário social do brasileiro dos anos 30 e 40 uma única imagem, o Estado Novo?”²⁵⁹. O autor defendeu que o governo conseguiu oferecer à multidão – aqui com o significado definido de ser una – uma imagem una: o Estado Novo. O regime teria feito, assim, uso de um arcabouço conceitual do totalitarismo, onde “Unidade”, “Ordem”, “Novo”, “Nação” foram palavras que construíram imagens, servindo como dispositivos legitimadores de uma “política de consenso”. Através das festas cívicas (aí incluídas as de Primeiro de Maio), da industrialização aliada ao trabalho/trabalhador, da busca da superação do atraso do campo e do esforço de guerra, o estudo buscou significações que foram reconhecidas, elas também, como totalidades e entregaram ao brasileiro a imagem construída do Estado Novo. Segundo Tomaim, o objetivo da propaganda do governo era tornar o Estado Novo algo cotidiano na vida dos trabalhadores urbanos. O cinema foi entendido pelo autor como um instrumento fundamental para legitimação de um projeto autoritário e, assim, o estudo do CJB oportunizou a busca pelas “construções sýgnicas” nas imagens ali veiculadas, que deveriam ser “desconstruídas” com o fito de desmistificar o objeto. No entender do autor, essa seria a postura a ser encarnada pelo pesquisador que pretende encarar a relação cinema e história.

Também em 2004, Ana Carolina Nery dos Santos defendeu dissertação de mestrado sob o título *A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine Jornal Brasileiro*²⁶⁰ no Departamento de História do IFCH da Unicamp, com orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall. Como o próprio título indica, o objetivo de Santos foi analisar as imagens contidas no Cine Jornal Brasileiro de quatro comemorações cívicas do calendário oficial do

²⁵⁸ TOMAIM, Cássio dos Santos. *Janela da Alma - Cinejornal e Estado Novo; fragmentos de um discurso totalitário*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2004.

²⁵⁹ Ibidem, p. 15.

²⁶⁰ SANTOS, Ana Carolina Nery dos. *A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro*. Dissertação (Mestrado), IFCH, Unicamp, Campinas, 2004.

Estado Novo. Assim, a autora explorou as imagens das festas do aniversário de Vargas, do Dia do Trabalho, do Dia da Independência e do Aniversário do Estado Novo²⁶¹. Compreendendo essas festas como fontes significativas para entendimento da imagem que o DIP desejava construir do país, a autora destacou que elas se reforçavam mutuamente e contribuíram para a formação do mito do Estado Novo, do Trabalho e do Presidente.

As comemorações, afirma Santos, foram ocasiões chave para a comunicação entre o Presidente e a massa. Para as festas do 1º de maio, evento de maior destaque entre os oficiais, o Estado Novo criou tradições próprias. Sendo o momento de o Governo presentear os trabalhadores com anúncio de algum novo benefício, também chamava a população ao dever do trabalho e à colaboração com o regime. Na ocasião do aniversário de Vargas, a oportunidade era de agradecimento da população ao benfeitor maior da nação. O Dia da Independência era o momento de consolidar as origens nacionais e traçar os rumos futuros. Por fim, no aniversário do Estado Novo era a chance de apresentar as realizações do regime, o que era feito através de inúmeras inaugurações. A autora destacou dois pontos altos comuns a essas grandes comemorações, quais sejam, a chegada de Vargas aos locais dos eventos e o pronunciamento de seu discurso, com exceção às festas relativas ao seu aniversário, marcadas por sua ausência como forma de reforçar a ideia de onipresença.

A pesquisadora em estudos brasileiros da Universidade de Liverpool, no Reino Unido, Lisa Shaw, tem um estudo interessante no qual relaciona os cinejornais produzidos pelo Estado (*Cine Jornal Brasileiro* e *Cine Jornal Informativo*) com a chanchada nos anos 1930 e 1940. Considerando a lei da obrigatoriedade do complemento nacional, a partir da qual, então, a exibição dos cinejornais passou a anteceder a dos filmes de longa-metragem, nacionais e estrangeiros, Shaw analisa o cinejornal e a chanchada no contexto de uma experiência de visualização compartilhada. A autora argumenta que a justaposição proporcionada por essa visualização compartilhada minou a propaganda de autopromoção do governo nos

²⁶¹ A partir da sua pesquisa no acervo da Cinemateca, Santos encontrou imagens das festas de 19 de abril, data do aniversário de Vargas, nos cinejornais dos anos de 1940 e 1941; de 1º de maio, Dia do Trabalho, nos anos de 1940 a 1945; de 7 de setembro, Dia da Independência, nos anos de 1943 a 1945; e de 10 de novembro, Aniversário do Estado Novo, nos anos de 1940 e 1942. Segundo a autora, o uso do material desses anos específicos não foi uma escolha deliberada, mas uma contingência da pesquisa, pois não foram encontrados no acervo os registros dessas festas nos cinejornais dos demais anos. SANTOS, 2004.

cinejornais, ao mesmo tempo em que influenciou as mensagens contraculturais e o tom de zombaria da chanchada. Para a pesquisadora, o cinejornal contagiou a chanchada e vice-versa e, para exemplificar seu argumento, refere um episódio em que Henrique Pongetti foi chamado para filmar um almoço oferecido para Vargas e oficiais das Forças Armadas, no qual o diretor foi solicitado a gravar várias sequências da mesma tomada para cortar a cena em que o Presidente Getúlio Vargas poderia ser visto mastigando um palito de dentes. As comemorações nacionais, como a Semana da Pátria, e a modernidade, através de obras públicas, construção de represas, hospitais, rodovias, foram destacados por Shaw como uns dos principais temas do CJB, mas chamou a atenção da autora o tema da aviação, pelo grande número de reportagens sobre as comemorações da Semana da Asa.²⁶²

A partir da exposição dos estudos acima, percebemos a escassez de pesquisas sobre o CJB e a falta de uma metodologia consensual e estabelecida na interseção entre cinema e história. Ao utilizar o CJB como fonte de estudos, os pesquisadores empregaram estratégias de investigação diversas, seguindo os seus próprios questionamentos temáticos, selecionando, na maioria das vezes, as fontes que seriam visionadas através dos títulos das reportagens. Partimos, inicialmente, dessa mesma estratégia, escolhendo os cinejornais também pelos títulos das reportagens que neles constavam, de acordo com o nosso tema. Contudo, logo compreendemos que, para contemplar nosso objeto, que abrange um vasto escopo de análise do modo de fazer da propaganda política, no que diz respeito ao progresso e às transformações econômicas e sociais ocorridas durante o Estado Novo, deveríamos ampliar nosso olhar e analisar as edições como um todo, os conteúdos que antecederiam e sucediam aquelas reportagens inicialmente selecionadas, colocando-as em perspectiva com o conjunto apresentado pelo cinejornal.

Outra preocupação, nessa etapa da pesquisa, foi abarcar todo o período de produção do CJB²⁶³, de forma equivalente e proporcional à realização de cada ano, sempre que possível. O acervo telecinado pela Cinemateca e disponível para visionamento é àquele solicitado por pesquisadores ao longo dos anos, o que resultou em coletâneas de cinejornais sem uma sequência lógica e/ou cronológica, além de muitos filmes repetidos, o que exigiu um esforço extra na montagem de nossa

²⁶² SHAW, 2006.

²⁶³ O CJB foi produzido de 1938 a 1946. Nossa amostra não incluiu 1938, por indisponibilidade de material, e 1946, por estar fora do nosso período de estudo.

cronologia. Somente a partir desta, seria possível perceber a intencionalidade propagandística daquele material.

Para a realização desse estudo, foram visionados 91 números do CJB, tendo sido mapeado e explorado tanto o acervo em VHS quanto em DVD²⁶⁴. Observamos que os conteúdos abrangidos pelos filmes visionados compreendem os grandes temas do Estado Novo, os quais encontramos nos numerosos estudos sobre o período. Ao mesmo tempo, as formas de abordagens dos temas e os recursos imagéticos, dos quais a propaganda estatal lançou mão, mostraram-se recorrentes. Portanto, os procedimentos de pesquisa adotados, os quais observaram o método científico, a partir da crítica interna e externa das fontes documentais e, sobretudo, da análise quantitativa e qualitativa do conteúdo presente nessa massa documental, autoriza-nos a afirmar que o quantitativo de filmes visionados mostrou-se adequado, em termos qualitativos, para os fins da pesquisa aqui apresentada, uma vez que nos permitiu analisar os conteúdos de forma específica e, ao mesmo tempo, elaborar hipóteses gerais.

Todos os cinejornais visualizados foram fichados, com informações sobre conteúdo, forma, características e sequência de reportagens. A partir dos fichamentos, pudemos agrupar as reportagens, considerando o conjunto que continha cada cinejornal, segundo os temas que seriam pertinentes para nossa análise, tais como siderurgia nacional, energia elétrica, petróleo, Marcha para o Oeste, infraestrutura e obras públicas, empreendimentos militares, agricultura, indústria nacional, presença de Vargas e relação do governo e do Chefe com as massas. Nesse movimento, foi possível ver a evolução dos temas ao longo dos anos, contextualizá-los em relação aos acontecimentos e à bibliografia e cotejá-los com outros documentos do período.

Dos cinejornais visionados, dez não continham a abertura, impossibilitando identificar volume, número e, portanto, ano. Nesses casos, recorreremos ao catálogo do CJB²⁶⁵, que relaciona noventa e cinco cinejornais nessa situação, os quais foram agrupados sob o título *Sem número e sem datas*, renumerados e acrescidos da letra X. A partir dessas informações e comparando os conteúdos e os títulos das reportagens, identificamos nove dos dez, adotando a classificação contida em Galvão. Quanto ao CJB visionado que não foi localizado no catálogo impresso, por

²⁶⁴ O Apêndice C apresenta as descrições dos cinejornais visionados.

²⁶⁵ GALVÃO, 1982.

se tratar de cinejornal de reportagem única cujo título é “O décimo aniversário do Governo Getúlio Vargas”, festividade que, sabemos, ocorreu no ano de 1940, arbitrou-se esse ano para sua produção, pertencendo, portanto, ao volume 1.

Embora a classificação de Galvão nos ajude no sentido de atribuir um “nome” ao cinejornal visionado, em princípio, não identificado, a fim de viabilizar as referências ao material, essa classificação não possibilita posicioná-lo no conjunto dos cinejornais. Entendemos, pois, que colocar cada edição do cinejornal em perspectiva com o total da produção nos ajuda a capturar as continuidades e descontinuidades das estratégias de propaganda do Estado. Assim, utilizamos as informações fornecidas pelos próprios filmes para identificar o ano de produção. Por exemplo, cinejornais editados pelo DNP não devem ser posteriores a 1939, pois o órgão foi substituído pelo DIP em dezembro daquele ano. Também a pertinência dos assuntos foi critério para atribuir o ano de produção e edição, como no caso do cinejornal do décimo aniversário do regime acima citado. Por fim, destacamos que não é possível saber as datas exatas de produção e exibição de cada número do *Cine Jornal Brasileiro*²⁶⁶, mas constatamos que havia um espaço de tempo entre a captura das imagens e o lançamento do cinejornal, algo em torno de dois a quatro meses.

Destacamos, ainda, outras características do material consultado, como a falta da banda sonora e cópias danificadas ou incompletas. Quanto à primeira delas, a ausência de banda sonora, 17 dos 91 cinejornais visionados estão nessa situação. Na medida em que entendemos que o filme é composto por imagens e sons, resultado dos trabalhos de captura de imagens, montagem dos quadros e colagem das bandas sonoras, que incluem locução, narração e trilha sonora, percebemos o prejuízo para a análise em não dispor do som, uma vez que todos os elementos do filme são passíveis de análise²⁶⁷.

²⁶⁶ Não problematizaremos a questão da exibição, contudo, a título de contextualização, gostaríamos de trazer as informações reveladas por Souza: “O atraso na exibição dos cine-jornais fora do Rio de Janeiro chegava a um mês nos primeiros anos, porém esta defasagem foi aumentando conforme o sistema de distribuição foi sendo alterado em favor de uma ou outra distribuidora. Por volta de 1942-1944, esta defasagem estava por volta de seis meses nas cidades de Salvador e Porto Alegre, sendo que nesta última cidade, o volume de cine-jornais decresceu continuamente. Em 1945, fora do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, as três praças principais para o CJB, somente os filmes contendo matérias da FEB na Europa tinham exibição garantida”. SOUZA, 1990 apud SANTOS, 2004, p. 48-49.

²⁶⁷ Jacques Wainberg, em “A voz de Deus: um estudo da narração de cinejornais em tempos de guerra – a persuasão audiovisual de um povo”, de 1992, atribuiu, inclusive, protagonismo à narração. Para o autor, a “narração constrói uma realidade, provendo o público com sentimentos, visões e apelos, enquanto dá a impressão de simplesmente descrever os eventos”. WAINBERG, Jacques. A

O pesquisador Rodrigo Archangelo²⁶⁸ destacou que a banda de som, em muitos casos, era descartada para economia de espaço nos depósitos, considerando que as próprias empresas cuidavam dos seus acervos. Também, era comum a reutilização da mesma imagem em mais de um cinejornal. Encontramos no CJB imagens que se repetiram em mais de uma edição, como as de desfiles estudantis e de multidões nas ruas, o que pode indicar que as matrizes eram recortadas e remontadas para reuso. Archangelo relata que essas práticas eram comuns, empregadas por produtores e empresas do ramo para a economia de negativos e de mão de obra, e que, somadas ao descaso e ao despreparo na lida com o material, causaram prejuízos em muitos acervos.

Nesse sentido, tanto Maria Rita Galvão, no início dos anos 1980, quanto José Inácio de Melo Souza, nos 1990, chamaram atenção para as condições de preservação do CJB. Os pesquisadores lembraram a história do acervo, que ficara na Cinemateca por anos sem catalogação ou cópias de segurança, e alertaram para a importância da sua adequada conservação. Com essas observações, apresentamos um panorama do acervo do CJB e das condições concretas de pesquisa nesse material, pois entendemos que esse quadro nos permite vislumbrar as possibilidades a partir desses documentos e os limites que impõem à pesquisa. Entretanto, destacamos, a fragmentação característica do CJB, encontrada nos filmes e na forma de disponibilização do acervo, não anula a sua importância enquanto olhar singular ao Estado Novo.

Dos temas relativos à atividade econômica do país, infraestrutura e obras públicas são, de longe, os mais abordados pelo CJB. Quase todos os cinejornais visionados apresentam, ao menos, uma reportagem sobre esses temas e alguns são inteiramente dedicados a eles. O fato é compreensível quando se pensa no Brasil nos anos do Estado Novo: um país em expansão no que diz respeito à ocupação do território, à exploração de recursos naturais, à ampliação da atividade econômica, ao crescimento da população e da urbanização. A locução do filme destacou que:

A cidade moderna deve atender às circunstâncias da vida e atividades de seus habitantes; deve ser também uma construção do presente para as realizações do futuro. Evolui como todo organismo vivo, mas

voz de Deus: um estudo da narração de cinejornais em tempos de guerra – a persuasão audiovisual de um povo. In: *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 144-166, 1992.

²⁶⁸ ARCHANGELO, 2015.

a evolução é feita dentro de linhas estruturais, qualquer transigência desse princípio compromete a harmonia e a finalidade do conjunto²⁶⁹.

O trecho acima é da locução do cinejornal especial sobre a visita do Presidente Vargas a Belo Horizonte em 1940. Refere-se às obras que estavam sendo executadas e inauguradas na cidade, as quais “atestam o progresso desse Estado”. Evoca, sobretudo, a previdência do Estado clarividente, cujas obras são voltadas às “realizações do futuro”, que dita o ritmo da marcha da modernidade, circunscrevendo, em última instância, a manifesta transformação da sociedade. A presença de Vargas é a presença do Estado Nacional (com seu empenho no desenvolvimento dentro da ordem) e essas presenças fazem parte dos elementos fundadores da propaganda industrializante apontadas neste trabalho. A referência das cidades como organismos vivos, onde as obras são realizadas seguindo uma ordem natural para o progresso, tem ligação com o positivismo e com a ideia corporativista de que o interesse nacional coincidia com o bem comum, numa organização orgânica da sociedade e da economia.

As reportagens do CJB que destacamos sob os temas de infraestrutura e obras públicas apresentam duas abordagens. Uma delas diz respeito à espetacularização do governo, onde as inaugurações, as apresentações de projetos e eventos em comemoração ao início de obras, as pedras fundamentais, são transformados em festas com a presença do Presidente Vargas ou seus representantes e outras autoridades. O espetáculo acontece como um teatro em meio a populares ou pela apresentação de imagens monumentais, em tomadas de câmera aéreas, destacando a distinção do feito, ou uma combinação dessas duas formas cuidadosamente preparada pela montagem do cinejornal. A outra abordagem vincula a execução das obras de infraestrutura com o aquecimento da economia, especialmente a local. Nessas reportagens, os homens do Estado, inclusive Vargas, são menos importantes nas imagens. A tela mostra a obra, em geral, ligada à vida cotidiana das cidades, como as avenidas, as rodovias, as pontes e os hospitais, com destaque para sua funcionalidade.

Essas abordagens são parâmetros para analisar o CJB enquanto instrumento de propaganda do governo e, a partir daí, identificar como as questões que diziam respeito à infraestrutura das cidades foram apresentadas e quais suas

²⁶⁹ CJB X-62, conforme Galvão, 1982.

dimensões frente ao quadro econômico geral exposto pelo cinejornal. Assim, a forma como o CJB conduz as reportagens com notícias sobre as obras de avenidas, rodovias, pontes, ferrovias, edifícios, hospitais, hidroelétricas, estádios de futebol, abrigos para menores, vilas operárias e tantas outras também é utilizada para subsidiar nosso panorama das diretrizes econômicas do governo do Estado Novo na propaganda política.

O CJB número 55, volume 1, de 1939, tem quatro reportagens, mas boa parte dele é dedicado a mostrar a visita do Presidente a São Paulo. Vargas é recebido por Ademar de Barros e, enquanto as imagens mostram o presidente num carro acenando para civis nas ruas da cidade, a locução relata que sua chegada ao Palácio dos Campos Elísios entre "manifestações de carinho da população" e que o "povo de São Paulo espera o Chefe da Nação para prestar-lhe homenagem". O espetáculo da passagem do Presidente da República por São Paulo incluiu, ainda, visita às obras do sanatório para tuberculosos, construído pelo Governo Federal, e às obras de um hospital para crianças tuberculosas; assentamento da primeira estaca da nova ponte das Bandeiras, considerada pelo Presidente o ponto de partida para a conquista das terras do oeste, registrando o início do "extraordinário" empreendimento que é a retificação do curso do rio Tietê; e, por fim, visita às "modernas" instalações do novo edifício da Caixa Econômica Federal de São Paulo²⁷⁰. Na Imagem 3 e na Imagem 4, respectivamente, reproduzimos os enquadramentos da câmera do DIP em dois momentos da reportagem, a recepção de Vargas por Barros e o Presidente no lançamento da pedra fundamental do hospital para tuberculosos.

²⁷⁰ CJB, n. 55, v. 1, 1939.

Imagem 3 – O Presidente Getúlio Vargas em visita a São Paulo.



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 55, v. 1, 1939. Imagem disponível em Galvão.²⁷¹

Imagem 4 – O lançamento da pedra fundamental do Hospital para Tuberculosos



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 55, v. 1, 1939. Imagem disponível em Galvão.²⁷²

Na esteira da espetacularização, o CJB traz diversas reportagens sobre inaugurações de obras públicas. O número 41, volume 1, de 1939, apresenta, na primeira reportagem de cinco, a imagem do Presidente Vargas colocando uma pá de cimento no lançamento da pedra fundamental do futuro Edifício da Alfândega no Distrito Federal, ao mesmo tempo em que a locução enuncia que a obra faria parte do "grande programa de reformas por que vem passando os vários setores do

²⁷¹ GALVÃO, 1982.

²⁷² Ibidem.

Ministério da Fazenda"²⁷³. Outros dois cinejornais, cujas cópias visualizadas estavam sem a banda sonora, apresentam reportagens de destaque nessa temática. O CJB número 186, volume 1, de 1941, exhibe a reportagem intitulada “Novos edifícios públicos”, na qual Getúlio Vargas inaugura as “modernas instalações” da Imprensa Nacional²⁷⁴. No CJB número 11, volume 3, de 1943, há duas reportagens com notícias de obras públicas na cidade do Rio de Janeiro, com a presença do Presidente Getúlio Vargas. Em uma delas, Vargas visita o novo edifício do Ministério da Fazenda; em outra, inaugura diversos melhoramentos na cidade. Ainda, o lançamento da pedra fundamental do Hospital de Clínicas em Porto Alegre é apresentado, na última reportagem, como parte da campanha sanitária do governo²⁷⁵.

As inaugurações de avenidas nas cidades de Salvador²⁷⁶, Porto Alegre²⁷⁷, Belo Horizonte²⁷⁸ e Rio de Janeiro²⁷⁹, sempre com a presença do Presidente Getúlio Vargas, destacam a utilidade dessas obras rodoviárias para a “solução dos mais sérios problemas do tráfego urbano”²⁸⁰. A ligação dessas obras com a atividade econômica local foi explicitada no cinejornal especial sobre Porto Alegre, conforme o trecho:

(...) é preciso salientar também o que significa, para a vida econômica da metrópole, a inclusão no volume de riquezas circunstantes das dezenas de contos de réis pagos aos milhares de operários que trabalham nessas obras. Esse dinheiro, que não se teria incorporado ao meio circulante da cidade na ausência dos grandes empreendimentos municipais, significa uma ventilação do pequeno comércio, muito principalmente; é uma tonificação que começa pelas raízes²⁸¹.

²⁷³ CJB, n. 41, v. 1, 1939.

²⁷⁴ CJB, n. 186, v. 1, 1941.

²⁷⁵ CJB, n. 11, v. 3, 1943.

²⁷⁶ “Remodelação da velha capital baiana” foi como o CJB, n. 16, v. 1, de 1939, chamou a notícia da nova avenida na capital Salvador.

²⁷⁷ O CJB, n. 175, v. 1, de 1940, foi um número especial do Cine Jornal Brasileiro intitulado “Porto Alegre se renova. Durante sua permanência na Capital gaúcha, o Chefe da Nação inaugura as novas avenidas ali construídas”.

²⁷⁸ Apresentado como um número especial, o CJB X-62 teve como título “O Chefe do Governo em Belo Horizonte: durante sua permanência na capital do Estado de Minas, o Presidente Getúlio Vargas inaugura a Avenida do Contorno e visita várias obras administrativas”.

²⁷⁹ Na cidade do Rio de Janeiro, o Presidente Vargas inaugurou a Avenida Tijuca, “a grande artéria municipal” (conforme CJB, n. 186, v. 1, de 1941), e compareceu às obras da rodovia norte-sul (conforme CJB, n. 21, v. 3, de 1943).

²⁸⁰ CJB, n. 175, v. 1, 1940.

²⁸¹ CJB, n. 175, v.1, 1940.

Ao anunciar os efeitos econômicos que as obras têm no comércio local e indicar seu alcance maior na economia de Porto Alegre, o cinejornal sugere que tais consequências econômicas poderiam ser encontradas nas demais cidades, onde obras equivalentes foram realizadas pelo governo. Além disso, sugere também, num plano mais amplo, que o governo se via no papel de tonificador da economia, na esteira do estado interventor como condutor da economia nacional. As notícias sobre inaugurações de edifícios e prédios públicos propagandeavam o desenvolvimento econômico. Retomando as imagens do CJB número 94, volume 1, de 1940, a reportagem apresenta a inauguração da nova sede da Caixa Econômica em Porto Alegre pelo Presidente Vargas e a locução destaca que "o grande desenvolvimento econômico e financeiro do estado evidencia-se, desse modo, nas transações de vulto cada vez maior dos estabelecimentos de crédito que operam em Porto Alegre"²⁸². *Progresso* é a palavra-chave quando o CJB aborda as cidades e suas avenidas, *moderno* é a palavra mais usada para qualificar os prédios e edifícios públicos.

Na trilha das construções e inaugurações, além das obras de saneamento, também encontramos reportagens que destacam a construção de hospitais e sanatórios. Sob o rótulo de "assistência social", o CJB número 111, volume 1, de 1940, traz uma reportagem sobre a inauguração do Hospital Operário do Barreto, bairro proletário em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. A locução relata que o programa de amparo e assistência às classes trabalhadoras estava sendo implantado paulatinamente em todos os estados. A câmera foca um padre benzendo o prédio e, na sequência, uma placa fixada na parede "aos grandes benfeitores deste hospital Comandante Ary Parreiras e Comandante Ernani do Amaral Peixoto homenagem do povo do Barreto, 1 de maio de 1940"²⁸³. No mesmo cinejornal, há uma reportagem sobre a inauguração da estação distribuidora Capanema dos Correios, com a presença do ministro Gustavo Capanema, na qual a câmera enfoca o retrato de Vargas, evidenciando a importância que a imagem do chefe da nação havia assumido para o regime e o quanto o presidente, o grande benfeitor da nação, era onipresente.

Outro cinejornal reforça a ideia do Chefe benfeitor, onipresente e realizador. A reportagem "No bairro industrial de Cascatinha – Petrópolis: Importantes obras sociais são inauguradas pelo Chefe do Governo", do CJB número 186, volume 2, de 1943, noticia a visita de Getúlio Vargas a uma fábrica de tecidos. As imagens

²⁸² CJB, n. 94, v. 1, 1940.

²⁸³ CJB, n. 111, v. 1, 1940.

mostram uma sala de atendimento odontológico e a creche, enquanto a locução destacava que o objetivo era formar sujeitos sadios²⁸⁴. Além de construir e reforçar a imagem de Vargas e de seu governo, despertando a simpatia e conquistando o apoio do povo, a propaganda sobre obras sociais em prol dos trabalhadores passavam a mensagem de que aquelas eram as condições as quais o regime vinha agindo para alcançar e, se o expectador ainda não vivenciava aquela realidade, poderia ter esperança, porque o governo e seu Chefe estavam atentos às necessidades e aos apelos da classe trabalhadora²⁸⁵.

Notável é a forma como a propaganda política do regime operava a ligação entre a questão do desenvolvimento econômico com atendimento às necessidades dos trabalhadores. Eles precisavam ser sadios, porque eram os principais colaboradores do Governo. Em 1940, o DIP produziu o cinejornal especial "Chefe do Governo chega à Ilha do Viana para comemoração do Dia do Marítimo", no qual é registrado o discurso do Presidente Vargas:

Trabalhadores, sois elementos de colaboração eficiente na obra de reconstrução a que nos devotamos. Na paz, juntai o vosso esforço ao de todos os brasileiros para desenvolver e consolidar o progresso nacional. Na guerra, como reservas das forças militares, tereis o vosso lugar nas suas fileiras quando as circunstâncias exigirem a repulsa pela força contra qualquer atentado ao nosso patrimônio moral e material [aplausos]. (...) Tenhamos, portanto, confiança no futuro e preparemo-nos, com o ânimo varonil, para cumprir o nosso destino de construtores de uma nova civilização, sempre mais irmanados no pensamento e na ação, dispostos a correr os mesmos riscos e sofrer as mesmas vicissitudes porque é um dever e uma honra o sacrifício pela Pátria [aplausos]²⁸⁶.

O sacrifício ao qual deveriam estar dispostos todos os brasileiros estava ligado ao progresso e, como destaca o trecho acima, à segurança nacional, às excepcionais demandas da conjuntura do período, as quais exigiam ações e esforços também excepcionais. Nesse sentido, o CJB destacava a imagem da unidade nacional em torno do presidente e seu governo. Nas peças de propaganda governamental, especialmente as de caráter imagético, Getúlio Vargas e os homens do Governo performaram ao lado de populares, trabalhadores, importantes homens

²⁸⁴ CJB, n. 186, v.2, 1943.

²⁸⁵ Referindo-se ao CJB, Shaw afirmou que "The newreels cultivated the impression that Vargas could be in several places at once, and thus had a thorough knowledge and understanding of the entirety of his land and people that equipped him to take care of their needs best". SHAW, 2006, p. 212.

²⁸⁶ CJB n. 126, v. 1, de 1940.

da política local, nacional e internacional, reservas naturais, monumentais obras públicas e industriais. A propaganda buscava coadunar o Governo, a terra, o povo e o moderno²⁸⁷. A imagem de unidade entre governo e povo reforçava a construção de uma memória sobre o período que pretendia ser hegemônica, a memória oficial.

Conforme destacou Souza²⁸⁸, a concessão de benefícios e as propagandeadas melhorias sociais são uma das principais heranças do Estado Novo para o período posterior. Os serviços de alimentação popular, a rede hospitalar, o sistema educacional, as colônias de férias, as casas de caridade e de abrigo, as casas populares, os serviços oferecidos através dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho e os institutos de previdência fundaram a construção de uma extensa rede de benefícios que repercutiu nas décadas seguintes.

As imagens ligadas à “assistência social” são comuns no CJB. No número 65, volume 1, de 1939, sem a banda sonora, a Senhora Darcy Vargas aparece em visita às obras quase concluídas do abrigo para pequenos jornaleiros construído pela Fundação que levava seu nome²⁸⁹. Já o CJB número 94, volume 1, de 1940, mostra a visita do Presidente Vargas à Porto Alegre e a locução enfatiza as iniciativas governamentais, como os lançamentos das pedras fundamentais da nova sede do Instituto dos Industriários, construída com fundos recolhidos dos empregados e empregadores, da vila bancária e da casa da criança inválida, que integrava um programa de assistência à família lançado pelo Chefe da Nação, destaca a locução²⁹⁰. Ainda na mesma reportagem, as imagens mostram Vargas no lançamento da pedra fundamental da vila operária Presidente Getúlio Vargas em Porto Alegre, que teria setenta e cinco casas, uma igreja, campos de jogos, jardins e completo serviço de abastecimento de água, construída pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

²⁸⁷ Ângela de Castro Gomes, ao estudar os intelectuais e o modernismo nos anos 1920 no Brasil, observou que aqueles foram tempos de refletir sobre o comportamento político-intelectual em termos de projetar o futuro moderno e nacionalista. A autora diferencia os nacionalismos modernistas paulista, de um lado, e carioca, de outro. Enquanto os primeiros eram materialistas e naturalistas, os segundos eram modernos e tradicionalistas ou, como se denominavam, modernistas espiritualistas. GOMES, Ângela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de Festa. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.41, n. 1, pp. 80-106, 2004.

²⁸⁸ SOUZA, José Inácio de Melo. SOUZA, José Inácio de Melo. Eleições e Cinema Brasileiro: do Fósforo Eleitoral aos Santinhos Eletrônicos, In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 22, p. 155-165, jun.-ago. 1994.

²⁸⁹ CJB, n. 65, v.1, 1939.

²⁹⁰ CJB, n. 94, v.1, 1940.

Dentre as ideias políticas que estavam em desenvolvimento nos anos 1930 e 1940, Ângela Maria de Castro Gomes destaca duas relativas ao trabalho, quais sejam, “as relações que se estabelecem entre trabalho e riqueza e entre trabalho e cidadania”²⁹¹. A pobreza passou a figurar como obstáculo para o desenvolvimento da nação, cuja construção havia recém começado em fins do século XIX. As reflexões de políticos e intelectuais no período apontavam para uma maior intervenção do poder público como forma de superar as consequências danosas, em termos econômicos e culturais de natureza estrutural, da pobreza sobre a sociedade brasileira.

A memória era construída de modo que o Estado figurava como agente central, organizador da vida cotidiana e, por isso, presente em todos os lugares. Notemos que a intervenção não era, por si, novidade num país que sempre fora sensível às pressões dos interesses privados, mas essa demanda passou a incluir novas esferas de intervenção. O Estado passou a ter uma postura ativa com relação à educação, à saúde e ao mercado de trabalho, organizando a população, especialmente a urbana, poupando a sociedade dos distúrbios causados pelas greves, cada vez mais frequentes e ameaçadoras, e combatendo a pobreza, que sintetizava todos os problemas nacionais, inclusive a ignorância e a doença. A estratégia político-ideológica de combate à pobreza, iniciada com a Revolução de 1930 e que ganhou força a partir do Estado Novo, estava em “promover o homem brasileiro”, ou seja, transformá-lo em cidadão através do trabalho e responsável não apenas por sua riqueza, como também pela do conjunto da nação²⁹².

A ordem dava o ritmo do progresso, da industrialização, da racionalização do mundo do trabalho e do controle social enquanto pilares da política estadonovista. A legislação trabalhista regulava os conflitos entre empregados e empregadores e controlava as atividades dos sindicatos, que, a partir de então, deixavam de ser independentes e passavam a fazer parte da burocracia do estado. O objetivo era impedir os conflitos sociais na esfera pública²⁹³. A organização do mundo do trabalho colaborava com a meta do governo de desenvolvimento econômico e com seu tema de destaque, a modernização. Tal organização era encarada como essencial para

²⁹¹ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

alcançar o nível de progresso material das nações mais prósperas, uma vez que o governo perseguia a superação do atraso. Para tanto, também era necessário organizar o mercado consumidor interno, tema que ganhou atenção do governo através da extinção dos impostos interestaduais e padronização do sistema tributário. A unificação do país fazia parte da estratégia de poder centralizado.

A integração do mercado nacional fazia parte do desenvolvimento de um plano de industrialização e a melhoria da Central do Brasil foi considerada essencial para esse fim. Segundo Pedro Cesar Dutra Fonseca, “a integração do país pelos transportes era propalada com toques de nacionalismo: a unificação do mercado nacional representava, no nível ideológico, a integração do próprio povo, vencendo as barreiras geográficas”²⁹⁴. Nesse contexto, a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) foi apresentada como uma das grandes obras do Governo²⁹⁵. No CJB, a EFCB foi uma mostra do progresso do país. A primeira reportagem que destacamos é do CJB X-52²⁹⁶, que mostra a viagem inaugural da “possante” máquina construída na Estrada de Ferro Central do Brasil, com relato da locução sobre a economia de combustíveis e o aumento da renda da estrada por conta do uso de energia elétrica na ferrovia.

Devemos registrar que o tema da energia elétrica não teve grande destaque no CJB, aparecendo apenas em duas das reportagens visionadas, uma de 1939 e outra de 1940. No CJB número 16, volume 1, de 1939, cuja cópia visionada não contém som, encontramos a reportagem “Energia elétrica. Minas Gerais: Ultima-se a barragem do Rio Santa Barbara”, que mostra imagens de tomadas aéreas das obras da barragem²⁹⁷. Contudo, as imagens estão bastante danificadas, com muitas falhas e chuviscos, quase impossibilitando a visualização. Em 1940, o CJB número 102, volume 1, mostra o Presidente Getúlio Vargas em visita a várias obras em Minas Gerais, incluindo as da usina hidroelétrica denominada Pai Joaquim. As imagens, em câmera aberta, mostram a construção do complexo hidroelétrico e, logo, fecham em Getúlio Vargas e sua comitiva, mais de 20 homens e algumas crianças. Nas imagens

²⁹⁴ FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.208.

²⁹⁵ Reforçando nossa afirmação, Santos também considerou que, entre as obras públicas, a Estrada de Ferro Central do Brasil foi a que recebeu mais destaque e ocupou maior número de reportagens no CJB. SANTOS, 2004.

²⁹⁶ Por ter sido produzido pelo DNP, órgão responsável pela propaganda antes do DIP, esse cinejornal provavelmente é de fins de 1939. CJB, X-52, conforme catálogo de GALVÃO, 1982.

²⁹⁷ CJB, n. 16, v. 1, 1939.

externas, o Presidente aparece caminhando pelas obras, enquanto a locução destaca que foram utilizados mais de 7500 metros cúbicos de cimento na construção. Carros acompanham a comitiva do Presidente. Técnicos mostram os equipamentos, enquanto a locução destaca que o material utilizado é da melhor qualidade. Vargas e sua comitiva contemplam a queda d'água. Ao som de música clássica, a reportagem encerra com a imagem da queda d'água e a locução informando que ela possuía trinta e nove metros de desnível e uma única queda²⁹⁸.

Somado ao progresso, destacamos o aspecto festivo ligado às comemorações do aniversário da ferrovia, momento de mostrar os feitos do governo. A reportagem do CJB número 116, volume 2, de 1942, é sobre o 84º aniversário da Estrada de Ferro Central do Brasil, ocasião em que seu novo prédio, no Rio de Janeiro, é destacado como um sinal do intenso progresso²⁹⁹. Em 1943, o CJB número 187, volume 2, traz uma reportagem sobre a inauguração do grande relógio na Central do Brasil e a abertura da exposição comemorativa dos 85 anos de funcionamento da ferrovia; falou-se do progresso alcançado pela grande ferrovia nacional sob a administração do regime autárquico e foi inaugurado busto do Presidente Getúlio Vargas³⁰⁰.

A imagem de Vargas estava ligada aos grandes feitos do período e sua presença era requisitada nos grandes eventos. O CJB número 83, volume 1, de 1940, mostra algumas imagens, em baixa qualidade³⁰¹, da visita de Vargas às obras de construção do estádio do Pacaembu. Em Araxá, Minas Gerais, o presidente inaugura um estádio, evento que foi reportado pelo CJB número 102, volume 1, de 1940, no qual a locução afirma que a cidade está "integrada no ritmo do progresso moderno"³⁰². O CJB número 106, volume 1, de 1940, tem reportagem da visita de Getúlio Vargas às obras da nova catedral de São Paulo, na praça da Sé³⁰³. Vale ressaltar que as três reportagens são de cinejornais de 1940, fase que destacamos como de construção da imagem do Chefe da Nação, do mito Vargas.

²⁹⁸ CJB, n. 102, v. 1, 1940.

²⁹⁹ CJB, n. 116, v. 2, 1942.

³⁰⁰ CJB, n. 187, v. 2, 1943.

³⁰¹ A cópia visionada desse cinejornal, além de estar sem a banda de som, estava incompleta. Constatam apenas algumas imagens de uma das sete reportagens que deveriam compor esse cinejornal, conforme registra o catálogo do *Cine Jornal Brasileiro*. GALVÃO, 1982.

³⁰² CJB, n. 102, v.1, 1940.

³⁰³ CJB, n. 106, v. 1, 1940.

Na já citada visita a Porto Alegre, Getúlio Vargas aborda a problemática dos frigoríficos no sul do país, declarando:

a iniciativa da produção da carne a frio já devia ter adquirido no Rio Grande do Sul um desenvolvimento preponderante, não só porque é sua principal produção, como também porque a retrógrada indústria do charque tende a desaparecer e precisa ser substituída pela carne frigorificada³⁰⁴.

A problemática apresentada não dizia respeito apenas à indústria da carne, mas à indústria em geral. A indústria retrógrada deveria dar espaço à inovadora. O tema da indústria nacional apareceu no CJB sob a forma do progresso. O CJB número 16, volume 2, de 1941, sem a banda sonora, tem sete reportagens, sendo a quinta delas com o título "Indústrias Nacionais. São Paulo: uma fábrica de óleo de caroço de algodão". Nas imagens, sem Getúlio Vargas, há galpões, chaminés e exibições do processo de produção dentro da fábrica. A câmera começa mostrando imagens aéreas dos prédios e chaminés da fábrica, onde se vê um trem passando; no corte, passa às imagens internas da fábrica, onde se vê o processo de produção: o foco é no processo e na linha de produção, enquadrando mais as máquinas do que os trabalhadores. A câmera volta à externa, filmando uma chaminé, e corta para a imagem de um funcionário de jaleco branco que verificava a produção. Esses funcionários, além do jaleco, usavam gravata, indicando, possivelmente, que se tratava de trabalhadores hierarquicamente superiores aos funcionários de chão de fábrica e, talvez, mais qualificados. Na sequência, fim do processo de produção e embalagem, onde se veem várias mulheres trabalhando. A câmera retoma as imagens externas dos prédios e corta para as imagens da saída dos trabalhadores da fábrica no fim do expediente. Pode-se ler no letreiro na frente do prédio o nome Matarazzo, indicando que a fábrica pertencia ao grupo empresarial³⁰⁵.

Se o foco da reportagem acima foi o maquinário, no CJB número 91, volume 2, de 1941, o foco foi no trabalho artesanal. Esse cinejornal trouxe uma reportagem sobre a indústria nacional de brinquedos, na qual foi destacado que os produtos eram inteiramente de origem brasileira, desde a matéria prima até a mão de obra e o "delicado senso de beleza". A locução informa que os brinquedos seriam

³⁰⁴ CJB n. 94, v. 1, de 1940.

³⁰⁵ CJB, n. 16, v. 2, 1941.

exportados para os Estados Unidos da América. As imagens mostram os trabalhadores, homens e mulheres, realizando tarefas basicamente artesanais na feitura de bonecas, que eram pintadas a mão³⁰⁶.

O CJB número 199, volume 2, de 1943, tem duas reportagens relacionadas à indústria. A primeira reportagem do cinejornal, cujo título era “Indústria Nacional”, foi sobre o uso de material brasileiro pela Faculdade de Odontologia em Assunção, na qual a locução destaca que o Brasil estaria “abastecendo no momento difícil que ora atravessam devido à guerra”. Outra reportagem, com o título “O Brasil e a guerra”, foi sobre o preparo de carne para o “abastecimento das vitoriosas forças aliadas”. Enquanto as imagens exibem uma fazenda de criação de gado para corte, em Livramento, no Rio Grande do Sul, a locução informa que a produção era realizada por 2.500 operários e destacava o papel do Brasil na guerra:

na batalha dos abastecimentos, tão importante para a vitória das nações unidas, uma parte considerável do nosso esforço de guerra consiste no fornecimento adequado de víveres aos nossos bravos aliados, proporcionando às suas forças armadas, que combatem nas mais diversas frentes, um suprimento incessante dos produtos de nossa indústria de carnes e conservas³⁰⁷.

A reportagem de abertura do CJB número 40, volume 3, de 1943, mostra a visita do Presidente da República à “importante realização militar”, os “estabelecimentos General Mallet”. A locução destaca que seus depósitos eram “supridos de material na sua quase totalidade de fabricação nacional [e] atestam o adiantamento das indústrias que no país se dedicam às manufaturas para fins militares”³⁰⁸. Importante lembrar que em 1943 o Brasil já havia enviado tropas da FEB para combate na Europa e, internamente, o esforço dos “soldados da produção” era incentivado pelo Governo. No esforço de guerra, a siderurgia e a mineração ganharam destaque. Em discurso no Estádio Vasco, no Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações da Independência do Brasil no ano de 1943, Vargas destacou, em especial, o esforço em curso no país para a guerra, “as graves responsabilidades dos dias presentes”, e pronunciou:

³⁰⁶ CJB, n. 91, v.2, 1941.

³⁰⁷ CJB, n. 199, v. 2, 1943.

³⁰⁸ CJB, n. 40, v. 3, 1943.

E, sobretudo, produzir mais e mais nas fabricas e nas lavouras, a fim de termos quanto baste ao suprimento presente das necessidades de guerra [aplausos]. Tudo isso vai sendo feito sem descontinuar ou retardar os grandes empreendimentos que nos permitirão dar nova estrutura econômica ao país, baseada no aço, no carvão e no petróleo [aplausos]³⁰⁹.

Entre os anos de 1941 e 1942, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 9 de abril de 1941, com o objetivo de fabricar e transformar ferro gusa, ferro, aço e seus derivados, tendo sido instalada na cidade de Santo Antônio da Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1º de junho de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.352, com o objetivo de exploração de minério, em especial, ferro.

No CJB, os temas da siderurgia e da mineração não foram frequentes, mas ganharam destaque ao longo dos anos. Seja no período em que o Brasil mantinha neutralidade frente ao conflito mundial, seja após posicionar-se ao lado dos Aliados, quando negociava financiamento com o governo norte-americano, o tema da mineração e da siderurgia não deixou de figurar no CJB. Um exemplo é a reportagem que noticia a visita do Presidente Vargas ao Vale do Rio Doce³¹⁰, onde aprecia uma exposição dos recursos naturais da região, incluindo os minerais. O CJB número 16, volume 1, de 1939, teve uma reportagem com o título “Siderurgia nacional. Minas Gerais: o grande parque industrial de Monlevade”. Esse cinejornal não contém a banda sonora e a referida reportagem é bastante curta: inicia com imagens de um trem em funcionamento, dos seus trilhos e imagens aéreas da cidade de João Monlevade, vizinha da cidade de Presidente Vargas; na sequência, pessoas, entre elas muitas mulheres, desembarcam do trem em visita ao parque industrial e, para encerrar a reportagem, são apresentadas imagens externas da fábrica³¹¹.

Já em 1941, após a aprovação pelo Presidente Vargas, através do Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941, do plano de construção e exploração da usina siderúrgica nacional, o tema da siderurgia foi abordado de forma mais explícita e direta, inclusive com campanha publicitária. A reportagem que inicia este capítulo, do CJB número 15, volume 2, de 1941, apresentou a campanha do governo para venda de ações da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional com a

³⁰⁹ CJB n. 25, v. 3, de 1943.

³¹⁰ CJB X-87, conforme catálogo de GALVÃO, 1942.

³¹¹ CJB, n. 16, v. 1, 1939.

mensagem, ao final do cinejornal: “Subscrevam ações da Companhia Siderúrgica Nacional”. Este foi um cinejornal especial para cobrir a visita do Ministro da Marinha, Henrique Aristides Guilhem, à Belém, no Pará. A locução destacou a recepção calorosa em “homenagem ao renovador da armada, ao colaborador fiel do Presidente Getúlio Vargas na grande obra de organização de todos os setores da vida nacional”³¹². O Ministro assistiu a desfiles militares, visitou instituições de ensino, onde houve demonstração pelas crianças de cultura física, e participou de uma cerimônia cívica em homenagem à bandeira da pátria, “onde se congregam, cheios de fé nos destinos nacionais, todos os filhos do Brasil”³¹³. Reúnem-se nessa reportagem vários elementos importantes da propaganda do Estado, tais como, o destaque do homem público, “colaborador fiel do Presidente Getúlio Vargas”, a receptividade do povo aos homens do Governo e a ênfase nos símbolos da pátria, representada pela bandeira nacional – símbolo caro ao Estado Novo, que havia queimado as bandeiras estaduais num ato simbólico que representava a unidade nacional.

Em 1944, era imperativo mostrar a siderurgia nacional como uma realização e não mais uma ideia. Uma das reportagens do CJB número 74, volume 3, de 1944, mostra imagens do Coronel Edmundo de Macedo Soares, diretor técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, enquanto a locução notifica que seu discurso abrangeu os problemas siderúrgicos do Brasil, a usina de Volta Redonda e a apresentação da maquete do projeto da mesma, a “importante obra do governo Getúlio Vargas”³¹⁴. Nota-se, assim, ao longo dos anos, uma crescente exposição da questão siderúrgica no CJB, com reportagens mais longas. Paralelamente, à medida que o projeto da siderurgia nacional vai tomando contornos mais concretos, o discurso do CJB mostra-se mais apologético em relação às decisões tomadas pelo regime estadonovista. Em outras palavras, o discurso articulado através de sons e imagens buscava justificar e legitimar as ações relativas à área econômica e as decisões políticas que davam suporte a elas.

Ao final da reportagem do CJB número 74, volume 3, de 1944, sobre a CSN, descrita acima, a locução destacou que, apesar das dificuldades dadas pela guerra, as obras estariam andando em ritmo acelerado. O tema da guerra era

³¹² CJB, n. 15, v. 2, 1941.

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ CJB, n. 74, v. 3, 1944.

pertinente também na medida em que fazia alusão ao alinhamento do Brasil com os EUA e à participação norte-americana em empreendimentos do governo brasileiro. O CJB acompanhou o contexto de alinhamento do Brasil com os Aliados na Segunda Guerra Mundial – alinhamento que possibilitou encaminhar a questão da exploração de minério de ferro no território nacional com a instituição da CVRD, em 1943. Assim, o posicionamento da propaganda executada pelo Estado Novo ao longo dos anos tem relação com a concretização dos projetos da CSN e da CVRD.

No CJB, o posicionamento da propaganda foi no sentido de mostrar os EUA como colaborador, num movimento de criar uma boa imagem daquele país e reforçar o acerto da decisão do governo de posicionar o Brasil ao lado dos Aliados na guerra. A primeira reportagem do CJB número 74, de 1944, por exemplo, ao mostrar o Presidente Getúlio Vargas em visita à Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, refere-se aos EUA como país amigo e aliado e informa que, por ocasião da Segunda Guerra, a referida base havia recebido o mais moderno aparelhamento³¹⁵. A consolidação da CSN e da CVRD se deu nesse ambiente pretensamente amistoso e recíproco imprimido pela propaganda. Noticiar a aproximação com os EUA está entre os elementos fundadores da propaganda industrializante do Estado Novo, conforme destacamos no primeiro capítulo. Como manifestação da estreita relação entre os países, o CJB número 19, volume 4, de 1945, traz, como primeira reportagem, notícias sobre o luto nacional pelo falecimento do então Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, ocorrido em 12 de abril de 1945 – Roosevelt havia estado no Brasil em janeiro de 1943 para a Conferência de Natal³¹⁶.

De modo geral, observamos que o tema da indústria e da industrialização no CJB vem acompanhado de um acontecimento político e social, com imagens que enfatizam o carisma, o contato com a população, os discursos, a exaltação e os aplausos. O Estado Novo do CJB tem clima de celebração, não somente quando aborda o “tempo festivo”³¹⁷, mas também quando trata de economia, indústria,

³¹⁵ CJB, n. 74, v. 3, 1944.

³¹⁶ CJB, n. 19, v. 4, 1945.

³¹⁷ No livro *A Invenção do Trabalhismo*, a pesquisadora Ângela de Castro Gomes destacou que o Estado Novo criou um calendário de “festas magnas” e que estas “estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador”, ao que chamou de “tempo festivo”. GOMES, 2005, pp. 217-218.

Gomes observou, em primeiro plano, as comemorações relativas ao aniversário do Presidente Vargas, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo e, em segundo plano, as festas de 7 de Setembro, de Natal e de Ano-Novo. Quanto ao CJB, observamos, a partir dos números analisados nesta pesquisa, que esse instrumento de propaganda também acompanhava o calendário das

infraestrutura ou guerra. A visão de um país no qual a economia era fortemente apoiada no campo era, assim, ressignificada. No entanto, não existia contradição entre a atividade rural e urbana, ou seja, agrícola e industrial. Ambas seriam úteis ao Estado Novo, uma vez que um dos objetivos do regime era apaziguar os possíveis conflitos. A indústria era retratada como a entrada do Brasil na modernidade³¹⁸, representando o progresso. O campo, por sua vez, era o suporte da sociedade brasileira.

No arranjo entre o velho, o rural, e o novo, o industrial, as pesquisas científicas para incrementos na técnica agropecuária foram destacadas pelo regime. O CJB número 148, volume 1, de 1940, apresentou a reportagem “O Instituto Biológico de São Paulo. Os estabelecimentos científicos oficiais, com a divulgação dos resultados de trabalhos constantes, auxiliam o produtor a contribuir para a riqueza do Brasil”³¹⁹, dando especial destaque para o fato de que esses estudos eram realizados em estabelecimentos oficiais. Na linha da modernização do campo, a reportagem “Capatazes e técnicos para o Brasil”, do CJB número 38, volume 3, de 1943, mostra o “Aprendizado Agrícola inaugurado com a presença do Presidente da República”, no Rio de Janeiro. A locução destaca que essa seria uma “instituição de ensino que representa índice expressivo do empenho da administração nacional em prol da difusão da instrução especializada nos meios rurais”³²⁰.

Não podemos deixar de destacar ainda o olhar sobre as riquezas naturais. O CJB especial “De Juazeiro a Pirapora: Momentos e impressões de viagem ao longo de um dos trechos mais interessantes do Rio São Francisco”, do CJB número 21, volume 4, de 1945, foi dedicado a mostrar as riquezas do rio São Francisco e seu entorno. Nos primeiros momentos da reportagem, assim que o barco sai em passeio pelo rio, a locução começa a destacar as potencialidades econômicas da região.

comemorações oficiais, produzindo reportagens ou mesmo números especiais do cinejornal sobre os eventos comemorativos.

³¹⁸ A noção de modernização do Estado Novo pode ser apreendida a partir de Oliveira Viana, para quem a modernidade estava associada à noção de civilização, ambas levadas a cabo através do exercício da nacionalidade por meio do Estado e tendo em mente a noção de processo, tomada por Oliveira Viana do positivismo. Para alcançar seu fim modernizante, respeitando a singularidade do caso brasileiro, seria necessário o autoritarismo – único capaz de suplantar os esquemas de poder de uma elite acomodada em padrões de atraso – através de um Estado, nas palavras do autor, forte, autoritário, soberano, centralizado, unitário, ideias essas emprestadas de Alberto Torres (premência do poder executivo forte, atuante, intervencionista). Nessa circunstância, o Estado engendra uma grande missão nacional: a missão modernizadora. BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

³¹⁹ CJB, 148, v.1, 1940.

³²⁰ CJB, n. 38, v. 3, 1943.

“Pesca, lavoura e matérias primas podem ser encontradas em abundância”, destaca a locução, que prossegue dizendo que “administradores e particulares trabalham para o progresso do rio, que, por seu rumo e condições em que corta o território nacional, recebeu o título de ‘caminho natural da civilização brasileira’”³²¹. A locução informou, também, que o plano de aproveitamento do São Francisco já estaria em funcionamento na região de Itaparica. A reportagem terminou em Pirapora, onde ficava o extremo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A extração de petróleo na Bahia foi destaque na reportagem do CJB número 19, volume 1, de 1939, na qual anuncia a locução: “a 4 km da cidade de Salvador, jorra o petróleo”³²². Em tom elogioso ao petróleo brasileiro, a locução do cinejornal afirmava sua qualidade superior e maior rendimento em comparação ao norte-americano. O poço localizado no Bairro Lobato, em Salvador, na Bahia, foi o primeiro a ser descoberto no Brasil, no início de 1939. A imagem 5, do acervo do CPDOC, apresenta um aspecto do local.

³²¹ CJB, n. 21, v. 4, 1945.

³²² CJB, n. 19, v. 1, 1939.

Imagem 5 - Primeiro poço de petróleo no Brasil, 1939. Lobato, Salvador (BA).



Fonte: CPDOC/AN. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoPetroleo>. Acesso em: 24 mar. 2021.

A reportagem do CJB número 19, volume 1, de 1939, inicia com imagens aéreas da península de Itapagipe, onde está localizado o poço de petróleo, momento em que a locução destaca que as condições da região são as melhores, considerando as vias de escoamento da produção terrestre e marítima – as imagens apresentam os trilhos do trem em tomada aérea. Os equipamentos são registrados sob vários ângulos: tubos e revestimentos dos poços, equipamentos de perfuração e de extração de petróleo em grandes profundidades. A imagem mostra um arenito petrolífero como demonstração das camadas profundas perfuradas, informa a locução. A reportagem encerra com o enquadramento da câmera do DIP no ministro Oswaldo Aranha em visita ao local. A imagem 6 apresenta um aspecto desse momento; embora não seja um recorte do cinejornal, provavelmente é um registro oficial e representativo daquele momento.

Imagem 6 - Oswaldo Aranha visita o poço de petróleo de Lobato, 1939, Bahia.



Fonte: CPDOC/AO. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoPetroleo>. Acesso em 24 mar. 2021.

A análise dos filmes produzidos pelo regime, suas imagens, temas, enquadramentos, músicas e textos da locução, reunidos numa montagem (do filme)

específica, atendia a um projeto também específico de construção de uma identidade nacional coletiva, com destaque para as narrativas que reforçavam o caráter econômico e social do projeto nacional. Embora se possa guardar reservas em relação ao seu valor enquanto documento histórico, visto que material de propaganda, e em relação às suas autenticidade e integridade, discussões que aprofundaremos no último capítulo, o CJB contribuiu para a formação da unidade nacional a partir de uma integração territorial, econômica e, principalmente, cultural. Contribuiu também para a construção da imagem do Chefe da Nação como agente central das mudanças e para que a ideia do progresso e da modernidade alcançassem um número maior de brasileiros.

De um modo geral, no que tange às imagens do CJB, observamos que elas apresentam, de forma simbolicamente circular, o projeto estadonovista. Nas imagens tomadas pelas câmeras do CJB, estão presentes a ordem, a disciplina e a abundância, personificadas em crianças e trabalhadores em marcha, trabalhadores operando soldas nas fábricas, afortunadas colheitas agrícolas, muitos militares benfeitores e os grandes líderes do governo, com destaque para Vargas. A simbologia da circularidade, à qual nos referimos, é apresentada logo na abertura dos cinejornais, como no CJB n. 15, v. 2, de 1941³²³, no qual essas imagens acima referidas aparecem em vários enquadramentos e formam a bandeira nacional, numa metáfora da constituição do país através desses vários aspectos, unidos pela Pátria Una simbolizada pela bandeira. As imagens eram o “caleidoscópio da pujança”³²⁴.

Nesta seção, destacamos como o CJB apresentou a imagem e a potência nacionais ao construir uma narrativa que, por fazer parte da propaganda política do regime, contribuiu para o enquadramento da memória nacional coletiva e com a instituição de uma memória oficial. A análise dos filmes nos possibilitou ter um quadro abrangente do período. As imagens capturadas e divulgadas pelo DIP foram abundantes, um esforço de produção de propaganda política realmente colossal. A potência do Brasil que ali se intencionava mostrar estava em todos os feitos, realizações, conquistas, benfeitorias e benesses do regime para o povo e o país, mas principalmente estava na busca da garantia da soberania e da segurança nacionais,

³²³ Essa abertura inicia com imagens das forças armadas, exército, marinha e aeronáutica, com a bandeira do Brasil tremulando no losango central, sendo substituída, assim como as imagens das forças armadas, por imagens de colheitas, do Brasil rural e farto. CJB, n. 15, v. 2, 1941.

³²⁴ SOUZA, 2003a, p. 50.

as quais seriam alcançadas por meio de um projeto econômico nacional, cujas especificidades foram explicitadas nas páginas da revista *Cultura Política* e que apresentaremos análise na próxima seção.

2.3 A PRODUÇÃO DA REVISTA *CULTURA POLÍTICA*: O PROJETO ECONÔMICO NACIONAL

As páginas desta Revista (...) serão, nêsse sentido, um espêlho do Brasil. O que somos, o que pensamos, o que realizamos em todos os setores da nossa atividade creadora – na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, nas ciências – ficará estampado nestas páginas, através do depoimento de todas as gerações que hoje vivem, em todas as cidades e rincões do Brasil. Uns após outros esses depoimentos virão, do norte e do sul, do litoral e do centro, de velhos e moços, de gerações da República e do Império, de antes e de após-guerra. Êles falarão pelo Brasil. Porque êles são o Brasil³²⁵.

O trecho acima é do texto de abertura do primeiro número da revista *Cultura Política*. De autoria de Almir de Andrade, o texto antecipa o que viria a ser a amplitude de temáticas abordadas e de contribuições recebidas. *Cultura Política* publicou desde conteúdos sobre a administração pública, as forças militares, a defesa nacional, a economia e a produção até textos sobre filosofia, direito, história, cultura, folclore, literatura, música, cinema e numerosos discursos, em especial do Presidente Getúlio Vargas. Apresentou em suas páginas o pensamento intelectual dos anos 1930, resgatando, ainda, alguns pensadores anteriores àquela década. Constituiu um espaço único para a exposição das ideias que circulavam entre os intelectuais e constituíam o núcleo duro do regime.

Nesta última parte do capítulo, nosso objetivo é analisar a narrativa do projeto econômico nacional apresentado pela *Cultura Política*, identificando as formas de abordagem dos principais temas que envolveram aquele projeto. Defendemos que o aspecto mais relevante do projeto econômico nacional do Estado Novo apresentado nas páginas da *Cultura Política* foi a economia de guerra, assim convencionado chamar pela própria revista, cujo conteúdo, no nosso entendimento, englobou nos seus textos, artigos e discursos desde as estratégias, os planejamentos e as análises sobre e para a guerra, nos contextos nacional e internacional, até as ações concretas

³²⁵ ANDRADE, Almir. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 1, v.1 mar. 1941, p. 8.

adotadas pelo regime, interna e externamente. Nesse sentido, a análise do conteúdo da revista nos permitiu apresentar um retrato geral do que foi a economia de guerra esboçada nas páginas da revista ao longo dos anos de sua publicação, o qual apresentamos nesta seção. Partimos da proposição de que, ao eleger os pontos de vista a partir dos quais as narrativas eram construídas, a propaganda política estadonovista criava as imagens que serviriam de base para o enquadramento da memória nacional coletiva.

Antes, contudo, de iniciar a análise do conteúdo da revista, julgamos pertinente apresentar algumas características do documento, como a periodicidade de publicação, a forma de organização do conteúdo, bem como, grosso modo, os temas tratados e a frequência que apareciam, destacando as mudanças ao longo dos anos. *Cultura Política: Revista mensal de estudos brasileiros*, a revista oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda, foi criada em março de 1941, tinha periodicidade mensal e foi publicada até agosto de 1945, totalizando 51 edições. Cada edição era constituída por artigos de autorias diversas, agrupados em seções temáticas, compondo uma extensa revista, cujo número de páginas variou entre 200 e 400, aproximadamente. Desde sua criação até o encerramento das publicações foi dirigida por Almir de Andrade, intelectual que primava por estabelecer uma constante ligação entre a ação política do governo e as tradições culturais brasileiras, atraindo, por essa razão, importantes intelectuais do período para colaborar com a revista.

A propósito das colaborações, a revista destacava, como vemos na epígrafe desta seção, a amplitude qualitativa dos seus colunistas e colaboradores, os quais eram “de todas as gerações”, “de todas as cidades e rincões do Brasil”, “do norte e do sul, do litoral e do centro, de velhos e moços, de gerações da República e do Império, de antes e de após-guerra”. Eram intelectuais, acadêmicos, funcionários públicos, artistas, escritores, militares, jornalistas, nacionais e estrangeiros, cujos “depoimentos” falariam pelo Brasil, pois eles mesmos eram o Brasil. A identificação direta dessas pessoas com o país era a própria identificação da revista com o país, a identificação do conteúdo ali veiculado com a sociedade brasileira. Para reforçar esse caráter da identificação direta, a revista fez questão de destacar também, além da qualidade, a quantidade de diferentes colaboradores.

Nas edições de abril de 1942 e de outubro de 1943, foram elencados os nomes dos que haviam colaborado com a revista. A edição de abril de 1942, de número 14, abre com o artigo “O segundo ano de ‘Cultura Política’ (um programa e

uma realização)” de Almir de Andrade, seguido de uma “Relação nominal dos que colaboraram em ‘Cultura Política’ do nº 1 (março de 1941) ao nº 13 (março de 1942)”, relação essa com 149 nomes. Após, há outra lista intitulada “Colaboração acadêmica”, numerada de 150 a 155. Ainda, consta a “Relação de autores que tiveram seus discursos, artigos, autógrafos ou trabalhos reproduzidos na revista do nº 1 ao nº 13”, encabeçada pelo Presidente Getúlio Vargas, contendo 66 nomes. Essas três listas, que juntas somavam 221 colaboradores, constituíam um levantamento completo dos nomes dos que haviam contribuído com conteúdo para *Cultura Política* até março de 1942³²⁶. Em outubro de 1943, a revista apresentou o rol atualizado dos seus colaboradores, de março de 1941, primeira edição, até agosto de 1943, trigésima terceira edição. Em lista única, foram listados 261 colaboradores em ordem alfabética do sobrenome, com informação de profissão e cargo, quando era o caso³²⁷.

Ao agrupar em listas e publicizar dessa forma seus colaboradores, a intenção da revista, em termos de propaganda, era valorizar o número e a diversidade de pessoas que apoiavam o governo, que validavam o trabalho da revista e, por consequência, o projeto do Estado Novo ali exposto. Apesar de nem todo o colaborador ter sido apoiador ou ocupado lugar de destaque no governo, publicar na revista poderia significar ter suas ideias acolhidas, ao menos teoricamente, pelo regime, ou enquadrar seu pensamento à linha editorial da revista, ou, ainda, ter a possibilidade de alguma publicidade de seu nome – o que teria alguma importância em termos de espaço no mercado editorial ou, até mesmo, uma forma de remuneração do trabalho intelectual, além de outras numerosas significações. Seja qual for o caso, mesmo que uma combinação das diferentes possibilidades, o que desejamos destacar é que o ato de enfatizar qualitativa e quantitativamente os colaboradores da revista fazia parte da própria estratégia de produção da propaganda do governo, para além do seu conteúdo, dando-lhe credibilidade pela adesão.

A adesão era fator importante e outra forma de logr  -la foi pelo próprio discurso de autoridade conferido pela revista aos textos ali publicados. O discurso de autoridade, enquanto recurso argumentativo, funcionava de forma peculiar no regime

³²⁶ O SEGUNDO ano de “Cultura Política” (um programa e uma realiza  o). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, Rio de Janeiro, pp. 1-10, abr. 1942.

³²⁷ COLABORADORES de “Cultura Política” até o número 30. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, Rio de Janeiro, pp. 7 – 20, out. 1943.

autoritário, na medida em que a autoridade do discurso, na busca pela persuasão do leitor, poderia dar-se não apenas pelo reconhecimento dos pares ou pelo reconhecimento científico, mas também, e principalmente, pela força do autoritarismo do governo, questão que aprofundaremos no último capítulo desta tese. O tema da autoridade do Chefe era essencial no Estado Novo. A autoridade era vista como algo necessário, desejável e saudável para que o país alcançasse a autonomia de uma nação soberana. O Estado autoritário era visto como algo positivo. Nessa esteira, o discurso associado à propaganda política trazia o peso da autoridade. A propaganda política seguia o roteiro definido pela ideologia autoritária do período, que era, por sua vez, inspirada no autoritarismo de outrora.

Podemos encontrar a coleção de *Cultura Política* em formato digital nos sites do CPDOC/FGV³²⁸ e da Biblioteca Nacional Digital³²⁹. É notável a regularidade de publicação da revista, com edições robustas todos os meses entre março de 1941 e fevereiro de 1945, como se pode ver nos Apêndices D e E. O último ano de publicação, 1945, teve apenas quatro edições, uma em janeiro, outra em fevereiro, uma edição para o trimestre março/abril/maio e, a última, em agosto. Durante todo o período, manteve, em média, o número de artigos, de páginas e a variedade temática. As edições iniciavam com um texto de abertura de Almir de Andrade, figurando como um editorial, ou com a transcrição de discursos de Getúlio Vargas. O ministro Marcondes Filho, da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, e Lourival Fontes, diretor do DIP, também figuraram nas primeiras páginas; o primeiro, em três edições, e o segundo, em duas.

Nos primeiros dezoito números de publicação da revista, de março de 1941 a agosto de 1942, o conteúdo foi organizado por seções temáticas: *Problemas políticos e sociais*, *O pensamento político do Chefe do Governo*, *A estrutura jurídico-política do Brasil*, *Textos e documentos históricos*, *A atividade governamental* e *Brasil social, intelectual e artístico* – esta subdividida em três partes: *Evolução social*, *Evolução intelectual* e *Evolução artística*. A seção *O Trabalho e a economia nacional* foi inserida em setembro de 1941, e *Política militar e defesa nacional*, em maio de 1942. Os títulos das seções são descritivos a respeito de seus conteúdos. *Cultura*

³²⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 15 ago. 2020.

³²⁹ Disponível: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>. Acesso em 07 ago. 2020. A Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, disponibiliza a edição número 51 da *Cultura Política*, não disponibilizada digitalmente pelo CPDOC/FGV.

Política, cumprindo seu papel de revista oficial do regime, divulgava as realizações do governo mensalmente. A série de artigos “Panorama da atividade governamental” foi publicada do primeiro ao décimo oitavo número da revista, tendo sido substituída pela série “Um mês de realizações governamentais” a partir do número 19, de setembro de 1942, guardando, porém, o mesmo foco: o destaque das realizações do governo.

A seção *O Trabalho e a economia nacional*, publicada de setembro de 1941 a agosto de 1942, é voltada ao estudo dos problemas relativos à economia nacional, ao trabalho e à produção. De acordo com a revista,

A relevância dos problemas econômicos, como base do progresso e da ação social; a preocupação do govêrno concentrada hoje no esforço gigantesco de reconstrução da economia nacional – justificam a manutenção desta seção especializada da nossa revista³³⁰.

Além de artigos de colaboração, como eram chamados os artigos de colaboradores esporádicos e com temas não frequentes, a seção continha algumas séries de artigos, com temas como “A economia dos estados”, “Aspectos da riqueza do Brasil”, “Metrópolis do Brasil”, “Órgãos de defesa da economia nacional” e “Porque não comprar o nacional?”, que apareceram em várias edições.

A série “Porque não comprar o nacional?”, por exemplo, foi composta de três artigos escritos pela jornalista francesa Lucie Marion, em viagem pelo Brasil, e foi publicada nas edições de outubro e novembro de 1941 e abril de 1942. Tinha como objetivo apresentar os motivos, do ponto de vista de uma estrangeira, pelos quais brasileiros deveriam preferir os produtos nacionais aos “peregrinos”. No último artigo, de abril de 1942, a autora destacou a indústria brasileira de vidraria e cerâmica, que, afirma, “nada fica a desejar ao melhor Rosenthal”, comparando o produto brasileiro à famosa marca de porcelana alemã. A apresentação do artigo destaca que o Brasil possuía “o trabalho artístico, a mão de obra barata, o gosto dos operários”, mas que, infelizmente, também possuía uma aversão ao produto nacional, que era sinônimo de “vagabundo”. O povo deveria seguir o exemplo do governo, que, ao proteger o produto nacional, estendia sua proteção aos empresários industriais e aos operários³³¹. A perspectiva de uma estrangeira sobre o produto e a indústria nacionais

³³⁰ O TRABALHO e a Economia Nacional. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, set. 1941, p. 164.

³³¹ MARION, Lucie. Porque não comprar o nacional? III. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pp. 135-138, abr. 1942, p. 135.

estava alinhada ao combate, por parte do governo, ao liberalismo, uma vez que aludia à ideia protecionista do governo com relação à produção nacional. Conforme a jornalista, a aversão da “classe rica” da sociedade brasileira ao produto nacional era um tabu que configurava uma mentalidade que havia se inserido, inclusive, entre os populares³³². A revista *Cultura Política*, principalmente por conta das convicções intelectuais de seu diretor Almir de Andrade, fazia forte campanha pela valorização das tradições culturais brasileiras. *Genuinamente nacional* é uma expressão típica do Estado Novo, período no qual o nacional foi repensado no seu sentido, abrangência, conteúdo e tradição.

Pensar o nacional estava intimamente ligado a pensar o econômico. O artigo “A organização econômica do Estado Novo (Da monocultura à nova política econômica)”, publicado na *Cultura Política* num. 4, de junho de 1941, destacou a íntima relação e interdependência entre a economia e a política brasileiras e a cultura do café, uma vez que a economia brasileira dependia de uma “medida primordial”, que seria, então, a criação do mercado interno como base para a integração econômica nacional. Para tanto, o artigo destacou a necessidade de ação de Estado:

No campo econômico as tarefas em que o Estado Novo vem empregando o máximo de esforços são: diversificação da produção agro-pecuária, aproveitamento das matérias primas minerais, intensificação das indústrias, principalmente as três consideradas chaves: siderurgia – carvão – petróleo³³³.

O artigo criticou, ainda, a “doentia preocupação de conquista de mercados externos”, predominante na política brasileira anterior a 1930, julgada inadequada por estar voltada demasiadamente para o mercado externo. Segundo essa lógica, a política da República Velha não se preocupou com a formação de um mercado interno, já a política econômica do Estado Novo era de desenvolvimento desse mercado através da

valorização da nossa riqueza potencial, concomitantemente realizada, com o aumento e melhoramento das vias de comunicações, marinha mercante, rôdo e ferrovias; pela destruição das barreiras internas que os estados mantinham contra o interesse do Brasil³³⁴.

³³² MARION, Lucie. Porque não comprar o nacional? II. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.1, n. 9, pp. 305-308, nov. 1941.

³³³ ANDRADE, Walter Masson Pereira de. A organização econômica do Estado Novo (Da monocultura à nova política econômica). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, pp. 86-96, jun. 1941, p. 89.

³³⁴ Ibidem.

Segundo o artigo, “a preocupação do Estado Novo em resolver os problemas básicos no Brasil: a siderurgia, o combustível e a unidade econômica justificavam por si sós, a sua implantação”³³⁵. Igualmente, a legislação trabalhista e a política social eram necessidades decorrentes desses objetivos efetivos do Estado, que se construía à imagem de um agente público solucionador racional dos problemas nacionais.

Assim, ao assegurar os interesses do Estado, o governo Vargas estaria assegurando os interesses da coletividade. A implantação do Estado Novo, através do golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, estaria, assim, justificada, e a intervenção do Estado viria no sentido de suprir as deficiências da iniciativa individual, coordenar os fatores econômicos e evitar os conflitos de interesse. O trabalho, por sua vez, foi definido como o primeiro dever social e, nesse contexto, de um lado, o governo assegurava direitos aos trabalhadores e, de outro, declarava que a greve e o *lockout* seriam recursos antissociais. A Justiça do Trabalho faria a mediação entre os interesses de empregados e empregadores, e as corporações, as entidades representativas das forças do trabalho nacional, organizariam a economia da produção³³⁶.

O nacionalismo empregado pelo Estado Novo era apresentado, cuidadosamente, pela revista aos leitores como vigilante, porém, não exacerbado, como os nacionalismos adotados pelas grandes potências após a Primeira Guerra Mundial, para se protegerem da desorganização econômica. Nesse debate na revista ganha destaque a Constituição de 1937, a qual

determinou a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais, quedas d'água, e outras fontes de energia, indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da nação; determinou também que os bancos de depósito e as empresas de seguros tivessem como acionistas, brasileiros e as empresas concessionárias de serviços públicos devem se constituir com maioria de brasileiros³³⁷.

Além disso, reforçava-se a ideia de que Vargas, preocupado com o fortalecimento econômico do Estado, propunha a diversificação da produção agrícola e o aumento da produção industrial – a criação das indústrias de cimento, carvão e

³³⁵ ANDRADE, W. M. P., 1941.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Ibidem, p. 90.

ferro. No que tangia ao setor agropecuário, o diagnóstico era preciso e identificava três entraves estruturais que limitavam o desenvolvimento da policultura, são eles: “a falta de conhecimentos técnicos, a falta de crédito agrícola, as dificuldades de transportes e dos ‘onus’ fiscais entre os Estados”³³⁸. O empenho do governo nessas áreas era retratado nas páginas da *Cultura Política* ao destacar os resultados favoráveis na produção e no comércio, ajudando a compensar as perdas de valor do café. Igualmente, a produção animal, segundo a revista, acumulava resultados melhores que dos anos anteriores ao Estado Novo e os investimentos em técnicas de criação e aprimoramento do rebanho haviam aumentado significativamente a exportação de carne.

A revista *Cultura Política* número 40, de maio de 1944, falou da importância da produção agrícola para além de valor e volume de produção. A revista informou que, entre 1920 e 1940, o valor da produção agrícola e pastoril duplicou, enquanto a industrial quintuplicou. Entretanto, outros fatores estariam ligados ao extraordinário valor social e econômico da produção agrícola:

primeiro, grande parte da indústria baseia-se em produtos da agricultura; segundo, o número de trabalhadores na agricultura é cerca de 8 vezes maior que o número de trabalhadores na indústria; terceiro, a elevação da nossa indústria, em grande maioria para consumo interno, está dependendo em muito, também, como recíproca, da elevação intensiva e extensiva da nossa produção agrícola e pastoril. Daí deduzirmos que um Brasil fortemente industrial só poderá subsistir ao lado de um Brasil altamente agrícola e pecuário, e ligados por uma eficiente rede de intercâmbio e transportes³³⁹.

Cultura Política expressava o empenho do Estado Nacional em demonstrar os avanços em relação ao período anterior. Quanto à política de desenvolvimento industrial, quando comparada ao da República Velha, o artigo publicado na edição de junho de 1941, edição de número 4, ratificava os avanços do Estado Novo. A fabricação de óleo de mamona, de oiticica, de babaçu e de caroço de algodão e a criação do Instituto Nacional do Pinho eram tomados como exemplos. A narrativa construída na *Cultura Política* era de que Vargas demarcara a ruptura de seu governo na história republicana após 1930 com o aumento substancial da produção do ferro,

³³⁸ ANDRADE, W. M. P., 1941, p. 90.

³³⁹ ASPECTOS do Desenvolvimento Industrial do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, pp. 24-35, mai. 1944, p. 26.

do aço, do cimento e do carvão - simultaneamente às apostas depositadas na siderurgia, que possibilitaria a fabricação de máquinas e ferramentas para o crescimento da indústria nacional, sem pressão na balança comercial.

Nessa perspectiva, o Brasil, com o Chefe, havia conquistado sua verdadeira soberania e, embora admitindo que parte da queda da importação devia-se a desvalorização monetária e restrições cambiais, a narrativa oficial afirmava que o maior motivo para a queda das importações de manufaturados teria sido a instalação de indústrias no Brasil a partir de 1930. O artigo intitulado “A indústria na economia nacional”, publicado na *Cultura Política* num. 11, de janeiro de 1942, tinha por objetivo apresentar subsídios e desenvolver os temas abordados por Vargas em seu discurso na Feira Nacional de Industriais de São Paulo. A proposta era trazer os dados quantitativos, os indicadores, para comprovar, conforme informou o texto, o sucesso econômico consequente às decisões políticas de Vargas. Dentre esses indicadores, foram destacados: o número de proletariado industrial (que em 1912 era de 100 mil e em 1940 era de cerca de 1,5 milhão de operários); a produção de siderurgia, metalúrgica, máquinas, aparelhos, instrumentos, material rodante e veículos; o beneficiamento de minerais (que não constou no censo de 1920, porque era insignificante); a produção de máquinas, aparelhos e instrumentos de trabalho (que no censo de 1920 foi incluída na rubrica geral Metalurgia, por ser pequena e secundária); siderurgia e metalurgia (em 1920 representava 3,35% da produção industrial e em 1938, 5,74%); produtos químicos, farmácia, perfumaria (em 1920 era 5,98% da produção industrial e em 1938 era 7,60%); papel e artes gráficas (em 1920, 1,17% e, em 1938, 2,59%); aço, ferro gusa e ferro laminado (as produções de cada um mais que triplicou do início da década de 1930 até 1937 e quase dobrou entre 1938 e 1940)³⁴⁰.

A nossa intenção em destacar esses números não é de demonstrar a magnitude do crescimento industrial, até porque, se esse fosse o propósito, esses números deveriam ser confrontados por estudos acadêmicos mais recentes. Nosso objetivo é, contudo, chamar a atenção para o fato de dados estatísticos serem usados como material da propaganda política estadonovista, buscando imprimir àquela propaganda uma roupagem científica, objetiva e comprovável. Seja como for, a despeito da supervalorização dos números, a propaganda política do governo seguia

³⁴⁰ A INDÚSTRIA na Economia Nacional. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, pp. 185-191, jan. 1942.

os seus propósitos: apresentar números que comprovassem o fortalecimento da indústria nacional, grande diretriz do regime do Estado Novo, e a interdependência entre a indústria e a agricultura e pecuária.

Nesse sentido, a revista destacou a importância e o tamanho da indústria em São Paulo. Ainda no artigo “A indústria na economia nacional”, encontramos a afirmação de que o estado de São Paulo participava com mais de 44% da produção industrial do país em 1942 e, além de ser o estado que mais contribuía para a exportação dos dois produtos que mais pesavam na balança comercial, o café e o algodão, também ocupava lugar de destaque na indústria do açúcar, atrás de Pernambuco e do Rio de Janeiro. O estado de Minas Gerais, por sua vez, era o maior produtor e beneficiador de minerais, produzindo 4 vezes mais que São Paulo, seguido pelo Rio Grande do Sul. Na produção de ferro gusa, laminado e aço, São Paulo estava logo atrás de Minas. Já na metalurgia, produtos siderúrgicos, artefatos de ferro e outros metais e na produção de artefatos de borracha, a qual comprava do Pará, São Paulo ocupava o primeiro lugar. Segundo o artigo, em 1914, o estado já era o primeiro em desenvolvimento industrial e, algumas décadas depois, em 1940, continuava sendo o primeiro no país e quase toda a sua produção industrial era vendida no mercado nacional.

O prestígio e exemplo de S. Paulo industrial são um fator de estímulo nacional, progresso e mentalidade realizadora em todo o Brasil. Os Estados do Brasil, que, ao mesmo tempo que são o melhor mercado para a indústria paulista, possuem também produção industrial variada, são fornecedores de grande parte da matéria prima que consome o parque industrial bandeirante, formam aquele *todo brasileiro* que o Presidente salientou no seu discurso: ‘Os núcleos manufatureiros de S. Paulo e outros Estados, organizados de forma a se completarem em vez de estabelecerem concorrência prejudicial, constituem bases sólidas para um equipamento definitivo e autônomo³⁴¹.

A narrativa da revista destacava a complementaridade, e não a concorrência, das atividades econômicas e produtivas dos estados, da mesma forma que apresentava a complementaridade entre a agricultura e a indústria, acima analisada. A questão ideológica por trás dessa narrativa é a ideia do todo orgânico, segundo a qual o país deveria obedecer aos critérios naturais de desenvolvimento

³⁴¹ A INDÚSTRIA, 1942, p. 187, *grifos no original*.

para alcançar êxito nos seus propósitos de suplantar o atraso brasileiro. O significado disso, na visão de Oliveira Viana, era de que se deveria levar em consideração as condições orgânicas da sociedade brasileira, as quais incluíam dispersão dos latifúndios, insolidariedade social e inexistência de organização de classes, condições essas que justificariam o autoritarismo e o corporativismo. A organicidade era elemento fundamental da organização do Estado, enquanto unidade, numa crescente identificação entre nação e Estado.

A organicidade do Estado Nacional era fortemente destacada nas festas promovidas, em especial pelo DIP, dentre as quais destacamos o aniversário de instalação do Estado Novo. Seguindo o calendário festivo do regime, a revista *Cultura Política*, ao longo dos anos em que foi publicada, editou números comemorativos nos meses de novembro e dezembro com o propósito de dar publicidade a todas as ações e eventos do governo realizados para comemorar sua instalação em 1937. Ao analisar essas edições, que glorificavam o regime, rememoravam as motivações da sua instalação e reforçavam seus princípios norteadores, percebemos o impacto das conjunturas na propaganda política estadonovista, com notório destaque para a entrada do Brasil na guerra mundial e a aproximação do governo com a classe trabalhadora. O espaço dedicado às comemorações, em número de páginas e forma de abordagem, foi crescente ao longo dos anos e trazia texto que destacava a ligação direta entre as obras e realizações do regime com o Chefe da Nação e a estreita relação do tema “aniversário de instalação do Estado Novo” com os temas conjunturais acima mencionados.

A edição comemorativa do quarto aniversário do regime, de novembro de 1941, abriu com a transcrição da carta de Getúlio Vargas, escrita especialmente para aquela publicação. O Presidente apontou a importância da *Cultura Política*, a qual afirmou ter “diretivas firmes de doutrina e elevação no debate dos problemas nacionais”³⁴², para a reforma e reconstrução que o regime havia iniciado. Em homenagem ao aniversário do Estado Nacional, escreveram, também, os ministros, o presidente do DASP e o diretor do DIP. Luiz Simões Lopes, presidente do DASP, abordou o tema de organização, “segredo de todas as vitórias”³⁴³, já Lourival Fontes,

³⁴² VARGAS, Getúlio. A Palavra do Presidente da República. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, nov. 1941a, p. V.

³⁴³ LOPES, Luís Simões. A Palavra do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, nov. 1941, p. XXVII.

diretor do DIP, destacou a figura de Getúlio Vargas como a personificação da vontade coletiva de consolidação de um “sistema político e uma ordem social integrados profundamente na realidade nacional”³⁴⁴.

Ainda em 1941, a edição de dezembro publicou o discurso do Presidente Vargas, pronunciado em 10 de novembro no almoço a ele oferecido pelo Exército Brasileiro no Ministério da Guerra. Chama a atenção o destaque dado pelo presidente ao controle das forças oposicionistas internas, afirmando que o povo brasileiro atendera à convocação do governo e estava pronto para auxiliar nos esforços necessários à guerra, e, em relação aos acontecimentos mundiais, à adesão do Brasil à solidariedade continental. Sobre esse ponto, Vargas afirmou que

a nossa política de solidariedade continental continuará uniforme e invariável. Permaneceremos leais aos compromissos assumidos. Já não pode restar dúvida quanto à unidade de ação das Américas, que passou do domínio das convenções para o da realidade³⁴⁵.

A sinalização do Presidente Vargas quanto à cooperação americana remetia à Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, que ocorreria no Rio de Janeiro, em fins de janeiro de 1942. *Cultura Política* número 12, de fevereiro daquele ano, dedicou suas primeiras páginas, antes das seções habituais, à cobertura do evento diplomático. A edição transcreveu o discurso de abertura do Presidente Vargas e a declaração do delegado dos Estados Unidos, Sumner Welles, apresentou as resoluções finais da reunião e o discurso do Chanceler Oswaldo Aranha. As principais resoluções da reunião foram políticas e econômicas: ruptura diplomática, econômica e de comunicações com países do Eixo; colaboração econômica entre os países americanos, com facilidades para circulação de matérias primas e manufaturadas para o desenvolvimento da indústria, em especial para a guerra; e colaboração policial e jurídica entre as nações americanas. O ponto focal da reunião era a questão diplomática e, por essa razão, a resolução destacada como a mais relevante foi o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo. As resoluções guardavam, contudo, a mesma importância em relação às questões econômicas, as quais envolveram, além da ruptura de relações comerciais com

³⁴⁴ FONTES, Lourival. A Palavra do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, nov. 1941, p. XXXI.

³⁴⁵ VARGAS, Getúlio. O Discurso de 10 de Novembro. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.1, n. 10, pp. 7- 10, dez. 1941b, p. 9.

aqueles países, uma colaboração e um esforço conjunto dos países do continente americano no enfrentamento da guerra e suas consequências continentais.

Nas comemorações do aniversário do regime em 1943, a problemática da economia de guerra foi destaque no discurso do Presidente Getúlio Vargas:

A passagem da economia de paz para a de guerra representa por si uma causa poderosa de transtornos e dificuldades. Todos os povos pacíficos, que não alimentam propósitos agressivos, só conseguem preparar-se enfrentando resolutamente os imperativos da luta. É este o nosso caso. Conhecendo como conheço a fibra dos brasileiros, a sua admirável capacidade de adaptação, estou certo de que a cooperação geral e a colaboração de boa vontade vencerão os obstáculos inevitáveis, favorecendo o natural reajuste. Temos apenas 14 meses de guerra declarada, mas sentimos desde 1939 os reflexos diretos da anormalidade mundial. Dentro das próprias circunstâncias especiais vamos, apesar de tudo, reagindo e criando condições novas de triunfo, despertando energias, transformando forças potenciais em forças produtivas³⁴⁶.

O Presidente quis destacar as dificuldades associadas à passagem de uma economia de paz para uma economia de guerra, mas enfatizou também que a anormalidade mundial vinha sendo sentida no país desde 1939. Desde então o governo vinha organizando a economia do país para a transformação das “forças potenciais em forças produtivas”, em especial no aproveitamento e direcionamento dos recursos naturais e na preparação da indústria, num natural reajuste interno em razão das forças impostas de fora. As reações às circunstâncias geradas pela guerra nacionalmente foram utilizadas pelo regime no sentido de aproveitar a já avançada militarização do próprio governo, o que se reflete na forma de tratamento dos brasileiros como soldados da produção, um esforço conjunto entre militares e civis.

E o melhor exemplo para o futuro, a maior segurança do nosso progresso, está precisamente na atitude modelar dos nossos soldados, dos nossos funcionários civis, dos nossos operários. Nos dias conturbados de agosto de 1942, quando o inimigo traiçoeiro iniciou o seu ataque brutal, eu lhes pedia vigilância, disciplina, discrição, devotamento ao trabalho. Temos produzido discreta e disciplinadamente; liquidamos os inimigos internos; prevenimos a sabotagem; impedimos a espionagem e o entendimento com os

³⁴⁶ Discurso de Getúlio Vargas pronunciado na inauguração do novo edifício do Ministério da Fazenda. D'ARAUJO, 2011, p. 465.

agentes estrangeiros. Não registramos greves nem perturbações da ordem, nem clamorosos atos de traição³⁴⁷.

A produção discreta e disciplinada era louvada juntamente com a não perturbação da ordem por greves e traições, o que havia sido garantido pela eliminação das oposições, a liquidação dos inimigos internos. O esforço de guerra e a colaboração de todos os brasileiros possibilitariam a vitória na guerra. Esforço e colaboração pareciam convergir, assim, para a vitória do próprio regime. Ao mesmo tempo em que o discurso colocava o esforço do governo num patamar coletivo, o Presidente apelava aos instintos individuais para a produção e fiscalização dos homens, mulheres, habitantes das cidades e dos campos.

Nas fábricas, nas usinas, nos arsenais, nos navios, nos transportes, arcamos com as deficiências do nosso parque industrial; vamos marchando com firmeza e suprimo com extraordinário engenho as dificuldades técnicas e materiais. Os nossos marítimos, valentes e prontos ao sacrifício, os ferroviários, os trabalhadores dos transportes têm feito prodígios. Merecem, portanto, nossa admiração e francos louvores. (...) Precisamos convencer-nos de que a contribuição individual, a fiscalização popular são ainda os meios mais eficientes para compelir os recalcitrantes ao cumprimento do dever. O governo espera que os brasileiros, homens e mulheres, habitantes das cidades e dos campos, concorram com a sua parcela de esforço para o bem comum, que no momento significa, precisamente, esforço para a vitória³⁴⁸.

O discurso acima é de 10 de novembro de 1943, porém, já a partir de maio de 1942, o tema da guerra passou a aparecer de forma constante na revista *Cultura Política*. A edição número 15, de maio de 1942, abre com a informação, ainda antes do Sumário, de que aquela edição contava com a nova seção *Política militar e defesa nacional*. A informação destacava que a nova seção contaria “com a colaboração de elementos das nossas Forças Armadas de terra, mar e ar”³⁴⁹ e transcreve um trecho do texto do General Leitão de Carvalho, Inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares, o qual afirma que

merece francos aplausos a iniciativa da revista ‘Cultura Política’ de inaugurar uma seção destinada ao estudo dos problemas da defesa

³⁴⁷ Discurso de Getúlio Vargas pronunciado na inauguração do novo edifício do Ministério da Fazenda. D’ARAUJO, 2011, p. 465.

³⁴⁸ Ibidem, pp. 465-466.

³⁴⁹ CULTURA Política, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, mai.1942, p. 4.

nacional. (...) Que a compreendam e labutem juntos civis e militares, nesta trincheira da segurança nacional, são os meus votos de brasileiro e de soldado.³⁵⁰

Constam, ainda, nessa página de abertura, os nomes dos militares que colaboraram com artigos naquela edição.

A presença dos militares nas páginas da revista passou a ser predominante a partir de meados de 1942, principalmente após a declaração de apoio do Brasil aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Não por acaso, a edição seguinte, número 16, de junho de 1942, abre com o texto “As Classes Armadas em ‘Cultura Política’”, de Almir de Andrade, no qual o diretor da revista falou da importância da colaboração dos militares para que se cumprissem os objetivos daquela publicação de “desenvolver nas elites responsáveis a consciência da segurança da pátria”³⁵¹. O autor destacou que a colaboração dos militares nas páginas da *Cultura Política* era assídua desde o primeiro número, em março de 1941, mas passara a contar com uma seção temática exclusiva, a seção *Política militar e defesa nacional*. Nas palavras de Andrade:

A inauguração, no número passado desta revista, da secção ‘Política Militar e Defesa Nacional’, com o concurso de elementos das nossas Forças Armadas de terra, mar e ar, veio corresponder a um velho objetivo desta publicação, que os acontecimentos mundiais tornaram, hoje mais do que nunca, inadiável. Desde o seu primeiro número, em Março de 1941, tem podido contar esta revista com a colaboração assídua de figuras representativas do Exército e da Força Aérea Brasileira. (...) O que estava faltando era a incentivação e a coordenação desses trabalhos, afim de que, reunidos numa só secção e orientados para um mesmo fim comum, pudessem eles servir efetivamente à causa da segurança nacional, que está no primeiro plano das nossas cogitações políticas³⁵².

A seção *Política militar e defesa nacional* defendia, em primeiro plano, a ideia da colaboração panamericana. Naquela edição da *Cultura Política* num. 16, de junho de 1942, a referida seção iniciou com o artigo “Nossa primeira batalha”, texto sem autor, no qual se argumenta que a primeira batalha que o Brasil deveria enfrentar seria a da produção. O país deveria cumprir sua missão no cenário de guerra mundial,

³⁵⁰ CARVALHO, Leitão de. Texto de abertura da nova seção “Política militar e defesa nacional”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, mai. 1942, p. 4.

³⁵¹ ANDRADE, Almir de. As Classes Armadas em “Cultura Política”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, pp. 7-10, jun. 1942, p. 8.

³⁵² Ibidem, pp. 7-8.

no qual as importações caíam e aumentavam as necessidades de exportação de outros produtos.

O imperativo que domina, na presente situação, é o da organização econômica, principalmente levando-se em conta que a guerra, cortando a importação de numerosos produtos e exigindo a exportação intensiva de numerosos outros, abriu novas e grandes perspectivas a aproveitar e novos e grandes deveres de solidariedade a cumprir dentro de um plano de conjunto³⁵³.

O plano de conjunto destacado no artigo da revista estava relacionado ao alinhamento pactuado e exigido dos países americanos, no qual o maior esforço encontrava-se em adaptar-se às novas contingências do comércio internacional, principalmente. Nesse sentido, o texto enfatizou: “No comando supremo – o Chefe da Nação. Como estado-maior naturalmente indicado – a Comissão de Defesa da Economia Nacional”³⁵⁴. A Comissão de Defesa da Economia Nacional foi criada em setembro de 1939 a partir de plano elaborado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior com o objetivo de assegurar a defesa da economia nacional diante dos problemas ocasionadas pela guerra através do controle dos estoques e dos transportes e fretes, do fomento à exportação e de acordos com outros países.

Destacamos que a ampla intervenção estabelecida pelo Estado Nacional, que englobava os setores produtivos, a organização do mercado de trabalho, a produção cultural e o controle da informação, possibilitou o cumprimento da “batalha da produção” como a palavra de ordem do Chefe da Nação, fazendo-se endossar por toda a sociedade. Cabe lembrar o afastamento do liberalismo por parte do governo estadonovista e mencionar o texto de Celso Furtado na *Cultura Política* número 36, de janeiro de 1944, “A feição funcional da democracia moderna”, na seção *Ideias Sociais*. Numa única colaboração de Furtado para a *Cultura Política*, o autor defendeu que o governo deveria responsabilizar-se frente à questão do interesse público e afirmou que o Estado democrático moderno deveria assumir o papel de moderador social a fim de garantir a vitalidade das relações econômicas entre diferentes grupos sociais. Naquele ano de 1944, o intelectual havia concluído o curso de Ciências

³⁵³ NOSSA Primeira Batalha. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, pp. 215-217, jun. 1942, p. 215.

³⁵⁴ Ibidem, p. 217.

Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sido convocado para a Força Expedicionária Brasileira e enviado à Itália³⁵⁵.

Retomando a questão da economia de guerra, o artigo “Preparação moral e econômica da guerra”, publicado na edição de agosto de 1942, número 18, tratou o tema de forma mais teórica. Conforme o texto, a preparação econômica não apenas dizia respeito ao preparo econômico interno para a guerra, de garantir “o potencial econômico no seu mais alto grau de eficiência”³⁵⁶, mas também deveria observar a noção de guerra econômica ofensiva e guerra econômica defensiva, ou seja, tratava-se, também, de impedir que o adversário atingisse seu potencial econômico ou, mesmo, de reduzi-lo. A guerra econômica era travada, assim, em dois níveis: nacional e internacional. O nível nacional correspondia

à forma de organizar a economia em seus diferentes aspectos produtivos, de circulação e consumo, financeiro, etc, de maneira a valorizar efetivamente a capacidade de resistência da nação, decorrente dos meios de transporte, de mobilização econômica, das reservas, etc³⁵⁷.

O nível internacional “exige o estudo dos mercados estrangeiros, da vulnerabilidade do potencial econômico dos adversários prováveis, da capacidade de resistência destes e das formas por que assegurarão a própria vida econômica”³⁵⁸.

Nesse contexto, o artigo defendia a ideia de uma guerra econômica integral, a qual exigiria a mobilização econômica integral para constituir o potencial econômico total. Todos os recursos econômicos da nação deveriam ser mobilizados nesse sentido e a mobilização econômica integral substituiria o “anacrônico” conceito de mobilização industrial. A Economia de Guerra seria, assim, a adaptação da economia nacional às necessidades do consumo de guerra. A produção econômica deixaria de servir às necessidades individuais e passaria a atender “as necessidades supremas e coletivas da guerra”³⁵⁹. A Economia de Guerra “engloba a política de produção, e política comercial, a de transporte, a monetária e a social”³⁶⁰. O artigo

³⁵⁵ FURTADO, Celso. A feição funcional da democracia moderna. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 36, pp. 55-58, jan. 1944.

³⁵⁶ ARARIPE, T. A. Preparação Moral e Econômica da Guerra. *Cultura Política*, v. 2 n. 18, pp. 224-234, ago. 1942, p. 228.

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Ibidem, p. 229.

³⁶⁰ Ibidem.

destaca que a passagem de uma economia do tempo de paz para uma do tempo de guerra poderia ser feita quando as circunstâncias exigissem, ou seja, quando deflagrada a guerra, através de um planejamento consistente, caso da França e dos EUA, ou gradativamente a economia do tempo de paz adaptar-se-ia às necessidades do tempo de guerra, estando preparada para entrar em pleno funcionamento, caso da Alemanha, que mostrou uma posição mais ativa em relação a deflagração de um conflito, uma “tendência mais agressiva”³⁶¹.

O texto da *Cultura Política* posiciona o Brasil, através da visão astuta e do empenho do Chefe da Nação, entre as nações que se prepararam para a situação de guerra desde os anos anteriores a ela, pois vinha preparando as condições econômicas, em especial industriais, para tanto. Além disso, o uso no texto do termo integral não nos deve passar despercebido. Intelectuais ideologicamente influentes durante as anos 1930, como Miguel Reale, cujas ideias esboçamos em linhas gerais no primeiro capítulo, eram defensores do estado fascista integral, no qual o Estado, enquanto organismo político, moral e econômico superior aos indivíduos e agrupamentos e distribuidor de justiça, unia os valores comuns entre o Estado e as partes, sem desrespeitar os valores específicos e exclusivos, mantendo as desigualdades sociais e econômicas naturais e necessárias à ordem e ao desenvolvimento econômico.

O artigo ainda problematizou a questão do comando da guerra. A guerra de 1914-1918 deixou um clima de tensão e alerta constante com relação à possibilidade de novo conflito mundial. Mas, além disso, ela trouxe – como reflexo do fato da crescente influência da economia sobre a modalidade e fins da guerra – a discussão sobre quem deveria, então, dirigi-la, se chefes de Estados-Maiores técnicos ou generais. A primeira indicação, de técnicos, não consideraria o fato de que todas as estratégias, incluindo a econômica, a política, a moral, a terrestre, aérea e naval, estariam subordinadas aos princípios e à estratégia militar. Nesse sentido, o artigo claramente defende o comando por um general do Estado-Maior.

No novo contexto nacional, de alinhamento externo com as forças Aliadas, seria natural uma mudança de comportamento dos instrumentos de propaganda do governo, que passaram a dedicar mais espaço aos assuntos da guerra, ao contexto e à política internacionais, uma vez que era estratégico ao governo criar engajamento

³⁶¹ ARARIPE, 1942, p. 231.

social às suas ações relativas ao conflito mundial, além das habituais exposições sobre as questões nacionais. A partir de setembro de 1942, as seções da revista deixaram de ser numeradas e passaram de oito, que agrupavam muitos artigos cada, para cerca de vinte e cinco, com menos artigos cada uma. A seção *Brasil social, intelectual e artístico* foi diluída em seções específicas, como folclore, cinema, museus, rádio, música, artes plásticas etc. Foram criadas seções como finanças, produção, política nacional e internacional, filosofia, inquéritos e reportagens etc.

A edição de outubro de 1942 abre com a seção *O Brasil na guerra*. Nos três artigos que compõem a seção, destacamos o chamamento ao dever de todo brasileiro de colaborar com o esforço de guerra empreendido pelo país, em nome não somente da segurança nacional, mas também da colaboração interamericana, uma vez que, segundo Vargas, em discurso em comemoração ao 7 de setembro de 1942, o Dia da Independência, “isolar-se equivale a expor-se mais facilmente”³⁶². Naquele discurso, o Presidente afirmava que a Semana da Pátria, naquele ano, assumia “o caráter de um movimento de mobilização geral das forças morais e materiais da Nação” e que seu objetivo, então, era “conclamar os brasileiros ao cumprimento de obrigações penosas”³⁶³. O Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em discurso dirigido ao Exército, em 21 de agosto de 1942, destacou que “nesta hora grave de nossa nacionalidade, o Exército confunde-se com o povo, ambos partilhando as mesmas emoções, ambos arrebatados na mesma intensa e pura vibração de um patriotismo sincero e profundo”³⁶⁴. Segundo o ministro, caberia ao Exército e ao povo, ligados por afeição e confiança, obedecer “fielmente a voz de mando do Chefe Supremo da Nação, o Exmo. Sr. Presidente da República”³⁶⁵.

No campo das ações concretas do regime em relação à declaração de guerra aos países do Eixo, o artigo “Medidas de guerra tomadas pelo Governo”, trouxe as transcrições de três documentos: a nota à imprensa, expedida após reunião do Presidente com seus ministros, em 22 de agosto, reconhecendo “a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras – Alemanha e Itália”³⁶⁶; a

³⁶² VARGAS, Getúlio. O discurso do Presidente da República. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 7-10, out. 1942b, p. 9.

³⁶³ Ibidem, p. 7.

³⁶⁴ DUTRA, Eurico Gaspar. A proclamação do Ministro da Guerra. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 11-12, out. 1942, p. 11.

³⁶⁵ Ibidem, p. 12.

³⁶⁶ MEDIDAS de Guerra tomadas pelo Governo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 13-14, out. 1942, p. 13.

declaração do estado de guerra em todo território nacional, através do Decreto-Lei 10.568, de 31 de agosto; e o decreto que ordenou a mobilização geral, em todo o território nacional, em virtude da declaração do estado de guerra, colocando de sobreaviso não apenas os reservistas das forças armadas, como também todos os brasileiros natos ou naturalizados.

A edição de novembro de 1942 foi comemorativa ao quinto aniversário do Estado Nacional. Logo após o texto de abertura, de Almir de Andrade, a edição imprimiu a foto de Getúlio Vargas na noite de 10 de novembro de 1937, no momento em que anunciava, via microfone instalado no Palácio do Catete, a implantação do Estado Nacional. A foto foi seguida da “Proclamação ao povo brasileiro”, texto integral da “histórica proclamação dirigida ao povo brasileiro pelo Presidente Getúlio Vargas, na noite de 10 de novembro de 1937”³⁶⁷. A edição apresentou, antes dos artigos, um balanço do governo no quinquênio 1937-1942, dividido por ministério. O balanço incluiu também o Departamento de Administração do Serviço Público, criado por decreto em julho de 1938, e o Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em dezembro de 1939, indicando a importância dos dois departamentos na estrutura do governo e seus *status* de quase-ministérios, afinal, ambos eram ligados diretamente à Presidência da República.

As comemorações do aniversário do regime ainda reverberaram na edição de dezembro de 1942, na qual se percebe claramente a vinculação daquelas comemorações com as ações do governo no esforço de guerra, vinculadas à economia de guerra. A publicação iniciou com as transcrições de quatro discursos de Vargas: “O discurso da Aeronáutica”, realizado no almoço oferecido pelo Ministro Salgado Filho, em 8 de novembro de 1942; o “Discurso no Ministério da Marinha”, em 9 de novembro de 1942; o “Discurso no Ministério da Guerra”, realizado no almoço oferecido pelo Ministro Eurico Gaspar Dutra, em 10 de novembro de 1942; e o “Discurso no Teatro Municipal”, realizado na noite de 10 de novembro de 1942. As comemorações do aniversário do regime foram registradas na *Cultura Política* de modo a destacar a estreita ligação do Presidente com as Forças Armadas. Os discursos enfatizaram o esforço de guerra e o papel dos militares na defesa da segurança e soberania nacionais e no desenvolvimento das atividades necessárias à

³⁶⁷ VARGAS, Getúlio. Proclamação ao Povo Brasileiro (10 de novembro de 1937). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, pp. 10-15, nov. 1942d, p. 15.

superação do atraso como a sua fundamental colaboração para as atividades produtivas. Em discurso no Ministério da Guerra, Vargas afirmou:

A lição dos acontecimentos mostra que não basta dispor de unidades valorosas e bem treinadas para fazer a guerra. A feição moderna da arte bélica exige mais do que isso. Impõe que, em sentido amplo, se faça a mobilização defensiva da Nação. Necessitam-se fábricas, técnicos, produção industrial, um outro exército de retaguarda, aguerrido e pronto ao lado das máquinas produtoras de material bélico, de combustíveis, de produtos químicos. É preciso que as indústrias de paz possam mudar de ritmo e acompanhar as necessidades da guerra em múltiplos setores. Nesse sentido, temos procurado, precisamente, conduzir as atividades do nosso parque industrial, e não nos tem faltado a patriótica colaboração das classes produtoras³⁶⁸.

O Presidente também destacou que as medidas de mobilização geral foram tomadas, além daquelas medidas de caráter preparatório, como

a reorganização de quadros, o reaparelhamento de fábricas, ensino técnico especializado, educação cívica da juventude, levantamento de quartéis, reformas de serviços sanitários, de comunicações e de intendência e aquisição de material moderno para as formações de combate auxiliares³⁶⁹.

Afora a defesa do esforço de guerra, o Presidente evidenciou a importância que o governo dava à aeronáutica como elemento fundamental da integração nacional e, para cumprir tal missão, houve aumento da frota de aviões e os incentivos necessários à formação de pessoal, através da Escola da Aeronáutica. Ao encerrar seu discurso no Ministério da Marinha, o Presidente evocou a inscrição das bandeiras da Marinha de Guerra: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”³⁷⁰.

O tema da guerra mereceu inclusive uma edição especial da revista. Em 22 de agosto de 1943, foi publicada a edição extraordinária *O Brasil na guerra*, número 31, ainda mais robusta que as demais, em número de páginas e de artigos. A publicação contou com a colaboração do embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, Jefferson Caffery, que escreveu o artigo de abertura da revista. Em tom elogioso, o embaixador norte-americano avalia a atuação do Brasil passados

³⁶⁸ VARGAS, Getúlio. Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas: Discurso no Ministério da Guerra. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, pp. 7-18, dez. 1942c, pp. 12-13.

³⁶⁹ Ibidem, p. 13.

³⁷⁰ VARGAS, 1942c, p. 12.

um ano da declaração de guerra aos países do Eixo. Em curto texto, destacou as prontas ações do país frente às decisões tomadas na Conferência dos Chanceleres, ocorrida em janeiro de 1942, afirmando que

Nêste primeiro aniversário da sua entrada na guerra que as Nações Unidas travam contra a pirataria internacional do Eixo, o Brasil pode rever com satisfação os passos dados até o presente: porque êles veem constituindo valiosos elementos para a vitória que se aproxima³⁷¹.

Também coube ao embaixador algumas palavras sobre a contribuição brasileira em relação ao esforço de produção para a guerra: “Abriu os veios mais férteis do seu subsolo às necessidades da indústria bélica das Nações Unidas, franqueou-lhes as suas florestas, de onde manam preciosos produtos, essenciais ao nosso esforço conjunto”³⁷².

A edição extraordinária também teve a publicação de uma seção dedicada à *Economia de guerra* com seis artigos, sendo um deles a reportagem especial “O esforço de guerra da Coordenação de Mobilização Econômica”. Cabe destacar que, em agosto de 1943, quando da publicação dessa edição extraordinária, a Coordenação tinha quase um ano de atuação, pois havia sido criada em 28 de setembro de 1942³⁷³. A Coordenação foi criada com o objetivo de ampliar a esfera de atuação da Comissão de Defesa da Economia Nacional, com atribuições mais amplas que essa última em atendimento às contingências geradas pela adesão do Brasil à guerra mundial ao lado dos Aliados.

O governo entendeu ser necessário um controle mais amplo do Estado sobre a economia, o que foi realizado através da mobilização, pelo decreto que instaurou a Coordenação, de todos os recursos econômicos do país, incluindo mão de obra, em prol do esforço de guerra. O Estado passou a intervir nas esferas da

³⁷¹CAFFERY, Jefferson. O papel do Brasil na Guerra. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, pp. 9-10, ago. 1943, p.9.

³⁷² Ibidem, p. 10.

³⁷³ A Coordenação de Mobilização Econômica (Decreto-Lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942) foi criada em substituição à Comissão de Defesa da Economia Nacional (Decreto-Lei n. 1.641, de 29 de setembro de 1939), ambas eram subordinadas diretamente à Presidência da República. BRASIL. Decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942. Mobiliza os recursos econômicos do Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p 14484, set. 1942b.; BRASIL. Decreto-lei nº 1.641, de 29 de setembro de 1939. Dispõe sobre a criação o funcionamento da Comissão de Defesa da Economia Nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 23239, set. 1939b.

produção, circulação, distribuição e consumo, nos âmbitos público e privado em todo território nacional. O artigo da *Cultura Política* número 31 destacou algumas ações de intervenção da Coordenação, como a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), o que chamou de “a batalha da borracha”, o convênio assinado entre a Coordenação e a indústria têxtil do Brasil para a redução em cinquenta por cento dos preços de nove tipos de tecidos, regulando a produção, a distribuição e os preços de tecidos populares e a Expedição Roncador-Xingú, vinculada a estratégia do governo de expansão da exploração dos recursos naturais rumo ao oeste do país, a qual tinha explícita ligação com o esforço de guerra:

A expedição Roncador-Xingú, organizada pela Coordenação de Mobilização Econômica, representa mais um esforço de guerra, pois a estrada que será aberta ligando o centro ao norte do país, cortando florestas imensas, servirá para escoar inúmeros produtos básicos à indústria bélica, sendo de destacar a borracha, uma vez que no roteiro traçado existem muitos seringais, cuja produção é quasi nenhuma em virtude da falta de transportes³⁷⁴.

Em novembro de 1943, embora não com o título de edição comemorativa, o Estado Nacional foi homenageado com a seção *O Estado Nacional, seu espírito e realizações*, contendo dezessete artigos. Foram abordados os temas democracia, processo civil, defesa do Estado, diplomacia brasileira, o futuro Código Brasileiro do Trabalho, o babaçu na economia brasileira, as realizações do governo no mês de setembro de 1943, a Escola Darcy Vargas e os rumos da pesca no Brasil, a Revolução de 1930, custo de vida e cooperativismo, dissolução dos partidos políticos brasileiros e o Brasil na guerra, entre outros. Com vasto escopo temático, a seção dedicada ao aniversário do Estado Novo ocupou cerca de dois terços do número de páginas da edição.

O artigo “O Brasil na guerra”, publicado na edição de novembro de 1943, enfatizou o planejamento do governo Vargas em relação à guerra, do qual extraímos quatro prerrogativas fundamentais para o enfrentamento das circunstâncias. A primeira diz respeito à logística da produção:

A guerra tem sua estratégia, sua tática e sua logística. Enquanto a estratégia traça as linhas mestras das finalidades da guerra e das

³⁷⁴ O ESFORÇO de guerra da Coordenação da Mobilização Econômica. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, pp. 125-143, ago. 1943, p.138.

suas ações, a tática, a aplicação das ações de governo, a logística fornece o que a estratégica e a tática precisam para obter o fim bélico almejado. (...) A logística para nós está sobretudo nesta grande batalha da produção, que estamos enfrentando em centenas de sectores com tantos esforços. (...) O Presidente soube definir o fundamental para o Brasil, para esta guerra, antes que ela viesse a nosso encontro: *a produção*³⁷⁵.

A segunda, ao controle da produção:

Todo aparelho de transporte está militarmente mobilizado, de modo ativo ou latente, conforme as circunstâncias, tendo a prioridade finalidade militar. Assim também todo o aparelho civil dos funcionários públicos da Nação, dos Estados e dos Municípios. Foram criados vários órgãos de controle da produção, e da sua distribuição, funcionando com leis e disciplina impostas pela guerra, e vigilância sempre mais severa³⁷⁶.

A terceira, ao apelo afetivo do Presidente para com os brasileiros: “trabalhar e produzir”.

O apelo à produção, – *produzir, produzir mais e melhor, nas cidades e nos campos* – é a constante mais frequente, sob variadas formulações, em todos os discursos, mensagens e entrevistas do Presidente, dirigindo-se ao povo brasileiro: quer fale num 7 de setembro a todo o povo, num 1º de maio aos trabalhadores, numa solenidade de inauguração a um grupo de produtores, numa visita a uma região do país a determinadas populações – o Presidente concita sempre todos a *trabalhar e produzir*³⁷⁷.

E, por fim, a quarta prerrogativa, que projetava uma nação mais poderosa e destacada no cenário internacional:

O Brasil que vai sair desta guerra será mais unido socialmente e nacionalmente, portanto mais forte e mais profundamente formado, com melhores condições para realizar seus grandiosos destinos. A nossa responsabilidade para com o futuro é enorme e devemos nos pôr na altura de assumi-la. Vendo as coisas com claro realismo, sabemos desde já que esta guerra exerce influência decisiva na nossa vida e nos nossos destinos. Estamos evoluindo aceleradamente nos campos econômico, político e social, cabendo-nos uma posição dianteira indiscutível de inovações nas Américas³⁷⁸.

³⁷⁵ O BRASIL na guerra. *Cultura Política*, v. 3, n. 34, pp. 177-191, nov. 1943, p. 182, *grifos no original*.

³⁷⁶ Ibidem, p. 184.

³⁷⁷ Ibidem, pp. 182-183, *grifos no original*

³⁷⁸ Ibidem, pp. 190-191.

A propaganda política do regime, assim, construía a narrativa da cooperação e o discurso da unidade nacional em torno de um objetivo comum: o futuro do país. O artigo, embora não detalhe o planejamento, as estratégias, táticas e logísticas, uma vez que se tratava de segredos de guerra, deu muita ênfase à questão da produção. A industrialização do período guarda estreita relação com a guerra, a necessidade de produção interna de alguns bens de consumo e a exploração em maior escala dos recursos naturais, em especial para fins bélicos. A logística e os transportes tiveram grande avanço por conta da necessidade de cooperação interamericana, na qual coube ao Brasil o fornecimento de matérias primas, como a borracha, para a indústria de guerra.

A edição da revista de dezembro de 1943, como em 1942, também foi dedicada às comemorações do 10 de novembro. Nas primeiras páginas foram publicados discursos do Presidente Vargas, de alguns ministros e do diretor do DIP, Amílcar Dutra de Meneses. Com destaque, foram reproduzidos os decretos de aumento dos vencimentos dos servidores civis e militares da União, do aumento do salário mínimo em todo o país³⁷⁹, instituição do salário adicional para a indústria³⁸⁰, do salário compensação e do aumento do salário no Distrito Federal. Esse era um importante aceno aos trabalhadores, dos quais o regime vinha dependendo cada vez mais para sua legitimação. No ano de 1943, com o Estado Novo já sentindo a pressão da oposição, a busca por assegurar e ampliar o apoio da classe trabalhadora fez com que não fosse mais prerrogativa do Primeiro de Maio anunciar as benesses àquela classe.

As edições de novembro e dezembro de 1944 também expressaram um certo esgotamento do regime. As publicações em comemoração ao aniversário de Estado Nacional focaram suas atenções na figura do Presidente Getúlio Vargas na busca de apelar ao conteúdo carismático daquela festividade. Em 1944, a publicação de novembro foi uma “Edição especial comemorativa do 7º aniversário do Estado Nacional”, com uma longa seção denominada *Aspectos das realizações do Estado*

³⁷⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 5.997, de 18 de novembro de 1943. Dá nova redação aos arts. 5º e 6º do Decreto-lei nº 3.038, de 10 de fevereiro de 1941. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 17025, nov. 1943c.

³⁸⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 5.978, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário adicional para a indústria e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 17077, dez. 1943b.

Nacional, composta por dezessete artigos, que representou dois terços do total de páginas da revista. O texto de abertura da edição, “O Presidente e o 10 de Novembro”, de Almir de Andrade, destacou que naquele mês coincidiam dois eventos importantes: a comemoração do aniversário da Constituição de 10 de novembro de 1937 e o lançamento do Volume dez da coletânea *A Nova Política do Brasil*, que reuniu os discursos de Vargas de 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944, cujo subtítulo era “O Brasil na guerra”. A edição de dezembro de 1944 foi extraordinária em forma e conteúdo, sendo 14 dos seus 29 artigos excertos do livro de Vargas *A Nova Política do Brasil*. A propaganda política do regime alcançava seu ponto de inflexão, focada no Presidente Vargas, sua personalidade enquanto líder, realizador e clarividente.

A última edição da *Cultura Política*, o número 51, de agosto de 1945, inicia com o artigo “Cultura Política em sua nova fase”, assinado por Almir de Andrade, que continuou na direção da revista mesmo após a extinção do DIP, em maio de 1945. A nova fase seguiria os mesmos valores da anterior: “O programa de ontem é o programa de hoje”³⁸¹, no entanto com um novo objetivo: ser mais acessível ao grande público, cumprindo com os objetivos de seu programa cultural de “extensa educação popular e divulgação em massa”³⁸². Segundo Andrade, o novo formato, menor e mais leve, aumentaria, assim, a possibilidade de maior tiragem e melhor distribuição. O referido artigo reproduzia na íntegra o primeiro artigo do primeiro número de *Cultura Política*, de março de 1941. A intenção era mostrar a continuidade do programa que foi – e continuaria sendo – apresentado naquelas páginas. A reprodução da primeira página do primeiro número da revista seria “prova de coerência entre a nossa atitude de hoje e o nosso programa de cinco anos atrás”³⁸³.

Em síntese, inferimos que um dos aspectos mais relevantes da narrativa construída pela propaganda na *Cultura Política*, conforme destacamos, dizia respeito à ênfase na nova organização econômica do país, especialmente voltada, devido à conjuntura, ao esforço de guerra, o qual o regime convencionou chamar de economia de guerra. Numa visão panorâmica, os textos ali publicados, por atenderem aos requisitos editoriais da revista, fizeram parte do trabalho de enquadramento da

³⁸¹ ANDRADE, Almir de. “Cultura Política” em sua nova fase. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 51, pp. 5-8, ago. 1945, p. 7.

³⁸² Ibidem, p. 6.

³⁸³ A EVOLUÇÃO política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 52, pp. 9-11, ago. 1945, p. 9.

memória. Os estudos historiográficos, sociológicos, culturais e econômicos produzidos no período circularam naquelas páginas e construíram uma memória, delegando, assim, à revista *Cultura Política* um papel importante na construção da memória oficial de uma época. O próprio Almir de Andrade destacou a receptividade e credibilidade da *Cultura Política* no Brasil e no exterior, reforçando nosso argumento da importância do discurso de autoridade conferido à revista. O diretor afirmou, em texto no último número da publicação, que vários artigos ali publicados foram, depois, republicados por instituições públicas e privadas, como base de estudos e fonte de informação segura e enfatizou o especial alcance da revista nos EUA, onde estaria disponível em mais de uma centena de bibliotecas de universidades.

Apesar da expectativa de Almir de Andrade com relação à nova fase da revista, o número 51 foi o último publicado. Com a crise do Estado Novo, a *Cultura Política* foi perdendo seu sentido de existir. Em maio de 1945, o DIP havia sido substituído pelo Departamento Nacional de Informações. O novo órgão, além de não ser mais voltado diretamente e exclusivamente à propaganda, não era mais subordinado diretamente à Presidência da República, e sim ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como os órgãos que antecederam ao DIP. Perdeu o caráter centralizador e a função de censura e passou a realizar consulta a órgãos de classe³⁸⁴. A propaganda estatal encerrava um capítulo de sua história.

Ao longo dos anos de atividade do DIP, enquanto departamento com amplo espectro de ação, especializado na propaganda do Estado Novo, verificamos que o esforço do regime em produzir modos de vida, de comportamento e de relações, inclusive de produção, que seriam seguidos de norte a sul, de leste a oeste do país, era impresso nos meios de comunicação oficiais.

A análise da produção da propaganda política realizada neste capítulo nos permite tecer, ainda, mais algumas observações quanto ao quadro geral de desenvolvimento das estratégias de propaganda do regime. Consideramos que a produção da propaganda obedeceu a certos padrões ao longo dos anos, respondendo de forma astuta aos imperativos das conjunturas. Assim, propomos

³⁸⁴ Conforme o Decreto nº 7.582, de 1945, que extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda e criou o Departamento Nacional de Informações. BRASIL. Decreto-lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 9433, mai. 1945b.

observar a propaganda produzida pelo CJB e pela *Cultura Política* em quatro grandes momentos.

O primeiro desses momentos compreende os anos de 1938, primeiro ano de produção do CJB, e 1939, com a criação do DIP em dezembro. Nos primeiros anos de produção do CJB, 1938 e 1939, as imagens demonstram um caráter mais experimental, nas quais se tateava ou ensaiava o caminho a ser percorrido. Sua produção era realizada por empresa privada, a Cinédia, pois o Estado não tinha as condições técnicas para realizá-la.

O segundo momento da propaganda política do regime estendeu-se de 1940 até meados de 1942. A criação do DIP inaugurou um novo momento, no qual a construção das imagens passou a ter endereço certo. Elas eram costuradas de forma muito precisa pela política de propaganda determinada pelo novo órgão a fim de alcançar públicos muito específicos a partir da personificação do poder e da construção da imagem do grande chefe da nação. Em comum, os dois períodos, 1938-1939 e 1940-1941, têm a forte concentração de esforços para consolidar a imagem de Getúlio Vargas como monumento. A revista *Cultura Política* já foi criada, em 1941, sob os auspícios do DIP, ou seja, no seio de uma proposta de propaganda política que encampava, de forma muito clara e direta, a ideia de endereçamento da sua narrativa. Nesse contexto, os militares tiveram grande destaque, figurando, por partilhar dos privilégios das elites intelectuais do país, como público-alvo e interlocutores do discurso ali veiculado.

O terceiro momento estendeu-se do alinhamento do Brasil à Guerra ao lado dos Aliados até fins de 1944. O alinhamento do país com os Aliados em meados de 1942 introduziu novos elementos imagéticos à propaganda do Estado. Além de tornar ainda mais frequentes as reportagens sobre navios sendo lançados ao mar, criando a imagem do país soberano militarmente e do governo que tomava a frente na produção para a guerra, os cinejornais passaram a apresentar críticas aos governantes dos países do Eixo (Itália, Japão e Alemanha), muitas vezes em tom de deboche, assim como foi frequente a tentativa de mostrar o mau associado a esses governos e seus regimes. Também a *Cultura Política*, a partir desse período, passou a apresentar como eixo central da sua narrativa a economia de guerra, com foco especial na guerra da produção e no discurso da soberania e segurança nacionais.

Por fim, o último suspiro do regime estadonovista ao longo do ano 1945 ficou refletido na sua propaganda política de forma exemplar. Nas imagens do CJB

foi inaugurada uma nova etapa, na qual se percebe menos a presença de Getúlio Vargas. A propaganda passou a fazer menos alusão aos feitos do governo, o que pode ter sido uma percepção de que a estratégia propagandística do regime no CJB estava chegando a um ponto de esgotamento. Já na *Cultura Política*, o esgotamento foi percebido de forma oposta: a presença de Vargas e de seus pensamentos foi reforçada ao longo dos anos. Exemplo disso são as edições, acima analisadas, de novembro e dezembro de 1944, as quais, comemorativas ao aniversário do Estado Novo, atrelaram essa festa à figura de Vargas, dedicando muitas das suas páginas aos seus discursos. Também destacamos às referências com deferimento ao aniversário de Vargas, o 19 de abril, que apareceu de forma modesta nas edições de abril de 1941 e 1942, apenas com a publicação da seção ordinária “O pensamento político do Chefe do Governo”, com um e dois artigos, respectivamente, mas que ganhou destaque crescente ao longo dos anos. A edição de abril de 1943, de número 26, abriu com o texto “O pensamento político do Presidente”, anunciando que em 19 de abril daquele ano seria publicada uma compilação das vinte e cinco primeiras edições da *Cultura Política*. Em abril de 1944, a edição número 39 foi totalmente dedicada à comemoração do aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Em 1945, a edição de número 50, penúltima da série da revista, abriu com o texto “O 19 de Abril”, no qual a data é referenciada como “O Dia do Presidente”.

Com a percepção de quase exaustão das formas de governar do regime – com um chefe forte, mas que perdia apoio, com um estado centralizado, mas que encontrava, cada vez mais, oposições regionais –, a propaganda oficial e, conseqüentemente, a construção da memória, buscavam novos caminhos. Claramente podemos perceber que as estratégias de propaganda dos dois veículos, CJB e *Cultura Política*, seguiram, nesses momentos finais do regime, caminhos diferentes. Essa diferença de estratégia creditamos, como hipótese, ao fato de serem meios de comunicação de massa destinados a públicos diferentes. São os diferentes públicos que nos dizem as diferentes formas de consumo da propaganda política produzida pelo DIP. Assim, após analisadas as condições, pressupostos e conteúdos do que foi produzido, passamos à análise do consumo, destacado nesta tese como um dos objetos do nosso interesse. Pretendemos observar, desse modo, como o governo buscou atingir seus públicos-alvo através dos meios de comunicação oficiais de propaganda política, bem como observar a distribuição dessa propaganda como

materialização da intervenção do estado autoritário no campo da cultura e, portanto, da política e da economia.

3 A DISTRIBUIÇÃO E O CONSUMO DA PROPAGANDA POLÍTICA DO ESTADO NOVO

A propaganda do Brasil não deve cifrar-se, como até agora acontece, aos setores estrangeiros. Faz-se, também, mister, para nos unirmos cada vez mais, que nos conheçamos profundamente, afim de avaliarmos a riqueza das nossas possibilidades e estudarmos os meios seguros de aproveitá-las em benefício da comunhão³⁸⁵.

O trecho acima é do discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido na manifestação promovida por cinematografistas no Palácio do Catete, em 25 de junho de 1934. Nele, o Presidente revela a disposição do governo em criar meios e espaços nacionais para o desenvolvimento da “propaganda do Brasil”. O discurso era destinado ao “pessoal do cinema” e, por isso, Vargas enfatizou a importância do cinema como instrumento de unificação nacional, instrução da grande massa de analfabetos e componente expressivo do projeto de modernização do país. A partir dele, é possível notar a preocupação do governo Vargas com a propaganda estatal, a qual ganhou concretude ao longo dos anos 1930, e consolidou-se com o golpe de 1937, abrangendo todos os meios de comunicação e submetendo-os através de uma organização burocratizada, centralizadora, corporativista e autoritária.

Neste terceiro capítulo, abordamos a distribuição e o consumo, na condição de dois aspectos da economia política da propaganda estatal. Após a análise da produção da propaganda política do Estado Novo, realizada no segundo capítulo, nosso objetivo é analisar o controle do Estado autoritário sobre a distribuição, a circulação e o consumo daquela propaganda. Para tanto, destacamos a importância do corporativismo estatal adotado pelo regime estadonovista, o qual redefiniu a relação entre o público e o privado, impactando decisivamente tanto na distribuição quanto no consumo da propaganda política no período. Pensamos, portanto, em distribuição a partir das novas formas de domínio do Estado autoritário sobre a circulação da informação e o controle das narrativas, as quais encontraram concretude no novo aparato estatal organizado em departamentos, com centralização do poder a partir do Executivo. O consumo da propaganda política, nesse contexto, consolidou-se na concepção do público-alvo, ou seja, no movimento do Estado em direção às massas, que passaram a ser organizadas, a partir das multidões

³⁸⁵ VARGAS, 1934.

dispersas, em grupos de interesse econômico, como no caso dos trabalhadores, para fins de alcance daquela propaganda, operacionalizada no direcionamento de conteúdos específicos de forma a obter impactos precisos.

O avanço do Estado sobre os meios de comunicação durante o regime estadonovista foi amplo. Desde o golpe de 1937, o governo iniciou uma campanha de fechamento e encampação de meios de comunicação³⁸⁶. A censura ganhou destaque extraordinário, digno de um regime ditatorial, e, principalmente, adquiriu outro nível de sofisticação com a transformação de uma censura meramente policial em outra, de caráter cultural. A repressão, que crescera ao longo dos anos 1930, foi intensificada após 1937. Assim, a intervenção do Estado nos meios de comunicação foi garantida através de diferentes frentes de ação: o domínio direto dos aparelhos de imprensa e comunicação, a censura, a repressão, o controle sobre a importação de insumos indispensáveis à imprensa e, como discutimos no primeiro capítulo, a salvaguarda dos intelectuais sob sua orientação, comando e vigilância.

No Estado Novo, a propaganda política passou a ser aberta e oficialmente custeada pelo governo. O que antes era feito de forma indireta, com a contratação dos serviços de propaganda e compra de espaços na imprensa e em cinejornais privados, prática conhecida como “cavação”, passou a ser realizado dentro do próprio aparato institucional do Estado, com a criação de órgãos especializados, todos supervisionados e orientados pelas diretrizes, técnicas e doutrinárias, estabelecidas pelo DIP. O alcance da propaganda política produzida pelo DIP, porém, era muito maior do que o número de cinejornais produzidos, de revistas publicadas e outros materiais de propaganda distribuídos. Com a adoção de um sistema corporativista de organização da sociedade brasileira, o qual estabeleceu uma nova relação entre o público e o privado, o sentido da atuação do órgão de propaganda era de doutrinação, de criação de referências para os meios de comunicação, públicos e privados, espraiando o Estado Novo por toda a sociedade.

O regime estadonovista buscava legitimação através da mobilização das massas, assim entendidas a partir das multidões, paulatinamente organizadas pelo corporativismo estatal, que enquadrou as diferentes classes sociais de acordo com suas funções econômicas, trazendo-as para perto do Estado, sob sua tutela, monitoramento e dependência. A mobilização e a organização das multidões foram

³⁸⁶ Conforme nota 174, no capítulo 2.

realizadas por diversos meios e instrumentos estatais, mas foi a propaganda política, departamentalizada aos moldes burocráticos corporativistas, que possibilitou à multidão ver-se como um todo unívoco a partir de peças produzidas especificamente para cada grupo de interesse do Estado. A ação da propaganda, nesse sentido, transformou a multidão, dispersa e desorganizada, em massa, concentrada nos estádios e nos desfiles e organizada no estilo militar.

Na primeira parte do capítulo, analisamos como se deu a distribuição da propaganda política do regime a partir do processo de burocratização do Estado, seu significado e escopo de ação. Na segunda parte, analisamos o consumo da propaganda política a partir das construções das imagens e discursos elaborados pelo regime para os diferentes públicos. As multidões, nesse contexto, foram transformadas em massa pelos instrumentos de propaganda como forma de atraí-las para o projeto do Estado Novo, aproximando-as do governo. Nossa análise é focada nas imagens do CJB, as quais destacavam a relação de proximidade entre a massa e o governo, representado na figura de Getúlio Vargas. Ao configurar-se como um instrumento de comunicação de massa e valer-se da linguagem imagética, o CJB, conforme a própria visão do regime, tinha uma capacidade maior de alcance da população, em geral, e entre os analfabetos, em especial, e representava um componente da modernização do país³⁸⁷. Na terceira e última parte deste capítulo, analisamos a transformação da multidão em massa de trabalhadores.

3.1 A DISTRIBUIÇÃO: O PAPEL DA BUROCRATIZAÇÃO PARA A PROPAGANDA POLÍTICA

O Chefe do Governo chega à Ilha do Viana, onde têm lugar as comemorações do Dia do Marítimo. Vinte e nove de junho, dedicado a esta festa, dá motivo todos os anos a solenidades de

³⁸⁷ Quanto à nossa outra fonte de pesquisa, a revista *Cultura Política*, julgamos que seu escopo de alcance no período era limitado, em primeiro lugar, pela alta taxa de analfabetismo no país e, em segundo lugar, por entender, acompanhando Velloso e Gomes, que os intelectuais e os homens do governo eram, em geral, seu público-alvo. VELLOSO, 1982.; GOMES, 1996.

Um fato que sintetiza o elitismo da *Cultura Política* é a publicação de um artigo em francês na edição de agosto de 1942, número 18, na seção “Política militar e defesa nacional”. Além de publicar os artigos habituais, como a série “Panorama da guerra”, aquela seção trouxe um artigo do Tenente-Coronel do Exército da França, Pierre Gausso, ex-oficial da Missão Militar Francesa no Brasil, publicado no original, em francês. Ao final do artigo há uma nota de rodapé que informa, em português: “Atendendo ao nosso convite, o Cel. Gausso começa a sua colaboração em ‘Cultura Política’ com um ensaio de definição de Estratégia. Pedimos a atenção dos nossos leitores para o sentido estreitamente militar, em que a emprega, que concorre para maior clareza da definição”. GAUSSOT, Pierre. *Stratégie* 1942. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, pp. 216-225, ago. 1942, p. 225.

congratamento dos trabalhadores do mar. Este ano é homenageado na concentração o Presidente Getúlio Vargas, que aí pronuncia importante discurso levado a todos os pontos do território nacional e ao exterior através das irradiações do Departamento de Imprensa e Propaganda³⁸⁸.

O trecho acima é da reportagem especial CJB número 126 sobre o discurso do Presidente Vargas na comemoração do Dia do Marítimo, na Ilha do Viana, em Niterói, Rio de Janeiro. Esse cinejornal é de 1940, fase da propaganda política do estado Novo que consideramos, conforme discutimos no segundo capítulo, de grande esforço do governo na construção e consolidação da sua autoimagem, durante a qual a imagem do presidente era explorada de forma extensiva. A informação de que o discurso de Vargas seria levado “a todos os pontos do território nacional e ao exterior através das irradiações do Departamento de Imprensa e Propaganda” não apenas demonstra a importância do órgão de propaganda para a divulgação do regime, como também exprime a dimensão do aparato institucional da propaganda política do Estado Novo. Nesta primeira parte do terceiro capítulo concentramos nossa análise mais detidamente na atuação do DIP e na sua importância para a divulgação e distribuição dos produtos de propaganda política elaborados pelo aparelho estatal estadonovista.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em dezembro de 1939, encarregado de toda a propaganda do governo, da produção e do controle de conteúdo na imprensa e nas expressões artísticas, da censura e da autoridade sobre a circulação da informação em todo território nacional e da imagem do país no estrangeiro. Mas a criação do DIP não inaugurou a preocupação do governo pós-1930 com a imprensa e a propaganda³⁸⁹. Como já destacamos na introdução ao

³⁸⁸ CJB, n. 126, v. 1, 1940.

³⁸⁹ Entre os decretos estabelecidos entre 1930 e 1945 relativos aos meios de comunicação e à propaganda, destacamos: *Decreto nº 20.033 de 1931*, que criou o Departamento Oficial de Publicidade; *Decreto nº 20.138 de 1931*, que estabeleceu que o Departamento Oficial de Publicidade teria existência autônoma, até que se cumprisse a primeira parte do decreto nº 20.033; *Decreto nº 21.240 de 1932*, conhecido como “lei da obrigatoriedade”; *Decreto nº 24.531 de 1934*, cujos artigos 297 a 396 são relativos à censura; *Decreto nº 24.651 de 1934*, que criou o DPDC; *Decreto-Lei nº 1.915 de 1939*, que criou o DIP; *Decreto nº 5.077 de 1939*, que aprovou o regimento do DIP; *Decreto 1.949 de 1939*, que fixou as normas que regiam as atividades de imprensa e propaganda no Brasil, fiscalizadas pelo DIP; *Decreto 2.557 de 1940*, que regulamentou o funcionamento dos DEIPS – Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda; *Decreto nº 4.064 de 1942*, que instituiu o Conselho Nacional de Cinematografia na Divisão de Cinema e Teatro do DIP; e *Decreto 7.582 de 1945*, que extinguiu o DIP e criou o Departamento Nacional de Informações.

BRASIL. Decreto nº 20.033, de 25 de maio de 1931. Cria o Departamento Oficial de Propaganda. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 8794, mai. 1931a.; BRASIL. Decreto nº 20.138 de 22 de junho de 1931. O Departamento Oficial de publicidade terá existência autônoma, até que se

segundo capítulo, em 1931, logo após a instalação do Governo Provisório, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade e, em 10 de julho de 1934, pelo Decreto nº 24.651, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, este último já sob a direção de Lourival Fontes. Para o governo, a troca do DOP pelo DPDC significou o amadurecimento dos trabalhos de publicidade estatal para as atividades de propaganda, as quais deveriam incorporar meios de representar o aumento da significação política do Poder Executivo frente à opinião pública, conforme anunciado nos documentos do Estado Novo:

A presteza com que deve agir [o Estado moderno] caracteriza mesmo o aumento cada vez mais acentuado da significação política do Poder Executivo, segundo já vimos. À proporção que vai crescendo a responsabilidade da Administração, à medida que as necessidades do Estado vão impondo restrições e alargando a esfera do Executivo, mais este depende do apoio direto da opinião pública. O apoio unânime da Nação é a primeira condição do êxito. (...) Procurando resolver o problema da propaganda do Estado em seus novos aspectos, o governo criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Não era mais a publicidade unicamente que estava em jogo, mas a propaganda em si mesma, destinada a discutir de público os imperativos do Estado moderno, mostrando o sentido das suas realizações, a fim de conseguir o máximo de colaboração dos cidadãos³⁹⁰.

Já sob o Estado Novo, em 1938, o DPDC sofreu uma reestruturação, passando a se chamar Departamento Nacional de Propaganda. Desde a sua criação, o DPDC trazia a proposta de estudar a utilização do cinema, do rádio e outros meios de comunicação de massa para fins de propaganda política do governo, mas, com o DNP, num contexto de ditadura, o governo passou a executar não apenas as

cumpra a primeira parte do Decreto 20.033, de 25 de maio último e dá outra providência. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 10259, jun. 1931b.; BRASIL, 1932b.; BRASIL. Decreto 24.531 de 2 de julho de 1934. Aprova novo regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 13417, jul. 1934a.; BRASIL. Decreto nº 24.651 de 10 de julho de 1934. Cria, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 14276, jul. 1934b.; BRASIL. Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 29362, jan. 1940b.; BRASIL. Decreto nº 5077 de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P). Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 29444, jan. 1940a.; BRASIL. Decreto-lei nº 2.557 de 4 de setembro de 1940. Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 17175, set. 1940f.; BRASIL. Decreto-lei nº 4.064 de 29 de janeiro de 1942. Cria, Departamento de Imprensa e Propaganda, o Conselho Nacional de Cinematografia e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1581, jan. 1942a.; BRASIL, 1945b.

³⁹⁰ SCHWARTZMAN, 1983, p. 61.

atividades de propaganda estatal, como também a censura e o controle dos meios de comunicação e informação. O fechamento de jornais e a necessidade de autorização do Ministério da Justiça para abertura de novos, assim como de revistas, passou a vigorar a partir de 1938. Em fevereiro daquele ano, foram proibidas as transmissões de programas radiofônicos em língua estrangeira em todo o território nacional e a importação e circulação de jornais e revistas publicadas fora do país. Paralelamente, havia uma pressão constante sobre os jornais através do controle de autorizações de isenção fiscal para importação de papel para sua impressão, o que dava grande poder ao DNP e a Lourival Fontes. Porém, a grande mudança em relação ao DPDC era o caráter de formação do trabalhador brasileiro que o DNP assumiu. A Hora do Brasil, programa inaugurado a partir da sua instauração, procurava trazer, além das notícias das realizações do governo, palestras educativas, arte popular, música brasileira e a exaltação de alguns fatos históricos vistos através dos feitos dos grandes heróis nacionais.

Para a grande tarefa de formação e orientação da opinião pública, o regime estadonovista entendeu que seria necessário dar um passo ainda mais adiante com relação à estruturação da propaganda política, organizando-a institucionalmente a partir dos fundamentos não apenas autoritários, mas também centralizadores do Estado Novo. Nos dias 27, 29 e 30 de dezembro de 1939, foram promulgados três decretos, os quais reestruturavam a circulação da informação e a relação do Estado com a imprensa, com a criação do DIP, do seu regimento e das normas que regiam as atividades de imprensa e propaganda no Brasil, fiscalizadas pelo departamento então criado. A preocupação do governo com a organização institucional da propaganda era uma questão de controle, a qual, uma vez regulamentada, poderia agir a favor do regime, colaborando para sua legalização, ajudando na difusão de suas ideias, espalhando por todo o território nacional notícias de suas ações, de suas obras, construindo imagens e enquadrando a memória coletiva numa memória oficial.

O Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente subordinado à Presidência da República, e extinguiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, continha vinte artigos. No artigo segundo estavam determinadas as atribuições e funções do novo órgão, numa lista com 16 finalidades que englobavam centralizar, coordenar, organizar, censurar, premiar e incentivar as atividades na área de comunicação. O artigo terceiro apresentava as divisões do novo departamento:

Divisão de Divulgação, de Radiodifusão, de Cinema e Teatro, de Turismo e de Imprensa, além de outros serviços auxiliares necessários ao seu funcionamento, como Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Filmoteca, Discoteca e Biblioteca. O Diretor Geral do DIP seria de livre escolha e nomeação do Presidente da República, assim como os Diretores de Divisão.

A estruturação das instituições governamentais significava, também, reconhecer as hierarquias. Quando impedido de exercer suas funções, o Diretor Geral poderia escolher livremente um dos Diretores de Divisão para substituí-lo, contudo, se o seu afastamento excedesse trinta dias, seria o próprio Presidente da República que designaria seu substituto, explicitando o controle de Vargas não apenas sobre a constituição, mas também sobre o funcionamento do órgão. Em 1942, após a destituição de Lourival Fontes, no cargo desde 1934, assumiu o major Antonio José Coelho dos Reis, antigo assessor-chefe do Gabinete do General Gaspar Dutra, ministro da Guerra. Em julho de 1943, o Capitão Dutra de Meneses foi nomeado diretor do órgão e, em maio de 1945, o DIP foi extinto por decreto.

O Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939, que aprovou o regimento do DIP, foi assinado por Francisco Campos, então Ministro da Justiça, continha vinte e sete artigos e trazia no seu artigo primeiro:

O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo Decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre de diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento³⁹¹.

O regimento versava, basicamente, sobre as divisões que compunham o órgão, suas respectivas competências e quadro de pessoal, definindo atribuições, lotação, horário e política de substituições, incluindo funcionários extranumerários.

A Divisão de Divulgação era responsável por explicar e ilustrar as diretrizes doutrinárias do regime frente à opinião pública e organizar atividades que envolviam a literatura e música brasileiras. Com destaque, tinha o intuito de fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção “mais perfeita” dos acontecimentos sociais, culturais e artísticos da vida brasileira. Note-se que, em relação às promoções

³⁹¹ BRASIL, 1940a.

da música e da literatura – que circunscreviam a música erudita e a popular, a literatura nacional e estrangeira e seus intercâmbios –, o verbo conjugado era organizar. O senso de disciplina, que permeava as diretrizes doutrinárias do regime, pretendia abranger todos os campos, inclusive as artes. Quanto à informação e sua disseminação, a primazia era pelo controle e, em nome da defesa da cultura, da unidade espiritual, da unidade nacional, da civilização brasileira, da moral e do crédito do país e suas instituições, interditaram-se livros e publicações e proibiu-se a divulgação de informações e ideias.

À Divisão de Radiodifusão competia, basicamente, regular os programas e conteúdos da radiodifusão oficial e controlar e censurar os programas, conteúdos e letras de músicas a serem transmitidas em todas as emissoras atuantes no país. O programa “Hora do Brasil”, com obrigatoriedade de retransmissão por todas as estações operantes no país, determinada no regimento do DIP, deveria conter uma crônica sobre um tema brasileiro e números musicais e literários que manifestassem o pensamento brasileiro. Sem especificar o que seria um tema brasileiro e em que consistia o pensamento brasileiro, deixando ambos vagos e abertos, o governo garantia seu poder discricionário sobre os conteúdos da programação. Várias alíneas discorrem sobre a preocupação, por parte do novo governo, com a instrução e informação da população do interior do país, colocando como um dos objetivos da Divisão difundir o uso do rádio nas escolas e nos estabelecimentos industriais e agrícolas. Essa preocupação teria sido no sentido de uniformizar as informações que estavam sendo disseminadas pelo regime, com maior alcance e facilidade, nas capitais e zonas litorâneas, em especial na capital federal, num trabalho de convencimento acerca das boas realizações do governo na busca de legitimação, a despeito do fato de que, para boa parte da população, especialmente no interior do país, o alcance dessas realizações não atingiriam materialidade.

A censura de filmes e peças teatrais competia à Divisão de Cinema e Teatro. Ao passar pela censura, os filmes aprovados receberiam certificado, sem o qual não poderiam ser exibidos. Todas as películas que passassem pela censura eram listadas em publicação no Diário Oficial da União, juntamente com suas características e resumo do julgamento dos censores da Divisão. No que diz respeito ao teatro, a censura abrangia, além de peças, bailados, pantomimas e peças declamatórias, as apresentações de prêmios, grupos, cordões, ranchos e estandartes carnavalescos e as atividades recreativas e esportivas de qualquer

natureza. Além disso, a Divisão ficou incumbida de instituir um cinejornal, cujo conteúdo deveriam ser reportagens com motivos brasileiros filmadas em todo território nacional. Quando da promulgação do decreto que instituiu o regimento do DIP, o *Cine Jornal Brasileiro* já estava sendo produzido e exibido nas salas de cinema há mais de um ano. A intenção, então, era que o referido cinejornal passasse a ser produzido integralmente pelo novo órgão, o que ocorreu a partir de 1940, aumentando o controle do governo sobre seus conteúdos e imagens.

A Divisão de Cinema e Teatro também deveria “incentivar e promover facilidades econômicas às empresas nacionais produtoras de filmes, e aos distribuidores de filmes em geral”³⁹². A troca de favores entre o governo e os beneficiários das “facilidades econômicas” já havia sido abordada no Decreto 21.240, de 1932, conhecido como o decreto da obrigatoriedade, o qual reconhecia que “os favores fiscais solicitados pelos interessados na indústria e no comércio cinematográfico, uma vez concedidos mediante compensações de ordem educativa, virão incrementar, de fato, a feição cultural que o cinema deve ter”³⁹³. A legislação indica, assim, como pode ter se estabelecido a relação entre Estado e cineastas, produtores cinematográficos, exibidores e importadores, num período em que o cinema nacional procurava reafirmar-se e buscava novos caminhos, após a introdução do cinema falado e da longa campanha pelo cinema nacional, travada durante a década de 1920 entre cineastas, críticos e produtores cinematográficos.

O meio cinematográfico vinha defendendo algumas pautas desde meados da década de 1920, a exemplo da campanha pelo cinema nacional, organizada na revista *Cinearte*, especialmente por seus dois principais editores, Adhemar Gonzaga e Pedro Lima, e das demandas por isenção de impostos para filme virgem e obrigatoriedade de exibição da produção nacional³⁹⁴. A chegada do cinema falado, em fins dos anos 1920, trouxe nova crise ao cinema nacional, pois o público logo acostumou-se com os letrados das legendas dos filmes estrangeiros. Em 1934, por exemplo, nenhum filme de longa-metragem foi produzido no Brasil, apenas os

³⁹² BRASIL, 1940a.

³⁹³ BRASIL, 1932b.

³⁹⁴ SÁ NETO, Arthur Autran Franco de. Os produtores cinematográficos e o Estado na Argentina e no Brasil (1930-1945). *Galáxia*, São Paulo, n. 30, mai./ago. 2018, p. 84-97. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gal/n38/1519-311X-gal-38-0084.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

cavadores (os produtores de filmes sob encomenda, documentários e cinejornais) retomaram as atividades³⁹⁵.

Ao mesmo tempo, as relações entre produtores cinematográficos e Estado, que já eram próximas desde o surgimento do cinema no Brasil, em fins do século 19, estreitaram-se substancialmente com a criação da Associação Cinematográfica dos Produtores Brasileiros, em 1932. Somada a isso, a legislação direcionada ao setor, elaborada nos primeiros anos do governo Vargas, cujo melhor exemplo é a “lei do complemento nacional” ou “decreto da obrigatoriedade”, referindo-se ao Decreto 21.240 de 1932, criou uma relação entre o governo e o setor na qual os benefícios gerados pelas ações estatais produziram uma forma de “cinema engajado”. O apoio negociado vinha em termos de dar visibilidade a Vargas e ao seu governo. Simis cita o depoimento de Primo Carbonari, importante produtor privado de cinejornais nos anos 1930 e 1940, no qual ele afirma que, por ocasião do discurso de Vargas aos cinematografistas em 25 de junho de 1934, no Palácio do Catete, havia cerca de 600 câmeras³⁹⁶.

As imagens obtidas certamente foram incluídas em cinejornais e documentários das produtoras privadas, num gesto de gratidão ao “Benemérito n. 1 do Cinema Brasileiro” – legenda da foto de Vargas publicada no relatório da Associação Cinematográfica dos Produtores Brasileiros, de 1937³⁹⁷. Nesse sentido, o governo Vargas, cujo fio condutor era a organização do Estado em termos corporativos, associando centralização do poder, burocratização das atividades estatais e autoritarismo político, incorporou o setor cinematográfico privado ao esquema de distribuição da propaganda estatal. Em outras palavras, a reciprocidade, ou a troca de favores, entre o governo e o “pessoal do cinema” representou o caráter privado da distribuição da propaganda do regime. Para termos alguma dimensão da importância dessa arregimentação, o relatório da Associação, de 1937, revela, com satisfação, os resultados positivos do setor entre os anos de 1934, quando a obrigatoriedade, na prática, entrou em vigor, e 1936:

[Com] 600 filmes complementos com 1.800 cópias; seis filmes de grande metragem, com 36 cópias – somando tudo, cerca de 300.000 metros de filmes a percorrer os Brasis [...] Atrás da tela, cerca de 40 empresas produtoras. Cinco estúdios. Dez instalações completas

³⁹⁵ SIMIS, 1997.

³⁹⁶ SIMIS, 1997.

³⁹⁷ SÁ NETO, 2018.

para gravação de som. Vinte laboratórios para revelação e copiagem. Mais de cem máquinas de tomadas de vistas e copioso material acessório para todas as necessidades da indústria [...] A atividade é intensa. De par com a produção obrigatória de cerca de 500 complementos anuais com 1.500 cópias representando 250.000 metros de película a serem entregues ao mercado consumidor, a produção de grande metragem, que tendo sido em 1935 de 5 filmes, será este ano [1936] de 12 no mínimo, o que representa um aumento de mais de 100%³⁹⁸.

No entanto, a obrigatoriedade exigia fiscalização e previa punição aos que não a cumprissem. E essa passou a ser a nova reivindicação do setor cinematográfico brasileiro, visto que apenas 471 salas de exibição, das 1.750 existentes na época, cumpriam o decreto³⁹⁹. Para tal tarefa, foi necessária a criação de leis, com o estabelecimento de multas e taxas, e uma burocracia estatal com competência e autoridade para executá-las. Esse foi um dos papéis desempenhados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda relativos ao cinema, ou seja, reger, controlar, punir, pautar e, ao mesmo tempo, incentivar o setor privado. Em termos mais amplos, a burocratização da propaganda política, com a instauração do Estado Novo, ao obedecer ao modelo corporativista de organização econômica e social, resultou em um perfeito gerenciamento dos interesses dos diferentes grupos sociais, alinhando-os com os interesses do governo e colaborando com a distribuição da propaganda do regime.

A organização burocrática da propaganda política estadonovista obedeceu a lógica da organização do Estado, com intervenção em todas as atividades do setor de imprensa e cultura, burocratização institucional, hierarquização e centralização de poder e autoritarismo. O tema da organização do Estado foi um dos que mais atraiu intelectuais para atuação junto ao aparato de propaganda do regime, pois a intelectualidade nacional entendia que somente através da organização do Estado poderia exercer seu papel na superação do atraso brasileiro, conforme discutimos no primeiro capítulo em relação ao papel autodelegado pela intelectualidade brasileira. Na revista *Cultura Política*, principal espaço de debate e formulação dos fundamentos do Estado Novo pelos intelectuais e burocratas, foram abordados os temas da organização econômica, corporativa, política, do serviço público e da administração pública. No campo da organização econômica, destacou-se a defesa do

³⁹⁸ SIMIS, 1997, p. 78.

³⁹⁹ Ibidem.

desenvolvimento do mercado interno⁴⁰⁰ e, para a exploração mais adequada das matérias primas disponíveis no país, a busca da industrialização e da educação técnica⁴⁰¹. Necessitava-se, assim, de um Estado interventor e não liberal.

A crise do liberalismo, contudo, precedeu a formulação do projeto do Estado Nacional. A partir da Primeira Guerra Mundial, o contexto internacional se viu imerso em processos que questionavam as práticas liberais. Pensemos em termos mundiais o impacto da grande depressão dos anos 1930 para localizar o Brasil nesse contexto. O crescimento das novas direitas teve importantes resultados, com vitórias de regimes “nacionalistas, belicosos e agressivos” no Japão, em 1931, e na Alemanha, em 1933⁴⁰². Em meados da década, poucos eram os países cuja política não houvesse mudado significativamente. Hobsbawm, destaca que, na América Latina, dez dos doze países que mudaram de governo, ou mesmo de regime, entre 1930 e 1931, o fizeram por golpes militares. Para o historiador, o fascismo cresceu junto com a Grande Depressão.

Ainda antes do período da Grande Depressão, no contexto do pós-Primeira Guerra, a emergência, na Europa, de uma sociedade de massa tem relação com o surgimento da nova direita, a qual buscou “utilizar o arsenal ideológico revolucionário, mobilizar as massas, chocando-se muitas vezes com a direita tradicional”⁴⁰³. Boris Fausto refere-se ao surgimento do fascismo na Itália, em 1922, e do nazismo na Alemanha, em 1933, os quais fizeram parte de um movimento antiliberal e antidemocrático mais ou menos geral na Europa, que incluiu a França e cuja única exceção foi a Inglaterra, onde a liberal-democracia constitucional prevaleceu. Entretanto, sem negligenciar as influências dessas experiências no Estado Novo, caso, conforme Fausto, da Carta del Lavoro da Itália e das técnicas de propaganda nazifascista, o autor destaca duas influências da periferia europeia. A primeira seria de Manoilescu, autor e homem da política romeno que influenciou Oliveira Viana e Azevedo Amaral por suas ideias conservadoras, autoritárias e corporativas, além de ter sido referência nos círculos industriais por suas ideias protecionistas como forma de desenvolver a economia na periferia. A segunda grande influência da periferia europeia no Brasil foi da experiência turca nas Forças Armadas,

⁴⁰⁰ ANDRADE, W. M. P., 1941.

⁴⁰¹ VARGAS, Getúlio. A organização econômica do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 45, pp. 7-11, out. 1944a.

⁴⁰² HOBBSAWM, 1995, p. 108.

⁴⁰³ FAUSTO, 1999, p. 17.

referenciada pelo general Góis Monteiro, os “jovens turcos”, como eram chamados os defensores da reforma no Exército nos anos 1910.

A elaboração de uma ideologia política brasileira pode realizar-se, segundo Fausto, a partir de doutrinas que emergiram nos anos 1920 e 1930 influenciadas por essas ideias externas. O autor destaca a direita católica e os “tenentes”, mas atém-se nos segundos, afirmando que suas ideias são associadas à unidade nacional, através da centralização do poder, e predomínio das necessidades coletivas frente aos direitos individuais, ao mesmo tempo em que criticam o sistema de representação individual, em favor de uma representação de classes, e os princípios da democracia liberal. Os defensores da democracia, observa Fausto, eram encontrados nos partidos democráticos estaduais, com ideias de direito de representação e combate à fraude eleitoral, mas seu elitismo levou a uma incapacidade de compreender a emergência das massas urbanas⁴⁰⁴. O elitismo de uma cultura ornamental e erudita fez com que esse campo determinasse suas normas de produção e seus critérios de avaliação e reconhecimento a partir do “grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes”⁴⁰⁵. Foi o caso da revista *Cultura Política*, que representou a criação de um fórum de diálogo entre os intelectuais e de produção das normas que regiam esse fórum. O distanciamento da sociedade na qual estava inserida era tamanho que a revista chegou a publicar artigos em francês.

Para Fausto, a crise de 1929 empurrou o Brasil para o autoritarismo na medida em que fragilizou ainda mais os princípios liberais. Contudo, o autor acredita que Vargas e seu grupo, que inclui Góis Monteiro, já tinham um projeto autoritário desde 1930, ou seja, “um projeto político centralizador, unitário, antiparlamentar”⁴⁰⁶. Os intelectuais do regime esforçavam-se em não relacionar o Estado Novo com regimes estrangeiros, como o fascismo e o nazismo, pois uma de suas maiores críticas ao liberalismo foi seu estrangeirismo e sua consequente inaplicabilidade no Brasil. Assim, não distante do contexto mundial, no Brasil dos anos 1930, a democracia defendida oficialmente pelo governo não era liberal. As peças de propaganda do Estado Novo apresentaram uma definição clara do tipo de democracia que o regime adotara, conforme expresso no Catálogo da Exposição Nacional do Estado Novo, de 1938:

⁴⁰⁴ FAUSTO, 1999.

⁴⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 105.

⁴⁰⁶ FAUSTO, op. cit., p. 20.

O novo conceito da democracia abandona o formalismo do antigo liberalismo. O indivíduo vive em função da sociedade, que somente o Estado pode representar e encarnar. Assim, cabem a este na vida social funções nitidamente ativas. Respeitando a iniciativa creadora dos indivíduos, ele procura orienta-los e harmoniza-los para o bem comum. Dispensando o intermédio dos partidos, tenta interpretar diretamente os sentimentos, os anhelos e as reações das massas populares. O próprio presidente Getúlio Vargas, dirigindo-se à nação depois do golpe de 10 de novembro, fez clara síntese dos erros do velho liberalismo representativo, quando mostrou os perigos de todos os momentos dos regimes dependentes das flutuações partidárias. A democracia individualista oferecia fácil campo à infiltração das lutas de classe, reduzindo o Estado a uma atitude de triste impotência⁴⁰⁷.

A democracia do Estado Novo estava, portanto, distante da democracia liberal e, ao mesmo tempo, alinhada ao corporativismo dispensava as intermediações dos partidos políticos, encarnava o personalismo, a partir do qual o Estado, representado na figura do presidente, era o intérprete direto dos sentimentos, dos desejos e das reações das massas. Em discurso de 11 de junho de 1940, Vargas afirma que a democracia política havia sido substituída pela democracia econômica, através da qual “o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa de seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas”⁴⁰⁸.

Nesses moldes, a democracia era direta e não representativa, uma vez que o povo era incapaz de ter opinião, e a elite, pautada por modismos estrangeiros, incapaz de resolver o problema do atraso. Era o Estado autoritário, com um chefe forte, que poderia atender as crescentes demandas econômicas e sociais e garantir a consolidação da Nação. A democracia social pregava que as diferenças entre os indivíduos deveriam ser mantidas, porque eram naturais, sendo naturais, portanto, as desigualdades socioeconômicas. Na democracia autoritária, o Estado nacional moderno deveria ser antiliberal, autoritário, forte, centralizado, intervencionista e burocratizado⁴⁰⁹. A burocracia, impessoal e técnica, estava associada ao corporativismo como meio de organização do Estado.

⁴⁰⁷ CATÁLOGO, 1938, p. 7.

⁴⁰⁸ Discurso de Getúlio Vargas, em 11 de junho de 1940. D'ARAÚJO, 2011, p. 399.

⁴⁰⁹ GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e “O Século do Corporativismo”, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 185-209, nov. 2012b.

A nova organização institucional do Estado não se daria, portanto, sob os preceitos liberais, uma vez que estavam descreditados, porque inadequados e indesejados. Para o pensamento autoritário dos anos 1920 a 1940, seria necessária a intervenção do Estado e a centralização do poder para acabar com a diferença entre o Brasil legal e o Brasil real, expressa na inaplicabilidade das leis brasileiras à sua realidade, o chamado artificialismo político – referência às eleições, ao direito ao voto, à organização da representação política em partidos e à existência de parlamento. Tamanha era a ineficiência do Estado republicano liberal, segundo aquele pensamento autoritário, que a sua fragilidade institucional, ou seja, o mal funcionamento das suas instituições políticas, impedia a construção de um verdadeiro espaço público, onde se resolveriam os conflitos privados e se abrigariam os novos atores, coordenados por uma autoridade central que garantiria os arranjos.

Para entender a burocracia, é preciso entender a necessidade de organização a partir de uma interpretação específica da sociedade brasileira. Nesse sentido, analisemos a organização do Estado em bases corporativistas no Brasil. Francisco Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do Brasil*, cuja primeira edição é de 1918, faz o diagnóstico do problema da organização nacional. Diante da insolidariedade, advinda do fato das relações sociais terem por base o latifúndio, e do confronto entre o público e o privado, representado no caudilhismo, no clientelismo e no personalismo, apenas um Estado forte, centralizado e autoritário poderia construir a nação. A construção do Estado moderno, por sua vez, se daria pela reinvenção das relações entre o público e o privado através do redescobrimento do Brasil real e de um novo modelo de representação política: o corporativismo⁴¹⁰.

O caráter modernizador da Era Vargas assumiu contornos econômicos, institucionais e políticos assentados nos princípios autoritários de um corporativismo estatal. No plano econômico, o período de 1930 a 1945 foi de transição de uma economia de base agrário-exportadora para outra urbano-industrial. No plano institucional, a modernização mostrou-se na estrutura do Estado e na sua relação com a sociedade. No plano político, houve uma autonomização do Estado ou, segundo outra ótica, estabeleceu-se um Estado de Compromisso⁴¹¹ capaz de atender

⁴¹⁰ VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

⁴¹¹ O Estado de Compromisso, conforme definido por Boris Fausto em *A Revolução de 30* (Fausto, 1986), foi a resposta encontrada para o vazio de poder aberto com o colapso político da burguesia do café e decorrente da incapacidade das demais frações da burguesia de assumi-lo.

os conflitos entre velhos e novos grupos. O corporativismo estatal tinha uma estrutura institucional e um funcionamento próprios. Institucionalmente, houve um processo de racionalização do serviço público que incluiu a criação de conselhos técnicos, dos sindicatos e da Justiça do Trabalho. Quanto ao funcionamento, o corporativismo brasileiro guarda aproximações com a teoria corporativista de Manoilescu, embora com atributos próprios⁴¹². A característica mais marcante do corporativismo estatal brasileiro foi a busca de uma organicidade em relação às suas práticas, pois elas deveriam obedecer a realidade nacional.

O corporativismo estatal brasileiro estava em conformidade com o idealismo orgânico de Oliveira Viana. O autor se aproxima de Manoilescu na medida em que ambos entendem a necessidade de adaptação das ideias às realidades concretas. Por influência de Alberto Torres, Oliveira Viana defendia o autoritarismo através do empirismo sociológico e condenava o uso do liberalismo no Brasil, porque esse regime estrangeiro, alienígena, gerava o afastamento entre o Brasil legal e o Brasil real. Um sistema apropriado para o Brasil deveria afastar-se do individualismo, buscando agir no coletivo, de forma corporativa, através de um autoritarismo transitório. Para Oliveira Viana, a dinâmica das relações sociais desloca-se de uma socialização da vida jurídica individualizada para o grupo e do grupo para a nação. O objetivo do corporativismo estatal brasileiro era a execução de um projeto modernizador do Estado e da sociedade, sem deslocar as antigas elites, o qual incluía, também, a diversificação e crescimento da economia e novas formas de dominação de classe.

Nesse pensamento, quanto mais organizada, mais desenvolvida é uma sociedade. Para Manoilescu, “superioridade e organização são sinônimos”⁴¹³, sendo a organização a última etapa de evolução da humanidade, substituindo as etapas anteriores – natureza, trabalho e capital – na organização social. A ideia da organização seria impositiva na economia, com a organização da produção e da circulação, sem que se instaurasse, contudo, uma economia dirigida, ou seja, onde o Estado adquirisse funções econômicas, visto que, ao contrário, deveria ser a economia a tomar as funções do Estado. Por isso, deveria existir uma economia

⁴¹² ABREU, Luciano Aronne de. Sindicalismo e Corporativismo no Brasil: o olhar autoritário de Oliveira Viana. In: ABREU, Luciano Aronne DE; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *Autoritarismo e Cultura Política*. Porto Alegre; Rio de Janeiro: EDIPUCRS; Editora FGV, 2013.

⁴¹³ MANOILESCU, Mikhail. *O Século do Corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 20.

organizada e não dirigida. Assim, não é na negação dos princípios gerais do corporativismo defendido por Manoilescu que se encontra o diferencial do corporativismo estatal brasileiro, mas no idealismo orgânico defendido por Oliveira Viana. Ambos, Manoilescu e Viana, defendiam a adaptação das ideias às realidades nacionais e eram contra a cópia servil de sistemas estrangeiros às realidades concretas⁴¹⁴.

Já em 1922, em *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*, Oliveira Viana criticou os “idealistas utópicos” por terem instituído no Brasil leis e instituições em desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade brasileira. Como contraponto, o autor defende os “idealistas orgânicos”, espíritos conservadores que fundam suas ações na observação da sociedade e sua realidade para a construção da nação brasileira⁴¹⁵. Era um idealismo fundado na experiência e com a visão da realidade futura. Assim, o corporativismo se justificaria no Brasil pelos imperativos nacionais e não pelos imperativos do século XX, como defendido por Manoilescu. Para Oliveira Viana, seriam as condições orgânicas da sociedade brasileira – dispersão dos latifúndios, insolidariedade social, inexistência de organização de classes – que justificariam o autoritarismo e o corporativismo. Pode-se concluir, então, que a ênfase na falta de solidariedade entre os brasileiros foi usada como agente para a implantação de um corporativismo estatal com base na dominação de classe, uma vez que era o regime instaurado que se encarregaria de educar o povo para a solidariedade.

No Brasil dos anos 1930, uniram-se o nacionalismo e o protecionismo contra o fracassado liberalismo. A proteção dos mercados nacionais, política que havia nascido nos países com industrialização tardia, como Alemanha e EUA, tornou-se imperioso após a grande crise de 1929. As ideias que circulavam entre os intelectuais em boa parte do mundo capitalista eram de um Estado forte e interventor, agente da mudança e “capaz de adotar medidas para promover um desenvolvimento voltado para dentro, tendo a industrialização como mecanismo propulsor da mudança econômica e social”⁴¹⁶.

⁴¹⁴ Abreu destaca a influência da escola nova, a chamada escola sociológica de interpretação da *sociological jurisprudence* norte-americana, no pensamento de Oliveira Viana. ABREU, 2013.

⁴¹⁵ VIANA, Francisco Oliveira. *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*. São Paulo: O Estado do São Paulo, 1922.

⁴¹⁶ LEOPOLDI, 1999, pp. 115-116.

A passagem de uma economia agroexportadora para outra mais diversificada representou uma redefinição do modelo econômico. Leopoldi discute a interação entre a política do café, a política de industrialização e a política de fomento do setor bancário e de seguros, as quais a autora denomina políticas do mundo urbano, e analisa as estratégias de interação do Estado com empresários dos setores industrial, bancário e de seguros. Segundo a autora, a indústria foi o único setor a ter uma organização consistente nos três níveis, sindicatos locais, federação estadual e confederação nacional, enquanto o setor de comércio de exportação e importação lutou para manter o caráter privado de suas associações e o setor de bancos era composto por poucos empresários, os quais mantinham boas relações com a elite política, alcançando seus objetivos sem intermediação. A interação entre empresários e Estado durante o regime estadonovista compôs-se do movimento dos empresários em direção ao Estado, ocupando os espaços que lhes permitiam para participar das decisões estratégicas de cada setor, e do Estado em direção aos empresários, através do controle das entidades de classe.⁴¹⁷

Leopoldi avalia a intervenção do governo Vargas na política do café nos anos 1930 como uma ação bem-sucedida, tendo sido executada em três frentes: o governo obteve empréstimo de um banco inglês para comprar café da agricultura paulista, evitando falências; queimou estoques de café de qualidade inferior para evitar um declínio ainda maior dos preços; e fez acordos comerciais para a venda de café com dezenas de países. Ainda, as constantes desvalorizações do câmbio garantiram que a renda do setor permanecesse estável durante os anos 1930. A produção de café só caiu a partir do início da Segunda Guerra, quando não foram mais plantados novos pés. Ao longo da década de 1930, a agricultura paulista diversificou-se; cresceu a produção de algodão, valorizado no mercado internacional.⁴¹⁸

Com o golpe de Estado em 1937, o governo decretou moratória da dívida externa e mudou sua postura em relação ao setor cafeeiro. Para atender aos cafeicultores, reorientou a política do café para o livre mercado. Para aumentar as exportações, liberou a taxa de câmbio e reduziu impostos de exportação. Assim, as exportações cresceram e os preços caíram. Quase no fim do ano de 1940, com a guerra já a pleno vapor na Europa, foi assinado o Acordo Interamericano do Café,

⁴¹⁷ LEOPOLDI, 1999.

⁴¹⁸ Ibidem.

com o apoio e a intermediação dos EUA, que estabelecia quotas de exportação para os países participantes, os maiores produtores mundiais. O lugar privilegiado do setor agrário no governo ficou demonstrado também, conforme Leopoldi, no fato de que o setor não sofrera as mesmas pressões que outros setores, como o industrial, para adesão e adequação à organização corporativa, especialmente nas ocasiões da Constituição de 1937 e da legislação sindical de 1939. A Sociedade Rural Brasileira foi a porta-voz do setor junto ao governo, que evitava o confronto, o que ficou explicitado na não regulamentação do trabalho rural. Já o trabalho urbano, necessitava urgentemente de regulamentação, pois a crescente massa urbana, em grande parte decorrente do êxodo rural, ameaçava a ordem.⁴¹⁹

Para Leopoldi, a industrialização nos anos 1930 foi fruto de uma política industrial protecionista, fazendo parte de um Estado nacionalista-desenvolvimentista e de uma “cultura nacionalista-industrialista” que envolvia empresários industriais, tenentes, políticos e intelectuais. A autora destaca dois períodos nos quais as associações entre os industriais formaram-se e atuaram de formas diferentes. O período entre 1881 e 1931 foi caracterizado por um associativismo privado, cujos líderes estavam ligados à indústria têxtil e concentravam-se nas regiões industrializadas do país, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. Seu discurso era protecionista, inspirado em países de industrialização tardia, como EUA e Alemanha, com foco na defesa da indústria nascente através de política tarifária. Foi um período de aproximação e familiarização dos industriais com o poder político.⁴²⁰

O período entre 1931 e 1954 foi chamado pela autora de sistema corporativo, caracterizado pela exclusividade das entidades representativas – tanto de empresários quanto de trabalhadores – no diálogo com o Estado, num modelo de organização hierarquizado e piramidal. Nesse período, predominaram lideranças representantes dos setores mecânico-metalúrgico, sendo reduzida a participação dos setores tradicionais, como têxtil, de papel e de calçados. A autora afirma que o período marcou uma aliança profunda entre os industriais e o governo Vargas, na qual o corporativismo teve papel determinante no fortalecimento da participação dos empresários no sistema político-decisório de poder do Estado brasileiro. Manifestação disso foi a alta e crescente representatividade do setor empresarial industrial no Congresso: entre 1934 e 1937, ano em que o Congresso foi fechado, a

⁴¹⁹ LEOPOLDI, 1999.

⁴²⁰ Ibidem.

maior bancada classista era formada por deputados ligados ao setor industrial. O sistema corporativo teve fim formal com a constituição de 1988, embora, na prática, estivesse em processo de extinção desde os anos 1970.⁴²¹

O intervencionismo não significou um Estado autônomo, acima das classes, e o corporativismo configurou uma forma de interação entre indústria e Estado que não se estendeu aos demais setores empresariais do país. Segundo Leopoldi, a interação entre o Estado e os setores empresariais foi uma combinação de três fatores: “resposta governamental aos constrangimentos da conjuntura internacional, resposta às pressões dos setores empresariais urbanos emergentes e capacidade de decisão do governo”⁴²². A atuação dos banqueiros junto ao Estado, diferentemente dos empresários industriais, foi direta e não através da representação corporativa, pois ocuparam os postos de poder na área monetária, com José Maria Whitaker no Ministério da Fazenda e Moreira Sales na presidência do Banco do Brasil – e de suas carteiras estratégicas – e da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)⁴²³. Embora, segundo a autora, Mario Henrique Simonsen afirmasse que havia uma falta de interesse do setor bancário em operar créditos de médio e longo prazos causada pela aplicação da Lei da Usura, de 1933, que proibia contratos com taxas de juros superiores a 12% ao ano, e pela proibição, baixada pelo governo à mesma época, de se fazer contratos baseados na cláusula ouro ou moeda estrangeira, esse argumento deveria ser sopesado, levando em conta outras características do setor, como a sua relação com o poder.

A influência do setor financeiro nacional incidiu no poder de forma que a proteção governamental, durante os anos 1940 e 1950, reduzisse a participação dos bancos e seguradoras estrangeiras no mercado brasileiro ao longo do período. Ainda que a constituinte de 1934 tenha discutido a nacionalização gradual dos setores de mineração, energia elétrica, bancos e companhias de seguros, na prática, o governo Vargas permitiu a continuidade de atuação das empresas bancárias e de seguros estrangeiras já estabelecidas no país, submetendo-as à regulação do Estado, mas proibiu a entrada de novas. Ao mesmo tempo, o número de bancos e casas bancárias nacionais dobrou de 200 estabelecimentos, em 1937, para 400, em 1945. Desses,

⁴²¹ LEOPOLDI, 1999.

⁴²² Ibidem, p. 131.

⁴²³ Com a criação da Sumoc, em fevereiro de 1945, o Banco do Brasil perdeu parte das funções de Banco Central, como a de expansão monetária, cuja necessidade foi acelerada pela guerra.

70% estavam sediados no Sudeste, que também detinha 73,4% dos depósitos, 69% dos empréstimos e 52% do PIB nacional⁴²⁴. A grandeza econômica e financeira do Sudeste era a expressão do seu poder político no país.

Nesse cenário, o estatal Banco do Brasil era o maior em atividade no país e sua atuação teve papel de destaque no desenvolvimento financeiro e econômico nacional, preenchendo a lacuna deixada pelo setor financeiro privado. Além de criador da Carteira de Redesconto, em 1935, para expansão dos meios de pagamento, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1937, para financiar a implantação da indústria de papel, metal e alumínio, foi responsável pela maior parcela dos empréstimos à agricultura, aos bancos privados, à indústria, ao comércio e ao Tesouro. Em 1945, do total de empréstimos do Banco, 41% eram para o setor agrícola, 13% para o comércio e 11% para a indústria⁴²⁵.

O setor de seguros tem dois marcos regulatórios entre 1930 e 1945. O primeiro em 1932, quando o governo provisório ampliou a abrangência de regulação para incluir as companhias seguradoras estrangeiras, que insistiam em enviar seus lucros para suas matrizes, ignorando a regulação. O governo aplicou, assim, a mesma política que havia aplicado aos bancos estrangeiros: permitiu a continuidade dos negócios das empresas já instaladas, porém, com barreiras à entrada de novas, estimulando o surgimento de companhias locais. O segundo marco regulatório ocorreu sob o regime do Estado Novo. Com o entendimento de que o setor de seguros estava ligado ao previdenciário, o desenho institucional elaborado para ambos os sistemas estava subordinado ao Ministério do Trabalho. Por decreto, o regime criou o Instituto de Resseguros do Brasil, em 1939, o qual contava com um Conselho de Representantes das Empresas de Seguros para o assessoramento na elaboração do quadro operacional do mercado. Na prática, o setor ocupava um espaço na burocracia estatal, o que conformou uma atuação alternativa tanto à atuação corporativa do setor industrial quanto à atuação direta do setor bancário.

De mesmo modo, a organização dos serviços públicos abrangeu todas as atividades já existentes do Estado brasileiro e, ainda, ampliou sua esfera de atuação. Segundo a própria visão do governo:

⁴²⁴ LEOPOLDI, 1999, pp. 127-128.

⁴²⁵ Ibidem, pp. 128-129.

A reforma administrativa, no Brasil, orientou-se por um princípio fundamental relativamente à organização dos serviços públicos, que é o da centralização, em órgãos próprios, das atividades de administração geral. Essa orientação encontra justificativa ampla não somente na doutrina como também nos seus resultados práticos⁴²⁶.

O trecho citado acima iniciava a sessão intitulada “Característica fundamental da organização”, parte do texto original “A racionalização no Serviço Público”, datilografado em papel do DASP, com revisões de Capanema para o relatório-inventário da obra do governo Getúlio Vargas. A centralização das atividades do Estado em órgãos específicos era reflexo do projeto de governo que centralizava o poder no Executivo. Ao abordar a racionalização do Estado através da organização centralizadora dos órgãos públicos, não é pouco significativo, ao nosso entendimento, que o texto do DASP tenha incluído “A publicidade no serviço público”, no qual abordava o DOP, a Agência Nacional, a Hora do Brasil, o DIP e os serviços gráficos oficiais. A racionalização do Estado penetrava também na área das comunicações e da cultura com a força de um regime autoritário e ditatorial, aparelhando os meios de comunicação, públicos e privados, e instituindo uma poderosa estrutura de propaganda política, através dos meios de comunicação oficiais, com centralização do poder de decisão, satisfazendo a “característica fundamental da organização”.

No contexto do Estado Novo, a distribuição da propaganda estatal deu-se, assim, através da lógica de um Estado autoritário, e a subordinação do DIP diretamente a Vargas aumentava consideravelmente a capacidade de decisão centralizada do governo na área. Segundo a pesquisadora Heloísa Paulo⁴²⁷, depois da extinção do DIP, desapareceram cerca de dez mil volumes da sua biblioteca. Esse dado alarmante nos remete ao tema da censura e da repressão ligadas ao DIP, uma vez que o poderoso departamento não apenas ditava o que poderia ser produzido e divulgado, mas também destruía o que não era ou o que passara a não ser mais do interesse do regime. O controle quase total sobre a memória e a história era garantido, então, pelo sistema de censura e repressão do Estado, cujo alcance foi além do período do regime estadonovista, pois ditou também o que ficaria documentado para a história.

⁴²⁶ SCHWARTZMAN, 1983, p. 50.

⁴²⁷ PAULO, 1987.

O DIP controlava, inclusive, as atividades de estrangeiros no país. O caso da fotógrafa Genevieve Naylor, funcionária do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA)⁴²⁸, relatado por Ana Maria Mauad é um exemplo dessa ação. Naylor só poderia fotografar com salvo-conduto do DIP, o qual referia-se, explicitamente, a “fotografias de aspectos turísticos de nosso país”⁴²⁹. A autora relata que a fotógrafa, mesmo em posse de tal autorização assinada por Lourival Fontes, foi impedida de fotografar em várias cidades do interior do país e teve seus equipamentos de trabalho apreendidos por inúmeras vezes. Ao mesmo tempo, os norte-americanos estavam certos da expansão do nazismo no Brasil. Em relatório enviado a Nelson Rockefeller por um funcionário oficial da política externa norte-americana no Brasil está explícita a desconfiança:

Eu considero que o Brasil é a mais importante e a mais perigosa de todas as Repúblicas do Sul e estou convencido que os alemães também pensam nisso. Todos os homens de seu governo são abertamente pró-nazi, com exceção do presidente Vargas e de Oswaldo Aranha⁴³⁰

O referido funcionário norte-americano tinha contato com o secretário particular de Oswaldo Aranha, Décio de Moura. Além de Aranha, o norte-americano aponta Vargas como uma exceção em meio aos que ele chama de “pró-nazi”. O relatório ainda faz referência a Filinto Muller, Lourival Fontes e Góis Monteiro, observando que o primeiro era “pró-nazi”, o segundo era “ministro da propaganda e um estudioso leitor de Goebbels” e o último, ministro de Exército que “também admira os alemães”⁴³¹.

A experiência com a repressão e o encarceramento no período dos governos Vargas, entre 1930 e 1945, marcou em especial toda uma geração de militantes próximos do comunismo, notadamente os ligados ou próximos à Aliança Nacional Libertadora. Muitos presos políticos ingressaram no Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante ou após a experiência prisional. Marcelo Badaró Mattos

⁴²⁸ O Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, chefiado por Nelson Rockefeller, foi instalado no Brasil em agosto de 1940. O escritório era uma superagência de coordenação dos negócios interamericanos. Com o seu fechamento, em 1945, após o fim da Segunda Guerra, algumas de suas atividades continuaram a ser desenvolvidas pela Embaixada dos EUA no Brasil.

⁴²⁹ MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 49, p. 43-75, 2005, p. 51.

⁴³⁰ Ibidem, p. 48.

⁴³¹ Ibidem.

analisou as publicações de escritos memorialísticos de presos políticos. O autor afirma que essas memórias, tendo sido publicadas, em sua maioria, entre os anos de 1945 e 1964, intencionavam, então, valorizar o heroísmo da militância, sua organização e seu caráter democrático, e ressaltar que valores como solidariedade e humanidade podem estar presentes em situações limites como aquelas. Além disso, o registro dessas memórias representava uma denúncia de que a base de construção do trabalhismo e do varguismo havia sido uma ditadura e que o resgate dessa memória poderia evitar sua repetição⁴³².

Para Capelato, “a organização da propaganda e da repressão constituiu os dois pilares de sustentação do regime”⁴³³. Para a autora, a propaganda estadonovista foi inspirada no exemplo estabelecido pelo ministro Joseph Goebbels na Alemanha nos anos 1930. À propaganda coube conquistar os corações e as mentes para a nova política e à polícia, garantir a nova ordem. Os revolucionários de 1935 foram presos, torturados, espancados e tiveram seus corpos queimados. Olga Benário foi deportada para a Alemanha e morreu, grávida de Prestes, num campo de concentração nazista. O Tribunal de Segurança Nacional foi criado em 1936 para julgar os revolucionários de 1935, contudo, a repressão já havia sido intensificada com a Lei de Segurança Nacional, de março de 1935, anterior, portanto, à intentona comunista. A repressão fez muitas vítimas já a partir de 1935, mas ganhou institucionalidade política com a Constituição de 1937.

Além dos comunistas, outros grupos foram perseguidos. Os integralistas, identificados com o movimento nazifascista, também foram reprimidos pelo regime estadonovista, uma vez que alimentavam intenções de tomar o poder. Em março de 1938, houve uma tentativa de golpe de estado por um grupo de integralistas que logo foi reprimida pelo regime; em 10 de maio do mesmo ano, houve nova tentativa na Guanabara, atual Rio de Janeiro, resultando no fuzilamento de alguns e na prisão de cerca de 1500 pessoas. Plínio Salgado, um dos líderes dos integralistas no Brasil, foi deportado para Portugal em 1939. Os partidários do nacional-socialismo, os nazistas, foram colocados na ilegalidade em 1937⁴³⁴.

⁴³² MATTOS, Marcelo Badaró. Memórias da prisão política sob o regime de Vargas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011.

⁴³³ CAPELATO, 2007, p. 131.

⁴³⁴ O primeiro núcleo do Partido Nacional-socialista no Brasil surgiu em Porto Alegre, em 1931, e fundou um jornal dirigido à colônia alemã na região. Em 1933, expandiram-se pelo Sul e a sede do partido foi instalada no Rio de Janeiro. Em 1934, organizaram uma manifestação com 6 mil pessoas em Porto Alegre, no 1º de maio. Em 1935, foi criado o Círculo Teuto-Brasileiro de Trabalho.

Havia, também, uma forte oposição organizada por professores e alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. O movimento opositor congregava professores, jornalistas, políticos e estudantes da São Francisco. O Centro Acadêmico Onze de Agosto publicou seis números do jornal *Folha Dobrada*, no qual exigiam representação popular, sufrágio universal, liberdade de expressão e uma constituição do povo. Em julho de 1938, o Centro Acadêmico aproveitou a visita de Getúlio Vargas à São Paulo para declará-lo *persona non grata*⁴³⁵. Estudantes ligados aos movimentos comunistas das faculdades de Direito do Distrito Federal e de Salvador e da Faculdade Politécnica e de Medicina de São Paulo, juntamente com estudantes liberais, também organizaram movimentos de oposição ao governo Vargas. Em agosto de 1937 foi fundada a UNE e, em dezembro de 1938, foi realizado o Segundo Congresso Nacional de Estudantes. Frente ao conflito mundial, a entidade manteve-se neutra até o afundamento dos navios brasileiros, quando, então, em 4 de julho de 1942, organizou uma importante marcha dos estudantes em favor dos Aliados, amplamente documentada pelos meios de propaganda política do governo.

O regime qualificava o combate aos opositores como defesa das instituições nacionais e, nesse combate, havia ampliado e modernizado suas “armas” para além da censura e da repressão, com a utilização astuta da propaganda política. No Catálogo da Exposição Nacional do Estado Novo, de 1938, o tópico sobre a “Propaganda do regime” inicia com a seguinte afirmação: “No tocante à defesa das instituições nacionais, não se pôde esquecer a atuação eficiente da propaganda dirigida pelo Estado”⁴³⁶. Consciente do poder da propaganda política, na ocasião da marcha dos estudantes de 4 de julho de 1942, lá estava a câmera do DIP para registrar aspectos da manifestação. Nas palavras da locução do *Cine Jornal Brasileiro*:

Assistimos aqui a uma das mais vibrantes e expressivas manifestações já realizadas na Capital brasileira, promovida pela mocidade estudiosa do Brasil como ato de solene repúdio aos propósitos de força, de tirania e de conquista dos países do Eixo, envolvendo ao mesmo tempo um pronunciamento de solidariedade para com a causa dos aliados⁴³⁷.

⁴³⁵ CAPELATO, 2007.

⁴³⁶ CATÁLOGO, 1938, p. 51.

⁴³⁷ CJB, n. 136, v. 2, 1942.

A reportagem, com o título "Contra as forças do mal. Rio: a mocidade brasileira reafirma o seu apoio aos povos que defendem a justiça e a liberdade"⁴³⁸, da qual transcrevemos parte do texto da locução acima, foi veiculada pelo cinejornal do DIP em meados de 1942. As imagens são de jovens em desfile alegórico, fantasiados de Hitler, Mussolini e Hirohito (aspecto destacado na Imagem 7), um carro em homenagem ao chanceler Oswaldo Aranha e, por fim, um carro com os ditadores presos em uma jaula. As imagens mostram uma faixa com a frase "como eram verdes as galinhas de outrora", enquanto a locução explica "galinhas verdes, uma lembrança do extinto integralismo".

Imagem 7 - 1942: Estudantes fantasiados de Hitler, Hiroito e Mussolini em manifestação contra o Eixo na Capital Federal.



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 136, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁴³⁹.

A locução enfatiza que o V da vitória sobre o totalitarismo, à frente de um dos carros alegóricos, era o símbolo da celebração, que aparece no cartaz cuja

⁴³⁸ CJB, n. 136, v. 2, 1942.

⁴³⁹ GALVÃO, 1982, p. 126.

imagem reproduzimos abaixo, na Imagem 8. Entre os "carros de crítica e humorismo", um apresenta Hitler como um domador de serpentes. A locução destaca, em outro carro, uma "alegoria ao totalitarismo", uma figura de várias cabeças com uma placa dizendo "qualquer semelhança com outra pessoa é mera coincidência"⁴⁴⁰.

Imagem 8 – Cartaz representando o V da Vitória sobre o totalitarismo



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 136, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão.⁴⁴¹

A reportagem apresentava uma classe estudantil engajada em um dos temas mais caros ao governo naquele ano de 1942: a entrada do país na guerra ao lado dos Aliados. Dispensava, ou melhor, dissimulava as diferenças que alguns daqueles ainda guardavam com relação ao regime e utilizava seu discurso de autoridade para controlar a narrativa, na busca de identidade e unicidade. O empenho da propaganda política do Estado Novo estava em amalgamar os interesses dos

⁴⁴⁰ CJB, n. 136, v. 2, 1942.

⁴⁴¹ GALVÃO, 1982, p. 126.

diferentes grupos e domar os conflitos, de forma que a cooptação ocorresse também pela persuasão, não apenas pela força. A autoridade e o poder de controle das narrativas, na lógica autoritária estadonovista, foram exercidos pela censura, mas em nova e sofisticada roupagem.

O artigo 14º do Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que criou o DIP, transferiu para esse órgão todas as atribuições de censura, que anteriormente haviam sido conferidas à Polícia Civil do Distrito Federal pelo Decreto 24.531, de 2 de julho de 1934. O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado, em 1939, da fusão do Departamento Nacional de Propaganda com o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS), porém esse deslocamento de responsabilidade não alterava apenas a execução da censura, mas seu caráter. A transferência da censura da Polícia Civil do Distrito Federal para o DIP mudou o mote da sua atuação, que deixou de ser policial e passou a ser cultural. A mudança de significação da censura fez aumentar o poder do Estado, o qual, se antes atuava, primordialmente, sobre o que não se poderia fazer, passou a atuar, também, sobre o que se deveria fazer. Filmes, livros, publicações, artes e ciência deveriam estar de acordo com os interesses e a ideologia do regime, ou seja, eram uma forma de propaganda oficial que extrapolava os instrumentos oficiais e estendia seu poder aos setores privados. O Decreto 21.240, de 1932, o conhecido decreto da obrigatoriedade do complemento nacional, já anunciava o cunho cultural que a censura dos filmes deveria ter a partir de então e destacava as vantagens da centralização do serviço de censura para importadores e exibidores, em favor da unidade nacional. Note-se que a censura passa a ser encarada como serviço, pensamento alinhado à burocratização crescente do Estado.

A censura cultural atendia aos objetivos da propaganda política do regime, representados por dois grandes projetos: a construção da identidade nacional e o enquadramento da memória nacional coletiva. A disputa pela coordenação desses projetos ocorreu através da disputa pelo domínio dos meios de comunicação travada entre o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento de Imprensa e Propaganda. Suas atuações na esfera cultural eram decorrentes de visões diferentes quanto aos usos dos meios de comunicação pelo Estado. O MES entendia que os usos e as funções dos meios de comunicação deveriam ter objetivos educativos. Nesse entendimento, educação era muito mais que ensino: o ensino era considerado a formação escolar regular, já a educação abrangeria a formação do homem para o

Estado. O DIP, por seu turno, entendia que os meios de comunicação deveriam servir como um instrumento de propaganda do governo, perseguindo a constante legitimação dos seus atos⁴⁴².

A disputa entre o MES e o DIP ocorreu, especialmente, em relação ao papel do cinema enquanto instrumento de propaganda política. Nesse sentido, a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1937, através da Lei 378, de 13 de janeiro daquele ano, que reestruturou o Ministério da Educação e Saúde, teve papel fundamental. O INCE defendia o uso educativo do cinema como forma de educação moral do povo. O DIP, por sua vez, entendia que o uso do cinema pelo Estado deveria focar-se no seu potencial como veículo de propaganda política de massa. O duelo entre essas duas grandes forças do Estado Novo revela como as novas formas de controle e censura dos meios de comunicação de massa definiram seu papel durante o Estado Novo.

A produção cinematográfica do INCE destinava-se ao cinema educativo, tendo produzido, em sua grande maioria, filmes de longa metragem e de ficção. Entretanto, o que limitou sua atuação e a eficácia do seu alcance foi seu distanciamento em relação ao setor privado. Tanto Anita Simis⁴⁴³ quanto Lisa Shaw⁴⁴⁴ destacaram que, a partir de 1937, o cinema educativo afastou-se completamente do setor privado, uma vez que o INCE concentrou aquela produção e sua distribuição sob os auspícios do órgão. O DIP, por outro lado, utilizando-se da organização corporativa do Estado e da sociedade, reforçou os laços entre o público e o privado e aumentou, assim, a abrangência e o alcance de sua ação, especialmente no que

⁴⁴² Em verdade, a disputa remete ao início da década de 1930. Uma sequência de leis e decretos nos dá uma ideia dos movimentos entre o Ministério da Educação e os sucessivos departamentos de propaganda, DOP, DPDC, DNP e DIP. Em 1932, a partir da Lei 21.111, o MES tinha a tarefa de orientação educacional dos serviços de radiodifusão. Em 1934, a criação do DPDC limita/restringe a atuação do MES sobre os meios de comunicação. Em 1936, Roquette-Pinto doa a Rádio Sociedade do RJ ao MES. Em 13 de janeiro de 1937, o INCE foi criado sob a direção de Roquette-Pinto, pela Lei 378. Também em 1937, o MES criou a Divisão de Educação Extra-Escolar através da Lei 378, de 13/01/37. O objetivo era revitalizar a atuação do MES no campo da produção cultural, extrapolando os limites do terreno educativo. Abrangia teatro, cinema, radiodifusão, artes plásticas e patrimônio artístico e cultural. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Cultura, em 01/07/38. Também em 1938, em 24 de fevereiro, Capanema enviou carta ao Presidente Vargas com proposta de transformar o Serviço de Radiodifusão Educativa em Serviço Nacional de Radiodifusão Escolar. Junto ao projeto, enviou o livro *La Radiodiffusion Scolaire*, no qual consta a experiência do LUCE, o instituto para o cinema educativo da Itália fascista. BRASIL. Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932. Aprova o regulamento para execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 3914, mar. 1932a.; BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, jan. 1937, p. 1210.

⁴⁴³ SIMIS, 1997.

⁴⁴⁴ SHAW, 2006.

diz respeito à distribuição da propaganda política do governo, considerada a partir de uma robusta estrutura de controle dos meios de comunicação.

Tamanha é a relação que se pode estabelecer entre a organização corporativista e a abrangência, o alcance e o controle do DIP sobre os meios de comunicação, que a medida em que um se desenvolvia, o outro crescia. Exemplo cabal disso foi a criação, na Divisão de Cinema e Teatro do DIP, do Conselho Nacional de Cinematografia, em 29 de janeiro de 1942, através do Decreto 4.064. Presidido por Lourival Fontes, Diretor Geral daquele departamento, o Conselho era composto por um representante de cada uma das seguintes organizações: dos Produtores Cinematográficos Brasileiros, dos Distribuidores de Filmes Nacionais, do Sindicato de Exibidores e dos Importadores de Filmes Estrangeiros. A organização da sociedade em corporações de ofício configurou-se, assim, por um lado, na única oportunidade para que os diversos setores participassem da vida pública, por outro, numa exigência do Estado para tal participação.

O Conselho refletiu o crescimento do poder e da natureza ideológica da propaganda do Estado Novo e, com a incorporação de instrumentos de comunicação de massa às políticas corporativas do regime, incrementou a ênfase na cooptação, na propaganda do Estado e na censura. Ao Conselho competia estabelecer normas para os produtores, importadores, distribuidoras, propagandistas ou exibidores de filmes cinematográficos, regulando as relações entre eles. Além disso, era responsável por promover, regular e fiscalizar: a produção, o aprimoramento, a circulação, a propaganda e a exibição das películas cinematográficas brasileiras, em todo o território nacional; os congressos, convenções e acordos entre produtores, distribuidores e exibidores cinematográficos, em benefício da cinematografia nacional; e o barateamento e as facilidades de transporte às películas cinematográficas nacionais⁴⁴⁵.

No Estado Novo, a propaganda política ganhou conteúdo, consistência e coesão, uma vez que, a partir das imagens veiculadas, construiu uma nação, um povo, um mito – Vargas como Chefe de Nação –, um trabalhador colaborador, uma unidade nacional, uma narrativa oficial e uma memória coletiva. O contexto de criação do DIP, o papel e a importância que lhe foram atribuídos ao longo do regime estadonovista e a sua forma de atuação e inserção na sociedade determinaram o

⁴⁴⁵ BRASIL, 1942a.

papel da propaganda política e dos instrumentos de comunicação de massa no país, bem como o formato e a dinâmica da participação do setor privado nessa atividade. A distribuição da propaganda política do regime foi, assim, orquestrada através de uma complexa organização burocratizada dos meios de comunicação público e privado, sob o comando do DIP.

Como afirmou Silvana Goulart⁴⁴⁶, o DIP representou um modelo de comunicação eficaz para o conjunto da sociedade, pois elaborou linhas ideológico-doutrinárias tanto para as elites, com debates sobre conceitos e a veiculação exaustiva da sua visão do processo histórico, quanto para o público dos meios de comunicação de massa, com a valorização das lideranças e heróis do regime e levando o cotidiano do governo para o cotidiano do povo. O órgão organizou e comandou, dessa forma, o consumo da propaganda política do regime, observada nos seus instrumentos como reflexo da organização corporativista da sociedade. A revista *Cultura Política* representava o instrumento de comunicação privilegiado entre a classe dominante e o governo, enquanto o *Cine Jornal Brasileiro* foi o instrumento de comunicação de massa por excelência, aquele que representava o diálogo direto do Chefe da Nação com o povo, documento do qual partimos para a análise do consumo da propaganda política do Estado Novo nos próximos tópicos.

3.2 O CONSUMO: DA MULTIDÃO À CONSTRUÇÃO DA MASSA

...multidão incalculável acolhe com entusiásticas manifestações a chegada do Presidente da República. O Chefe do Governo toma lugar no palanque oficial entre altas autoridades do país e membros do corpo diplomático. A imensa assistência aguarda a palavra do Presidente da República⁴⁴⁷.

A multidão foi imagem comum no CJB, mais especificamente, uma multidão organizada nos moldes da burocracia do regime. O trecho acima é da reportagem “No Estádio do Vasco – Rio: A palavra do Presidente Getúlio Vargas na Hora da Independência” do CJB número 25, de 1943. Em discurso, interrompido várias vezes por aplausos da multidão, Getúlio Vargas enfatizou a necessidade de melhoria na remuneração dos servidores públicos, dos trabalhadores do comércio e

⁴⁴⁶ GOULART, 1990.

⁴⁴⁷ CJB n. 25, v. 3, de 1943.

da indústria e o dever do poder público de “atender às exigências do bem-estar popular e da ordem interna”. A presença da multidão incorporou um efeito na propaganda política do Estado Novo que provocava no indivíduo a sensação de pertencimento, de fazer parte de um grande movimento. Cada brasileiro se via na grande tela através da multidão. A câmera do DIP estava sempre a postos para captar as imagens de trabalhadores em marcha nos Primeiros de Maio, de jovens e crianças, também em marcha, nas comemorações da Semana da Pátria, das multidões reunidas para receber o Chefe do Governo, sempre sorridente nas imagens. O canto orfeônico, de Heitor Villa-Lobos, trouxe para a tela as crianças organizadas, e o CJB destacava a criação de futuros colaboradores do regime. Imagens de mulheres e homens em marcha, carregando retratos de Vargas e faixas em apoio e exaltação ao regime e às suas realizações, numa demonstração da organização militarizada do evento festivo em que foi transformado o Primeiro de Maio. Aos acenos de Vargas, a multidão retribuía com aplausos e acenos, chacoalhando pequenas bandeiras do Brasil em demonstração do objeto comum a ser celebrado: a Pátria. A escolha do enquadramento da câmera do DIP na multidão nas arquibancadas do Estádio do Vasco, conforme Imagem 9, na ocasião da comemoração da Hora da Independência, é exemplar do uso da imagem da multidão pela propaganda política do Estado Novo.

Imagem 9 - 1943: Multidão recebe Getúlio Vargas no estádio do Vasco da Gama



Cine Jornal Brasileiro, n. 25, v. 3, 1943. Imagem disponível em Galvão.⁴⁴⁸

Através de uma estrutura burocratizada e corporativista, a partir da qual se promoveu o distanciamento das questões básicas e contraditórias presentes na estrutura social, os agentes responsáveis pela propaganda política do Estado Novo atuaram para garantir que o seu produto, fruto dessa organização burocratizada, encontrasse seu público consumidor, ainda que o consumo, nesse caso, não envolvesse a compra de uma mercadoria (nesse sentido, a propaganda tem um produto, mas não uma mercadoria). O consumo da propaganda política deu-se, assim, através da transformação das multidões em massas objetificadas, para as quais o regime produzia conteúdos específicos e direcionados, com o objetivo de mobilizar os diversos setores da sociedade. Nesta parte do capítulo, analisamos o consumo da propaganda política do regime estadonovista pela massa. Entendemos que houve, durante aquele período, um processo de transformação da multidão,

⁴⁴⁸ GALVÃO, 1932, p. 135.

dispersa e desorganizada, em massa, criando os públicos-alvo da propaganda política do governo, a massa consumidora do produto final daquela propaganda. Esse processo de transformação deu-se a partir de uma forma peculiar de inclusão dos diversos setores da sociedade, inclusive os emergentes, como os trabalhadores urbanos e o empresariado industrial às estruturas de poder do Estado, de forma controlada, assistida e regulada: o corporativismo estatal. Para tanto, partimos da análise das imagens do CJB, o qual, enquanto instrumento de comunicação de massa, nos permite compreender as construções das imagens e discursos elaborados pelo regime para os diferentes públicos.

Um elemento em comum na transformação da multidão em massa pelo Estado Novo diz respeito ao caráter orgânico desse processo. O corporativismo deu conta de incorporar os diferentes públicos ou classes e frações de classes aos domínios do Estado. A organicidade era destacada pelo regime como elemento da organização do Estado, conforme analisamos na primeira parte deste capítulo. No Brasil, o crescimento da população urbana⁴⁴⁹, nos anos 1930, foi acompanhado da ascensão ao poder de um grupo que entendeu ser necessário rever as relações entre o povo e o Estado, de forma a incorporá-los para controlá-los. A estrutura estatal deveria estar organizada de forma a incorporar outras forças, além das tradicionais, ao jogo de poder político. Aos grandes produtores de café e outros produtos para exportação e às oligarquias regionais, que compunham o campo de forças políticas, deveriam ser somados os trabalhadores urbanos, cada vez mais numerosos, e o empresariado industrial. Ao longo da década de 1930, especialmente a partir de 1937, o governo organizou, regulou, mediu, controlou, legalizou e participou ativamente nas relações entre os grupos e classes sociais em disputa.

Para pensar o consumo da propaganda política do Estado e a construção de um mercado consumidor de bens culturais, podemos partir das reflexões de Renato Ortiz⁴⁵⁰ sobre a problemática da emergência de uma indústria cultural e a especificidade do debate sobre cultura no Brasil. Para o autor, até fins de 1960, o que se discutia no meio acadêmico-científico era a questão nacional e praticamente nada sobre a existência de uma cultura de massa e o relacionamento entre produção cultural e mercado. No seu ponto de vista, a luta contra o Estado autoritário durante os anos 1960 desviou a atenção dos críticos da cultura, impedindo/impossibilitando a

⁴⁴⁹ Ver Apêndice F.

⁴⁵⁰ ORTIZ, 1991.

análise do que se passava estruturalmente na sociedade brasileira. Assim, para o autor, somam-se à censura, a desnacionalização e a consolidação de um mercado de bens culturais como cerceamentos para a cultura.

De Florestan Fernandes, Ortiz traz a ideia de anterioridade, ou seja, a ideia de que nas “sociedades dependentes de origem colonial o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva”⁴⁵¹. Esses dois níveis sociológicos, capitalismo e ordem social competitiva, que ocorreram de forma concomitante na história do capitalismo ocidental nos países centrais, apresenta uma defasagem nos casos periféricos, como o brasileiro. Essa defasagem marca a questão cultural no Brasil na medida em que a literatura passa a depender da imprensa (do jornal, mais especificamente) e o teatro e o cinema ficam dependentes da televisão. No campo da literatura, por exemplo, Ortiz afirma que a falta de institucionalização na área deixou a obra literária refém de legitimação por um órgão voltado para a produção de massa, o jornal.

A questão da anterioridade e da defasagem no caso brasileiro é analisada por Ortiz na comparação com a experiência europeia da emergência do capitalismo e das transformações no campo cultural dela decorrentes, no sentido do desenvolvimento de um mercado de bens culturais, isto é, do nascimento de uma ordem industrial cultural. A primeira dessas transformações diz respeito à autonomização da arte e da cultura, ao longo dos séculos XVIII e XIX, em relação ao poder religioso e monárquico. Esse movimento pode ser apreendido pelo simples e expressivo fato de as palavras “arte” e “cultura” terem ganhado, no contexto do advento da ordem burguesa, novos significados. *Arte*, que antes significava a habilidade da atividade do artesão, passou a significar, de forma mais restrita, a denominação de um grupo de inclinação artística. A arte perde, assim, seu valor de culto, que lhe conferia uma função ornamental e religiosa, desvinculando-a das exigências materiais imediatas. A palavra *cultura*, por sua vez, deixou de exprimir uma noção de algo que cresce naturalmente e passou a sugerir algo que se esgota em si mesmo aplicada a uma dimensão particular da vida social como modo de vida cultivado ou como estado mental do desenvolvimento de uma sociedade. A arte autônoma possibilita que os valores ligados à cultura se forjem numa esfera outra que

⁴⁵¹ ORTIZ, 1991, p. 17.

não a das exigências morais, econômicas e políticas do antigo regime. Na ordem burguesa, *cultura* abrange os valores espirituais e civilização, a vida material.⁴⁵²

A segunda transformação destacada por Ortiz ao analisar a manifestação do capitalismo na Europa diz respeito à emergência e expansão de um mercado consumidor com estratégias características de um mercado de massas. A revolução industrial proporcionou condições de reprodução que afetaram de maneira especial a literatura e a imprensa, pois as novas tecnologias baratearam a produção. Além disso, as necessidades de comunicação e de circulação de pessoas e mercadorias fizeram expandir, particularmente, as ferrovias e proporcionaram melhorias do nível de vida e acesso à educação. Na França, por exemplo, os índices de alfabetização foram de 30%, no antigo regime, para 60% em 1860 e 90% em 1890. Na Inglaterra, esses índices foram de 59%, em 1841, e 97%, em 1900.

A mudança do perfil da população na França causou o aumento de número de livros produzidos, que tinha uma média anual de 600 a 800 títulos, no século XVIII, e passou para 7.658 em 1850 e 14.849 em 1889. Houve também aumento da popularidade das novelas – em detrimento do prestígio artístico da poesia –, cuja produção, que havia tido uma média anual de 53 títulos, entre 1750 e 1789, sobe para 218, entre 1840 e 1875, e 653, entre 1886 e 1890. Outro indicador é a tiragem de jornais, que, em 1836 era de 70 mil cópias, e em 1899 chega a 775 mil cópias só de um dos jornais, o *Le Petit Parisien*. Já na Inglaterra, no início do século XIX, o comércio de livros estava muito atrasado comparado a outras indústrias inglesas. As publicações eram caras e impressas em pequeno número. Os jornais, por outro lado, tiveram um grande crescimento ao longo do século XIX, como na França. Nesse contexto, o escritor tornou-se produtor independente, a escrita passou a ser profissão e configurou-se como um espaço institucionalizado, no qual a legitimidade da escrita é dada pelos pares com base em regras de ordem estética próprias. A literatura, então, por ter se tornado independente tanto da ideologia religiosa quanto burguesa, acontece numa esfera de produção restrita, em oposição à outra esfera de grande produção, na qual predomina a lei do mercado.

Houve, portanto, segundo Ortiz⁴⁵³, na experiência europeia, a emergência de uma esfera de circulação restrita, ligada às artes e à literatura, e outra ampliada, a esfera comercial. De igual maneira, o público esteve dividido entre uma minoria de

⁴⁵² ORTIZ, 1991.

⁴⁵³ Ibidem.

especialistas e uma massa de consumidores. Para o autor, “esta oposição não deixa de colocar em conflito os atores desses dois campos sociais. Por isso vamos encontrar entre os artistas, os escritores, as vanguardas, as primeiras críticas em relação à chamada cultura das massas”⁴⁵⁴. A crítica, então, tem fundamento num antagonismo socialmente definido. O artista, que se autonomizou dos mandos religiosos e burgueses, viu-se condenado aos limites que a sociedade lhe impôs, através da concorrência de uma produção de mercado que possuía um alcance cultural bem mais amplo, e demonstrou sua insatisfação ao não aceitar a cotação de mercado como medida do valor estético da sua obra. Essa postura crítica em relação aos valores morais do mercado foi, muitas vezes, feita em nome de uma superioridade da arte frente à mediocridade da massa e contribuiu para uma crítica à produção em massa no campo cultural proporcionada pela industrialização.

Cenário diferente era o do Brasil dos anos 1930 e 1940. Os intelectuais e artistas pouco desfrutavam de autonomia frente ao Estado para o desenvolvimento de suas atividades, conforme discutimos no primeiro capítulo. Outro aspecto, contudo, nos separa sobremaneira do caso europeu: o analfabetismo da população brasileira. Como já mencionamos, a taxa de analfabetismo em 1940, segundo o Recenseamento Geral, era de 67%. Observemos que, enquanto a Europa erradicou o analfabetismo na maioria dos seus países ainda no início do século XX, o Brasil, em 2018, segundo a PNAD 2016-2018, tinha uma taxa de analfabetismo de 6,8%, chegando a mais de 18% em alguns estados do Nordeste⁴⁵⁵. Esses parâmetros de comparação não servem apenas para mostrar a defasagem do Brasil em relação a alguns países europeus, mas também nos alertam para o tipo de análise que se pode fazer para o caso brasileiro nos anos 1930 e 1940, nosso período de interesse. Nossa defesa é de que não se pode pensar a difusão de ideias, programas, ações ou mesmo do processo de industrialização realizado pelo governo brasileiro no pós-1930 sem o uso do recurso imagético como instrumento fundamental na criação de um ambiente fértil generalizado às ações do Estado na sociedade brasileira.

A construção da imagem do governo, do Chefe da Nação, da industrialização, da modernização, do Brasil potência, do progresso, havia de ser

⁴⁵⁴ ORTIZ, 1991, p. 25.

⁴⁵⁵ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: Educação 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

realizada por meios de comunicação de massa que alcançassem a população brasileira, logo, não poderia ser escrita, mas imagética. É nesse sentido que destacamos a *Cultura Política* como espaço de diálogo entre os intelectuais, atuando na propaganda para um público específico, e o *Cine Jornal Brasileiro* como um instrumento de maior alcance, não somente pela distribuição do próprio CJB, mas pela produção abundante de imagens e conteúdos que acabaram sendo utilizados para outros meios de divulgação. Conforme destacado por Benjamin⁴⁵⁶, o cinema exerce um fascínio especial sobre as pessoas. Ele transporta, num sentido figurado, as pessoas para realidades longínquas ou mesmo inexistentes, fantasiosas. Ainda, a propaganda transforma audiência em espectador, ou seja, uma assistência ativa numa plateia passiva. Adiciona-se, segundo Benjamin, a transformação no mundo do trabalho, que também trouxe transformações na sociabilidade das pessoas, que buscavam assuntos leves para o seu fim de dia estafante de trabalho. Exemplo desse funcionamento foi o CJB especial produzido pelo Estado Novo para noticiar o carnaval de 1945⁴⁵⁷, no qual flagramos aspectos da multidão enquadrados pela câmera do DIP, conforme Imagens 10 e 11.

Imagem 10 – Foliões festejam o Carnaval no Rio de Janeiro em 1945



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 10, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁴⁵⁷ CJB, n. 10, v. 4, 1945.

⁴⁵⁸ GALVÃO, 1982, p. 146.

Imagem 11 – Folião no Carnaval do Rio de Janeiro em 1945.



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 10, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão⁴⁵⁹.

Nessa intencionalidade de colocar as massas nas telas, o CJB número 129, volume 2, de 1942, noticiou a manifestação bem-humorada da crise dos combustíveis decorrente da situação de guerra mundial – podemos ver aspecto do enquadramento da câmera do DIP na Imagem 12⁴⁶⁰. O CJB número 163, volume 2, de 1942, também noticiou escassez de gasolina no Rio de Janeiro em tom humorístico através da reportagem "Enquanto os automóveis dormem... – Rio: O ciclismo é o esporte da moda, em Copacabana". A reportagem inicia mostrando imagens da Avenida Rio Branco, destacada pela locução como a mais famosa, a Avenida do Brasil, e dizendo tratar-se de imagens de dias antes do racionamento da gasolina. A locução afirma ser o asfalto daquela avenida bem cuidado, onde deslizam milhares de automóveis e centenas de ônibus e que os fiscais do tráfego zelam pelos pedestres distraídos. Quando essa imagem era comum ao carioca, segue a locução, lia-se nos jornais amargas queixas contra o barulho das buzinas e o cheiro da fumaça do motor a óleo cru, "e tanto ruído se fez contra o barulho das buzinas que a cidade acabou tendo sua lei do silêncio com a limitação da gasolina"⁴⁶¹. As imagens das ruas sem carros, dos estacionamentos lotados de carros parados e dos postos de gasolina

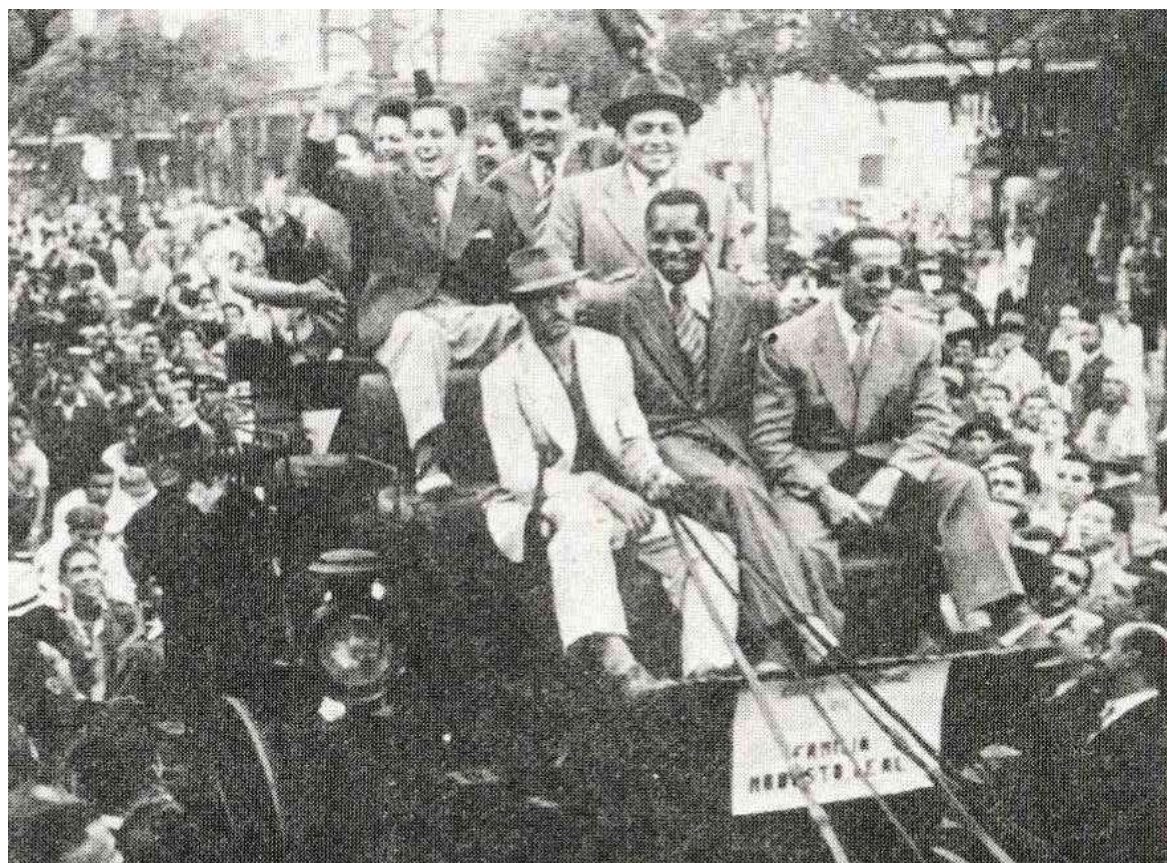
⁴⁵⁹ GALVÃO, 1982, p. 146.

⁴⁶⁰ CJB, n. 129, v. 2, 1942.

⁴⁶¹ CJB, n. 163, v. 2, 1942.

desertos acompanham uma narração bem-humorada, numa tentativa de apresentar um lado positivo à restrição imposta: “enquanto os carros dormem, os mecânicos e lavadores podem conversar displicentemente, as bombas de gasolina estão conhecendo dias de profunda calma, há tempo para leitura de um jornal”⁴⁶² e a câmera dá um *close* num frentista lendo um folheto e fumando sentado ao pé da bomba de gasolina. A reportagem destaca, ainda, que “o gasogênio criou uma legião de mortais invejadíssimos, os que podem viajar de automóvel, embora sacrificando a linha da carroceria”⁴⁶³ e que, com o racionamento, a velha bicicleta volta à cena e os grandes costureiros estariam desenvolvendo modelos para o ciclismo elegante.

Imagem 12 – Manifestação bem-humorada durante a crise de combustível de 1942



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 129, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão.⁴⁶⁴

O Presidente Getúlio Vargas bem destacou, em 1934, que “o cinema será, assim, o livro das imagens luminosas (...) para a massa dos analfabetos, será essa a

⁴⁶² CJB, n. 163, v. 2, 1942.

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ GALVÃO, 1982, p. 125.

disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva”⁴⁶⁵. O cinema operou, assim, como instrumento de comunicação de massa, de disciplina pedagógica. A adjetivação do cinema como *impressivo* revela o caráter impressionante do cinema, reflete o impacto que as imagens em movimento causavam nas pessoas na década de 1930. Mesmo que a grande tela já estivesse presente, ao menos nas grandes metrópoles do Brasil, desde fins do século XIX, foi a partir dos anos 1930 que o uso do cinema enquanto instrumento de propaganda política se consolidou e ganhou destaque, constituindo uma política de governo.

A técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea. Ao revés das gerações de ontem, obrigadas a consumir largo tempo no exame demorado e minucioso dos textos, as de hoje e, principalmente, as de amanhã, entrarão em contacto com os acontecimentos da História e acompanharão os resultados das pesquisas experimentais, através das representações da tela sonora. Os cronistas do futuro basearão os seus comentários nesses seguimentos vivos da realidade, colhidos em flagrante, no próprio tecido das circunstâncias⁴⁶⁶.

Mesmo no contexto da crise mundial dos anos 1930, durante os quais a produção industrial, como a fabricação de automóveis, a maior dos EUA, caiu pela metade – apesar de ter sido uma década de considerável inovação tecnológica na indústria –, segundo Hobsbawm⁴⁶⁷, o campo da diversão e dos meios de comunicação apresentaram grande avanço. Foi nessa década, como já mencionamos nos capítulos anteriores, que houve a introdução do cinema falado, que representou o triunfo do cinema hollywoodiano. A cobertura fílmica da Segunda Guerra Mundial é prova desse avanço. Hollywood, inclusive, enviou cinco cineastas para o *front* de batalha para documentar o conflito. As imagens foram usadas em cinejornais e documentários⁴⁶⁸.

A partir dos anos 1930, a intensificação da industrialização brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos e próximo deles, e a crescente

⁴⁶⁵ VARGAS, 1934, pp. 187-188.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 188.

⁴⁶⁷ HOBBSAWN, 1995.

⁴⁶⁸ Foram enviados ao front os cineastas Frank Capra, George Stevens, John Ford, John Huston e William Wyler. O documentário em três episódios “Five Came Back”, de 1945, dirigido por Laurent Bouzereau e baseado no livro homônimo de Mark Harris, lançado em 2014, traz cenas inéditas captadas pelos cineastas. Destaca o direcionamento das imagens e das narrativas conforme os interesses do governo norte-americano de educar e doutrinar as massas. Relata, inclusive, a reencenação de batalhas realizadas com os próprios soldados para dar mais “veracidade” às imagens.

mecanização no meio rural atraiu grande número de pessoas para as zonas urbanas, aumentando essa população sobremaneira. Contudo, a maioria da população ainda estava concentrada na zona rural e a crescente população urbana, incluindo os imigrantes, não encontrava colocação no incipiente mercado de trabalho. A situação é agravada pelas altas dos preços, em especial depois de deflagrada a guerra mundial em 1939. Por essas razões, consideramos problemático falar em sociedade de consumo e cultura de massa numa sociedade como a brasileira nos 1930 e 1940, ainda mais, se se considera que a emergência de uma sociedade de consumo se dá a partir de uma cultura de massa gerada por uma indústria cultural em desenvolvimento ou estabelecida, atendido um certo grau de industrialização, o que faltava ao Brasil.

Nesse sentido, compreendemos, em consonância com Renato Ortiz⁴⁶⁹, que não havia comunicação de massa no Brasil, porque não havia massa, ou seja, não havia uma uniformidade da informação, não havia meios de comunicação de massa, veículos de comunicação que alcançassem grande parte do país e da população. A tal argumento podemos acrescentar que no Brasil não havia indústria cultural nos 1930 e 1940, porque não havia a indústria com a tecnologia necessária para a reprodução da informação e da cultura na abrangência, escala e velocidade características da sociedade de massa. Entendemos, no entanto, que a organização da propaganda política promovida pelo regime estadonovista através de bases burocráticas alcançou resultados significativos na massificação do seu consumo. Através da imponente burocracia estatal, com contratação de pessoal e despesas crescentes destinadas ao DIP entre 1940, primeiro ano de sua atuação, e maio de 1945, quando da sua extinção, os órgãos e departamentos assumiram estruturas complexas com abrangência nacional a partir de comandos centralizados, de um lado, e a adoção de uma nova política de propaganda, instrumentalizada por padrões regulatórios, de controle e censura, de outro.

A propaganda do Estado Novo atuou na transformação do carisma em personificação do poder e na construção de monumentos que lhe permitissem canalizar as energias da sociedade para um conhecimento passivo, em substituição à participação social ativa, criando padrões sociais através de sua dramatização e repetição e garantindo o consenso e a permanência de um conjunto de valores⁴⁷⁰. O

⁴⁶⁹ ORTIZ, 1991.

⁴⁷⁰ GOULART, 1990.

recurso da repetição criou um registro na memória coletiva de monumentalização daquelas imagens, as quais, emitidas através de um aparato governamental autoritário de propaganda, são transformadas pela ação do poder – que é a característica fundamental da criação do monumento⁴⁷¹. Esse efeito ganha ainda mais poder no uso do cinema, na medida em que este exerce um fascínio especial sobre as pessoas⁴⁷². Nessa toada, a câmera do DIP valorizou os momentos de exaltação do Chefe da Nação, o Presidente Getúlio Vargas.

A edição especial do cinejornal oficial em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas em 1942 apresenta vários aspectos que merecem destaque. Na imagem 13, vê-se, na comemoração realizada na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, o enquadramento na grande multidão aglomerada para as festividades em homenagem ao Presidente. A locução, por sua vez, informa que o povo petropolitano ofereceu “o maior bolo de aniversário que já se confeccionou no país”⁴⁷³ às crianças locais em regozijo pela data.

Imagem 13 - 1942: Multidão aglomerada no aniversário de Vargas



Fonte: Cine Jornal Brasileiro especial, n. 121, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão.⁴⁷⁴

⁴⁷¹ LE GOFF, 2013.

⁴⁷² BENJAMIN, 1985.

⁴⁷³ CJB, n. 121, v. 2, 1942.

⁴⁷⁴ GALVÃO, 1982, p. 123.

Na homenagem da Juventude Brasileira ao aniversário de Vargas, no Palácio Tiradentes, na capital federal, destacamos dois enquadramentos da câmera do DIP, apresentadas na Imagem 14 e na Imagem 15. Naquela, observamos retratos de Vargas, um deles com a mensagem “Salve Getúlio Vargas”; nesta, lê-se o cartaz “Saibam todos que a Juventude está com Getúlio Vargas”.

Imagem 14 – Cartaz “Salve Getúlio Vargas”, da Juventude Brasileira



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 121, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão.⁴⁷⁵

Imagem 15 – Cartaz “Saibam todos que a juventude está com Getúlio Vargas”



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 121, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ GALVÃO, 1982, p. 124.

⁴⁷⁶ Ibidem.

No intuito de construir uma narrativa de apoio quase incondicional ao Presidente e ao governo, a peça de propaganda apresenta, além das manifestações populares já mencionadas, as homenagens prestadas pelas classes dominantes: a festa realizada pelas emissoras de rádio de todo o país, com a presença de ministros de Estado e “outras figuras de destaque do mundo oficial e social”, e o jantar dançante promovido pela colônia norte-americana dedicado ao Dia do Presidente, presidido pelo embaixador Jefferson Caffery, reunindo “brilhante e numerosa representação da sociedade carioca”. Inclusive, segundo a locução do cinejornal, a própria designação do 19 de abril como Dia do Presidente é creditada à “simpática iniciativa da colônia norte-americana e de outras comunidades estrangeiras no país”⁴⁷⁷.

Interessante observar que a presença de Vargas nas comemorações de seu aniversário era substituída pela mobilização das massas. O próprio Vargas se retirava da exposição a qual estava constantemente submetido pela propaganda política, como relata a locução do CJB de 1942: “como de hábito, nas vésperas de seu natalício, o Chefe do Governo segue para uma estância do interior, em companhia de sua esposa, senhora Darcy Vargas. O avião parte para Poços de Caldas”⁴⁷⁸. Sua onipresença, contudo, mobilizava multidões e seu aniversário entrou para as festividades do regime e foi noticiado, enquanto um dos elementos fundamentais da propaganda estadonovista, nos principais meios de comunicação do país. A locução do CJB destaca que “a imprensa brasileira associa-se de maneira muito expressiva às homenagens ao Chefe da Nação. Grandes diários, como *A Manhã*, tiram edições especiais com elevado número de páginas”⁴⁷⁹, ao mesmo tempo em que as imagens mostram as capas de vários jornais do país. Nesse contexto, a revista oficial do regime, *Cultura Política*, garantiu a presença de Getúlio Vargas em todas as suas edições, representada através da publicação de seus discursos, de análises dos mesmos, de textos escritos a partir de entrevistas concedidas pelo Chefe do Governo e de excertos de *A Nova Política do Brasil*, coletânea dos discursos proferidos de 1931 a 1945, publicada em onze volumes.

A data mereceu uma edição especial da revista *Cultura Política*, em 19 de abril de 1944, número 39. A publicação abre com a “Saudação ao Presidente” nas seguintes palavras: “Na passagem de mais um aniversário do Presidente Getúlio

⁴⁷⁷ CJB, n. 121, v. 2, 1942.

⁴⁷⁸ Ibidem.

⁴⁷⁹ Ibidem.

Vargas, *Cultura Política* saúda o construtor do Brasil Novo e o inspirador e mestre da doutrina do Estado Nacional”⁴⁸⁰. Essa edição teve quarenta e cinco artigos, os quais não foram divididos em seções, como ordinariamente. Entre os artigos, doze foram intitulados “Um pensamento sobre o Presidente”, escritos por diferentes autores, e outros nove tinham por título “Um pensamento do Presidente”, com excertos curtos de seus discursos. Os demais textos tiveram como conteúdo discursos do Presidente Vargas, homenagens ao Chefe do Governo e artigos sobre as realizações do regime. Também em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas, a edição de *Cultura Política* do trimestre março, abril e maio de 1945 abriu com o artigo “O 19 de Abril”. O texto curto afirmava o carinho dispensado pela população ao Chefe do Governo no dia do seu aniversário e destacava o “sentido humano e a substância social” da obra do Presidente Vargas, expressa, especialmente, na legislação trabalhista.

Na Comemoração do Dia do Marítimo, no Rio de Janeiro, em 1940, a câmera do DIP foca a multidão que se aglomerou para assistir a homenagem ao Presidente Getúlio Vargas⁴⁸¹. As imagens do CJB alternam entre o palanque de Vargas e a multidão atenta ao seu discurso, como demonstram os aspectos da câmera do DIP que reproduzimos na Imagem 16 e na Imagem 17.

Imagem 16 – 1940: Getúlio Vargas discursa em Dia do Marítimo



Fonte: Cine Jornal Brasileiro especial, n. 126, v. 1, 1940. Imagem em Galvão, 1982, p. 100.

⁴⁸⁰ SAUDAÇÃO ao Presidente. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, abr. 1944, p. 7.

⁴⁸¹ CJB, n. 126, v. 1, 1940.

Imagem 17 – 1940: Multidão se aglomera para ouvir o presidente na Comemoração do Dia do Marítimo



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 126, v. 1, 1940. Imagem disponível em Galvão⁴⁸².

No discurso, Vargas agradeceu a homenagem da Federação dos Marítimos, destacou a “legítima expressão da vontade de seus cem mil associados” e a solidariedade dos trabalhadores brasileiros para com o governo.

Essa homenagem da Federação dos Marítimos, legítima expressão da vontade de seus cem mil associados, que mourejam no mar, nos estaleiros e serviços portuários, compartilhada por outros grupos profissionais, muito me reconforta porque renova a solidariedade que sempre encontrei entre os trabalhadores brasileiros, dispostos, agora mais do que nunca, a apoiar o Governo num momento de inquietação e apreensões, em que é necessário o máximo de vigilância e a coragem serena de definir os rumos da nacionalidade⁴⁸³.

A multidão, nessas ocasiões, não era considerada mera assistência pelo aparato de propaganda, mas participante da construção da narrativa que organizava a memória coletiva dos acontecimentos. Para participar, a multidão era organizada de forma que a narrativa, imagética e discursiva, atingisse não apenas os presentes no evento representativo, mas a massa de trabalhadores marítimos. Arranjada, a massa aplaudiu Vargas em vários momentos do seu discurso e, assim encarada pela propaganda do regime, tinha um papel na dinâmica estabelecida pelo Estado Novo

⁴⁸² GALVÃO, 1982, p. 100.

⁴⁸³ CJB, n. 126, v. 1, de 1940.

para a construção das narrativas, para a reescrita da história e para o enquadramento da memória nacional coletiva. A massa, que era o elemento unificador da nacionalidade dentro de um Estado corporativista, na medida em que representava o elo entre o regime e a população, se construía como uma massa consumidora da propaganda política.

As imagens abaixo mostram a visita do Presidente Getúlio Vargas a São Paulo, em 1939. O CJB, já analisado no segundo capítulo, apresenta reportagens sobre a presença do Presidente no lançamento da pedra fundamental do Hospital para Tuberculosos, no evento em que foi colocada a primeira estaca da Ponte das Bandeiras e em uma visita à Caixa Econômica. Escolhemos reproduzir, nas imagens abaixo, dois enquadramentos da câmera do DIP no evento de lançamento da primeira estaca da Ponte das Bandeiras, importante obra para a mobilidade urbana na capital paulista, ligando a zona sul à zona norte da cidade. Na Imagem 18, Getúlio Vargas com martelo na mão no importante ato e, na Imagem 19, a multidão que acompanha o evento.

Imagem 18 – Getúlio Vargas lança a construção da Ponte das Bandeiras martelando a primeira estaca



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 55, v. 1, 1939. Imagem disponível em Galvão⁴⁸⁴.

⁴⁸⁴ GALVÃO, 1982, p. 98.

Imagem 19 – Multidão assiste ao lançamento da Ponte das Bandeiras



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 55, v. 1, 1939. Imagem disponível em Galvão⁴⁸⁵.

O cinejornal procurou a tradicional parêntese da imagem do Presidente Vargas e a da multidão, construindo uma identificação entre ambos e produzindo, ao mesmo tempo, o sentimento de presença para o espectador e consumidor da peça propagandística, que se via na massa; mesmo não estando presente nas imagens, com elas se identificava. A ação da propaganda política do regime em São Paulo exigia uma atenção especial, pois tratava-se de um estado onde a oposição ao governo Vargas era forte. Nesse contexto, mostrar o apoio popular ao governo era fundamental para criar o ambiente político necessário à manutenção do poder. Os recursos imagéticos, nesse sentido, foram amplamente utilizados, não apenas para o caso de São Paulo, mas em todo o país. Onde quer que o Presidente ou seus ministros estivessem, lá estava também a câmera do DIP para os registros oficiais.

A propaganda do governo sinalizava também para a classe dominante. A “alta sociedade” também foi alvo da propaganda política, como na reportagem sobre a corrida de cavalos realizada no Jockey Club carioca, em 1940, na disputa do Grande Prêmio Getúlio Vargas. O turfe era o esporte preferido do Presidente, assim, um evento como esse poderia ser o cenário perfeito para a propaganda política apresentar a toda a sociedade a aproximação entre o governo e a classe dominante. A reportagem do CJB destacou que compareceram, além do Chefe da Nação, “altas

⁴⁸⁵ GALVÃO, 1982, p. 98.

autoridades e membros do corpo diplomático” e “figuras representativas da alta sociedade carioca”⁴⁸⁶, conforme informado pela locução. A Imagem 20 apresenta Getúlio Vargas acompanhado de militares e autoridades e, na Imagem 21, mulheres em figurinos elegantes.

Imagem 20 – Vargas acompanhado de autoridades no Grande Prêmio Getúlio
Vargas no Jockey Club



Fonte: Cine Jornal Brasileiro, n. 178, v. 1, 1940. Imagem disponível em Galvão⁴⁸⁷.

Imagem 21 – Mulheres assistem ao Grande Prêmio Getúlio Vargas no Jockey Club



Fonte: Cine Jornal Brasileiro, n. 178, v. 1, 1940. Imagem disponível em Galvão⁴⁸⁸.

⁴⁸⁶ CJB, n. 178, v. 1, 1940.

⁴⁸⁷ GALVÃO, 1982, p. 103.

⁴⁸⁸ Ibidem.

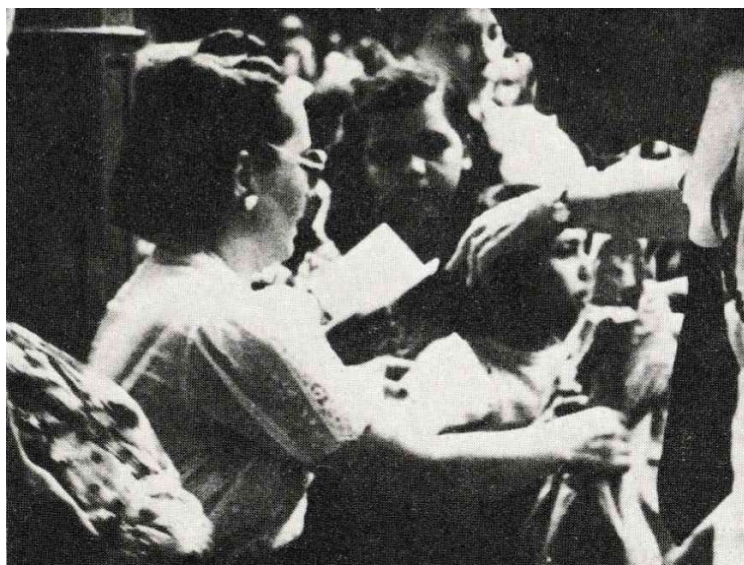
A aproximação de Vargas com a classe dominante também fez parte da formação do corpo da nacionalidade, da formação do Estado corporativista. Nesse sentido, a propaganda política, que utilizava o modelo corporativo para a objetificação de seu público consumidor, o destinatário do seu produto final, criou narrativas que atingiram a classe dominante. A pesquisadora Silvana Goulart, estudiosa da propaganda política do Estado Novo, destacou que o governo precisava neutralizar as oposições vindas dessa classe, a qual criticava a “centralização e o autoritarismo estadonovista e, principalmente, a ingerência estatal na vida econômica do país”⁴⁸⁹. Para a pesquisadora, a obtenção do consenso em torno do projeto do Estado Novo através dos meios de comunicação não implicou somente em coerção e imposição ideológica, mas também na criação de identificação, “dando ao povo uma imagem na qual ele se reconhecia”⁴⁹⁰.

Na criação do consenso, a narrativa da propaganda política construía a ideia do futuro da nação depositada na formação das crianças e adolescentes. Os programas voltados às crianças e à juventude tinham por objetivo disseminar a ênfase na disciplina e na formação de brasileiros aptos ao atendimento das necessidades da Nação, onde as necessidades são ditadas pelo governo onisciente. A propaganda política direcionada às crianças tinha, então, um duplo objetivo, o da disciplina e da formação e o de alcançar os adultos, que seriam, assim, sensibilizados pela preocupação do Presidente com o futuro do país, além de identificarem naquelas imagens e discursos imagéticos a disciplina, a unidade, o triunfo do governo Vargas, reforçando sua gratidão. Na Imagem 22, do CJB de 1941, destacamos os registros da “festa de Natal” promovida por Darcy Vargas, no Palácio do Catete, cujo enquadramento valoriza a imagem da primeira-dama. Já na Imagem 23, o enquadramento é o da massa de crianças

⁴⁸⁹ GOULART, 1990, p. 18.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 17.

Imagem 22 – 1941: Darcy Vargas distribui prendas a crianças em Festa de Natal



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 184, v. 1, 1941. Imagem disponível em Galvão⁴⁹¹.

Imagem 23 – 1941: Crianças vão ao Palácio do Catete para receber prendas em Festa de Natal



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 184, v. 1, 1941. Imagem disponível em Galvão⁴⁹².

Além do cinejornal, duas peças de propaganda impressas com grande apelo imagético produzidas pelo DIP direcionadas às crianças ganham destaque, são

⁴⁹¹ GALVÃO, 1982, p. 104.

⁴⁹² Ibidem.

elas as cartilhas “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”, de 1940, e “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942. A cartilha de 1940 tinha 32 páginas 41 fotografias, das quais Vargas está em 32 e, logo nas primeiras linhas, encontramos a narrativa imagética do chefe empenhado na construção da Nação:

As dezenas de fotografias que ilustram estas linhas são flagrantes do carinho do Presidente Getúlio Vargas pelas crianças e falam com eloquência da satisfação que elas lhe inspiram. Até nessa sua predileção a gente encontra motivos para admirar o seu patriotismo, porque nela se surpreende essa preocupação que o absorve, de zelar pelo futuro da Pátria⁴⁹³.

A narrativa da propaganda política que apresentava o patriotismo de Vargas, seu zelo pelo futuro da Pátria, com inspiração nas crianças, era estendida ao regime do Estado Novo. Na Imagem 24 e na Imagem 25, destacamos duas páginas da cartilha de 1940, a primeira com fotos de Vargas com crianças e a segunda com a mensagem final do documento, a qual transcrevemos para facilitar a leitura.

⁴⁹³ Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”, DIP, 1940, p. 2. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/exposicao-virtual/dip/getulio-vargas-amigo-criancas/2/#zoom=z>, acesso em 30/05/2021.

Imagem 24 – Página 26 da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”



Fonte: CPDOC/FGV.

Imagem 25 – Página 32 da cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”



Fonte: CPDOC/FGV.

Repara bem nesta fotografia. Vê o teu grande amigo galgando essa escada grande, carregando nos braços uma criança. O que o flagrante te sugere? Por acaso não vês nele um instantâneo do momento excepcional que está vivendo a Pátria? Não é o Presidente que te ampara, subindo a escada do futuro? Medita na verdade que transluz desta fotografia e continua a estimar o teu grande amigo, a procurá-lo quando quiseres, a receber os seus sorrisos como a demonstração de quanto êle te admira e de quanto confia em ti e não faltes aos compromissos que assumistes para com êle, porque êle quer que tu, mais tarde, concorras, com a parcela do teu esforço, para a felicidade do Brasil. E, assim, pagarás o tributo da amizade que te consagra⁴⁹⁴.

⁴⁹⁴ DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Getúlio Vargas: o amigo das crianças. Rio de Janeiro: DIP, 1940, p. 32. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/getulio-vargas-amigo-criancas/2/#zoom=z>. Acesso em: 30 mai. 2021.

O documento faz referência à criação do Departamento Nacional da Criança, órgão federal ligado ao Ministério de Educação e Saúde, que deveria atuar junto aos estados, municípios e estabelecimentos privados, mediante subvenções federais, na orientação e fiscalização dos serviços de proteção à maternidade, à criança e ao adolescente⁴⁹⁵. Para o regime, a organização das crianças e jovens também deveria seguir o modelo corporativista. O próprio Vargas abordou a questão em discurso realizado em 31 de dezembro de 1940 no banquete que lhe foi oferecido pelas classes armadas no Automóvel Club, no Rio de Janeiro. Na ocasião, Vargas destacou a necessidade de organização da juventude em uma corporação, cujas finalidades deveriam ser “educativas e patrióticas”. Também fez menção ao “amparo legal às famílias” por meio da criação do Departamento Nacional da Criança⁴⁹⁶. A Juventude Brasileira foi destacada na cartilha como uma concepção do Presidente Vargas para um “toque de reunir ao idealismo da mocidade”. Segundo a cartilha, essa organização congregava os filhos dos ricos e dos pobres em nível de igualdade no culto às glórias do passado e construção das glórias do futuro. A cartilha ainda destaca que o apreço de Vargas pelas crianças vinha de tempos e cita um trecho de um discurso de 1913, em Porto Alegre, no qual afirmou que “É preciso plasmar na cera virgem que é a alma da criança a alma da própria Pátria”⁴⁹⁷.

A defesa das crianças e da maternidade era, também, a defesa da raça, destaca a cartilha de 1940. A propaganda política produzida e distribuída pelo DIP e consumida pelas crianças e jovens brasileiros valoriza as qualidades da nacionalidade, da disciplina e da organização e evocava apelo à multidão, tal qual fazia para com outros públicos consumidores. O trecho do documento que se refere às comemorações do Dia da Raça é ilustrativo nesse sentido.

O êxito da Juventude Brasileira já é uma realidade palpável, como se pôde ver nas comemorações do Dia da Raça. No Rio de Janeiro, trinta e cinco mil moços desfilaram, vibrantes e disciplinados, a alma transbordante de entusiasmo. Nos Estados, os desfiles revestiram-se da mesma beleza cívica. Ante aquela multidão de jovens que desfilou ao som de músicas marciais, a gente sentiu o valor dessa

⁴⁹⁵ O Departamento Nacional da Criança foi criado pelo Decreto-Lei 2.024 de 1940. BRASIL. Decreto-lei nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 3125, fev. 1940c.

⁴⁹⁶ D'ARAUJO, 2011, p. 432.

⁴⁹⁷ DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA, 1940.

organização magnífica, a sua significação no presente e as proporções que tomará no futuro⁴⁹⁸.

A cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942, tinha 112 páginas compostas por textos e 52 ilustrações⁴⁹⁹. Toda em formato de quadrinhos, contava a história de vida de Getúlio Vargas, desde a infância, destacando seus esforços nos estudos e seu papel ativo nos acontecimentos históricos do país. Na Imagem 26, destacamos dois quadrinhos nos quais a propaganda valorizou o caráter intelectual e, ao mesmo tempo, prático de Vargas. As legendas das ilustrações são objetivas: “Getúlio era bom estudante: dedicação ao estudo, pertinência no cumprimento dos deveres... visando alguma coisa de prático, o menino Getúlio iniciara uma criação de bicho da seda”⁵⁰⁰.

Imagem 26 – Quadrinhos da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942.



Fonte: Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”. Imagens disponíveis em Costa, Schmitz e Remedi.

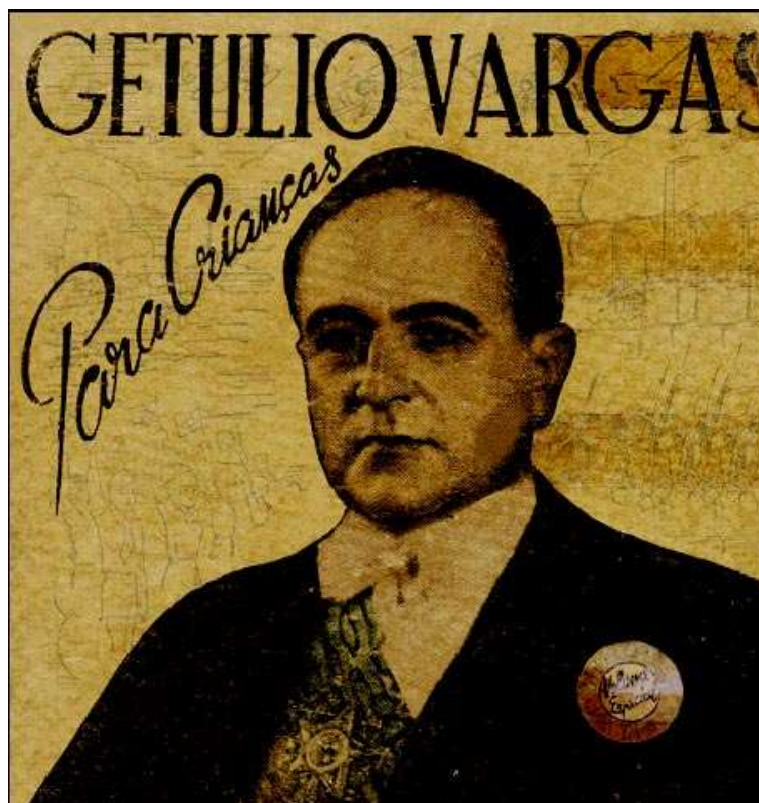
⁴⁹⁸ DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA, 1940, p. 15.

⁴⁹⁹ Segundo Costa, Schmitz e Remedi (2017), a cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942, foi publicada pela Empresa de Publicações Infantis Ltda, no Rio de Janeiro, e financiada pelo DIP. A publicação teria sido iniciativa do empreendedor privado, que salvou sua empresa da falência graças à grande tiragem da cartilha. O alinhamento ideológico da publicação com o regime fez com que o governo distribísse o material para grande número de escolas, tornando-a um sucesso editorial para a época. Os textos são de Alfredo Barroso e as ilustrações, de Francisco Dias da Silva. COSTA, M.; SCHMITZ, Z.; REMEDI, J. Cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto do Estado Novo (1937-1945). *Educação Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 252-264, mai./ago. 2017.

⁵⁰⁰ Texto da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, produzido pelo DIP em 1942. Ibidem, p. 260.

Na Imagem 27, é possível ver o retrato de Vargas na capa da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”. Na Imagem 28, uma carta escrita pelo presidente às crianças⁵⁰¹.

Imagem 27 – Capa da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”



Fonte: CPDOC/FGV.

⁵⁰¹ BARROSO, Alfredo. Getúlio Vargas para crianças. Rio de Janeiro: Grande Consórcio Suplementos Nacionais, 1942. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Imagem 28 – Carta do presidente na contracapa de “Getúlio Vargas para crianças”



Fonte: CPDOC/FGV.

A legislação que criou a Juventude Brasileira, o Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, designou-a como uma instituição nacional

destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria⁵⁰²

O decreto tornara obrigatória a educação cívica, moral e física em todo o país, definindo seus objetivos. À educação cívica caberia a formação da consciência patriótica e o sentimento de responsabilidade pela segurança e “engrandecimento” da pátria; a educação moral visaria à elevação espiritual da personalidade, o hábito da disciplina, a perseverança no trabalho, além dos sentimentos e conhecimentos para encarar a missão de educar as crianças para tornarem-se futuros pais e mães

⁵⁰² BRASIL. Decreto-lei nº 2.072 de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 4239, 1940d.

de família; por fim, a educação física teria por objetivo fortalecer a saúde e incentivar hábitos de higiene para dar aos corpos de crianças e jovens “solidez, agilidade e harmonia”⁵⁰³.

O decreto nos dá a dimensão da importância do projeto para o governo ao determinar, no seu artigo sexto, que a Juventude Brasileira estaria “sob a alta vigilância do Presidente da República”⁵⁰⁴. A vinculação da imagem de Getúlio Vargas à mocidade está refletida na produção da propaganda política do regime realizada pelo DIP. Como exemplo, na Imagem 29, apresentamos a reprodução de um cartão postal dedicado à Juventude. Nele, há uma frase em que Vargas afirma depositar sua confiança na juventude. Em conformidade com o decreto de sua criação, a Juventude, para os fins patrióticos, “prestará culto constante à Bandeira Nacional” e ao Hino Nacional⁵⁰⁵. Caberia a ela também o ensino religioso àquelas crianças e jovens cujos pais ou responsáveis assim o desejassem⁵⁰⁶. Tudo isso estava dentro de um projeto articulado para o enquadramento da infância e da juventude ao projeto do regime, priorizando a disciplina e a ordem, como era feito com os adultos trabalhadores, nos moldes do Estado corporativista. Enquanto público consumidor da propaganda estadonovista, as crianças e a juventude foram alvos de vultosos esforços do governo.

Imagem 29 – Cartão Postal do DIP em homenagem à Juventude Brasileira



Fonte: CPDOC/FGV

⁵⁰³ BRASIL, 1940d.

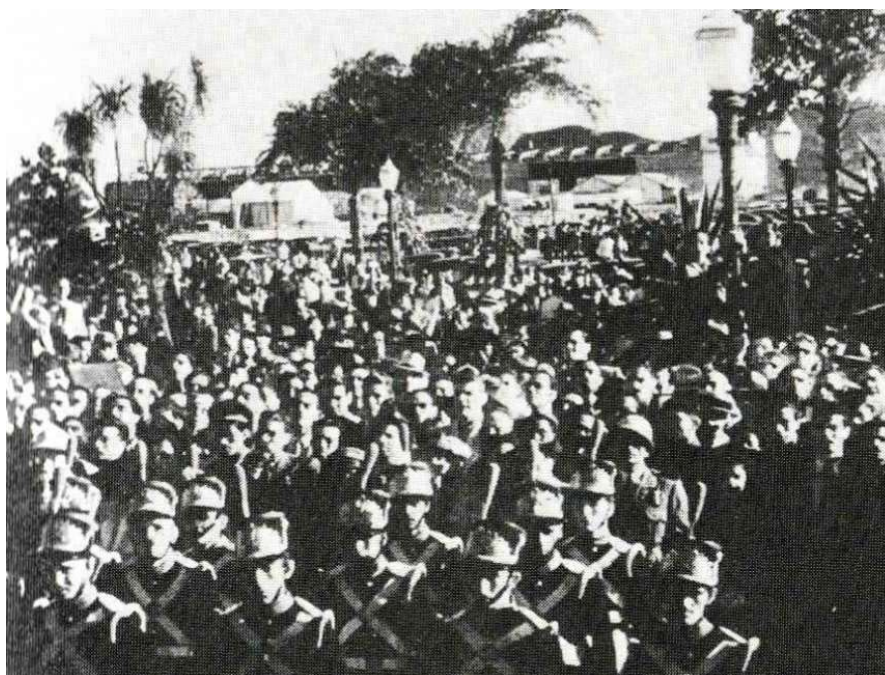
⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ Ibidem.

⁵⁰⁶ Ibidem.

Com destaque para a multidão, os esforços da propaganda do Estado Novo também estavam fortemente concentrados na construção da narrativa sobre o posicionamento e o papel do Brasil na guerra mundial. Nesse contexto, o alinhamento com as nações americanas era noticiado pela propaganda do regime, destacando a necessidade da colaboração continental⁵⁰⁷. O CJB número 91, de 1942, apresentou a Conferência dos Chanceleres Americanos, realizada em janeiro daquele ano, na capital federal, como um acontecimento histórico. A câmera do DIP, no que lhe concerne, deu ênfase aos enquadramentos na multidão, com tomadas de imagens panorâmicas, como destacamos na Imagem 30 e na Imagem 31.

Imagem 30 – 1942: Enquadramento panorâmico do público da Conferência dos Chanceleres Americanos (i)

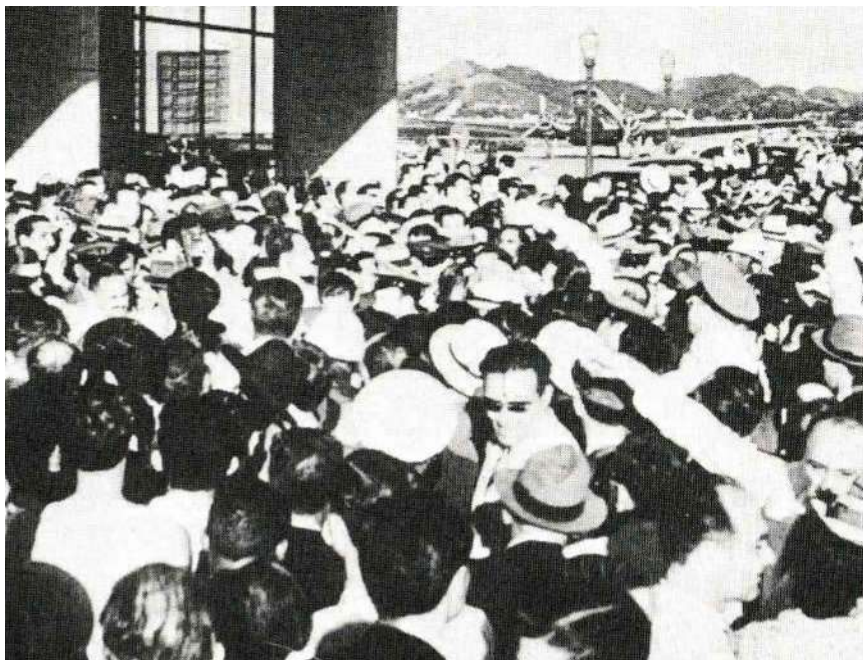


Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 91, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁵⁰⁸.

⁵⁰⁷ Como analisamos no segundo capítulo, a revista *Cultura Política* publicou vasto material sobre a Conferência. Ver *Cultura Política* números 12, 13 e 22, v. 2, 1942.

⁵⁰⁸ GALVÃO, 1982, p. 115.

Imagem 31 – Enquadramento panorâmico do público da Conferência dos Chanceleres Americanos (ii)



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 91, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁵⁰⁹.

A locução do CJB também destacou a presença de “enorme massa popular” no aeroporto para recepcionar os chefes das delegações que chegavam na capital federal, onde se registrou “movimentos de extraordinária vibração”. A ênfase na massa pela peça de propaganda política pode ser observada no trecho abaixo:

A troca de cumprimentos entre o Chanceler brasileiro e os representantes recém-chegados tem lugar em meio a movimentos de extraordinária vibração. Representações numerosas de todas as classes sociais e círculos culturais confundem-se nessas calorosas demonstrações de apreço, simpatia e entusiasmo⁵¹⁰.

Ao apresentar uma massa de pessoas e designá-las como representantes “de todas as classes sociais e círculos culturais”, a propaganda estadonovista construía uma narrativa com o objetivo de gerar, no espectador e consumidor, um sentimento de identificação e de pertencimento com as imagens apresentadas. A narrativa da multidão, transformada em massa, era tão significativa na propaganda

⁵⁰⁹ GALVÃO, 1982, p. 116.

⁵¹⁰ CJB n. 91, v. 2, de 1942.

política do regime, que poderíamos pensar na hipótese de seu uso, inclusive, em peças que noticiavam eventos e acontecimentos nos quais a multidão não estava presente, mas era utilizada enquanto elemento retórico.

Em meados de 1942, a propaganda política ganha um forte trunfo na mobilização da massa na questão da guerra. O ataque aos navios brasileiros e a responsabilização dos alemães pelo feito ensejaram numerosas manifestações públicas de repúdio ao ato e, por extensão, aos países do Eixo. O ocorrido também foi oportuno na mobilização das massas em apoio à decisão do governo Vargas de entrar na guerra ao lado do Aliados. Assim, o contexto da guerra foi apropriado pelo CJB mais fortemente a partir do episódio dos afundamentos dos navios brasileiros, com uma narrativa que expunha a questão da guerra. As câmeras do DIP trataram de escolher os enquadramentos, as reportagens do CJB cuidaram da montagem das cenas e a locução encarregou-se de calibrar o discurso.

Em relação à Segunda Guerra, dois foram os momentos de grande mobilização popular: em 1942, por conta do alarde em razão do afundamento de navios brasileiros pelos alemães e por conta da entrada do Brasil no conflito mundial ao lado dos Aliados; e em 1944, em razão do envio das tropas da FEB à Itália. Segundo Capelato⁵¹¹, em meados de 1942, as multidões foram às ruas pressionar o governo para que o Brasil assumisse posição ao lado dos Aliados. A autora relata que a repercussão dos fatos ocorridos no exterior tomara vulto nacionalmente. Os bombardeios dos navios brasileiros pelos alemães causaram grande mobilização popular. A partir do episódio do afundamento de navios brasileiros, ocorreram passeatas pedindo a entrada do Brasil na Guerra e o rompimento de relações com os países do Eixo. O alinhamento com os Aliados foi muito bem recebido nacionalmente. O governo obteve amplo apoio, inclusive do Partido Comunista, em nome da “união nacional”. O envio de tropas da FEB para o *front* de batalha na Europa também ganhou grande apoio popular. O embarque dos pracinhas, em meados de 1944, foi aclamado nas ruas pelos populares e, ao retornarem, em 1945, foram recebidos como heróis.

Para iniciar nossa análise sobre a questão da guerra, destacamos a reportagem “Contra as forças do mal”, do CJB número 136, de 1942, a qual apresentou a manifestação dos estudantes na capital federal naquele ano. Embora

⁵¹¹ CAPELATO, 2007.

tenhamos analisado essa reportagem na primeira parte deste capítulo, há que se reforçar, a partir dela, a disposição da propaganda estatal em controlar as narrativas, transformando o que poderia ser uma manifestação potencialmente cooptada pela oposição – uma vez que expressava forte crítica ao autoritarismo, ao totalitarismo e à censura – em um discurso do próprio governo, privilegiando enquadramentos como o destacado na Imagem 32. Na imagem, vemos a faixa “Sobreviventes do Arabutã”, um dos navios brasileiros afundados. Ao apresentar uma juventude engajada na questão da guerra, a propaganda política criava o público-alvo disposto a consumir seu produto final.

Imagem 32 - Sobreviventes do navio Arabutã participam de desfile contra o Eixo



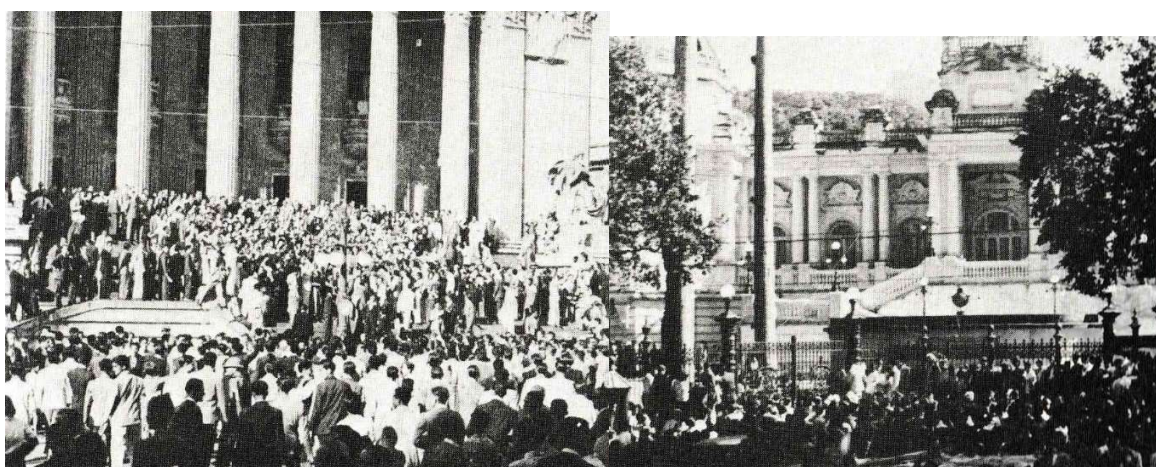
Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 136, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁵¹².

A reportagem “Afundamentos em águas brasileiras!”, do CJB número 144, de 1942, é outro exemplo do controle da narrativa sobre o tema dos navios atacados

⁵¹² GALVÃO, 1982, p. 126.

e da guerra pela propaganda estadonovista. Seu subtítulo, “as primeiras manifestações do povo contra os brutais atentados dos submarinos do Eixo”, indica o caminho daquela construção. Nela, a câmera do DIP capta a multidão, “numa grande manifestação ao Presidente Getúlio Vargas”, oferecendo “vibrante exaltação patriótica” diante dos Palácios Tiradentes e Guanabara⁵¹³, conforme os enquadramentos reproduzidos na Imagem 33.

Imagem 33 – Multidões se manifestam contra o ataque do Eixo no Rio em 1942



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 144, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁵¹⁴.

Algumas edições depois, no CJB número 146, também de 1942, a narrativa da propaganda do regime apela para o sentimento de solidariedade para com os sobreviventes dos ataques, mostrando imagens dos feridos. Na reportagem “Vítimas da crueldade dos totalitários”, a câmera do DIP não se limitou em captar quadros de imagens mais amplos, mas também ateu seu foco em alguns enfermos, como demonstram os enquadramentos que reproduzimos na Imagem 34 e Imagem 35. A locução do cinejornal, no que lhe cabe, apresenta o discurso que reitera o trabalho da propaganda do governo na mobilização das massas em apoio à decisão de posicionamento do país ao lado dos Aliados. Destaca que, entre os passageiros, havia numerosas mulheres e crianças e que o ataque ao Brasil feria “a consciência da América inteira”⁵¹⁵, retomando as ideias da Conferência do Chanceleres, que ocorrera no início daquele ano de 1942. À “desumana pirataria, desencadeada pelas

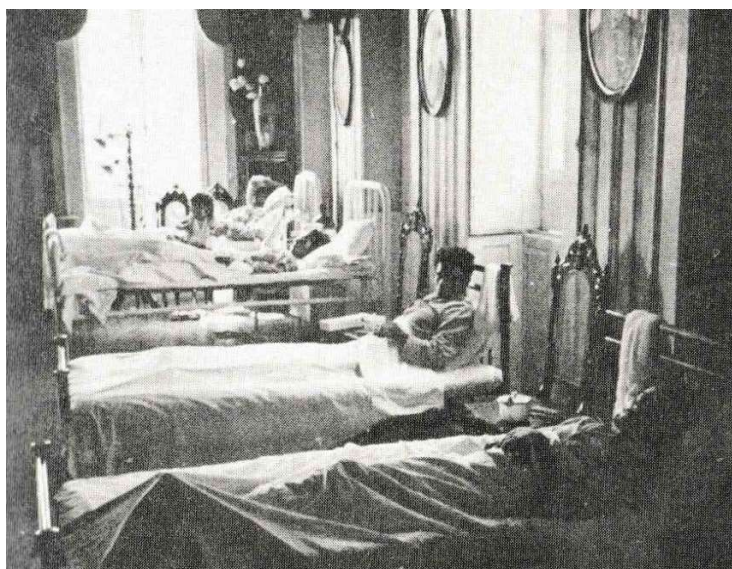
⁵¹³ CJB, n. 144, v. 2, 1942.

⁵¹⁴ GALVÃO, 1982, p. 127.

⁵¹⁵ CJB, n. 146, v. 2, 1942.

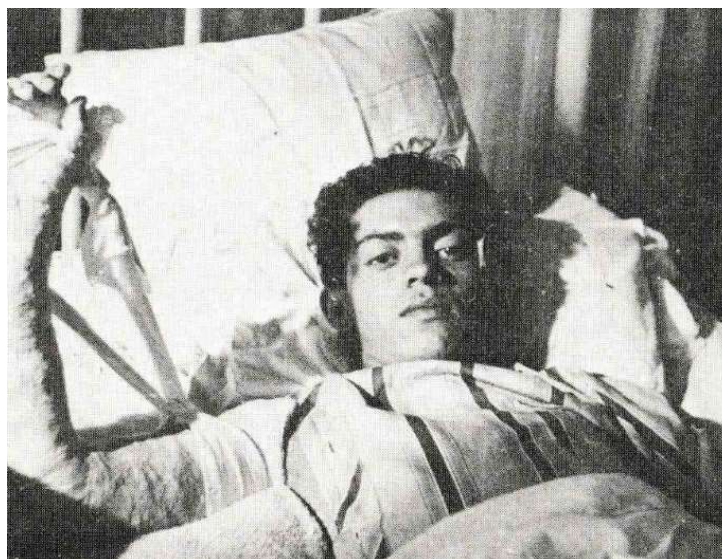
potências do Eixo no Atlântico” a nação reage, nas palavras da locução, “reconhecendo o estado de guerra que não provocara, mas que será enfrentado com honra, com dignidade viril e com o mais profundo e patriótico espírito de sacrifício”⁵¹⁶.

Imagem 34 - Feridos em consequência dos ataques alemães aos navios brasileiros



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 146, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁵¹⁷.

Imagem 35 – Ferido em consequência dos ataques alemães aos navios brasileiros



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 146, v. 2, 1942. Imagem disponível em Galvão⁵¹⁸.

⁵¹⁶ CJB n. 146, v. 2, de 1942.

⁵¹⁷ GALVÃO, 1982, p. 129.

⁵¹⁸ Ibidem.

A questão da guerra, importante mobilizador da população pela propaganda do regime, foi abordada no CJB também sob outros aspectos. O CJB número 148, de 1942, apresentou a reportagem "Preparação física do soldado brasileiro". A locução anuncia que o "adestramento físico é indispensável ao soldado em campanha". Há demonstração de exercícios de salto, natação, esportes náuticos, corrida, arremesso de peso, vôlei na água, basquete, futebol – "o futebol concorre para desenvolver a resistência e agilidade", destaca a locução –, ginástica olímpica e esgrima, destacada pela locução como "outra escola de destreza e combatividade"⁵¹⁹. Na preparação militar, os soldados eram treinados com técnicas específicas, como abater alvos móveis e assalto a baioneta. A locução destaca, ainda, que

deve sobrar energia para transportar os camaradas feridos no campo da luta (...) é assim que o soldado brasileiro estará preparado para desempenhar as mais árduas missões na guerra moderna (...) sagrada missão do soldado brasileiro de defesa da honra e da soberania⁵²⁰.

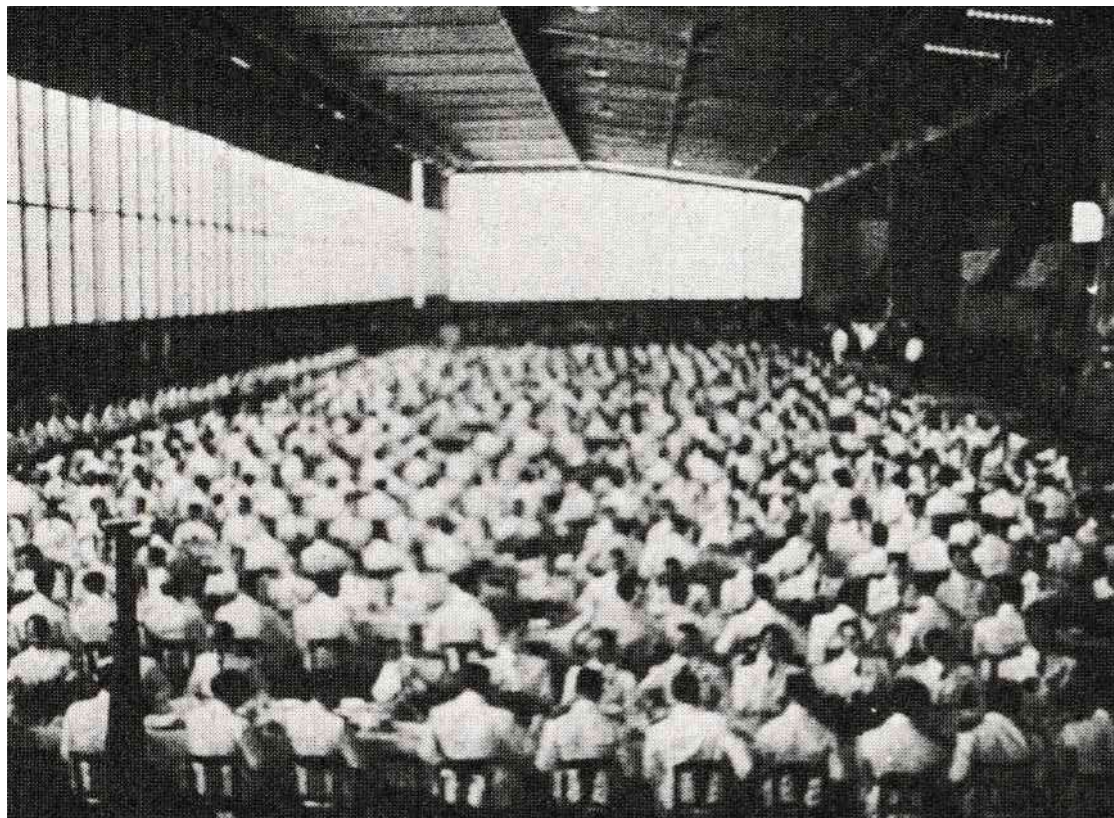
Os militares foram abordados na propaganda estadonovista como colaboradores fiéis ao regime. Em reportagem em um dos primeiros cinejornais de 1943, foram apresentados alguns aspectos do almoço oferecido pelas Forças Armadas ao Presidente Vargas, no hangar da Aeronáutica Civil, em celebração ao novo ano. A locução destacou que o "grande banquete de mil talhares" contou com a presença dos "Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica, todos os oficiais generais atualmente nesta Capital e grande número de oficiais de todas as armas"⁵²¹. Na Imagem 36, reproduzimos o enquadramento da câmera do DIP no galpão ordenadamente repleto de militares.

⁵¹⁹ CJB, n. 148, v. 2, 1942.

⁵²⁰ Ibidem.

⁵²¹ CJB, n. 174, v. 2, 1943.

Imagem 36 – 1943: Militares durante discurso de Vargas em almoço oferecido ao presidente



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 174, v. 2, 1943. Imagem disponível em Galvão⁵²².

A demonstração de proximidade entre o governo e as Forças Armadas era tema comum no CJB e nos demais meios de propaganda do Estado Novo. A revista *Cultura Política*, por exemplo, tinha colaboração constante de oficiais das três forças militares e dedicava seções inteiras às discussões sobre os assuntos relacionados aos militares. Entretanto, o que gostaríamos de destacar é que, embora fosse um evento interno das Forças Armadas, num ambiente exclusivo, o discurso de Vargas era endereçado à população em geral, basta destacar um trecho:

(...) desejo fazer um apelo fraternal a todos os brasileiros. Às mulheres, mães, esposas e filhas para que continuem consagradas à assistência efetiva dos destituídos, estimulando-os e auxiliando-os carinhosamente. Aos jovens, no sentido de aprimorarem a inteligência e o caráter para oferecerem o máximo do seu esforço à Pátria. Aos homens, para que no campo, na fábrica, no escritório, onde quer que

⁵²² GALVÃO, 1982, p. 130.

se achem, não temam dificuldades e a elas se sobreponham dedicando-se completamente ao labor cotidiano, tornando-o sempre mais produtivo e dessa forma concorrendo para a prosperidade própria e o engrandecimento coletivo⁵²³.

No contexto do início do ano de 1943, a mobilização para a guerra deveria ser generalizada. Esse esforço está refletido no discurso do Presidente Vargas, o qual, ao mesmo tempo em que acenava aos militares, também incluía, conforme trecho reproduzido acima, o povo comum, a mulher, o jovem, o homem, o trabalhador. Às Forças Armadas, Vargas anunciou, naquele pronunciamento, a possibilidade de uma ação militar fora do continente e da participação de contingentes brasileiros nas operações de guerra. Assim, em julho e setembro de 1944, embarcaram tropas para a guerra e o CJB documentou o desfile do corpo expedicionário na capital da República. A câmera do DIP mais uma vez valorizou os enquadramentos da massa, como reproduzimos na imagem 37. A locução destaca que:

Enormes multidões celebram com as mais vibrantes demonstrações patrióticas o desfile de unidades do corpo expedicionário brasileiro na Capital da República. É este o primeiro contato direto do povo com as forças militares que o Brasil enviará à luta contra os totalitários e resulta em festa magnífica, bem traduzindo a intensa comunhão nacional em que o país encontra sólido apoio e estímulo para todos os seus grandes cometimentos de ordem material ou espiritual⁵²⁴

⁵²³ CJB, n. 174, v. 2, de 1943.

⁵²⁴ CJB, n. 56, v. 3, de 1944.

Imagem 37 – Populares assistem ao desfile do corpo expedicionário para a guerra



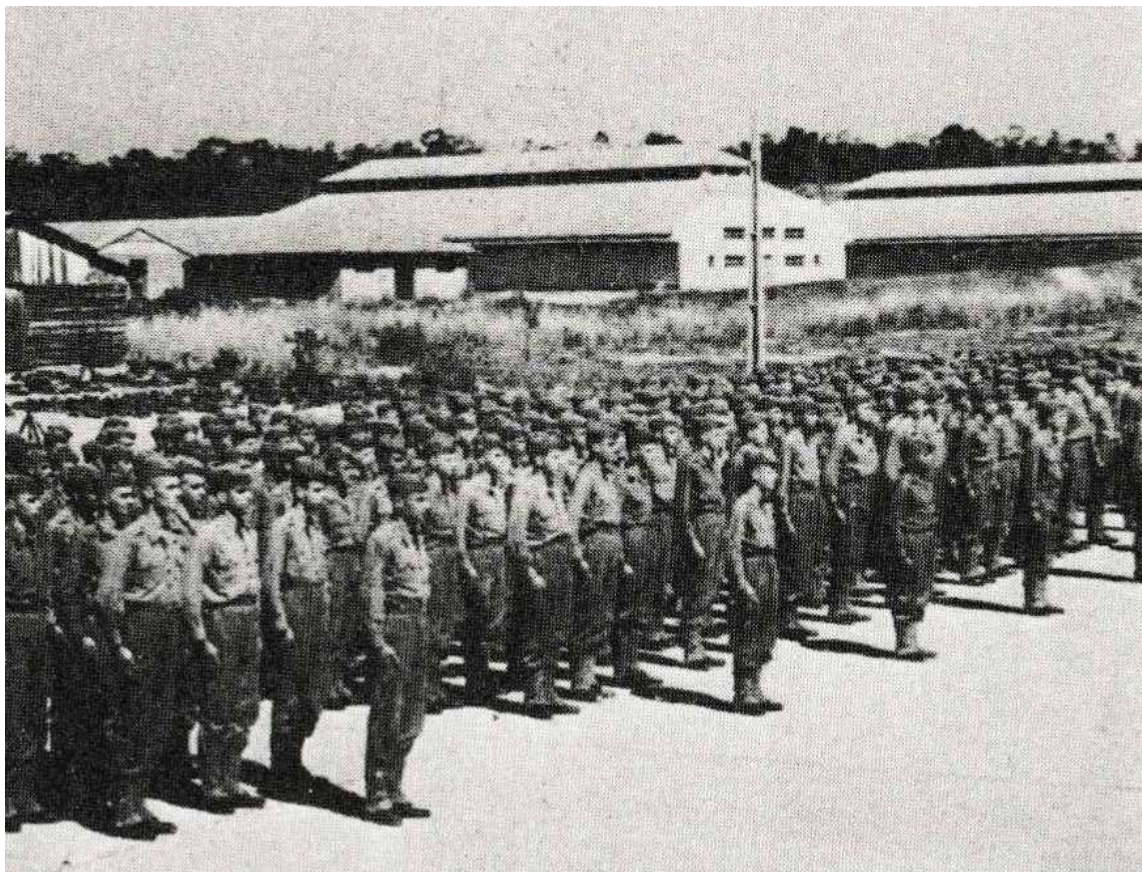
Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 56, v. 3, 1944. Imagem disponível em Galvão⁵²⁵.

O discurso da locução do cinejornal segue afirmando a importância da preparação dos combatentes para a guerra e da capacidade para fazê-lo, tarefa que apenas os “povos de grande tradição e progresso, de extraordinárias energias físicas e morais conseguem realizar. O Brasil, forte e unido, afirma aqui essas virtudes”⁵²⁶. A formação desses homens seria, assim, mais uma das temáticas abordadas pela propaganda estatal. Nesse sentido, outro cinejornal, o CJB número 78, de 1944, destacou o ensino militar através da reportagem sobre a nova Escola Militar de Resende e a visita do Presidente. Na Imagem 38, destacamos o enquadramento da câmera do DIP na organização dos alunos, característica de relevo entre os atributos do ensino no Estado Novo, conforme já analisamos parágrafos acima.

⁵²⁵ GALVÃO, 1982, p. 137.

⁵²⁶ CJB, n. 56, v. 3, de 1944.

Imagem 38 - Alunos da Escola Militar de Resende desfilam diante do presidente



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 78, v. 3, 1944. Imagem disponível em Galvão⁵²⁷.

No mesmo ânimo de mobilização da multidão para a questão da guerra, a câmera do DIP registrou o fim do conflito mundial no CJB número 23, de 1945. O enquadramento do cinejornal que escolhemos reproduzir na Imagem 39 mostra a multidão nas ruas da capital federal em comemoração pelo fim da guerra. Na Imagem 39, dois aspectos chamam nossa atenção: o jornal erguido por um manifestante com a manchete “Acabou a guerra!” e as pessoas acenando para a câmera do cinejornal. A propaganda política do regime esforçou-se na mobilização de todos os setores da sociedade na causa da guerra, especialmente a partir de 1942, e a vitória dos Aliados era a vitória do Brasil e, portanto, do governo Vargas. O DIP valorizou o aspecto festivo da manifestação e o enquadramento da câmera do cinejornal no aceno da massa ali organizada indica a intenção do governo em demonstrar a sua força de

⁵²⁷ GALVÃO, 1982, p. 141.

mobilização das massas, conduzindo a sua propaganda política para o público consumidor mais amplo, a população brasileira.

Imagem 39 – 1945: População festeja o fim da Segunda Guerra Mundial



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 23, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão⁵²⁸.

Cabe destacar que esse número do CJB teve todas as suas cinco reportagens dedicadas aos militares. Além do fim da guerra, foram noticiadas as inaugurações no quartel do 1º Batalhão de Caçadores, em Petrópolis, com a presença do Presidente Vargas, a graduação de especialistas de aeronáutica para a FAB, a Páscoa dos militares e o general Arnold, comandante-em-chefe das forças aéreas norte-americanas, entre os cadetes da FAB. A propaganda do regime produzia outros materiais que destacavam a importância dos militares para o governo, como o cartão postal que reproduzimos na Imagem 40.

⁵²⁸ GALVÃO, 1982, p. 152.

Imagem 40 – Cartão Postal do DIP em homenagem aos militares



Fonte: CPDOC/FGV

Os militares foram, assim, um público-alvo diferenciado da propaganda política do regime. Sua incorporação como objeto da propaganda ocorreu à medida que foram incorporados à própria burocracia do regime e que realizavam a produção de conteúdos para circulação entre seus pares, tornando-os público-alvo daquela propaganda. Os militares eram parte do governo, ocupavam elevados cargos, então seria esperado que fossem figuras corriqueiras na propaganda política do governo. No entanto, destacamos que as Forças Armadas, embora tenham passado por um processo de reestruturação e homogeneização ao longo dos anos 1930, eliminando os dissidentes⁵²⁹, continham, no seu interior, interesses divergentes, alguns dos quais poderiam representar algum risco à estabilidade do governo, além de possuir uma agenda própria. Por isso, a necessidade de trazê-los para perto do governo através, também, da propaganda. Era fundamental que todos os níveis hierárquicos das três Forças Armadas (re)conhecessem os esforços do governo em valorizá-los, em

⁵²⁹ Sobre a reestruturação e recolocação das Forças Armadas no cenário político ao longo dos 1930 e 1940, ver Carvalho, 1999.

especial no contexto político nacional e internacional de meados de 1945, no qual o governo do Estado Novo enfrentava grande pressão pela redemocratização do país. Outro momento de congregação, mobilização e conagração da multidão, a Semana da Pátria, foi alvo da câmera do DIP. A comemoração do Dia da Pátria em 1943 foi registrada, como mostra a Imagem 41, na associação entre a força do Estado Nacional, representada pelos tanques de guerra; a presença das crianças, depositárias do anseio de continuidade das obras do regime; e a bandeira nacional, símbolo máximo da unidade.

Imagem 41 –1943: Escolas desfilam em comemoração ao Dia da Pátria no Rio



Fonte: CPDOC/FGV

Em 1945, nos últimos meses do regime estadonovista, o governo produziu dois cinejornais especiais sobre o tema das comemorações da Independência. O CJB número 47 retratou a parada militar do dia 7 de setembro de 1945, enquanto o número 48 cobriu a “grande concentração cívica” no encerramento da Semana da Pátria. Na Imagem 42, bem como na Imagem 43, ambas do número 48, observamos o foco na participação dos civis e na interação do presidente com estes durante o evento,

mostrando seus acenos à multidão. Já nas Imagens 44 e 45, observamos que as escolhas de enquadramento da câmera do CJB, que compõe o número 47, valorizam em especial o caráter militar do evento. A organização e a potência militar são percebidas em várias cenas desse cinejornal. No mesmo sentido, podemos apreender a intenção da narrativa imagética em demonstrar o apoio das classes militares ao governo Vargas, ao enquadrar um militar de alta patente prestando continência ao Chefe da Nação.

Imagem 42 – 1945: Multidão acompanha o carro presidencial durante Parada de Sete de Setembro



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 47, v. 4, 1945; Imagem disponível em Galvão⁵³⁰.

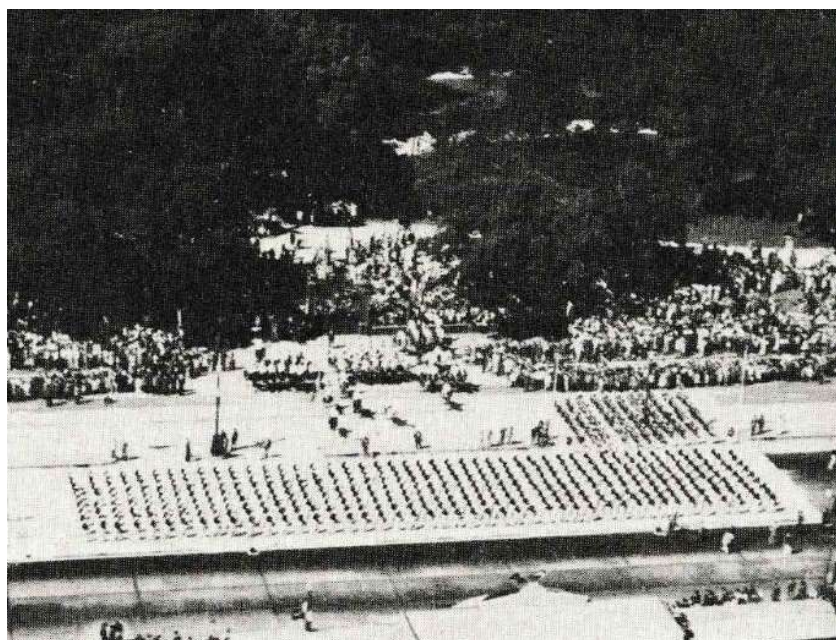
⁵³⁰ GALVÃO, 1982, p. 155

Imagem 43 – 1945: Getúlio acena à população no Estádio de São Januário durante a Semana da Pátria



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 48, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão⁵³¹.

Imagem 44 – 1945: Desfile de militares na Parada de Sete de Setembro

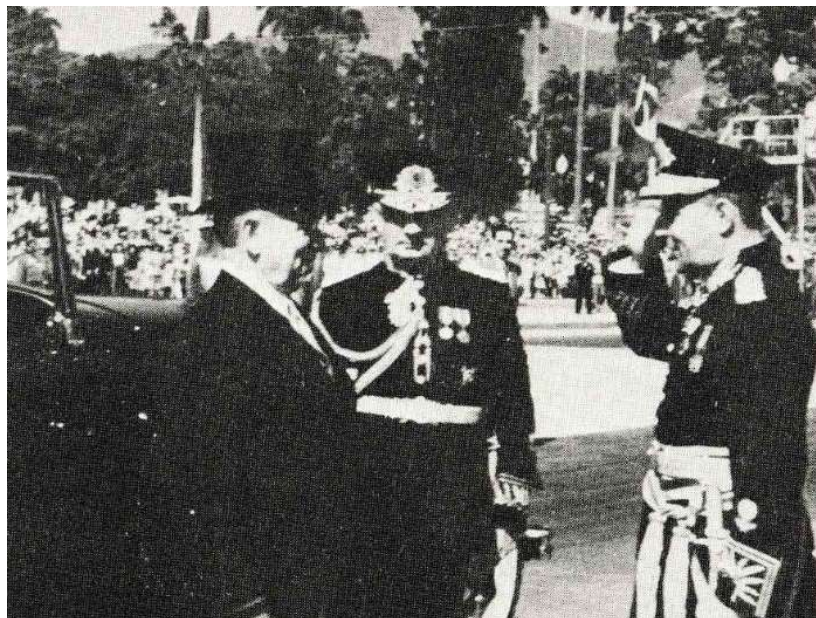


Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 47, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão.⁵³²

⁵³¹ GALVÃO, 1982, p. 156.

⁵³² Ibidem, p. 154.

Imagem 45 – 1945: Militar de alta patente presta continência a Vargas na Parada de Sete de Setembro



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 47, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão.⁵³³

No Estádio de São Januário, a “festa”, coberta pelo CJB número 48, era civil, e a câmera registrou com abundância imagens da multidão nas arquibancadas e em desfile pelo estádio, como pôde se ver na Imagem 43. Ademais, como na Imagem 46, o cinejornal enfoca a multidão e uma faixa onde se lê “constituente” e, logo atrás, conforme Imagem 47, outra onde se lê “Movimento Unificador dos Trabalhadores”. No local, o Presidente Getúlio Vargas discursou, destacando, já no início de sua fala, a “significação excepcional” que as comemorações “da data magna da nacionalidade” assumiam naquele ano de 1945, em referência ao fim da guerra e associando o 7 de setembro ao Dia da Vitória, em homenagem à força expedicionária⁵³⁴.

⁵³³ GALVÃO, 1982, p. 154.

⁵³⁴ CJB, n. 48, v. 4, 1945.

Imagem 46 – 1945: Cartaz “Constituinte” no Estádio de São Januário em evento da Semana da Pátria



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 48, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão⁵³⁵.

Imagem 47 – 1945: Cartaz “Movimento Unificador dos Trabalhadores” no Estádio de São Januário em evento da Semana da Pátria



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 48, v. 4, 1945. Imagem disponível em Galvão⁵³⁶.

⁵³⁵ GALVÃO, 1982, p. 156.

⁵³⁶ Ibidem, p. 156.

De fato, o ano de 1945 representava uma situação especial para o governo Vargas. Pressionado para a realização de eleições e de uma assembleia constituinte, o governo anunciou, em 28 de fevereiro, pela Lei Constitucional nº 9, eleições para dezembro daquele ano e passou a realizar uma distensão política mais ou menos generalizada, a partir da concessão de anistia aos presos políticos, pelo Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril⁵³⁷. Nesse contexto de afrouxamento do autoritarismo do regime estadonovista, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) surgiu como uma organização intersindical que passou a atuar, a partir de 30 de abril, sem autorização do Ministério do Trabalho. Ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), o MUT apoiava o governo e a campanha para uma assembleia constituinte com Vargas no poder. Desde 1943, o PCB vinha posicionando-se ao lado do governo Vargas, em razão do apoio do governo aos Aliados e o interesse em solucionar o conflito mundial. Segundo Francisco Weffort, “parece claro, portanto, que os comunistas apoiariam naquele período a qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam o fim da guerra”⁵³⁸.

O governo, por sua vez, cada vez mais isolado, buscava todo apoio possível, uma vez que sofria ataques da direita e dos setores liberais, especialmente incomodados com o controle da economia exercido pela Coordenação de Mobilização Econômica e as restrições previstas no Decreto-Lei nº 7.666, de junho de 1945⁵³⁹, que dispôs sobre atos contrários à ordem moral e econômica nacionais⁵⁴⁰. Contudo, não é o objetivo aqui levantar as razões e as condicionantes da crise e queda do Estado Novo, senão analisar alguns de seus reflexos na propaganda política do regime. Nesse sentido, destacamos a anistia e a refreada autoritária, as

⁵³⁷ BRASIL. Decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste decreto-lei. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 7076, abr. 1945a.

⁵³⁸ WEFFORT, Francisco C. Origens do sindicalismo populista; a conjuntura do após-guerra. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 65-105, abr./jun. 1973, p. 80.

⁵³⁹ BRASIL. Decreto-lei nº 7.666 de 22 de junho de 1945: Lei Malaia. Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 11033, jun. 1945c.

⁵⁴⁰ O Decreto-Lei nº 7.666, de junho de 1945, estabeleceu os atos que seriam considerados contra a economia nacional e nocivos ao interesse público, os setores que estavam sujeitos àquelas normas e aplicação de sanções. Além disso, o decreto criava a Comissão Administrativa de Defesa Econômica para fiscalizar as normas ali previstas. Por conta da grande rejeição do decreto nos meios empresariais, a comissão não chegou a ser instalada e o decreto não foi posto em prática, tendo sido revogado em 9 de novembro de 1945, pelo Decreto-Lei nº 8.167, poucos dias após a deposição de Vargas. Sobre o tema, ver: MARTINS, Éder Luiz. *O Brasil durante o Estado Novo: avanços, impasses e contradições da industrialização retardatária*. Tese (Doutorado), Campinas., IE/UNICAMP, 2020.

quais, enquanto estratégias de defesa do governo estadonovista, cedendo a algumas demandas dos setores de esquerda, do MUT e do PCB, em especial, acabaram por ensejar a extinção do DIP, em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei 7.582⁵⁴¹.

Em 1945, portanto, a ação do departamento de propaganda do Estado Novo foi muito limitada, uma vez que foi extinto em maio. Assim, quando analisamos a propaganda do governo no último ano de regime, não podemos mais partir das ideias que estruturaram aquele órgão, mas outras que fomentaram a ação do governo nos seus últimos meses. A principal e mais evidente era a necessidade de participar, de alguma forma e em algum grau, da transição para um regime democrático. No momento de crise final do Estado Novo, a propaganda política volta-se ainda mais fortemente ao trabalhador, embora já o fizesse durante todo o período de vigência do regime, ação que analisamos no próximo tópico.

3.3. O CONSUMO: DO TRABALHADOR À MASSA TRABALHADORA

Operários do Brasil, no momento em que se festeja o Dia do Trabalho, não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis, assinalando pontos luminosos na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil. Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras. Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!⁵⁴²

[Getúlio Vargas, 1 de maio de 1938]

Trabalhadores do Brasil. Ouvi com particular agrado a eloquente e expressiva saudação que o ministro do Trabalho, em vosso nome e a vosso pedido, acaba de me dirigir. Melhor do que em palavras de agradecimento, testemunho-vos o meu apreço, compartilhando das vossas comemorações ao 'Dia do Trabalho', e assim reafirmando o sentido da cooperação e confiança mútua que temos mantido, inalteravelmente, na solução dos problemas sociais.⁵⁴³

[Getúlio Vargas, 1 de maio de 1939]

Trabalhadores do Brasil, aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar as vossas comemorações e testemunhar o apreço em

⁵⁴¹ BRASIL, 1945b.

⁵⁴² Discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1938, no Rio de Janeiro. D'ARAÚJO, 2011, p. 373.

⁵⁴³ A ORAÇÃO do presidente Getúlio Vargas. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9779, p. 3, 2 de maio de 1939, Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=maio%201939&pagfis=63304. Acesso em 25 set. 2022.

se, para mim e para vós, de marcante significação. Estamos participando de grandes acontecimentos e assistimos ao alvorecer de uma nova fase da civilização. A nossa Pátria, até há pouco considerada pala semi-colonial, cresceu, prosperou, tornou-se uma nação capaz de influir na resolução dos [ilegível] problemas mundiais. Isso deve encher-nos de orgulho e dar-nos ao mesmo tempo a noção exata das nossas responsabilidades atuais e futuras.⁵⁴⁹

[Getúlio Vargas, 1 de maio de 1945]

Nesta última parte do capítulo, dando sequência à análise do consumo da propaganda política do Estado Novo, decidimos por destacar o trabalhador, enquanto um especial público-alvo daquela propaganda e consumidor do seu produto final. O objetivo é analisar o consumo da propaganda política estadonovista pelos trabalhadores, mais precisamente, a forma como a propaganda política construiu a massa trabalhadora como consumidora dos seus produtos. Partimos, assim, do mesmo pressuposto de que a propaganda política burocratizada do Estado Novo promoveu uma transformação da multidão dispersa e desorganizada em massa organizada pelo corporativismo estatal. Novamente, como na seção anterior, a análise tem foco no CJB, de forma que a narrativa imagética e discursiva da propaganda estadonovista ali construída, ao apresentar a multidão na tela, provocava no espectador o sentimento de pertencimento.

Como podemos observar nos trechos reproduzidos acima dos discursos do Presidente Getúlio Vargas nos primeiros de maio, no caso do trabalhador, a propaganda adotava recursos de comunicação direta, como o famoso “Trabalhadores do Brasil”. Nesse aspecto, a invenção da massa trabalhadora a partir da multidão teve algumas especificidades, visto que o corporativismo teve um peso extraordinário para a organização da massa trabalhadora e que a propaganda política do Estado Novo, através dos seus instrumentos de comunicação de massa, garantia meios de o presidente não apenas falar diretamente com o trabalhador, mas também falar por ele. No discurso do primeiro de maio de 1938, o Presidente questiona quais seriam as “justas aspirações” das massas trabalhadoras, usando a pergunta como recurso retórico, já que ele mesmo responde na sequência. Após afirmar que nenhum governo “pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das

⁵⁴⁹ O EMPOLGANTE discurso do Chefe da Nação. Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 11930, p. 1, 2 de maio de 1945. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=maio%201945&pagfis=33524. Acesso em 25 set. 2022.

massas trabalhadoras”⁵⁵⁰, Vargas informa, em tom afirmativo, que as aspirações e os interesses da massa trabalhadora são a ordem e o trabalho, numa demonstração clara da forma como se travava o diálogo entre o Chefe da Nação, clarividente, e a massa trabalhadora, criação do corporativismo estatal do Estado Novo.

Nas comemorações do Dia do Trabalho de 1941, Vargas novamente enfatizou em seu discurso que o governo soube interpretar as legítimas aspirações e defender os justos interesses do operariado nacional, o qual devota, por isso, lealdade na cooperação com o governo. Outro aspecto que destacamos então nos discursos do primeiro de maio é a questão da cooperação dos trabalhadores. No discurso em comemoração à data em 1940, Vargas classifica o “homem de trabalho” como “colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da pátria”⁵⁵¹, merecedor do apreço do presidente. A perfeita harmonia entre a organização da massa trabalhadora e a organização da economia já vinha sendo ressaltada por Vargas desde o golpe de 1937. Ao discursar no 10 de novembro de 1937, o presidente destacou o quanto a organização do Estado necessitava de atenção dos seus dirigentes. Ao afirmar que os esforços da economia nacional durante a primeira república foram frustrados devido à falta de representação dos “elementos essenciais às suas atividades”, Vargas remetia a um tipo de organização da sociedade submetida, de certa forma, à organização do Estado, ou seja, a forma de participação dos diferentes atores na vida econômica do país deveria seguir as diretrizes organizacionais do novo Estado corporativista.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao invés de pertencer a uma assembleia política em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.⁵⁵²

⁵⁵⁰ D'ARAÚJO, 2011, p. 373.

⁵⁵¹ Ibidem, p. 393.

⁵⁵² Discurso de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Ibidem, p. 366.

Dentro da organização corporativista do Estado e da sociedade, a nova organização dos sindicatos, de julho de 1939, pelo Decreto 1.402⁵⁵³, instituiu uma estrutura verticalizada, a partir da qual os trabalhadores reuniam-se por categoria e convergiam para as federações estaduais e as confederações nacionais, proibindo a formação das centrais por município ou região, as quais englobavam diversas categorias. Essa medida incorporou o caráter centralizador da organização corporativista do Estado aos sindicatos e sufocou, até certo ponto, a mobilização autônoma dos trabalhadores. Lembremos que, fora da organização sindical ligada ao Ministério do Trabalho, qualquer associação entre os trabalhadores era proibida e reprimida.

A partir do Estado Novo, o trabalhador não era mais o mesmo, ele era um homem novo e passou a ser também um cidadão. Na construção dos monumentos, a propaganda política do Estado Novo produzida para ser consumida pelos trabalhadores, além da monumentalização do Chefe da Nação, realizada através da transformação do carisma em personificação, construiu o monumento do trabalhador, o colaborador incansável da Nação, o ajudante número um do Presidente. Após 1930, o trabalho passa a ter um duplo caráter, de direito e de dever, uma tarefa moral e um ato de realização, uma obrigação com a sociedade e uma necessidade do indivíduo-cidadão. Ângela de Castro Gomes⁵⁵⁴ destaca a complexidade da mudança de mentalidade com relação ao trabalho numa sociedade que foi escravista por quatro séculos, o último país do mundo a realizar a abolição e que, portanto, estava muito longe da formulação liberal clássica que associa o ato de trabalhar com riqueza e cidadania. No Estado Novo, por sua vez, não era o trabalho em si que transformava o homem em cidadão, mas o trabalho formal. Considerava-se cidadão aquele trabalhador que tinha registrado o seu ofício na carteira de trabalho e previdência social, documento que passou a ser quase mais importante do que o próprio documento de identidade. É com esse pano de fundo, segundo Gomes, que se deve olhar para as relações entre as práticas ideológicas – a elaboração de um discurso de legitimação – e as práticas políticas – a produção de regras legais e a montagem de uma polícia política no pós-1930, especialmente, no Estado Novo.

⁵⁵³ BRASIL. Decreto-lei 1.402 de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. Diário Oficial da União, Seção 1, Rio de Janeiro, p. 16233, jul. 1939a.

⁵⁵⁴ GOMES, 1999.

As políticas públicas dos governos Vargas voltadas para a ideologia política de valorização do trabalho e do trabalhador estavam expressas, em grande parte, na legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Para Gomes, a formulação do discurso oficial do Estado Novo teve como tema e alvo principal a constituição de um indivíduo/cidadão definido como o trabalhador brasileiro ou o “homem novo”. Foi desenvolvido, então, um sistema de regras legais que incorporava e assegurava os princípios ideológicos do regime: incorporava ao expor os motivos e os objetivos das leis e assegurava ao estabelecer penas e sanções pelo seu não cumprimento. Segundo a pesquisadora, as regras legais exprimem e defendem valores definidos no campo da busca ou da criação ideológica do consentimento. Em outras palavras, existe uma busca ou criação ideológica do consentimento expressa e defendida pelas regras legais. A produção de uma ideologia política, por seu turno, legítima, função atribuída à propaganda, e censura, função dos órgãos estatais de censura e repressão⁵⁵⁵.

Assim, tanto as regras legais quanto a ideologia política são mecanismos, de um lado, organizadores do consentimento, através do exercício da coesão, e, de outro, controladores do conflito social, através da coerção. Ao mesmo tempo, para alcançar a legitimidade ou a produção do consentimento de um regime não bastam a manipulação e a propaganda ideológicas, de um lado, e a censura e a repressão políticas, de outro; é preciso também a incorporação de interesses e valores concretos dos excluídos do poder, ou seja, a legitimação deve ter base material de sustentação. A partir dessa reflexão, Gomes destaca dois aspectos do discurso político oficial do Estado Novo: a flexibilidade da política ideológica, que foi capaz de absorver temas e demandas da classe trabalhadora do período da República Velha para sua própria agenda política e a dinâmica das relações entre ideologia política e sistema de regras legais. Para a autora, as leis produzidas que materializavam as propostas ideológicas faziam reforçar a ideologia como recurso de poder.⁵⁵⁶

Entendemos, dessa forma, que a construção da massa de trabalhadores pela propaganda política, a partir de uma multidão dispersa, foi realizada nos marcos

⁵⁵⁵ Gomes afirma que as fronteiras entre ideologia e repressão eram bastante fluidas, apesar da especialização de funções dos órgãos do Estado. A autora se refere as interconexões entre os órgãos do governo. Existiam órgãos ideológicos e de censura, como o DIP, e os de repressão, como a polícia política de Filinto Muller, mas essas funções não eram estanques, ambos censuravam e reprimiam simultaneamente. GOMES, 1999.

⁵⁵⁶ Ibidem.

destacados por Gomes, ou seja, teve um fator ideológico importante, representado pela propaganda política, um fator material fundamental, o ganho de direitos pelos trabalhadores através de leis e decretos, e mais dois fatores peculiares a um regime ditatorial, a coesão, garantida pela censura, que tinha a função de tornar o discurso coeso e coerente, e a coerção, garantida pela repressão, que tinha ação coercitiva sobre a sociedade. Nos termos da nossa análise em relação à transformação da multidão em massa de trabalhadores, a propaganda política foi responsável pelo alinhamento desses fatores, numa ação que pode ser observada com clareza nos registros pelos órgãos oficiais das comemorações do Dia do Trabalho durante o Estado Novo.

Não entendemos a massa ou a multidão como passiva ou amorfa, mas tão somente como a identidade imagética do público-alvo das ações do governo, em especial das relativas à sua propaganda. Contudo, há que se destacar, especialmente no caso do Primeiro de Maio, que o fato de a comemoração ter se tornado parte do calendário oficial, ou seja, ter sido cooptada pelo Estado e relacionada aos benefícios outorgados pelo governo, retirou da data seu caráter de luta e transformou-o num dia de gratidão ao Chefe da Nação⁵⁵⁷. Ainda que a data tenha sido transformada em feriado nacional em 1924 por decreto do Congresso Nacional, sancionado pelo então Presidente Arthur Bernardes⁵⁵⁸, foi no Estado Novo que ganhou a dimensão de espetáculo, fazendo parte do calendário oficial de festas cívicas⁵⁵⁹.

As festas oficiais eram realizadas, geralmente, na capital federal e organizadas e divulgadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Em 1940, 1941, 1942 e 1945, o primeiro de maio foi comemorado no Estádio do Vasco da Gama e, em 1943, na Esplanada do Castelo, na Capital Federal. Apenas em 1944, a comemoração oficial, com o Presidente Getúlio Vargas e o Ministro do Trabalho Marcondes Filho, foi realizada em São Paulo. O primeiro de maio, que teve

⁵⁵⁷ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp, Campinas, 1996.

⁵⁵⁸ O feriado nacional foi estabelecido através do Decreto nº 4.859, de 1924, cujo único artigo diz: “É considerado feriado nacional o dia 1 de maio, consagrado á confraternidade universal das classes operarias e á commemoração dos martyres do trabalho; revogadas as disposições em contrario”. BRASIL. Decreto nº 4.859 de 26 de setembro de 1924. Declara feriado nacional o 1 de maio. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 20955, set. 1924.

⁵⁵⁹ Sobre a criação de um calendário de comemorações pelo governo Vargas, ver: GOMES, 2003.; Idem, 2005.

comemorações modestas em 1936 e 1937⁵⁶⁰, sob o Estado Nacional, foi ganhando vulto. No primeiro de maio de 1938, o primeiro depois do golpe de novembro de 1937, o governo firmou dois decretos em benefício dos trabalhadores, um que regulamentava comissões para a discussão do salário mínimo e outro que estabelecia a isenção de impostos para a aquisição e construção de casas para operários. Teve início, assim, uma prática que se configurou tradição no primeiro de maio durante o Estado Novo e que marcou uma nova relação do governo com os trabalhadores: a concessão de benefícios.

Não bastava, contudo, sancionar e promulgar um decreto ou uma lei, era preciso que o fato fosse anunciado num grande evento, pela própria pessoa do Presidente Getúlio Vargas, registrado em áudio e vídeo, e divulgado por todos os meios de comunicação, sobretudo pelos instrumentos oficiais de propaganda política. Beneficiários de vultosos recursos financeiros do Estado, os meios de comunicação oficiais foram os instrumentos privilegiados para a propagação dos feitos do regime, registrados aos moldes da grande propaganda política estadonovista, com foco no personalismo, no progresso, na modernidade e na estreiteza das relações entre o Chefe do Governo e o povo.

A primeira imagem que gostaríamos de destacar relativa ao tema da relação dos trabalhadores com o governo do Estado Novo, a Imagem 48, abaixo, é de 1940 e apresenta o que parece ser uma marcha de trabalhadores na qual pode-se ver a faixa “O trabalhador também tem o seu lugar no Estado Novo”. Percebe-se que quem carregava a faixa, na verdade, eram homens fardados, provavelmente militares, e que o acontecimento ocorreu na rua, na Esplanada do Castelo⁵⁶¹. Embora não se possa afirmar que se trate de evento comemorativo ao Dia do Trabalho, é importante observar que, em 1940, os eventos oficiais já eram realizados em espaços fechados, com destaque para os estádios de futebol, no caso das comemorações do primeiro de maio. Esse é um dado fundamental para que pensemos a forma de incorporação das multidões aos eventos oficiais, uma vez que a sua transferência para locais fechados possibilitava um gerenciamento das multidões que permitia ao regime ter maior controle sobre a participação popular e, portanto, das narrativas sobre os acontecimentos.

⁵⁶⁰ BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempo de Estado Novo varguista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71-92, 2011.

⁵⁶¹ Informação obtida na legenda da fotografia (Imagem 48), disponível no arquivo CPDOC/FGV.

Imagem 48 - 1940: Trabalhadores homenageiam Vargas na Esplanada do Castelo



Fonte: CPDOC/FGV

Naquele ano de 1940, o Presidente Vargas anunciou em seu discurso do primeiro de maio, no Estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, a lei que fixava o salário mínimo em todo o território nacional. Nas palavras de Vargas, “trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930 agora transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos”⁵⁶². De fato, o salário mínimo vinha sendo estudado por comissões instituídas por lei em 1936 e regulamentadas por decreto-lei em 1938⁵⁶³, mas entrou em vigor somente em julho de 1940, 60 dias após sua instituição pelo Decreto-Lei 2.162, de 1º de maio de 1940.

A revista *Cultura Política* número 7, de setembro de 1941, publicou uma reportagem com o título “Salário Mínimo”, na qual há depoimentos de trabalhadores, enfatizando o ganho de qualidade de vida decorrente da política governamental, ao

⁵⁶² Discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1940, no Rio de Janeiro. D'ARAÚJO, 2011, p. 395.

⁵⁶³ BRASIL. Lei 185 de 14 de janeiro de 1936. Institue as comissões de salário mínimo. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1602, jan. 1936.; BRASIL. Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 8600, mai. 1938.

mesmo tempo em que são apresentadas as vantagens dessa instituição às classes produtoras, pois havia atendido às conveniências da grande classe industrial do Brasil. A narrativa criada pela propaganda política oficial destacava os benefícios da ação do governo para empregados e empregadores.

O salário mínimo constituiu medida de interesse também das classes produtoras, porque vem de aumentar o poder aquisitivo de uma grande parte da população brasileira. A esse respeito é oportuno lembrar que ultimamente, temendo maiores demoras na aplicação da medida, os industriais empreenderam um movimento no sentido de pedir ao Governo a decretação de um salário mínimo provisório. Vê-se, portanto, claramente, que salário mínimo decretado a 1 de Maio de 1940 veio atender, também, às conveniências da grande classe industrial do Brasil. Ela ajusta o pequeno poder aquisitivo do trabalhador brasileiro às necessidades de expansão das nossas indústrias, que cada vez se desenvolvem mais. Mais de sessenta por cento da classe proletária nacional foi beneficiada com o decreto com que o Governo comemorou, de maneira tão marcante, a grande data trabalhista⁵⁶⁴.

Esse traço era característico da propaganda do regime, que buscava apresentar, através da sua narrativa, uma harmonia entre os interesses das classes trabalhadora e empresarial, numa total ausência de conflitos. O discurso do Presidente Vargas naquele primeiro de maio de 1940 ressalta, inclusive, o “exotismo das lutas de classe”⁵⁶⁵, buscando destacar o quão estranho às relações sociais brasileiras poderia ser um conflito de interesses entre empregados e empregadores, já que, segundo a ideologia do regime, ambos concorreriam para o progresso da nação e o engrandecimento da pátria. Atentemos, porém, para a diferença da mensagem transmitida pela Imagem 48, acima, e pela narrativa da revista: a primeira exalta a “inclusão” do trabalhador ao Estado, enquanto a segunda busca a interlocução com o empresário, dois públicos diferentes alcançados por meio de instrumentos diferentes de propaganda política. Esse recurso, de alcançar diferentes públicos a partir de diferentes canais, diz respeito à própria natureza dos diferentes meios de comunicação eleitos pelo Estado Novo para figurarem como instrumentos de propaganda política articulados sob um poderoso aparato estatal e aptos, assim, a construírem narrativas com propósitos específicos.

⁵⁶⁴ O SALÁRIO mínimo: fala o homem do povo ao repórter de “Cultura Política”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, pp. 236-240, set. 1941, p. 238.

⁵⁶⁵ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1940, no Rio de Janeiro. D’ARAÚJO, 2011, p. 396.

A comemoração do 1º de maio de 1941 foi realizada, mais uma vez, no Estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. Esse dia foi escolhido para a inauguração da Justiça do Trabalho, prevista desde a Constituição de 1934 e mantida na de 1937. Vargas utilizou a comemoração para anunciar a instalação como mais um benefício para a classe trabalhadora, mas, principalmente, como uma ferramenta de defesa da “modelar legislação social-trabalhista”⁵⁶⁶. Na Imagem 49, podemos observar um aspecto do evento capturado pela câmera do DIP, no qual se vê o desfile e as arquibancadas no mesmo enquadramento. A escolha do enquadramento revela um recurso da propaganda política, a justificativa da presença de um pela presença do outro. O desfile, enquanto monumento daquela comemoração, vê a arquibancada; e a arquibancada, enquanto outro monumento construído, representando a massa, vê o desfile. Dessa forma, ambos justificam sua presença pela presença do outro, gerando no espectador, o terceiro monumento, o trabalhador massificado, uma sensação de completude pela imagem representativa do todo que se tornou a comemoração do Dia do Trabalho, um todo que dialoga, através da propaganda política do regime, com a sociedade e que constrói uma narrativa controlada e uniformizada.

⁵⁶⁶ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1941, no Rio de Janeiro. D’ARAÚJO, 2011, p. 435.

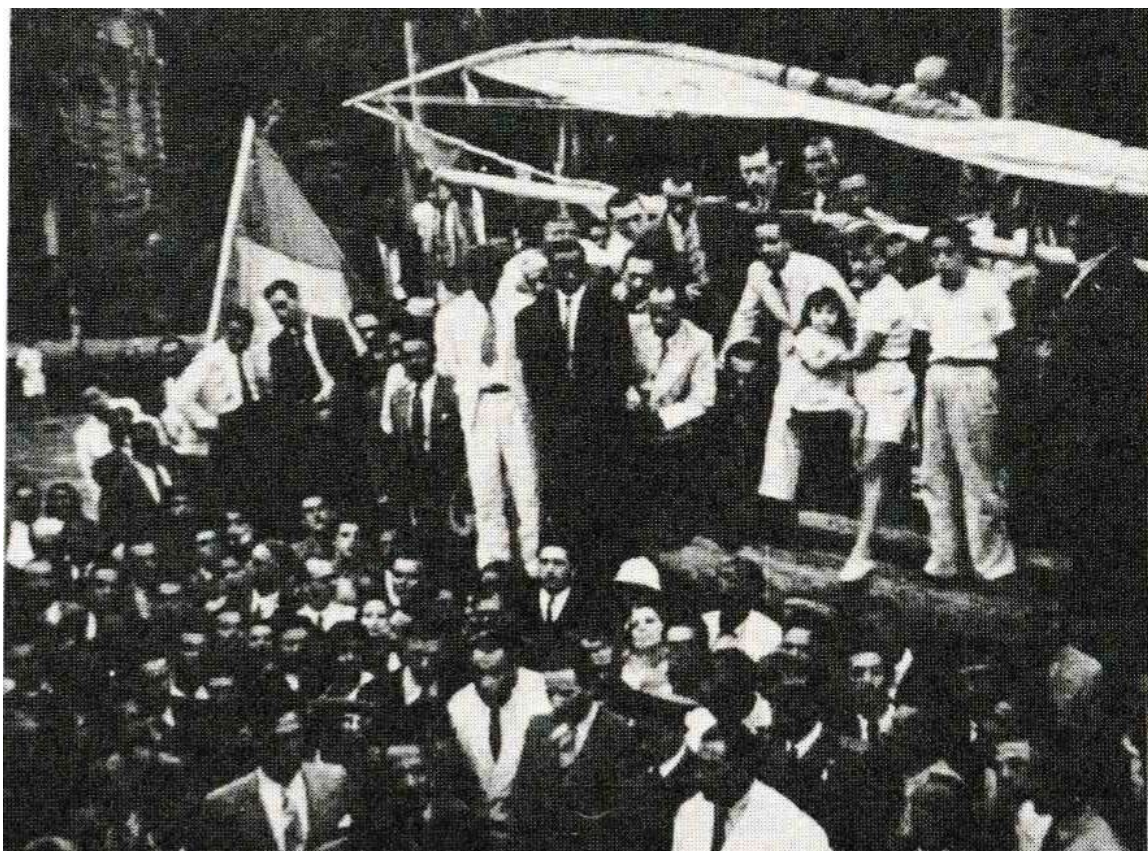
Imagem 49 – 1941: Manifestação cívica no Dia do Trabalho no Estádio Vasco da Gama



Fonte: CPDOC/FGV

Na esteira da aproximação entre o governo e os trabalhadores, o CJB apresentou duas reportagens, em cinejornais diferentes, sobre os quatro jangadeiros cearenses que fizeram a travessia marítima de Fortaleza ao Rio de Janeiro em reivindicação por melhores condições de trabalho. As reportagens referiam-se aos jangadeiros como heróis, mas o destaque das imagens foi a grande multidão que acompanhava o evento, como demonstra o enquadramento da câmera do DIP que apresentamos na Imagem 50, extraída do CJB número 86, de 1941.

Imagem 50 – Massa popular recebe os jangadeiros cearenses no Rio



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 86, v. 2, 1941. Imagem disponível em Galvão⁵⁶⁷.

Já o CJB número 89, também de 1941, traz imagens do mesmo evento com outro enfoque. A reportagem destaca a recepção do Ministro da Educação Gustavo Capanema aos jangadeiros em novembro daquele ano, quando chegaram ao Rio de Janeiro. Nesse caso, a câmera do DIP valorizou, nos enquadramentos, a presença do Ministro Capanema, como observamos nos aspectos da Imagem 51.

⁵⁶⁷ GALVÃO, 1982, p. 113.

Imagem 51 – 1941: Capanema recebe os jangadeiros cearenses



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 89, v. 2, 1941. Imagem disponível em Galvão⁵⁶⁸.

As comemorações do Dia do Trabalho em 1942 ocorreram já em meio ao clima instituído desde o início daquele ano em que o Brasil se posiciona frente ao conflito mundial. Na III Conferência dos Chanceleres Americanos, ocorrida em janeiro na Capital Federal, o Brasil havia assumido o compromisso, em consonância com a política de cooperação interamericana, de rompimento de relações diplomáticas e econômicas com os países do Eixo. As circunstâncias geradas por aqueles acontecimentos deram o tom do discurso do presidente, lido pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho, uma vez que Vargas não pôde comparecer ao evento por estar se recuperando de um acidente de carro ocorrido na tarde de primeiro de maio⁵⁶⁹.

As cenas do CJB do Dia do Trabalho de 1942, das quais selecionamos duas e reproduzimos nas Imagens 52 e 53, são demonstrações das escolhas de enquadramento da câmera do DIP para aquela ocasião. A primeira delas é da imagem do retrato de Vargas sendo carregado no desfile dos trabalhadores e a segunda, dos operários uniformizados carregando a faixa “Salve Getúlio Vargas Creador da Grande Siderurgia”.

⁵⁶⁸ GALVÃO, 1982, p. 114.

⁵⁶⁹ VARGAS, Getúlio. O Brasil e a guerra – A palavra do presidente Vargas. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 10855, mai. 1942a, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1942_10855.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

Imagem 52 - 1942: Civis carregam retrato de Vargas em Comemoração do Dia do Trabalho no estádio São Januário.



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 123, v. 2, 1942. Imagem disponível em Tomaim⁵⁷⁰.

Imagem 53 – 1942: Civis carregam faixa em homenagem a Vargas em Comemoração do Dia do Trabalho no estádio São Januário.



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 123, v. 2, 1942. Imagem disponível em Tomaim⁵⁷¹.

⁵⁷⁰ TOMAIM, Cássio dos Santos. As imagens das multidões nos Cinejornais de Primeiro de Maio do Estado Novo. *História Social*. Campinas, v. 9, n. 11, p. 41-74, 2005, pp. 59-60.

⁵⁷¹ Ibidem.

O jornal *A Noite*, que havia sido encampado pelo Estado em março de 1940, na edição de 2 de maio de 1942, noticiou, em primeira página, o acidente do Presidente Vargas, destacando a impossibilidade de seu comparecimento ao evento em comemoração ao Primeiro de Maio. Juntamente com a notícia, publicou uma foto do evento das comemorações do Dia do Trabalho com enquadramento semelhante ao que reproduzimos do CJB na Imagem 52, acompanhada da legenda: “No desfile foram prestadas as mais expressivas homenagens ao presidente Vargas”⁵⁷². Na segunda página daquela edição do *A noite*, havia uma reportagem sobre o discurso do Ministro com o título “A gratidão dos trabalhadores ao Presidente Vargas”. As comemorações foram marcadas pelo forte apelo de gratidão dos trabalhadores a Vargas⁵⁷³.

Em outra imagem da comemoração de 1942, reproduzida na Imagem 54, vê-se o enquadramento do CJB na arquibancada lotada. A multidão, organizada pela propaganda política do regime, enchia a tela do cinema.

Imagem 54 – 1942: Arquibancadas lotadas do Estádio São Januário no 1º de Maio



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 123, v. 2, 1942. Imagem disponível em Tomaim⁵⁷⁴.

⁵⁷² VARGAS, 1942a.

⁵⁷³ Ibidem, p. 2.

⁵⁷⁴ TOMAIM, 2005, p. 60.

Em 1943 foram sistematizadas, pela Consolidação das Leis do Trabalho, através do Decreto-Lei 5.452⁵⁷⁵, de 1º de maio, as normas promulgadas ao longo dos anos 1930 referentes ao salário mínimo, férias, limitação da jornada de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, entre outros. Embora a maior parte do movimento sindical tenha se ajustado à nova política, demonstrando reconhecimento e retribuição às “benesses” concedidas pelo Chefe da Nação, os sindicalistas que se opuseram à perda de autonomia política foram duramente oprimidos, perseguidos, presos, torturados e exilados durante o Estado Novo. Contudo, a construção da imagem da “festa” do trabalho pela propaganda política dava o tom de como a data e, por extensão, a relação do Estado com os trabalhadores deveria ser incorporada à memória coletiva. Naqueles festejos, realizados na Esplanada do Castelo, na Capital Federal, discursaram o Ministro de Trabalho e o Presidente da República. O discurso de Vargas, além de anunciar a breve promulgação da CLT, da Lei Orgânica de Previdência Social e o salário adicional para a indústria, conclamou os trabalhadores para duas importantes missões: a sindicalização e a batalha da produção. O presidente afirmou o objetivo de que todos os trabalhadores estivessem sindicalizados, representando, assim, a totalidade das profissões e podendo influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político.

Em 1944, a comemoração do Dia do Trabalho foi realizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo. O CJB registra as imagens de Vargas ao desembarcar do avião na cidade e entrar no automóvel em direção ao estádio. Na sequência, no estádio do Pacaembu, centenas de pessoas organizadas em filas, entram no estádio: muitos homens, muitos negros – o que é raro no CJB – e algumas mulheres e crianças. As faixas que eram carregadas pelos trabalhadores continham mensagens de agradecimento e exaltação ao chefe do governo, tais como “Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas” e “Salve Getúlio Vargas”. A câmera do DIP enquadra a faixa na entrada do estádio: “Glória ao creador do Direito Social Brasileiro”. A centralidade da figura de Vargas nas comemorações do Primeiro de Maio ganha destaque na propaganda política, através da qual o carisma do líder personifica-se na sua imagem, simbolizando a nação.

⁵⁷⁵ BRASIL. Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 11937, mai. 1943a.

Os enquadramentos da câmera do DIP também dedicaram atenção aos cartazes em demonstração de apoio à organização dos trabalhadores em sindicatos e à batalha da produção, grande esforço de guerra empenhado pelo Estado Novo. Havia cartazes do sindicato dos trabalhadores das fábricas de chapéus, do ramo da energia hidroelétrica e outros⁵⁷⁶, porém o cartaz "Trabalhador sindicalizado é trabalhador organizado ao serviço do Brasil" é exemplar da demonstração da organização corporativista dos trabalhadores. Já o cartaz "Os soldados do trabalho saberão ganhar a batalha da produção" é amostra da campanha do esforço de produção do período da Segunda Guerra. A Imagem 55 traz um aspecto da festividade captado pela câmera do DIP onde se vê as faixas "Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado", "Viva Getúlio Vargas comandante do Brasil em guerra" e, bem atrás, uma faixa gigante "Estamos convosco".

Imagem 55 – 1944: Arquibancadas do Pacaembu no Dia do Trabalho



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 61, v. 3, 1944. Imagem disponível em CPDOC/FGV.

⁵⁷⁶ Algumas imagens são ruins, distantes e/ou sem foco, impossibilitando a identificação de alguns cartazes.

A câmera do DIP alternava entre enquadramentos nas arquibancadas e nos desfiles dos trabalhadores entre mulheres com a bandeira do Brasil. A “Festa do Trabalho” incluiu concerto de orquestra, apresentação de ballet clássico e os acenos de Vargas, enquanto centenas de pombas eram postas a voar. Na Imagem 56, podemos observar a câmera do DIP acompanhando o desfile de Vargas em carro aberto no estádio do Pacaembu e as arquibancadas lotadas. O conjunto dessas imagens corroboram a mensagem do subtítulo da reportagem: “A palavra do Presidente Getúlio Vargas definindo os propósitos do seu Governo, em relação aos trabalhadores do Brasil, e a magnífica demonstração de fé prestada pelos trabalhadores de São Paulo ao guia supremo da nacionalidade”. Em 1944, quando já iniciava a pressão pelas eleições e aumentava o desgaste do governo, era fundamental, no esforço de propaganda, mostrar o apoio popular de São Paulo⁵⁷⁷. Durante todo o período do Estado Novo, essa foi a única festa oficial do governo em comemoração ao Dia do Trabalho realizada fora da Capital Federal.

⁵⁷⁷ Sobre o evento, Isabel Bilhão traz o relato do cônsul britânico Robert T. Smallbones remetido ao seu país. A autoridade britânica esteve presente na tribuna de honra na ocasião e relata que, para atrair os trabalhadores, houve alimentação e transporte gratuitos e a promessa de não desconto do salário, além de uma partida de futebol ao final do evento. Ainda assim, a audiência foi muito aquém da necessária para lotar o estádio do Pacaembu, motivo pelo qual “existiriam grandes espaços vazios e momentos em que, por isso, os aplausos não seriam ouvidos, dificultando a tarefa da equipe de rádio-transmissão do DIP, que precisou condicionar o ritmo do automóvel [do Presidente], ora mais rápido, ora mais lento, conforme a quantidade de aplausos recebidos”. Acrescentou ainda que os aplausos massivos só ocorreram quando da saída do presidente e início da partida de futebol. BILHÃO, 2011, p. 88.

Imagem 56 – 1944: O presidente desfila em carro aberto no Pacaembu no Dia do Trabalho



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro* especial, n. 61, v. 3, 1944. Imagem disponível em CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>. Acesso em 14 mar. 2021.

O cinejornal descrito é um incisivo exemplar do trabalho de enquadramento da memória executado pelos instrumentos de propaganda do regime estadonovista. Durante o período, as monumentalizações do Primeiro de Maio, Dia do Trabalho, e da industrialização brasileira seguiram a lógica do enquadramento da memória e funcionaram como instrumentos poderosos para os rearranjos sucessivos da memória coletiva. O regime autoritário do Estado Novo elegia seus monumentos ao exercer seu poder de autoridade e construía a sua narrativa através da propaganda do regime veiculada, em especial, pelos meios de comunicação oficiais, como o CJB, de forma a vincular a imagem da industrialização do país com a imagem do trabalho e do trabalhador, gerando identificação deste com aquele processo.

A organização de grandes eventos para o dia 1º de maio fazia parte do calendário festivo do Estado Novo. Em 1944, o registro do evento em áudio e vídeo

e a transmissão ao vivo pelo rádio dos discursos do Presidente e do Ministro do Trabalho diretamente do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, buscavam comunicar a força do regime do Estado Novo, o apoio do povo, dos trabalhadores e dos sindicatos, assim como os benefícios da organização do mercado de trabalho, da obediência do trabalhador e do ajuste dos sindicatos aos esquemas burocráticos do Estado. Naquele 1º de maio de 1944, as primeiras palavras do Presidente Getúlio Vargas já sinalizavam a importância dos sindicatos, quando afirmou a presença de 270 sindicatos e seis federações, representando os trabalhadores, “obreiros da riqueza e do progresso do país”⁵⁷⁸. A referência aos sindicatos não era banal, carregava consigo o peso do projeto estadonovista de uma organização corporativista para o país, dava ênfase à forte ligação, construída pelo rigor da lei, entre Estado e trabalhadores e intencionava sinalizar ao empresariado e à classe dominante nacional, altamente concentrada no estado de São Paulo, que o regime tinha força popular para continuar no poder e fazer a transição para o regime democrático.

São Paulo, que conta entre os seus melhores trabalhadores o ministro Marcondes Filho, alta inteligência e personalidade dinâmica, e o interventor Fernando Costa, tão operoso e experimentado na administração como na agricultura e na indústria; São Paulo, que manufatura metade dos vinte e quatro bilhões de cruzeiros da produção industrial do país e tem no café a lavoura de mais extensa cultura, precisa oferecer o exemplo de congregar nas agremiações trabalhistas a mão de obra que lhe garante tão excepcional situação. Essa modificação de mentalidade é tanto mais imperiosa e fácil de apreender quando se considera a rapidez das transformações da vida econômica e a revisão do próprio conceito de capital, que deixou de ser simples acumulação de dinheiro para representar energia social concentrada em incessante e fecundo movimento⁵⁷⁹.

O Presidente Vargas destacou a importância do exemplo de São Paulo na aderência ao modelo do sindicalismo corporativista instituído pelo Estado Novo, já que o estado representava grande peso na produção industrial e, portanto, urbana, do país, além da sua importância econômica. A reunião dos trabalhadores nos sindicatos representaria uma mudança de mentalidade imperiosa devido às rápidas transformações da vida econômica e da revisão do conceito de capital, o qual não representa mais apenas acumulação, mas “energia social” em movimento, uma

⁵⁷⁸ Discurso do Presidente Getúlio Vargas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 1 de maio de 1944. D'ARAÚJO, 2011, p. 480.

⁵⁷⁹ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1944. D'ARAÚJO, 2011, p. 483.

espécie de tonificante da sociedade. Assim, outro destaque do discurso do 1º de maio de 1944 em São Paulo está, além de no convencional apelo à classe trabalhadora, no direcionamento à classe produtora, a qual, destaca o Presidente, sabendo ajustar suas ações de acordo com as iniciativas e o planejamento do governo, terá “remuneração farta dos seus esforços”.

O capital no Brasil não terá de que se amedrontar se souber usar a profunda sabedoria da autoiluminação. O país entrou numa nova era de realizações. O governo está empenhado em iniciativas importantes e no planejamento de grandes empreendimentos industriais, que serão conhecidos em breve, e certamente sustentará o ritmo do nosso desenvolvimento econômico e aumentará o giro dos negócios, assegurando a todos, capitalistas e trabalhadores, remuneração farta dos seus esforços⁵⁸⁰.

A presença da classe produtora nas festividades do Primeiro de Maio voltou a ter lugar nas comemorações da data em 1945, última do Estado Novo. Segundo Isabel Bilhão, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado pelo Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, compareceu às comemorações com uma delegação de mil alunos⁵⁸¹. A aprendizagem industrial havia ficado a cargo das entidades sindicais federadas de empregadores do setor, proposta essa que veio dos próprios representantes dos industriais e que foi aceita por Vargas ainda em 1941. Entretanto, o tema predominante no discurso de Vargas nas comemorações de 1945 foi o clima político nacional e as eleições que deveriam ocorrer em breve, em condições de absoluta normalidade, segundo Vargas.

Concedeu-se a anistia. As forças políticas se organizam em torno de candidatos já apresentados, que se manifestaram de público. Não pode haver dúvidas, por conseguinte, sobre os rumos da campanha de recomposição da vida política do país, que deverá processar-se democraticamente, em condições de absoluta segurança.⁵⁸²

Nesse sentido, Vargas rebateu as críticas das oposições, que o acusavam de estar preparando um golpe no interior do governo, e falou diretamente aos “golpistas e reacionários”, que objetivavam “denegrir reputações e envenenar o

⁵⁸⁰ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de Maio de 1944, em São Paulo. D'Araújo, 2011, p. 484.

⁵⁸¹ BILHÃO, 2011.

⁵⁸² O EMPOLGANTE, 1945, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=maio%201945&pagfis=33531. Acesso em: 25 set. 2022.

ambiente” político nacional, desafiando-os: “Quanto aos ‘golpistas’ e aos reacionários de tãda espécie que pretendem interromper o trabalho e a tranquilidade do povo brasileiro, eu desafio que o façam”, e complementa afirmando que “qualquer tentativa de perturbação da ordem será reprimida severamente”⁵⁸³. Segundo reportagem do jornal *A Noite* sobre o evento do Primeiro de Maio, o discurso do Presidente Vargas foi “constantemente interrompido pelas aclamações populares”⁵⁸⁴ da enorme audiência presente no Estádio do Vasco da Gama. A multidão representou a base da construção da massa trabalhadora e foi elemento de constante presença no CJB, como pode ser observado no enquadramento da câmera do cinejornal apresentado na Imagem 57.

Imagem 57 – 1945: O registro da multidão nas arquibancadas no último Primeiro de Maio do Estado Novo



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 22, v. 4, 1945. Imagem disponível em Tomaim⁵⁸⁵.

⁵⁸³ O EMPOLGANTE, 1945, p. 8.

⁵⁸⁴ Ibidem.

⁵⁸⁵ TOMAIM, 2005, p. 65

O enquadramento daquela imagem carrega consigo uma significação fundamental para pensar a relação do governo com a massa trabalhadora: a gratidão ao Presidente Vargas. Ao enquadrar a multidão, a câmera do cinejornal preocupou-se em enquadrar também a enorme faixa, ao fundo, com a mensagem “Getúlio Vargas tem a nossa imorredoura gratidão”. O trabalho de construção da imagem e, por conseguinte, da narrativa do reconhecimento da massa trabalhadora para com o Chefe da Nação foi realizado de forma incansável pelos meios de comunicação de massa do regime, aqui representados pelo CJB, distinção que era retribuída por Vargas com gestos amistosos e sorriso fácil, como destacado na Imagem 58, que apresenta a câmera do cinejornal acompanhando o desfile de Vargas em saudação à multidão nas arquibancadas. A atuação da propaganda política durante o período do Estado Novo transformou o sentido do Primeiro de Maio, colocando o Presidente Vargas como homenageado e a massa trabalhadora como espectadora.

Imagem 58 – 1945: Getúlio Vargas acena à multidão no Primeiro de Maio



Fonte: *Cine Jornal Brasileiro*, n. 22, v. 4, 1945. Imagem disponível em Tomaim⁵⁸⁶.

⁵⁸⁶ TOMAIM, 2005, p. 68.

A revista *Cultura Política*, outro instrumento da propaganda política estadonovista, também participou da construção da narrativa da gratidão do trabalhador para com Getúlio Vargas. Assim como o Dia do Trabalho, o aniversário de Vargas havia sido incorporado no calendário festivo do Estado Novo e, nessa ocasião, não faltavam artigos na revista para destacar a gratidão devida pelos trabalhadores a Vargas. Destacamos um trecho do artigo “O 19 de Abril”, da 50ª edição da *Cultura Política*, última publicada sobre os auspícios do DIP, em maio de 1945:

O grande sôpro vivificador que haveria de animar o monumento que são as leis de amparo ao trabalhador somente poderia ser dado a partir desse ano [1930]. Foi, pois, na vigência do seu govêrno que o Presidente Vargas conseguiu codificar as leis que regulam o trabalho. Amparou o economicamente fraco, do mesmo passo que assegurou os direitos do empregador, estabelecendo a compreensão e o equilíbrio indispensáveis. Contou, para atingir êste objetivo, com o apoio de técnicos e, principalmente, da classe mais interessada. E essa classe, no dia dos anos do Presidente, penhorada, não procura ocultar, antes expande, os seus sentimentos de gratidão. Para ela, o 19 de Abril é ‘O Dia do Presidente’⁵⁸⁷.

Duas questões chamam atenção nesse trecho: a primeira é o interesse explícito em demonstrar a afinidade do presidente e do governo com a classe trabalhadora e a segunda é o fato de o 19 de abril ser aclamado como “O Dia do Presidente”. A relação entre o governo e os trabalhadores era complexa e, por isso, divide as interpretações dos estudiosos do período. Entre as interpretações mais relevantes, Ângela de Castro Gomes⁵⁸⁸ entende os trabalhadores como sujeitos do processo histórico e o Estado como articulador das demandas e tradições da classe operária, ainda que as apresentasse como suas. A legislação trabalhista, então, teria atendido as reivindicações dos trabalhadores através da incorporação pelo Estado da lógica material, das ideias, dos valores e da autoimagem construída pelos próprios trabalhadores durante anos de organização, tendo como consequência a garantia de direitos. Jorge Ferreira⁵⁸⁹ destacou os agradecimentos recebidos por Vargas

⁵⁸⁷ O 19 de abril. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 50, mar./abr./mai. 1945, p. 8.

⁵⁸⁸ GOMES, 2005.

⁵⁸⁹ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

advindos de trabalhadores, por meio de correspondências, pelos benefícios recebidos através da nova política trabalhista.

Por representar um domínio mais direto sobre a classe trabalhadora, entretanto, “essa política concebida do alto, sem a participação efetiva dos interessados, representou uma nova forma de controle social”, destacou Capelato⁵⁹⁰, e uma adequação às novas condições do capitalismo internacional através, principalmente, da legislação social. Paralelamente, a justiça social foi adiada constantemente para o futuro, isto é, para quando o país estivesse com seu progresso material consolidado. Assim, o custo de vida aumentou consideravelmente a partir de 1940, agravando-se a partir de 1941, sem sucesso da intervenção do Estado para controlar os preços. Essa situação piorou com a entrada do Brasil na guerra em 1942. O custo de vida mais que triplicou entre 1935 e 1945. Os salários cresceram muito pouco, o que fez cair a renda real das famílias operárias, que passaram a restringir a alimentação. Nesse caso, o presidente Vargas também recebeu, segundo José Rogério da Silva⁵⁹¹, muitas cartas com reclamações e pedidos dos trabalhadores, fosse por conta de desemprego, fosse por conta da carestia. Considerando a nova noção de cidadania introduzida pelo regime, ligada ao trabalho, o desemprego provocava, uma dupla exclusão: do mercado de trabalho e da condição de cidadão.

Contudo, nosso objetivo nesse texto não foi explorar a relação em si entre o governo, personificado na figura de Vargas, e os trabalhadores, mas sim analisar a forma com que essa relação foi abordada pela propaganda política, tomando como um exemplar dessa abordagem as comemorações do Primeiro de Maio ao longo dos anos do Estado Novo. Nesse sentido, pudemos observar nas imagens a construção da massa trabalhadora a partir da multidão, ação que, julgamos, só foi possível de ser realizada pela propaganda política do regime a partir de uma ideologia estabelecida, de ganhos materiais concretos e da obra de uma censura e uma repressão típicas de um regime ditatorial.

Neste último capítulo, no qual analisamos a distribuição e o consumo da propaganda política do Estado Novo, e considerando a análise da sua produção realizada no capítulo anterior, cremos ter demonstrado, a partir das imagens e

⁵⁹⁰ CAPELATO, 2007, p. 121.

⁵⁹¹ SILVA, José Rogério da. *Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1992.

narrativas propaladas pelos meios de comunicação de massa do regime, a criação de uma espécie de tecnologia de ação política. Essa nova tecnologia contribuiu para a legitimação, a normatização e a construção do legado e da memória do regime estadonovista, as quais culminaram numa adesão ao governo para além dos resultados das ações da censura e da repressão, também fundamentais nesse contexto.

Cabe destacar, mais uma vez, que nossa análise deu maior atenção à ação do DIP, em especial, a dois dos seus mais importantes instrumentos de comunicação, o CJB e a *Cultura Política*. Por constituírem produtos da propaganda política do Estado Novo com consistência temática, periodicidade de produção e abrangência de colaboração – resistindo, assim, às várias mudanças ocorridas ao longo do período e satisfazendo às leis pertinentes aos fenômenos aos quais tinham por referência, a centralização, o autoritarismo e a burocratização –, constituem um conjunto documental robusto. Colabora para a relevância do conjunto a constatação da complementaridade entre ambos os acervos, na medida em que o CJB configurava-se como um instrumento de comunicação de massa com grande alcance social, tendo em vista, por um lado, o alto índice de analfabetismo no país no período e, por outro, o encantamento gerado pelo cinema; e a *Cultura Política* era direcionada a um público mais restrito de pessoas alfabetizadas, com apreço pela leitura e condições materiais de adquirir a publicação. Por essas razões, podemos afirmar que esse conjunto documental nos permitiu elaborar hipóteses e firmar observações conclusivas sobre o processo aqui analisado, qual seja, de produção, distribuição e consumo da propaganda política do Estado Novo.

Portanto, sustentamos que a distribuição da propaganda política do regime estadonovista deu-se a partir de um profundo processo de burocratização pelo qual passou o Estado brasileiro durante os anos 1930 e 1940. A lógica de divisão do Estado em departamentos pretendeu impactar não somente a economia, como também a cultura, criando elementos capazes de combinar as diferenças em torno de um projeto nacional comum orientado pelo Estado⁵⁹². O referido processo de burocratização do Estado, com abrangência nacional e consequências no setor privado, significou, para além da vigilância dos meios de comunicação, informação e cultura, através da censura e da repressão, o controle das narrativas que circularam

⁵⁹² DRAIBE, 2004.

para a formação da opinião pública, através da produção de conteúdos, textos e imagens, enquadrando a memória coletiva numa memória oficial.

A criação do DIP, em fins de 1939, representou um marco nesse processo de burocratização, uma vez que organizou a propaganda política sob o controle do Estado. Em conformidade com a centralização do aparelho burocrático estatal, a criação do DIP como um órgão de propaganda ligado diretamente à Presidência da República o diferenciava dos seus antecessores (DOP, DPDC e DNP), que eram subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ainda que a propaganda tenha sido pensada pelo governo desde o início dos anos 1930, o DIP foi o órgão de propaganda mais completo entre os criados pelo Estado. Resultado da fusão do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) com o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, o DIP foi o meio de subordinar a propaganda diretamente ao Executivo. O DIP era o órgão encarregado de controlar todas as informações e produções artísticas que circulavam no país, incluindo imprensa escrita, rádio, cinema, teatro, música e literatura, além das manifestações cívicas e festas populares, das exposições artísticas de origem nacional e estrangeira e da devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa⁵⁹³. O novo órgão ditou, assim, a forma da incorporação das massas ao aparato estatal corporativista e a redefinição da relação entre o público e o privado.

Logo, para a análise do consumo da propaganda política, nossa ênfase foi na identificação das massas consumidoras a quais se destinava a propaganda política do governo, analisando as narrativas direcionadas àqueles públicos específicos, os consumidores da propaganda estadonovista, com destaque aos trabalhadores. A propaganda política do Estado Novo utilizou-se amplamente dos instrumentos de comunicação de massa para mobilizar as mentes e os braços do operariado nacional, cujo apoio foi se tornando cada vez mais caro ao regime. A efetividade da legitimação do governo ditatorial pela mobilização das massas, através da propaganda política em formato de comunicação de massa, foi possível porque era acompanhada de uma base material, fruto das ações do governo, e de sua promoção como um benefício incontestável para o conjunto da sociedade.

O surgimento de estruturas materiais ofereceu bases concretas para a criação de políticas econômicas de caráter nacional, a estatização da luta de classes

⁵⁹³ BRASIL, 1940a.

e a geração de um intervencionismo econômico “articulado ao projeto de industrialização que orientou a ação do governo”⁵⁹⁴. No entanto, complementa Draibe, a formação do aparelho econômico está além da sua faceta material, ou seja, não seria apenas a estrutura organizacional que definiria o novo aparelho econômico, mas também a estrutura legal desenvolvida pelo Estado. Assim, uma etapa fundamental de constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista no Brasil ocorreu entre 1930 e 1945.

A produção de ideias, nesse contexto, constituiu parte da feição não material dessa estrutura burocrático-administrativa. O DIP inaugurou uma mudança no *status* da produção e divulgação de ideias, que se integrou à estrutura governamental e passou a fazer parte do aparelho administrativo-burocrático do Estado. O órgão manifestava o interesse do Executivo de centralização e controle de toda a programação, produção e difusão cultural no país. Mas a mudança da subordinação da propaganda para a Presidência da República significou também um encurtamento na hierarquia decisória, aumentando a capacidade de deliberação na esfera da propaganda. Os comandos partiam diretamente do presidente para a execução das ações de propaganda. Considerando que se tratava de um governo autoritário, essa estrutura de poder, com comando direto do presidente, pôde alcançar alto grau de controle das narrativas.

No campo da disseminação ou popularização das ideias, dos valores, dos projetos e das realizações do governo, o CJB foi um dos principais meios para a difusão de ideias do regime estadonovista, levando o Estado para todas as regiões do país através da construção da imagem do Estado Novo como algo grandioso, monumental. Como afirmou Capelato, “a propaganda política se vale de ideias e conceitos, mas os transforma em imagens”⁵⁹⁵. Transformando ideias em imagens, o cinema era capaz de levar imagens do litoral para o sertão e do sertão para o litoral, aproximando os brasileiros. Enquanto diminuía a distância entre diferentes regiões, o cinejornal oficial difundia a ideia da unidade nacional, do líder forte, do trabalhador brasileiro, do sentido de desenvolvimento em busca da soberania nacional. Ao longo das edições do CJB não faltaram imagens e referências ao que se considerava os feitos do governo, como a melhoria nas condições de trabalho, a infraestrutura das cidades, as obras públicas de toda ordem, etc. O CJB propagava, portanto, imagens

⁵⁹⁴ DRAIBE, 2004, p.75.

⁵⁹⁵ CAPELATO, 1996, p. 329.

que contribuíam com o projeto econômico-social e o ideal de soberania nacional do Estado Novo, em consonância com a nova forma racionalizante e centralizada do Estado brasileiro.

O CJB encaixou-se na estrutura burocrática do Estado Novo como instrumento de comunicação de massa e propaganda política, ocupando lugar de destaque, porque produzia as imagens necessárias à consolidação e manutenção das ideias do regime ditatorial. Integrada à burocracia do Estado, a produção e divulgação de ideias e imagens encaixava-se na ideologia centralizadora estadonovista, a qual procurava trazer para o Estado todas as atividades que considerava estratégicas para a nação e de interesse nacional. A propaganda política criou o ambiente favorável para as ações do governo nas áreas relacionadas ao crescimento da economia e ao desenvolvimento da indústria ao estabelecer correlações positivas entre esses feitos e a sociedade. A propaganda, disse Getúlio Vargas, deve ser utilizada para transformar a opinião civil em um só pensamento.

Com a aproximação do fim do conflito mundial, em meio ao quadro de crise política dentro do governo e pressão da oposição, em 25 de maio de 1945, foi publicado o Decreto-Lei nº 7.582, que extinguiu o DIP e instituiu o Departamento Nacional de Informações (DNI)⁵⁹⁶. O novo órgão redimensionou a propaganda política no âmbito do Estado, que voltou a fazer parte da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e subtraiu várias atividades antes desempenhadas pelo DIP. A mudança não foi apenas burocrática, ela significou mudança de *status* da propaganda política dentro do aparato burocrático estatal, por estar novamente subordinada a um ministério, além do fato de que a nova configuração atingiu questões caras ao Estado Novo, como a censura, a intervenção e a centralização e o controle da informação.

A chamada economia da guerra movimentou os esforços da propaganda política estadonovista, porém, o fim do conflito mundial expôs a contradição essencial do regime: defender a democracia externamente e manter um regime autoritário internamente. Os liberais foram voltando a ter expressão e os apoiadores foram, aos poucos, abandonando o regime. Os próprios “homens do governo” começaram a abandoná-lo. Oswaldo Aranha pediu demissão, alegando não concordar com a repressão aos que defendiam a liberdade. Góis Monteiro manifestou-se em favor das eleições. A crítica da oposição foi substituindo a fala apologética e as consequências

⁵⁹⁶ BRASIL, 1945b.

da entrada do Brasil na guerra foram percebidas na vida cotidiana dos brasileiros, com a falta de alimentos, especialmente víveres, e a “carestia”. O governo foi perdendo popularidade.

A oposição tornou-se sistemática a partir de 1943. O Estado Novo foi pensado pelos ideólogos do autoritarismo para organizar o Estado e o poder pelo alto. Por um lado, as massas foram incorporadas à medida que o atendimento das suas necessidades e reivindicações as chamavam para apoiar o governo, quase compulsoriamente. Por outro lado, o povo, na concepção autoritária, era inapto para a participação política e o alto índice de analfabetismo apenas reforçava esse argumento. O governo, por seu turno, acusava a oposição de querer cessar o “surto glorioso de uma evolução”, recuar o progresso, recuperar um Brasil morto. A oposição, por sua vez, reconhecia o progresso material e a ordem, mas acusavam a falta de liberdade. As manifestações reclamando liberdade ocorreram a partir de 1943. O “Manifesto do Mineiros”, assinado por intelectuais, políticos e empresários, explicitava a contradição do governo em lutar na guerra em favor da democracia e da liberdade, mas não as garantir internamente.

Em fevereiro de 1945, o governo anunciou, através de Ato Adicional, eleições no prazo de 90 dias. Naquele ano, houve manifestações contra a alta do custo de vida e a favor da anistia. Ainda, os partidos articularam-se para indicar candidatos à presidência. A União Democrática Nacional (UDN), criada em fevereiro de 1945, indicou o brigadeiro Eduardo Gomes e o Partido Social Democrático (PSD) indicou o general Gaspar Dutra. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi criado também nos primeiros meses de 1945 pelos correligionários de Vargas, cabendo a ele a presidência do partido. Em julho, dois eventos mostraram a força política de Getúlio: sua indicação para a presidência do PSD e o lançamento da campanha “Constituinte com Getúlio” pelo líder comunista Luís Carlos Prestes. Em agosto, líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho lançaram o movimento “queremista”, cuja frase de ordem era “Queremos Getúlio!”.

Constatamos, portanto, durante todo o período de 1930 a 1945, a presença de um clima de instabilidade permanente. A instabilidade estava nos campos econômico, político, institucional, cultural e social, agravando insatisfações. As reações do governo nesses momentos eram voltadas à manutenção da ordem; o governo buscava a normalização política e social e a acomodação da economia em novas bases. O Estado Novo, instituído por um golpe de estado, em 10 de novembro

de 1937, foi encerrado em 29 de outubro de 1945 com a deposição de Getúlio Vargas da Presidência da República. Assumiu, em seu lugar, interinamente, José Linhares. Em 2 de dezembro de 1945, houve eleições para a presidência e para a Assembleia Constituinte. Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente e tomou posse em 31 de janeiro de 1946. A Assembleia Constituinte foi instaurada em 2 de fevereiro de 1946. Nas eleições de 1945, Vargas foi eleito senador pelos estados do RS e SP e deputado constituinte pelos estados do RS, SP, DF, RJ, MG, PR e BA, lembrando, a quem pudesse ter esquecido, sua força política e carismática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa pesquisa, concluímos que a propaganda política produzida, distribuída e consumida sob os auspícios do Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo foi um elemento ativo na criação do ambiente propício às ações do governo. Em outras palavras, sua ação foi efetiva ao produzir eventos, episódios, feitos e acontecimentos que afetaram o espaço de ação política do regime, principalmente no que se refere à industrialização, à legitimação dos planos econômicos e políticos, através da composição de amplas bases de apoio, e à construção e enquadramento da memória nacional coletiva, construindo, assim, uma era, a Era Vargas. A propaganda política era produzida pelo DIP com a finalidade clara da promoção da imagem do Estado Novo, lançando mão, para isso, do recurso imagético. Desse modo, aquela propaganda não somente retratou o processo de industrialização, mas também o enalteceu, criando uma narrativa monumental a seu respeito e fixando, na memória nacional, a imagem de um período, intitulado a Era Vargas, de grande e acelerado avanço industrial.

O desenvolvimento da pesquisa nos possibilitou, ainda, chegar a outras conclusões. A primeira delas foi a constatação da inquestionável importância do *Cine Jornal Brasileiro* para a pesquisa histórica. Apesar da fragmentação do seu acervo – falta das bandas de som em alguns filmes, ausência de cópias de segurança e de telecinagem de boa parte do acervo, o qual ainda se encontra, ou se encontrava, se consideramos que os incêndios de 2016 e 2021 afetaram muito o acervo da Cinemateca Brasileira, em rolos de nitrato de celulose –, destacamos sua relevância calcada em algumas características que se mostraram fundamentais, sem a pretensão de esgotar as razões do seu potencial como documento histórico. A frequência de produção daquele cinejornal indica a abundância de captação de imagens e o empenho do regime na produção de conteúdos com o objetivo de criar as narrativas a seu modo. Ainda, esse quantitativo denota um aspecto simbólico daquela produção, na qual a imagem tem papel fundamental na criação de símbolos, representando sínteses imagéticas que remetem a processos de construção narrativa complexos, cujos exemplos mais evidentes são a bandeira nacional como elemento de unidade, o progresso como caminho irretratável e a figura de Getúlio Vargas como o benfeitor da nação. Por fim, esses filmes são a conexão e o diálogo com uma época

e com o que ocorria no mundo em termos de propaganda, uso do cinema e sua peculiar manifestação no caso brasileiro.

O exercício da pesquisa nesse material foi preparar os nossos sentidos para compreendê-lo em sua integralidade, para receber as informações e analisá-las, encher e impregnar nosso olhar com aquelas imagens. Nesse sentido, foi significativo incluir a maior quantidade possível de imagens neste trabalho, em especial do próprio CJB, a fim de reproduzir, dentro do que o formato de um trabalho impresso pode alcançar, a sensação de assistir àquelas peças de propaganda política. As imagens inseridas na tese demonstram os aspectos que destacamos ao longo dos capítulos, ligados à produção, distribuição e consumo da propaganda política do Estado Novo, e colocam em evidência o recurso mais utilizado como estratégia daquela propaganda: a repetição. Quando percebemos a presença do recurso da repetição na propaganda política do Estado Novo, levada a cabo pelo *Cine Jornal Brasileiro*, entendemos o papel da construção da imagem, inclusive de uma narrativa imagética, no contexto da propaganda. As imagens e narrativas construídas pela propaganda política do regime, ao sofrer a ação do autoritarismo do Estado Novo, passaram a ser monumentos, e esses monumentos constituíram os principais ingredientes do enquadramento da memória nacional coletiva. Assim, ao ouvir a voz do presidente na rádio, por exemplo, o consumidor daquela peça propagandística tinha uma imagem de referência, um monumento, uma memória – que lhe foi inculcada –, aos quais poderia recorrer. Foi a partir desse efeito causado pelos monumentos e desse poder de alcance da imagem, especialmente aquela em movimento, que procuramos estabelecer o argumento da tese, partindo das imagens do CJB. Ao mobilizar fontes não usuais para os estudos de história econômica, construímos o nosso fato histórico e o nosso objeto de análise, além de dar visibilidade a um acervo que se extingue pela inação do Estado brasileiro.

A segunda conclusão diz respeito à natureza da propaganda política do regime estadonovista. Mais do que simplesmente seguir o exemplo da experiência da propaganda nazifascista ou sofrer a influência do caso norte-americano, a propaganda do Estado Novo foi moldada e atendeu aos requisitos da burocracia do Estado e, nesse sentido, as experiências forasteiras serviram de inspiração, mas o que definiu a forma e o conteúdo da propaganda política estadonovista foram as condições internas específicas das estruturas econômicas e produtivas, assim como sociais e culturais. Em síntese, contava-se com uma estrutura econômica e produtiva

precariamente industrial, fundamentada na exploração dos recursos naturais, com uma estrutura social com predominância do analfabetismo e uma população ainda dispersa nas zonas rurais e com uma estrutura cultural que ainda se debatia entre o ornamental e o popular. Havia então um entrave material para que se reproduzisse no Brasil tanto a estratégia europeia quanto a norte-americana de propaganda, sendo necessário criar formas de ação próprias, adaptadas às condições internas. Assim sendo, a análise que realizamos nessa tese nos permite concluir que o corporativismo estatal, aquele específico que tomou lugar no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, foi instrumento fundamental para a definição do formato e o alcance do sucesso da propaganda política do Estado Novo. Constatamos que o corporativismo brasileiro jogou papel importante na produção, distribuição e consumo da propaganda política ao organizar, ao mesmo tempo, a estrutura de funcionamento do Estado e as relações socioeconômicas.

A propaganda estadonovista atuou no sentido da retomada de um passado grandioso, das tradições nacionais, do “Brasil real”, conformando a propaganda de um novo Estado, um novo povo, uma nova nação, em contraposição à primeira república, ao liberalismo e à descentralização política e econômica. Os instrumentos de propaganda do regime anunciavam um projeto de desenvolvimento econômico que estava incluído, ainda que implicitamente, no empenho por legitimação e na construção da imagem do Chefe, do governo e da nação. Nesse sentido, a propaganda do novo Estado, ao mesmo tempo em que se inseria na nova estrutura burocratizada, moderna, hierarquizada em departamentos, que privilegiava o técnico, as especializações, a contratação de pessoal por concursos públicos, também adquiria forte carga carismática. Ancorada em políticas sociais concretas e em um aparato estatal complexo, a propaganda política estava empenhada na consolidação do carisma em personificação, capital político e legitimação e destacava o caráter novo do Estado, que ambicionava entrar na era da modernidade⁵⁹⁷, em oposição ao Estado anterior, que era deslocado, inapropriado e amparado em ideias estrangeiras, impedindo a construção da nação soberana.

⁵⁹⁷ Exemplo da personificação do carisma da figura construída em torno do Presidente Getúlio Vargas, a reportagem “Progresso Industrial do Brasil” noticia a construção dos primeiros motores a óleo diesel no país. Segundo a locução, “Fato marcante do progresso nacional aqui se registra. Com a presença do Presidente Getúlio Vargas, o grande animador da nova era industrial no Brasil, é feita a entrega à Marinha de Guerra dos primeiros motores Diesel construídos no país e que são também os primeiros produzidos na América Latina. Sua construção foi levada a efeito pelas oficinas da Central do Brasil”. CJB, n. 56, v. 3, 1944.

Na investigação da especificidade da propaganda política do Estado Novo, foi fundamental pensar o papel da intelectualidade brasileira, a inteligência nacional. Sistematizamos esse papel através da análise da atuação do intelectual-burocrata, expressão que, julgamos, sintetiza a ação do intelectual dos anos do Estado Novo. O intelectual-burocrata não era mais o intelectual dos anos 1920, ele era produto do corporativismo estatal e guardava estreita relação com o Estado, mais especificamente com a burocracia estatal e com a propaganda política: seu papel era de pensador e realizador do enquadramento da memória e sua atuação era na burocracia estatal, ou seja, para além do campo das ideias, ele era o homem das letras e, ao mesmo tempo, do carimbo, da administração pública e da hierarquia estatal.

A terceira constatação à qual chegamos e que dá suporte à nossa conclusão acerca do papel da propaganda política no regime do Estado Novo diz respeito a especial função da imagem. O apelo ao recurso imagético, realizado através do CJB, foi decisivo para o processo de industrialização, levado a cabo pelo regime, no sentido de criar um ambiente propício às investidas tanto do governo quanto da iniciativa privada. Nesse sentido, identificamos que a propaganda, além de legitimar, também legalizava as ações do Estado Novo, na medida em que a existência dessa estrutura exigia novos marcos legais. O CJB acompanhou o Estado Novo, registrou as cenas do poder, construiu uma imagem para o Estado e os homens, uma imagem para a Nação e uma imagem para a transformação socioeconômica em curso. A edificação, o estabelecimento e a perpetuação dessas imagens são produtos do trabalho de enquadramento da memória, articulado pelos agentes de propaganda do regime, os intelectuais-burocratas.

Não somente as ações dirigidas pelo governo para o crescimento industrial do país foram de importância fundamental na realização do próprio processo de industrialização, como também a construção de imagens dessas ações a partir dos instrumentos de propaganda política e a utilização da censura, promovida pelo DIP nos meios de comunicação de massa, foram decisivas. O controle exercido pelo Estado sobre os meios de comunicação de massa, oficiais e oficiosos, deu o tom, o ritmo e a cadência da distribuição das ideias, discursos e imagens do regime. O Estado autoritário de Vargas, nesse contexto, foi criador e criatura da propaganda veiculada e a organização da relação entre Estado e sociedade foi realizada a partir dos mecanismos de cerceamento das liberdades. O processo de enquadramento da

memória ocorreu num contexto de intensa utilização da propaganda política moderna, aquela que se insere na lógica da comunicação de massa e através da qual a imagem foi transformada em instrumento de poder pelo Estado.

Demonstramos que a imagem em movimento, apesar de não ser novidade no Brasil nos anos 1930, foi incorporada ao aparato estatal e empregada pelo governo na autopromoção e, sobretudo, na legitimação de um projeto nacional-industrial de modo que representou uma das maiores inovações da propaganda política do Estado Novo. Os filmes, com locução em estilo solene, apresentavam o Chefe do Governo amado pelo seu povo e determinado a inserir o Brasil no rol das grandes nações modernas e industrializadas. No mesmo sentido foi a ação da *Cultura Política*, cujo acervo foi intensamente explorado por esta pesquisa. Nas suas páginas, encontramos os registros das ideias que animavam os intelectuais na tarefa de retirar o país do atraso e colocá-lo nos trilhos do progresso industrial; a revisão da história do Brasil, no sentido de dotar a nação de um passado legítimo, digno e honrado; a defesa da integração nacional (para melhorar a circulação das mercadorias, por um lado, e afastar o inimigo comunista, por outro); e a promoção da união entre governo, elite, povo e mundo. A *Cultura Política*, destacada forma de colocar as inteligências a serviço do regime, constitui-se como um “lugar” privilegiado para o encontro das mentes que arquitetaram o projeto do Estado Nacional. CJB e *Cultura Política* são, portanto, diferentes produtos da propaganda política levada a cabo pelo DIP, com públicos-alvo diferentes, mas que se aproximam no propósito de construção de uma era.

O alinhamento do país com os Aliados, em meados de 1942, introduziu novos elementos imagéticos (na verdade, destacou ou ressignificou elementos que já apareciam) à propaganda do Estado, especialmente uma imagem que reforçava o potencial das Forças Armadas brasileiras e a capacidade do regime de enfrentamento das dificuldades trazidas pela guerra. O *Cine Jornal Brasileiro* insistia no dever pátrio dos brasileiros de colaborar com o esforço de guerra empreendido pelo país, contra os autoritários e em nome da democracia e da liberdade. As reportagens dos cinejornais passaram a apresentar críticas aos governantes dos países do Eixo (Itália, Japão e Alemanha), associando-os ao mal, em contraposição ao bem realizado pelos países Aliados, notadamente os EUA, não só aos seus povos como também à comunidade internacional.

A quarta constatação diz respeito à forma de utilização da propaganda política, no sentido de que seu emprego pelo Estado Novo representou a criação de uma nova tecnologia de ação política ao proporcionar e determinar as condições de produção, distribuição e consumo dos seus produtos. Através da nova tecnologia de ação política encarnada na propaganda estatal, no contexto de sua institucionalização e burocratização, o Estado Novo encontrou, na transformação de uma multidão dispersa em uma massa organizada, a fórmula de divulgação e alcance das ideias que julgava necessário inculcar na sociedade. A multidão, assim, de caráter múltiplo, passou a ter o formato da massa de trabalhadores, da massa de crianças carentes, da massa de marítimos⁵⁹⁸, da massa de militares⁵⁹⁹, ou seja, públicos específicos, identificáveis e controláveis pelo regime através das corporações de ofício, federações e sindicatos. A organização corporativa da sociedade exerceu, nesse sentido, papel fundamental, visto que agrupava os interesses e os sujeitava às regulações do Estado. A ação política do Estado adquiriu, assim, caráter de espetáculo e ampliou seu espectro de atuação, em termos de alcance de diferentes grupos sociais e de regiões geográficas longínquas.

A complexa engrenagem da propaganda estadonovista construiu discursos, mitos, ideologias, disciplinas, modos de vida, de ser e de estar no mundo e o resultado foi a construção da imagem do regime, uma imagem que tinha o sentido da unidade expressa nos elementos da pátria – povo, governo, Estado. A multidão na sala de cinema, ao se ver refletida na grande tela, identificava-se com tudo mais que ali era veiculado: com o líder, com o governo, com os burocratas e com as ideias defendidas. A multidão era a matéria bruta de construção daqueles filmes e suas imagens foram manuseadas de forma a produzir uma identidade comum, e a criar o sentimento de unidade e uma memória coletiva. O foco da câmera do CJB estava na multidão nos estádios de futebol para as comemorações do Primeiro de Maio, nas ruas durante os desfiles militares ou militarizados de estudantes e trabalhadores, nas concentrações populares para receber o Presidente, nas inaugurações de obras,

⁵⁹⁸ Alusão ao Cine Jornal Brasileiro de 1940 especialmente dedicado as comemorações do Dia do Marítimo, evento no qual Getúlio Vargas recebeu homenagem da Federação dos Marítimos.

⁵⁹⁹ No CJB n. 78, v. 3, de 1944, a locução destaca: “Durante a visita, o mundo militar brasileiro, representado por suas mais altas figuras, presta expressiva homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, oferecendo-lhe um banquete”, demonstrando o caráter totalizante da propaganda em relação aos militares.

enfim, toda sorte de apelos populares feitos pelo governo, os quais ganhavam, cada vez mais, um caráter de convocação em demonstração à gratidão devida ao governo. A burocratização da propaganda, a qual ocorreu concomitantemente ao processo de incorporação dos meios de comunicação de massa pelo Estado, caracterizou-a como o meio de transformação da multidão, desorganizada, muitas vezes dispersa, em massa, ao impingir a ideia de que todo e cada brasileiro era um importante colaborador do Estado Nacional. Ao direcionar sua propaganda para públicos específicos – como os trabalhadores, os militares, as elites, as crianças –, o Estado transferia sua forma de organização burocratizada para as multidões, que passaram a enxergar-se como grupos, numa estrutura corporativista que assim os arranjava e segregava, decretando que a forma de existir como cidadão era agrupando-se em corporações e associações.

Por fim, destacamos as construções da Era Vargas: a construção de uma burocracia estatal, a qual incluiu a construção de uma propaganda política moderna e permitiu a sua ampla distribuição; a construção da propaganda política como um produto, cujas formas materiais foram, por exemplo, o *Cine Jornal Brasileiro* e a *Cultura Política*; a construção das massas consumidoras da propaganda política estatal através da transformação da multidão em massa a partir da burocratização da propaganda; a construção do trabalhador como um dos principais públicos-alvo da propaganda política do governo. Portanto, a Era Vargas é o resultado efetivo da relação entre a propaganda política e a memória nacional coletiva construída e enquadrada nos termos do autoritarismo do regime estadonovista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A EVOLUÇÃO política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 52, pp. 9-11, ago. 1945.

A INDÚSTRIA na Economia Nacional. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, pp. 185-191, jan. 1942.

A ORAÇÃO do presidente Getúlio Vargas. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9779, p. 3, 2 de maio de 1939.

A ORDEM Política e a evolução intelectual. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, pp. 259-260, abr. 1941a.

A ORDEM Política e a evolução intelectual. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, pp. 250-251, mar. 1941b.

ABREU, Luciano Aronne de. Sindicalismo e Corporativismo no Brasil: o olhar autoritário de Oliveira Viana. In: ABREU, Luciano Aronne DE; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *Autoritarismo e Cultura Política*. Porto Alegre; Rio de Janeiro: EDIPUCRS; Editora FGV, 2013.

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

ABREU, Martha et al. *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico*. 3 volumes. Niterói: Editora da UFF, 2014.

ABREU, Martha et al. (orgs.). *Cultura Negra*. 2 volumes. Niterói: Editora da UFF, 2017.

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

AMARAL, Azevedo. A revolução brasileira. *Cultura política*. Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, jul. 1941.

ANDRADE, Almir. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 1, v.1 mar. 1941.

ANDRADE, Almir de. As Classes Armadas em “Cultura Política”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, pp. 7-10, jun. 1942.

ANDRADE, Almir de. O Presidente e o 10 de Novembro. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 4, nov. 1944.

ANDRADE, Almir de. “Cultura Política” em sua nova fase. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 51, pp. 5-8, ago. 1945.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Relatório das ocorrências verificadas e das atividades realizadas pelo SPHAN em 1936*. MESP/SPHAN: Rio de Janeiro, jan. 1937. Arquivo da FGV/RJ.

ANDRADE, Walter Masson Pereira de. A organização econômica do Estado Novo (Da monocultura à nova política econômica). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, pp. 86-96, jun. 1941.

ARCHANGELO, Rodrigo. *Imagens da nação: política e prosperidade nos cinejornais Notícias da Semana e Atualidades Atlântida (1956-1961)*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2015.

ARARIPE, T. A. Preparação Moral e Econômica da Guerra. *Cultura Política*, v. 2 n. 18, pp. 224-234, ago. 1942.

ARINOS FILHO, Afonso. Prefácio. In: SCHWARTZMAN, Simon. et al.. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

ASPECTOS do Desenvolvimento Industrial do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, pp. 24-35, mai. 1944.

BARROSO, Alfredo. Getúlio Vargas para crianças. Rio de Janeiro: Grande Consórcio Suplementos Nacionais, 1942.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempo de Estado Novo varguista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71-92, 2011.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.859 de 26 de setembro de 1924. Declara feriado nacional o 1 de maio. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 20955, set. 1924.

BRASIL. Decreto nº 20.033, de 25 de maio de 1931. Cria o Departamento Oficial de Propaganda. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 8794, mai. 1931a.

BRASIL. Decreto nº 20.138 de 22 de junho de 1931. O Departamento Oficial de publicidade terá existência autônoma, até que se cumpra a primeira parte do

Decreto 20.033, de 25 de maio último e dá outra providência. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 10259, jun. 1931b

BRASIL. Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932. Aprova o regulamento para execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 3914, mar. 1932a.

BRASIL. Decreto nº 21.240, de 4 de Abril de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a "Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, p. 7146, 1932b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 24.531 de 2 de julho de 1934. Aprova novo regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 13417, jul. 1934a.

BRASIL. Decreto nº 24.651 de 10 de julho de 1934b. Cria, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 14276, jul. 1934b.

BRASIL. Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936. Institue as comissões de salário mínimo. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1602, jan. 1936.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, jan. 1937, p. 1210.

BRASIL. Decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 8600, mai. 1938.

BRASIL. Decreto-lei 1.402 de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. Diário Oficial da União, Seção 1, Rio de Janeiro, p. 16233, jul. 1939a.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.641, de 29 de setembro de 1939. Dispõe sobre a criação o funcionamento da Comissão de Defesa da Economia Nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 23239, set. 1939b.

BRASIL. Decreto nº 5.077 de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P). Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 29444, jan. 1940a.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 29362, jan. 1940b.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 3125, fev. 1940c.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.072 de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 4239, mar. 1940d.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.073 de 8 de março de 1940. Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 275, 1940e.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.557 de 4 de setembro de 1940. Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 17175, set. 1940f.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.064 de 29 de janeiro de 1942. Cria, Departamento de Imprensa e Propaganda, o Conselho Nacional de Cinematografia e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1581, jan. 1942a.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942. Mobiliza os recursos econômicos do Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 14484, set. 1942b.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 11937, mai. 1943a.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.978, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário adicional para a indústria e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 17077, dez. 1943b.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.997, de 18 de novembro de 1943. Dá nova redação aos arts. 5º e 6º do Decreto-lei nº 3.038, de 10 de fevereiro de 1941. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 17025, nov. 1943c.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste decreto-lei. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 7076, abr. 1945a.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 9433, mai. 1945b.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.666 de 22 de junho de 1945: Lei Malaiá. Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 11033, jun. 1945c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Quadros estatísticos: Brasil, 1937-1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=31&c=p. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

CAFFERY, Jefferson. O papel do Brasil na Guerra. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, pp. 9-10, ago. 1943.

CALABRE, Lia. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923-1960*. Tese de doutorado, História, UFF, Niterói, 2002.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2007.

CAPANEMA, Gustavo. A palavra do Ministro da Educação e Saúde. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 9, v. 1, nov. 1941, p. xiii.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.16, n. 31-32, p. 328-352, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: livro 2: tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, Leitão de. Texto de abertura da nova seção “Política militar e defesa nacional”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, mai.1942, p. 4.

CATÁLOGO da Exposição do Estado Nacional: O novo Brasil, 1930-1938.

CPDOC/FGV, 1938, p. 3. Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/981.082.3e96e-catalogo-da-exposicao-nacional-do-estado-novo.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CENSO Demográfico: População e Habitação. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)*. Série Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: Novaes, Adauto [et al.]. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

COLABORADORES de “Cultura Política” até o número 30. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, Rio de Janeiro, pp. 7 – 20, out. 1943.

COSTA, M.; SCHMITZ, Z.; REMEDI, J. Cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto do Estado Novo (1937-1945). *Educação Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 252-264, mai./ago. 2017.

COSTA, J. A. Vasconcelos. A Revolução de 1930 e o Presidente Vargas. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 34, v. 3, nov. 1943.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Origens do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991.

CULTURA Política, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, mai.1942.

DANTAS, Pedro. Literatura de Ideias. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 257-259, mar. 1941, p. 258.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série perfis parlamentares, n. 62, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2014.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos*: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Getúlio Vargas: o amigo das crianças. Rio de Janeiro: DIP, 1940, p. 32. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/exposicao-virtual/dip/getulio-vargas-amigo-criancas/2/#zoom=z>. Acesso em: 30 mai. 2021.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DUTRA, Eurico Gaspar. A proclamação do Ministro da Guerra. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 11-12, out. 1942

ESPÍNDOLA, Harouf. *O centauro maquiavélico: ideologia da revista Cultura Política (1941/1945)*. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção - 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, n.1, v. 23, 2003, p.133-48.

FONTES, Lourival. A Imprensa e o Exército Nacional. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 7, v. 1, set. 1941.

FONTES, Lourival. A Palavra do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, nov. 1941.

FUENTE, Alejandro et al. *Estudios Afro-latino-americanos – Uma introdução*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2018.

FURTADO, Celso. A feição funcional da democracia moderna. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 36, pp. 55-58, jan. 1944.

GALVÃO, Maria Rita. *Crônica do cinema paulistano*. São Paulo: Editora Ática, 1975.

GALVÃO, Maria Rita. (org.). *Cine Jornal Brasileiro, Departamento de Imprensa e Propaganda 1938-1946*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira/Imprensa Oficial do Estado, 1982.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política — a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola [Fonte Digital], 1999.

GAUSSOT, Pierre. Stratégie 1942. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, pp. 216-225, ago. 1942.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores – A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: Calendário de 1940. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de Festa. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.41, n. 1, pp. 80-106, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS e FONSECA (orgs). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012a.

GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e O Século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 4, p. 185-209, nov. 2012b.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HOBSEBAWM, Eric. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSEBAWM. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM. *A Era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

INFLUÊNCIA política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, pp. 227-228, mar. 1941, p. 227.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LOPES, Luís Simões. A Palavra do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, nov. 1941, p. XXVII.

LUCA, Tania Regina. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296, 2011.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

MANOILESCO, Mikhail. *O Século do Corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARTINS, Éder Luiz. *O Brasil durante o Estado Novo: avanços, impasses e contradições da industrialização retardatária*. Tese (Doutorado), Campinas., IE/UNICAMP, 2020.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. *Rev. Bras. Ciências Sociais*, v.2, n.4, São Paulo, jun. 1987. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/04/rbcs04_06.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. Memórias da prisão política sob o regime de Vargas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

MARION, Lucie. Porque não comprar o nacional? II. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.1, n. 9, pp. 305-308, nov. 1941.

MARION, Lucie, Lucie. Porque não comprar o nacional? III. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pp. 135-138, abr. 1942, p. 135.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 49, p. 43-75, 2005.

MEDIDAS de Guerra tomadas pelo Governo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 13-14, out. 1942

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e História: uma análise do filme "Os Bandeirantes"*. Dissertação (Mestrado), ECA-USP, São Paulo, 1994.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Os limites de um projeto de monumentalização cinematográfica: uma análise do filme Descobrimento do Brasil (1937). Tese (Doutorado), ECA/USP, São Paulo, 2001.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 20, n.38, p. 11-42, 2003.

MORETTIN, Eduardo Victorio; KORNIS, Monica. Entrevista com Ismail Xavier. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 213-238, 2013.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Acervos cinematográficos e pesquisa histórica: questões de método. *Esboços* (UFSC), v. 21, p. 50-67, 2014.

NOSSA Primeira Batalha. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, pp. 215-217, jun. 1942.

O 19 de abril. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 50, mar./abr./mai. 1945

O BRASIL na guerra. *Cultura Política*, v. 3, n. 34, pp. 177-191, nov. 1943

O EMPOLGANTE discurso do Chefe da Nação. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 11930, p. 1, 2 de maio de 1945. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%201945&pesq=maio%201945&pagfis=33524. Acesso em 25 set. 2022.

O ESFORÇO de guerra da Coordenação da Mobilização Econômica. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, pp. 125-143, ago. 1943.

O SALÁRIO mínimo: fala o homem do povo ao repórter de “Cultura Política”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, pp. 236-240, set. 1941.

O SEGUNDO ano de “Cultura Política” (um programa e uma realização). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, Rio de Janeiro, pp. 1-10, abr. 1942.

O TRABALHO e a Economia Nacional. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, set. 1941, p. 164.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed Universidade de São Francisco, 2001.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp, Campinas, 1996.

PAULO, Heloísa. O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago. 1987, p. 99-113.

PEREIRA, Marcelo. *Cinema e Estado Novo – Trabalho e Nacionalismo em Marcha*. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2002.

PECHANISKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henry. *Histoire politique et sciences sociales: questions au XXe siècle*. Paris: Éditions Complexe, 1991.

PINTO, Sérgio Murilo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila. *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Edições Sesc, 2 v., 2018.

ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: El post-Vichy. *Aletheia*, v. 3, n. 5, pp. 1-14, dez. 2012. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5463/pr.5463.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

ROUSSO, Henry. *Histoire politique et sciences sociales: questions au XXe siècle*. Paris: Éditions Complexe, 1991.

SÁ NETO, Arthur Autran Franco de. Os produtores cinematográficos e o Estado na Argentina e no Brasil (1930-1945). *Galáxia*, São Paulo, n. 30, mai./ago. 2018, p. 84-97. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gal/n38/1519-311X-gal-38-0084.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. *A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro*. Dissertação (Mestrado), IFCH, Unicamp, Campinas, 2004.

SAUDAÇÃO ao Presidente. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, abr. 1944

SCHVARZMAN, Sheila. *Como o cinema escreve a história: Elia Kazan e a América*. Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp, Campinas, 1994.

SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. (org.). *Estado Novo, um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. et al.. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SHAW, Lisa. Vargas on Film: From the Newsreel to the chanchada. In: HENTSCHKE, Jens R. *Vargas and Brazil: New Perspectives*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

SILVA, José Rogério da. *Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1992.

SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.

SIMIS, Anita. Cinema e cineastas em tempo de Getúlio Vargas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 75-80, 1997.

SOUZA, José Inácio de Melo. Eleições e Cinema Brasileiro: do Fósforo Eleitoral aos Santinhos Eletrônicos, *In: Revista da USP*, São Paulo, n. 22, p. 155-165, jun.- ago. 1994.

SOUZA, José Inácio de Melo. Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência. *História: Questões & Debates*. Curitiba, Editora UFPR, n. 38, 2003a, p. 43-62.

SOUZA, José Inácio de Melo. O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003b.

SOUZA, José Inácio de Melo. Os primórdios do cinema no Brasil. In: RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila. *Nova história do cinema brasileiro*. 2 vol. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

TOMAIM, Cássio dos Santos. *Janela da Alma* - Cinejornal e Estado Novo; fragmentos de um discurso totalitário. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2004.

TOMAIM, Cássio dos Santos. As imagens das multidões nos Cinejornais de Primeiro de Maio do Estado Novo. *História Social*. Campinas, v. 9, n. 11, p. 41-74, 2005.

TORRES, Alberto. A formação brasileira e o desenvolvimento da economia nacional. *Cultura Política*, n. 7, v. 1, set. 1941, p. 243.

VARGAS, Getúlio. *O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país* (Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de junho de 1934). Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1934. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/04.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

VARGAS, Getúlio. A Palavra do Presidente da República. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, nov. 1941a.

VARGAS, Getúlio. Um pensamento do Presidente. *Cultura Política*, n. 39, v.4, abr. 1944b.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

VIANA, Francisco Oliveira. *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*. São Paulo: O Estado do São Paulo, 1922.

VIANA, Francisco Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WAINBERG, Jacques. A voz de Deus: um estudo da narração de cinejornais em tempos de guerra – a persuasão audiovisual de um povo. In: *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 144-166, jul./dez. 1992.

WEFFORT, Francisco C. Origens do sindicalismo populista; a conjuntura do após-guerra. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 65-105, abr./jun. 1973.

Apêndice A – CJB: Produção, cinejornais disponíveis e visionados

PRODUZIDOS					DISPONÍVEIS*	VISIONADOS**		
ANO	VOLUME	NÚMERO		TOTAL POR ANO		POR ANO	POR VOLUME	TOTAL POR VOLUME
		DE	ATÉ					
1938	1	1	12	12	88			40
1939		13	81	69		15	15	
1940		82	183	102		21	21	
1941		184	200	111		8	4	
	2	1	94	77	124		4	26
1942		95	171			17	17	
1943		172	199			14	5	
	3	1	41	59	69		9	13
1944		42	100			4	4	
	4	1	1	61	36			7
1945		2	62			6	6	
1946		63	65			1	1	
	5	1	39	42	1			
TOTAL				603	318***	86		

FONTE: elaborado a partir de dados coletados nos catálogos do sistema de consulta local da Cinemateca Brasileira e de anotações no catálogo elaborado por José Inacio de Melo Souza, cuja consulta foi autorizada por servidor da Cinemateca.

* A disponibilidade potencial não garante a disponibilidade efetiva. A orientação da cinemateca é de que a disponibilidade deve ser verificada junto ao setor de atendimento da Biblioteca da Cinemateca, pois algum material pode estar fora de circulação, não podendo ser consultado.

** Foram visionados um total de 91 CJB's, contudo, em 5 deles não foi possível identificar número, volume e ano.

*** O total, de acordo com o catálogo, é de 323, contudo, em 5 desses registros não há identificação do volume ao qual pertencem, portanto, não há como classificá-los de acordo com esse critério.

Apêndice B – CJB: Quadro das empresas distribuidoras

NÚMERO*	VOLUME	ANO	DISTRIBUIDORA
175	1	1940	Distribuidora de Filmes Brasileiros
181	1	1940	Cinédia
45	2	1941	Distribuidora de Filmes Brasileiros
89	2	1941	Distribuidora de Filmes Brasileiros
97	2	1942	Distribuidora de Filmes Brasileiros
102	2	1942	Distribuidora de Filmes Brasileiros
107	2	1942	Distribuidora de Filmes Brasileiros
115	2	1942	Distribuidora de Filmes Brasileiros
116	2	1942	Distribuidora de Filmes Brasileiros
136	2	1942	Distribuidora de Filmes Brasileiros
154	2	1942	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
169	2	1942	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
174	2	1943	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
186	2	1943	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
187	2	1943	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
199	2	1943	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
21	3	1943	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
38	3	1943	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
42	3	1944	Cooperativa Cinematográfica Brasileira
27	4	1945	Cooperativa Cinematográfica Brasileira

Fonte: elaborado a partir de informações contidas nos filmes.

* Aqui estão listados os cinejornais visionados os quais foi possível identificar o nome da distribuidora na abertura do filme.

Apêndice C – CJB: Descrição dos filmes visionados

Importante destacar que não é possível saber as datas exatas de produção e exibição de cada CJB.

Foram visionados quinze números do CJB produzidos no ano de 1939. O CJB número 16/v1 de 1939 contem cinco reportagens. A cópia visionada não contem som. Getúlio Vargas aparece em uma reportagem, cujo tema é a inauguração do monumento aos heróis de Laguna e Dourados (episódio da Guerra do Paraguai) na praia Vermelha, Rio de Janeiro. Neste número, duas reportagens estão relacionadas a assuntos ligados a economia, uma sobre energia elétrica com a construção da barragem do Rio Santa Bárbara e outra sobre a siderurgia nacional no grande (sic) parque industrial de Monlevade, ambas em Minas Gerais. Também nesse cinejornal notícias sobre uma nova avenida em Salvador, o que o CJB chamou de “remodelação da velha capital baiana”. Ainda uma ultima reportagem sobre esporte, ligando as atividades do corpo com as atividades do Estado Novo: uma competição de pugilismo no recinto da Exposição do Estado Novo no Rio de Janeiro. As imagens revezam entre focar as lutas e a plateia que assisti atenta.

A cópia visionada do número 17/v1 de 1939 apresenta seis reportagens sem banda sonora, sendo que para uma dessas reportagens apenas é apresentado o título, não contendo imagens. Entre notícias da viagem do cardinal Dom Leme para Roma, socorro para as vítimas de um terremoto no Chile, chegada de 555 turistas a bordo do navio Normandie e de 70 toneladas de uvas do Rio Grande do Sul para os cariocas, destaca-se a reportagem sobre um banquete em comemoração pela criação da previdência social pelo Estado Novo. Nas imagens, que parecem ser de um almoço, por conta da luz do dia, aparecem homens brancos e alguns deles discursam durante a refeição. Nas imagens pode-se constatar a presença de um menino, mas de nenhuma única mulher. Getúlio Vargas não aparece nesse cinejornal.

O cinejornal número 18/v1 de 1939 apresenta cinco reportagens. Como no CJB número 16, o 18 também traz uma reportagem sobre esportes na Exposição do Estado Novo. Dessa vez são provas esportivas e de motocicletas para a Polícia Especial (divisão uniformizada da Política Civil do Distrito Federal). As quatro outras reportagens tratam do lançamento da pedra fundamental da Casa do Jornaleiro pela senhora Darcy Vargas, regresso do embaixador Mello Franco da Conferência de

Lima, demonstrações dos serviços contra incêndios no aeroporto Santos Dumont e, por fim, imagens do Jardim Botânico no Rio de Janeiro numa reportagem cujo título é Flora e Paisagem. Nesse cinejornal, como no CJB número 17, Getúlio Vargas não aparece. A cópia visionada apresenta a ficha de censura do cinejornal antes da abertura.

Observa-se nos CJB 16 e 18/v1 uma ligação entre estado e culto ao corpo quando observamos que o foco dado a Exposição do Estado Novo sempre era nos esportes, nas competições esportivas. Além disso, um traço comum entre os CJB 16, 17 e 18/v1 é que todos eles trazem na última reportagem um assunto ameno: no 16 são as disputas de pugilismo na Exposição do Estado Novo; no 17 são as uvas que chegam ao Rio de Janeiro vindas do Rio Grande do Sul; e no 18 são as paisagens do Jardim Botânico no Rio de Janeiro.

A cópia visionada do cinejornal número 19/v1 de 1939 tem três reportagens. A primeira delas mostra a chegada do Ministro da Fazenda Sousa Costa do Uruguai.

Na voz da locução,

a reunião internacional de ministros da Fazenda realizada na capital uruguaia, onde se reuniram os titulares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai para considerar interesses comuns dos quatro países logrou pleno sucesso. Estabeleceu normas práticas para regular o câmbio, reduzir ou eliminar impostos, selos e comissões, para intercâmbio de informações, para assegurar regimes de crédito, eliminar o contrabando e amparar, finalmente, de maneira prática e eficiente, o intercâmbio comercial dos países representados.

A segunda reportagem é sobre uma prova popular de natação ocorrida na praia da Urca, onde estava localizada a escola de educação física do Exército. As imagens mostram jovens em trajes de banho e destaca a única representante mulher, Edineia Felix da Silva, jovem com traços negros, que chegou em nono lugar na competição, menina com traços negros. Cabe observar que as ocasiões em que se visualizam pessoas não brancas nos cinejornais são em eventos esportivos. A terceira e última reportagem foi sobre o petróleo: “a 4 km da cidade de Salvador, jorra o petróleo”, diz a narração, em tom elogioso ao petróleo brasileiro ao afirmar que este tem qualidade superior e maior rendimento em comparação ao norte americano.

O CJB número 22/v1 de 1939 abre com a mensagem “este filme é uma oferta do Departamento Nacional de Propaganda ao Governo do Rio de Janeiro sob a

administração do Interventor Comt. Amaral Peixoto”. Neste cinejornal vimos também uma reportagem sobre a colônia de férias de Cabo Frio: nas imagens, as crianças aparecem fazendo exercícios e recebendo alimentação num refeitório. As crianças são examinadas e pesadas e a reportagem destaca o aumento de peso das crianças, numa apologia a um estilo de vida propagandeado pelo governo, aquele que cultuava o corpo, que relacionava corpos fortes e saudáveis ao regime, ou seja, a mensagem parece ser que o Estado Novo proporciona aos cidadãos essa possibilidade, basta apoiar o regime, estar com ele. O fato é que estas políticas não alcançavam todo o país, ou melhor, pouco extrapolavam os limites territoriais da cidade e, quando muito, do estado do Rio de Janeiro. Na cópia visionada, esta reportagem está interrompida. O CJB número 33/v1 de 1939 é de assunto único “Revoadas à Sorocabana”, destaque para a aviação civil enquanto facilitadora da marcha para o oeste e da busca por novas fontes de energia. Faz apologia aos Bandeirantes como desbravadores do oeste. A reportagem fala da importância da aviação civil por conta da grande extensão do território nacional e, por isso, a construção de campos de pouso era incentivada. O CJB número 41/v1 de 1939 apresentou cinco reportagens. Getúlio aparece logo na primeira reportagem, onde a imagem mostra o Presidente colocando uma pá de cimento no lançamento da pedra fundamental do futuro Edifício da Alfândega do Distrito Federal, ao mesmo tempo que a locução proferia que esta obra fazia parte do “grande programa de reformas por que vem passando os vários setores do Ministério da Fazenda”. As três últimas reportagens eram sobre assuntos militares, como juramento à bandeira dos novos alunos da Escola Naval, batismo, realizado pela Senhorita Alzira Vargas, de uma nova lancha da Marinha do Brasil para serviços de inspetoria da alfândega e visita do Presidente Vargas à base da Aviação Naval e Base de Combustíveis Líquidos na Ilha do Governador – um depósito de combustíveis líquidos. Nesta última, Getúlio aparece muito sorridente, como era de praxe nas imagens do CJB, acompanhado de um fotógrafo, coisa que, embora acredito que fosse comum pela quantidade de registros fotográficos que se tem notícia do Presidente, não foi visto nas imagens de nenhum outro CJB. A mesma reportagem informa da formação de mão de obra com treinamento estrangeiro na Base de Combustíveis Líquidos na Ilha do Governador. Era comum nas reportagens sobre assuntos militares, nesse e em outros números do CJB, era a locução pronunciar a mensagem “o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” numa alusão a ordem proferida pelo Almirante Barroso no episódio da Batalha Naval do Riachuelo da

Guerra do Paraguai. Esse cinejornal ainda trazia uma reportagem sobre a peça Carlota Joaquina do escritor R. Magalhães Jr. As imagens mostram algumas cenas da peça e o escritor em discurso, narrado pela locução, declarando que, sem o Serviço Nacional de Teatro, não teria se animado a escrever a peça e, tampouco, a Companhia Jail Costa a teria apresentado, numa tentativa clara de valorizar esse serviço do Governo Federal prestado à arte.

O CJB número 47/v1 de 1939 tem três reportagens. A primeira é sobre a visita do Chefe do Governo a estabelecimentos militares em Minas Gerais e São Paulo. Em Piquete, São Paulo, onde esta localizada a fábrica de pólvora e explosivo do exército, Getúlio foi recebido por Ademar de Barros e Maurício Cardoso, comandante da segunda região militar, e os operários desfilaram em saudação. Nota-se ser uma constante a recepção de Getúlio Vargas por militares nas imagens transmitidas pelo CJB. A segunda reportagem é sobre hipismo no Hipódromo Itamarati no Rio de Janeiro. A terceira e última é sobre um banquete oferecido ao episcopado brasileiro, onde a locução destaca que, em discurso, o Presidente declarou que o Brasil é a maior nação católica do mundo e que vivemos numa unidade religiosa.

O CJB número 49/v1 de 1939 tem quatro reportagens, sendo três delas com temas relacionados à temática que chamo culto ao corpo. À exceção da primeira reportagem, que é sobre a entrega ao Presidente de credenciais pelo novo ministro da Hungria, as demais são sobre natação, jiu-jitsu (jiudo) e a última com título bem direto “Aperfeiçoamento da raça” que mostra o evento de inauguração da Escola Nacional de Educação Física e Desporto com a presença de Getúlio Vargas, ocorrido no estádio do fluminense. A locução destaca a presença de altas patentes militares e do Reitor da Universidade do Brasil e anuncia que “a criação desse instituto representa mais um passo para a educação da mocidade brasileira, tornando as gerações de hoje aptas ao trabalho da reconstrução nacional”. Há estudos que relacionam o culto do corpo à exigência de disciplina que o regime estadonovista necessitava, seja como forma de controle, seja como forma de legitimação – através da cooptação das pessoas. Sempre importante destacar que não figuram negros nem mulatos no CJB.

O CJB número 54/v1 de 1939 é de reportagem única com o título “Comemorações da Semana da Pátria. Rio: - desfile da Juventude Brasileira”. As imagens mostram o desfile cívico de escolares organizado em várias alas. Uma dessas alas são de bandeiras, onde pode-se identificar, na primeira fileira de bandeiras, a bandeira

nacional e as demais fileiras parecem ser de bandeiras dos estados da federação, mas não posso afirmar, pois a qualidade imagem da cópia visionada não era boa. Getúlio recebe varias homenagens das crianças, cartas, flores, até um balão caiu do céu com uma carta. Destaca-se que todas as crianças, tanto desfilando quanto na plateia, eram brancas. O desfile ocorreu no obelisco na cidade do Rio de Janeiro. A cópia visionada não contém a banda sonora.

O CJB número 55/v1 de 1939 tem quatro reportagens, mas boa parte dele é dedicado a mostrar a visita do Presidente à São Paulo. Getúlio é recebido por Ademar de Barros e, enquanto as imagens mostram o Presidente num carro acenando para civis nas ruas da cidade, a locução relata que Getúlio chega ao Palácio dos Campos Elísios entre "manifestações de carinho da população" e que o "povo de São Paulo espera o chefe da nação para prestar-lhe homenagem". Na cidade, Getúlio visita as obras do sanatório para tuberculosos, construído pelo Governo Federal, e as obras de um hospital para crianças tuberculosas; bate a primeira estaca da nova ponte das Bandeiras que, nas palavras da locução, o Presidente considera o ponto de partida para a conquista das terras do oeste e marca o início do extraordinário (sic) empreendimento que é a retificação do curso do rio Tietê; e, por fim, visita as modernas instalações do novo edifício da Caixa Econômica Federal de São Paulo. Em outra reportagem, imagens da comemoração à Semana da Pátria ocorrida no Rio de Janeiro e da "parada da mocidade" realizada pelo Ministério da Educação; nas imagens, ao lado de Getúlio estão os ministros Capanema e Gaspar Dutra. Observa-se que as imagens dos estudantes utilizadas nesse cinejornal já haviam sido utilizadas em outro número do CJB, o que indica a natureza desse material, qual seja, imagens capturadas sem um objetivo determinado, podendo ser usadas a qualquer tempo para cumprir um objetivo. Assim, os cinejornais produzidos pelo Estado não podem ser vistos unicamente como reflexos dos acontecimentos, mas como uma quase invenção deles. Este cinejornal mostra também uma reportagem sobre um banquete de confraternização oferecido pela companhia norte-americana RKO aos cinematografistas ocorrido no salão nobre do Hotel Glória para "figuras destacadas da administração do país, exibidores e gerentes".

O CJB número 60/v1 de 1939 começa com uma reportagem sobre a comemoração do Dia do Rádio ocorrida no Rio de Janeiro onde estações emissoras, jornalistas e cronistas de rádio são homenageados pelo Departamento Nacional de Propaganda. As demais reportagens, todas sobre acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, são

sobre uma competição de ciclismo, uma competição de automobilismo infantil, com carrinhos de pedal, os novos soldados reservistas do Exército, com a presença do Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, e a visita do Presidente ao Tribunal de Apelação e demais dependências do Fórum no Palácio da Justiça. A cópia visionada não contém a banda sonora.

O CJB número 63/v1 de 1939 é de reportagem única sobre o Farol da Ilha Raza, cujo título é “A sentinela de paz da barra do Rio de Janeiro”.

O CJB número 65/v1 de 1939 tem quatro reportagens. Getúlio aparece em visita à Escola Nacional de Educação Física, acompanhado do ministro Capanema, por ocasião do recorde mundial de natação. A Senhora Darcy Vargas aparece em outra reportagem visitando as obras quase concluídas do abrigo construído pela Fundação Darcy Vargas para pequenos jornalistas. A cópia visionada não contém a banda sonora.

Algumas cópias dos cinejornais visionados não continham a abertura, por isso não foi possível identificar seu número e volume. Um deles, por ter a produção creditada ao Departamento Nacional de Propaganda, deve ter sido produzido entre 1938 e 1939 – pois o Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado nos últimos dias de dezembro de 1939, do que deduzimos que a partir de janeiro de 1940 a produção do CJB passou a ser feita por este último. Além disso, por conter reportagens sobre o dia das crianças e o Natal (a reportagem era sobre a distribuição de presentes de Natal pela Senhora Darcy Vargas), deve ter sido filmado e produzido no final de 1939 ou início de 1940. No catálogo do CJB elaborado pela Cinemateca (Galvão, 1982), este cinejornal foi numerado como X-52. Ele contém oito curtas reportagens e Getúlio aparece em duas delas: entregando diplomas aos oficiais que concluíram os cursos na Escola do Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro, acompanhado pelo ministro Dutra, e inspecionando os trabalhos de construção de uma nova adutora para a cidade do Rio de Janeiro. Além dessas, merecem destaque mais duas reportagens: uma sobre a viagem inaugural da possante (sic) máquina construída na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde a locução relata que a eletricidade da ferrovia trouxe economia de combustíveis e aumentou a renda da estrada, e uma reportagem sobre a inauguração de uma nova linha de transporte aéreo entre Brasil e Itália, em cujo primeiro voo morreram os jornalistas Juvenal Pimentel e Saldanha Marinho e um publicista italiano e a locução ressalta que Juvenal dirigia a produção dos jornais cinematográficos do DIP e era um competente técnico em assuntos de publicidade.

Foram visionados dezenove cinejornais produzidos no ano de 1940. A cópia visionada do CJB número 83/v1 de 1940, além de estar sem a banda de som, estava incompleta. Constan algumas imagens de apenas uma das sete reportagens registradas no catálogo do CJB (Galvão, 1982), ou seja, algumas imagens, e em baixa qualidade, da visita de Getúlio às obras de construção do estádio do Pacaembu. O CJB número 86/v1 de 1940 apresenta uma reportagem sobre a entrega de prêmios aos vencedores do terceiro concurso de complementos nacionais. O que eram esses complementos? Esse prêmio era concedido pelo DIP? Os prêmios pareceram ser dois cheques e um relógio de parede. Outra reportagem mostra a posse dos membros do Conselho Nacional de Imprensa, ocorrido no DIP no Rio de Janeiro. O que era esse Conselho?

O CJB número 87/v1 de 1940 apresenta assuntos variados como a partida do embaixador do Brasil para Londres, a procissão do padroeiro do Rio de Janeiro, São Sebastião, preparativos para festa de carnaval no Teatro Municipal, atrativos turísticos do Rio e uma exposição avícola.

O CJB número 88/v1 de 1940 mostra uma reportagem sobre melhoria no abastecimento de água no Rio de Janeiro. Em fins de 1939, o CJB também apresentou uma reportagem sobre melhoria no abastecimento de água na cidade. Isso pode indicar problemas de abastecimento de água na cidade no período? Interessante notar que este CJB, assim como o imediatamente anterior, o número 87/v1 de 1940, também apresenta uma reportagem para mostrar os atrativos turísticos do Rio de Janeiro: no anterior foi falando que o Rio seria um bom destino o ano todo e, nesse segundo, vem apregoando ser o Rio uma atração para turistas de todas as partes do mundo. Getúlio aparece nesse cinejornal em visita ao Instituto Butantã em São Paulo e a locução anuncia ser esta instituição de destaque na pesquisa científica no país. A primeira reportagem desse cinejornal mostra um churrasco na Quinta da Boa Vista promovido pelos marítimos satisfeitos com o progresso da marinha mercante brasileira. Nessa reportagem, a locução destaca que a legislação trabalhista beneficiou muito os trabalhadores da marinha e que o governo aumentou, em pouco mais de dois anos, a frota comercial do país, o que mostra o “interesse dos dirigentes brasileiros na solução dos problemas da marinha mercante nacional”.

O CJB número 94/v1 de 1940 tem sete reportagens. Deduzo que este cinejornal é do início do ano, porque uma das reportagem é sobre o início do ano letivo de 1940 no Instituto de Educação no Rio de Janeiro. Esse cinejornal contém uma longa reportagem sobre uma visita de Getúlio ao Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, o Presidente visita o Clube do Comércio – associação que trabalha em estreita colaboração com o governo, destaca a locução – onde quer saber das atividades econômicas, da organização comercial do estado e das atividades das classes produtoras. A reportagem enfatiza que estão entre as iniciativas governamentais os lançamentos das pedras fundamentais da nova sede do Instituto dos Industriários, da vila bancária e da casa da criança inválida; a primeira seria construída com fundos recolhidos dos empregados e empregadores, já a casa da criança integrava um programa de assistência à família lançado pelo Chefe da Nação. As imagens mostram Getúlio no lançamento da pedra fundamental da vila operária Presidente Getúlio Vargas em Porto Alegre, que teria 75 casas, uma igreja, campos de jogos, jardins e completo serviço de abastecimento de água, que seria construída pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. Durante esta reportagem são exibidas imagens de Getúlio conversando com crianças. O Presidente inaugura a nova sede da Caixa Econômica e locução destaca que "o grande desenvolvimento econômico e financeiro do estado evidencia-se, desse modo, nas transações de vulto cada vez maior dos estabelecimentos de crédito que operam em Porto Alegre". Ao visitar frigoríficos, Getúlio Vargas declarou que "a iniciativa da produção da carne a frio já devia ter adquirido no Rio Grande do Sul um desenvolvimento preponderante, não só porque é sua principal produção, como também porque a retrógrada indústria do charque tende a desaparecer e precisa ser substituída pela carne frigorificada". Há, ainda, nesse cinejornal, uma reportagem sobre a realização de mais um concurso público pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, nos quais, o locução relata, sempre comparecem muitas pessoas de ambos os sexos, o que se pode verificar nas imagens, filas enormes na rua e salas cheias de candidatos, entre os quais alguns poucos negros/as. A locução ainda destaca que os exames realizados pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento seguem os mais modernos métodos pedagógicos, permitindo verificar o verdadeiro preparo intelectual dos candidatos.

O CJB número 102/v1 de 1940 mostra a visita do Presidente Getúlio Vargas à Minas Gerais. Em Araxá, é inaugurado um estádio, enquanto a locução pronuncia que a

cidade esta "integrada no ritmo do progresso moderno". A locução menciona homenagens de dois mil jovens de escolas e associações esportivas pelo aniversário de Getúlio. O Presidente também visita um campo onde será cultivado trigo e centeio e uma fazenda onde observa o grande desenvolvimento do rebanho bovino do Estado de Minas, além de uma hidroelétrica. Aparece um fotógrafo nas imagens, mas não parece fazer parte da comitiva do Presidente.

O CJB número 106/v1 de 1940 tem seis reportagens. Getúlio visita as obras da nova catedral de São Paulo na praça da Sé. Outra reportagem mostra uma homenagem à Castro Alves em comemoração ao 13 de maio. O cinejornal ainda mostra imagens do Colégio Militar criado no Rio de Janeiro durante o Império para atender os órfãos da guerra do Paraguai.

O CJB número 110/v1 de 1940 é quase uma continuação do 102 do mesmo volume e ano. Apresenta a visita do Presidente à bacia termal do Barreiro localizada em Araxá, Minas Gerais. A reportagem relata que no local seria construída a maior estância hidromineral do continente, local para passeio e banhos.

O CJB número 111/v1 de 1940 tem seis reportagens. A última reportagem é sobre o regresso do Presidente Vargas de Minas Gerais, viagem que foi relatada nos cinejornais 102 e 110, ambos do volume 1 do ano de 1940. O título da reportagem é "A concorrida recepção ao Chefe do Governo". Nas imagens, Getúlio aparece sorridente enquanto é recepcionado por militares e políticos. A locução destaca que, em suas viagens aos mais longínquos pontos do território nacional, o presidente Getúlio Vargas estuda as necessidades locais e as aspirações dos habitantes para encarar e resolver os problemas de interesse coletivo de modo a tornar todos os brasileiros livres cooperadores do Estado na obra do desenvolvimento do país.

Outra reportagem, sob o título "Dando asas ao Brasil" mostra o primeiro avião bimotor construído por técnicos brasileiros. O avião pertence a uma série cuja construção foi iniciada sob a direção de técnicos estrangeiros, mas que seguiria nas mãos de engenheiros brasileiros especializados em aeronáutica. Nas imagens, aviões fazem demonstrações aéreas, enquanto a locução pronuncia que "a nossa indústria militar tem um único objetivo, a defesa do Brasil". Este cinejornal também traz uma reportagem sobre assistência social, onde mostra a inauguração do Hospital Operário do Barreto, bairro proletário em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, e relata que o programa de amparo e assistência às classes trabalhadoras estava sendo implantado

paulatinamente em todos os estados. A câmera foca um padre benzendo o hospital e uma placa (foto) “aos grandes benfeitores deste hospital Comandante Ary Parreiras e Comandante Ernani do Amaral Peixoto homenagem do povo do Barreto 1 de maio de 1940”. Na inauguração da estação distribuidora Capanema dos Correios, em outra reportagem, com a presença do próprio ministro Capanema, a câmera dá um *close* no retrato de Getúlio, evidenciando a importância da imagem para o regime e o quanto o Presidente, o grande benfeitor da nação, era onipresente.

O CJB 126/v1 de 1940 tem uma única reportagem sob o título “Chefe do Governo chega à Ilha do Viana para comemoração do Dia do Marítimo”. Ocorrida no dia 29 de junho, a comemoração contou com importante discurso do Presidente, cujas imagens o mostram no palanque com um microfone da Cinédia. Raro no CJB, esse discurso está registrado em áudio e vídeo, o qual o transcrevemos na íntegra, juntamente com as palavras da narração que o antecedem.

Durante a manifestação que recebeu dos trabalhadores do mar, na Ilha do Viana, o chefe do governo pronuncia importante discurso.

O Chefe do Governo chega à Ilha do Viana, onde têm lugar as comemorações do Dia do Marítimo. Vinte e nove de junho, dedicado a esta festa, dá motivo todos os anos a solenidades de conagração dos trabalhadores do mar. Este ano é homenageado na concentração o Presidente Getúlio Vargas, que aí pronuncia importante discurso levado a todos os pontos do território nacional e ao exterior através das irradiações do Departamento de Imprensa e Propaganda.

[Getúlio Vargas:] *‘Essa homenagem da Federação dos Marítimos, legítima expressão da vontade de seus cem mil associados, que mourejam no mar, nos estaleiros e serviços portuários, compartilhada por outros grupos profissionais, muito me reconforta porque renova a solidariedade que sempre encontrei entre os trabalhadores brasileiros, dispostos, agora mais do que nunca, a apoiar o Governo num momento de inquietação e apreensões, em que é necessário o máximo de vigilância e a coragem serena de definir os rumos da nacionalidade.*

Foi para mim uma grande satisfação verificar que compreendestes a palavra de sinceridade e apreciação patriótica que dirigi à Nação no Dia da Marinha, emprestando-lhes o sentido que lhes dei de um toque de alerta em face das duras lições dos dias presentes, que impõem aos povos a mobilização de todas as suas energias para não se deixarem surpreender ou arrastar pelos acontecimentos. (...)

Foi bem claro no pensamento e na forma o meu discurso naquele dia memorável e não é com o comentário falseado e a publicação tendenciosa de frases isoladas que se pode interpretá-lo. Não volto atrás, não me retrato de nenhum dos conceitos emitidos. Antes, só tenho motivos para reafirmá-los integralmente [aplausos]. As velhas rabonas da política, os boateiros contumazes, os descontentes incorrigíveis, falhos de dignidade cívica, e mesmo alguns espíritos de

boa fé que pretenderam agitar o ambiente, não perceberam talvez que se prestavam à exploração dos agentes de perturbação internacional, pagos para fomentar dissídios, a serviço de ódios e objetivos inconfessáveis. É fácil descobrir e identificar esses elementos nocivos entre os aproveitadores de todos os tempos: os preparadores de guerras, os sem-pátria, prontos a tudo negociar, e os que tendo-a, não sabem defendê-la [aplausos]. Muitos deles, indesejáveis em outras partes, infiltram-se clandestinamente no país, com o prejuízo das atividades honestas dos nacionais e, abusando da nossa hospitalidade, fazem-se instrumentos de maquinações e intrigas do financismo cosmopolita voraz e sem escrúpulo. A esses não me dirigi certamente. Falei aos brasileiros e aos que se sentem no Brasil como na própria pátria (aplausos) e tenho certeza de que os acontecimentos se incumbirão de tornar ainda mais evidentes as minhas afirmações. Responsável direto pelo futuro do nosso povo, não tenho o direito de deixá-lo iludir-se ou induzi-lo a erros de puro sentimentalismo. Disse um grande pensador que não é possível servir ao mesmo tempo ao dever e à paixão. Quem se deixa dominar pela paixão perde o senso da realidade, obscurece os fatos mais notórios e acaba arrastado aos maiores desvarios. É preciso encarar as suposições da realidade com ânimo sereno e repudiar as opiniões apaixonadas se quisermos salvaguardar o futuro da Pátria, pois não a servem (...) os que pretendem lançá-la à fogueira dos conflitos internacionais. [aplausos] Não há presentemente motivos de espécie alguma, de ordem moral ou material, que nos aconselhem a tomar partido por qualquer dos povos em luta. O que nos cumpre é manter estrita neutralidade, neutralidade ativa e vigilante na defesa do Brasil [aplausos]. Ninguém pode dominar a consciência alheia e em consciência cada qual pode ter as suas simpatias; mas a obrigação de todo brasileiro patriota é conduzir-se de modo a preservar o Brasil da guerra [aplausos].

Vivemos num continente de civilização jovem, em que a luta mais árdua é ainda o aproveitamento dos abundantes recursos que a natureza nos oferece. Habitados a cultivar a paz como diretriz de convivência internacional, continuaremos fiéis ao ideal de fortalecer cada vez mais a união dos povos americanos. Com eles estamos solidários para a defesa comum em face das ameaças e intromissões estranhas, cumprindo por isso mesmo abster-nos de intervir em lutas travadas fora do continente [aplausos]. E essa união, essa solidariedade, para ser firme e duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais e na liberdade de nos organizarmos politicamente segundo as próprias tendências, interesses e necessidades. Assim entendemos a doutrina de Monroe e assim a praticamos. O nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos pois isso seria atentar contra o direito que tem cada povo de dirigir a sua vida interna e governar-se. Fomos um Império e somos hoje uma República sem que a mudança de regime nos afastasse dessa política de cooperação que é uma tradição da nossa história.

Trabalhadores, sois elementos de colaboração eficiente na obra de reconstrução a que nos devotamos. Na paz, juntai o vosso esforço ao de todos os brasileiros para desenvolver e consolidar o progresso nacional. Na guerra, como reservas das forças militares, tereis o vosso lugar nas suas fileiras quando as circunstâncias exigirem a repulsa pela força contra qualquer atentado ao nosso patrimônio

moral e material [aplausos]. (...) Tenhamos, portanto, confiança no futuro e preparemo-nos, com o ânimo varonil, para cumprir o nosso destino de construtores de uma nova civilização, sempre mais irmanados no pensamento e na ação, dispostos a correr os mesmos riscos e sofrer as mesmas vicissitudes porque é um dever e uma honra o sacrifício pela Pátria [aplausos]’.

O CJB número 133/v1 de 1940 foi dedicado ao tema Marcha para Oeste. “O Presidente Getúlio Vargas chega a Goiânia, iniciando uma excursão pelas regiões em que o Brasil guarda, ainda, sua selva primitiva”. No palanque onde está Getúlio há uma faixa onde se lê “Salve a bandeira única”, enquanto meninas do Liceu de Goiás fazem o que é chamado de demonstração de cultura física, que consiste em exercícios físicos em grupo, parecendo uma coreografia, a coreografia da disciplina. A cópia visionada do CJB número 135/v1 de 1940 está incompleta. Pude visionar apenas três das cinco reportagens que, segundo o catálogo organizado por Maria Rita Galvão (Galvão, 1982), compõem este cinejornal. Das três reportagens que constam na cópia visionada, duas são registros de partida ou regresso do Presidente, sempre rodeado de muitas pessoas que desejam vê-lo e cumprimentá-lo. Além dessas duas com Getúlio, há uma reportagem sobre o recenseamento de 1940. O catálogo (Galvão, 1982) fala, ainda, de mais duas reportagens: uma sobre a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes e outra sobre as festas do aniversário do Regimento Neves do Exército, ambas se passam no Rio de Janeiro, assim como as outras três desse cinejornal.

O CJB número 148/v1 de 1940 apresentou a reportagem “O Instituto Biológico de São Paulo. Os estabelecimentos científicos oficiais, com a divulgação dos resultados de trabalhos constantes, auxiliam o produtor a contribuir para a riqueza do Brasil”. A locução entra com o seguinte texto:

Na Mooca, o Instituto mantém um parque de animais destinados às experiências de laboratório. O trabalho dos diversos estabelecimentos científicos oficiais espalhados por todo território brasileiro é um auxiliar precioso das classes produtoras. Agricultores e criadores tem nos conselhos que emana da experiência colhida nos laboratórios um guia seguro para o bom êxito das colheitas e o desenvolvimento dos rebanhos (...) Quando os descobridores começaram a povoar o Brasil, seguiram o exemplo dos naturais, que viviam da produção espontânea do país, mas, depois, iniciaram as plantações usando os métodos de então, que eram os mais rudimentares. Esse sistema, mantido mesmo na época em o país era considerado

essencialmente agrícola, chegou até a antevéspera de nossos dias. O governo, porém, desde de 1930, não cessou um só momento de auxiliar as classes produtoras do campo na luta pelo progresso dos meios de cultura e como prova dos resultados obtidos, basta citar, por exemplo, que somente em 1938, atingiu a 9.036.820 contos o valor da produção agrícola.

O CJB número 162/v1 de 1940 tem reportagem única: “As manobras militares no Vale do Paraíba – O Chefe do Governo, em companhia do Ministro da Guerra, assiste aos grandes exercícios, nos quais cooperam forças de terra, mar e ar”. A cópia visionada não contém a banda sonora.

O CJB número 169/v1 de 1940 tem quatro reportagens. A cópia visionada não contém a banda sonora. Getúlio Vargas aparece em duas reportagens nesse cinejornal. Na XIII Feira de Amostras⁶⁰⁰ no Rio de Janeiro, onde havia pavilhões de vários países, o Presidente chega ao lado de Lourival Fontes, diretor do DIP. Na mesma reportagem, a câmera foca uma faixa com as palavras “Sanear, educar, povoar”, que haviam sido as prioridades elencadas no discurso de posse, em 20 de julho de 1934, por Getúlio Vargas ao vencer as eleições indiretas naquele ano. No aeroclube em Manguinhos, Getúlio aparece com Ademar de Barros numa reportagem cujo título é “O aeroclube promove uma grande festa de aviação”. As imagens mostram uma mulher que, após saltar de paraquedas, é carregada por alguns homens, entre eles parece estar Lourival Fontes. O cinejornal tem, ainda, uma reportagem sobre a Exposição do Livro Brasileiro na Associação Brasileira de Imprensa e outra sobre uma conferência realizada no DIP pelo Ministro da Marinha.

O CJB número 175/v1 de 1940 tem reportagem única cujo título é “Porto Alegre se renova. Durante sua permanência na Capital gaúcha, o Chefe da Nação inaugura as novas avenidas ali construídas”. As imagens mostram as avenidas dos Farrapos, a 10 de Novembro e a João Pessoa, enquanto a locução destaca a importância dessas avenidas para ligar bairros, contribuindo para a “solução dos mais sérios problemas do tráfego urbano” e resolvendo o problema de estacionamento na parte mais

⁶⁰⁰ *Notícia sobre a XIII Feira de Amostras no jornal O Imparcial, de 17 de novembro de 1940, Rio de Janeiro:*

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=107670_04&pagfis=3917&url=http://memoria.bn.br/docreader#, acesso em 07/08/2020.

movimentada da capital (sic), o centro. Destaca também a importância das largas calçadas. A locução destaca o Palácio do Comércio como um "índice expressivo do desenvolvimento do Rio Grande do Sul", em cuja inauguração "solene", com a presença de Getúlio Vargas, compareceram "figuras representativas das classes conservadoras" e continua

é preciso salientar também o que significa, para a vida econômica da metrópole, a inclusão no volume de riquezas circunstantes das dezenas de contos de reis pagos aos milhares de operários que trabalham nessas obras. Esse dinheiro, que não se teria incorporado ao meio circulante da cidade na ausência dos grandes empreendimentos municipais, significa uma ventilação do pequeno comércio, muito principalmente; é uma tonificação que começa pelas raízes.

Na ocasião, a locução também destaca o baile oferecido pela Prefeitura de Porto Alegre ao Presidente no Clube do Comércio. Aparece, também, o anúncio de uma outra reportagem, onde trabalhadores prestam homenagens a Getúlio Vargas na Associação dos Ferroviários Sul-rio-grandenses, mas as imagens não aparecem por alguma falha no DVD que contém a cópia visionada deste cinejornal. Nos créditos da abertura do cinejornal mostram que a distribuição é da D.F.B. - Distribuidora de Filmes Brasileiros.

O CJB número 178/v1 de 1940 tem seis reportagens. Entre as reportagens, duas são sobre as comemorações do décimo aniversário do Governo Vargas, uma festa no Ministério do Trabalho e uma conferência promovida pelo Ministério da Fazenda no Palácio Tiradentes. No primeiro evento, há uma exposição com informações sobre o Ministério num salão lotado de homens e mulheres percorrem fotos e livros; no segundo, o Ministro da Fazenda Arthur de Sousa Costa pronuncia conferência. Outras duas exaltam a imagem do Chefe da Nação: no DIP durante a entrega de prêmios de cinema, a câmera foca em close o retrato gigante de Getúlio na parede; e a última reportagem intitula-se "Elevada assistência ao Grande Prêmio Getúlio Vargas", ocorrido no Jockey Club do Rio de Janeiro com a presença do Presidente. Ainda há neste cinejornal imagens dos estudantes cariocas em visita à Escola Naval e os "heróis do Brasil" são homenageados com a inauguração do mausoléu aos militares mortos na defesa da pátria em novembro de 1935 lutando contra o movimento organizado pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), liderado por Luís Carlos Prestes para derrubar Vargas. A cópia visionada não contém a banda sonora.

O CJB número 181/v1 de 1940 tem seis reportagens, sendo cinco delas com a presença de Getúlio. Com exceção dos cinejornais de tema único, este é o que ele mais aparece entre os visionados de 1939-40. A primeira reportagem é sobre o lançamento do novo código penal do Brasil, evento em que o Desembargador Vicente Piragibe saúda o Chefe do Governo, que destaca a importância da obra de renovação judiciária empreendida pelo Ministério da Justiça. O Ministro da Justiça fala que "a nova lei garante a liberdade e consagra a responsabilidade de cada um". Ao fim da cerimônia, é inaugurado o retrato do "primeiro magistrado da nação", o Presidente da República, e as imagens mostram Getúlio sorridente. Já no encerramento das comemorações dos centenários portugueses, Getúlio Vargas recebeu do embaixador Nobre de Melo, em nome do governo português, as ordens militares de Santiago de Espada de Cristo e Davis, que pela primeira vez é conferida a um chefe de estado que não possui "sangue real"; Getúlio Vargas declara que a alta distinção é dirigida mais ao Brasil do que a ele. Na sua visita anual ao Abrigo Redentor, Getúlio é recepcionado por militares e o Ministro da Fazenda Sousa Costa destaca os avanços na campanha de amparo social. Na última reportagem, o Chefe da Nação preside a Formatura dos aspirantes a oficiais do exército da turma de 1940 na tradicional Escola do Realengo. O coronel Fiuza de Castro, comandante da escola de guerra, lembra que os aspirantes "iniciam suas carreiras numa era em que ressurgiu mais forte e mais coesa a defesa nacional". Em *close*, a câmera foca o rosto de uma jovem sorridente, o que posso interpretar como sendo a imagem de satisfação em ver jovens na "defesa da nação", sentimento que o regime gostaria de disseminar e reforçar. A locução destaca que o general Pedro Cavalcante, diretor do ensino militar, dirigiu-se aos jovens como camaradas. Também há uma reportagem sobre as comemorações do décimo aniversário do Governo Vargas no Ministério da Aviação. A distribuição é da Cinédia.

Alguns cinejornais não puderam ser identificados, pois a cópia que restou na Cinemateca não continha a cena de abertura, onde aparece o número e o volume ao qual pertencem. Esses foram renumerados pela equipe que elaborou o catálogo de 1982 (Galvão, 1982) e acrescidos da letra X com o informação de que estavam sem número e sem datas. Foram visionados sete desses cinejornais, os quais decidi arbitrar o ano de 1940 como data de produção. Essa decisão tem como base, além da análise da pertinência dos assuntos para o ano de 1940, o fato de que, em todos

eles, aparece o nome do Departamento de Imprensa e Propaganda, que foi criado em 27 de dezembro de 1939, pelo Decreto-Lei 1915, e extinto em 25 maio de 1945, pelo Decreto-Lei 7582, ou seja, esses cinejornais devem ter sido produzidos entre janeiro de 1940 e maio de 1945. Ainda, um dos cinejornais visionados nessa situação não foi localizado no catálogo impresso (Galvão, 1982), contudo, por se tratar de cinejornal de reportagem única cujo título é “O décimo aniversário do Governo Getúlio Vargas”, festividade que, sabemos, ocorreu no ano de 1940, arbitrou-se o ano de 1940 para sua produção.

O CJB X-11 apresenta sete reportagens, sendo três delas sobre assuntos ligados aos estudantes: estudantes visitando unidades do Ministério da Marinha, inauguração da nova sede do Conservatório Brasileiro de Música e uma demonstração de ginástica por escolares cariocas no estádio do Vasco. Getúlio Vargas aparece na reportagem sobre a Semana da Asa no Rio de Janeiro.

O CJB X-41 tem cinco reportagens. Duas dessas reportagens são sobre assuntos militares: instrução militar da juventude no acampamento de tiros de guerra em Jacarepaguá e incorporação de quatro navios à esquadra “para a defesa do Brasil”. Outras duas são dedicadas a assuntos de ensino ou educação, ambos com a presença do Presidente: visita de Getúlio ao Instituto de Educação e ao Instituto Pedagógico. Pelo número de reportagens dedicadas à temática da juventude, podemos deduzir o quanto o governo se preocupava com sua cooptação, disciplina e doutrinação. Além disso, notamos que há um entrelaçamento entre os assuntos militares e da juventude como tratado nos cinejornais, como se o caminho para a juventude do país fosse ligado ao caminho militar.

O CJB X-49 tem oito reportagens. Assuntos militares figuram em três reportagens: manobras de engenharia do exército em Resende, no estado do Rio de Janeiro, notícias da Semana da Asa e visita do Presidente ao Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, por ocasião de grandes manobras do Exército. O cinejornal apresenta, ainda, uma reportagem sobre a visita do interventor do Rio Grande do Sul a uma estação de fitotécnica em Bagé, realização do Congresso da Imprensa Católica na Associação Brasileira de Imprensa, inauguração de uma estação com 25 telefones automáticos no Rio de Janeiro e festa na Penha, no Rio, com a presença de grande número de populares.

O CJB X-62 mostra a visita do Chefe do Governo à Belo Horizonte, cujo título da reportagem ainda complementa “durante sua permanência na capital do Estado de

Minas, o Presidente Getúlio Vargas inaugura a Avenida do Contorno e visita várias obras administrativas". Em discurso, Getúlio declara que "impulsionar o mais largamente possível a cultura física é obra de sadia brasilidade; a educação do corpo, na larga acepção da palavra, significa também o cultivo de nobres e excelentes atributos do espírito". Em outro trecho da reportagem, a locução afirma que "as obras atestam o progresso desse Estado" e que

a cidade moderna deve atender as circunstâncias da vida e atividades de seus habitantes; deve ser também uma construção do presente para as realizações do futuro. Evolui como todo organismo vivo, mas a evolução é feita dentro de linhas estruturais, qualquer transigência desse princípio compromete a harmonia e a finalidade do conjunto.

O CJB X-83 tem cinco reportagens. Neste cinejornal, entre todos os visionados, foi o único em que havia uma reportagem sobre um dos maiores inimigos do regime, o comunismo. Interessante perceber que a reportagem é precedida de notícias sobre um concerto de piano e sucedida de uma reportagem sobre uma transmissão na Hora do Brasil de um discurso do General Carneiro de Mendonça em saudação pelo aniversário do Presidente Vargas, ou seja, uma reportagem extremamente importante e pesada era cercada de notícias leves e festivas, parecendo mesmo ter a intenção de surtir o efeito de contraponto entre o bem e o mal, enquanto o Estado Novo oferece concertos e festas, o comunismo assassina. A reportagem, cujo título é "Ao aeroporto Santos Dumont. Rio: Escoltado pelos policiais paranaenses, chega o carrasco do Partido Comunista", mostra a prisão do comunista Francisco Natividade Lira pelo assassinato de Elza Fernandes, de 17 anos. O Cabeção, como era conhecido, era um dos reorganizadores do Partido Comunista e o CJB o acusava de executar cegamente as ordens do partido e estar entre "os que tentam subverter o regime e atentar contra as nossas instituições". Em se tratando de propaganda do regime, abria este cinejornal uma reportagem sobre o material que o Brasil enviaria para exposição do centenário de Portugal. Segundo a locução, a intenção era de "dar aos observadores uma impressão segura do nosso grau de progresso".

O CJB X-87 mostra a reportagem "O Presidente Getúlio Vargas no Vale do Rio Doce. As cidades do interior mineiro acolhem o Chefe do Governo e sua comitiva com manifestações que traduzem a estima que lhe devota o povo de todas as regiões do

paiz". A locução pronuncia que, no município de Presidente Vargas, com 10 mil habitantes,

o Presidente Vargas dá aos assuntos econômicos a proeminência que lhes pertence na ordem dos fatores da nova organização brasileira. A economia nacional é hoje um sistema orgânico, planejado, perfeitamente ajustado à nossa realidade, às características do nosso ambiente econômico tão diversificado e tão típico (...) de modo a proporcionar maiores lucros à nossa balança comercial (...) a questão econômica abrange muito mais que o simples fenômeno de produzir; envolve problemas complexos, cada qual mais decisivo e todos em sua sequência lógica veem sendo resolvidos pelo governo nacional.

O CJB X-100 é de reportagem única: "O Chefe do Governo no Amazonas". Mostra a visita do Presidente à Manaus, Belém e Belterra, pertencente ao município de Santarém, no estado do Pará. Nas imagens relativas à Belterra, aparece uma faixa onde se vê escrito "Salve o 8 de outubro de 1940", que eu não consegui descobrir ao que se refere. Em uma das cenas aparece um fotógrafo acompanhando Getúlio Vargas. Há, ainda, "A recepção em Manaus".

A reportagem "O Décimo Aniversário do Governo Getúlio Vargas. Iniciando as festividades comemorativas da efeméride, realiza-se, com a presença do Chefe da Nação, uma grande missa campal", ocorrida na esplanada do Russel, está num cinejornal que não foi identificado. A locução destaca que, na ocasião, reuniram-se os sindicatos pela primeira vez após decretada a unidade sindical.

Foram visionados oito cinejornais produzidos no ano de 1941. O CJB número 185/v1 de 1941 tem cinco reportagens. O Presidente Getúlio Vargas aparece em duas das cinco reportagens, na primeira e no última do cinejornal. A primeira reportagem foi sobre a entrega, pelo Presidente Vargas, de diplomas aos oficiais que concluíram o curso de especialização na Escola do Estado Maior do Exército. A segunda, mostra Getúlio prestigiando o lançamento ao mar do navio Mariz e Barros na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro. Uma das reportagens deste cinejornal é sobre uma fala do chanceler Oswaldo Aranha e do Ministro Macedo Soares (obs: pelas informações do site do cpdoc, Macedo Soares havia deixado o governo e o ministério quando do golpe de 1937, ou seja, as informações e datas não fecham com as do cinejornal!) sobre a política exterior do Brasil, ocorrida na sede do DIP no Rio de Janeiro, mas, como a

cópia visionada não contem banda sonora, não foi possível ter mais informações sobre o conteúdo das falas. Por fim, na esteira da propaganda sobre culto ao corpo, há, neste cinejornal, uma reportagem sobre um concurso de robustez infantil no Instituto dos Bancários em São Paulo.

O CJB número 186/v1 de 1941 tem seis reportagens. Getúlio Vargas está presente em duas reportagens sobre inaugurações no Rio de Janeiro: na primeira, intitulada “Novos edifícios públicos”, o Presidente inaugurando as “modernas instalações” da Imprensa Nacional, e na quinta reportagem, inaugurando a Avenida Tijuca, “a grande artéria municipal”. A cópia visionada não contem a banda sonora, o que impede saber maiores detalhes, além dos títulos, sobre as reportagens apresentadas. Essa dificuldade vem da própria característica do material, por se tratar de imagens controladas, editadas, com conteúdo encomendado, imagens reutilizadas em mais de uma reportagem, o que nos dá uma pista de seu caráter ilustrativo. Assim, a locução se mostra bastante esclarecedora sobre as imagens. Há, ainda, reportagens sobre uma conferência do Ministro da Agricultura no DIP, distribuição de presentes de Natal para crianças pobres na Delegacia de Menores e apresentação de uma corrida de carros, o III Circuito dos Nacionais, na Gávea.

O CJB número 190/v1 de 1941 tem cinco reportagens. Duas reportagens envolvem o Ministério da Guerra: uma mostra os cumprimentos dos militares do Exército ao ministro General Gaspar Dutra pelo Ano Novo (provavelmente 1941) e outra, ocorrida no Ministério da Guerra, mostra os jornalistas agraciados com a medalha comemorativa do cinquentenário da República. Getúlio aparece, acompanhado do ministro Capanema, numa reportagem que mostra sua visita ao local onde seria construída a cidade universitária, situado, segundo a reportagem, nas margens da estrada Rio-São Paulo. No DIP, seguindo uma série de conferências realizadas pelos ministros de Estado, o ministro Capanema fala sobre educação no decênio getuliano: “o ensino primário, que quase não progrediu no período imperial, ..., tomou admirável incremento após 1930”. A reportagem declara que o número de escolas primárias era de 28 mil em 1930 e 42 mil em 1940. Na assistência, havia muitas mulheres e homens. A última reportagem mostra a enchente de 1940 em Juiz de Fora. A locução relata que o comércio local sofreu muitas perdas e que a população teve que abandonar suas casas e refugiar-se em edifícios públicos. As imagens mostram crianças brincando nas ruas alagadas.

O CJB número 194/v1 de 1941 tem cinco reportagens. Entre reportagens sobre o Congresso Brasileiro de Urbanismo, os vencedores do campeonato brasileiro de futebol, homenagem aos heróis de Laguna e Dourados (episódio da Guerra do Paraguai) e a posse do novo Comandante da Escola Militar, tem uma reportagem sobre a criação de um novo ministério, o da Aeronáutica, com Salgado Filho como ministro. Com a presença do Ministro da Guerra, o General Gaspar Dutra, o novo ministro destaca o senso de realidade do Presidente Getúlio Vargas ao criar a nova pasta.

O CJB número 15/v2 de 1941 apresenta duas reportagens. A primeira, sob o título “A nova armada do Brasil: Prosseguindo em sua viagem de inspeção às bases navais do Norte do País, o Ministro da Marinha visita Belém”, mostra a recepção do ministro Henrique Aristides Guilhem pelo prefeito e pelo interventor estadual em Belém e sua visita a diversos estabelecimentos de ensino. A locução destaca que o povo compareceu em massa para recepcionar o ministro: “O povo de Belém comparece em massa rendendo sua homenagem ao renovador da armada, ao colaborador fiel do Presidente Getúlio Vargas na grande obra de organização de todos os setores da vida nacional”. A reportagem mostra imagens de um grande desfile militar. Também apresenta imagens da visita do Ministro ao Instituto Gentil Bittencourt, “um dos estabelecimentos de ensino mais importantes do Pará”. Na capela da escola são filmadas várias imagens de santos em *close*. Em outro estabelecimento educacional, o Grupo Escolar Doutor Freitas, a locução destaca que se “desenvolve, sob a mais moderna orientação pedagógica, uma intensa campanha educacional”. As imagens mostram crianças negras e mulatas entre os estudantes, o que é bastante raro nas imagens do CJB. Há imagens de demonstração, por parte das crianças, do que é chamado de “cultura física”. A visita se encerra com uma cerimônia cívica, exaltando a bandeira da pátria, “onde se congregam hoje, cheios de fé nos destinos nacionais, todos os filhos do Brasil”. No final deste cinejornal, há um pequeno anúncio a respeito da siderurgia no país, onde aparecia na tela a mensagem: “Resolver o problema siderúrgico é encaminhar a solução de todos os problemas brasileiros: Subscrevam ações da Companhia Siderúrgica Nacional”.

O CJB número 45/v2 de 1941 tem seis reportagens. Estão entre os assuntos das reportagens desse cinejornal, o Concurso de aerodelismo em Manguinhos, no Rio, entrega de prêmios na Academia Brasileira de Letras, últimas homenagens ao industrial Henrique Lage por ocasião de sua morte (02/07/1941), I Exposição e

Congresso Latino Americano de Cirurgia Plástica, sendo a primeira na Escola Nacional de Belas Artes e a segunda no Palácio Tiradentes. Destaco as duas últimas, uma sobre a revisão do sistema geográfico brasileiro no Conselho Nacional de Geografia e outra sobre o lançamento ao mar do contratorpedeiro Greenhalg com a presença de Getúlio Vargas nas instalações do estaleiro da Ilha das Cobras. Distribuição da DFB. Locução destaca numerosa assistência, composta, pelo que se pode ver nas imagens, de militares da marinha; locução destaca também que essa seria a decima primeira vez nos últimos quatro anos que se lança ao mar um navio construído em nosso arsenal. Realmente é frequente no CJB notícias de navios sendo lançados ao mar.

O CJB número 89/v2 de 1941 tem oito reportagens. A presença de Getúlio abre e fecha esse cinejornal. Na primeira reportagem ele aparece no aeroporto Santos Dumont, regressando de visita à São Paulo: “Depois da visita que realizou à São Paulo e que constituiu o grande acontecimento nacional da semana, o Presidente da República, em companhia de sua esposa, regressa ao Rio em avião da Força Aérea Brasileira (...) comparecem o mundo oficial e grande representação da sociedade carioca”. Na última reportagem do cinejornal, Getúlio comparece às solenidades em memória dos heróis de novembro de 1935, “aqueles que tombaram em defesa das instituições nacionais em 27 de novembro de 1935”. Na ocasião, Getúlio deposita, em nome do Governo, uma coroa de flores ao pé do monumento, onde há outras dezenas de coroas de flores. Uma das reportagens foi sobre a embaixatriz do café: “à exemplo de outros países produtores do continente, o Brasil envia aos EUA a embaixatriz do café, Senhorita Maria Cândida de Souza Dantas, expressão da graça e da cultura da mulher patricia”. Há, ainda, uma reportagem que exhibe a homenagem prestada pela Juventude Brasileira⁶⁰¹ aos jangadeiros cearenses, “heróis do mar”. A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda.

O CJB número 91/v2 de 1941 tem seis reportagens. Getúlio figura na primeira e na última reportagens, abrindo e fechando o cinejornal. A primeira reportagem, sobre a Marinha, mostra a cerimônia de entrega de diplomas na Escola de Guerra Naval. A

⁶⁰¹ “Movimento cívico criado no período do Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 2 de março de 1940, que o qualificava como uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria. Esse decreto dispunha ainda sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixando suas bases de execução”, conforme: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-brasileira-1>, acesso em 07/08/20.

última mostra a “declaração de aspirantes de 1941” na Escola Militar no Rio. Tem uma reportagem sobre a indústria nacional de brinquedos, onde foi destacado que os produtos eram inteiramente de origem brasileira, desde a matéria prima até a mão de obra e o delicado senso de beleza. Esses brinquedos seriam exportados para os Estados Unidos da América.

Foram visionados dezessete cinejornais produzidos no ano de 1942. O CJB número 97/v2 de 1942 tem cinco reportagens, sendo que a última reportagem (“Obras de saneamento. Estado do Rio: Ressurge a Baixada Fluminense”) estava incompleta na cópia em DVD visionada. Das outras quatro reportagens, Getúlio aparece em duas. A reportagem que abre o cinejornal mostra uma homenagem das “classes armadas” ao Chefe da Nação e, em outra reportagem, Getúlio acompanha os primeiros aspirantes da Força Aérea Brasileira no Campo dos Afonsos. Tem uma reportagem sobre a posse de Marcondes Filho no Ministério do Trabalho. A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda.

O CJB número 102/v2 de 1942 tem cinco reportagens. Entre as reportagens, duas são sobre a presença dos chanceleres americanos no Brasil: uma reportagem mostra a homenagem do Ministro Salgado Filho, da pasta da Aeronáutica, ocorrida no Hipódromo Brasileiro, e outra, a homenagem do município do Rio aos chanceleres no restaurante da Praia Vermelha. Os chanceleres estavam no Brasil por ocasião da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942. Tendo sido convocada por Washington logo após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, a reunião tinha por objetivo a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com os países do Eixo. Porém, o CJB não enfatiza o objetivo que traz esses homens ao Brasil, nem as consequências das decisões tomadas naquela reunião, o que nos mostra o tom da propaganda política lançada pelo regime, que era de selecionar e filtrar a informação da forma que lhe fosse conveniente. Ainda, esse cinejornal traz duas reportagens com o Presidente sobre amenidades: a primeira e a última reportagens são, respectivamente, sobre uma visita de cordialidade de Getúlio na Associação Brasileira de Imprensa e a presença do Presidente na inauguração da III Exposição de Flores e Frutos em

Petrópolis, Rio de Janeiro. A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda.

O CJB número 107/v2 de 1942 tem seis reportagens, sendo três sobre carnaval. Uma reportagem exhibe a demonstração de frevo pernambucano na Escola Nacional de Belas Artes; outra, mostra os preparativos para o carnaval na cidade do Rio de Janeiro; e a última, mostra uma festa de carnaval ocorrida na praia de Icaraí, em Niterói, no Rio. Na reportagem sobre o carnaval na cidade do Rio, a locução declara que o “samba desce o morro”, falando e mostrando a decoração na Avenida Rio Branco, a alegoria ao violão, a música da Mangueira e Orson Welles recolhendo imagens para seu filme *It's all true*⁶⁰². Getúlio não aparece nesse cinejornal. A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda.

O CJB número 108/v2 de 1942 apresenta a reportagem especial "Submarinos em manobras: as tripulações dessas unidades da armada nacional estão bem preparadas para o desempenho de sua árdua e perigosa missão".

O CJB número 115/v2 de 1942 apresenta sete reportagens. A primeira reportagem mostra o embaixador do Paraguai entregando credenciais ao Presidente no palácio do Rio Negro em Petrópolis, Rio de Janeiro. Na reportagem sobre o embarque do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, o Embaixador Especial do Brasil, para o Chile em “missão de amizade”, a locução relata que havia representantes de todas as classes sociais no aeroporto. As imagens mostram muitos homens e algumas mulheres no saguão. Em Vitória, Espírito Santo, a reportagem mostra o uso de dispensários móveis (automóveis) no serviço de saúde pública contra a malária. Na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, tomam posse dez membros do Conselho Deliberativo; entre estes, o maestro Vila-Lobos é um dos novos conselheiros. Na disputa do campeonato infanto-juvenil de natação, no Rio de Janeiro, a locução destaca que canta-se “hinos patrióticos” antes de iniciar as disputas e que “o torneio bem reflete o interesse pela cultura física no país”. O cinejornal encerra mostrando as telas do pintor Rodolfo Amoedo, numa série de reportagens intitulada “Os grandes mestres da pintura brasileira”. A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda.

⁶⁰² Em 11/02/2018, a Folha de São Paulo publicava a reportagem “As filmagens (e a farra) de Orson Welles no Carnaval de 1942. Passagem pelo Brasil teve cachaça, lança-perfume, anfetaminas, orçamento estourado e um longa cancelado”: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/as-filmagens-e-a-farra-de-orson-welles-no-carnaval-de-1942.shtml>, acesso em 07/08/2020.

O CJB número 116/v2 de 1942 tem seis reportagens. Getúlio aparece na primeira reportagem sobre a assinatura, em janeiro de 1942, da ratificação do acordo entre Peru e Equador, ocasião onde proferiu discurso exaltando o alto significado do acordo no quadro da concórdia continental. A questão entre os países era uma disputa de fronteiras. Na reportagem sobre o 84º aniversário da Estrada de Ferro Central do Brasil, o novo prédio da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, é destacado como um sinal do intenso progresso. Ainda há, neste cinejornal, reportagens sobre posse do capitão Eronides de Carvalho no Tribunal de Segurança, festa da cumieira na Sociedade Hípica Brasileira, ambas na cidade do Rio de Janeiro, construção de uma ponte na Baixada Fluminense e entrega de diplomas aos novos mestres de educação física no Estádio Caio Martins em Niterói, no Rio. A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda.

A cópia visionada do CJB número 122/v2 de 1942 estava muito danificada, apresentando as imagens aceleradas e sem a banda sonora, sendo impossível descrevê-las ou analisá-las.

A cópia visionada do CJB número 134/v2 de 1942 apresenta cinco reportagens, sendo a última incompleta. No catálogo impresso (Galvão, 1982), constam seis reportagens, ou seja, além da quinta reportagem estar incompleta, a sexta não consta na cópia visionada. Das reportagens apresentadas, em uma delas Getúlio foi homenageado pelas crianças da Formigas do Brasil, uma instituição escolar, mas ele não aparece nas imagens e outro homem aparece o representado. A reportagem de abertura trata de homenagens à Missão Militar Chilena ocorridas na Vila Militar, no Palácio da Guerra, em Resende e Volta Redonda.

O CJB número 136/v2 de 1942 tem seis reportagens. A reportagem de abertura foi sobre visita da Missão Militar Chilena às escolas da Aeronáutica e Militar no Rio de Janeiro, seguida de reportagem sobre a posse os membros do Conselho Nacional de Cinematografia no DIP com a presença de Lourival Fontes. Há uma reportagem sobre o lançamento ao mar de “mais um dos navios encomendados pela Inglaterra”, na Ilha do Viana. Também notícias sobre obras na Estrada de Ferro Central do Brasil em Minas Gerais e sobre a festa para o padroeiro dos pescados no Rio de Janeiro. A última reportagem, sob o título “Contra as forças do mal. Rio: a mocidade brasileira reafirma o seu apoio aos povos que defendem a justiça e a liberdade”, mostra os jovens em desfile alegórico, com fantasias de Hitler, Mussolini e Hirohito (e, ainda, outro que não pude identificar), um carro em homenagem ao chanceler Oswaldo

Aranha e, por fim, um carro com aqueles ditadores enjaulados. Uma faixa com a frase "como eram verdes as galinhas de outrora", enquanto a locução explica "galinhas verdes, uma lembrança do extinto integralismo". O símbolo da celebração é o V da vitória sobre o totalitarismo. Um carro, apresentado pela locução como "carros de crítica e humorismo", traz uma representação de Hitler como um domador de serpentes. A locução destaca, em outro carro, uma "alegoria ao totalitarismo", uma figura de várias cabeças com uma placa dizendo "qualquer semelhança com outra pessoa é mera coincidência". A distribuição foi da Distribuidora de Filmes Brasileiros Ltda. A cópia visionada tem a ficha da censura no início do filme.

O CJB número 146/v2 de 1942 tem duas reportagens. A primeira reportagem, cujo título é "Vítimas da crueldade dos totalitários!", referindo-se às forças do Eixo na segunda guerra, mostra os sobreviventes do ataque de navios alemães a navios brasileiros na costa do nordeste. A segunda reportagem foi sobre o Marechal Duque de Caxias, o "construtor da unidade nacional", o "Condestável do Império", por sua ação pacificadora na revolução de 1842. Nas comemorações do centenário da Revolução Liberal, houve discurso do Ministro Capanema, inauguração de prédio, cerimônia na Universidade do Brasil e uma missa.

O CJB número 148/v2 de 1942 apresentou a reportagem "Preparação física do soldado brasileiro". A locução anuncia que o "adestramento físico é indispensável ao soldado em campanha" e que as aulas são aos moldes do método francês, sem explicar o que isso significa. Há demonstração de exercícios de salto, natação, esportes náuticos, corrida, arremesso de peso, vôlei na água, basquete, futebol – onde a locução destaca que o "futebol concorre para desenvolver a resistência e agilidade" –, ginástica olímpica e esgrima, sendo considerada "outra escola de destreza e combatividade". Na preparação militar, os soldados são ensinados a acertar os alvos móveis, assalto a baioneta e, ainda, "deve sobrar energia para transportar os camaradas feridos no campo da luta"; "é assim que o soldado brasileiro estará preparado para desempenhar as mais árduas missões na guerra moderna"; "sagrada missão do soldado brasileiro de defesa da honra e da soberania".

O CJB número 154/v2 de 1942 tem oito reportagens. Entre os assuntos estão comemoração do dia da árvore no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, solenidade da bênção das espadas dos novos guardas-marinha na Igreja da Candelária, sessão de encerramento da XI Conferência Sanitária Panamericana, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, concurso de aeromodelismo no campo do Aeroclube, no

Rio de Janeiro, posse do General Firmo Freire do Nascimento como chefe do Gabinete Militar da presidência no Palácio do Catete e a solenidade de compromisso dos novos aspirantes a oficial intendente do Exército no Rio de Janeiro. Há, ainda, uma reportagem sobre a assinatura do contrato de organização da Campanha do Cobre, ocorrido em Porto Alegre, sobre a exploração do cobre em Caçapava, no Rio Grande do Sul. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 163/v2 de 1942 tem seis reportagens. Duas reportagens merecem destaque nesse cinejornal: uma sobre a posse dos membros e do presidente da Comissão de Defesa Econômica e, outra, sobre a restrição da oferta de gasolina no Rio de Janeiro. Na primeira, os membros e o presidente da Comissão de Defesa Econômica, o General Cilo Portela, tomam posse perante o senhor Luiz Vergara, secretário da Presidência da República no Palácio do Catete. A reportagem sobre a escassez de gasolina no Rio de Janeiro assume um tom irônico desde o título "Enquanto os automóveis dormem... Rio: o ciclismo é o esporte da moda, em Copacabana". A reportagem inicia mostrando imagens da Avenida Rio Branco, destacada pela locução como a mais famosa, e da Avenida do Brasil, e dizendo tratar-se de imagens de dias antes do racionamento da gasolina. A locução afirma ser o asfalto daquela avenida bem cuidado, onde deslizam milhares de automóveis e centenas de ônibus e que os fiscais do tráfego zelam pelos pedestres distraídos. Quando essa imagem era comum ao carioca, segue a locução, lia-se nos jornais amargas queixas contra o barulho das buzinas e o cheiro da fumaça do motor a óleo cru, "e tanto ruído se fez contra o barulho das buzinas que a cidade acabou tendo sua lei do silêncio com a limitação da gasolina". As imagens das ruas sem carros, dos estacionamentos lotados de carros parados e dos postos de gasolina desertos acompanham uma narração bem humorada, numa tentativa de apresentar um lado positivo à restrição imposta: "enquanto os carros dormem, os mecânicos e lavadores podem conversar displicentemente, as bombas de gasolina estão conhecendo dias de profunda calma, há tempo para leitura de um jornal" e a câmera dá um *close* num frentista lendo um folheto e fumando sentado ao pé da bomba de gasolina. A reportagem destaca, ainda, que "o gasogênio criou uma legião de mortais invejadíssimos, os que podem viajar de automóvel, embora sacrificando a linha da carroceria" e que, com o racionamento, a velha bicicleta volta a cena e os grandes costureiros estariam desenvolvendo modelos para o ciclismo elegante. Ainda há, nesse cinejornal, duas reportagens com Getúlio, a primeira e a última. A primeira

reportagem, imagens do Presidente em visita aos estabelecimentos Marechal Mallet e o Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro e recebendo a Missão Militar Uruguaia, juntamente com os Ministros do Exterior, da Guerra e da Marinha. Também no Rio, o Presidente é homenageado pelo turfe brasileiro pelo "5º aniversário do Estado Nacional".

O CJB número 164/v2 de 1942 trouxe uma reportagem sobre o "5º aniversário do Estado Nacional I: As homenagens prestadas ao Presidente Getúlio Vargas na capital do País". A locução afirma ser Getúlio o "fundador do regime e guia supremo dos destinos da nacionalidade". No aniversário de cinco anos do Estado Novo, em 1942, houve muitas alusões ao progresso alcançado nesses anos de "estado nacional". Imagens de mais um trecho de construção da Avenida Getúlio Vargas, "uma das mais belas e majestosas realizações do gênero no continente". Relata que "durante o ato tem lugar significativa manifestação do funcionalismo da municipalidade e do povo em geral ao Presidente Vargas por tudo que tem feito pelo progresso e embelezamento da cidade". Durante o desfile militar em honra ao Presidente e como parte altamente expressiva das comemorações da data, a locução faz elogios aos militares:

o esforço intenso, a dedicação patriótica e a capacidade realizadora e técnica dos dirigentes militares, vem dotando o país de um moderno e poderoso exército (...) Os famosos *geeps* constituem sem dúvida uma das mais valiosas criações da indústria bélica em nossos dias. É sobremodo impressionante o desfile das formações de tanques, arma de predomínio largamente afirmado no desenvolver das operações da guerra moderna. O Brasil, amante, embora, da paz, não se descuida de sua preparação militar e os acontecimentos mundiais vieram demonstrar os acertos das providências nesse setor continuamente tomadas pelo governo.

Findo o desfile, Getúlio acena para o povo da sacada do Palácio da Guerra (sede do Ministério da Guerra).

A cópia visionada do CJB número 167/v2 de 1942 esta incompleta, contendo apenas a última reportagem. "No Cemitério São João Batista. Rio: O Brasil reafirma sua gratidão às vítimas do levante de 1935". Getúlio está presente e o ministro Marcondes Filho discursa em nome do governo. Pelo catálogo impresso (Galvão, 1982), esse cinejornal tem outras seis reportagens.

O CJB número 169/v2 de 1942 tem oito reportagens. Uma delas foi sobre o episódio da Segunda Guerra em Pearl Harbour, cujo título, referindo-se às “vítimas da traição dos japoneses”, explicitava o lado que o Brasil passou a ocupar no conflito. Getúlio aparece na última reportagem, sobre a comemoração do Dia do Marinheiro, de bengala. Nesse cinejornal há duas reportagens sobre artes: a inauguração dos murais do pintor estadunidense George Biddle na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e inauguração de exposição de trabalhos dos alunos de artes plásticas da Escola Nacional de Belas Artes. Também há duas reportagens sobre educação: as festas de encerramento do ano escolar no Instituto de Educação e colação de grau dos bacharéis em ciências jurídicas e sociais da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, ambos no Rio de Janeiro. Ainda há uma reportagem sobre o lançamento ao mar de um novo navio construído pela Marinha Brasileira. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB X-61 tem quatro reportagens, todas com notícias sobre o cineasta norte-americano Orson Welles. O cineasta esteve no Brasil no início de 1942 para filmagens do filme que se chamaria *It's all true* sobre a América Latina, com foco especial no Brasil, encomendado pelo governo dos Estados Unidos da América, mas que nunca foi finalizado e lançado. A primeira reportagem, cujo título era “O carnaval carioca num filme colorido”, foi sobre a chegada dos primeiros técnicos do “famoso cineasta”. A segunda, sobre a chegada do próprio Orson Welles no Aeroporto Santos Dumont, no Rio. A terceira, uma homenagem dos artistas ao cineasta na Escola Nacional de Belas Artes. Na última, Welles recebe, no Rio de Janeiro, prêmio pelo filme *Cidadão Kane*.

Foram visionados quatorze cinejornais produzidos no ano de 1943. O CJB número 174/v2 de 1943 tem seis reportagens. No palácio Itamarati foi instalada a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos; na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, o pintor Gilberto Trompowsky expôs seus trabalhos; também no Palácio Itamarati, o chanceler Oswaldo Aranha testemunhou seu agradecimento ao Batalhão de Guardas; a quarta reportagem tinha como título “Uma voz do Brasil para o mundo” e mostrou a inauguração, no Rio, da estação de ondas curtas da Rádio Nacional (esta reportagem não está listada em Galvão, 1982), cuja instalação teve o custo de 10 milhões de cruzeiros e a manutenção anual seria de 3 a 4 milhões; houve, também, homenagens fúnebres do “Governo e do povo” pela morte do embaixador Afrânio de

Melo Franco; por fim, imagens de um almoço oferecido ao Presidente Getúlio Vargas pelas classes armadas por ocasião do ano novo. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 184/v2 de 1943 tem cinco reportagens. Cerimônia de declaração dos novos aspirantes a oficial na Escola Militar, no Rio; assinatura, no Palácio Itamarati, do tratado de comércio e navegação entre o Brasil e o Chile; Prova Popular de Natação nas águas da Guanabara; em São Paulo, o Instituto de Higiene foi considerado um dos fatores de êxito da campanha sanitária do governo; por fim, inauguração do Parque Internacional Livramento-Rivera, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

O CJB número 186/v2 de 1943 tem cinco reportagens. Esse cinejornal tem duas reportagens sobre a visita de Getúlio Vargas à Petrópolis, no Rio de Janeiro. Na primeira reportagem do cinejornal, o Presidente inaugura o Museu Imperial em comemoração ao primeiro centenário de Petrópolis. Em outra reportagem, ainda em Petrópolis, Getúlio visita uma fábrica de tecidos no bairro industrial de Cascatinha. As imagens mostram uma sala de atendimento odontológico e a creche, enquanto a locução destacava que o objetivo era formar sujeitos sadios. Getúlio também aparece na última reportagem cujo tema foi a defesa do litoral brasileiro e a importância dos feitos do governo. Reproduzimos, aqui, parte do texto proferido pela locução:

ainda hoje constitui motivo de admiração a defesa costeira estabelecida pelos portugueses ao tempo do Brasil colônia. 2.800 canhões protegiam nosso litoral e não havia ponto estratégico ou de alguma importância militar que não fosse por eles defendido. Antes de 1937, para a defesa de 9 mil km de litoral marítimo e fluvial e de duas das maiores bacias fluviais do mundo, a artilharia de costa dispunha apenas de 69 canhões. Regimes políticos indiferentes aos graves problemas da nossa organização militar defensiva, deixavam desarmadas essas maravilhosas cidades litorâneas do cobiçadíssimo Brasil. Com a implantação do Estado Nacional, a primeira preocupação do governo foi a de renovar o nosso armamento, modernizando-o de conformidade com a evolução da guerra e de seus processos de combate. Nossa juventude ocorreu com ardente entusiasmo aos estabelecimentos de ensino militar, onde seu patriotismo encontrava armas e incentivos. Passamos a fabricar materiais de guerra e instalamos a fábrica de pólvora de base dupla, única na América do Sul. Em 1940, destinamos ao Exército o crédito de 103 milhões de cruzeiros contra 3 milhões em 1930. Nosso litoral já está defendido. O Presidente Getúlio Vargas

mereceu o título de amigo da aviação. Realmente, ele implantou no Brasil a mentalidade aviatória que nossas realidades territoriais reclamavam de par com a glória de havermos dado bênção ao primeiro dominador absoluto do espaço. Nesta guerra, a Força Aérea Brasileira afirma sua bravura. A extensão das nossas águas, o número e a situação geográfica dos nossos portos distanciados, mostram imediatamente as características de que se deve revestir a força naval, destinada a proteger a nossa marinha mercante, a defender o nosso litoral e fazer a guerra. Desde 1937, a nossa armada vem se renovando com a construção de novas unidades nos estaleiros nacionais e, agora, defendendo nossos mares da insídia submarina. As belonaves criadas pela clarividência do Estado Nacional, realizam tarefas inestimáveis...

nesse ponto, houve corte no áudio da cópia visionada. Ainda há, nesse cinejornal, uma reportagem que mostra uma homenagem ao conde de Porto Alegre no Palácio da Guerra com discurso do historiador Castilhos Goycochêa. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 187/v2 de 1943 tem cinco reportagens. Na primeira reportagem, "Brasil, potência industrial: Prossegue, em ritmo acelerado, a construção da Fábrica Nacional de Motores", a locução destaca que esse empreendimento estaria sendo realizado, apesar do contexto mundial, com maquinário vindo dos EUA, "vencendo as rotas perigosas do Atlântico, cumprem a sua promessa quanto ao maquinismo indispensável a mais esse empreendimento do Estado Nacional". O diretor do DIP, Antônio José Coelho dos Reis, visitou a obra, enquanto a locução pronunciava que aquela seria a mais moderna das organizações industriais brasileiras. Em outra reportagem, na inauguração do grande relógio na Central do Brasil no Rio de Janeiro e abertura do exposição comemorativa dos 85 anos de funcionamento da ferrovia, falou-se do progresso alcançado pela grande ferrovia nacional sob a administração do regime autárquico e foi inaugurado busto do Presidente Getúlio Vargas. Na abertura desse cinejornal, como na maioria dos outros, foi usada a imagem da bandeira nacional: primeiro, os cinco espaços são preenchidos por imagens de desfiles militares com a bandeira do Brasil tremulando no círculo do centro, depois, essas imagens vão sendo substituídas por imagens de plantações e trabalhadores do campo, recursos naturais ligados à agricultura. Getúlio Vargas não aparece nesse cinejornal, mas foi citado em várias reportagens, o que não deixa o expectador

esquecer ou duvidar da sua importância. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 199/v2 de 1943 tem seis reportagens. A primeira reportagem, cujo título era “Indústria Nacional”, foi sobre o uso de material brasileiro pela Faculdade de Odontologia em Assunção, destacando a locução que o Brasil estaria “abastecendo no momento difícil que hora atravessam devido a guerra”. Antecedida de uma reportagem sobre a missa de Páscoa dos militares no jardim da Praça da República e outra sobre a sessão solene em comemoração do decimo sétimo aniversário da Fundação Osório, ambos eventos ocorridos no Rio de Janeiro, vem uma reportagem com o título “O Brasil e a guerra” que se passa em Livramento, no Rio Grande do Sul, sobre o preparo de carne para o “abastecimento das vitoriosas forças aliadas”. A locução destacava que

na batalha dos abastecimentos, tão importante para a vitória das nações unidas, uma parte considerável do nosso esforço de guerra consiste no fornecimento adequado de viveres aos nossos bravos aliados, proporcionando às suas forças armadas, que combatem nas mais diversas frentes, um suprimento incessante dos produtos de nossa indústria de carnes e conservas

enquanto são exibidas imagens de uma fazenda de criação de gado para corte com 2.500 operários. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 4/v3 de 1943 tem cinco reportagens. O cinejornal abre com uma reportagem sobre uma visita do Presidente Getúlio Vargas ao Primeiro Batalhão de Caçadores do Exército em Petrópolis. A segunda reportagem apresentou notícias sobre construção naval, mais especificamente sobre a construção do navio Espírito Santo em Vitória. Em seguida, foi apresentada uma reportagem sobre escolas de pescadores no Paraná, cujo título era “Assistência aos menores”. Sobre as escolas, a locução destacou que “um dos aspectos característicos da escola é disciplina, que é perfeita e humana e o seu ambiente de cooperação entusiástica e sincera”. A quarta reportagem foi sobre obras ferroviárias em Montes Claros, Minas Gerais. Sob o título “Comunicações”, relata a inspeção do Chefe do Estado Maior do Exército, indicando o imbricamento entre o Estado e o Exército, o que se entendia por comunicação e o papel dos militares nas políticas públicas. A última reportagem também apresentava notícias militares, mostrando o Terceiro Regimento de Infantaria, em São Gonçalo, em comemoração pela Batalha de Tuiuti, episódio da guerra do Paraguai.

O CJB número 11/v3 de 1943 tem seis reportagens sem a banda sonora. Há duas reportagens com notícias de obras públicas na cidade do Rio de Janeiro, ambas com a presença do Presidente Getúlio Vargas. Em uma delas, Getúlio visita o novo edifício do Ministério da Fazenda; em outra, inaugura diversos melhoramentos na cidade. Ainda há reportagens sobre a vitória do Vasco da Gama na terceira competição de remo da temporada em Niterói (onde a regata foi disputada), lançamento da pedra fundamental do Hospital de Clínicas em Porto Alegre, como parte da campanha sanitária do governo, lançamento ao mar da corveta “Barreto de Menezes”, na Ilha do Viana, e, por fim, são exibidas manobras dos alunos do primeiro ano do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército.

O CJB número 21/v3 de 1943 tem cinco reportagens, apenas uma delas sem Getúlio Vargas. A reportagem em que Getúlio não aparece tem o título “O Brasil e a guerra” sobre a “grande” missa campal em memória das vítimas dos “corsários” do Eixo. A primeira reportagem do cinejornal mostra a chegada do “fogo simbólico”, a “chama da pátria”, à capital federal. A prova cívico-desportiva de revezamento foi patrocinada pela Liga de Defesa Nacional e foi, declara a locução, a maior já realizada no continente. O fogo foi conduzido pelo cadete José Floriano Peixoto, neto de Floriano Peixoto, o marechal de ferro. Na chegada ao Palácio Guanabara, os atletas entregaram uma carta do Interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias. A locução encerra a reportagem declarando que “a chama viva é o símbolo do culto sagrado da pátria”. Nas demais reportagens, o Presidente recebe credenciais do novo ministro do Irã no Palácio do Catete, comparece às obras da rodovia norte-sul e participa da cerimônia de declaração dos novos aspirantes a oficial aviador na Escola de Aeronáutica. Nesse cinejornal o Departamento de Imprensa e Propaganda aparece como sigla (DIP) e não mais escrito por extenso, como vinha aparecendo, o que pode indicar que o órgão havia se tornado mais conhecido do público (institucionalização), sendo desnecessário apresentar o nome por extenso. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

A cópia visionada do CJB número 33/v3 de 1943 tem quatro reportagens, todas sem a banda sonora. A primeira sobre as comemorações da Semana da Asa na “capital da República”. A segunda, sob o título “Cruzada nacional de educação”, mostra um almoço, ocorrido no Rio de Janeiro, oferecido aos representantes dos países americanos. A terceira reportagem noticia que a Escola de Engenharia havia vencido a prova das Américas de regata universitária. A quarta reportagem traz Getúlio

Vargas sob o título “Brasil-Estado Unidos. Rio: Quatrocentas mil sacas de café são oferecidas pelo governo brasileiro às forças norte-americanas”. O catálogo impresso do CJB (Galvão, 1982) informa que este cinejornal tem, ainda, uma quinta reportagem cujo título é “Para servir à pátria. Rio: Quatro mil reservistas prestam o solene compromisso à Bandeira”, mas a cópia visionada não apresenta nem o título nem nenhuma imagem referente a essa reportagem.

A cópia visionada do CJB número 34/v3 de 1943 tem quatro reportagens. Na primeira, o Presidente Getúlio Vargas recebe as credenciais do novo embaixador da Argentina e do ministro da Grécia no Palácio do Catete. A segunda, sob o título “Brasil-Estados Unidos”, foi sobre a chegada de jornalistas norte-americanos e a visita ao Presidente. Na terceira reportagem, a Força Aérea Brasileira recebe o primeiro avião-ambulância. A quarta reportagem apresentada foi “Os problemas esportivos. Rio: Recebidos pelo Chefe do Governo os Presidentes dos Clubs da Federação Metropolitana de Footsall”, com a presença de Getúlio Vargas. O catálogo (Galvão, 1982) lista dois cinejornais com a numeração 34 pertencente ao volume 3 do Cine Jornal Brasileiro: num deles consta seis reportagens, no outro, cinco, sendo que três dessas reportagens se repetem nos dois.

O CJB número 38/v3 de 1943 tem cinco reportagens. A primeira reportagem mostrou a homenagem de “submissão e obediência das congregações do Distrito Federal ao Arcebispo Metropolitano” no Rio de Janeiro. A segunda, sobre o Dia da Bandeira, mostra as solenidades realizadas no Forte Duque de Caxias. A terceira reportagem traz notícias sobre a construção naval brasileira, mostrando a entrega da corveta Fernandes Vieira e o batimento da quilha do Brasil I. Na quarta reportagem, sob o título “Capatazes e técnicos para o Brasil”, mostra o “Aprendizado Agrícola inaugurado com a presença do Presidente da República”, no Rio de Janeiro, e a locução destaca que esta seria uma “instituição de ensino que representa índice expressivo do empenho da administração nacional em prol da difusão da instrução especializada nos meios rurais”. A última reportagem foi sobre as novas instalações dos serviços médicos cirúrgicos da polícia civil. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

A cópia visionada do CJB número 39/v3 de 1943 tem cinco reportagens, todas sem a banda sonora. O Presidente Getúlio Vargas está em três reportagens: na instalação do I Congresso Brasileiro de Economia no Palácio Tiradentes, nas homenagens prestadas à memória das vítimas da intentona de 1935 no Cemitério de São João

Batista, onde Getúlio aparece ao lado dos Ministros Capanema e Dutra, e na incorporação de novas unidades à Marinha de Guerra Brasileira na Ilha das Cobras, todas as três reportagens noticiavam eventos ocorridos no Rio de Janeiro. Há, ainda, uma reportagem sobre a declaração dos aspirantes a oficial mecânico de Aviação no Parque de Aeronáutica dos Afonsos e outra sobre artes plásticas, mostrando a exposição de pintura brasileira contemporânea a ser enviada à Londres. Notamos que, quando as imagens não estão acompanhadas de som, mais facilmente o foco é no material imagético, escapando da quase irresistível tentação de acompanhar as informações da locução. Nesse contexto, pude perceber a quantidade de bandeiras sempre sendo hasteadas nos cinejornais, principalmente a do Brasil.

O CJB número 40/v3 de 1943 tem sete reportagens. A primeira reportagem mostra a visita do Presidente da República à “importante realização militar”, os “estabelecimentos General Mallet”, cujos depósitos, destaca a locução, eram “supridos de material na sua quase totalidade de fabricação nacional, atestam o adiantamento das indústrias que no país se dedicam às manufaturas para fins militares”. A segunda reportagem, no Palácio Tiradentes, mostra a posse dos novos diretores de serviço do Departamento de Imprensa e Propaganda. A terceira, mostra, no Palácio Itamarati, a instalação do Instituto Inter-aliado de Alta Cultura no Rio de Janeiro. A quarta reportagem mostra a cerimônia de colação de grau dos engenheiros de 1943 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de Getúlio Vargas e Azevedo Amaral, diretor da Faculdade de Engenharia. A quinta reportagem mostra a visita do embaixador britânico à nova Escola Militar do Brasil. Na sexta reportagem, o Presidente Vargas recebe o novo embaixador da República Dominicana e o Presidente da Câmara dos Deputados do Chile. Por fim, é apresentado o primeiro concerto universitário da União Metropolitana dos Estudantes.

O CJB 41/v3 de 1943 tem nove reportagens. Entre os assuntos, chegada ao Brasil da Missão Aeronáutica do Chile; cerimônia, presidida por Getúlio Vargas, de colação de grau dos novos engenheiros da Escola Técnica do Exército; na Semana do Engenheiro, trezentos engenheiros e arquitetos visitam a Fábrica Nacional de Motores; formatura na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil; entrega de credenciais pelo novo embaixador da Venezuela, José Rafael Gavalón, ao Presidente Getúlio Vargas. Destaque para a reportagem sobre a criação do Fundação

Brasil Central⁶⁰³, pois essa representava parte de importante política do Estado Novo, a de conquista do oeste. Assim, a terceira reportagem, que tem como título “Para uma grande obra civilizadora”, mostra o Presidente da Coordenação da Mobilização Econômica - um órgão subordinado diretamente à Presidência da República que funcionava como um superministério -, João Alberto Lins de Barros⁶⁰⁴, tomando posse como Presidente da nova fundação. Ainda, a oitava reportagem, cujo título era “Melhoria de condições do homem brasileiro”, mostra a instalação da Terceira Semana da Saúde e da Raça, ocorrida no Rio de Janeiro, “movimento que tem na

⁶⁰³ “A Fundação Brasil Central (FBC), que teve origem na Expedição Roncador-Xingu, inicialmente comandada por João Alberto Lins de Barros (ministro da Coordenação de Mobilização Econômica e ex-tenente da Coluna Prestes), foi um órgão, criado em 1943, com o objetivo de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”, região alvo da chamada “Marcha para Oeste”, programa de colonização e ocupação de fronteiras impulsionado pelo então presidente Getúlio Vargas nos primeiros anos do Estado Novo. Essa iniciativa fundou as cidades de Aragarças, em Goiás, e Nova Xavantina, no Mato Grosso; assumiu a administração da Estrada de Ferro Tocantins; firmou convênios com outros órgãos para mobilização de trabalhadores do norte do país; construiu usinas de cana, estradas, campos de pouso, redes de comunicação; e adquiriu entrepostos comerciais”, disponível em http://www.coc.fiocruz.br/index.php/todas-as-noticias/264-as-ideias-que-fazem-o-estado-andar-a-fundacao-brasil-central-e-a-imaginacao-territorial-brasileira?tmpl=component&print=1&page=#.Wq_nAK3OpXg, acesso em 19/03/2018.

⁶⁰⁴ “A entrada formal do Brasil na Segunda Guerra, decretada em agosto de 1942, reforçou as tendências intervencionistas sobre a economia, manifestadas desde a implantação do Estado Novo. As dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar, em 28 de setembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica, com atribuições mais amplas do que as de sua antecessora. João Alberto foi chamado para presidir o novo órgão, que passou a funcionar como um superministério, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes. Subordinada diretamente a Vargas e sediada no Rio de Janeiro, a coordenação estava presente em todo o país através de escritórios regionais ou representantes, e possuía um conselho consultivo formado por João Neves da Fontoura, João Daudt d’Oliveira, Pedro da Costa Rego, Roberto Simonsen, Artur Neiva e Euvaldo Lodi, entre outros. Uma das primeiras preocupações do novo órgão foi coordenar o projeto, financiado pelo governo norte-americano, de fixar 50 mil homens na produção de borracha na região amazônica. Foi criado então o Serviço Especial de Migração de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mas, apesar dos esforços despendidos, o número de trabalhadores no setor não ultrapassou os 10.500 em 1943 devido à ausência de infra-estrutura na região. Esse resultado levaria, em dezembro de 1943, à extinção do SEMTA e à criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, que conseguiria fixar até 1945 um total de 22 mil pessoas na produção local de borracha. O início das atividades dos serviços de racionamento e de abastecimento da coordenação, em maio de 1943, provocou o tabelamento do pão, açúcar e carne, gerando protestos dos produtores e a rápida formação de um significativo mercado negro. As indústrias de tecidos, anilagem, calçados e remédios foram submetidas a uma rigorosa regulamentação para garantir a produção de artigos populares de qualidade e preços inferiores. Apesar dessas medidas, a taxa de inflação passou de 12% em 1942 para 14,9% em 1943, com o aumento significativo nos preços do vestuário, combustível e assistência médica. Com o objetivo de conhecer novas riquezas naturais e fixar brasileiros em territórios não habitados das regiões Centro-Oeste e Norte, João Alberto organizou uma grande expedição, conhecida como Roncador-Xingu, que partiu em junho de 1943, fundou as cidades de Aragarças (GO) e Xavantina (MT) e deu origem, em novembro seguinte, à Fundação Brasil Central, também presidida por ele. Sua gestão à frente deste órgão seria duramente criticada por Carlos Teles no livro *Retrato de João Alberto e de uma época*, publicado em 1946”, disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>, acesso em 19/03/2018.

sua residência de honra o Ministro [da Fazenda] Arthur de Sousa Costa e envolve um conjunto de valiosas contribuições científicas em prol da melhoria de condições do homem brasileiro, objetivando seu preparo como indivíduo e como célula ativa da coletividade". Por fim, a última reportagem mostra a presença do Chefe do Governo na cerimônia pelo Dia do Marinheiro. Diante do monumento ao almirante Tamandaré, o Presidente aparece colocando flores junto à estátua do herói, enquanto discursa o Ministro Marcondes Filho, "pondo em relevo as glórias passadas da Armada Brasileira e as que agora conquista, empenhada como se acha na batalha do Atlântico".

Foram visionados quatro cinejornais produzidos no ano de 1944. O CJB número 42/v3 de 1944 tem oito reportagens. Dessas oito, três são sobre encerramentos de ano letivo e formaturas: no Palácio Tiradentes, novos diplomados da Escola Nacional de Agronomia, na Escola de Intendência do Exército, encerramento do ano letivo, e, no Instituto de Educação no Rio de Janeiro, colação de grau das novas professoras, tendo Getúlio Vargas como paraninfo, "numa espontânea manifestação de admiração e de carinho". Há uma reportagem com o título "Natal dos pobres", onde a Senhora Melo Franco Alves, esposa do prefeito de Petrópolis, preside uma festa onde são distribuídos presentes de natal. Nessas imagens, vê-se muitos negros, o que não é comum nas imagens do CJB. Em outra reportagem, homenagens do Exército ao general Maurício Cardoso. O Presidente da República inaugura o Museu Histórico da cidade, no Rio de Janeiro, numa reportagem sob o título "Relíquias da vida carioca". Ainda há, nesse cinejornal, uma reportagem sobre o aniversário da formatura das primeiras voluntárias da defesa passiva da Legião Brasileira de Assistência, cuja presidente é Darcy Vargas, e outra sobre a presença do Ministro da Guerra nas comemorações do Dia do Reservista. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 54/v3 de 1944 tem sete reportagens. Dessas, quatro são diretamente sobre assuntos militares: a chegada do Ministro da Guerra Gaspar Dutra à São Paulo para celebrações cívico-militares, a mudança de Realengo para Resende dos primeiros cadetes que ingressarão na nova Escola Militar do Brasil, incorporação à Marinha de Guerra Nacional da corveta Vidal de Negreiros ocorrida na Ilha do Viana e, por fim, notícias de uma partida de polo entre militares no Rio de Janeiro. Há uma reportagem sobre a instalação, no Palácio do Trabalho no Rio de Janeiro, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, onde discursou o Ministro do

Trabalho, Marcondes Filho, (para uma plateia predominantemente masculina – havia duas ou três mulheres) afirmando que o Conselho havia sido criado pelo governo com a finalidade geral de estudar e planejar a adaptação da economia brasileira às condições que deverão ocorrer com o término da guerra e o restabelecimento da paz. Cuidará, ainda, esse órgão de indicar medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas e industriais do país.

No edifício da Associação Brasileira de Imprensa é inaugurado uma exposição fotográfica das realizações do governo de alagoas. A locução destaca que "a mostra oferece uma síntese do progresso do estado nos últimos anos". Nas fotos, prédios, monumentos, praias, faróis. A última reportagem desse cinejornal mostrou a cerimônia de entrega de bandeiras confeccionadas e oferecidas pelas senhoras paulistas ao Corpo Expedicionário Brasileiro, com a presença do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Na voz da locução estão as palavras de entusiasmo:

Envolvendo vibrante homenagem ao Exército nacional, o grande ato público, ao mesmo tempo traduz a decisão e entusiasmo com que São Paulo, que tanto já contribui em trabalho e produção, oferece também o seu contingente de combatentes às forças patricias que atuarão nas batalhas decisivas contra os totalitários.

A cópia visionada do CJB número 61/v3 de 1944 está sem a banda sonora. Trata-se de um cinejornal dedicado às comemorações do primeiro de maio com o título A Festa do Trabalho no estádio do Pacaembu. Getúlio aparece desembarcando do avião e tomando um carro. As imagens mostram centenas de pessoas entrando no estádio do Pacaembu ordenadamente, em fila, como se estivessem marchando. Muitos homens, muitos negros – o que é raro no CJB – e algumas mulheres e crianças. As faixas que eram carregadas pelos trabalhadores continham mensagens de agradecimento e engrandecimento ao governo e seu chefe, tais como "Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas" e "Salve Getúlio Vargas", na entrada do estádio podia-se ver uma enorme faixa "Glória ao creador do Direito Social Brasileiro". Ainda, havia cartazes para demonstrar o quanto os trabalhadores e seus sindicatos estavam com o governo: "Os soldados do trabalho saberão ganhar a batalha da produção" e "Trabalhador sindicalizado é trabalhador organizado ao serviço do Brasil"; outros dois cartazes, dos quais só possível ler parte, diziam "sindicado dos trabalhadores das fábricas de chapéus" e "energia hidro-elétrica". Muitos outros não foi possível ler

porque a imagem estava ruim, distante e/ou sem foco. Havia muitas pessoas nas arquibancadas, enquanto muitas outras desfilavam entre mulheres carregando a bandeira do Brasil. Houve concerto de orquestra, apresentação de ballet clássico e Getúlio acenando enquanto eram soltas centenas de pombas. Todas essas imagens corroboram com o subtítulo da reportagem: “A palavra do Presidente Getúlio Vargas definindo os propósitos do seu Governo, em relação aos trabalhadores do Brasil, e a magnífica demonstração de fé prestada pelos trabalhadores de São Paulo ao guia supremo da nacionalidade”.

O CJB número 74/v3 de 1944 tem cinco reportagens. A primeira reportagem mostra o Presidente Getúlio Vargas em visita à Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, que, por ocasião da segunda guerra, recebeu o mais moderno aparelhamento. Getúlio aparece andando de *jeep*. As imagens ainda mostram um *zeppelin*. A locução refere-se aos EUA como país amigo e aliado. Na segunda reportagem, é mostrado o banquete em homenagem ao diretor-geral do DIP Amílcar Dutra de Menezes oferecido pela imprensa e representações do mundo cultural brasileiro. A terceira reportagem mostra a exposição de pintura paranaense promovida pela Sociedade Amigos de Alfredo Andersen. A quarta reportagem mostra o Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, apresentando os oficiais promovidos por merecimento ao Presidente da República no Palácio do Catete. Por fim, o Coronel Edmundo de Macedo Soares, diretor técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, discursa sobre os problemas siderúrgicos do Brasil e a usina de Volta Redonda, apresentando a maquete do projeto. A locução destaca que, apesar das dificuldades dadas pela guerra, as obras estariam andando em ritmo acelerado.

Foram visionados seis cinejornais produzidos no ano de 1945. O CJB número 19/v4 de 1945 tem sete reportagens. Entre os assuntos, luto nacional pelo falecimento do Presidente Roosevelt; “exercícios de serviço de saúde em campanha” realizados pelo Centro de Instrução Especializada no Campo do Gericinó, no Rio; já no Automóvel Club, círculos culturais do país, tendo a frente o Comitê Brasileiro pro-Instituto Weizman, prestam a homenagem ao cientista Chain Weizman - ao fundo nas imagens, aparece o retrato de Getúlio - ; também há uma reportagem sobre as comemorações do dia do índio, que se enquadra nas tradições patricias, com a inauguração, num dos salões da Associação Brasileira de Imprensa, de uma exposição etnográfica com a presença do General Cândido Rondon, “nome de relevo

na proteção dos silvícolas do Brasil”, destaca a locução; inauguração da sede de campo da Sociedade Hípica Brasileira na Tijuca, Rio de Janeiro; uma reportagem sobre “uma bela excursão” proporcionada pelo Governo aos combatentes feridos de guerra reestabelecidos; por fim, uma reportagem sobre a homenagem ao centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, com a presença de João Neves da Fontoura e um representante do Presidente Vargas.

O CJB número 21/v4 de 1945 foi dedicado a mostrar as riquezas do rio São Francisco e seu entorno, tendo O Guarani, de Vila-Lobos, como música de abertura. Nos primeiros momentos da reportagem, assim que o barco sai em passeio pelo rio, a locução começa a destacar as potencialidades econômicas da região. “Pesca, lavoura e matérias primas podem ser encontradas em abundância”, destaca a locução, que prossegue dizendo que “administradores e particulares trabalham para o progresso do rio, que, por seu rumo e condições em que corta o território nacional, recebeu o título de ‘caminho natural da civilização brasileira’”. A locução informou, ainda, que o plano de aproveitamento do São Francisco já estaria em funcionamento na região de Itaparica. A reportagem terminou em Pirapora, onde fica o extremo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O CJB número 27/v4 de 1945 tem sete reportagens. Na primeira reportagem, o embaixador da Bélgica entrega credenciais ao Presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete. A segunda reportagem é sobre o serviço militar obrigatório, mostrando os conscritos cariocas apresentando-se na Quinta da Boa Vista. A terceira reportagem traz notícias sobre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a apresentação do plano de implantação de bibliotecas e discotecas nos sindicatos pelo Ministério: “o vasto plano de eficiente apoio a difusão cultural entre os trabalhadores brasileiros tem início no Ministério do Trabalho com a entrega das primeiras 20 bibliotecas e 20 discotecas a sindicatos de classe pelo Serviço de Recreação Operária”⁶⁰⁵. A quarta reportagem mostra o Presidente Getúlio Vargas em visita à exposição comemorativa do centenário do Barão do Rio Branco no Palácio do Itamarati no Rio de Janeiro. A quinta reportagem mostra o lançamento da pedra fundamental da Vila Comerciária no bairro Senador Camará, na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de solucionar o

⁶⁰⁵ Sobre o Serviço de Recreação Operária, ver Peixoto, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições*, vol. 19, n. 1, Campinas, Jan./Apr. 2008, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000100015, acesso em 07/08/2020.

problema de moradia na capital federal que crescia vertiginosamente, além de proporcionar impulso vigoroso de progresso naquela região, destaca a reportagem. A sexta reportagem é sobre o retorno de soldados reestabelecidos da Força Expedicionária Brasileira. Na sétima reportagem são exibidas imagens da visita de Getúlio ao Jardim Zoológico na Quinta da Boa Vista. O jardim zoológico é apresentado como atração recreativa e instrutiva e a reportagem apela para a lembrança afetiva das pessoas ao associar a alegria que os pais sentem ao levar suas crianças ao zoológico às lembranças de sua infância. A distribuição foi da Cooperativa Cinematográfica Brasileira.

O CJB número 46/v4 de 1945 tem seis reportagens. A primeira reportagem mostra a missa, com a presença de Getúlio Vargas, em homenagem aos expedicionários mortos na missão na Itália. A segunda reportagem foi sobre a Base Aérea de Santa Cruz e a relação entre a América do Norte e o Brasil nessa questão, anunciando que aquele país estaria cumprindo com sua palavra em devolver a base para o Brasil. A terceira reportagem foi sobre as eleições de 1945. Com o subtítulo "O povo carioca prepara-se entusiasmadamente para o prélio das urnas", a reportagem mostrou um comício político no Largo da Carioca, enquanto a locução destacava que manifestantes dirigiam-se ao Palácio Guanabara reclamando a presença do Presidente da República. Em discurso, Getúlio destacou a firmeza com que o Brasil manteve-se ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. A reportagem encerra com a afirmação da locução: "o cidadão devia alistar-se, porque só assim o povo brasileiro faria sentir a sua vontade". A quarta reportagem mostrou a oferta de uma Bandeira Nacional feita pela colônia portuguesa em homenagem à Força Expedicionária Brasileira. A quinta reportagem foi sobre a instalação, no Itamarati, da III Conferência Internacional de Telecomunicações. Na última reportagem, sobre a Semana da Pátria, Getúlio Vargas aparece distribuindo autógrafos entre crianças e jovens durante a Parada da Juventude, acompanhado do Ministro Capanema. Nesse cinejornal observo que a abertura mudou com relação a anterior, onde apareciam os losangos da bandeira nacional. Nessa, há uma estrela no centro onde aparecem imagens do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, desfiles militares, festas cívicas com hasteamento da bandeira nacional e encerra com a bandeira nacional flamulando; no fundo, atrás da estrela, imagem do céu com nuvens.

O CJB número 50/v4 de 1945 tem seis reportagens. Na primeira reportagem, o Presidente Vargas recebe as credenciais do embaixador da República Dominicana

no Palácio da Catete. A segunda reportagem mostra uma exposição canina promovida pelo Brasil Kennel Club na Sociedade Hípica Brasileira, enquanto a terceira reportagem mostra uma exposição francesa no Auditório do Ministério da Educação. Na quarta reportagem, o comandante Ernani do Amaral Peixoto, interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, apresenta o general Eurico Gaspar Dutra como candidato do Partido Social Democrático à Presidência da República no município de Barra do Piraí, no Vale do Paraíba. Nas imagens, aparecem retratos de Getúlio Vargas maiores que as do próprio Dutra, então candidato. A quinta reportagem mostra a passagem pela Guanabara de um submarino nazista. A locução relata que, após esse submarino ter aparecido tardiamente em Buenos Aires, Argentina, apareceram especulações se ele haveria deixado Hitler no Japão. O comandante francês que o escoltava para os EUA admitiu essa possibilidade, pois, não estando carregado de armas, poderia carregar mais combustível, o que garantiria uma viagem maior. Na sexta reportagem, uma homenagem à Getúlio Vargas feita pelos artistas na Semana do Teatro ocorrida no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A reportagem registra as leis que incentivam a produção artística assinadas naquela ocasião: a criação da Universidade do Brasil, do Conservatório Nacional de Teatro e da isenção de impostos e taxas federais para espetáculos e todos os atos teatrais; também, isenção para construção de edifícios para teatros e preferências para suas locações para companhias nacionais. A reportagem encerra com a frase: "teatro, uma realidade a serviço da educação popular".

O CJB número 54/v4 de 1945 tem quatro reportagens. A primeira reportagem foi sobre o aniversário de criação do Quarto Batalhão da Polícia do Distrito Federal, onde a locução destaca que o preparo do corpo é um fator importante. A segunda reportagem mostra a solenidade comemorativa do Dia do Radioamador promovida pela Liga de Amadores Brasileiros de Radioemissão. A terceira reportagem mostra a transladação da imagem de Nossa Senhora da Penha para a igreja da Candelária numa imponente cerimônia religiosa. Refere-se à Penha como fora da cidade, mostrando qual era a noção de distância e tamanho da cidade. A última reportagem tinha como subtítulo "interessantes demonstrações de preparo e adestramento físico" referindo-se à evento ocorrido no Estádio da Polícia Especial no Rio de Janeiro.

Apêndice D – *Cultura Política*: edições publicadas por mês e ano

MÊS/ANO	1941 – Ano 1	1942 – Ano 2	1943 – Ano 3	1944 – Ano 4	1945 – Ano 5
Janeiro	-	11	23	36	48
Fevereiro	-	12	24	37	49
Março	1	13	25	38	50
Abril	2	14	26	39	
Maio	3	15	27	40	
Junho	4	16	28	41	-
Julho	5	17	29	42	-
Agosto	6	18	30 e 31	43	51
Setembro	7	19	32	44	-
Outubro	8	20	33	45	-
Novembro	9	21	34	46	-
Dezembro	10	22	35	47	-

Fonte: elaborado a partir de informações do site da Biblioteca Nacional Digital.

Apêndice E – *Cultura Política*: números publicados e artigos destacados

Ano I, num 1, março, 1941

Abre com artigo intitulado “A evolução política e social do Brasil” (p. 5-8), por Almir de Andrade.

Dividida em 6 partes:

1) Problemas políticos e sociais: 13 artigos

Tem texto de Cassiano Ricardo “O Estado Novo e seu sentido bandeirante” (p. 110-32). Outro texto interessante é “O Estado Novo e o Homem Novo” (p. 133-38) de Paulo Augusto de Figueiredo.

2) O pensamento político do Chefe do Governo: 1 artigo

Com texto de Azevedo Amaral sob o título “Realismo político e democracia” (p. 157-176).

3) A estrutura jurídico-política do Brasil: 1 artigo

Texto sobre a Constituição de 1937 de Aloísio Maria Teixeira.

4) Textos e documentos históricos: 3 artigos

5) A atividade governamental: 2 artigos

6) Brasil social, intelectual e artístico: a influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil

A) Evolução social:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução social”. Na seção “Interpretes da vida social brasileira”, o biografado neste número da revista foi Manuel Antônio de Almeida, romancista.

“Quadros e costumes do nordeste” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução intelectual”.

C) Evolução artística:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução artística”. Tem seção para música, artes plásticas, teatro, cinema e rádio.

Ano I, num 2, abril, 1941

Abre o texto “Política e cultura” (p. 5-8) de Almir de Andrade.

Tem as mesmas seções, numeradas de 1 a 6.

Alguns títulos de textos são seguidos do numeral II, indicando que aquele texto faz parte de uma série sobre aquele assunto. Por exemplo, “Interpretes da vida social brasileira” que nessa publicação está seguida do numeral II trata da biografia de Alphonsos de Guimarães (Afonso Henriques da Costa Guimarães), poeta.

1) Problemas políticos e sociais (14 artigos)

Tem texto de Nelson Werneck Sodré, “Fronteira” (p. 21-30), Azevedo Amaral, “Evolução da política imperial” (p. 31-53).

Também tem texto sobre a política da boa vizinhança (p. 79-86), de Jorge Maia, e sobre a organização da juventude brasileira (p. 159-68).

2) O pensamento político do Chefe do Governo: 1 artigo

Com texto de Rosário Fusco sob o título “A cultura e a vida” (p. 169-180).

3) A estrutura jurídico-política do Brasil: 1 artigo

Texto sobre a Constituição de 1937 e o parlamento, de Oscar Tenório.

4) Textos e documentos históricos: 3 artigos

Texto “A Primeira República” de Alberto Torres (p. 193-97).

5) A atividade governamental: 2 artigos (são segundos textos da série)

6) Brasil social, intelectual e artístico: influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (II)

A) Evolução social:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução social (II)”. Na seção “Interpretes da vida social brasileira”, o biografado neste número da revista foi Alphonsos de Guimarães (Afonso Henriques da Costa Guimarães), poeta.

“Quadros e costumes do nordeste (II)” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução intelectual”.

C) Evolução artística:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução artística”. Tem seção para música, artes plásticas, teatro, cinema e rádio.

Ano I, num 3, maio, 1941

A soberania internacional do Brasil (p. 5-8) de Almir de Andrade.

1) Problemas políticos e sociais (15 artigos)

Tem texto de Mário Travassos com título “Nossa política de comunicações” (p. 28-58).

Ainda, texto “Razões de ser o DASP” de Beatriz Marques de Souza.

Do Azevedo Amaral tem o texto “Evolução política republicana” (p. 154-73).

2) O pensamento político do Chefe do Governo: 1 artigo

Texto “Tradição política de unidade nacional” de Sílvio Peixoto (p. 175-189).

3) A estrutura jurídico-política do Brasil: 1 artigo

Texto sobre o poder judiciário e a Constituição de 1937, de Carlos de Oliveira Ramos.

4) Textos e documentos históricos: 3 artigos

5) A atividade governamental: 2 artigos (são terceiros textos da série)

6) Brasil social, intelectual e artístico: influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (III)

A) Evolução social:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução social (III)”. Na seção “Interpretes da vida social brasileira (III)” traz a biografia de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, filho de estadista, Visconde do Rio Branco.

“Quadros e costumes do nordeste (III)” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução intelectual (III)”.

C) Evolução artística:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução artística (III)”. Tem seção para música, artes plásticas, teatro, cinema e rádio.

Ano I, num 4, junho, 1941

O Brasil e centralização do governo (p. 5-8). Embora sem assinatura, o texto deve ser de Almir de Andrade.

1) Problemas políticos e sociais (15 artigos)

“A revolução prossegue” de Leão Machado.

Textos sobre trabalho: “O Estado Novo e o problema trabalhista” (p. 51-64) de João da Rocha Moreira; “Trabalho e propriedade” (p. 73-79) de Severino Sombra.

Textos sobre economia e indústria:

“Balança comercial, balanço de contas” Luiz Dias Rollemberg

“A organização econômica do Estado Novo” Walter Masson Pereira de Andrade

“A situação política e econômica do Brasil em 1929” Ulisses Ramalhete Maia

“A siderurgia brasileira” João Pinheiro Filho

2) O pensamento político do Chefe do Governo: 1 artigo

Texto “Um sentido político” de Nelson Werneck Sodré (p. 151-162).

3) A estrutura jurídico-política do Brasil: 1 artigo

“A organização corporativa brasileira” Vicente de Faria Coelho.

4) Textos e documentos históricos: 3 artigos

5) A atividade governamental: 2 artigos

6) Brasil social, intelectual e artístico: influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (IV)

A) Evolução social:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução social (IV)”. Na seção “Interpretes da vida social brasileira (IV)” traz a biografia de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, filho do senador do Império e Regente em 1831, Francisco de Lima e Silva.

“Quadros e costumes do nordeste (IV)” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução intelectual (IV)”.

C) Evolução artística:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução artística (IV)”. Tem seção para música, artes plásticas, teatro, cinema e rádio.

Ano I, num 5, julho, 1941

“Os grandes traços da Constituição de 10 de novembro de 1937” (p. 5-8) de Almir de Andrade.

1) Problemas políticos e sociais (11 artigos)

“Nossa política de comunicações” (p. 51-59) Mário Travassos

“A influencia das guerras europeias no destino da América” (p. 60-65) de Jaime de Barros

Textos sobre economia e indústria:

“Siderurgia – viga mestra da economia nacional” de José da Rocha Lagoa

2) O pensamento político do Chefe do Governo: 4 artigos (p. 123-160)

“A propósito do Presidente” de Gilberto Freire

“O Estado Novo e o seu Presidente” de Olavo Oliveira

“A revolução brasileira” de Azevedo Amaral

“Getúlio Vargas e o teatro” de Julio Pires

3) A estrutura jurídico-política do Brasil: 3 artigos

“As forças armadas e a sua definição constitucional” de Sergio Marinho.

4) Textos e documentos históricos: 2 artigos

5) A atividade governamental: 3 artigos

6) Brasil social, intelectual e artístico: influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (V)

A) Evolução social:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução social (V)”. Na seção “Interpretes da vida social brasileira (V)” traz a biografia de Manuel Luís Osório, General Osório.

“Quadros e costumes do nordeste (V)” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução intelectual (V)”.

C) Evolução artística:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução artística (V)”. Tem seção sobre rádio.

Ano I, num 6, agosto, 1941

“Democracia, eleição e representação” (p. 5-9) Lourival Fontes: texto originalmente publicado na revista Hierarquia, dirigida por Lourival, em 1 de agosto de 1931.

1) Problemas políticos e sociais (12 artigos)

“Radiodifusão, fator social” de Álvaro F. Salgado

“Guerra total, nacionalização e povoamento” de Severino Sombra

2) O pensamento político do Chefe do Governo: 3 artigos (p. 153-175)

“A demografia brasileira diante da América e do mundo” de Getúlio Vargas

“Demografia social e econômica” Almir de Andrade

“Getúlio Vargas, estadista” Ney Cidade Palmeiro

3) A estrutura jurídico-política do Brasil: 2 artigos

“O direito de propriedade e a Constituição de 1937” de Martinho Garcez Neto.

4) Textos e documentos históricos: 2 artigos

5) A atividade governamental: 3 artigos

6) Brasil social, intelectual e artístico: influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (VI)

A) Evolução social:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução social (VI)”. Na seção “Interpretes da vida social brasileira (VI)” traz a biografia de Evaristo da Veiga.

“Quadros e costumes do nordeste (VI)” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução intelectual (VI)”.

C) Evolução artística:

Abre com pequeno texto intitulado “A ordem política e evolução artística (VI)”. Tem seção para música, artes plásticas, teatro, cinema e rádio.

Ano I, num 7, setembro, 1941

“A imprensa e o exército nacional, I” Lourival Fontes

“A imprensa e o exército nacional, II” Mário Arí Pires

1) Problemas políticos e sociais (10 artigos)

2) O pensamento político do Chefe do Governo (3 artigos)

“Discurso em Cuiabá” Getúlio Vargas

“Três fases da organização do poder no Brasil: a política realista do Presidente Getúlio Vargas” Jaime de Barros

“Getúlio Vargas, estadista” Zolaquio Diniz

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (3 artigos)

“Executivo forte, tendência nacional” Mario Casassanta

“A política nacional da família, I” Batista de Melo

4) O trabalho e a economia nacional (6 artigos)

“A economia dos estados: I) Baía”

“Órgãos de defesa da economia nacional: I) Instituto Nacional do Mate”

“Metrópoles do Brasil: I) São Paulo”

“A emancipação econômica nacional” Ulisses Ramalhete Maia

“Comentários à margem a questão siderúrgica” Belfort de Oliveira

“O ferro na economia nacional” João Alves Borges Júnior

5) A atividade governamental (3 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

“A situação do proletariado brasileiro”

“O salário mínimo”

6) Textos e documentos históricos (3 artigos)

“A formação brasileira e o desenvolvimento da economia nacional” Alberto Torres

7) Brasil social, intelectual e artístico

Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (p. 255-257)

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social, VII”

“Interpretes da vida social brasileira, VII” traz a biografia de Diogo Antônio Feijó

“Quadros e costumes do nordeste, VII” Graciliano Ramos

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual, VII”.

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística, VII”

Tem seção para música, artes plásticas, teatro, cinema (Lúcio Cardoso) e rádio (Martins Castelo).

Ano I, num 8, outubro, 1941

“Oração de 7 de setembro” pelo Presidente Getúlio Vargas

1) Problemas políticos e sociais (7 artigos)

“A concretização da ‘Marcha para o oeste’” Péricles Melo Carvalho

“O direito de voto e a função militar” Sergio Marinho

“A ação social da polícia” D. Martins de Oliveira

2) O pensamento político do Chefe do Governo (2 artigos)

“História e passado (À margem do discurso pronunciado pelo Chefe do Governo, em Cuiabá)” Rosário Fusco

“Getúlio Vargas e o nordeste” A. Guimarães Drummond

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (2 artigos)

4) O trabalho e a economia nacional (7 artigos)

“A economia dos estados: II) Pernambuco”

“Aspectos da riqueza do Brasil: I) Órgãos de defesa da economia nacional; II) Instituto do açúcar e do álcool”

“Metrópoles do Brasil: II) Fortaleza”

“Fisiografia das terras açucareira do nordeste” Gileno de Carli

“Porque não comprar o nacional – I” Lucie Marion

“Evolução do intercambio (A Carteira de Importação e Exportação)” Luiz Dias Rollemberg

“Proteção ao trabalho feminino” Alcides Marinho Rego

5) A atividade governamental (2 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

6) Textos e documentos históricos (3 artigos)

“O ‘Discurso do Rio Amazonas’ pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas, em Mandus, no dia 10 de Outubro de 1940”

7) Brasil social, intelectual e artístico

Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil – VIII

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social - VIII”

“Quadros e costumes do nordeste - VIII” Graciliano Ramos

“Interpretes da vida social brasileira - VIII” traz a biografia de Martim Francisco Ribeiro de Andrada

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual - VIII”.

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística - VIII”

Tem seção para música, artes plásticas, teatro e rádio (Martins Castelo).

Ano I, num 9, 10 de novembro de 1941

“Edição extraordinária comemorativa do quarto aniversário do regime de 10 de Novembro de 1937”

“As publicações periódicas do feitio de CULTURA POLÍTICA, com diretivas firmes de doutrina e elevação no debate dos problemas nacionais, constituem uma necessidade nas épocas de reforma e reconstrução como a que o ESTADO NACIONAL iniciou no Brasil. Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1941” Getúlio Vargas

“A palavra do Ministro da Justiça e Negócios Interiores” Francisco Campos

“A palavra do Ministro da Guerra” Eurico G. Dutra

“A palavra do Ministro da Educação e Saúde” Gustavo Capanema

“A palavra do Ministro da Fazenda” (ilegível)

“A palavra do Ministro da Aeronáutica” (ilegível)

“A palavra do Ministro das Relações Exteriores” (ilegível)

“A palavra do Ministro da Viação e Obras Públicas” (ilegível)

“A palavra do Ministro do Trabalho Indústria e Comércio” (ilegível)

“A palavra do Ministro da Agricultura” Carlos de Sousa Duarte

“A palavra do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público” Luiz Simões Lopes

“‘Cultura Política’ e o DIP na comemoração do 4º aniversário do regime de 10 de novembro de 1937”

“A palavra do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda” Lourival Fontes

1) Problemas políticos e sociais (15 artigos)

“Educação e Estado Novo” Dionísio de Moraes

“A estrutura política como expressão das necessidades sociais” Walter Masson Pereira de Andrade

“A valorização do trabalhador brasileiro” Bezerra de Freitas

“O desenvolvimento ferroviário do Brasil” Newton Vitor

2) O pensamento político do Chefe do Governo (4 artigos)

“Aniversário do ‘Discurso do Rio Amazonas’” Lourival Fontes

“‘O Discurso do Rio Amazonas’” Raul de Azevedo

“A margem do ‘O Discurso do Rio Amazonas’ (Entrevista com os intelectuais e estadistas da Amazonia sobre o discurso do Presidente Vargas)”

“Bibliografia sobre o Estado Novo (I)”

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (8 artigos)

“O nacionalismo democrático do estatuto de 1937 e o direito político externo” Roberto Piragibe da Fonseca

“Os trabalhos manuais e a Constituição de 10 de novembro” Tomaz Newlands Neto

Nesse volume, inaugurou-se a sessão “Página acadêmica”, na qual alunos publicavam artigos. No presente volume, o estudante do segundo ano de Direito da Universidade do Brasil escreveu sobre “A Constituição de 1937 em face da nossa experiência política”.

4) O trabalho e a economia nacional (8 artigos)

“A economia dos estados: III) Piauí”

“As pesquisas de petróleo no Brasil (Entrevista com o General Horta Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo)”

“Órgãos de defesa da economia nacional: III) O Instituto Nacional do Sal” Gileno de Carli

“Metrópoles do Brasil: III) Porto Alegre”

“Previdência e assistência sociais no decênio Getúlio Vargas”

“Porque não comprar o nacional – II” Lucie Marion

“Política econômica do Brasil” Luiz Dias Rollemberg

“Aspectos da riqueza do Brasil”

5) A atividade governamental (2 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

6) Textos e documentos históricos (3 artigos)

7) Brasil social, intelectual e artístico

Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil – IX

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social”

“Quadros e costumes do nordeste - IX” Graciliano Ramos

“Interpretes da vida social brasileira - IX” traz a biografia do Marechal Deodoro da Fonseca

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual - IX”.

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística - IX”

Tem seção para música, artes plásticas, artes decorativas brasileiras, teatro e rádio (Martins Castelo).

Ano I, num 10, dezembro de 1941

“O discurso de 10 de novembro” (p. 7-9) Getúlio Vargas

1) Problemas políticos e sociais (10 artigos)

Abre com um prólogo sobre o que seria essa sessão: “consagrada ... ao estudo de todos os problemas políticos e sociais do Brasil: quer os problemas de ordem geral, quer os problemas regionais” (p. 11).

“Do sindicalismo revolucionário de Sorel ao sindicalismo corporativista brasileiro” Fernando Callage

“A valorização do homem brasileiro” Aldemar Vidal

“A juventude brasileira e o escotismo” Leão Machado

“A regularização do meio circulante nacional” Sergio D. T. Macedo

2) O pensamento político do Chefe do Governo (3 artigos)

“Estatuto dos funcionários civis da União” Getúlio Vargas

“Estatuto dos funcionários civis da União” Luiz Simões Lopes

“Onde a verdadeira democracia?” Belfort de Oliveira

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (4 artigos)

Nesse volume, a “Página acadêmica” traz um artigo de Getúlio Vargas, “Saudação à juventude paulista”, e também um artigo de um acadêmico de direito. Achei na internet esse mesmo discurso do Presidente Vargas no jornal A noite de 25 de novembro de 1941, terça-feira.

4) O trabalho e a economia nacional (5 artigos)

“A economia dos estados: IV) Paraná”

“Metrópoles do Brasil: IV) Maceió”

“A situação econômica do Brasil”

“Previdência e assistência sociais no decênio Getúlio Vargas (II) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas”

“O desenvolvimento econômico da região seca do nordeste” Osias Guimarães

5) A atividade governamental (3 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

“Ligação ferroviária Brasil-Bolívia”

“A ‘Fundação Anchieta’ – Reportagem de ‘Cultura Política’ sobre a obra social de Alzira Vargas do Amaral Peixoto

6) Textos e documentos históricos (2 artigos)

7) Brasil social, intelectual e artístico

Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social (X)”

“Quadros e costumes do nordeste (X)” Graciliano Ramos

“Interpretes da vida social brasileira (X)” traz a biografia de Visconde do Rio Branco

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual (X)”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (X)”

Seções: música, artes plásticas, artes decorativas brasileiras, teatro e rádio (Martins Castelo).

Ano II, num 11, janeiro de 1942

“O novo espírito da Constituição e do direito brasileiros” (p. 7-10) Getúlio Vargas

1) Problemas políticos e sociais (7 artigos)

Abre com o mesmo prólogo da edição anterior.

“As bandeiras do século XX” Cassiano Ricardo

“A propaganda dos municípios” Alfredo Pessoa – Diretor da Divisão de Divulgação do DIP

“O Estado Nacional como expressão das necessidades brasileiras” Paulo Augusto de Figueiredo

“A remonta do Exército” Odorico Vitor do Espírito Santo

É de se observar que todas as edições até aqui tiveram artigos sobre política imigratória do Brasil, todos escritos por Artur Hehl Neiva

2) O pensamento político do Chefe do Governo (4 artigos)

“Papel social dos moços (A margem do discurso do Presidente Getúlio Vargas, dirigido aos acadêmicos Paulistas)” Rosário Fusco

“Regimes e rótulos” Cassiano Ricardo

“A saudação do Presidente à juventude” Oto Prazeres

“Bibliografia sobre o Estado Nacional (II)” (Obs: a bibliografia I está no número 9)

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (3 artigos)

“A centralização administrativa no Estado Nacional” Reinaldo Bastos

“Página acadêmica” tem um artigo de um acadêmico de direito

4) O trabalho e a economia nacional (5 artigos)

“A economia dos estados: V) Pará”

“Alguns produtos fundamentais da economia nacional”

“Os fundamentos econômicos do período colonial” Mercedes Dantas

“A indústria e a economia nacional (A margem do discurso do Presidente da República na Feira Nacional de Indústria, em São Paulo)”

“Previdência e assistência sociais no decênio Getúlio Vargas (III) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários”

5) A atividade governamental (3 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

“Os pescadores sob a proteção do Estado Nacional”

6) Textos e documentos históricos (2 artigos)

7) Brasil social, intelectual e artístico

Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social (XI)”

“Quadros e costumes do nordeste (XI)” Graciliano Ramos

(Obs: pela primeira vez não tem a seção “Interpretes da vida social brasileira”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual (XI)”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (XI)”

“A Missão Francesa de 1816 e o ensino artístico no Brasil” Rubem Navarra

Seções: artes decorativas brasileiras, teatro, cinema (Pinheiro de Lemos) e rádio (Martins Castelo).

Ano II, num 12, fevereiro de 1942

“O Brasil e a 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos” (p. IX-XXVII)

“O discurso do Presidente Getúlio Vargas”

“A declaração do delegado dos Estados Unidos”

“As resoluções finais da terceira reunião de consulta”

“Discurso do Chanceler Osvaldo Aranha no encerramento da conferência”

1) Problemas políticos e sociais (9 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“Os índios do Brasil” Heitor Marçal

“Aspectos da evolução cultural do nosso exército” Inácio José Veríssimo

“Novos aspectos da circulação social no Brasil” Nelson Werneck Sodré

É de se observar que todas as edições até aqui tiveram artigos sobre política imigratória do Brasil, todos escritos por Artur Hehl Neiva.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (3 artigos)

“O Brasil e o movimento político mundial” Getúlio Vargas

“O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje)” Murilo V. Sampaio

“O panamericanismo do Brasil (A margem da política externa do Governo Getúlio Vargas)” Belfort de Oliveira

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (3 artigos)

“A justiça do trabalho” José Veríssimo Filho

Não tem a seção “Página acadêmica”.

4) O trabalho e a economia nacional (6 artigos)

“A economia dos estados: VI – Mato Grosso”

“O babassú, riqueza nacional” J. R. Ladeira

“Linhas naturais de circulação e novos meios de transporte” Mario Travassos

“A transformação econômica do Brasil sob o Estado Nacional” Walter Masson Pereira de Andrade

“Previdência e assistência sociais no decênio Getúlio Vargas (IV) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos”

“O estatuto da lavoura canavieira na palavra de Barbosa Lima Sobrinho”

5) A atividade governamental (3 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

“A nova realização social das ‘aldeias educacionais’”

6) Textos e documentos históricos (1 artigo)

7) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil, (XII)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social, (XII)”

“Quadros e costumes do nordeste (XII)” Graciliano Ramos

(Obs: além de artigo sobre os costumes do nordeste, desde a primeira edição houve artigos sobre os costumes do “centro e do sul”. Sobre os costumes do norte, nesta edição chegou ao número VIII)

“Interpretes da vida social brasileira (XII) Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva”

“Páginas do passado brasileiro (XII) Tropas e Tropeiros”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual (XII)”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (XII)”

Seções: música, artes plásticas, teatro, cinema (Pinheiro de Lemos) e rádio (Martins Castelo).

Ano II, num 13, março de 1942

“O governo e os intelectuais” Alexandre Marcondes Filho (discurso do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio na Hora do Brasil, em 19 de fevereiro de 1942)

1) Problemas políticos e sociais (10 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“O estado brasileiro e o sentido do nacionalismo” Paulo Augusto de Figueiredo

“A fundação da imprensa no Brasil” Jaime de Barros

Essa é a primeira edição que não tem artigos sobre política imigratória do Brasil.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (2 artigos)

“A imprensa e o Estado Nacional” Getúlio Vargas

“Creio no Brasil” Mario Sete

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (4 artigos)

“Página acadêmica” – artigo de um estudante de direito.

4) O trabalho e a economia nacional (5 artigos)

“A economia dos estados: VII –Ceará”

“A missão nacional das instituições de previdência” Bezerra de Freitas

“Automóveis e estradas” Belfort de Oliveira

“Assistência e previdência sociais no governo Getúlio Vargas (V) – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários”

“A Central do Brasil e a siderurgia – Entrevista de ‘Cultura Política’ com o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil”

5) A atividade governamental (2 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

6) Textos e documentos históricos (2 artigos)

7) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (XIII)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social (XIII)”

“Quadros e costumes do nordeste (XIII)” Graciliano Ramos

(Obs: além de artigo sobre os costumes do nordeste, desde a primeira edição houve artigos sobre os costumes do “centro e do sul”. Sobre os costumes do norte, nesta edição chegou ao número IX)

“Interpretes da vida social brasileira (XIII) – Visconde de Cairú”

“Páginas do passado brasileiro (XIII) Tropas e Tropeiros (continuação)”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (XII)”

Seções: música, artes plásticas, teatro, cinema (Pinheiro de Lemos) e rádio (Martins Castelo).

“A América em face da guerra” (título)

“Resenha dos resultados da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas” (p. 297-302)

Ano II, num 14, abril de 1942

“O segundo ano de ‘Cultura Política’ (um programa e uma realização)” Almir de Andrade

O artigo é seguido de “Relação nominal dos que colaboraram em ‘Cultura Política’ do nº 1 (março de 1941) ao nº 13 (março de 1942)”, numerada, contendo 149 nomes (não está em ordem alfabética). Após, uma lista intitulada “Colaboração acadêmica”, numerada do 150 ao 155.

Ainda, consta a “Relação de autores que tiveram seus discursos, artigos, autógrafos ou trabalhos reproduzidos na revista do nº 1 ao nº 13”, encabeçada pelo Presidente Getúlio Vargas e contendo de I ao LXVI.

1) Problemas políticos e sociais (6 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“Imperialismo antigo e moderno” Aristeu Aquiles

“Ditaduras e ideias políticas dominantes” Ademar Vidal

Essa edição voltou a ter artigo sobre política imigratória no Brasil (XIII) de Artur Hehl Neiva.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (2 artigos)

“Aspectos do pensamento político do Presidente” Alexandre Marcondes Filho

“Bibliografia sobre o Estado Nacional e o pensamento do Presidente, (III)”

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (2 artigos)

“Da segurança nacional na Constituição de 10 de novembro de 1937” Oscar Tenorio
Não tem a seção “Página acadêmica”.

4) O trabalho e a economia nacional (4 artigos)

“A economia dos estados: VIII – Estado do Rio de Janeiro”

“Algumas observações sobre a agricultura dos pequenos sitiantes” Rui Miller Paiva

“Porque não comprar o nacional, (III)” Lucie Marion

“Aspectos da riqueza do Brasil, (III)”

5) A atividade governamental (2 artigos)

“Panorama da atividade governamental, (XIV)”

“O Brasil será um grande produtor de aço”

6) Textos e documentos históricos (2 artigos)

“O ensino de história e geografia do Brasil e da América, como o preconizava, em 1856, Frei Camilo de Monserrate”

7) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil, (XIV)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social”

“Quadros e costumes do nordeste (XII)” Graciliano Ramos

(Obs: também contem os artigos “Quadros e costumes do centro e do sul, (XIV)” e

“Quadros e costumes do norte, (X)”)

“Interpretes da vida social brasileira, (XIV) – (Inacio José de Alvarenga Peixoto)”

“Páginas do passado brasileiro, (XII) – (A lição das esquadras)”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual”

“A nocividade de certas inverdades científicas” Helion Povoá

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística”

Seções: música, história dos retratos no Recife, teatro, cinema (Pinheiro de Lemos) e rádio (Martins Castelo).

Ano II, num 15, maio de 1942

“Getúlio Vargas e a doutrina brasileira de governo” Almir de Andrade

(folha de apresentação da nova seção chamada “Política militar e defesa nacional”)

Ainda antes do Sumário, há uma página com aviso de que aquela edição contava com uma nova seção. Era a seção “Política militar e defesa nacional” “com a colaboração de elementos das nossas Forças Armadas de terra, mar e ar” (CP, ano II, num 15). Há um trecho do primeiro texto, do General Leitão de Carvalho, Inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares, no qual o militar afirma que “merece francos aplausos a iniciativa da revista ‘Cultura Política’ de inaugurar uma seção destinada ao estudo dos problemas da defesa nacional. (...) Que a compreendam e labutem juntos civis e militares, nesta trincheira da segurança nacional, são os meus votos de brasileiro e de soldado”.

Consta, ainda, o nome dos militares que colaboraram naquela edição.

1) Problemas políticos e sociais (8 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“A condição de provinciano no Brasil” Gilberto Freire

Essa edição voltou a ter artigo sobre política imigratória no Brasil (XIII), de Artur Hehl Neiva, e outro sob o título “Imigração e nacionalismo”, de R. P. Castelo Branco.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (2 artigos)

“Realismo e bom senso” Rosário Fusco

“Bibliografia sobre o Estado Nacional e o pensamento do Presidente, (IV)”

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (3 artigos)

“O Estado e crise moderna” Pedro Calmon

Não tem a seção “Página acadêmica”.

4) O trabalho e a economia nacional (7 artigos)

“A economia dos estados: (IX) – Espírito Santo”

“Tendências da economia nacional” Mario Orlando de Carvalho

“A inauguração da rodovia Panamericana” Moacir M. F. Silva

“Crédito agrícola e cooperativismo” Sergio D. T. Macedo

“Evolução da contabilidade pública no Brasil” J. P. Guedes Junior

“Assistência e previdência sociais no governo Getúlio Vargas: (VI) – Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva”

“ Aspectos da riqueza do Brasil, (IV)”

5) Política militar e defesa nacional (7 artigos)

“Política militar e defesa nacional”

“Trincheira da segurança nacional” General de Divisão F. Leitão de Carvalho

“Exército selecionado ou milícia” Coronel T. A. Arabiti

“Isolacionismo e defensiva na democracia” Coronel-Aviador Lisias A. Rodrigues

“Pela defesa da nossa população civil” Major F. Silveira do Prado

“Bibliografia militar do Brasil (I)” Antônio Simões dos Reis

6) A atividade governamental (1 artigo)

“Panorama da atividade governamental”

7) Textos e documentos históricos (2 artigos)

8) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil, (XV)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social, (XV)”

“Quadros e costumes do nordeste (XV)” Graciliano Ramos

(Obs: também contem os artigos “Quadros e costumes do centro e do sul, (XV)” e “Quadros e costumes do norte, (XI)”)

“Interpretes da vida social brasileira, (XV) – (Getúlio Vargas)”

“Páginas do passado brasileiro, (XV) – (No Sertão)”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística”

Seções: música (XIV), cinema (XII), de Pinheiro de Lemos, e rádio (XV), de Martins Castelo.

Ano II, num 16, junho de 1942

“As Classes Armadas em ‘Cultura Política’” (p. 7-10) Almir de Andrade

1) Problemas políticos e sociais (8 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“A geografia humana do Brasil” Bezerra de Freitas

“O desenvolvimento da grande imprensa” Jaime de Barros

“Aspectos e diretrizes de organização do serviço público no Brasil” Aristeu Aquiles

Obs: artigo sobre política imigratória no Brasil (XV), de Artur Hehl Neiva.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (3 artigos)

“O discurso de 1º de maio” Getúlio Vargas

“O discurso do Presidente Vargas” Alexandre Marcondes Filho

“Bibliografia sobre o Estado Nacional e o pensamento do Presidente (V)”

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (4 artigos)

4) O trabalho e a economia nacional (6 artigos)

“A economia dos estados: (X) – Santa Catarina”

“A indústria brasileira e a produção de tecidos” Medeiros Lima

“Os fundamentos econômicos do período colonial, (II)” Mercedes Dantas

“A indústria de material elétrico na economia nacional”

“Aspectos da riqueza do Brasil, (V) – O ouro Nativo”

“Previdência e assistência sociais no governo Getúlio Vargas: (VII) – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado”

5) Política militar e defesa nacional (8 artigos)

“Nossa primeira batalha”

“Os problemas da defesa nacional nos ministérios civis” Coronel F. de Paula Cidade

“Vias de comunicação” Tenente-Coronel João de Segadas Viana

“Toda a verdade acerca de Pearl Harbor” Tenente-Coronel Arí Maurell Lobo

“A moto-mecanização e o Brasil” Primeiro-Tenente Umberto Peregrino

“Os grandes aspectos da guerra total (Quadro organização por A.M.L.)”

“Panorama da guerra (I)”

“Bibliografia militar do Brasil (II)” Antônio Simões dos Reis

6) A atividade governamental (3 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

“A reforma Gustavo Capanema” José Augusto de Lima

7) Textos e documentos históricos (2 artigos)

8) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil, (XVI)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social”

“Quadros e costumes do nordeste (XVI)” Graciliano Ramos

(Obs: também contem os artigos “Quadros e costumes do centro e do sul, (XVI)” e

“Quadros e costumes do norte, (XII)”)

“Interpretes da vida social brasileira, (XVI) – (Claudio Manuel da Costa)”

“Páginas do passado brasileiro, (XVI) – (O amor no Rio antigo)”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual (XVI)”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (XVI)”

Seções: música (XV), artes plásticas (XIV), teatro (XVI), cinema (XIII), de Pinheiro de Lemos, e rádio (XVI), de Martins Castelo.

Ano II, num 17, julho de 1942

“O Brasil, os Estados Unidos e o monroismo” (p. 7-20) Barão do Rio Branco (Obs: reprodução de texto antigo)

1) Problemas políticos e sociais (8 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“O DASP e os problemas da administração pública” Josué Montelo

Obs: artigo sobre política imigratória no Brasil (XV), de Artur Hehl Neiva.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (3 artigos)

“A política do ideal” José Augusto de Lima

“Cronologia biográfica e doutrinária do Presidente Getúlio Vargas (I)” Alfredo Pessôa

“Bibliografia sobre o Estado Nacional e o pensamento do Presidente (VI)”

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (4 artigos)

“Três importantes decretos” Ulisses Ramalhetes Maia (Inspetor Chefe do Ensino Secundário, Profissional e Técnico no Espírito Santo) – o artigo trata dos Decretos: 1.202 – Lei Orgânico dos Estados e dos Municípios, 579 – Organização do Departamento Administrativo dos Serviços Públicos e 1.713 – Estatuto dos Funcionários Públicos.

4) O trabalho e a economia nacional (10 artigos)

“A economia dos estados: (XI) – Goiás”

“A carnaubeira: sua influência na sociedade e na economia do Nordeste” Carlos dos Santos Vêras

“A influência da borracha na civilização amazônica” Raimundo Pinheiro

“O açúcar” Newton O’Reilly

“Rutilio – uma nova riqueza do Nordeste”

“Higiene mental do trabalho” Adalberto de Lira Cavalcanti

“Justiça social, humana e cristã” Fernando Callage

“A medicina social do trabalhador no Estado Nacional” Hugo Firmeza

“Previdência e assistência sociais no governo Getúlio Vargas, (VII) – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado” (embora com o mesmo nome do artigo da edição anterior, não se trata do mesmo texto, mas de continuidade do anterior, o qual tratou dos aspectos históricos. O artigo da edição da presente edição, de julho de 1942, trata do IPASE, em funcionamento desde janeiro de 1941.

“ Aspectos da riqueza do Brasil: (VI) – O Ferro”

5) Política militar e defesa nacional (9 artigos)

“O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando” Tenente-Coronel Floriano de Lima Brayner

“Preparação política das Forças Armadas” Major Sergio Marinho

“Os Estados Unidos e os seus planos para as guerras fortuitas (Quadros organizados por A.M.L.)”

“A guerra moderna (Conceitos e ensinamentos)”

“Panorama da guerra (II) – Abrangendo o período de 15 de Maio a 14 de Junho”

“Bibliografia militar do Brasil (II)” Antônio Simões dos Reis

6) A atividade governamental (2 artigos)

“Panorama da atividade governamental”

“O Brasil terá as maiores rodovias do mundo”

7) Textos e documentos históricos (2 artigos)

8) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil, (XVII)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social, (XVII)”

“Quadros e costumes do nordeste (XVII)” Graciliano Ramos

(Obs: também contem os artigos “Quadros e costumes do centro e do sul, (XVII)” e

“Quadros e costumes do norte, (XIII)”)

“Interpretes da vida social brasileira, (XVII) – (Frei José Mariano da Conceição Veloso)”

“Páginas do passado brasileiro, (XVII) – Mau emprego de grandes inventos”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual (XVII)”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (XVII)”

Seções: música (XVI), museus (I), teatro (XVII), cinema (XIV), de Pinheiro de Lemos, e rádio (XVII), de Martins Castelo.

Ano II, num 18, agosto de 1942

“O Estado Nacional e a missão de ‘Cultura Política’” (p. 7-10) Almir de Andrade

1) Problemas políticos e sociais (7 artigos)

Abre com o mesmo prólogo das edições anteriores.

“O conteúdo democrático do Estado Nacional” Paulo Augusto de Figueiredo

“IBGE e os ‘problemas de base’ do Brasil” M. A. Teixeira de Freitas

Obs: artigo sobre política imigratória no Brasil (XV), de Artur Hehl Neiva.

2) O pensamento político do Chefe do Governo (3 artigos)

“Fronteira móvel” Nelson Werneck Sodré

“Cronologia biográfica e doutrinária do Presidente Getúlio Vargas (II)” Alfredo Pessôa

“Bibliografia sobre o Estado Nacional e o pensamento do Presidente (VII)”

3) A estrutura jurídico-política do Brasil (3 artigos)

4) O trabalho e a economia nacional (5 artigos)

“A economia dos estados, VII) Maranhão”

“A formação da Companhia Vale do Rio Doce S.A.”

“O sistema legal de limitação da produção açucareira” Vicente Cilermont de Miranda

“Aspectos da riqueza do Brasil”

“Assistência e previdência sociais no governo Getúlio Vargas (Considerações finais e o movimento de fusão dos organismos paraestatais existentes)”

5) Política militar e defesa nacional (7 artigos)

“Stratégie 1942 (Essai de définition)” Tenente-Coronel do Exército da França, Pierre Gausso, Ex-Oficial da Missão Militar Francesa no Brasil (Obs: artigo em francês ao final do artigo, uma nota de rodapé informa: “Atendendo ao nosso convite, o Cel. Gausso começa a sua colaboração em ‘Cultura Política’ com um ensaio de definição de Estratégia. Pedimos a atenção dos nossos leitores para o sentido estreitamente militar, e que a emprega, que concorre para maior clareza da definição”)

“Preparação moral e econômica da guerra” Coronel T. A. Araribe

“Panorama da guerra (III) – Abrangendo o interregno de 15 de Junho a 14 de Julho último”

“Bibliografia militar do Brasil (IV) – Guerra do Paraguai” Antônio Simões dos Reis

6) A atividade governamental (2 artigos)

“Panorama da atividade governamental, (XVIII)”

“O Brasil e sua legislação social”

7) Textos e documentos históricos (2 artigos)

8) Brasil social, intelectual e artístico

“Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil, (XVIII)”

A) Evolução social:

“A ordem política e a evolução social, (XVIII)”

“Quadros e costumes do nordeste (XVIII)” Graciliano Ramos

(Obs: contem artigo “Quadros e costumes do centro e do sul, (XVIII)”)

“Interpretes da vida social brasileira, (XVIII) – (José Bonifácio de Andrada e Silva)”

“Páginas do passado brasileiro, (XVIII)”

B) Evolução intelectual:

“A ordem política e a evolução intelectual, (XVIII)”

C) Evolução artística:

“A ordem política e a evolução artística (XVIII)”

Seções: música (XVII), a festa do Divino em Diamantina, museus (II) – (peças de prata e o ouro na arte religiosa), cinema (XV), de Pinheiro de Lemos.

Ano II, num 19, setembro de 1942

“A independência e unidade do Brasil” Almir de Andrade

Obs: reformulação no formato da revista, que passa a apresentar mais divisões, sem numeração e com menos artigos em cada uma das divisões. Algumas séries de artigos, como folclore, passaram a ser uma divisão.

PROBLEMAS REGIONAIS (2 artigos)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Os cursos de administração do DASP – (Suas realizações e seu programa de trabalho)” Josué Montelo (Técnico de Educação, em exercício no Departamento Administrativo do Serviço Público)

TRABALHO (1 artigo)

“O trabalho da mulher em face da legislação social brasileira” Fernando Callage

PRODUÇÃO (3 artigos)

“A exploração do diamante na Baía” Herman Lima

“O aproveitamento econômico da nossa castanha” Nicanor Uchoa

“Observações sobre a borracha brasileira” Francisco Galvão

FINANÇAS (1 artigo)

“Atividades do Banco do Brasil – (Comentários à margem de um relatório)”

EDUCAÇÃO (2 artigos)

“Os ‘fins’ educacionais da reforma Capanema” José Augusto de Lima

Transportes e Comunicações (1 artigo)

“Aviação de carga – (Um exemplo a seguir no Brasil)” Coronel-Aviador Lisias A. Rodrigues

POLÍTICA NACIONAL (2 artigos)

“Caxias e Getúlio Vargas – (Nacionalismo e Sindicalismo)” José Veríssimo Filho

“A mística e as realizações do Estado Nacional” 1º Tenente Mario Martins de Freitas

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“Panamericanismo” Nair Fortes Abu-Mehrry

POLÍTICA MILITAR E DEFESA NACIONAL (2 artigos)

“As verdadeiras bases do poder militar” Coronel do Exército F. de Paula Cidade

POVOAMENTO (1 artigo)

(artigo sobre política imigratória)

LITERATURA (2 artigos)

“Primeiros documentos literários do Brasil” Nelson Werneck Sodré

“Desenvolvimentos da vida” Jorge de Lima

LITERATURA PANAMERICANA (1 artigo)

FOLCLORE (3 artigos)

“O elemento religioso afro-brasileiro” Basílio de Magalhães

“Jurupari” Luiz da Câmara Cascudo

“Os bailes pastoris e a influência de Gil Vicente” D. Martins de Oliveira

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (3 artigos)

“Cataguases – (Minas Gerais)” Marques Rebelo

“A decadência dum senhor de engenho – (Nordeste)” Graciliano Ramos

“Curiosidade da Amazônia” Gastão Vieira

MÚSICA (2 artigos)

“Vila Lobos” Luiz Heitor

“O bumba-meu-boi de Camassari” Renato Almeida

ARTES PLÁSTICAS (1 artigo)

CINEMA E TEATRO (1 artigo)

“O filme brasileiro de pequena metragem” Pinheiro de Lemos

RÁDIO (1 artigo)

“O rádio e a produção intelectual” Martins Castelo

FILOSOFIA (1 artigo)

BIOGRAFIA (3 artigos)

BIBLIOGRAFIA (2 artigos)

“Bibliografia brasileira” Antônio Simões dos Reis

“Bibliografia estrangeira sobre o Brasil (1937-1941)” Carlos Pedrosa

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (5 artigos)

“Como organizar os seringueiros (Entrevista com o diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura)”

“A Escola Nacional de Educação Física e Desportos”

“Um mês de realizações governamentais (Julho de 1942)”

“As comemorações da semana de Caxias”

“Um mês de guerra mundial (De 15 de Julho a 14 de Agosto de 1942)” Tenente Coronel Arí Maurell Lobo

O BRASIL NO EXTERIOR (PORTUGAL) (1 artigo)

“O Brasil e a poesia de Bilac” Joaquim Manso

Ano II, num 20, outubro de 1942

O BRASIL NA GUERRA (3 artigos)

“O discurso do Presidente da República”

“A proclamação do Ministro da Guerra” (Obs: sobre o torpedeamento de navios brasileiros)

“Medidas de guerra tomadas pelo Governo”

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

FINANÇAS (1 artigo)

PRODUÇÃO (1 artigo)

TRABALHO (1 artigo)

ASSISTENCIA SOCIAL (2 artigos)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“O fordismo como etapa superior do taylorismo” Aristeu Aquiles

DIREITO CONSTITUCIONAL (2 artigos)

“A desapropriação na Constituição de 1937” Juiz Martinho Garcez Neto

DOCTRINA POLÍTICA (1 artigo)

“O Estado Nacional – (À margem do pensamento do Chefe do Governo)” Paulo Augusto de Figueiredo

POLÍTICA MILITAR E DEFESA NACIONAL (3 artigos)

“Notes historiques sur la ‘guerilha’” Tenente Coronel do Exército francês, Pierre Gausso

GEOGRAFIA (1 artigo)

“A mudança da capital federal” Coronel Aviador Lysias A. Rodrigues

HISTÓRIA (2 artigos)

LITERATURA (2 artigos)

“A literatura brasileira e o seu profundo sentido nacionalista” Gomes de Moura

FOLCLORE (1 artigo)

“Folclore religioso afro-brasileiro” Basílio de Magalhães

EDUCAÇÃO (2 artigos)

MUSEUS (1 artigo)

CINEMA (1 artigo)

“A guerra e o cinema brasileiro” Pinheiro de Lemos

MÚSICA (1 artigo)

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (2 artigos)

“Recordações de uma indústria morta” Graciliano Ramos

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

“Visão de Goiania” Brito Broga

PÁGINAS DO PASSADO BRASILEIRO (1 artigo)

TEXTOS E DOCUMENTOS (2 artigos)

“Os brasileiros sempre atenderam aos sacrifícios deles exigidos pela Pátria”
(reprodução de documento do Presidente de São Paulo, José Tavares Bastos, de 1867, ao Presidente e Vereadores da Câmara de São Sebastião com solicitação de reforços para a campanha da guerra do Paraguai)

BIOGRAFIA (1 artigo)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

“Bibliografia brasileira” Antônio Simões dos Reis

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (4 artigos)

“O serviço social no Estado Nacional”

“Um mês de realizações governamentais – (Agosto de 1942)”

“As atividades culturais do DIP”

“A Cruz Vermelha Brasileira”

Ano II, num 21, novembro de 1942

Edição Especial Comemorativa do 5º Aniversário do Estado Nacional

“O regime de 10 de Novembro e a Ordem Política e Constitucional” (p. 7-12) Almir de Andrade

“Cinco anos de administração pública no Estado Nacional” (p. 13)

Obs: na p. 14 foi publicada foto de Getúlio Vargas na noite de 10 de novembro de 1937 no momento em que anuncia, via microfone instalado no Palácio da Catete, a implantação do Estado Nacional.

“Proclamação ao povo brasileiro (Texto integral da histórica proclamação dirigida ao povo brasileiro pelo Presidente Getúlio Vargas, na noite de 10 de novembro de 1937)”
(p. 15-20) Getúlio Vargas

- O Ministério da Educação e Saúde no quinquênio 1937-1942 (p. 21)
- O Ministério da Trabalho, no quinquênio 1937-1942 (p. 39)
- O Ministério da Agricultura, no quinquênio 1937-1942 (p. 55)
- O Ministério da Fazenda, no quinquênio 1937-1942 (p. 63)
- O Ministério das Relações Exteriores, no quinquênio 1937-1942 (p. 92)
- O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no quinquênio 1937-1942 (p. 103)
- O Ministério da Viação e Obras Públicas, no quinquênio 1937-1942 (p. 123)
- O Ministério da Aeronáutica, no biênio 1941-1942 (p. 137)
- O Ministério da Marinha, no quinquênio 1937-1942 (p. 140)
- O Ministério da Guerra, no quinquênio 1937-1942 (p. 154)
- O Departamento Administrativo do Serviço Público, no quinquênio 1937-1942 (p. 162)
- A Imprensa e a Propaganda, no quinquênio 1937-1942 (O DNP e o DIP) (p. 169)
- ASPECTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO DO PRESIDENTE (3 artigos)
- “O pensamento político do Presidente através dos estudos de ‘Cultura Política’”
- “O Presidente Getúlio Vargas e a cultura social do Brasil”
- O ESTADO NACIONAL: ASPECTOS DE SUA ATIVIDADE ECONÔMICA E SOCIAL (12 artigos)
- “A atividade econômica do Estado Nacional” Antônio Brito
- “Conceito de economia brasileira” Roberto Filgueiras
- “A mineração no regime do Estado Nacional” Coronel Altamirano Nunes Pereira
- “Ferro, carvão, petróleo” Mario Orlando de Carvalho
- “Considerações sobre o regulamento da assistência social” Adalberto Lira Cavalcanti
- “Política monetária do Brasil” Luiz Dias Rolemberg
- “Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico, no quinquênio 1937-1942”
- “A história do Brasil, no quinquênio 1937-1942”
- ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1937 (3 artigos)
- “A liberdade de profissão e o direito constitucional brasileiro” juiz Oscar Tenorio
- “As forças federativas e dois fatores de unidade nacional” Oscar Saraiva
- “A Constituição de 1937 e sua razão filosófica”
- FATOS E COMENTÁRIOS DO MÊS (3 artigos)
- “Um mês de realizações governamentais (Setembro de 1942)”
- “Atividades culturais do DIP (resenha mensal)”
- “Bibliografia brasileira” Antônio Simões dos Reis

Ano II, num 22, dezembro de 1942

(há uma mensagem de natal, ainda antes do sumário)

“Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas – discursos do Chefe da Nação pronunciados por ocasião das comemorações do quinquênio 1937-1942”

p. 7: “O discurso da Aeronáutica”, almoço oferecido pelo Ministro Salgado Filho em 8 de novembro de 1942

p. 10: “Discurso no Ministério da Marinha” em 9 de novembro de 1942

p. 12: “Discurso no Ministério da Guerra”, almoço oferecido pelo Ministro Eurico Gaspar Dutra em 10 de novembro de 1942

p. 14: “Discurso no Teatro Municipal”, noite de 10 de novembro de 1942

PROBLEMAS REGIONAIS (2 artigos)

“Aspectos econômicos da Amazônia” Ocelio de Medeiros

PRODUÇÃO (2 artigos)

“A noz do Brasil” Hanibal Porto

“A política mundial do diamante” João Alves Burges Júnior

TRABALHO (1 artigo)

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“Consequências da 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos” Jaime de Barros

POVOAMENTO (1 artigo)

NAVEGAÇÃO (1 artigo)

POLÍTICA MILITAR E DEFESA NACIONAL (2 artigos)

“Os pescadores e a defesa nacional” Capitão de Mar e Guerra Frederico Vilar

HISTÓRIA (2 artigos)

BIOGRAFIA (3 artigos)

LINGUÍSTICA (1 artigo)

EDUCAÇÃO (1 artigo)

FAMÍLIA (1 artigo)

ASSISTÊNCIA SOCIAL (1 artigo)

LITERATURA (1 artigo)

LITERATURA PANAMERICANA (1 artigo)

“Walt Whitman” Brito Broca

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (3 artigos)

“Uma visita inconveniente” Graciliano Ramos

FOLCLORE (1 artigo)

“Africanismos” Basílio de Magalhães

MÚSICA (2 artigos)

ARTES PLÁSTICAS (1 artigo)

CINEMA (1 artigo)

“As câmeras em férias” Pinheiro de Lemos

RÁDIO (1 artigo)

“O samba e o conceito de trabalho” Martins Castelo

QUADROS DO PASSADO BRASILEIRO (1 artigo)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (4 artigos)

“A ação do Estado Nacional no Departamento de Correios e Telégrafos”

“Emissões de capitais no Rio de Janeiro (de Dezembro-1931 a Setembro-1942)”

“Um mês de realizações governamentais (Outubro de 1942)”

“As atividades culturais do DIP”

Ano III, num 23, janeiro de 1943

Obs: ao abrir a revista, na primeira página está a reprodução de um quadro do pintor Ado Malagoll, que havia sido premiado com uma viagem “ao estrangeiro, no salão de 1942”.

POLÍTICA NACIONAL (2 artigos)

“As diretrizes da nova política do Brasil” Almir de Andrade (p. 7-19)

“Getúlio Vargas e o Brasil” Wolfgang Hoffmann Harnisch

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“Aspectos do pan-americanismo e uma tradição da política brasileira” J. Paulo de Medeiros

PROBLEMAS SOCIAIS (1 artigo)

“As ciências sociais na renovação do Brasil” Salviano Cruz

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“O sistema de compras para o serviço público no Estado Nacional” Raimundo Pinheiro

EDUCAÇÃO (3 artigos)

“A Economia Doméstica e a reforma Capanema” Nair Fortes Abu-Merhy

FOLCLORE (2 artigos)

MÚSICA (2 artigos)

“O movimento musical de 1942” Luiz Heitor

LITERATURA (2 artigos)

LITERATURA PANAMERICANA (1 artigo)

FILOSOFIA (1 artigo)

HISTÓRIA (1 artigo)

LINGUÍSTICA (1 artigo)

“Vocabulário caiapó” Gastão Vieira

POLÍTICA MILITAR E DEFESA NACIONAL (2 artigos)

“Sistema ferroviário brasileiro” tenente-coronel João de Segadas Viana

ASSISTÊNCIA SOCIAL (1 artigo)

“O problema da febre amarela no Brasil” Bianor Penalber

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (3 artigos)

“Um mês de realizações governamentais (Novembro de 1942)”

“A Exposição do Quinquênio do Estado Nacional”

“Atividades culturais do DIP”

Ano III, num 24, fevereiro de 1943

“Saudação de Ano Novo” Presidente Getúlio Vargas (p. 7-10)

(“O Presidente Getúlio Vargas, no primeiro minuto do ano em curso, endereçou aos brasileiros, pelo microfone do Departamento de Imprensa e Propaganda, instalado no Palácio Guanabara, a seguinte saudação:”

PROBLEMAS SOCIAIS (1 artigo)

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

“Os garimpos do oeste de Minas” Osvaldo Alves

PRODUÇÃO (1 artigo)

“Bases para o estudo da flora do Brasil” tenente-coronel Altamirano Nunes Pereira

ESTATÍSTICA (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

HISTÓRIA (2 artigos)

BIOGRAFIA (3 artigos)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

EDUCAÇÃO (2 artigos)

“Escola do trabalho, escola nacionalizadora” Deodato Moraes

LITERATURA (3 artigos)

“Influência da terra na literatura brasileira” Nelson Werneck Sodré

MÚSICA (1 artigo)

MUSEUS (1 artigo)

ARTES PLÁSTICAS (1 artigo)

FOLCLORE (1 artigo)

“Mitos ígneos” Basílio de Magalhães

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (2 artigos)

“O carnaval gaúcho, reportagem fotográfica de Wolfgang Hoffmann Junior

DEFESA NACIONAL (1 artigo)

TEXTOS E DOCUMENTOS (2 artigos)

CIDADES DA AMÉRICA (1 artigo)

“La Asunción actual”

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (4 artigos)

“As realizações do Estado Nacional no setor social-trabalhista”

“Um mês de realizações governamentais (Dezembro de 1942)”

“Atividades culturais do DIP”

Ano III, num 25, março de 1943

(reprodução de quadro premiado de pintor brasileiro)

“O combate ao deserto e ao trabalho nos seringais da Amazônia” (“Entrevista coletiva à imprensa do ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica, em 25 de fevereiro último, sobre esse importantíssimo aspecto das realizações do governo do Presidente Getúlio Vargas”)

POLÍTICA NACIONAL (1 artigo)

“O novo livro do Presidente” Rosário Fusco

POLÍTICA MILITAR E DE DEFESA NACIONAL (3 artigos)

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“A situação mundial no princípio de 1943” Wolfgang Hoffman Harnisch

PROBLEMAS SOCIAIS (2 artigos)

“A questão social na Europa e na América” Orvácio Santamarina

“A mestiçagem brasileira” Álvaro Ferraz

PROBLEMAS REGIONAIS (4 artigos)

“Aristocracia rural e pequena propriedade no sul do Brasil” Álvaro Gonçalves

“O homem da Amazônia vencerá a natureza” Francisco Galvão

TRABALHO (1 artigo)

“O salário mínimo” Geraldo Galeno M. Apocalipse

PRODUÇÃO (2 artigos)

“Riquezas minerais perdidas” Guilherme Geissner

LEGISLAÇÃO (1 artigo)

ALIMENTAÇÃO (1 artigo)

“Alimentação e desenvolvimento social” Dante Costa

MEDICINA (1 artigo)

LITERATURA (2 artigos)

“Romancistas norteamericanos” Brito Broca

MÚSICA (1 artigo)

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (1 artigo)

“Está aberta a sessão do Juri” Graciliano Ramos

QUADROS DO PASSADO BRASILEIRO

BIOGRAFIA (6 artigos)

BIBLIOGRAFIA (2 artigos)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (3 artigos)

“Um mês de realizações governamentais”

“A administração da Prefeitura do Distrito Federal”

“As atividades culturais do DIP”

Ano III, num 26, abril de 1943

“O pensamento político do Presidente” Almir de Andrade (“A 19 de abril corrente, aparecerá uma grande separata dos primeiros 25 números de ‘Cultura Política’, comemorativa do aniversário do Presidente Getúlio Vargas”)

POLÍTICA INTERNACIONAL (2 artigos)

“O Pensamento do Presidente e a guerra atual” Murilo V. Sampaio

“A nova diplomacia brasileira” Jaime de Barros

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

PROBLEMAS SOCIAIS (1 artigo)

“Posição político-social da mulher” Ademar Vidal

ECONOMIA (1 artigo)

“Fases da economia destrutiva e o problema da ocupação do solo” Beneval de Oliveira

PRODUÇÃO (1 artigo)

DEFESA NACIONAL (1 artigo)

“Conduta das forças de superfície empenhadas em uma batalha total” capitão de corveta da Marinha de Guerra Nacional Aurélio Linhares

AVIAÇÃO (1 artigo)

“Variações sobre a Campanha Nacional de Aviação” Escobar Filho

POLÍCIA (1 artigo)

“Estruturação e conceito de polícia” D. Martins de Oliveira

ALIMENTAÇÃO (1 artigo)

ASSISTÊNCIA SOCIAL (1 artigo)

“Considerações em torno do problema carcerário no Brasil” Adalberto de Lira Cavalcante

EDUCAÇÃO (3 artigos)

“A política de nacionalização do ensino” Pedro Calheiros Bonfim

HISTÓRIA (3 artigos)

“O ensino da História no Brasil” Hélio Viana

BIOGRAFIA (1 artigo)

“Curiosidades e fatos em torno da personalidade de Getúlio Vargas” Barros Vidal

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (1 artigo)

(Obs: o artigo sobre nordeste não foi escrito por Graciliano Ramos)

FOLCLORE (1 artigo)

ARTE RELIGIOSA (1 artigo)

MÚSICA (1 artigo)

MUSEUS (1 artigo)

“A legislação internacional e a proteção a museus e obras de arte e história em tempo de guerra” Mário Barata

CINEMA (1 artigo)

“Textos de filmes” Pinheiro de Lemos

LITERATURA (2 artigos)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (3 artigos)

“As massas sindicais dentro do Estado Nacional”

“Um mês de realizações governamentais”

“Atividades culturais do DIP”

Ano III, num 27, maio de 1943

(reproduz quadro de Pedro Américo em homenagem ao primeiro centenário de seu nascimento)

“O Estado Nacional, a unidade territorial do Império e a vocação Americana da República” Alexandre Marcondes Filho (discurso pronunciado em Recife à mocidade acadêmica da Faculdade de Direito de Pernambuco)

VIAGEM (1 artigo)

“Um instante na América do Norte” tenente-coronel médico do Exército Paiva Gonçalves

POLÍTICA NACIONAL (1 artigo)

“O Presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente” José Bittencourt”

“Getúlio Vargas e o Brasil” Wolfgang Hoffmann Harnisch

POLÍTICA INTERNACIONAL (2 artigos)

“Homem da guerra e homem da paz” Orvário Santamarina (sobre o estadista inglês Winston Churchill)

ECONOMIA (1 artigo)

“A mobilização econômica e o planejamento da expansão do país” Romulo de Almeida

ESTATÍSTICA (1 artigo)

HISTÓRIA (2 artigos)

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

PROBLEMAS SOCIAIS (1 artigo)

“Observações sobre a contribuição do índio na nossa formação” Angione Costa

DEFESA NACIONAL (2 artigos)

“A defesa, em tempo de guerra, das obras de arte e história móveis” Mário Barata

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

“S. João del Rei, Cidade Sentimento” Gomes de Moura

LITERATURA (3 artigos)

“Sentimento da nacionalidade na literatura brasileira” Nelson Werneck Sodré

MÚSICA (2 artigos)

QUADROS REGIONAIS (1 artigo)

“Um homem notável” Graciliano Ramos

QUADROS DO PASSADO BRASILEIRO (1 artigo)

FOLCLORE (1 artigo)

“Ainda os mitos ígneos do Brasil” Basílio de Magalhães

BIOGRAFIA (1 artigo)

“O general Tibúrcio” Sílvio Peixoto

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (5 artigos)

“A Estrada de Ferro Central do Brasil”

“O Departamento de Imprensa e Propaganda e ‘La Razón’, de Buenos Aires”

“Um mês de realizações governamentais (março de 1943)”

“Atividades culturais do DIP”

Ano III, num 28, junho de 1943

“Discurso de 1º de maio” Getúlio Vargas (p. 7-14)

“A saudação do Ministro do Trabalho” Alexandre Marcondes Filho

POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL (2 artigos)

DOCTRINA POLÍTICA (2 artigos)

“O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro” Paulo Augusto de Figueiredo

“Aversão ao despotismo” tenente-coronel Sérgio Marinho

PROBLEMAS SOCIAIS (3 artigos)

“As populações brasileiras e seus movimentos” Beneval de Oliveira

“Os judeus na história do Brasil” Jaime de Barros

“Raça de mestiços” tenente-coronel Newton C’Reilly

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

LEGISLAÇÃO (1 artigo)

DEFESA NACIONAL (3 artigos)

ASSISNTÊNCIA SOCIAL (2 artigos)

PRODUÇÃO (1 artigo)

EDUCAÇÃO (1 artigo)

HISTÓRIA (3 artigos)

“Síntese da história social do Brasil” Vicente Tapajós

“Ensino e conceito de história da América” Hélio Viana

FILOSOFIA (1 artigo)

LITERATURA (2 artigos)

“Romain Rolland contra Sorel e Nietzsche” Antônio Barata

MÚSICA (1 artigo)

FOLCLORE (1 artigo)

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (2 artigos)

(não tem artigo do Graciliano)

TEXTOS E DOCUMENTOS (2 artigos)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (6 artigos)

“Um mês de realizações governamentais (Abril de 1943)”

“O aniversário do Presidente”

“Atividades do Conselho Nacional de Imprensa em 1942” Pedro Timóteo

“Atividades culturais do DIP”

Ano III, num 29, julho de 1943

“As revoluções na América Latina” (p. 7-10) Almir de Andrade

FINANÇAS (1 artigo)

“Normas de cálculo para a riqueza das nações e a riqueza brasileira” Luiz Dias Rollemberg

PRODUÇÃO (1 artigo)

“O enigma do diamante” Herman Lima

LEGISLAÇÃO SOCIAL (1 artigo)

“A Revolução Francesa, a previdência social e as constituições brasileiras” Rudolf Aládar Métall

EDUCAÇÃO (2 artigos)

“O conceito de unidade didática e o ensino das línguas” Virgínia Côrtes de Lacerda

LITERATURA (1 artigo)

FILOSOFIA (1 artigo)

“Esbôço histórico do conceito de brasileiro” Ataíde de Miranda

HISTÓRIA (1 artigo)

FOLCLORE (1 artigo)

ARTES PLÁSTICAS (1 artigo)

VIAGENS (1 artigo)

“Impressões de viagens aos Estados Unidos” Cid Ferreira Lopes

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (1 artigo)

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

“Diamantina” Brito Broca

MÚSICA (1 artigo)

BIOGRAFIA (1 artigo)

“Artur Neiva”

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (9 artigos)

“A política financeira da guerra (Razões e vantagens da emissão dos bônus)”

“A nacionalização da maior empresa de transportes aéreos da América do Sul”

“A campanha da borracha”

“A indústria do papel no Brasil”

“Uma realidade, a Fábrica Nacional de Motores”

“Um mês de realizações governamentais (Maio de 1943)”

“Atividades culturais do DIP”

Ano III, num 30, agosto de 1943

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“A visita do Presidente da Bolívia”

POLÍTICA NACIONAL (3 artigos)

“O Brasil na América e no mundo” Paulo Augusto de Figueiredo

“A tendência, no direito moderno, para a supremacia do interesse coletivo sobre o individual” Melo Cansado

POLÍTICA MILITAR (1 artigo)

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

PRODUÇÃO (1 artigo)

“O Brasil e a floresta” Beneval de Oliveira

HISTÓRIA (4 artigos)

LITERATURA (3 artigos)

MÚSICA (2 artigos)

FOLCLORE (1 artigo)

QUADROS REGIONAIS (1 artigo)

MUSEUS (1 artigo)

VIAGENS (1 artigo)

BIOGRAFIA (2 artigos)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

ENGENHARIA (1 artigo)

“O Brasil e seus técnicos” Edison Passos

TEXTOS E DOCUMENTOS (2 artigos)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (5 artigos)

“Um mês de realizações governamentais (Junho de 1943)”

“Rondon recorda a famosa expedição do Presidente Roosevelt ao sertão brasileiro”

“Atividades do DIP”

Ano III, num 31, Edição Extraordinária de 22 de agosto de 1943: O Brasil na Guerra

“O papel do Brasil na guerra” Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte
Jefferson Caffery

O BRASIL NA GUERRA (3 artigos)

“A política do Brasil na guerra e na paz”

“Antecedentes na declaração de guerra – Reportagem especial de Cultura Política”

“Crônica do Brasil na guerra (De agosto de 1942 a agosto de 1943) – Reportagem especial de Cultura Política”

A ATITUDE DO PRESIDENTE E A GUERRA (1 artigo)

“A coerência histórica de uma atitude política” Sílvio Peixoto

POLÍTICA INTERNACIONAL DO BRASIL (2 artigos)

“A diplomacia brasileira e a guerra” Jaime Barros

“A política do Brasil com os Estados Unidos – Reportagem especial de Cultura Política”

ECONOMIA DE GUERRA (6 artigos)

“O Brasil na economia de guerra” Pedro Paulo Sampaio Lacerda

“As conjunturas de guerra, a economia nacional e o Banco do Brasil” Mário Orlando de Carvalho

“Os combustíveis em face das necessidades militares” Capitão do Exército Umberto Pelegrino

“O esforço de guerra da Coordenação da Mobilização Econômica – Reportagem especial de Cultura Política”

“A campanha nacional das obrigações de guerra – Reportagem especial de Cultura Política”

“A economia de após-guerra” Richard Lewinsohn

AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL E A GUERRA: - I) A MARINHA (3 artigos)

“A guerra” Capitão de Corveta Aurélio Linhares

AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL E A GUERRA: - I) O EXÉRCITO (3 artigos)

“As verdadeiras bases do poder militar” General de Brigada F. de Paula Cidade

AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL E A GUERRA: - I) A AVIAÇÃO (1 artigo)

“A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra – Reportagem especial de Cultura Política”

MOBILIZAÇÃO PARA A GUERRA (8 artigos)

“Preparação moral e econômica para a guerra” Coronel do Exército Tristão de Alencar Araripe

“Mobilização dos pescadores para a defesa nacional” Capitão de Mar e Guerra Frederico Vilar

“Mobilização da polícia num ano de guerra – Reportagem especial de Cultura Política”

OUTRAS GUERRAS DO BRASIL: HISTÓRIA, LITERATURA E DOCUMENTOS (5 artigos)

A CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA A PAZ: TRABALHO, SEGURANÇA E JUSTIÇA SOCIAL (3 artigos)

“Contribuição brasileira para a paz no mundo de amanhã” Djacir Meneses

“Evolução do seguro social no Brasil” Helvécio Xavier Lopes

“A previdência social no Brasil, como contribuição para a paz – Reportagem especial de Cultura Política”

Ano III, num 32, setembro de 1943

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“Colaboração depois da vitória” L. de Almeida Nogueira Pôrto

DOCTRINA POLÍTICA (2 artigos)

“Aspectos da Constituição Brasileira” Monte Arrais

“Conceito de democracia no Estado Nacional” Castro Costa

PROBLEMAS REGIONAIS (3 artigos)

“Os municípios goianos no Estado Nacional” Odorico Costa

“A mineração do ouro no Nordeste” Ademar Vidal

“Uma crise que se esboça” Leão Machado

ASSISTÊNCIA SOCIAL (2 artigos)

“Um neologismo necessário para integrar o conceito de assistência social”

EDUCAÇÃO (2 artigos)

LITERATURA (5 artigos)

“Machado de Assis e a língua nacional” Josué Montelo

“O movimento literário – Noticiário especial de Cultura Política”

HISTÓRIA (4 artigos)

VIAGENS (1 artigo)

QUADROS DO PASSADO BRASILEIRO

MÚSICA (2 artigos)

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

“Niterói” (1 artigo)

INQUÉRITOS E REPORTAGENS (3 artigos)

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

“Sentinela avançada do oeste brasileiro – Reportagem especial de Cultura Política”

“A Cidade do Aço – Reportagem especial de Cultura Política”

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

“Bibliografia brasileira – Movimento bibliográfico de julho de 1943”

Ano III, num 33, outubro de 1943

“Colaboradores de ‘Cultura Política’ até o número 30”, lista numerada de 1 a 261, em ordem alfabética de sobrenome, acompanhado de profissão e cargo.

“O discurso de 7 de Setembro, do Presidente Getúlio Vargas” (discurso pronunciado durante evento “Hora da Independência” ocorrido no dia 7 de Setembro de 1943 no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro)

“O Presidente, o Brasil e a Guerra” (“À margem do 9º volume de ‘A Nova Política do Brasil’”) Almir de Andrade

DOCTRINA POLÍTICA (1 artigo)

“A forma federativa e a Constituição de 10 de Novembro de 1937” Monte Arrais

PROBLEMAS SOCIAIS (4 artigos)

“Problemas econômicos e sociais dos trabalhadores brasileiros” Salviano Cruz

“Variações sobre povoamento e política demográfica” Beneval de Oliveira

“O Estado Nacional e o problema das casas operárias – Reportagem especial de Cultura Política”

“Orientação e seleção profissionais na resolução do problema da reincidência criminal” João Pedro Muller

ECONOMIA (3 artigos)

“A economia corporativa e o meio social brasileiro” Djacir Meneses

“A indústria brasileira do cimento Portland – Reportagem especial de Cultura Política”

“O babaçú do Brasil” Raul de Azevedo

HISTÓRIA (2 artigos)

BIOGRAFIA (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais – Noticiário especial de Cultura Política”

EDUCAÇÃO (1 artigo)

“A transmissão da cultura: história da educação” Francisco Venâncio Filho

ALIMENTAÇÃO (1 artigo)

“Pão de guerra” Belfort de Oliveira

LITERATURA (1 artigo)

“Movimento literário, noticiário especial de Cultura Política”

FOLCLORE (1 artigo)

MÚSICA (1 artigo)

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (1 artigo)

ARTE RELIGIOSA (3 artigos)

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

“Cuiabá – Reportagem especial de Cultura Política”

BIBLIOGRAFIA (2 artigos)

“Bibliografia brasileira (Movimento bibliográfico de agosto de 1943)”

“Roteiro bibliográfico da República” Sílvio Peixoto

Ano III, num 34, novembro de 1943

Obs: o primeiro artigo é, tal qual está no sumário “O presidente e o Estado Nacional”, porém, o título que aparece na página 7, início o texto, é “O Presidente e a guerra”.

“A visita do Presidente da República ao Rio Grande do Sul (Auscultando os anseios e resolvendo os problemas)”

O ESTADO NACIONAL, SEU ESPÍRITO E REALIZAÇÕES (17 artigos)

“A pessoa humana no Estado Nacional” Paulo Augusto de Figueiredo

“A democracia e o Estado Nacional” A. César Veiga

“O processo civil no Estado Nacional” Luís Antônio da Costa Carvalho

“Da defesa do Estado” Monte Arrais

“Os filhos adulterinos e a Constituição de 1937” Martinho Garcez Neto

- “A diplomacia brasileira e defesa da América” Jaime de Barros
- “O futuro Código Brasileiro do Trabalho” Valdo de Vasconcelos
- “O babaçu na econômica brasileira” Pedro Paulo Sampaio Lacerda
- “O combatente moderno” tenente-coronel do Exército Lima Figueiredo
- “Um mês de realizações governamentais – Setembro de 1943 – Reportagem especial de Cultura Política”
- “A Escola Darcy Vargas e os novos rumos da pesca no Brasil – Reportagem especial de Cultura Política”
- “A Revolução de 1930 e o Presidente Vargas” J. A. Vasconcelos Costa
- “Minas Gerais, centro produtor de cassiterita – Reportagem especial de Cultura Política”
- “O custo da vida e o cooperativismo” Geraldo G. M. Apocalipse
- “Pontos de apoio para o aproveitamento do São Francisco” Beneval de Oliveira
- “A dissolução dos partidos políticos brasileiros” Odorico Costa
- “O Brasil na guerra – Reportagem especial de Cultura Política”
- HISTÓRIA POLÍTICA (1 artigo)
- “As dissoluções do Parlamento Brasileiro” Oto Prazeres
- PROBLEMAS SOCIAIS (3 artigos)
- “Evolução dos Estados Sociais (I)” Almir de Andrade
- “Os três problemas vitais do Brasil” coronel aviador Lisias A. Rodrigues
- “A política de produção agrícola” Ademar Vidal
- BIBLIOGRAFIA (2 artigos)
- TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)
- “Preliminares da abolição imediata – (Uma carta do conselheiro Antônio Prado ao conselheiro João Alfredo)”
- FILOSOFIA (1 artigo)
- FOLCLORE (1 artigo)
- MÚSICA (2 artigos)
- LITERATURA (3 artigos)
- “Vida e poesia de Machado de Assis” Álvaro F. Salgado
- “O movimento literário – Noticiário especial de Cultura Política”
- “O General Manuel do Nascimento Vargas”

“A bandeira, a democracia e o Estado Nacional” Almir de Andrade (Palavras pronunciadas a 19 de Novembro último, no Departamento de Imprensa e Propaganda) p. 7-14

Obs: comemoração do dia da bandeira

“As comemorações de 10 de Novembro” (Comparecendo à inauguração de novo edifício do Ministério da Fazenda, na Esplanada do Castelo, o Presidente Getúlio Vargas proferiu o seguinte discurso, p. 15-18),

“O discurso no Arsenal de Guerra” (Respondendo a saudação do ministro Eurico Gaspar Dutra, em nome do Exército, no Arsenal de Guerra, o Presidente da República pronunciou a seguinte oração, p. 18-21),

“Discurso do ministro da Justiça” (No Palácio Monroe, sob a presidência do ministro Alexandre Marcondes Filho, realizou-se a sessão solene de abertura da Conferencia dos Conselhos Administrativos dos Estados, convocada pelo ministro interino da Justiça, para o estudo de importantes questões intimamente ligadas à administração dos Estados, p. 22-34),

“Discurso do ministro da Guerra” (Saudando o Presidente da República, no Arsenal de Guerra, o ministro Eurico Gaspar Dutra pronunciou as seguintes palavras, p. 34-38),

“A saudação do ministro da Marinha” (Oferecendo o banquete com que a Marinha Brasileira homenageou o Chefe da Nação, o ministro Aristides Guilhem pronunciou o seguinte discurso, p. 38-41),

“O discurso do ministro da Fazenda” (Recebendo o Presidente Getúlio Vargas, no saguão do novo edifício do Ministério da Fazenda, o ministro Souza Costa disse o seguinte, p. 41-45)

“O discurso do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda” (Na abertura da Exposição de Cooperação Brasil-Estados Unidos, o diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, capitão Amílcar Dutra de Meneses, proferiu as seguintes palavras, p. 45-46),

“O aumento de vencimentos” (O Presidente Getúlio Vargas assinou, a 10 de novembro, importantes decretos aumentando os vencimentos dos servidores civis e militares da União, o salário mínimo em todo o país, o salário adicional para a indústria e instituindo o salário compensação para todos os trabalhadores cujo salário seja inferior ao dobro do salário mínimo em vigor na respectiva região ou zona, p. 47-57)

BRASIL NA GUERRA (1 artigo)

“O esforço de guerra brasileiro-norte-americano – Reportagem especial de Cultura Política”

DOCTRINA POLÍTICA (1 artigo)

“Da origem e estrutura dos poderes na Constituição de 1937” Monte Arrais

ECONOMIA (3 artigos)

“Perspectivas e fatores da idade técnica” Albano Raimundo

“O Brasil, berço de um grande princípio econômico” Richard Lewinsohn

INDÚSTRIA E PRODUÇÃO (2 artigos)

“O vale do Rio Doce – Reportagem especial de Cultura Política”

“O estanho – Reportagem especial de Cultura Política”

PROBLEMAS REGIONAIS (2 artigos)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

AGRICULTURA (1 artigo)

“A colonização agrícola – Reportagem especial de Cultura Política”

EDUCAÇÃO (1 artigo)

HISTÓRIA (3 artigos)

POLÍTICA NACIONAL (2 artigos)

“Como interpretar Getúlio Vargas” Inácio José Veríssimo

“As ‘anhangueras’ do século XX” José Vicent Paya

LITERATURA (5 artigos)

“O futuro nos pertence” Murilo V. Sampaio

“O pensamento social na literatura brasileira” Bezerra de Freitas

“Prática do relatório” Rosário Fusco

FOLCLORE (1 artigo)

DEFESA NACIONAL (1 artigo)

“O novo arsenal de guerra do Rio de Janeiro – Reportagem especial de Cultura Política”

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

Ano IV, num 36, janeiro de 1944

“O Brasil de amanhã será o que dêle fizerdes” Presidente Getúlio Vargas
 (“Paraninfando a solenidade de formatura das novas professoras do Distrito Federal,

no dia 18 de dezembro último, o Chefe da Nação pronunciou as seguintes palavras”)

p. 5-8

O PENSAMENTO DO PRESIDENTE (1 artigo) p. 9-12

“Pensamento e ação” Wilson Lousada

ECONOMIA (1 artigo)

“Cooperação econômica entre os povos” Pedro Paulo Sampaio de Lacerda (da Seção de Estudos Econômicos do Banco do Brasil)

TRABALHO (2 artigos)

“A reforma da Lei de Acidentes do Trabalho” Francisco Karam

“Os sindicatos como intermediários entre o indivíduo e o Estado” Rudolf Aladár Metall

PROBLEMAS SOCIAIS (1 artigo)

“Evolução dos Estudos Sociais (II)” Almir de Andrade

IDÉIAS POLÍTICAS (4 artigos)

“A democracia social brasileira” Severino Uchoa

“A feição funcional da democracia moderna” Celso Furtado

“Da Independência ao Estado Nacional” Gomes de Moura

HISTÓRIA POLÍTICA (3 artigos)

HISTÓRIA MILITAR (2 artigos)

HISTÓRIA SOCIAL (1 artigo)

“Quatro séculos de civilização devidos aos negros escravos” Álvaro Gonçalves

HISTÓRIA (2 artigos)

“À margem da pré-história brasileira – O homem americano” Sérgio D. T. Macedo

“Os fundamentos da nação americana do norte” coronel do Exército Nacional

Altamirano Nunes Pereira

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA (1 artigo)

DEFESA NACIONAL (2 artigos)

EDUCAÇÃO E ENSINO (6 artigos)

“Sentido político e biológico da educação física” Peregrino Júnior

“Um – com o esforço educacional” Ruth Costa Rodrigues

VIAGENS (1 artigo)

CIDADES DO BRASIL (3 artigos)

“Desprestígio de uma tradição” Djalma Maciel

QUADROS DO PASSADO BRASILEIRO (1 artigo)

MÚSICA (2 artigos)

“A ‘catuca’ em Goiás” Luís Heitor

LITERATURA (2 artigos)

“O futuro nos pertence” Rosário Fusco

FOLCLORE (3 artigos)

REPORTAGENS (2 artigos)

“O vale do rio Doce – Reportagem especial de Cultura Política”

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

Ano IV, num 37, fevereiro de 1944

“Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras” Getúlio Vargas (p. 7-19)

O PENSAMENTO POLÍTICO DO PRESIDENTE (2 artigos)

“Três discursos do Presidente – Comentário de Cultura Política” (p. 20-29)

“Anotações para um retrato (à margem de ‘A Nova Política do Brasil’)” Jaime de Barros

ECONOMIA (1 artigo)

“1º Congresso Brasileiro de Economia – Reportagem especial de Cultura Política”

FINANÇAS (1 artigo)

“A dívida externa do Brasil – (Do empréstimo de 1824 ao ajuste consubstanciado no decreto 6.019, de 23 de Novembro de 1943) – Reportagem especial de Cultura Política”

TRABALHO (1 artigo)

“A sindicalização no Brasil” Barros Vidal

PRODUÇÃO (2 artigos)

“O ferro: consequências econômicas e políticas” Djacir Meneses

“História econômica do mate” Francisco Escobar Duarte

O REGIME CONSTITUCIONAL (1 artigo)

“A Constituição de 1937 e a inconstitucionalidade das leis” Monte Arrais

PROBLEMAS NACIONAIS (2 artigos)

“O Brasil e as realidades do mundo contemporâneo” Humberto Grande

“O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil” Paulo Augusto de Figueiredo

POLÍTICA MILITAR (1 artigo)

“Aspectos gerais da guerra atual” tenente-coronel do Exército, Humberto Castelo Branco

OBRAS DO GOVERNO (4 artigos) (obs: todos os 4 artigos dessa seção são reportagens especiais)

“Um mês de realizações governamentais – (Dezembro de 1943) – Reportagem especial de Cultura Política”

“A Imprensa Nacional – Reportagem especial de Cultura Política”

EDUCAÇÃO (1 artigo)

“A educação nos países da América” F. Venâncio Filho

FILOSOFIA (1 artigo)

“Evitemos as confusões” Ataíde Miranda

LITERATURA (2 artigos)

“O futuro nos pertence” Albano Raimundo

“O movimento literário – Noticiário especial de Cultura Política”

FOLCLORE (2 artigos)

“Geografia dos mitos brasileiros” Luís Câmara Cascudo

BIOGRAFIAS (1 artigo)

“O Duque de Caxias” Álvaro Bittencourt Berford

MUSEUS (1 artigo)

VIAGENS (1 artigo)

Ano IV, num 38, março de 1944

“Discurso em Curitiba” Presidente Getúlio Vargas (“Agradecendo o grande banquete que lhe foi oferecido em Curitiba, o Presidente Getúlio Vargas pronunciou o seguinte discurso”) p. 7-11

DOCTRINA POLÍTICA (1 artigo)

“Concepção brasileira da democracia” Leopoldo Peres

HISTÓRIA POLÍTICA (1 artigo)

“Processos de propaganda política no século passado” Mercedes Dantas

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

FINANÇAS (2 artigos)

“Os decretos sobre os lucros extraordinários – Reportagem especial de Cultura Política”

“A participação dos Estados na dívida externa do Brasil – Reportagem especial de Cultura Política”

PRODUÇÃO (1 artigo)

“Mate, o chá brasileiro” Guilherme Geissner

ECONOMIA REGIONAL (1 artigo)

“Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste” Renato de Almeida Braga

LEGISLAÇÃO (1 artigo)

“A legislação de estrangeiros do Estado Nacional” Luís Antônio da Costa Carvalho

PROBLEMAS GEOGRÁFICOS (1 artigo)

PROBLEMAS MILITARES (4 artigos)

ALIMENTAÇÃO (1 artigo)

EDUCAÇÃO (3 artigos)

“Notas sobre educação rural” Rui de Aires Belo

HISTÓRIA (2 artigos)

LITERATURA (4 artigos)

“Expansão da cultura brasileira” Jaime de Barros

FOLCLORE (1 artigo)

QUADROS E COSTUMES REGIONAIS (1 artigo)

MUSEUS (1 artigo)

CIDADES DO BRASIL (2 artigos)

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais (Janeiro de 1944)”

Ano IV, num 39, abril de 1944

(obs: nessa edição não há seções, apenas artigos seguidos um de outro, num total de 45; tem 12 artigos chamados “Um pensamento sobre o Presidente” escritos por autores diferentes e 9 artigos chamados “Um pensamento do Presidente”)

“Saudação ao Presidente” (“Na passagem de mais um aniversário do Presidente Getúlio Vargas, Cultura Política saúda o construtor do Brasil Novo e o inspirador e mestre da doutrina do Estado Nacional”)

“O Presidente dos Estados Unidos da América do Norte ao Presidente Getúlio Vargas”

“Discurso em Guaíra” Presidente Getúlio Vargas

“Um pensamento sobre o Presidente” Lord Davidson

“O discurso do Presidente em Guaíra” Jaime de Barros

“Um pensamento sobre o Presidente” Justo Pastor Benítez

“O Presidente, sua personalidade e sua obra – Comentário de Cultura Política”

“Um pensamento do Presidente”

“O Presidente Getúlio Vargas e a imprensa” Almir de Andrade

“Um pensamento do Presidente”

...

“Um pensamento sobre o Presidente” Aurélio Fernandes Concheso

“Vargas – O Presidente na Academia” Petrarca Maranhão

“Um pensamento do Presidente”

“O Estado Nacional” José Getúlio Monteiro

“Um pensamento sobre o Presidente” Karl Loewenstein

...

“Um pensamento do Presidente”

“O Estado Nacional e a ordem social futura” Paulo Augusto de Figueiredo

“Um pensamento sobre o Presidente” Morris Cooke

“Um mês de realizações governamentais (Fevereiro de 1944) – Reportagem especial de Cultura Política”

“Um pensamento sobre o Presidente” Jack Harding

“O papel das constituintes” Oto Prazeres

“Um pensamento sobre o Presidente” Ezequiel Padilla

...

“Um pensamento do Presidente”

“A importância da ‘simpatia’ na educação física” Nair Fortes Abu-Merhy

“Um pensamento sobre o Presidente” Henry Torrès

“O que é o Serviço de Assistência à Família do Convocado da LBA – Reportagem especial de Cultura Política”

“Um pensamento do Presidente” p. 163

...

“Um pensamento sobre o Presidente” Henry C. Wolfe

...

“Um pensamento do Presidente” p. 199

...

“Um pensamento sobre o Presidente” Fernando Ortiz

...

“Um pensamento do Presidente” p. 219

...

“Um pensamento sobre o Presidente” José Joaquim da Silva

...

“Um pensamento do Presidente” p. 233

...

“Um pensamento sobre o Presidente” Duncan Aikman

...

“Um pensamento do Presidente” p. 257

“Centro de Pesquisas Folclóricas” Basílio Magalhães

Ano IV, num 40, maio de 1944

“Discurso na ABI” Presidente Getúlio Vargas

“A viagem do Presidente Getúlio Vargas a São Paulo – Reportagem especial de Cultura Política”

INDÚSTRIA (1 artigo)

“Aspectos do desenvolvimento industrial do Brasil – Reportagem especial de Cultura Política”

TRABALHO (2 artigos)

“Novos rumos do sindicalismo” Vicente Umbelino de Sousa

“Organização própria no seguro de acidentes do trabalho” Francisco Karam

HISTÓRIA POLÍTICA (1 artigo)

EDUCAÇÃO (2 artigos)

POLÍCIA (1 artigo)

“A Polícia Civil no governo do Presidente Vargas” A. Martins Alonso

PRODUÇÃO (1 artigo)

“A árvore do mate” Francisco Leite

TRANSPORTES (1 artigo)

POLÍTICA MILITAR (1 artigo)

FILOSOFIA (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de atividades governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

HISTÓRIA (3 artigos)

BIOGRAFIAS (2 artigos)

ECONOMIA (1 artigo)

LITERATURA (1 artigo)

FOLCLORE (3 artigos)

MUSEUS (1 artigo)

ASSISTÊNCIA SOCIAL (2 artigos)

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

JUSTIÇA (2 artigos)

Ano IV, num 41, junho de 1944

“A palavra do Presidente da República à Força Expedicionária Brasileira”

ASSISTÊNCIA SOCIAL (2 artigos)

“Assistência e proteção ao trabalhador” M. Torres Filho

ADMINISTRAÇÃO (2 artigos)

“O DASP e os Ministérios” Raul de Azevedo

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (1 artigo)

PROBLEMAS REGIONAIS (2 artigos)

FINANÇAS (3 artigos)

“Orçamento e democracia” Cláudio Martins

DIREITO CONSTITUCIONAL (1 artigo)

“O artigo 6º da Constituição Federal de 1937” Valdo de Vasconcelos

EDUCAÇÃO (2 artigos)

“Evolução da educação física no Brasil” Inezil Pena Marinho

“A ‘imitação’ na educação física” Nair Forte Abu-Mehry

LITERATURA (4 artigos)

FOLCLORE (4 artigos)

ARTE RELIGIOSA (1 artigo)

HISTÓRIA (3 artigos)

“A revolução que eu vi” Frederico Vilar p. 193

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

Ano IV, num 42, julho de 1944

PROBLEMAS REGIONAIS (2 artigos)

PRODUÇÃO (1 artigo)

“O trigo – seu lugar na política agrícola, econômica e social brasileira” Leone Atílio Muraro

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

POLÍCIA (1 artigo)

“Polícia científica” Eugênio Lapagesse

EDUCAÇÃO (1 artigo)

“O preço do livro didático – Reportagem especial de Cultura Política”

HISTÓRIA (5 artigos)

BIOGRAFIA (2 artigos)

LITERATURA (2 artigos)

QUADROS REGIONAIS (1 artigo)

“A viúva Lacerda” Graciliano Ramos

FOLCLORE (1 artigo)

“Folclore e cultura” Basílio de Magalhães

MÚSICA (1 artigo)

O BRASIL E A GUERRA (1 artigo)

“Civismo brasileiro” Correia Lima

Ano IV, num 43, agosto de 1944

“Discurso em Belo Horizonte” Presidente Getúlio Vargas (“Por ocasião da grande manifestação popular que recebeu em Belo Horizonte, na sua recente viagem à capital mineira, o Presidente da República pronunciou, de improviso, o discurso que, de acordo com as notas taquigráficas, damos a seguir:”)

O BRASIL NA GUERRA (1 artigo)

“Dois anos de guerra – Reportagem especial de Cultura Política”

O MÊS DE CAXIAS (1 artigo)

“Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos (sic), intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria brasileira” Getúlio Vargas (p. 51).

ARTIGOS DE COLABORAÇÃO:

ECONOMIA (2 artigos)

“A exploração dos xistos oleígenos e a defesa nacional” R. Fernandes e Silva

“A unidade econômica do Brasil e a fixação da política do zoneamento” Luiz Dias Rollemberg

ASSISNTÊNCIA SOCIAL (1 artigo)

IDÉIAS POLÍTICAS (1 artigo)

“Todo estado real é nacional” Paulo Augusto de Figueiredo

GEOGRAFIA (1 artigo)

HISTÓRIA (3 artigos)

LIGUÍSTICA (1 artigo)

LITERATURA (4 artigos)

“Booker Washington” Graciliano Ramos

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

FOLCLORE (1 artigo)

MÚSICA (1 artigo)

ASPECTOS POLÍTICOS DA GUERRA (1 artigo)

“Pétain e a Côte de Riom” Belfort de Oliveira

Ano IV, num 44, setembro de 1944

“Discurso 7 de Setembro” Presidente Getúlio Vargas

POLÍTICA NACIONAL (1 artigo)

“Getúlio Vargas” José Vicente Payá

ADMINISTRAÇÃO (2 artigos)

“Síntese da evolução administrativa brasileira” Moacir de Matos Peixoto

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

EDUCAÇÃO (2 artigos)

“A radiodifusão educativa nos Estados Unidos” Álvaro Salgado

GEOGRAFIA (1 artigo)

“As fronteiras do Brasil e os novos Territórios” Júlia C. L. de Vansconcelos

ECONOMIA (1 artigo)

“A situação econômica do Brasil no quinto ano de guerra – Reportagem especial de Cultura Política”

VIAS DE COMUNICAÇÃO (1 artigo)

“Apreciação geral sobre os transportes no Brasil” tenente coronel Altamirano Nunes Pereira

BIOGRAFIA (2 artigos)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

LITERATURA (1 artigo)

LITERATURA LATINO-AMERICANA (1 artigo)

“Sôbre um livro de Ricardo Rojas” Brito Broca

FOLCLORE MUSICAL (2 artigos)

A DATA DE CAXIAS (1 artigo)

“O Dia do Soldado – Reportagem especial de Cultura Política”

A GUERRA (2 artigos)

“O após-guerra e a experiência sociológica” A. César Veiga

“Aspectos gerais da guerra atual” capitão-de-mar-e-guerra César da Fonseca

Ano IV, num 45, outubro de 1944

“A organização econômica do Brasil” Presidente Getúlio Vargas (“Ao instalar a Comissão de Planejamento Econômico, o Presidente da República proferiu o seguinte discurso”) p. 7-11

“Saudação à FEB e ao Exército” major Amilcar Dutra de Meneses (“A 28 de setembro último, quando o Forte de Copacabana comemorou o seu 30º aniversário, o Diretor Geral do DIP, especialmente convidado para falar na solenidade, pronunciou a seguinte e expressiva oração:”) p. 12-13

ECONOMIA (2 artigos)

“Planejamento econômico das atividades gerais do país – Reportagem especial de Cultura Política”

“O aumento de capital da Companhia Siderúrgica Nacional – Comentário especial de Cultura Política”

GEOGRAFIA HUMANA (1 artigo)

“O homem e a paisagem brasileira” Beneval de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO (2 artigos)

“Aspectos da reforma administrativa do Brasil” Luiz Pinto

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

POLÍTICA INTERNACIONAL (1 artigo)

“U.N.R.R.A.” Stefan de Somogyi-Schill

HISTÓRIA (2 artigos)

BIOGRAFIA (4 artigos)

JORNALISMO (1 artigo)

“Vida de jornal” Djalma Maciel

LITERATURA (2 artigos)

“O Rio-Grande-do-Sul visto por um baiano” Dante Laytano

MÚSICA (1 artigo)

FOLCLORE (1 artigo)

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

ECOS DE 7 DE SETEMBRO (1 artigo)

“A Semana da Pátria – Reportagem especial de Cultura Política”

Ano IV, num 46, novembro de 1944

“Edição especial comemorativa do 7º aniversário do Estado Nacional”

“O Presidente e o 10 de Novembro” Almir de Andrade p. 7-10

ASPECTOS DAS REALIZAÇÕES DO ESTADO NACIONAL (17 artigos)

“O Estado Nacional e a etapa atual do desenvolvimento econômico do Brasil – Reportagem especial de Cultura Política”

“A obra de coordenação financeira no Estado Nacional” Mário Orlando de Carvalho

“A vitória do cooperativismo no Estado Nacional – Reportagem especial de Cultura Política”

“A polícia dentro do Estado Nacional” Major Batista Teixeira

“Reportagem entre os trabalhadores sobre os benefícios da legislação social” M. Torres Filho

“O Ministério do Trabalho e a unidade nacional” Hilvécio Xavier Lopes

“O sindicato de empregados e a Justiça do Trabalho” Manuel Torres Filho

“O sistema sindical brasileiro e suas principais características” Vicente P. Umbelino Souza

“O Instituto e o problema do açúcar” Celso Filho

“A energia elétrica no Brasil” Tenente-Coronel Altamirano Nunes Ferreira

“De como um constituinte de 91 se tornou partidário do Estado Nacional” Paulo Augusto de Figueiredo

“Chefe e benfeitor de uma Nação” Severino Uchoa

“Quatro anos da atividade administrativa do Estado Nacional (1941-1944) – Resumo do noticiário publicado nos 45 primeiros números de Cultura Política

COLABORAÇÕES E REPORTAGENS DO MÊS:

O BRASIL E A GUERRA (1 artigo)

DIREITO CONSTITUCIONAL (1 artigo)

“Incidência do fator econômico na evolução do federalismo” Getúlio Monteiro Junior

HISTÓRIA POLÍTICA (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais (Setembro de 1944) – Reportagem especial de Cultura Política”

PROBLEMAS REGIONAIS (2 artigos)

LITERATURA (2 artigos)

ARQUITETURA (1 artigo)

MÚSICA (2 artigos)

“Como cantaram em 1940 (Uma testemunha contemporânea no Brasil)” Frei Pedro Sinzig

FOLCLORE (1 artigo)

Ano IV, num 47, dezembro de 1944

“Discurso na Associação Comercial de São Paulo” Presidente Getúlio Vargas (“Foi o seguinte o discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas a 7 do corrente, na sessão solene comemorativa do cinquentenário da Associação Comercial do Estado de São Paulo”)

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 13

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 33

“Euclides da Cunha e a Escola Militar da Praia-Vermelha” Umberto Peregrino

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 47

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 55

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 63

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 73

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 83

“O problema da habitação rural” Adolfo Pôrto

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 91

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 95

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 109

...

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 113

“A radiodifusão educativa na Inglaterra” Álvaro Salgado

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 121

“Comércio exterior do Brasil – Reportagem especial de Cultura Política”

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 135

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

“Excerpto do Vol. X de A Nova Política do Brasil” p. 149

“Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda – Reportagem especial de Cultura Política”

Ano V, num 48, janeiro de 1945

(a primeira página da revista depois do sumário apresenta um trecho do discurso do Presidente Vargas em comemoração ao 7 de setembro no ano de 1944, reproduzido na íntegra na revista número 44, de setembro de 1944)

“Discurso às classes armadas” Presidente Getúlio Vargas (p. 9-14)

IDÉIAS POLÍTICAS (1 artigo)

“A crise do federalismo” José Saldanha da Gama e Silva (do DASP)

POLÍTICA MILITAR (1 artigo)

“A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil” Humberto Grande

POLÍTICA IMIGRATÓRIA (1 artigo)

“O problema do estrangeiro e a solução brasileira” Belford de Oliveira

FINANÇAS (1 artigo)

“O meio circulante do Brasil” Guerra Fontes

EDUCAÇÃO (3 artigos)

“A radiodifusão educativa na Argentina” Álvaro Salgado

“A função da universidade no Brasil” Melo Cansado

ALIMENTAÇÃO (1 artigo)

MINERAÇÃO (1 artigo)

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais, ‘Reportagem Especial de Cultura Política’”

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

CIDADES DO BRASIL (1 artigo)

“A velha cidade de Pôrto Alegre” Armando Silveira

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

HISTÓRIA (1 artigo)

LITERATURA (3 artigos)

FOLCLORE (3 artigos)

“Folclore geográfico-econômico” Basílio de Magalhães

MÚSICA (1 artigo)

“Música negra do Nordeste” Luis Heitor

Ano V, num 49, fevereiro de 1945

“A revisão constitucional” (“Nota da Secretaria da Presidência da República distribuída através da Agência Nacional a 22 de fevereiro corrente”) p. VII-XVII

ADMINISTRAÇÃO (3 artigos)

“Plano de obras e equipamentos” Mario Orlando de Carvalho p. 1

“O objetivismo no serviço público” Luís Pinto p. 7

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem especial de Cultura Política”

IMIGRAÇÃO (1 artigo)

“Novas perspectivas de política imigratória” Adolfo Pôrto

PROBLEMAS INTERNACIONAIS (3 artigos)

“U.N.R.R.A.” Stefan de Somogyi-Schill

MINERAÇÃO (1 artigo)

EDUCAÇÃO (3 artigos)

“Pre-mobilização e educação” coronel Lima Figueiredo

“Mobilização moral e psíquica” tenente-coronel Correia Lima

“Radiodifusão educativa no Uruguai” Álvaro Salgado

CULTURA (1 artigo)

“Ilex Mate” Francisco Leite

MUSEUS (1 artigo)

HISTÓRIA (2 artigos)

FOLCLORE (2 artigos)

MÚSICA (1 artigo)

“Música e catequese” Luís Heitor

LITERATURA (2 artigos)

BIBLIOGRAFIA (1 artigo)

Ano V, num 50, março, abril e maio de 1945

“O 19 de Abril” p. 7

“Dois discursos do Presidente Getúlio Vargas” (“I) No Automóvel Clube do Brasil” p. 9, “II) A 1º de Maio, Dia do Trabalho” p. 14)

A EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL (3 artigos)

“Lei Constitucional nº 9, de 28 de Fevereiro de 1954”

“A entrevista do Presidente Vargas no Palácio Rio Negro”

“Anteprojeto de Lei Eleitoral”

COLABORAÇÃO DE REPORTAGENS (3 artigos)

“A evolução do nosso sistema monetário e a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito” Mário Orlando de Carvalho

“Dívidas externas e independência econômica – Reportagem especial de Cultura Política”

“O Brasil em Bretton Woods – Reportagem especial de Cultura Política”

PROBLEMAS REGIONAIS (1 artigo)

PROBLEMAS MILITARES (1 artigo)

“Elucidação do desempenho militar da Rússia nesta guerra” capitão do Exército Humberto Peregrino

ADMINISTRAÇÃO (1 artigo)

“Um mês de realizações governamentais – Reportagem Especial de Cultura Política”

EDUCAÇÃO (2 artigos)

“Educação física, elemento indissociável da educação” Inezil Pena Marinho

“A questão dos interesses na orientação profissional”

LITERATURA (3 artigos)

FOLCLORE (1 artigo)

“Folclore poético-político” Basílio de Magalhães

MÚSICA (2 artigos)

“A obra musicológica de Mário de Andrade” Luís Heitor

“Quem foi?” Frei Pedro Singig

RADIODIFUSÃO (2 artigos)

“Radiodifusão educativa na Argentina II” Álvaro Salgado

“O Serviço de Radiodifusão Rural” R. Fernandes e Silva

VIAGENS (1 artigo)

“O Rio Grande do Sul” Wolfgang Hoffman Harnisch p. 278

Ano V, num 51, agosto de 1945

“Cultura Política em sua nova fase” Almir de Andrade p. 5-11 (“Um programa, uma realização e uma linha coerente de conduta”)

O MUNDO EM REVISTA (4 artigos)

“Vida nacional”

“Vida internacional”

“O problema do ‘hinterland’ brasileiro”

“A aviação, o govêrno e a guerra”

O MOMENTO POLÍTICO (1 artigo)

“O programa do Partido Social Democrático”

POLÍTICA DE ONTEM (1 artigo)

“Eleições, eleitos e eleitores do passado” Odorico Costa

VIDA ECONÔMICA (2 artigos)

“A luta anti-truste”

“Ritmo de potencialidade econômica” Sílvio Peixoto

FINANÇAS (1 artigo)

“A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil” Mário Orlando de Carvalho

A LEI E A FAMÍLIA (1 artigo)

“Proteção aos filhos adulterinos” Martinho Garcez Neto

QUESTÕES DE ALIMENTAÇÃO (1 artigo)

TEATRO (1 artigo)

MÚSICA (1 artigo)

ARTES PLÁSTICAS (1 artigo)

LITERATURA (1 artigo)

FOLCLORE (1 artigo)

PÁGINAS DO PASSADO (3 artigos)

TEXTOS E DOCUMENTOS (1 artigo)

FICÇÃO (1 artigo)

Apêndice F – Percentual da população dos estados residente nas capitais, 1920 e 1940

Quadro do percentual da população dos estados da Federação residente nas capitais, em 1920 e 1940 (em negrito, as capitais que apresentaram aumento desse percentual):

CAPITAL	1920	1940
Belo Horizonte	0.9%	3.1%
Florianópolis	6.2%	4%
Vitória	4.8%	5.7%
João Pessoa	5.5%	6.6%
São Luís	6.1%	6.9%
Natal	5.7%	7.1%
Goiânia	-	7.3%
Salvador	8.5%	7.4%
Porto Alegre	8.2%	8.2%
Teresina	9.4%	8.3%
Fortaleza	6%	8.6%
Maceió	7.6%	9.5%
Aracaju	7.9%	10.9%
Curitiba	11.5%	11.4%
Recife	11.1%	13%
São Paulo	12.6%	18.5%
Rio Branco	21.6%	20.1%
Campo Grande	-	20.8%
Belém	24%	21.8%
Manaus	20.9%	24.3%
Cuiabá	13.7%	28.1%
Rio de Janeiro	42.6%	48.8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1920 e 1940. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=7&uf=00> , acesso em 14/11/2020.